

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO ACADÊMICO

Caroline Bastos Capaverde

**As práticas de trabalho em um Tribunal Regional Eleitoral em
meio à crise de representatividade: *por trás* das urnas à luz da
Teoria Política de Hannah Arendt**

Porto Alegre
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Capaverde, Caroline

As práticas de trabalho em um Tribunal Regional Eleitoral em meio à crise de representatividade: por trás das urnas à luz da Teoria Política de Hannah Arendt / Caroline Capaverde. -- 2019.

459 f.

Orientadora: Cláudia Simone Antonello.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Práticas. 2. Eleição Municipal. 3. Dimensão Política. 4. Hannah Arendt. 5. Fenomenologia. I. Simone Antonello, Cláudia, orient. II. Título.

Caroline Bastos Capaverde

**As práticas de trabalho em um Tribunal Regional Eleitoral em
meio à crise de representatividade: *por trás* das urnas à luz da
Teoria Política de Hannah Arendt**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Simone Antonello

Porto Alegre
2019

Caroline Bastos Capaverde

**As práticas de trabalho em um Tribunal Regional Eleitoral em
meio à crise de representatividade: *por trás* das urnas à luz da
Teoria Política de Hannah Arendt**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Simone Antonello

Conceito final:

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof.a. Dra. Ana Cláudia Souza Vazquez – UFCSPA

Prof. Dr. Fernando Dias Lopes – UFRGS

Prof.a. Dra. Sônia Maria Schio – UFPEL

Orientadora: Prof.a. Dra. Cláudia Simone Antonello

Ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Ninguém faz nada sozinho, isso é certo. Vivemos em relação(ões) e a partir dela(s) podemos dizer quem somos e o que não somos. Acredito nisso. Este trabalho é parte do que sou, é parte daquilo pelo que me interesso. Por essa razão, é tempo de recordar a quem devo isso.

Devo ao meu pai, Argeu, que no meio do percurso teve um problema de saúde e passou a se relacionar de outra forma com este mundo. Não sei de que forma poderia agradecer-lhe pela melhor relação que já estabeleci durante a minha vida, mas a ele devo mais da metade do que sou. Obrigada por ter vindo lindamente comigo até aqui. Te amo.

Devo à minha mãe, Glória, que desde muito cedo preocupou-se em criar nos filhos a curiosidade pelo mundo e a importância da dedicação àquilo que se deseja realizar. Nesse percurso do doutorado, foi ouvinte e debatedora. Participou. Foi mãe e é mãe, indiscutivelmente. Obrigada por tudo, que não é pouco. Mesmo.

Devo aos meus irmãos, Franklin e Luiz Henrique, amigos, companheiros, incentivadores, profissionais exemplares. À Antonella, minha sobrinha e afilhada, luz e graça na vida de toda a nossa família.

Devo a minha orientadora profa. Dra. Cláudia Simone Antonello. Nosso encontro, permeado por respeito e admiração, foi possível (e sincero). Foi em teus conselhos e amizade que encontrei morada nos momentos difíceis dessa trajetória. Foi em teu profissionalismo que encontrei direção teórica, possibilidades e interlocução. Foi em tua confiança que encontrei novas portas abertas. Foi em tua sabedoria que encontrei discernimento. E obrigada, Marcelo Daronch, pela amizade, pelos churrascos e pelas caronas noturnas após os estágios docentes. Senti-me parte da família Antonello – Daronch. Sou grata a vocês.

Devo às amigas queridas colegas do tempo em que fui estudante e funcionária pública, Marleni Menegassi, Sandra Ferreira (que auxiliou enormemente na revisão deste texto), Minka Pickbrenner, Luiza Peruffo, Luiza Scalco, obrigada pelo afeto, traduções e pela presença carinhosa em minha vida. Devo a vocês a minha gratidão e vocês sabem o porquê.

Devo aos integrantes da minha banca de projeto de tese, que contribuíram enormemente para o desenvolvimento deste trabalho, tal como ele apresentar-se-á: profa. Dra. Ana Cláudia Souza Vazquez, prof. Dr. Fernando Dias Lopes, e profa. Dra. Sônia Maria Schio. Fernando, querido professor de estudos organizacionais, inquestionável exemplo de respeito e capacidade crítica na complexa ambiência relacional acadêmica. Admiro você!

Ana, és tão excelente gestora de “gentes” quanto de corações e afetos. Obrigada pela presença em minha trajetória desde a graduação. Sou grata às contribuições com meu trabalho, sou grata às oportunidades (muitas!) que apresentaste a mim durante esses anos todos e, principalmente, obrigada pelo carinho e pelo interesse em me tornar melhor do que eu sou, como pessoa e profissional. Professora Sônia, obrigada pelo convite a participar do GEHAR – Grupo de Estudos Hannah Arendt da Universidade Federal de Pelotas, sob sua coordenação. Obrigada pelos direcionamentos arendtianos para estes escritos. Obrigada por abrir portas para meu estágio sanduíche, na Alemanha. Obrigada pela presença e disponibilidade afetuosíssimas. Aprendi um tanto com você.

Devo ao prof. Dr. Wolfgang Heuer, da *Freie Universität Berlin*, que gentilmente acompanhou minha imersão à obra de Hannah Arendt durante o tempo em que permaneci na Alemanha. Aos meus companheiros de Berlim, Rafael Kasper, colega de doutorado sanduíche, arendtiano, generoso, e à queridíssima Ariela Hutz, “vários por cento mestra”, tanto na arte de criar oportunidades para si e para os outros, quanto na arte de acolher em sua vida, com carisma indescritível, mais amigos do que cabem em seu coração (pelo menos é isso que ela nos diz!).

Devo ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS), que abriu suas portas para a realização desse trabalho. Especialmente a Fátima, Rinaldo, José. Ao Secretário de Gestão de Pessoas do TRE/RS, Gustavo Lotuffo Stradolini e ao Diretor-Geral do TRE/RS, Dr. Antônio Augusto Portinho da Cunha, obrigada por possibilitarem minha inserção no campo de pesquisa supracitado. Nesse sentido, agradeço também aos servidores e juizes eleitorais que permitiram minha presença em sua rotina de trabalho e contribuíram imensamente com o desenvolvimento da presente pesquisa.

Devo aos meus colegas de orientação, leituras e ideias: Igor Medeiros, Camila Bussular (pela grandiosa generosidade), Dayane Ferraza, Roberta Sawitzki, Gean Tomazzoni, Adriana Pancotto e Pedro Henrique Goes.

Devo a muitos colegas do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFRGS) da UFRGS: Ana Carolina Bortolini, obrigada pela amizade sincera desde o dia zero. Lívia de Oliveira, Júnia Olbermann, obrigada pela parceria nos primeiros anos, vocês são especiais nessa trajetória. Ana Clara Alves e Bruno Lessa, sou grata por ter encontrado vocês durante o doutorado, somaram à minha vida e ao meu trabalho.

Devo à minha querida e competente professora de inglês Cristina Ustarroz, obrigada pelo auxílio nestes anos todos.

Devo ao meu colega e parceiro de representação discente Paulo Dalpian e ao prof. Dr. Walter Nique, então Coordenador do PPGA/ UFRGS, parceiros de uma fase importante do percurso de doutorado. Aprendi com os dois.

Devo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que me outorgou uma bolsa de doutorado durante esses anos e, também, financiou o meu estágio sanduíche em Berlim, na Alemanha.

Devo, por fim, ao meu namorado, Alberto, coautor de uma vida compartilhada, desde o início desse percurso. Relacionar-se é, também, uma ação política: a prática em comum acordo. Para além dos olhos verdes que parecem azuis, encontrei em ti a paz que existe no amor. Obrigada por ter sido presença e por ter participado ativamente de tudo. Foi muito. Te amo.

Se eu fosse casa escolhia ser janela, porque a janela é da casa o que não é, o vazio onde ela sonha ser mundo (MIA COUTO).

RESUMO

O objetivo desta trajetória é [foi e continua sendo] compreender elementos que constituem o *por trás das urnas* do processo eleitoral municipal de 2016, no município de Porto Alegre, em meio à crise de representatividade. O direito humano à comunicação – limitado pelo oligopólio midiático, a representatividade política como profissão no Brasil, os movimentos de rua de 2013, a corrupção e a Lava-Jato, a minirreforma eleitoral de 2015, as eleições gerais de 2014, o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, interpretamos, engendram a crise de representatividade brasileira. Em meio a este contexto de crise, em atenção à legislação eleitoral brasileira, os Tribunais Regionais Eleitorais necessitam organizar as eleições municipais de 2016. Assim, iniciamos nossa trajetória de pesquisa no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, e as práticas de trabalho de servidores, colaboradores, terceirizados e magistrados designados, durante o período de organização destas eleições municipais de Porto Alegre, desdobraram-se em nosso objeto de análise. Sob a base comum da abordagem fenomenológica, orientamo-nos pela metodologia fenomenológica para descrever o antes, o durante e o depois do sufrágio de 2016 na capital gaúcha, e realizar posterior análise sob o escopo da noção de prática enquanto fenômeno social, em Schatzki. A partir disso, tal noção de prática, na coexistência humana, fundamentou nosso o primeiro movimento de análise. As perspectivas do entendimento, das regras e da teleoafetividade foram, no entanto, incipientes para o exercício de *compreender* a que nos propusemos. Identificadas as lacunas da ontologia contextual de Schatzki, buscamos em elementos da teoria política de Hannah Arendt, a qual pensou o *compreender* como exercício de voltar-se à realidade, possibilidades para uma nova volta de análise, em que este *compreender* pudesse ser desdobrado em interpretação e significados, utilizando os termos arendtianos. A partir disso, defendemos a tese de que compreender os elementos que estão por trás das urnas do processo eleitoral de 2016, parte da descrição, mas esta última não instrumentaliza-nos para a interpretação. Dessa maneira, ampliamos a análise a partir do *compreender* arendtiano para a dimensão política destas práticas, na dimensão de estar com o outro, em um espaço de compartilhamento *entre-os-homens*. Por fim, as práticas em meio à crise de representatividade são compreendidas como “fenômenos que decorrem do imbricamento político da ação, ou seja, do estar para (e com) a liberdade e pluralidade humanas em um espaço de compartilhamento, de vida ativa”.

PALAVRAS-CHAVE: Eleição Municipal; Prática, Dimensão Política, Hannah Arendt, Fenomenologia.

ABSTRACT

The objective of this trajectory is [was and continues to be] to understand elements that constitute the *back of the ballot boxes* of the municipal electoral process of 2016, in the city of Porto Alegre, amid the crisis of representativeness. The human right to communication - limited by the media oligopoly, the political representation as a profession in Brazil, the street movements of 2013, the corruption and the Car Wash Operation, the 2015 electoral mini-reformation, the 2014 general elections, the Impeachment of President Dilma Rousseff, we interpret, engender the crisis of Brazilian representativeness. In the midst of this crisis, in view of Brazilian electoral legislation, the Regional Electoral Courts needed to organize the municipal elections of 2016. Thus, we began our research trajectory in the Regional Electoral Court of Rio Grande do Sul, and the work practices of servants, employees, subcontractors and appointed magistrates were discussed during the period of the municipal elections in Porto Alegre. Under the common basis of the phenomenological approach, we were guided by the phenomenological methodology to describe the backgrounds, the process itself and the aftermath of the 2016 suffrage in the capital of the state of Rio Grande do Sul, and to carry out a later analysis under the scope of the notion of practice as a social phenomenon in Schatzki. This notion of practice, underpinned in human coexistence, grounded our first movement of analysis. The perspectives of understanding, of rules and of teleaffectivity were, however, incipient for the exercise of understanding what we proposed. Identifying the shortcomings of Schatzki's contextual ontology, we sought in elements of Hannah Arendt's political theory, who considered the understanding as an exercise of turning to reality, possibilities for a new round of analysis, in which this understanding could be unfolded in interpretation and meanings, using the Arendtian terms. Conclusively, we defend the thesis that the understanding of the elements behind the ballots in the electoral process of 2016 start at the description, but the latter does not instrumentalize us for interpretation. Hence, we extend the analysis from the Arendtian understanding regarding the political dimension of these practices, to the dimension of being with the other, in a space of sharing among men. Finally, practices amid the crisis of representativeness are understood as "phenomena that result from the political overlapping of action, that is, from being to (and with) human freedom and plurality in a space of sharing, active life".

KEY WORDS: Municipal Election; Practice, Political Dimension, Hannah Arendt, Phenomenology.

PRELÚDIO

Diz-se sobre o prelúdio – o momento antes¹ de a voz começar a tocar ou a cantar, que serve à introdução de uma fuga ou tocata. É a preparação. O que vem antes. Aquilo que anuncia ou prevê. Indicia a vinda ou a existência de algo, como se fosse um ensaio antes de o concerto principal encetar (também poderia chamá-lo de antes da tese). O que se fala antes da tese é o que, de fato, evidencia a existência de algo. E de algo que seja novo. De forma análoga ao pianista ou violoncelista em exibição de estreia, imagine um som ainda tímido, soçobrado em reverberações; é, assim, de uma forma encalistrada, embotada, que esta tese inicia com rudimentares sugestões de entonações – intervalos de tons e semitons –, que ecoam em defesas e apresentações.

Analogamente, recuperando o prelúdio sob a lente da teoria musical, chama-se à cena Heitor Villa-Lobos² e os seus “Cinco Prelúdios”, obra composta em 1940 (MEDEIROS, 2015). A série é uma das mais conhecidas do compositor e, em epítome, pode ser assim predicada: “incorporam movimentos paralelos de acordes, [...] ambiguidade tonal, politonalidade [...] não sistemática” (MEDEIROS, 2015, p. 190; PRADA, 2008, p. 99). Assim pensando, este é um prelúdio de tese que visa à adjetivação de vários tons que nos conduzem ao roteiro principal: as eleições municipais de 2016, em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.

Hannah Arendt, ao desenvolver sua teoria política, identificou acontecimentos diversos que antecederam, prenunciaram fatos históricos³, os quais serviram como pano de fundo para seus escritos; como, por exemplo, quando teorizou acerca da reciprocidade entre guerra e revolução. Para a autora,

¹ <https://dicionariodoaurelio.com/preludio>. Acesso em: 30 May. 2018.

² Compositor brasileiro. Um pouco mais: “Em julho de 1923, o compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos chegava a Paris como um completo desconhecido. Haviam passado cerca de cinco anos desde seu primeiro grande concerto no Brasil; Villa-Lobos viajava então à Europa com a intenção de divulgar sua obra. Sua entrada nos círculos artísticos parisienses deu-se por intermédio do grupo de pintores e escritores modernistas brasileiros que ele conhecera em 1922, logo antes da Semana de Arte Moderna, em São Paulo [...] foi somente após essa viagem que ele passou a dedicar seus esforços à produção de uma música de caráter nacional” (GUÉRIOS, 2003, p. 81).

³ Para citar alguns fatos destes que abundam e flexionam o pensamento da autora: II Guerra Mundial (1939-1945) e o regime totalitarista da Alemanha nazista.

em linhas encurtadíssimas, a fúria das guerras do século XX poderia ser prelúdio para as Revoluções (quer de libertação, como na Revolução Americana; quer de defesa, agressões, como na Revolução Francesa), ou seja, um estágio preparatório para a violência desencadeada pela Revolução.

De outro modo, a autora também compreende que uma Revolução pode “preludiar” uma grande guerra, capaz de devastar toda a terra (ARENDT, 1988, p. 14). Tal como o título do presente texto anuncia, Hannah Arendt (1906-1975) – e a maneira como a autora relacionou-se reflexivamente com os acontecimentos de seu tempo – catalisou a minha relação analítica, reflexivo-filosófica, com os acontecimentos celebrados e compartilhados neste tempo histórico, no qual experieço minha cidadania, minha pluralidade⁴ humana.

Para tanto, este texto-ação, ação política, em essência, almeja mais do que contemplação a um curso da história. Assim pensando, em conciliação com o que Arendt (1993a) compreende por ação, este texto visa a alavancar novos começos, no sentido de contribuir a flexionar reflexivamente a noção de ação como “aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe” (p. 52). Eis os acordes de preparação:

Acorde de primeira posição – Mesmo que múltiplas cordas vibrem juntas no conjunto da tese, em diferentes frequências, o acorde de primeira posição, sublinhando destaque, vibra em Hannah Arendt. É, exponencialmente, em comunhão com a ontologia⁵ política arendtiana, com base, centralmente, nas noções de política, crise de representatividade, pluralidade, ação política, liberdade e poder, que apresentarei, ao final deste texto, uma contribuição à episteme das práticas, especialmente no que tange à noção de prática em sua dimensão política.

Essa possibilidade de proposição analítica emerge e se reengendra na complexidade do fenômeno eleições municipais de 2016. No Brasil, de São

⁴ A noção de pluralidade em Hannah Arendt será oportunamente recuperada ao longo da tessitura do texto. Aqui, de fato, utilizei como um tom, ou um meio tom – são os prenúncios.

⁵ Etimologicamente, o termo ontologia tem origem no grego “ontos”, ser, e “logos”, palavra. Conforme o dicionário de filosofia: “Termo introduzido pelo filósofo alemão Rudolph Goclenius, professor na Universidade de Marburg, em seu *Lexicon Philosophicum* (1613), designando o estudo da questão mais geral da *metafísica, a do “ser enquanto ser”; isto é, do *ser considerado independentemente de suas determinações particulares e naquilo que constitui sua inteligibilidade própria. Teoria do ser em geral, da essência do real” (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 210). O termo original é a palavra aristotélica “categoria”, que pode ser usada para classificar alguma coisa. [...] “Em seu sentido filosófico, trata-se de um termo relativamente novo, introduzido com o objetivo de distinguir o estudo do ser como tal” (ALMEIDA, BAX, 2003, p. 08).

Paulo à Serra da Saudade⁶, os eleitores brasileiros foram às urnas escolher, por meio do voto direto, representantes municipais: prefeito e vice-prefeito e vereadores, no dia 02 de outubro de 2016 (1º turno)⁷. Para as cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes (BRASIL, 1988), pode, ainda, ocorrer segundo turno para prefeitos e vice-prefeitos (no caso das eleições municipais), considerando o critério estabelecido constitucionalmente da maioria absoluta dos votos. Isso significa que nesses municípios é necessário ao candidato, para ser eleito, alcançar mais da metade dos votos válidos (com a devida supressão dos votos nulos e brancos) (BRASIL, 1988, Artigos 28, 29, 72).

Desse modo, em consonância à regulamentação constitucional, os eleitores gaúchos de Porto Alegre, município em que o presente estudo foi desenvolvido, com 1.479.101 habitantes (IBGE, 2018), dentre outras cidades populosas brasileiras, ainda voltaram às urnas em 30 de outubro de 2016, para o exercício democrático de escolha para prefeito e vice-prefeito, concernente ao 2º turno das eleições municipais do referido ano. Isso se justifica pelo fato de que a capital gaúcha, tendo mais de 200 mil habitantes, necessitou de um segundo turno eleitoral para alcançar a prerrogativa de mais da metade dos votos válidos para eleger prefeito e vice-prefeito (BRASIL, TSE, 2016)

Assim pensando, em primeira análise, a organização do processo eleitoral, por parte das instituições públicas responsáveis, tais como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), parece exigir esforço laboral sazonal, temporário. Fundamentalmente, essa primeira impressão acerca das atividades inerentes ao processo eleitoral ocorre porque somente a cada dois anos nos vemos cidadãos face a face com a “democracia - digite o número do candidato-tecle verde-brasileira”. No entanto, *por trás das urnas*, instrumento tecnológico por meio do qual exercemos nosso direito participativo na decisão representativa nos dois turnos da eleição municipal

⁶ Conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018, p. 55), São Paulo, no estado de São Paulo, é o município mais populoso do Brasil (12, 2 milhões de habitantes) enquanto Serra da Saudade, no estado de Minas Gerais, é o município menos populoso (somente 786 habitantes). À época das eleições municipais de 2016, por exemplo, Serra da Saudade tinha 815 habitantes e 959 eleitores, considerando, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2016), o excedente de 144 eleitores que deixou de morar no município mineiro, mas não transferiu o título eleitoral.

⁷ <http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2016/eleicoes-2016-1>

gaúcha de 2016, há um emaranhado e complexo conjunto de sistemas organizacionais e de processos de trabalho, realizados à luz da regulamentação eleitoral.

Desse modo, para alcançar tais exigências, as práticas inerentes ao planejamento e à execução de um pleito eleitoral, na ambiência relacional e política das instituições públicas que as organizam, são contínuas e perenes – começam, terminam, recomeçam, continuam a cada tecele-verde-confirma (ou, em linguagem-ação mais fidedigna à realidade brasileira recente, é preciso que reconheçamos dois destaques na cidadania-digitação: branco-confirma⁸ (voto branco); um número-qualquer-de-não-candidato-confirma (nulo).

Logo, para essa atividade eleição no cenário gaúcho, identificamos o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) como o responsável pela realização da eleição municipal de Porto Alegre. Logo, no que diz respeito aos processos administrativos das diferentes fases eleitorais, os servidores das áreas competentes para específicas demandas que se complementam em face aos esforços necessários para a realização de uma eleição, dedicam esforços continuados e diários para o atingimento de tal objetivo, corroborando, assim, eleição após eleição, a mundialmente reconhecida celeridade (especialmente no que envolve tecnologia – urnas eletrônicas – e velocidade de apuração) do processo eleitoral brasileiro (DUFLOTH; FREITAS; ROCHA, 2013).

Em continuidade descritiva, a organização do pleito envolve diferentes fases e atividades, a saber, cadastramento de eleitores, seleção de mesários, registro de candidaturas, reuniões com partidos políticos e Ministério Público, acompanhamento de propaganda eleitoral, simulado nacional de urnas eletrônicas (carga às urnas), dia das eleições, revisão das contas de campanha e diplomação dos eleitos. Nesse sentido, por diferentes razões de exigência de ampliação da força de trabalho, dadas as diferentes fases do processo eleitoral na linha de tempo de sua dinâmica organizativa, vários servidores deixam a área em que trabalham e se somam a outros grupos de cooperação organizacional, para atender aos cidadãos com mais celeridade. Eu no campo.

[Parêntese para um breve trecho do diário de campo – cunho ilustrativo].

⁸ A reflexão inerente ao expressivo crescimento de votos nulos e brancos nas eleições brasileiras dos últimos anos (2014 e 2016) será recuperada na Introdução desta tese e pertinentemente incorporada às relações que se engendram em crise de representatividade brasileira.

Nos últimos dias da fase de cadastramento, quando filas gigantescas se formavam no entorno do espaço físico da organização, os eleitores reclamavam enfurecidos pela demora para o atendimento e pela exposição ao sol forte que fazia naquela tarde de abril. Dentre diferentes vozes que conclamavam pelo pronto atendimento e atualização dos dados cadastrais junto à justiça eleitoral, um senhor de meia-idade gritou: “Ficamos horas e horas nestas filas, vocês trabalham uma vez a cada quatro anos, e, ainda, além de não organizarem o trabalho, colocam aqueles caras lá, pra roubar da gente”.

Em minha direção, em compasso de recusa ao que acabara de ouvir, ouço um contraponto, com voz bastante serena e em baixo tom, buscando certeza de que somente eu poderia ouvi-lo: “Não é isso...é como se fosse um carnaval, trabalhamos mais de um ano, desenvolvemos um exigente trabalho, para algumas horas de avenida”. E, mais do que isso, continua ele, “logo que termina um desfile, com a divulgação do resultado, análise e desdobramentos, iniciamos os processos inerentes ao próximo desfile. Não trabalhamos somente dois meses a cada quatro anos, como muita gente pensa; até porque, tem eleição a cada dois anos”. Aquele servidor continuava a me encarar, buscando uma resposta de alento, concordância, discordância; no entanto, como pesquisadora, escutei, observei, e, discretamente busquei distância de ambos para escrever tal diálogo em meu caderno de campo.

Naquele instante questionei-me: “Eu existo politicamente enquanto pesquisadora ao experienciar passivamente estes acontecimentos? E aquela era realmente uma experiência somente passiva? Estar fisicamente presente, com meu caderno de notas de campo, com olhos observadores atentos, significava estar genuinamente com o outro num espaço público de práticas compartilhadas? De que forma o servidor interpretou o meu silêncio diante de sua fala? Esperava, ele, uma resposta verbal de minha parte?” A partir dessa experiência intersubjetiva reflexiva com o/do campo, decorrente dos primeiros passos da minha prática de pesquisa, entendi, ainda neste prelúdio empírico, que meus estudos se ampliariam para além da análise das práticas em uma organização pública em período eleitoral.

[Fim do parêntese.]

O campo-bússola, então, reorientou-me em sua complexidade, e fui, em analogia ao prelúdio do concerto musical, do semitom ao tom: continuei com as

práticas, mas entendi que elas ocorriam consubstanciadas a um contexto de crise peculiar. Tal crise, também ilustrada pelo diálogo entre cidadão e servidor, constante no parêntese acima, repercute em indispensável protagonismo para o desenvolvimento de uma análise mais aprofundada do fenômeno eleição.

Paulatinamente, fui compreendendo as nuances dessa crise, o que, com auxílio dos escritos de Arendt (1973), fui compreendendo como uma crise de representatividade no cenário brasileiro. Trabalharemos tal conceito com a atenção devida, porém, resumidamente, estávamos diante de um fenômeno eleição marcada pelo afastamento entre a ação política dos representantes políticos e as necessidades dos cidadãos, que outorgam suas necessidades e direitos, para o manejo de uma minoria (políticos) os quais irão representá-los (cidadãos) (ARENDR, 1973). E, isso se engendrava em absoluta multiplicidade de elementos que ecoavam no Brasil de 2016 (movimento de rua de 2013, impeachment presidencial em curso, corrupção e Lava-Jato, dentre outros) com consequências tanto para a organização do pleito, para as práticas a ela inerentes, quanto para a defesa da democracia, da cidadania e da pluralidade humanas.

De questionamentos pueris a imprescindíveis reflexões de contexto, intrínsecas à condição do ser pesquisadora, entendi que a analogia entre eleições e carnaval, tal como fora apresentada pelo servidor, suplanta qualquer interpretação quixotesca ou leviana que se possa fazer em um instante inicial. A resposta apresentada pelo servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), “muita gente pensa”, resultante de sua experiência de prática de trabalho, no (re) cadastramento dos eleitores na sede do Tribunal mencionado, abriu as cortinas dos porquês (ou do fazer porquês), rearranjou meus propósitos e (re) alimentou a minha paixão para realização do presente estudo.

Fui, então, compreendendo, paulatinamente, que diferentes vozes, experiências relacionais – “o que muita gente pensa” – se imbricavam e continuamente se renovavam em possibilidades para minha trajetória no campo, que exigiria abstração para proceder à análise de um fenômeno que ocorria em um espaço social e político muito mais amplo do que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Mais do que isso, esse “diálogo” entre três diferentes cidadãos envolvidos no processo eleitoral – naquele momento em

diferentes papéis (servidor, eleitor, pesquisadora) – resultou em um genuíno encontro do meu eu (pesquisadora) com o que chamaríamos de objeto.

Isso porque, a experiência do estar com, possibilitou-me familiaridade com o que poderia ser objeto de uma pesquisa que respeita as imperiosas informações do campo empírico. Como resultado, alcancei um objeto para esta pesquisa; ei-lo: as práticas inerentes ao processo eleitoral, em meio à crise de representatividade. Em busca, então, do que essa “muita gente (nós, vós, eles) pensa” (compartilha, praticam) experienciei a cotidianidade da organização de uma eleição – que não começa nem termina um mês antes ou depois do pleito, tampouco se restringe à ambiência de um Tribunal Regional Eleitoral.

Desse modo, como mencionado acima, a análise das práticas em situacionalidades organizacionais e sociais, inerentes à realização das eleições municipais de 2016, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, passa pela análise da crise de representatividade. Assim, as eleições municipais, tal como foram planejadas e organizadas pelos servidores do TRE-RS, e, complementarmente, tal como ocorreu a participação cidadã dos eleitores na cidade supracitada, perfazem um múltiplo e complexo campo de estudo, o qual contempla as situacionalidades, o que fundamentou empiricamente a proposição reflexivo-teórica apresentada no capítulo final desta tese (dimensão política das práticas), construída a partir das lacunas da tradição praxiológica no que tange à análise da dimensão política das práticas.

Em suma: realizarei uma crítica à noção de práticas em Schatzki, a partir de seus modos de conhecer, orientada e embasada empiricamente em minha experiência de campo (pesquisa, estudo, coleta, análise) junto ao pleito municipal de 2016, na capital gaúcha, Porto Alegre. Complementarmente, em atenção à imprescindível abstração reflexiva exigida para compreensão desse fenômeno, complexidade dos dados coletados em enredamento com um contexto de crise de representatividade, chamarei à cena de desenvolvimento epistêmico o pensamento de Arendt, a filosofia política de Hannah Arendt.

Dessa forma, mesmo que o título deste trabalho possa sugerir que farei uma aproximação epistemológica⁹ entre Schatzki e Arendt, informo: não a

⁹ “Etimologicamente, "Epistemologia" significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme). (Episteme + logos). Epistemologia: é a ciência da ciência. Filosofia da ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento. A tarefa principal da

realizarei. A relação é de complementariedade, e aqui não falo de uma relação aproximação ou de uma relação comparação. O que eu fiz, então? Da filosofia política arendtiana, identifiquei noções teóricas (principalmente política, pluralidade, ação, liberdade) para a proposição de uma lente para a análise da dimensão política das práticas. Como o fiz? Percorri dois caminhos.

Primeiro, revisei exaustivamente os modos de conhecer em Schatzki (explicitarei ao longo da tessitura do texto porque escolhi esse autor), os quais possivelmente apresentavam ressonâncias em sua teoria das práticas, expondo contradições e lacunas epistemológicas, sob essa perspectiva. Depois, em complementariedade, ao analisar as eleições sob a lente da teoria de Schatzki, demonstrei que, somente com a noção de práticas proposta pelo autor, eu não conseguiria desenvolver uma consistente análise relacional dos elementos que se sobrepuseram às práticas do TRE-RS, nas eleições municipais de 2016, matizada em um contexto de crise de representatividade da sociedade brasileira.

Desse modo, reforço que nem interpretei os autores como ontologias familiares, nem farei uma análise direta das eleições com a teoria política arendtiana. Reascender essa reflexão neste momento antes da tese, neste primeiro acorde, entendo, poderá afastar os meus escritos de armadilhas interpretativas, largamente endossadas (confesso) pelas voltas que percorri em vários momentos da tessitura do texto – os compassos – até encontrar elementos congruentes ao entendimento da dimensão política intrínseca às práticas, com o devido zelo para afastar-me da prescritividade teórica.

Isso posto, ainda neste primeiro acorde, devo explicar determinadas curvas ou estradas paralelas que teimosamente percorri. Refiro-me à visita teórica aos autores que inspiraram os modos de conhecer desta tese, os modos de conhecer de Schatzki e de Arendt – o fenômeno e a fenomenologia em suas proposições fundamentais e secundárias. Em vista disso, desviarei o foco de iluminação de Schatzki, por exemplo, para Heidegger, Husserl, Schütz,

epistemologia consiste na reconstrução racional” [...] [reflexivo] [...] “do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico. **O conhecimento científico é provisório, jamais acabado ou definitivo. É sempre tributário de um pano de fundo ideológico, religioso, econômico, político e histórico.** Podemos considerar a epistemologia como o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. A epistemologia é o estudo do conhecimento” (TESSER, 1994, p. 92).

Wittgenstein. E, por vezes, reconheço, alonguei-me nesse processo de ir e vir – como se, por um momento, tivesse me decidido por fazer morada em uma nota inexpressiva (ou destoante) ao conjunto de acordes desta sinfonia, que, a partir de agora, chamarei de tese.

Isso porque, durante o período de exercício de escrita *per se*, vi-me face à necessidade de compreender a trajetória epistêmica da noção práticas enquanto fenômeno social – consubstanciando a crítica (identificação de lacuna analítica) que realizei à teoria de Schatzki [no capítulo intitulado *Tradição praxiológica e as lacunas para a compreensão da dimensão política das práticas*, elucidarei as razões pelas quais elegi Schatzki dentre tantos outros teóricos que inspiraram ou contribuíram para os estudos baseados em práticas: Bourdieu (1972), Lyotard (1979), Taylor (1995), Garfinkel (1967), Giddens (1984), Gherardi (2014), Strati (2014), dentre vários outros) (GHERARDI, STRATI, 2014). Essa minha percepção acerca da impossibilidade de compreender o fenômeno das eleições municipais, mais especificamente, das práticas inerentes ao processo eleitoral em meio a um contexto de crise de representatividade, foi construída com lento e exigente encontro de identificação, decifração e entendimento de boa parte da obra do referido autor.

Concomitantemente à realização dessa hercúlea tarefa, encontrei elementos acerca dos modos de conhecer de Schatzki que, de certo modo, convergiram em ponto de partida para o desenvolvimento de uma contribuição teórica (WHETTEN, 2003). Esses pontos de partida, vale ressaltar, foram acrescidos (e aquecidos) pelos elementos empíricos coletados, vivenciados e experienciados com e do fenômeno das eleições (e o contrário também se aplica). Logo, para concluir defesa acerca das voltas teóricas (em diferentes tons) que apresentei, destaco esta emergente necessidade de voltar a minha atenção para obras seminais que inspiraram Schatzki.

Almejei, com isso, compreender as interpretações realizadas pelo autor, por exemplo, na medida em que formulava sua teoria, identificando os autores seminais e epistemologias que fundamentaram a sua percepção e proposição de prática, em síntese, enquanto fenômeno social. Ademais, de forma complementar, ao reler meu texto, reconheci necessidade de explicar estilo de escrita, verborragias subjetivas [...]. Disso decorre a aquiescida exigência de apresentação do próximo (e penúltimo) acorde deste prelúdio.

Acorde de segunda posição – Esta tese, à exceção deste prelúdio evocativo, será escrita na primeira pessoa do plural. Tanto quanto é impossível demarcar o período de tempo no qual este texto [este produto intermediário] foi desenvolvido, compreendo que é quantitativamente ininteligível mensurar o número de mãos e vozes que escrevem e escreveram este trabalho. Eis a principal justificativa para tal tomada de decisão, que representa muito mais do que uma categoria gramatical: no exercício multidisciplinar de manejar diferentes disciplinas, de diferentes áreas de conhecimento (Administração, Filosofia, Psicologia); no exercício interdisciplinar, considerando enfoque epistemológico, de contribuir para a superação da natureza de especialização e de fragmentação do conhecimento (THIESEN, 2008), busquei diversos interlocutores ao longo do extenso e complexo caminho de muitos desencontros até que eu pudesse tatear e desenvolver um problema consistente para esta pesquisa sem enquadrá-la. Meu objetivo é pontuar os diferentes atores que interagiram com este texto e, por essa razão, escrevem junto a mim. A partir das notas de apresentação (primeira seção da tese), então, seremos nós.

Para transitar ao próximo, terceiro, e decisivo acorde deste prelúdio, utilizarei um dos princípios acima elencados, a multidisciplinariedade, para uma análise semântica. O que se pode depreender de multidisciplinaridade? Diz respeito a “multi” disciplinas ou à disciplina múltipla? Multi é uma palavra de origem latina, vem de *multus* – diversos, vários fatores. Mais do que isso: de que disciplina estamos falando? De respeito, obediência, sujeição, subordinação; ou de ciência, cadeira, doutrina, cátedra? Independentemente da sujeição ou da aproximação semântica que se possa escolher das alternativas acima elencadas, este próximo acorde visa a estabelecer, a marcar, neonzar¹⁰, justificar, minha rejeição à frequência que modulou o meu desenvolvimento intelectual, desde a mais tenra idade, até boa parte da minha vida adulta: reprodução, realizada a partir de um referencial normativo.

Acorde de terceira posição – A limitante e limitadora reprodução (disciplinada) do que fora criado por outro, regulamentado por outro, a que somos apresentados, ensinados a [a que somos condicionados em boa parte do

¹⁰ Relativo a neon enquanto possibilidade de adjetivar cor. **Nenonzar**: destacar com a legitimidade do aparecer.

tempo de nosso desenvolvimento], é a alavanca reflexiva do acorde final deste prelúdio. O que convencionamos nomear como ensinamentos, em que pese a prescritividade do que deve ou não ser ensinado, do que é certo ou errado, pode nos enjaular em um binarismo existencial e de perspectiva de mundo, ao enclausurar a nossa singularidade em outras, em outras experiências tomadas como corretas e convencionadas em normas a serem seguidas.

A criança que fomos um dia, em continuidade a esta perspectiva reducionista, foi, por várias vezes, orientada a repetições contínuas até que, a la Skinner¹¹, passou a fazê-lo, repeti-lo. Dentre os experimentos clássicos de Skinner (1988), interessa-me destacar a análise do comportamento em animais (pombos e ratos) quando condicionado por estímulos e reforços. O reforço, nos estudos do autor, pode ser compreendido como uma força que se apresenta após a resposta, ampliando a possibilidade de esta tornar a acontecer.

A contrapartida ao atingimento da meta, seja lá qual for, na maioria das vezes, apresenta-se de forma a bonificar, a reforçar tal reprodução. Em busca desse reconhecimento, então, partimos a oferecer respostas, comportamentos, reforçados sabe-se lá pelo que ou por quem. E, isso ocorre mesmo quando alcançamos uma fase do desenvolvimento em nosso ciclo vital em que o pensamento complexo biologicamente se expressa (ria). Diante disso, várias vezes experienciamos e respondemos a este mundo com nosso eu encapsulado em diretrizes externas ao nosso “eu-mundo”.

Em consonância a pontos de referência do certo e do errado, do normal e do anormal, vamos deixando de explorar a ingenuidade da experiência a partir dos nossos próprios recursos, para referenciar a nossa singularidade, pluralidade a partir do que está arregimentado socialmente. Ao longo do nosso desenvolvimento, vamos, assim, imbricando-nos no mundo da reprodução, em busca, cada vez mais, de maiores recompensas. Lembro-me de uma experiência da minha infância (hoje a compreendo como uma catártica experiência), quando fui reprimida diante de todos os meus colegas de escola, todos com seis anos

¹¹ Skinner (1904-1990), psicólogo norte-americano, expoente nos estudos do comportamento (behavior) e suas determinações. Proposta de previsão e controle. Dessa forma, Skinner destacou-se como representante do Behaviorismo, ao desenvolver diferentes estudos empíricos e proposições teóricas acerca do comportamento, a partir de suas consequências, tal como a teoria do reforço: a força que ocorre após uma resposta, amplia a probabilidade desta se repetir (SAMPAIO, 2005; SKINNER, 1988).

aproximadamente, porque pinte a lua de vermelho e não de cinza/azul como deveria ser, explicou-me a professora. Em sua saga litúrgica para definir a cor das coisas do mundo, disse-me ela em um tom que posso reproduzir quase trinta anos depois: “você já deve começar a aprender as cores das coisas tais como elas são”.

E esse é um brevíssimo resumo do que entendi sobre a experiência do meu ser em um mundo que vai nos homogeneizar no dever ser. A nossa ruptura com existência-padrão, com a existência-reprodução pode começar, de certa maneira, quando nós nos lançamos a processos de distinção, diferenciação do nosso agir, do nosso estar com, da nossa singularidade. Como instrumento de ação-reação, os questionamentos, em propósito de eivar a certeza dos deveres ou imposições determinísticas ao conhecer, ao ser, ao aprender, podem nos auxiliar a estabelecer dúvidas com relação ao pensamento cartesiano tradicional (ARAÚJO, 2010), o qual orientou boa parte do meu desenvolvimento, da escola à Universidade (bem como o da professora da lua cinza ou azul).

Existir verbo, existir ação, significa existir singularmente, e perfaz um exercício quase diário de resistência. A resistência, em tom absolutamente confessional, pode ser traduzida em vida experiência: a experiência da singularidade. Por que falo sobre isso em meio aos tons da abertura de tese? É sobre isso que venho argumentando ao longo da apresentação dos acordes? É, também, sobre isso. Na busca por singularizar a minha existência enquanto pesquisadora, em respeito às ações inerentes à singularidade-pesquisa (a subjetividade intrínseca à relação com o objeto e com o pesquisar, perguntar, refletir, escrever) hesitarei em me perder nos formalismos, que tendem a tornar todas as luas cinzas ou azuis. Justificativa? Minha singularidade em exercício quase diário de resistência. Em vista disso, um texto-tese maculado pela minha experiência singular do ser pesquisadora, não poderá ser considerado um texto científico?

Com vistas a refletir, mesmo que embrionariamente, sobre a última questão apresentada, pensemos nos elementos que constituem uma contribuição teórica robusta (inérita, original, conforme determinam os regimentos dos Programas de Pós-Graduação, como compromissos inadiáveis dos candidatos a títulos acadêmicos). Whetten (2005) identificou elementos necessários para uma contribuição teórica, partindo da premissa de tais

“ingredientes”, para utilizar as palavras do autor, os quais devem ser comunicados de forma simplificada, uma vez que “as estruturas atuais tendem mais a obscurecer do que a esclarecer seu significado” (WHETTEN, 2003, p. 69). Desse modo, intentando clarificar esse debate, o autor, então, elencou três questões-chave para desenvolver seu argumento: 1) “Quais são os blocos de construção para o desenvolvimento de teoria?”; 2) “O que é uma contribuição legítima e que agrega valor ao desenvolvimento de teoria?”; e, por último, 3) Quais os fatores [que podem ser] considerados na avaliação de [textos] conceituais? Ao que segue, refletirei acerca de algumas considerações do autor que buscaram responder essas questões.

Para responder à primeira questão, o autor revisita os pensadores clássicos acerca de desenvolvimento de teoria, como Dubin (1978), reconhecendo quatro componentes essenciais e principais para o desenvolvimento de uma teoria. O primeiro deles, explica Whetten (2003), é o *quê*: no sentido de identificação de “fatores – variáveis, construtos, conceitos que devem ser considerados na explicação do fenômeno social em questão”. Com relação a isso, o autor também defende que os excessos cometidos durante o exercício de teorizar, de escrever, podem ser mais facilmente reparados, revisitados com o devido amadurecimento da teoria ao longo do tempo, do que as supressões prematuras de concatenações (p. 69).

O segundo componente, por sua vez, é o *como*. Essa etapa, explica Whetten (2003) objetiva a ordenar o processo de teorização, “delineando padrões explicitamente”, ao ilustrar de que forma os grupos de fatores (o *quê*) podem se relacionar (p. 69). Ainda nesse feudo processual, a introdução de causalidade pode ser destacada. Na esteira da compreensão do processo de desenvolvimento de uma teoria, no que concerne à identificação dos blocos de construção para tal prática, o autor explica que, somados, “o *quê*” e o “*como*” formam o que ele chama de “domínio ou conteúdo da teoria” (p. 69). Mais do que isso, simplifica Whetten (2003, p. 70), “a combinação dos “*comos*” e “*o quês*” produz modelo [...] por meio do qual podem derivar proposições¹² passíveis de serem testadas”.

¹² Para o autor, a distinção entre proposições e hipóteses pode ser assim resumida: “proposições envolvem conceitos, enquanto hipóteses requerem medidas” (WHETTEN, 2003, p. 70).

O terceiro, e penúltimo componente, diz respeito ao *porquê*. Esse componente traduz a liga, a associação que tende a agregar, a consubstanciar o modelo (tal como Dubin (1978), Whetten não diferencia modelo e teoria). Assim, na identificação desses blocos para o desenvolvimento de uma teoria, o *porquê* diz respeito a uma específica representação do fenômeno, em que pese, por exemplo, “dinâmicas psicológicas, econômicas ou sociais fundamentais que justificam a seleção de fatores e as relações de causalidade propostas” (p. 69). Tanto quanto forem robustas as questões ou visões fundamentais, seja da “natureza humana”, individuais ou inter-relacionais, seja de aspectos organizacionais, seja “de processos sociais”, políticos, econômicos e suas infinitas possibilidades de engendramento, mais solidez teremos para avaliar “a racionalidade da conceitualização proposta” (WHETTEN, 2003, p. 70).

Desse modo, o teórico, em sua artesanal atividade, deve buscar o convencimento de outros “de que suas proposições fazem sentido se pretendem ter impacto na prática da pesquisa” (WHETTEN, 2003, p. 70). Além disso, o autor explica que desenvolver teorias exacerbam a modesta prática de reescrever o conhecimento existente. Logo, em exercício de livre interpretação (em um paradoxal exercício de interpretação, dada a base epistemológica desse autor) encontro a fissura necessária para argumentar tanto sobre esse convencimento, quanto sobre a modéstia do reescrever.

Para consistentemente convencer sobre a proposição da dimensão política das práticas, necessito não somente considerar a robustez do campo e a base teórica que fundamentará meu argumento, mas, basicamente, considerar a expressão da minha singularidade na atividade de desenvolvimento teórico – no manejo de teorias, ideias, dados empíricos. Se não o fizesse, tanto minhas proposições não fariam sentido, quanto não somariam novidades à prática de pesquisa. Estaria, então, frente a frente com o desprezioso exercício de reescrever, reproduzir o conhecimento que já existe.

Por outro lado, embora eu possua algumas ressalvas acerca da prescritividade de Whetten (2003) com relação aos ingredientes para uma contribuição teórica, concordo com o autor, quando ele resume que a atividade do teórico se fundamenta em desafios para ampliar o que já está posto no campo do conhecimento, com a utilização de justificativas e argumentos que convençam, independentemente da perspectiva epistemológica de filiação.

Seguindo, assim, na esteira da receita teórica de Whetten (2003), com a devida identificação de seus principais ingredientes, ele indica, ainda, que o teórico deverá explicar os “porquês”, tendo como base os “o quês” e os “comos” (estes dois últimos envolvem a descrição). Se os “o quês” e os “comos” descrevem, estão relacionados, dessa maneira, aos dados coletados, quantitativos ou qualitativos; ao passo que, por sua vez, “a teoria fornece explicação para estas características”. Nas palavras do autor: “o quê” e “como” fornecem uma estrutura para padrões de interpretação, ou discrepâncias em nossas observações empíricas” (WHETTEN, 2003, p. 70). Com isso, podemos pontuar que a descrição e a explicação se consolidam como processos fundamentais no curso de desenvolvimento de uma teoria.

O quarto elemento “quem, onde e como” diz respeito a questões de tempo e de contexto, na medida em que “delimitam as fronteiras da generalização”, indicando, assim, o “alcance e a extensão da teoria”. Nesse escopo, é importante que o teórico seja sensível “aos limites conceituais de suas proposições”, considerando a performance do tempo e a situacionalidade do contexto, bem como as mudanças que daí emergem, o que pode denotar restrições à robustez e à aplicabilidade da teoria (WHETTEN, 2003, p. 70).

Em continuidade, para responder à segunda questão, a qual diz respeito à identificação de uma contribuição legítima, que conciliaria, somaria valor ao desenvolvimento de uma teoria, destaco uma importante informação do autor: “a maioria dos estudiosos organizacionais não irá formular uma teoria a partir do zero [...] geralmente trabalham na melhoria daquilo que já existe” (WHETTEN, 2003, p. 71). Eis o ponto onde queria chegar: defender a legitimidade da minha contribuição, tanto porque Bourdieu (1972), Garfinkel (1986), Giddens (1967), Schütz (1972), quanto porque outras dezenas ou centenas de estudiosos (Hughes, Suchman, Norman, Trigg, Blombers, Cicourel, Mead, Goffman, Sacks, Schegloff, Goodwin, Bateson, Health, Luff, Vikotsky, Polanyi, Cole, Scribner, Hutchins, Engestrom, Luve, Weiger, Wenger, Gherardi) (considerando um breve intervalo de tempo entre 1960 a 2000) jamais permitiriam que este texto pudesse estreitar qualquer teorização ou apresentar contribuição inédita frente às tradições intelectuais dos estudos baseados em práticas (GHERARDI, 2014, p. 10).

Este ponto de reflexão, no entanto, merece sublinhado destaque neste acorde de terceira posição. Ressoa tom sobre meio-tom, em ressonâncias que

suportam o trabalho a que me dispus a realizar: perscrutei as lacunas da teoria das práticas (em Schatzki). Ao fazê-lo, coloquei-me face a face com a fragilidade de uma análise acerca da dimensão política da noção de prática, esmorecida em direcionamentos de reflexões que se aviltam nas generalizações, enquadramento em amplo enfoque, por ele denominado fenômeno social.

Ao analisar o campo somente com essa lente, o fenômeno das eleições, da organização – das práticas compartilhadas e em relação, num contexto em que atores se relacionam e interagem reciprocamente – negligenciaríamos as relações (o quê, como, porquê, quem, onde e como) do que fora experienciado, vivenciado e compartilhado sob a égide da crise de representatividade, que se agigantava na adjetivação do *estar com* na situacionalidade da prática. Com isso, objetivei desnudar o que estava *por trás das urnas* e enfraquecer generalizações precoces que engessam a percepção do valor de mudanças, e de relações imprescindíveis ao escopo da formulação teórica, ou seja, para a análise da dimensão política dessas práticas.

Para proceder a essa construção, ampliando o alcance de análise da teoria supracitada, a filosofia política de Hannah Arendt subsidia teoricamente as abstrações reflexivas, escopo de teoria complementar, com foco na relação entre variáveis. Isso porque, fundamentalmente, “insights teóricos advêm da demonstração de como a adição de uma nova variável altera significativamente nosso entendimento do fenômeno por meio da reorganização de nossos mapas causais” (WHETTEN, 2003, p. 70). No entanto, a teoria política de Arendt, possibilitará muito mais do que a reorganização dos mapas causais do fenômeno eleições municipais (práticas inerente a elas) em meio à crise de representatividade. Fundamentalmente, em absoluta síntese intrínseca ao exercício de preludiar, a pluralidade, a liberdade e a ação política arendtianas compõem a espinha dorsal da proposição acerca do modo de conhecer a prática enquanto político. O próximo acorde, encerra esta abertura, com a apresentação do argumento de tese

Acorde de argumento de tese – Começo com liberdade e ciência. Arendt (1988, p. 09), ao relacionar revolução e guerras e circunscrever a liberdade como “a própria existência da política”, faz uma interessante observação acerca da liberdade e da ciência moderna: “sob o assalto combinado das ‘modernas’

ciências desmistificadoras, na psicologia e na sociologia, nada parecia, na verdade, estar mais definitivamente sepultado do que o conceito de liberdade”.

Essa proposição arendtiana corrobora minha decisão pela resistência em aparecer no texto que escrevi, em fuga ao formalismo já mencionado. Esse último, conforme Matos (2002, p. 176), apresenta-se como “a hipertrofia do valor forma. No labor científico, ele é fonte de estereótipos e sumidouro da riqueza dos significados. Arendt (2014) ilumina esse debate, ao chamar a atenção para o fato de como perdemos a capacidade de falar uns com os outros. Para ela, as ciências têm legitimado as “verdades formais” em detrimento do discurso comum, da linguagem comum (da política). As ciências sociais, para serem “científicas” têm reduzido a pluralidade a um “modelo abstrato, conhecível e previsível”, ou seja, um modelo não real ou um fragmento do real (ARENDR, 2014). Ressoando essas reflexões finais e de partida, reitero que esta tese é, prioritariamente, uma ação política, continuidade da minha liberdade, pluralidade humana, experiência cidadã, de *estar com* – e com o outro em espaço público, com possibilidades de criar, de concordar, de discordar. É, assim, um exercício de compreender, como categoria epistemológica e hermenêutica (ARENDR, 2008).

Com a possibilidade de discordar, reconstruí a trajetória epistemológica da noção de prática de Schatzki, com foco no conhecer na prática – considerando que a tradição praxiológica - tradição intelectual dos estudos baseados em práticas – apresenta lacuna no que tange a possibilidades epistemológicas para descrição e análise da dimensão política das práticas inerentes ao fenômeno eleições, processo de organização das eleições, em meio à crise de representatividade.

Com a possibilidade de concordar, entendi que, para descrever o fenômeno, com vistas a compreender o por trás das urnas, é necessário que, em abstração, analise-se essas práticas a ele inerentes, em sua dimensão político-filosófica, com vistas a se compreender o significado dessa vivência. Portanto, defendo a tese de que compreenderemos as práticas do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, inerentes às eleições municipais de 2016 em meio à crise de representatividade, por meio de possibilidades epistemológicas de descrição e análise da dimensão política dessas práticas.

Com a possibilidade de criar, apresentarei, ao final destes escritos, direcionamentos como viabilidades para modos de conhecer a dimensão política das práticas. Para tanto, apresento uma noção de práticas: “As práticas são fenômenos que decorrem do imbricamento político da ação, ou seja, do estar para (e com) a liberdade e a pluralidade humanas em um espaço de compartilhamento, de vida ativa”. Ainda, destacarei núcleos temáticos para possíveis análises do vivido, que decorrem dessa proposição de noção de práticas: 1) pluralidade; 2) liberdade; 3) ação política; 4) poder.

Fim de prelúdio, à tese.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE GRUPOS COM MAIS DE UM VEÍCULO (2017)	51
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE GRUPOS COM SOMENTE UM VEÍCULO (2017)	52
FIGURA 3 – MANIFESTANTES DE JUNHO DE 2013 OCUPAM A CÚPULA CÔNCAVA, SEDE DO SENADO FEDERAL, EM BRASÍLIA-DF	68
FIGURA 4 – MANIFESTANTES OCUPAM AS RUAS DO CENTRO DE PORTO ALEGRE, EM JUNHO DE 2013.	69
FIGURA 5 – ÍNDICE DA PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO 2018 (BRASIL)	83
FIGURA 6 – MAPA ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO – PAÍSES	84
FIGURA 7 – REVISTA VEJA VÉSPERAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2014	91
FIGURA 8 – LAVA JATO: ESQUEMA DE DESVIOS DE RECURSOS DA PETROBRÁS.....	92
FIGURA 9 – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – O TRIBUNAL DA DEMOCRACIA	94
FIGURA 10 – TRADIÇÕES INTELCTUAIS DOS ESTUDOS BASEADOS EM PRÁTICA	127
FIGURA 11 – HANNAH ARENDT STRAßE	131
FIGURA 12 – MEMORIAL DOS JUDEUS MORTOS – CAMINHANDO PELO TERRENO	132
FIGURA 13 – MEMORIAL DOS JUDEUS MORTOS – BLOCOS DE CONCRETO	132
FIGURA 14 – LA PIETA: ESCULTURA NO PRÉDIO DA NEUE WACHE	133
FIGURA 15 – HANNAH ARENDT, QUANDO CRIANÇA, E SEU AVÔ.....	134
FIGURA 16 – REFLEXÃO FILOSÓFICA DA REALIDADE - ARENDT (1959)	161
FIGURA 17 – ORGANOGRAMA TRE-RS	246
FIGURA 18 – CAMINHOS E DESCAMINHOS DE PESQUISA	258
FIGURA 19 – INDO E VINDO ÀS COISAS QUE JÁ NÃO SÃO AS MESMAS	259
FIGURA 20 – ESQUEMA ARGUMENTO DE TESE	261
FIGURA 21 – FOLHA DE ROSTO DA 3ª EDIÇÃO DO CÓDIGO ELEITORA DE 1932	268
FIGURA 22 - PROJETO EXPERIMENTAL DE TÍTULO ELEITORAL.....	272
FIGURA 23 - TÍTULO ELEITOR RIO GRANDE DO SUL 1905	272
FIGURA 24 - TÍTULO ELEITOR RIO GRANDE DO SUL 1914	273
FIGURA 25 – ZONAS ELEITORAIS DE PORTO ALEGRE.....	279
FIGURA 26 – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROGRAMA ELEIÇÕES 2016	283
FIGURA 27 – TEMA GERAL DAS ELEIÇÕES 2016: DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016, TSE.	285
FIGURA 28 – CAMPANHA JOVEM ELEITORAL: "SE VOCÊ TEM 16 ANOS, FAÇA SEU TÍTULO".	286
FIGURA 29 – “ESTÁ NA HORA DE DERRUBARMOS MAIS ESTE RÓTULO: MAIS MULHERES NA POLÍTICA” –CAMPANHA IGUALDADE NA POLÍTICA.	298
FIGURA 30 – MESÁRIO VOLUNTÁRIO: "O POVO A SERVIÇO DA DEMOCRACIA"	315
FIGURA 31 – TREINAMENTO MESÁRIOS AUDITÓRIO TRT, 13 DE SETEMBRO DE 2016.....	315
FIGURA 32 – MANUAL DO MESÁRIO	316
FIGURA 33 – MATERIAL SEPARADO PARA SER ENVIADO PARA AS ZONAS ELEITORAIS.....	319
FIGURA 34 – CORREDORES TRE ANTEVÉSPERA ELEIÇÕES 2016.....	320
FIGURA 35 – ENCONTRO DE AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016.....	333

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (2003 – 2016), POR ANO.....	85
GRÁFICO 2 – AVALIAÇÃO DO GOVERNO FERNANDO COLLOR, APÓS ELEIÇÕES DE 1989.....	100
GRÁFICO 3 – TAXA DE CRESCIMENTO CÂMARA DOS DEPUTADOS – BRASIL	301

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS 2010: DOAÇÕES DE EMPRESAS	78
QUADRO 2 – PANORAMA TRADIÇÃO PRAXIOLÓGICA.....	126
QUADRO 3 – ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA EM SCHATZKI (2008)	230
QUADRO 4 – NÚMERO DE SERVIDORES DISTRIBUÍDOS ESCOLARIDADE	249
QUADRO 5 – ESTATÍSTICA SERVIDOR: TIPOLOGIA DOS CARGOS POR FAIXA ETÁRIA.....	249
QUADRO 6 – PARTICIPANTES DA PESQUISA	251
QUADRO 7 – EVENTOS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016.....	254
QUADRO 8 – PANORAMA ANTECEDENTES DA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA: ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS E DIFERENTES FASES DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA	264
QUADRO 9 – ATIVIDADES (ANTES DAS ELEIÇÕES) – <u>REPLICADO</u> TRE-RS.....	274
QUADRO 10 – A PALAVRA DEMOCRACIA – AO LONGO DO CURSO EAD – QUE APRESENTA A MINIRREFORMA ELEITORAL DE 2015 COMO UMA RESPOSTA AO MOVIMENTO DE RUA DE 2013 E AO TEMA DA DEMOCRACIA.....	295
QUADRO 11 – QUANTITATIVO E SITUAÇÃO DOS CANDIDATOS	308
QUADRO 12 – DENSIDADE CANDIDATOS ELEIÇÕES 2016	308
QUADRO 13 – CANDIDATOS A PREFEITO MAIS VOTADOS NO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS.....	326
QUADRO 14 – RESULTADO PRIMEIRO TURNO ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE – CANDIDATOS PARA PREFEITO E VICE- PREFEITO	326
QUADRO 15 – VEREADORES ELEITOS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE, 2016	327
QUADRO 16 – RESULTADO 2º TURNO ELEIÇÕES MUNICIPAIS.....	329
QUADRO 17 – DISTRIBUIÇÃO ELEITORADO DE PORTO ALEGRE, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA (2016)	330
QUADRO 18 – REALCE EPISÓDIOS LEGISLAÇÃO ELEITORAL ATÉ 1932	351
QUADRO 19 – ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL ARRANJADA COM OS ACONTECIMENTOS SOCIO-HISTÓRICOS.....	357

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ESTATÍSTICAS DO ELEITORADO – POR SEXO E FAIXA ETÁRIA – PORTO ALEGRE	288
TABELA 2 – DISQUE ELEIÇÕES 2016: NÚMERO DE ATENDIMENTOS NA CENTRAL.....	325

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF – Constituição Federal (da República Federativa do Brasil, 1988)
CORIP – Coordenadoria de Registros e Informações Processuais
CRECE – Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
DEM – Partido Democratas
EAD – Educação à Distância
FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
IPC – Índice de Percepção da Corrupção
MRU – Movimento Retilíneo Uniforme
OSM – Organização Sionista Mundial
PL – Projeto de Lei
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PR – Partido da República
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PT – Partido dos Trabalhadores
PSD – Partido Social Democrático
SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
STF – Supremo Tribunal Federal
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
ZEs – Zonas Eleitorais

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: NOTAS DE APRESENTAÇÃO	37
1.1 O CONTEXTO CRÍTICO	45
1.1.1 O Oligopólio da mídia brasileira: as ressonâncias no direito humano à comunicação.....	47
1.1.2 A Representação política brasileira como herança e profissão	60
1.1.3 Os Movimentos de rua de 2013: “criticar [a] tudo e [a] todos”	66
1.1.4 A Corrupção e a Lava-Jato: “Ai, meu Deus, me dei mal, bateu a minha porta o japonês da Federal”!	73
1.1.5 As eleições gerais de 2014 e o Impeachment Presidencial de Dilma Rousseff: em nome de Deus, eu voto sim!	93
1.1.6 A Reforma Eleitoral de 2015: analgesia?	106
1.2 A EMERGÊNCIA DE UM OBJETO DE PESQUISA.....	109
1.2.1 A política arendtiana e a noção de prática em Schatzki: a Fenomenologia como base epistemológica comum	111
1.2.2 Para ir às coisas mesmas: objetivos, objeto de análise e argumento de tese.	118
CAPÍTULO 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	121
2.1 A ABORDAGEM BASEADA EM PRÁTICAS	123
2.1.1 A tradição Praxiológica	125
2.1.2 A ontologia das práticas sociais em Schatzki: nosso ponto de partida.....	127
2.2 HANNAH ARENDT: A POLÍTICA ENTRE OS HOMENS.....	128
2.2.1 As vivências que luziam a sua teoria.....	128
2.2.2 A noção política arendtiana para os tempos sombrios.	137
2.2.3 A Liberdade da política	143
2.2.4 Pluralidade e Debilidades da República.....	147
2.2.5 A vida, a vida ativa, a vida contemplativa	157
2.2.6 A democracia e a crise de Representatividade e o indiferente	160
CAPÍTULO 3 – MODOS DE CONHECER E METODOLOGIA	170
3.1 MODOS DE CONHECER.....	173
3.1.1 O <i>Pré-Saber</i> do Perguntar em Heidegger	174
3.1.2 Modo de Conhecer Fenomenológico em Heidegger	178
3.1.3 Fenomenologia Social de Schütz.....	188
3.1.4 Fundamentos da Fenomenologia – pela lente de Schütz	200
3.1.5 Wittgenstein e as ressonâncias de sua inteligibilidade compreensiva na ontologia da prática social de Schatzki	217
3.1.6 Ontologia contextual: a prática em Schatzki	227
3.2 EM BUSCA DE UMA METODOLOGIA PARA ANÁLISE DAS PRÁTICAS	232

3.2.1 Estudo qualitativo, mas não uma etnografia	234
3.2.2 O fenômeno como possibilidade	236
3.3 MÉTODO E PESQUISA EMPÍRICA FENOMENOLÓGICA.....	237
3.3.1 Fenomenologia: método filosófico para pesquisa empírica?	238
3.3.2 Método Fenomenológico de Sanders.....	239
3.3.3 Fase pré-reflexiva.....	240
3.3.4 Definição da região de investigação: a região das práticas é maior do que o espaço organizacional.....	241
3.3.5 Coleta de Dados.....	244
3.3.6 Caracterização da coleta de dados: da organização aos participantes	248
3.3.7 Análise interpretativa fenomenológica	256
3.3.8 Caminhos e descaminhos: a pesquisa	257
3.3.9 Para se compreender os elementos por trás das urnas: da descrição à interpretação em busca de significados	260
CAPÍTULO 4 – AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016, POR TRÁS DAS URNAS	262
4.1 ESQUADRINHAMENTO DO ANTES: DO PRIMEIRO DIA NO CAMPO À VÉSPERA DA ELEIÇÃO	262
4.1.1 A justiça eleitoral brasileira e o estabelecimento histórico-político da legislação eleitoral	262
4.1.2 O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul: da fundação da justiça eleitoral gaúcha ao Programa das eleições municipais de 2016.....	271
4.1.3 Cadastramento de Eleitores: do marketing de comunicação institucional – seu voto sua voz – às contestações cidadãs nas filas da Padre Cacique	284
4.1.4 Treinamentos e eventos de preparação para as eleições 2016: da Reforma Eleitoral à participação feminina na política – da definição de público-alvo à produção de conteúdo EAD	289
4.1.5 O registro de candidaturas nas eleições municipais de 2016.....	304
4.1.6 Propaganda Eleitoral: fiscalização da justiça aos partidos políticos, normas e períodos estabelecidos	309
4.1.7 Da carga às urnas aos treinamentos de mesários, da preparação das zonas de votação ao sorteio da votação paralela: processos e atividades para o domingo de eleição.	311
4.2 A ELEIÇÃO EM PORTO ALEGRE: O PRIMEIRO E O SEGUNDO TURNOS.....	318
4.2.1 Setenta e duas horas de primeiro turno.....	319
4.2.2 Segundo turno das eleições municipais de 2016.....	328
4.3 DEPOIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS, PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA E DIPLOMAÇÃO DOS CANDIDATOS	330
4.3.1 A avaliação reflexiva dos participantes da realidade da prática: desdobramentos da entrevista fenomenológica	337
4.3.2 Fragmentos do vivenciado, do experienciado [...].	340
CAPÍTULO 5 – “ENTRE-OS-HOMENS” – PARA UMA POSSIBILIDADE ANALÍTICA DA DIMENSÃO POLÍTICA DAS PRÁTICAS: DA INTERPRETAÇÃO ÀS NECESSIDADES DO COMPREENDER	349
5.1 ESCRUTINANDO AS COISAS MESMAS DAS ELEIÇÕES DE 2016, SOB O ENFOQUE DA ONTOLOGIA CONTEXTUAL DE SCHATZKI	350

5.1.1 Das primeiras legislações eleitorais à diplomação dos eleitos e avaliação das eleições municipais de 2016: os episódios que compõem o fenômeno eleições.	351
5.1.2 Da malha prática arranjo e do fazer parte de outras malhas: do TSE às zonas eleitorais; da democratização às jornadas de 2013; do voto feminino à desigualdade de gênero na representação.	356
5.1.3 Cadeias de ação entre agentes humanos e não-humanos que circulam desta grande malha específica: a interação da legislação eleitoral e da urna eletrônica com a coexistência humana	362
5.1.4 Orbitando em torno da governança da prática: essência parcialmente desvelada	364
5.2 DAS PRÁTICAS ÀS COISAS MESMAS, DAS COISAS MESMAS ÀS PRÁTICAS: IDENTIFICANDO LACUNAS AO COMPREENDER	375
5.3 PROPOSTA EPISTEMOLÓGICA: ENTRE-OS-HOMENS, PARA UMA POSSIBILIDADE ANALÍTICA DA DIMENSÃO POLÍTICA DAS PRÁTICAS	385
5.3.1 O limite da coexistência humana para a compreensão dos elementos já dispostos na trajetória hermenêutica	387
5.3.2 Do exercício de compreender à proposição da dimensão política da prática	390
5.3.3 Compreendendo os elementos por trás das urnas: a dimensão política das práticas entre os homens.	397
REFLEXÕES DE FIM: ENTRE-OS-HOMENS.....	409
REFERÊNCIAS	411
ANEXOS	433

CAPÍTULO 1: NOTAS DE APRESENTAÇÃO

As instituições públicas, de forma geral, sempre despertaram meu interesse acadêmico, principalmente porque durante boa parte da minha vida adulta fui funcionária pública estadual em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Logo, esse meu interesse nasceu da prática, da minha cotidianidade relacional e laboral. Tal conjunto de experiências, então, lançou luzes ao meu interesse acadêmico e passei, também, a pesquisar sobre diferentes práticas de trabalho em instituições públicas, especialmente no Rio Grande do Sul, onde moro desde que nasci.

Assim, de forma geral, durante minha vida acadêmica, a partir de um embrionário interesse pelas organizações públicas (principalmente pelas descontinuidades que engendram mudanças organizacionais continuadas), distingui, face a infinitas possibilidades, pontos de problematização. Disso decorre que, temas como a política, o poder, a dinamicidade da vida organizacional, a cotidianidade do trabalho, a situacionalidade das práticas, a reflexão filosófico-política (principalmente a partir dos estudos da filosofia política de Hannah Arendt), a intersubjetividade intrínseca às práticas compartilhadas, a pluralidade da vida humana, a homogeneização da vida, a nossa condição de seres relacionais, dentre outros, foram margeando um caminho de possibilidades para lugares que se engravavam em aconchego-desaconchego penseroso (CAPAVERDE et al, 2011; CAPAVERDE et al, 2012; CAPAVERDE, VAZQUEZ, 2015; CAPAVERDE, ANTONELLO, 2017; CAPAVERDE, OLIVEIRA, SHEFFER, 2017; CAPAVERDE, LESSA, LOPES, 2018).

Isso posto, não por acaso, em continuidade a este caminho que vivenciei e compreendi como possibilidade acadêmica, interessei-me pelas eleições municipais de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul – durante minha trajetória de doutorado que ora recorto, descrevo, analiso, transformo em texto, possibilidades e defesas com costuras, amarrações, distanciamentos, em busca de compreender e interpretar.

Deste modo, o objeto desta pesquisa, as práticas (TRE-RS) relacionadas à organização do processo eleitoral das eleições municipais de 2016, em meio

à crise de representatividade brasileira, foi também resultado de encontros e desencontros. Quando ingressei no doutorado, em março de 2015, estávamos experienciando um não peremptório cenário de crise política (econômica, ética), complexo e difuso, na sociedade brasileira, o qual, em um momento anterior ao ingresso no campo de pesquisa, não fora epistemologicamente analisado como crise de representatividade.

Assim, os fatos históricos que dão conta de esclarecer as nuances deste cenário, são anteriores ao ano de 2016 (e até mesmo ao ano em que nasci, em 1982). Desse modo, em termos de apresentação histórico-problematizadora, partimos de quem tentou “interpretar o Brasil”: o jurista gaúcho Raymundo Faoro (1925-2003). No ano de 1958, Faoro, ao revisitar nosso passado – com vistas a diagnosticar as origens do patrimonialismo brasileiro – publicando a premiada obra “Os donos do poder”, depois ampliada em 1975, em sua 2ª edição, de 271 para 750 páginas (PICCOLO, 2004), nos alertou para o fato de que não havia um território, uma nação para o povo.

Para o autor, enraizou-se no Brasil desde o século XIV, a cultura de concentração de poder nas mesmas mãos, “para a perpetuação do poder estamental-burocrático” (FAORO, 1979, p. 71) – com primaz responsabilidade do Estado. Isso pode ser explicado pelo fato de que Faoro (1979) “buscou [durante o crescimento exponencial do período nacional desenvolvimentista] as raízes dos males nacionais, justamente na atuação do Estado” (BRITO, 2018, p. 70). Dessa maneira, em resumo, a interpretação do nosso país, tal como realizada por Faoro (1979), fora fundamentalmente embasada na dominação patrimonialista dos donos do poder.

Em uma sociedade patrimonialista, explica Campante (2003, p. 155), ao relacionar o patrimonialismo em Faoro (1979) e Weber (1982)¹³, “o particularismo e o poder pessoal reinam” e, mais do que isso, “o favoritismo é o meio por excelência de ascensão pessoal”. Para além disso, é característico do patrimonialismo, o sistema jurídico atuar de modo a legitimar o poder particular em detrimento da universalidade: “o sistema jurídico, lato sensu, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder

¹³ Foi em Max Weber e na Sociologia da Dominação, que Faoro buscou inspiração para sua noção de Patrimonialismo: “uso pioneiro da sociologia da dominação de Max Weber, especialmente do conceito de “patrimonialismo”, para “explicar o Brasil” (BRITO, 2018, p. 70).

particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal”. Podemos elencar, ainda, o afastamento entre o Estado e os interesses da nação, os quais deveriam ser prioritariamente atendidos: “o distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade” (CAMPANTE, 2003, p. 155).

Na linha deste pensamento, torna-se imprescindível recuperarmos a relação nodal entre patrimonialismo e estamento na obra de Faoro (1979). Para explicar tal relação, recuperamos Baltar (2000, p. 10): “o patrimonialismo de Faoro tem por característica uma relação de “sobrepropriedade” da coroa sobre seus súditos, ao mesmo tempo em que o Estado é regido por um soberano e seus funcionários: *o estamento*”. Desta relação, para mais, podemos compreender a coroa como Estado e os súditos como o povo.

Nesta senda, Turatto (2017), ao problematizar a corrupção associando o pensamento de Faoro e Arendt, no que tange à compreensão de público e privado [embora tenhamos que ressaltar que Arendt e Faoro (inspirado em Weber) desenvolveram diferentes noções acerca de poder¹⁴], soma à noção de estamento, considerando as dimensões de castas sociais definidas para tal análise. De início, resume, “o estamento pode ser compreendido como uma “associação” estritamente social – quem está qualificado a se relacionar com quem” (p. 120).

Esta associação é “de viés não econômico, pautada por valores relacionados à tradição, a honra do pertencimento ao estamento”, sendo que o “status [de tal pertencimento, é] caracterizado por suas relações privilegiadas, desiguais, exclusivistas e particulares com o Estado”. Assim, o estamento e o patrimonialismo se relacionam, na medida em que o estamento “se valerá do patrimonialismo para alcançar as benesses espúrias pelo uso da máquina estatal”. Como o fará? [...] “se apropriará das condições de mando, de modo a gerar mecanismos para preservar essas condições de mando para si” (TURATTO, 2017, p. 120).

¹⁴ Em sua obra “Crises da República” (ARENDDT, 2013), a autora diferencia poder e violência, ao pontuar que o poder “brota onde quer que as pessoas se unam e atuem de comum acordo, mas obtém sua legitimidade mais do ato inicial de unir-se do que de outras ações que possam seguir (p. 129). Com base nisso, Botelho (2017) interpreta que a justificação da violência realizada pela autora, “pode ser realizada pensada no futuro, como numa guerra que se busca paz, mas esta violência nunca pode ser legítima, e sua restrição se dá pelo poder” (p. 11).

Desse modo, quando Faoro (1979, p. 58), brilhantemente, recupera o ditado português “no país, os cargos são para os homens, e não os homens para os cargos”, compreendemos a apropriação do cargo, “usurpação do cargo com exploração máxima para a seara pessoal” (TURATTO, 2016, p. 121), podemos compreender de que forma se dá a apropriação do público pelo privado pelos donos do poder: “o estamento, assim, molda-se de maneira a se apropriar dos cargos e funções públicas para usufruir de pretensas vantagens oriundas do status de estar da máquina pública, como se fossem “os donos do poder” (TURATTO, 2017, p. 121).

Complementarmente, a prática sistêmica de corrupção contemporânea na sociedade brasileira, de forma geral, pode ser compreendida sob a égide do Estado (da legitimidade do). Assim sendo, abrimos a apresentação deste texto com a problematização supracitada, com vistas a salientar que entendemos que os elementos que compõem o contexto de crise no cenário brasileiro de 2016, são estruturais, históricos e complexos. Veja a corrupção, por exemplo, se compreendida como questão estrutural, pode ser relacionada “à constituição estrutural das instituições, colocando-se de modo diametralmente oposto ao interesse público”. Isso porque, complementa Turatto (2017), “um dos traços do patrimonialismo é a ineficiência governamental diante de uma lógica perdulária não responsiva à sociedade” (TURATTO, 2017, p. 121).

Desse modo, ofereceremos um recorte contextual (sem intenção de esgotar a profundidade reflexivo-epistemológica que estes elementos exigiriam) não somente da corrupção, mas também dos demais elementos que serão apresentados nesta Parte I do texto. Tal planejamento de escrita visa a fundamentar a emergência do objeto de pesquisa e as sucessivas idas às coisas mesmas que possibilitaram explicitar a crise de representatividade como um elemento intrínseco à.

Isso posto, chegamos ao Brasil de 2016, contexto das eleições municipais daquele ano. Neste cenário, podemos identificar, sessenta anos depois da publicação da obra de Faoro, com aviltante clareza diagnóstica de ponto de partida, que ainda existem os donos do poder, e a apropriação do público pelo privado é, ainda, uma constante em nosso país. Para arejar tais proposições, identificamos dois elementos caracterizadores (dentre centenas de outras possibilidades) da sociedade brasileira: a herança da representação política e a

concentração da mídia nas mãos de castas seletas (para não dizer famílias seletas) (PASTI et al., 2017).

Em primeiro lugar, a informação, a formação de opinião da sociedade brasileira está concentrada nas mãos de poucas famílias (PASTI et al., 2017). Para ilustrar: as duas maiores emissoras de televisão e rádio do nosso país, Rede Globo de Televisão e Sistema Brasileiro de Televisão, pertencem às famílias Marinho e Abravanel, respectivamente. Esta concentração da mídia, no caso brasileiro, potencializa ameaças ao debate no espaço público, uma vez que, como grandes conglomerados econômicos, direcionam a opinião das massas para seu objetivo capitalista. Deste modo, a legitimidade do debate democrático mais amplo se esvazia, tanto quanto o direito humano à comunicação se dissolve em utopias discursivas (GUARESCHI, 2013). A concentração da mídia, no caso brasileiro, nas mãos de algumas poucas famílias, perfaz a “ameaça-mãe”, “a mais destrutiva e [a] que potencializa todas as demais” (GENRO, 2013, p. 17).

Esta questão, explicamos, deve ser realçada no debate intrínseco aos elementos da crise de representatividade, especialmente no que tange à articulação do elementos do contexto em que se realizaram as eleições municipais de 2016. A mídia brasileira teve um papel extremamente importante nas jornadas de 2013, no Impeachment, na veiculação de informações relativas aos escândalos de corrupção, no Brasil recente. Atuando como grandes conglomerados econômicos, com interesses privados em jogo, tanto de “manutenção de maior poder econômico” quanto “comunicativo”, é importante chamar à cena de debate que a informação veiculada está cataclismada por interesses que não carregam somente o objetivo de comunicar, mas o de comunicar o que interessa econômica e ideologicamente¹⁵ para os negócios destas famílias-empresas (GUARESCHI, 2013).

¹⁵ Diferentes artigos da Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) proíbem monopólios e oligopólios, regulando regras para a publicidade e defesas regionais para a programação, além de nos resguardarem direitos básicos (como o Artigo 5º da CF). Dentre estes, podemos citar os artigos 5º, 21, 22, 220, 221, 222, 223, 224 da CF. O artigo 5º nos resguarda o direito de sermos todos iguais diante da lei, “sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. O artigo 21, por sua vez, reconhece que compete à União, dentre outros, conforme inciso “XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais”; bem como conforme inciso “XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão”,

Com isso, explica Genro (2013), o debate político perde em legitimidade junto ao contingenciamento da circulação da livre informação à pauta econômica, do patronato da informação brasileira, como diria Faoro (1979), se buscasse interpretar o Brasil dos anos 2000. O debate em torno do tema da Reforma dos Marcos Regulatórios da mídia, da comunicação brasileira é tão urgente quanto é antigo na agenda brasileira. Nos interessamos, no entanto, por redesenhar esta necessidade, especialmente pela agência proeminente da mídia brasileira e de seus interesses no curso dos fatos históricos que convergem para a crise de representatividade.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação¹⁶ (FNDC) nos auxilia nesta compreensão, explicando que a “democracia no Brasil não pode existir sem a efetiva democratização dos meios de comunicação”. Tal Fórum, congrega “associações, sindicatos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e coletivos”, que se juntam para fazer frente ao que está constitucionalmente previsto para o setor¹⁷, mas ainda não foi regulamentado pelo Congresso Nacional Brasileiro. Dessa forma, estes grupos “se articulam para denunciar e combater a grave concentração econômica na mídia”, o que corrobora a “ausência de pluralidade política e de diversidade social e cultural nas fontes de informação”, obstaculizando, desta maneira, a “consolidação da comunicação pública e cidadã”, com consequências “inúmeras” tais como, “violações à liberdade de expressão”.

Conforme o FNDC¹⁸, o mercado brasileiro é dominado por cinco grandes emissoras de televisão, quais sejam: Globo, SBT, Record, Band e RedeTV!, e, para fazer frente a esta realidade, formulou um Projeto de Lei (PL), de iniciativa popular, apresentando propostas para uma comunicação democrática, intitulado

[...] alínea “a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens”. No artigo 22, a CF faz referência à competência privativa da União para legislar, dentre outros, inciso XXIX, “propaganda comercial”. A regulamentação do Artigo 220, § 5º da Constituição Federal, orienta que “o mesmo grupo econômico não poderá controlar diretamente mais do que cinco emissoras no território nacional”. O artigo 221 trata, dentre outras coisas, da promoção da diversidade regional, os artigos 222, 223, 224, por fim, dizem respeito, respectivamente, à propriedade da empresa jornalística e de radiodifusão, à competência do poder público executivo para “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”; à instituição do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar (BRASIL, 1988).

¹⁶ <http://fndc.org.br/>

¹⁷ <http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>

¹⁸ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141128_regulacao_midia_lab

Projeto de Lei da Mídia Democrática. O PL, lançado em 2013, prevê¹⁹ “uma série de normas para acabar com a concentração de mídia, como a destinação de 33% do espaço de rádio e TV para canais públicos e comunitários”. Em resumo, o PL busca regulamentar o que já está previsto na Constituição Federal (conforme supracitado) para tal tema, mas que permanece, ainda, sem regulamentação – o que abre lacunas para o não cumprimento da Lei.

Mais pormenorizadamente, já no Artigo 1º, o PL anuncia seu objeto: “este projeto de lei dispõe sobre a comunicação social eletrônica, de forma a regulamentar os artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal” (FNDC, 2013, p. 01). Em seus 33 artigos, organizados em 6 capítulos, podemos destacar a reiterada referência à “proibição de monopólios e oligopólios na mídia”, e mecanismos para tal (capítulo 04); “a obrigatoriedade de um percentual mínimo de programas regionais em rádios e televisões” (capítulo 05, “Da Programação e dos Mecanismos de Incentivo à Diversidade”); “a proibição de que políticos com mandatos tenham concessões de rádio e tv” (capítulo 03, “Da Organização do Serviço e Critério de Outorga”).

Por outro lado, na contramão desta iniciativa, venta [acena em sentido oposto] ao direito humano à comunicação, a ideia de que a regulamentação da mídia implicaria com restrição da liberdade de imprensa. Genro (2013) entende tal aceno como uma tentativa de esvaziar o debate em nome do direito à comunicação, democracia e cidadania, atualmente atravessado pelo monopólio e oligopólio dos grandes grupos de comunicação.

Este esvaziamento, explica o autor, está sendo promovido pelo convencimento de boa parte da sociedade para o estabelecimento de relações causais entre “[a] reforma dos marcos regulatórios da comunicação no Brasil”, mais “transparência [nas] concessões”, com reavaliação da “concentração dos meios” em parques “grupos familiares”, com “estímulo a conteúdos regionais e nacionais” e possibilidades de atendado “à liberdade de imprensa” ou “ao direito à livre informação” (GENRO, 2013, p. 17).

¹⁹<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/COMUNICACAO/476350-ENTIDADES-RECOLHEM-ASSINATURAS-PARA-PROJETO-DE-LEI-DE-MIDIA-DEMOCRATICA.html>

Para Venício Lima²⁰ (2013) em entrevista à Nonato (2013), nos avizinhamos ontologicamente, é frágil e falaciosa a ideia de que as reformas no marco regulatório da mídia inflariam a dissolução da liberdade de imprensa. Venício (2013) explica que o que o projeto de democratização da comunicação supracitado prevê é trazer para o campo da comunicação e da mídia, regulamentações que já existem na ambiência econômica há bastante tempo, a partir de orientações constitucionais, mas que não são respeitadas em sua completude. Dada a multiplicidade e a complexidade de interesses econômicos que aí se inserem, mesmo que citado em seu plano de governo desde o primeiro mandato do Presidente Lula, em 2003, até o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o Partido dos Trabalhadores, em dezesseis anos no controle do executivo, não peitou a regulação da mídia.

Conseqüentemente, é possível inferir que, conseqüentemente, o Partido dos Trabalhadores possa ter sido vítima de suas próprias estratégias mal executadas (além de outras questões inerentes às coligações e à corrupção sobre as quais falaremos mais tarde). Isso porque, a mídia teve um papel fundamental no curso do Impeachment, bem como nas eleições Presidenciais de 2014 e em seus desdobramentos, nas jornadas de junho de 2013, especialmente no que tange à reverberação exaustiva de pautas que convencessem, formatassem a opinião pública, de acordo com os interesses econômicos de tais conglomerados (GUARESCHI, 2013; NONATO, 2013; LIMA, GUIMARÃES, 2013; HAUBRICH, 2013). Nesta esteira, de tais circunstâncias, com licença interpretativa, podemos identificar a violência da grande imprensa; violência, pelo menos, em termos arendtianos, à liberdade e à pluralidade humanas (ARENDDT, 2014), diante dos fatos históricos que se engenhavam na base da crise política, econômica, ética do período crítico em análise – no qual se organizará as eleições municipais de 2016.

Para além desta necessidade de debater o papel da mídia alinhado ao direito humano à comunicação, de realce igualmente necessário, outros elementos de contexto, inerentes a movimentos sociais, a eleições vizinhas (eleições gerais de 2014), à apropriação do público pelo privado na

²⁰ Conforme apresenta Nonato (2013, p. 83) “Venício A. de Lima, estudioso de mídia e de política, além de defensor da liberdade de expressão e da democratização da comunicação no país”.

representação política brasileira, aos escândalos de desvios de dinheiro público, no que toca à contínua legitimação da corrupção como uma prática sistêmica, necessitam ser descritos e iluminados analiticamente.

Com vistas a elucidar estes fatos como bases contextuais da crise de representatividade brasileira e a costurar tais elementos analíticos à pesquisa das práticas do TRE-RS, intrínsecas à organização das eleições municipais de 2016, com a apresentação da instituição em caráter analítico-histórico, com a apresentação da base epistemológica, modos de conhecer e metodologia, bem como da questão de pesquisa, com as devidas identificações de objeto e objetivos, os quais orientaram a coleta e análise de dados – história das eleições municipais de 2016 (antes, durante e depois) – com base nos fundamentos teóricos de Schatzki e Arendt (principalmente) e, por fim, proposição teórica final a partir desta trajetória (que foi substancialmente longa e complexa), entendemos necessário, como instrumento didático, organizar a presente seção “notas de apresentação” em subseções com o devido realce aos elementos que estão **por trás das urnas** (e os elementos da crise se destacam neste elenco, embora não esgotemos tal multiplicidade) e em sua compreensão a partir de sucessivas idas às coisas mesmas (HUSSERL, 1990, 2007; SANDERS, 1982).

1.1 O CONTEXTO CRÍTICO

Mesmo que, em primeira análise, soe estranho a divisão da apresentação destes escritos [orientação para] em seções e subseções, a compreensão deste segmento de texto como espinha dorsal – da tese que pretendemos defender – condecora tal decisão. Após ligeira abnegação inicial, entendemos necessário o cotejamento dos elementos que se engendram no reconhecimento de um contexto crítico no pano de fundo da realização das eleições municipais de 2016 e da crise de representatividade, especialmente pelo necessário movimento de adjetivação constante logo no título destes escritos: [...] em meio à crise de representatividade. Não pode ser negligenciado, desta maneira.

De início, realçamos que compreendemos a crise de representatividade tal como Arendt (2013) a descreveu: pelo afastamento entre a ação política dos representantes políticos e as necessidades dos cidadãos, os quais, por sua vez, outorgam estas necessidades e seus direitos, para o manejo de uma minoria

(políticos) os quais irão representá-los (cidadãos). Assim sendo, o argumento de Arendt (2006) é de que a "crise de representatividade" remonta ao nascimento do Estado, com a oclusão da liberdade e, com isso, a conseqüente ação política, considerada pela autora, como algo em relação e *entre-os* homens, foi desarticulada. Essa noção de política, construída entre os homens, para a autora, parte, então, da ação em comum acordo, ação em conjunto, sendo reflexo da condição plural do homem e do fim em si mesma. Isso significa a possibilidade de/para todos os seres humanos de criar algo novo, fazendo surgir o inesperado, o imprevisível (ARENDR, 2006).

De posse destes esclarecimentos, podemos imergir na descrição do contexto crítico de 2016. Para muitos, o Brasil de 2016 passou por uma crise²¹ econômica, mas não somente por isso, a crise foi também política. Logo, as subseções que seguem visam a recuperar reflexivamente, problematizar a crise política, econômica, ética do Brasil de 2016 que, por óbvio, não pode ser analisada somente a partir do ano supracitado (conforme já argumentamos no início da seção de apresentação, com o apoio de Faoro). Dentre os acontecimentos (fatos históricos) que se avizinham cronologicamente (e em substância) ao ano citado, trataremos do **oligopólio das mídias confrontando o ao direito humano à comunicação, da representatividade política brasileira como profissão e herança; das eleições gerais de 2014 e do Impeachment Presidencial; das reações populares que se aglutinaram em um junho "intempestivo" – as jornadas de junho de 2013; da (mini) Reforma Eleitoral de 2015; do escândalo da Lava-Jato e da proeminente e sistêmica corrupção política do nosso país**, como elementos importantes do contexto social e político engendrado na ocasião da realização das eleições municipais de 2016.

O nosso principal objetivo é, assim, estabelecer conexões entre estes acontecimentos –, melhor dizendo, a convergência dos acontecimentos para a crise política (e não uma relação causal direta), tal como pontuou Arendt ao considerar que não indicava as causas do totalitarismo, mas a convergência dos

²¹ Etimologicamente, a origem da palavra crise vem do latim 'Krisis' momento de decisão. A expressão era "usada pelos médicos na Antiguidade com um sentido particular. Quando doente, depois de medicado entrava em crise, era sinal de que haveria um desfecho: a cura ou a morte". Neste sentido, crise significa "separação, decisão, definição" (CUNHA, 1982).

acontecimentos (ARENDR, 2016), como o “antissemitismo, racismo, imperialismo, crise dos estados nacionais, ideologias – que culminam por “cristalizar-se” em totalitarismo” (SILVEIRA, TELES, 2017, p. 05). Desse modo, com vistas a tecer a colcha destes eventos, os fatos históricos descritos a seguir não estão apresentados cronologicamente, visto que os fatos não se iniciam tampouco terminam com a mesma objetividade que pressupõe o recorte (dado o diminuto espaço de escrita aqui disponível) mostrado nas subseções que seguem.

1.1.1 O Oligopólio da mídia brasileira: as ressonâncias no direito humano à comunicação

A questão da democratização da mídia já fora apresentada de forma genérica, com a devida atenção que devemos repousar sobre tal debate. No entanto, desta seara [para o entendimento da crise de representatividade brasileira] nos cabe realçar, ainda, o direito humano à comunicação usurpado e enviesado economicamente pelo controle dos grandes conglomerados de mídia, bem como o protagonismo da agência da mídia na condução da opinião do eleitor em processos eleitorais, Impeachment, dentre outros.

Em conformidade com o que Lima e Guimarães (2013) argumentaram, não se pode separar comunicação e política. Imergindo nesta questão, Lima (2013) explica à Nonato (2013) que, não podemos pensar numa democracia de fato, se “não contemplarmos as questões relacionadas à comunicação no mundo contemporâneo”. Igualmente, complementa Lima (2013), teríamos dificuldade de pensar epistemologicamente em uma “comunicação que não contemple as implicações e o papel central” da comunicação no empreendimento democrático. Ou seja, o que a “liberdade de expressão no seu conceito histórico, grego e humanista moderno, representa na construção democrática” (NONATO, 2013, p. 87). Uma vez, então, que democracia e comunicação estão constitutivamente veiculadas, como defendem Lima e Guimarães (2013), podemos depreender que a concentração da informação nas mãos dos oligopólios – conglomerados de mídia – lacuna o sistema político democrático. O argumento dos autores desemboca em discussão sobre o que é liberdade.

E a partir deste prognóstico, acrescentamos, ensejariamos avanços a tal problema reflexivo, se nos propuséssemos à reflexão da noção de liberdade imersa ao debate democrático, com base nas reflexões e distinções de Arendt (1997) acerca da liberdade interna (subjéitiva) e externa (política), a qual apresentaremos na seção teórica e, depois, na descrição e análise fenomenológicas inerentes às práticas em meio à crise de representatividade.

Em atendimento à necessidade relacional introdutória, no entanto, recuperamos que, em termos sintéticos e introdutórios, Arendt (1997) defendia que a liberdade política deveria ser preservada em nome da ação política. É por meio dela que o agir humano resiste a repetições pré-estabelecidas, padronizadas, pois a “a ação livre gera a História” (SCHIO, 2012, p. 139). Para Arendt (1997), “a finalidade da História é a atualização da ideia de liberdade: “a liberdade é a pedra fundamental, e o objetivo não só da ação, mas da própria vida humana” (p. 15). Com isso, costuramos o cerceamento do direito humano à comunicação, promovido pelos oligopólios midiáticos, como um elemento da crise de representatividade.

É importante, também, discorrermos sobre a maneira como ocorre o controle ideológico-econômico da mídia no Brasil, ou seja, sobre a maneira como os conteúdos que circulam são oferecidos por determinados veículos (conglomerados, oligopólios) influenciando sobremaneira a opinião das massas. Em perspectiva diagnóstica, em 31 de outubro de 2017, foi lançado o Monitoramento da Propriedade da Mídia (MOM-Media Ownership Monitor)²² – em São Paulo, no Brasil, fruto da parceria da ONG Repórteres Sem Fronteiras (localizado na França) e do Coletivo Intervozes (iniciativa já havia sido levada a cabo em aproximadamente 110 países no mundo inteiro), financiado pela Alemanha. Reescrevo: financiado pela Alemanha.

Tal monitoramento “oferece uma imagem detalhada de quem são os proprietários da mídia no Brasil e de sua atuação em outros setores da economia”. A pesquisa relata, entre outras questões, “o nível de concentração da propriedade dos meios de comunicação e mostra que o marco legal brasileiro é insuficiente para impedir que poucos grupos dominem o mercado” (PASTI et al., 2017, p. 03). Com base nos resultados do monitoramento do MOM-Brasil,

²² <http://brazil.mom-rsf.org/br/>

partimos de um questionamento: constatada a parca pluralidade de pontos de vista nos “conteúdo da informação que circulam pelos meios de comunicação”, podemos inferir que o invisível direcionamento “na formação da opinião pública” acaba, também, fragilizando o “nosso sistema político democrático” (PASTI et al., 2017, p. 02)?

Geograficamente, podemos visualizar “a concentração dos centros de poder da mídia nas regiões Sul e Sudeste do país”. Além disso, em termos mais gerais, o relatório apresenta “indicadores de risco ao pluralismo e à independência da mídia”; dentre os quais podemos destacar: “a concentração da audiência, a concentração da propriedade e a existência ou não de controles externos”. Além destes, a “transparência” nos é apresentada como indicador, especialmente porque “o risco ao pluralismo se torna ainda maior quando não fica claro para a audiência – e mesmo para os jornalistas - quem tem controle sobre cada veículo”. Além do controle, é possível identificar “quais outros negócios possuem e que interesses podem guiar a produção das notícias” (PASTI et al., 2017, p. 03).

Recuperar o mapeamento realizado pelo MOM-Brasil, dessa forma, nos auxilia a dimensionar a amplitude dos interesses (políticos e econômicos) – que comandam a veiculação de determinadas informações – os quais se invisibilizam acriticamente na informação veiculada ao senso comum e as cidadãos, de forma geral. Há, portanto, decisiva influência “do modo de produção capitalista na formação social brasileira”; uma vez que o personagem desnudado, “a busca indisfarçável pelo lucro”, corrobora a “ligação umbilical entre os meios de comunicação e o capitalismo liberal” (GUARESCHI, 2013, p. 66-67). Como isso ocorre?

A primeira (e mais simples) maneira de explicitar esta relação é a não publicização, nos veículos de mídia da grande imprensa brasileira, de tal iniciativa do monitoramento. Poucos sites fizeram referência ao projeto, dentre estes, destacamos o da Revista Carta Capital²³ (que, embora interpretemos seu reconhecido viés crítico-ideológico, não conseguimos acessar tal informação em outro veículo – com alcance semelhante – para atenuar o novo viés

²³ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>

argumentativo que se cria com a referência. Há de se destacar deste ponto, no entanto, a restrição à publicização de tal iniciativa nas mídias controladas pelos interesses econômicos). A segunda, em consonância ao que Guareschi (2013) explica, se consolida na possibilidade de garantir a legitimidade desta relação justamente “quando há risco de que [haja] perda de lucros e vantagens dentro da própria empresa midiática” (p. 67).

Ora, explica Guareschi (2013, p. 67), não há prova mais contundente para corroborar esta imbricada relação lucro-informação “do que a violência com que a grande mídia reage contra qualquer instância, tanto governamental quanto da sociedade civil, quando são apresentadas sugestões ou propostas de regulamentar a publicidade”, ou, de forma complementar, quando são apresentadas sugestões de estabelecimento de normas para resguardar “determinados públicos de [determinada] publicidade”.

Em números, o relatório do MOM-Brasil sugere que cinco famílias, no território brasileiro, comandam os principais veículos de mídia do país. Como o MOM-Brasil chegou a estes resultados? Para tanto, Pasti *et al.* (2017) mapearam “50 veículos ou redes de comunicação no Brasil”. Tais veículos foram, então, analisados nos seguintes segmentos: “11 redes de TV (aberta e por assinatura), 12 redes de rádio, 17 veículos de mídia impressa (jornais de circulação diária e revistas de circulação semanal) e 10 veículos online (portais de notícias)”. E a seleção destes veículos, ocorreu de que maneira? “Esses veículos foram selecionados com base na audiência. Também foi considerada sua capacidade de agendamento, ou seja, seu potencial de influenciar a opinião pública” (PASTI, et al., 2017, p. 04).

Além disso, para além da agenda econômica já mencionada, “com [a identificação de] negócios nos setores de educação, saúde, imobiliário, financeiro, energia e agrário”, o monitoramento identificou que tanto a religião quanto os interesses políticos e político-partidários também influenciam no conteúdo das informações veiculadas pelos conglomerados de mídia, no Brasil (PASTI, et al., 2017, p. 04). Desta maneira, dada a importância de dar visibilidade aos dados encontrados, recuperamos que os cinquenta veículos de informação, analisados pelo Monitoramento da Propriedade da Mídia (MOM), “são de propriedade de 26 grupos”, distribuídos conforme figuras 1 e 2, na sequência deste texto (PASTI, et al., 2017, p. 04).

Mais pormenorizadamente, com relação à religião, cerca de 18% dos veículos de mídia pesquisados “são de propriedade de lideranças religiosas” (cristãs). Destes, mais da metade “direciona todo o seu conteúdo para a defesa de sua religiosidade específica”. No que tange aos interesses políticos e político-partidários, tanto representantes políticos quanto seus familiares são donos de “emissoras afiliadas a grandes redes nacionais de rádio e tv”, quanto (também) os donos destes veículos tem “proximidade com partidos e representantes políticos” (PASTI, et al., 2017, p. 04). Desta forma, interesses econômicos, religiosos e políticos (e político-partidários) estão amalgamados no conteúdo da informação produzida e veiculada no Brasil, indiscutivelmente (GUARESCHI, 2013; LIMA, GUIMARÃES, 2013).

Figura 1 – Distribuição de grupos com mais de um veículo (2017)



Fonte: PASTI *et al.* (2017, p. 04).

Figura 2 – Distribuição de grupos com somente um veículo (2017)



Fonte: PASTI *et al.* (2017, p. 04).

Esta concentração de mídia nas mãos de grupos econômicos, tal como ilustrada nos infográficos acima elencados, com os já citados atravessamentos político-partidário e religiosos, deste modo, acaba por usurpar o direito humano à comunicação. Isso porque, “a comunicação (informação, mídia)” tem papel fundamental “na instituição, reprodução e transformação tanto das sociedades, no seu todo, como das pessoas, singularmente” (GUARESCHI, 2013, p. 34). Logo, uma vez que vivemos em uma sociedade midiada, a comunicação, hoje, também “constroi a realidade”. Sem adentrar em questões metafísicas ou ontológicas, Guareschi (2013, p. 34) explica que esta realidade diz respeito ao que “se mostra visível, ao que tem valor, ao que traz respostas, ao que legitima e dá densidade significativa ao nosso cotidiano”.

Na candente crise política brasileira, em 2016, a Organização das Nações Unidas (ONU)²⁴ ponderou acerca da comunicação que reverbera interesses privados, indicando retrocessos na consolidação da liberdade de expressão e de opinião em nosso país. Com relação a isso, no mesmo ano, David Keye²⁵ e

²⁴ A partir de 12 de junho de 1941, a partir do documento conhecido como carta da ONU, estabeleceu-se a Organização das Nações Unidas, “é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais” (ONU, 1941).

²⁵ “Relator especial das Nações Unidas sobre a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão” (VANNUCHI, 2018, p. 168).

Edison Lanza²⁶, relatores de organizações internacionais, assinaram um alerta: “o Brasil está passando por um período crítico e precisa garantir a preservação dos avanços que alcançou na promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação pública ao longo das duas últimas décadas” (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2016; VANNUCHI, 2018).

Conforme explica Vannuchi (2018, p. 168) o documento da ONU foi resposta a dois acontecimentos circunstanciais da época. No primeiro deles, “interpretado como ameaça à comunicação pública, o Governo Federal do Brasil”, que na ocasião era comandado por um presidente interino (Michel Temer)²⁷, “exonerou o presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)” e, isso ocorreu, mesmo que “o estatuto previsse atuação independente e mandato legal de quatro anos a expirar em 2020”. No segundo episódio, o qual fora “interpretado como ameaça à liberdade de acesso à informação, o mesmo governo interino optara por transformar a Controladoria Geral da União (CGU) em Ministério”. Tal órgão, nomeado como “Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle” – se apresentava como uma alternativa para “diminuir seu poder fiscalizador e submetê-lo a interferências políticas”.

Vannuchi (2018, p. 168) explica que a nota não teve efeito nas decisões do governo interino. No entanto, em conformidade com a questão que levantamos aqui, as quais arregimentam elementos que corroboram o frágil e insípido respeito ao direito humano à comunicação em nosso território brasileiro, o autor pontua que a ONU, [...] “ao interpelar o Brasil, demonstrou estar atenta à garantia do direito à informação, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁸”(DUDH,1948). Mais do que isso, a ONU lançou luzes à defesa “do

²⁶ “Relator especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos” (VANNUCHI, 2018, p. 168).

²⁷ Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, foi reeleita Presidenta do Brasil nas eleições gerais de 2014, vencendo Aécio Neves, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira. Em agosto de 2016, sofreu Impeachment (BASTOS, 2017) (falaremos pormenorizadamente acerca desta questão ainda nesta seção de contexto crítico).

²⁸ Emerge como instrumento de preservação da dignidade humana: “[...] Declaração Universal de Direitos [...] O documento foi produzido a fim de proteger os indivíduos e seus direitos e é definido como [...] uma obra de rota garantida pelos direitos do homem, em todo lugar e em todas as estações. Foi apresentado em Genebra, e adotado pela resolução 217 A (III) da ONU em 10 de dezembro de 1948, reunida em Paris, com aprovação de cinquenta e oito estados membros, oito votos de abstenção e sem nenhuma contestação [...] os princípios enunciados na Declaração (universalidade, interdependência, indivisibilidade, igualdade e não-discriminação) atribuíram aos Estados signatários, em 1948, obrigações que exprimem de forma concreta a universalidade e internacionalidade da DUDH”; em 2017, “é ratificada por 80% dos países, assegurando direitos

direito à comunicação: um direito ainda não positivado, que engloba, entre outros aspectos, a defesa da comunicação pública, o combate à censura”. A decisão do governo interino, na contramão desta garantia, reforçou o “esfacelamento de mecanismos de transparência que promovam um fluxo de informação mais equilibrado” (VANUCHI, 2018, p. 168).

Na linha deste argumento, quando os meios de comunicação, no Brasil, se estabelecem e persistem como se fossem “propriedades privadas, resistindo a qualquer forma de regulamentação e contrariando orientações da própria Constituição brasileira” (BRASIL, 1988; GUARESCHI, 2013, p. 57), conseguimos interpretar também ressonâncias da agência da mídia nas eleições, na campanha eleitoral; enfim na disseminação de “fatos”, informações, que se alinhem às legitimações econômicas, políticas e religiosas que julgarem imprescindíveis para o atingimento de seus objetivos privados. Desse modo, nos parece imprescindível recuperar, em resposta ao questionamento acerca dos vieses no conteúdo da informação e de sua possível ressonância lacunar para um “sistema político democrático”, apresentado no início desta subseção, que, embora não consista em consequência direta, “a mídia independente e plural é condição indispensável para um sistema político democrático”. Ou seja, um primeiro passo importante, do qual [ainda] renunciamos sem participação direta. Eis uma questão extemporânea no/do Brasil de 2016 [e também, ainda, do Brasil de 2019, quando escrevo este texto].

Pelo exposto, em conformidade aos indicadores de alto risco à pluralidade da mídia, identificados por Pasti *et al.* (2017, p. 4-5), a saber, concentração de audiência, concentração de propriedade, concentração de propriedade cruzada, transparência na propriedade da mídia, transparência no controle da mídia, controle político sobre veículos e meios de informação, controle político do financiamento da mídia, controle político de agências de notícias, identificamos os oligopólios midiáticos e o consequente aviltamento do direito humano à comunicação, à liberdade de expressão e de comunicação, como elementos constituintes da crise de representatividade brasileira. Isso ocorre, especialmente, a partir do protagonismo da grande mídia na formação da opinião pública acerca das questões políticas [político-partidárias] – o que é

a cada homem sob sua proteção, por meio de legislação que integra os tratados aos seus sistemas jurídicos internos” (OZON, 2017, p. 26).

transversalizado, como corroborado pelo que fora ilustrado acima, pelos interesses econômicos, políticos, político-partidário destas empresas privadas.

Embora existam outros relevantes pontos a serem debatidos acerca da mídia brasileira, fundamentalmente nesta perspectiva de público/privado, necessitamos ir em frente sem esgotar as reflexões possíveis, pois não dispomos de espaço físico neste texto. Então, para migrar ao próximo elemento contextual da crise de representatividade, explicaremos a questão do controle político, supracitado, 1) sobre agências de notícias, 2) sobre o financiamento da mídia, 3) sobre veículos e redes de distribuição (PASTI et al., 2017, p. 05), como uma linha que aproxima, encarde, invade, a questão da representatividade política como profissão, no Brasil – gangrenando a agenda e agência política ao priorizar o privado em detrimento do público, melhor dizendo, sobre o que é público ou deveria ser.

Antes, porém, de adentrarmos no mapeamento do controle político, é importante apresentarmos ressalva ao modo como Pasti *et al.* (2017) escrevem. Para fins desta tese, o controle é político e político-partidário. Como não fora distinguido pelos autores, entendemos necessário expandir a caracterização, pois ao falarmos de política, no desenvolvimento do presente texto, nem sempre estamos nos referindo a intenções ou noções político-partidárias. Assim, embora a questão político-partidária esteja no guarda-chuva da dimensão política, quando mencionamos, por outro lado, tão somente a noção de política, estamos nos referindo a um fenômeno, a uma noção epistêmica e relacional (filosófica) muito maior do que a filiação partidária ou do que a representação política (ARENDDT; 1988, 1997, 1999, 2006, 2013, 2014).

Isso posto, para a análise do 1) *controle político sobre agenda de notícias*, partiremos dos possíveis critérios para reconhecimento do grupo de maior relevância midiática das agendas de notícias brasileiras (AGUIAR, 2017). Para o pesquisador, dependendo do critério adotado, diferentes agências podem ser realçadas com destaque no país; no entanto, “pelos critérios comerciais de faturamento, estrutura operacional e volume de informações comercializado, o posto cabe à Agência Estado (AE)” (p. 18). Tal agência pertence ao Grupo OESP (conhecido como Grupo Estado). Depois, se adotado outro critério, com foco, por exemplo, “no número de jornais ou veículos de mídia que aproveitam, reproduzem ou citam o conteúdo de uma agência” (p. 18), o topo das agências

de notícias poderia ser ocupado pela Agência Brasil (ABr), fundamentalmente porque tal empresa disponibiliza conteúdo gratuitamente.

Em termos de alcance, é interessante recuperar que “as notícias da ABr são citadas por inúmeros veículos (jornais, portais, rádios) da mídia local e regional pelo interior do país”, com destaque para “a Agência do Estado, a Folhapress e a Agência O Globo”. Há, também, no cenário brasileiro, a presença de agências transacionais, tais como “AFP, AP e Reuters. Elas fornecem, inclusive, informações sobre o Brasil às mídias nacionais”. Tais agências, se relacionadas com as agências locais, “acompanhando a tendência global, estabelecem uma relação assimétrica com os grupos nacionais, enviando um volume muito mais significativo de informações” (AGUIAR, 2017, p. 18).

Notadamente, diferentes agências zigzagueiam no topo do controle; mesmo assim, podemos identificar as “Agência Estado (AE), do Grupo OESP; Agência Brasil, da empresa pública EBC; Folhapress (FP), do Grupo Folha; e Agência O Globo (AOG), do Grupo Globo”, como as agências de maior porte (PASTI et al., 2017, p. 05). Diante disso, com vistas a continuar desnudando as assonâncias dos oligopólios na crise de representatividade brasileira, questionamo-nos acerca do modelo das agências de notícias brasileiras. Sobre isso, Aguiar (2017, p. 19) explica que o funcionamento de tais agências é “voltado para dentro”, ou seja, “para alimentar o mercado interno de notícias”. Diante disso, frente aos oligopólios midiáticos, não desenvolvemos agências de notícias plenas em nosso país; pois por óbvio, “o modelo acompanhou, ao longo do tempo, uma significativa concentração midiática em conglomerados nacionais”, principalmente vinculadas aos principais grupos brasileiros donos das “agências de notícias privadas: (AE, FP e AOG)”.

Desenhando o abc do jogo político e das diferenciações de legitimação política e econômica que passam pelas agências de notícias, eis a união dos pontos que vinculam tais fatos à crise de representatividade brasileira: estes “grandes grupos privados reforçam sua concentração de poder midiático a partir de seus vínculos com grupos locais e regionais de mídia”, esta questão já está posta (AGUIAR, 2017, p. 19). A pergunta que emerge é: “Como isso acontece”?

Fundamentalmente, como explicam (PASTI et al., 2017, p. 20), estes oligopólios são controlados por políticos e famílias das oligarquias regionais, além de um número significativo de famílias de deputados, senadores,

governadores e outros políticos”. Como, então, fazem uso das agências de notícias? Neste ponto, destacamos a relevada agências dos grupos regionais para alcançar vantagem competitiva por meio da veiculação de informações precisas: “esses grupos políticos locais e regionais alimentam os conglomerados e suas agências de informações locais e também recebem deles informações que os colocam em vantagem competitiva com outros grupos locais”. Há de se destacar, de caráter intrínseco, uma relação circular e recíproca, na qual um poder se renova no outro (AGUIAR, 2017, p. 19).

Desta circularidade, conclui Aguiar (2017, p. 19) “há uma dimensão importantíssima do controle político da circulação de informações das agências de notícias”. Tal controle nos leva a considerar “o alto o risco desse setor no que tange às empresas privadas”. Pelo lado estatal, complementarmente, sobre a “agência de notícias da empresa pública de comunicação”, a EBC Brasil, Agência Pública, Aguiar (2017) pondera que, mesmo que tal organização tenha por objetivo realizar prática jornalística voltada ao interesse público, podemos identificar a interferência estatal na circulação das informações, como, por exemplo, como verificado à época (agosto de 2016), quando o então Vice-Presidente do Brasil, Michel Temer, assumiu como presidente interino. Nas palavras do pesquisador: “desde a chegada de Michel Temer à presidência, há diversos indícios de que a interferência editorial do governo de Temer na agência tenha crescido” (p. 20).

Dentre tais indícios, de caráter ilustrativo, tais como já recuperamos nesta seção, a partir das argumentações de Vanuchi (2018) acerca da reação da ONU frente “à reestruturação da agência e da EBC”, foi possível observar, complementa Aguiar (2017, p. 20), “uma cobertura menos equilibrada em alguns momentos”, como nos casos de denúncias contra o governo e reações em que o site publicizava unicamente a versão do Presidente interino supracitado. Com isso, interpretamos que a nova gestão pública da agência caminha em passos pareados com os oligopólios privados, no que tange à incipiente pluralidade e às interferências que ocorrem a bel prazer dos diferentes interesses econômicos, mesmo que “seja um projeto de agência voltada ao jornalismo de interesse público, e não apenas de cobertura governamental”.

Em termos adicionais, já o 2) *controle político sobre o financiamento da mídia*, indica a “influência política na discriminação da distribuição da publicidade

estatal, ou de outras fontes de financiamento estatal da mídia” (PASTI et al., 2017, p. 810). Os autores explicam que esta condição pode acarretar “favoritismos para determinadas afiliações políticas ou interesses empresariais afins ou pela penalização da mídia crítica ao governo”. Mas o que significa publicidade estatal? Diz respeito a toda a “publicidade paga pelo governo ou pelas instituições públicas” (p. 810).

Logo, este indicador perfaz um risco alto no que tange ao fenecimento da pluralidade da comunicação, especialmente porque “a ausência de um marco legal que regulamente o uso de verbas de publicidade estatal na mídia”, combinada com a seletividade da utilização desta “verba para comprar apoio editorial às ações do governo”, acaba por vilipendiar o direito ao acesso à informação, fissurado por interesses econômicos e políticos, de forma geral, com ressonâncias no enfraquecimento da cidadania e democracia brasileiras. Com isso, concluem Pasti et al. (2017, p. 810) “há um alto risco de controle político e de silenciamento das críticas por meio da alocação dessas verbas”. Em outras palavras, paga-se pelo silêncio ou, de outro modo, pela publicização de informações enviesadas, com o intuito de privilegiar os interesses de determinada classe, como a dos representantes políticos, por exemplo.

O 3) *controle político sobre veículos e redes de distribuição* (PASTI et al., 2017, p. 05), em continuidade à recuperação de dados do monitoramento, no que tange à caracterização do contexto crítico em torno das eleições municipais de 2016, da crise de representatividade brasileira, apresenta risco de médio a alto para a pluralidade da mídia no Brasil. Pasti et al. (2017, p. 800), explicam que o indicador controle político sobre veículos e redes de distribuição “avalia o risco de afiliações políticas e controle sobre redes de mídia e distribuição. Também avalia o nível de discriminação por redes de distribuição de mídia afiliadas politicamente”.

Dentre as práticas discriminatórias, por exemplo, podemos destacar os “preços desfavoráveis” como “barreiras para a mídia ter acesso aos canais de distribuição. As afiliações políticas, por sua vez, “são consideradas quando a mídia ou empresa pertence a um partido, um grupo partidário, um líder de partido ou uma pessoa claramente partidária” (PASTI et al, 2017, p. 800). Veja, estamos falando do controle da informação concentrado nas mãos de quem tem o poder representativo. Há de se considerar, neste escopo, a premente possibilidade de

a informação mascarar informações que sejam de interesse público, acerca de uma prática de corrupção, por exemplo, em defesa do representante político afiliado ao partido dono do veículo e rede de distribuição. Indubitavelmente, este imbricamento econômico e político ao controle da mídia envia de forma bastante lesiva, nociva, nefasta, a circulação da informação – inviabilizando a qualidade da comunicação como um direito humano a ser respeitado e protegido.

Por esta razão (dentre outras), Pasti et al. (2017), indicam que o controle político sobre veículos e redes de distribuição, apresenta “risco de médio para alto” no que tange ao respeito/atingimento à pluralidade da mídia. O fenômeno de controle político e político-partidário da propriedade da mídia, o qual pode ser chamado de “coronelismo eletrônico” (p. 800) direto, pode ser ilustrado pela “família Macedo, que controla a Record e a Igreja Universal, [e] também tem um partido político importante sob seu controle: o Partido Republicano Brasileiro (PRB)”. Há de se ressaltar, também, que o fenômeno das redes afiliadas é imprescindível para as associações políticas.

No entanto, “as relações de afiliação política estão presentes de diversas formas, nem sempre da maneira mais direta na propriedade formal dos grandes grupos”, pois isso pode ocorrer de forma indireta. Um exemplo? Fábio Faria, a partir de janeiro de 2019, iniciou o quarto mandato como Deputado Federal potiguar (Rio Grande do Norte). Fábio é casado com Patrícia Abravanel, apresentadora de televisão, filha do apresentador Sílvio Santos, “proprietário” do Sistema Brasileiro de Comunicação (SBT). Fábio e Patrícia têm dois filhos e esperam o terceiro (março de 2019). Tanto o jovem casal ilustra o imbricamento da mídia com a representatividade política no Brasil, quanto arriscaríamos adiantar que um dos três filhos do casal será representante político do povo potiguar, paulista, quiçá brasileiro (neto de Sílvio Santos, apresentador e proprietário do SBT; filho de Fábio Faria, administrador e Deputado há 13 anos, e de Patrícia Abravanel, apresentadora de televisão e herdeira).

É importante destacar, na linha desta relação, que Fábio Faria é, ainda) filho do ex-governador Potiguar (2015-2018) Robinson Farias (ambos são acusados e réus da Lava Jato, sobre a qual falaremos ainda nesta seção de notas de apresentação). Fábio ingressou no Congresso Federal ainda antes dos trinta anos de idade e, o que mais nos chama atenção para esta análise, é que nos perfis oficiais de tal Deputado, mesmo no site, temos a impressão de que a

profissão de Fábio é a representação política: com 41 anos de idade, ele está há 13 anos no Congresso. Fábio (e provavelmente algum dos filhos de Fábio e Patrícia, neto de Sílvio Santos e Robinson Faria) representa, de forma abissal, a concentração e o oxímoro caráter de renovação/manutenção do poder representativo nas mãos da sucessão política genealógica [herança de sobrenome] e do oligopólio de mídia. Fábio, cidadão brasileiro, interpretamos sem hesitação extemporânea, é um dono do poder [e sua profissão é a política representativa].

1.1.2 A Representação política brasileira como herança e profissão

A representação política brasileira pode ser compreendida como uma carreira funcional, indubitavelmente. De cunho ilustrativo, vejamos a trajetória profissional relacionada à representação política dos Faria [pai e filho]: tanto Fábio Faria, de 41 anos, há 13 anos no Congresso, quarto mandato como Deputado Federal, quanto seu pai, Robinson Faria, 60 anos – que iniciou sua “vida política” ainda em 1986, quando disputou sua primeira eleição para um cargo político, consagrando-se, à época Deputado Estadual pelo Rio Grande do Norte, Vice-governador do mesmo estado, no período de 2001 a 2014, Governador de 2015 a 2018 – têm por profissão a representação política.

De modo geral, no bojo na construção da vida política – “eufemisticamente denominada de vida pública” (RODRIGUES, 2009, p. 25) – há de se destacar o patrimônio político, a herança. Nesta senda, podemos inferir que analogamente aos filhos que herdaram empresas e negócios, na ambiência da representação política brasileira, na qual a representatividade se consagra como carreira, filhos herdam o espaço político (legitimado pela concentração de renda e de poder) consolidado pelos antecessores de sobrenome comum.

Em termos quantitativos, se continuarmos com o Rio Grande do Norte, os números das eleições gerais de 2014, por exemplo, corroboram esta informação: à época, “dos²⁹ oito deputados federais [então] eleitos no Rio Grande do Norte, seis são herdeiros políticos” (O GLOBO, 2014):

²⁹ <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dos-oito-deputados-federais-eleitos-no-rn-seis-sao-herdeiros-politicos.html>

- 1) Walter Alves (PMDB), 30 anos, deputado federal mais votado, formado em gestão executiva, filho do senador Garibaldi Alves (Ministro da Previdência Social na ocasião);
- 2) Rafael Motta (PROS), 28 anos, então eleito vereador, formado em Engenharia de Produção, filho de Ricardo Motta (PROS), à época presidente da Assembleia Legislativa do RN;
- 3) Fábio Faria (PSD), 37 anos, reeleito deputado federal (terceiro mandato), formado em Administração de Empresas, filho de Robinson Faria (PSD), o qual elegeu-se governador do RN na mesma eleição;
- 4) Zenaide Maia (PR), 54 anos, eleita deputada federal, irmã do deputado federal João Maia (PR), casada com o prefeito de São Gonçalo Jaime Calado;
- 5) Felipe Maia (DEM), 41 anos, reeleito deputado federal (terceiro mandato), formado em Direito, filho do senador José Agripino Maia (DEM);
- 6) Betinho Rosado Segundo (PP), 32 anos, eleito deputado federal, engenheiro agrônomo, filho do atual deputado federal Betinho Rosado (PP).

Com o exposto, ilustramos que, em certa medida, em consonância com o que realça Rodrigues (2009, p. 26) se há “um setor ou classe social específica que abastece o pessoal político”, o privilégio do parentesco merece atenção e reflexões. Voltemos para os Faria, pai e filho. O próprio site³⁰ do Deputado Fábio Faria descreve na aba “perfil” a trajetória deste administrador, somente a partir de sua chegada ao Congresso Nacional, ainda antes dos 30 anos. Diferentemente de seu pai Robinson, Fábio iniciou sua carreira política já como Deputado Federal. A trajetória do pai [seis vezes deputado estadual] garantiu legitimidade para o filho ingressar já como deputado federal. Robinson, por sua vez, tal como os colaborardes de uma empresa, ascendeu dos menores aos maiores cargos: de Deputado estadual para Vice-governador (2011-2014) e deste cargo para o de Governador do estado do Rio Grande do Norte (2015-2018).

Isso posto, a reflexão de Faoro (1979), sobre a colonização do Brasil, nos auxilia a pensar nestas relações entre família, parentesco, instituições e concentração de poder no Brasil, é a chamada “tradição familiar da política

³⁰ <https://fabiofaria.com.br/perfil/>

brasileira”. Nas eleições gerais de 2014, por exemplo, identificamos mais exemplos da herança familiar: o então candidato à presidência Aécio Neves³¹, neto do ex-presidente Tancredo Neves (33º primeiro-ministro do Brasil, o primeiro do período republicano), economista mineiro, já foi quatro vezes Deputado Federal. Iniciou sua carreira política com somente 27 anos, em 1987.

Além disso, Aécio elegeu-se Senador no ano de 2010 e duas vezes Governador do estado de Minas Gerais (2002 e 2006). Tanto com Tancredo e Aécio, quanto com Fábio e Robinson (dentre tantos outros) vemos que o sobrenome é substancialmente relevante para esta inserção na política, talvez desde quando “fomos” colônia: “a família patriarcal é a dominação primeira do Brasil e se pode perceber a sobrevivência desse grande patrimonialismo até hoje na política brasileira”, pontua Freyre (1957, p. 353).

E no Brasil contemporâneo? Transplantando estas proposições para o Brasil contemporâneo, Oliveira (2012) defende a tese de que “a família ainda importa. As estruturas de parentesco formaram parte da realidade social e política brasileira no século XXI” (p. 12). Notadamente, para Oliveira (2012), esta circularidade e facilitações de acesso ocorre “pela fragilidade das instituições políticas, aliado às desigualdades sociais existentes no Brasil, à patronagem e ao clientelismo político”. Estas questões, desse modo, renovam tal fenômeno, possibilitando que ele se desenvolva “na forma de um sistema político próprio, de uma estratégia de classes e de família para a conquista, manutenção e exercício do poder [...]”(VALENCIANO, 2015, p. 348).

A profissionalização da representação política, deste modo, se dá também pela necessidade de não somente conquistar, mas, principalmente, manter este poder concentrado nas mãos que carregam o mesmo sobrenome. Nesta senda, de Rodrigues (2009), embora à época (dez anos atrás) recuperasse “fenômeno de massificação da vida política na sociedade ocidental” (talvez como um contraponto argumentativo com o que ora defendo³²), nos interessa recuperar

³¹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/11/11/familias-dominam-politica-brasileira-desde-a-colonizacao.htm>

³² O autor defende que “a redução do espaço ocupado pelas classes altas na Câmara dos Deputados, por exemplo, no curto espaço de tempo de quatro anos, deveu-se especialmente ao grande crescimento da votação nos partidos de esquerda na comparação entre as eleições de 1998 e 2002” (RODRIGUES, 2009, p. 23).

as reflexões inerentes à profissionalização da atividade da representação política.

Em meio a esta relativização, o que urge destacarmos é o fato de que, embora o site da Câmara dos Deputados³³, por exemplo, faça referência a um lugar para todos; nas palavras do site: “a casa de todos os Brasileiros”, Rodrigues (2009, p. 24), argumentou que “o dístico é generoso, mas enganoso”. Isso porque, explica o autor, “a classe política, ou os que comandam o sistema político, é sempre bastante minoritária com relação ao eleitorado, ou seja, os que teoricamente representam”.

Complementarmente, Rodrigues (2009) explica que “a probabilidade de o cidadão comum chegar a uma posição política importante é sempre muito reduzida e diminui ainda mais segundo a importância e o número de cargos em disputa” (p. 24). Nestes termos, é importante recuperarmos que o acesso dos brasileiros à casa de todos os brasileiros é, em exercício de inferência interpretativa, uma perspectiva falaciosa. Isso porque, “como regra geral, as chances de entrada para a classe dos políticos profissionais são sempre bem mais baixas para pessoas das classes baixas e mais altas para as de classes altas” (p. 25).

Na esteira deste pensamento, Rodrigues (2009) parte de dois pontos de vista para análise complementar do exercício da representação política: o psicológico individual e o social. Em termos introdutórios, para o autor, “a representação política, nas democracias, é tarefa dos políticos, de um corpo de profissionais”. Disso decorre, no que tange à perspectiva psicológico individual, que o exercício da representação política implica “certas habilidades e ambições que não estão ao alcance ou não são partilhadas pelos cidadãos comuns” (p. 25).

De modo adicional, corroborando o que fora exposto nas reflexões já mencionadas, do ponto de vista social, por sua vez, ele explicita que “entram na política [cidadãos que] vêm geralmente de certos círculos profissionais e familiares que proporcionam uma socialização política informal desde muito cedo” – acima ilustrado pela trajetória político-familiar de Fábio Faria e de Aécio Neves. Tal tipo de representação política se engendra a partir do

³³ <https://www.camara.leg.br/>

desenvolvimento de “habilidades especiais para a entrada, permanência e ascensão nos variados escalões do sistema de poder” (RODRIGUES, 2009, p. 25).

O autor pondera, por outro lado, que um grande número de cidadãos não demonstra interesse para ingresso na vida política. No entanto, no bojo na construção de interesse para tal, isso não “elimina o fato de que, estatisticamente, as classes mais altas são mais favorecidas para o exercício da vida política”. Isso ocorre, dentre outros, “pelos índices de escolaridade mais elevados, contatos sociais [muitas vezes da própria família], recursos financeiros [...]” – que desembocam na legitimação de “possibilidades concretas para se tornarem uma pessoa pública e para ostentar o diploma de representante do povo” (RODRIGUES, 2009, p. 25).

Uma vez que a representação política pode ser percebida como herança, tal como exposto acima, podemos pensar no exercício da representação política experienciado como profissão, no que chamaremos de carreira política. Na esteira deste fenômeno percebemos que, na medida em que a carreira privada de um cidadão brasileiro passa a ser pensada e planejada no escopo da representação política, a gestão de carreira (e demais acessórios), recursos e demandas afins que engendram o desenvolvimento humano (e a gestão de pessoas), como campo de prática e de conhecimento, emerge como possibilidade teórica e analítica para alavancar reflexões inerentes a.

Analogamente à prática de captação e retenção de talentos, Rodrigues (2009) menciona “processo político seletivo”, largamente calibrado por “determinados segmentos profissionais e ocupacionais” e, especialmente, por “determinados estratos sociais e camadas ou classes” (p. 26). No seio deste processo, o autor chama atenção para um fato que legitima o título desta subseção de tese: a inserção na vida da representação política (no cenário brasileiro) vincula-se ao que pode ser chamado de início da “vida pública” – “a vida política” que, muitas vezes, leva a pessoa a abandonar a profissional original para o desenvolvimento da “carreira pública”, com diferentes degraus e desafios.

Eis um sintoma da fragilidade democrática brasileira, aqui apresentado como o solapamento democrático amalgamado na apropriação do público pelo privado: a representação política brasileira interpretada como profissão: o *homo politicus*. Rodrigues (2009) explica que o *homo politicus* é, então, percebido

como “uma nova espécie de ator social, que se desenvolve com a democracia política, recrutado, em princípio, de todos os meios sociais” – o que observamos, de forma geral, na dinamicidade da inserção política brasileira. No entanto, em consonância com o autor (e o que nos interessa resgatar para esta subseção de tese), tal “recrutamento” é “especial” e ocorre de forma majoritária a partir de alguns meios sociais. Estes últimos, mesmo que fecundem carreiras políticas, elucida Rodrigues (2009), estruturadas em torno de “profissões, ocupações e clãs familiares”, podem se alterar pelas mudanças na estrutura ocupacional e na relativa mudança de força dos partidos políticos (p. 26).

Na esteira deste fenômeno, de modo ilustrativo, não deixando de realçar as indeléveis mudanças na representatividade política brasileira nos períodos eleitorais posteriores (2009, ano da publicação, a 2015, início desta tese, até 2019, quando ela é escrita) ao analisar os resultados das eleições gerais de 1998 e 2002, Rodrigues (2009) chama a atenção para a distribuição ocupacional na Câmara dos Deputados à época: no que tange à continuidade – que, temporalmente, sacraliza a representatividade política como profissão – “quatro grandes segmentos profissionais e ocupacionais” se destacam como abastecimento para a vida pública, quais sejam, “o empresarial; as profissões liberais; o magistério e a alta burocracia pública” (p. 27).

Ao identificar os grupos ocupacionais acima citados como “celeiros” para a representatividade política brasileira à época, o autor destaca que, os grupos, apesar de diferentes entre si, possuem “em comum horários flexíveis e controle do próprio tempo de trabalho (às vezes, poucas horas)”. Tal flexibilidade pode representar disponibilidade “para reuniões, conchavos, contatos com potenciais eleitores, cabos eleitorais e políticos”, na mesma medida em que facilita a “formação de uma rede de apoio (aí incluída a obtenção de suporte financeiro), militância pessoal em alguma associação ou organização de representação de interesses” (RODRIGUES, 2009, p. 49).

Para os que não herdaram sobrenomes “políticos” ou que não estão em castas sociais e econômicas privilegiadas, complementa Rodrigues (2009), também os grupos profissionais acima elencados podem propiciar facilidades para a obtenção de apoio corporativo “(sindicatos e associações profissionais, especialmente) indispensável para os [...] que não “dispõem de recursos financeiros para o financiamento de uma campanha” (p. 50).

Por fim, o autor destaca que o “tipo de trampolim para a profissão política, obviamente, varia de acordo com os trunfos individuais de cada candidato: classe social, profissão, idade, sexo, religião, etnia etc” (RODRIGUES, 2009, p. 50) – é a descrição do que fora ilustrado desde o início destas notas de apresentação. Desse modo, acerca da consolidação da representação política como profissão, podemos refletir não somente pelo reforçamento e facilidades inerentes à herança familiar (a legitimidade começa logo com o sobrenome), mas também pelas profissões proeminentes [antes] da profissão política.

Desse modo, de forma geral, não somente por Fábio Faria, mas pelos Fábio Farias do Brasil afora, e por tantas outras questões candentes do Brasil de 2012, 2013 (que não se iniciaram nestes tempos cronológicos, por óbvio), o Brasil, melhor dizendo, o brasileiro foi às ruas. Esse ziguezaguear simbólico, essa vociferada crítica a tudo e a todos, é o nosso próximo elemento de crise a ser realçado neste costurar que se torna hercúleo diante do tanto que deve ser destacado.

1.1.3 Os Movimentos de rua de 2013: “criticar [a] tudo e [a] todos”.

É inegável que a encetadura do século XXI foi marcada por um ciclo de protestos “que se atualiza em vários contextos”. Destas experiências nasce o interesse, que se expressa a partir de diferentes linhas de análise, para se compreender “as formas de participação e de engajamento que alicerçam estes protestos” (MENDONÇA, 2018, p. 01). Com relação a isso, Mendonça (2018, p. 01) resume:

[...] muitos têm se dedicado a entender, por exemplo, a maneira como identidades coletivas e organizações se estruturam em um cenário profundamente marcado pela individualização [...] Outros têm atentado para o papel das mídias digitais na mobilização e na execução de ações coletivas [...] Há, ainda, quem se debruce sobre as profundas transformações na linguagem do confronto e sobre as características das ações modulares na contemporaneidade [...].

Além destes, Mendonça (2018) chama a cena o debate da democracia como proeminente das manifestações em contextos diversos, para citar alguns: “Egito, Estados Unidos, Espanha, Turquia, Brasil e Hong Kong” (p. 02). O mesmo autor explica que, nos contextos citados, de forma geral, foram “questionados elementos da compreensão tradicional da democracia”, com clara proposta de deslocamento de sentido para esta – no entanto, há uma certa

obscuridade com relação ao rumo para o qual deve apontar o deslocamento requerido.

No seio do fenômeno, o autor afirma que da relação manifestações – democracia emerge uma aparente dicotomia intrínseca ao fenômeno: “a luta pela democracia pode enfraquecer a própria democracia”. Para o autor, então, “as manifestações multitudinárias” contemporâneas têm colocado a democracia em risco” por quatro questões principais (MENDONÇA, 2018, p. 02):

- 1) Investem na contestação “de práticas democráticas e instituições vigentes”; apontando, por meio disso, “falhas na ideia de representação política, na atuação dos partidos, na reprodução sistemática de partidos políticos;
- 2) Reverberação de debates que “questionam a própria ideia de democracia”, independentemente da ideologia (direita, esquerda, centro);
- 3) Diferentes ações (muitas delas questionáveis) são realizadas em nome da democracia, ou seja, “subsidiando cursos de ação opostos”;
- 4) Possibilidades de revitalização democrática, a partir dos protestos.

Isso posto, temos que a ideia de democracia é “diferentemente significada” para os participantes dos protestos e pela sociedade, de forma geral. O fato é que estes protestos alavancados pelo “aumento de tarifa do transporte público, se capitalizaram por meio de uma agenda ampla de reivindicações” (MENDONÇA, 2018, p. 02).

Partimos de uma definição geral para jornadas de junho: “conjunto de atos, protestos, ocupações que ocorreu em dezenas de cidades do país ao longo de junho de 2013” (MENDONÇA, 2018, p. 09). As jornadas de junho de 2013, na esteira deste fenômeno, ecoaram com frequência colossal na ambiência da organização do pleito de 2016; logo, é importante que ocupe um lugar de merecido destaque na construção do contexto político social do ano de 2016.

De início, consideremos que não se trata da primeira manifestação nem na história do nosso país, tampouco estas manifestações começam e terminam em julho de 2013. Disso decorre que “é possível reconstruí-las com base em diversas linhas de causalidade”. No entanto, o fato de possuir diferentes raízes históricas não esmorece sua singularidade e especificidade, como um volumoso contingente de manifestantes Brasil afora, organizadas de formas plurais, com a

apresentação de agendas multifacetadas (MENDONÇA, 2018, p. 09). Desse modo, como propõe Scherer-Warren (2014, p. 417) “para entender a pluralidade de forças sociais nas manifestações de rua de 2013 no Brasil e suas peculiaridades, é esclarecedor contextualizá-las no processo histórico das manifestações em nosso país”.

Para tanto, é importante considerar que estas manifestações ocorrem em um tempo histórico caracterizado pela tecnologização da vida e efervescência dos *smartphones* e, conseqüentemente, do uso de aplicativos e das redes sociais por um número massivo de cidadãos. Com relação a isso, Scherer-Warren (2014, p. 417) chama a atenção para o fato de que uma diferença importante das manifestações de 2013 (com relação aos movimentos anteriores, como o movimento dos caras- pintadas³⁴, de 1992) consiste na “convocatória pelas redes sociais virtuais”. Para a autora, “isso causou uma enorme visibilidade na mídia e respectivo impacto político, produzindo uma resposta rápida da parte do sistema político” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 417).

Em uma análise mais ampliada, a pluralidade dada pela velocidade da convocatória e a conseqüente reverberação de debates na ambiência virtual, pode ser relacionada à produção de uma “diversidade de demandas, muitas vezes conflitivas e antagônicas entre si” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 417). Dado o objeto desta tese (práticas inerente à organização das eleições municipais de 2016), a revisão reflexiva dos movimentos de 2013 que seguem, está intencionalmente alicerçada no contexto da capital gaúcha, embora tenha se propagado, em catarse, para o restante do país. Na Figura 3, abaixo, imagem dos manifestantes de junho de 2013 no Congresso Nacional, em Brasília – DF, sede do governo nacional.

Figura 3 – Manifestantes de junho de 2013 ocupam a cúpula côncava, sede do Senado Federal, em Brasília-DF

³⁴ “Em 1992, as manifestações dos “caras-pintadas” suscitaram interpretações contraditórias dentro e fora da sociologia, veiculadas em grande parte da mídia. Naquele ano, o Movimento pela Ética na Política, organizado por diversas entidades [...], promoveu várias manifestações de massa nas principais cidades do país, exigindo o Impeachment do Presidente da República, acusado de corrupção” (SOUZA, 2008, p. 41).



Fonte: EBC (2014)

“Se a passagem não baixar, a cidade vai parar” – e Porto Alegre parou. Melhor dizendo: Porto Alegre pôs-se em marcha, foi às ruas [e foi] por diversas razões. Os primeiros passos do movimento em Porto Alegre foram guiados pelas demandas do transporte coletivo que, à época, havia aumentado o valor da passagem em vinte centavos de reais (HAUBRICH, 2018). Na imagem abaixo, Figura 4, os manifestantes ocupam as ruas do centro da capital gaúcha.

Figura 4 – Manifestantes ocupam as ruas do Centro de Porto Alegre, em junho de 2013.



Fonte: Mídia Ninja (2013)

Essa insatisfação, no entanto, também não inicia no ano de 2013. Antes disso, Haubrich (2018, p. 21) explica que já “no primeiro ano de governo³⁵ da coalizão encabeçada por Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB), crescem as críticas ao modelo de desenvolvimento em curso no país, especialmente entre os jovens”. As críticas ao modelo de desenvolvimento, mais pormenorizadamente, têm raízes em diferentes segmentos da sociedade; no contexto gaúcho, em Porto Alegre, podemos elencar alguns movimentos sociais que efervesceram no ano de 2011: “Marcha das Vadias³⁶, Marcha da Liberdade³⁷, movimentos ambientalistas em resposta ao Código Florestal e à construção da indústria de Belo Monte³⁸”, entre outros (HAUBRICH, 2018, p. 21).

Em continuidade, Haubrich (2018, p. 21) explica que em 2011, foi possível observar a cristalização de um “ativismo político influenciado pelos acontecimentos de luta de classes [em] nível internacional”. Neste sentido, o que deve ser destacado, com relação as características estruturais dos movimentos, é que estes “mais afirmavam seu conteúdo de oposição ao sistema do que apresentavam alternativas políticas concretas” (HAUBRICH, 2018, p. 21).

Nesta senda, podemos compreender de que forma os manifestantes aderiram aos movimentos de 2013: “são jovens que obtêm informações diretas

³⁵ O primeiro ano de governo da coalizão Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) foi em 2011, quando, pela primeira vez na história da democracia brasileira, uma mulher assume o comando do país.

³⁶ A Marcha das Vadias, em resumo, “é um protesto feminista que ocorre em várias cidades do mundo. Começou em Toronto, em 2011, como reação à declaração de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no campus, de que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* (vagabundas, putas, vadias)” (GOMES, SORJ, 2014, p. 437).

³⁷ A Marcha da Liberdade “surgiu a partir da repressão à Marcha da Maconha, em São Paulo (HAUBRICH, 2018, p. 21). A Marcha da Maconha, por sua vez, tem por foco, o ativismo em torno da discussão sobre a legalização da Cannabis.

³⁸ Sobre a construção da indústria de Belo Monte, é importante considerar que “em julho de 2010, começou a ser construída nas cidades de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, no estado do Pará, Amazônia brasileira, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, prevista para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo, com potência para gerar mais de 11000 MW/hora - e proporcional capacidade de criar controvérsias e conflitos”. Isso porque “sua instalação, [...] foi inicialmente planejada em meados da década de 1980, como uma das obras de infraestrutura e integração da Amazônia do então governo militar”. Em decorrência disso, “protestos de movimentos sociais e povos indígenas, disputas no judiciário e mudanças conjunturais na economia e na política nacionais teceram a trajetória do projeto, tornando a construção da barragem um dos processos conflituos mais longos e emblemáticos da história recente do país” (FLEURY, ALMEIDA, 2013, p. 141).

sobre os processos [por meio] das redes sociais [como supracitado], sem passar pelo filtro das organizações políticas tradicionais”; em consequência, “refletem fortemente o sentimento da antipolítica, ou seja, a negativa das disputas institucionais e também dos partidos políticos” (HAUBRICH, 2018, p. 21).

No ano de 2012, o contorno das manifestações contrárias ao aumento do valor das passagens de ônibus, na capital gaúcha, apresentou perfil matizado. Com relação a isso, Hauberich (2018, p. 22) explica que o “perfil dos atos é mais diversificado”, pois apresenta um expressivo número de “manifestantes independentes e autodenominados apartidários [...] aparição em maior escala das bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul, erguidas pelos mesmos jovens dos protestos contra a corrupção”.

Ainda em 2012, se pode observar que havia uma tendência radical na agência dos participantes, pois nas ações de rua se destacaram inovações, como, por exemplo, “o trancamento do Túnel da Conceição [...] e a pichação da Prefeitura” Municipal (HAUBRICH, 2018, p. 22). Na esteira deste fenômeno, em junho de 2013, “o Brasil foi inundado por imagens que surpreenderam o país”, pois uma nova onda de manifestações tomou o país naquele mês. Começavam (ou continuavam) as “chamadas jornadas de junho; uma onda de protestos gigantescos que não eram vistos desde o movimento pelo *Impeachment* do Presidente Fernando Collor, em 1992” (MEDEIROS, 2014, p. 87).

Para Hauberich (2018, p. 23) “quando falamos em junho de 2013, logo pensamos [nesta] miríade de pautas e no conjunto de reivindicações tão grandes que não cabiam num cartaz”. As pessoas, então, estavam nas ruas, e “para além do transporte público, a multidão em movimento respirou política por dias e sentiu-se forte o suficiente para criticar tudo e todos”.

Disso decorre que “o sistema político foi abalado, a popularidade dos governantes despencou, as redes sociais foram os principais instrumentos de mobilização e novos movimentos sociais apareceram na arena pública” (MEDEIROS, 2014, p. 87). Desse modo, dada a complexidade do movimento, é proeminente que se busque analisá-lo como um todo “superando visões que compreendam a ação dos movimentos de forma isolada”, considerando a diversidade e as diversas fases em sua formação e desenvolvimento (HAUBRICH, 2018, p. 24).

As diferentes pautas, deste modo, dão tom a esta diversidade. Assim, as principais pautas das “megamanifestações” de 2013, podem ser assim resumidas (HAUBRICH, 2018, p. 24):

- Transporte público;
- Defesa das liberdades democráticas;
- Efeitos das obras da Copa sobre a moradia e a moralidade urbana;
- Democratização dos meios de comunicação;
- Defesa da educação pública;
- Demarcação e titulação dos territórios indígenas e quilombolas;

Além destes, e especialmente importante para o debate que se pretende alavancar com estes escritos, as profusas vozes que reverberavam nas jornadas de junho clamavam também pela reforma política brasileira. Antes de ilustrá-la no bojo da manifestação, pensemos na reforma política enquanto debate intrínseco à qualidade do sistema democrático desde que adotamos o “método de converter votos em cadeira”, na Constituição de 1988 (SILVA, et al, 2015, p. 02).

O debate adjacente à ideia de reforma política, então, será apresentado a partir de duas óticas complementares. A primeira delas será ilustrada pela percepção sobre democracia de um grupo de participantes das jornadas de junho (MENDONÇA, 2018, p. 02); a segunda, por sua vez, resume o contexto da representação política brasileira e a corrupção como prática inerente.

Ao estudar as ideias de democracia inerentes a um grupo de manifestantes de 2013, Mendonça (2018) nos ajuda a refletir sobre o clamor popular pela reforma política que emerge do seio das jornadas de 2013. Ele explica, então, que as manifestações foram mobilizadas pela ótica crítica, na medida em que, ao entrevistar participantes de coletivos de duas capitais brasileiras (São Paulo e Belo Horizonte), foram “recorrentes os enxertos que questionavam as eleições, a representação, o sistema político e a democracia representativa” (p. 98).

Seguindo o mesmo escopo reflexivo, o autor explica que as falas dos seus entrevistados “evidenciaram descrença com relação ao potencial democrático das eleições”, bem como do “regime político” brasileiro (MENDONÇA, 2018, p. 98). Ele identificou, ainda, críticas recorrentes ao voto como única via de outorgar

o uso de poder para outrem, indicando que, para os manifestantes entrevistados, “o modelo de representação estaria esgotado”. Disso decorre que os manifestantes entrevistados, de forma geral, “defendiam a reforma política” ou, pelo menos, “a tematização de experiências políticas que poderiam renovar o sentido da autorização eleitoral” (MENDONÇA, 2018, p. 98).

Complementarmente, em segundo lugar, o alarido em torno da reforma política emergente das jornadas de junho de 2013 é corolário dos escândalos de corrupção alinhados à representação política que então ecoavam (e ainda ecoam) no contexto brasileiro à época. Faz-se, assim, necessário, ponderar em que medida, a partir da promulgação da Constituição de 1988 passamos a questionar o sistema eleitoral e seus impactos no sistema político, governabilidade, representação e o funcionamento das instituições públicas, a partir desta fase de transição democrática (SILVA, 2015).

Mais pormenorizadamente, com vistas a estabelecer conexões mais ilustrativas para a realidade deste campo de pesquisa, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS) nos cursos de preparação dos servidores para a organização do pleito municipal de 2016, identificou as jornadas de junho de 2013 como um dos elementos catalisadores da chamada minirreforma eleitoral de 2015 (a qual apresentaremos na sequência deste texto, na subseção 1.6).

1.1.4 A Corrupção e a Lava-Jato: “Ai, meu Deus, me dei mal, bateu a minha porta o japonês da Federal”!

Eis a “macunaimização” [de Macunaíma, o herói sem nenhum caráter] do brasileiro, do rir de si mesmo (ANDRADE, 1928): “Ai, meu Deus, me dei mal, bateu a minha porta o japonês da Federal” – trecho ³⁹da marchinha de carnaval, lançada em dezembro de 2015, intitulada “A Marchinha do Japonês da Federal”, escracha a debilidade da República Brasileira, em muitos termos. A música, escrita pelo advogado de Campinas –SP, Thiago Vasconcellos de Souza, faz alusão ao agente da Polícia Federal, “chefe do Núcleo de Operações da PF em Curitiba – PR”, Newton Ishii.

³⁹ http://correio.rac.com.br/conteudo/2015/12/campinas_e_rmc/403009-compositor-da-marchinha-do-japones-da-federal-e-de-campinas.html

Escracha a espetacularização da Operação Lava Jato, magnificada pela agência da grande mídia. Escracha o desamparo do povo brasileiro. Escracha a debilidade do sistema democrático. Escracha, em certa medida, característica autofágica do sistema público brasileiro, quando o próprio agente da Polícia Federal (não se deve ler esta citação como crítica à organização elencada. Não dispomos de elementos empíricos, tampouco técnicos para tal inferência), o qual acompanhou a prisão, condução coercitiva, de diferentes personagens da Operação Lava Jato⁴⁰, foi preso em junho de 2016 acusado de envolvimento em contrabando do Paraguai, em 2003. Escrachada, está também, a crise ética de nosso país. Thiago, sem hesitar, apressou-se em atualizar uma segunda versão do trecho de música supracitado⁴¹: “Ai, meu Deus, se deu mal, foi preso em Curitiba o Japonês da Federal”.

Dito de outras maneiras, no contexto crítico das eleições municipais de 2016, a corrupção na sociedade brasileira e a Lava-Jato emergem como um tema proeminente do debate nacional. Para esta subseção, daremos destaque à corrupção, com a descrição dos eventos que se avizinham ao ano das jornadas de 2013 (e a partir de), especialmente a praticada no escopo da representação política, pois não dispomos, dada a necessidade de recorte, de espaço para discussão e argumentação necessárias à corrupção e à multiplicidade de elementos teóricos, históricos, políticos, sociais, contextuais que este fenômeno exige.

Em termos político-filosóficos, com o auxílio das reflexões arendtianas, Deina (2016), por exemplo, defende que o movimento Escola sem Partido⁴², o qual apregoa uma “educação sem doutrinação”, pode explicitar a corrupção no sentido da educação, uma vez que fragiliza a questão da natalidade arendtiana (ARENDR, 2008; 1999), “na possibilidade de renovação do mundo comum que os recém-chegados pelo nascimento possuem ontologicamente”:

⁴⁰ <https://extra.globo.com/noticias/brasil/japones-da-federal-presno-no-parana-rv1-1-19463517.html>

⁴¹ <https://extra.globo.com/noticias/brasil/autor-adapta-letra-de-marchinha-apos-prisao-de-japones-da-federal-ouca-19464213.html>

⁴² Movimento Escola sem Partido”; Projeto de Lei do Senado, nº 193/2016, o qual quer tipificar e reprimir, punir o “assédio” ideológico nas escolas. Entre as diretrizes propostas, o quinto artigo do documento, relacionado ao exercício dos professores, na sala de aula, menciona que o “mesmo não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias” (CAPAVERDE, LESSA, DIAS, 2018).

[...] na perspectiva do Movimento Escola Sem Partido, o sentido da necessária conservação do mundo, da obra humana, se corrompe em conservadorismo político; o pressuposto da responsabilidade dos educadores e educadoras, que exige comprometimento com o mundo comum, se corrompe na normatização heterônoma proposta pelo programa; a já degradada autoridade dos professores e professoras se corrompe com a perspectiva da vigilância ostensiva a ser feita pelos estudantes dentro, e fora, da sala de aula; a defesa irrestrita da liberdade de crença religiosa corrompe o sentido público (e, porque não, secular) da educação escolar em benefício de interesses privados; a necessária reflexão sobre a dignidade humana, de grupos historicamente negligenciados, é corrompida como ideologia de gênero ou de raça; a defesa do pluralismo de ideias no ambiente pedagógico é corrompida pelo próprio desejo, revelado escancaradamente pelo movimento, de controlar qualquer possibilidade de crítica social no ambiente escolar (DEINA, 2016, p. 40).

Mais do que isso, Deina (2016) explica que podemos identificar a corrupção do próprio pensamento de Arendt pelos “combatentes” da “doutrinação ideológica” nas escolas, com o mal uso do pensamento da autora, com a utilização fragmentada de seus escritos para fundamentar, a partir da replicação de fragmentos de seu pensamento, voltado à problematização da doutrinação ideológica das utopias políticas da modernidades, como Rousseau e Platão, no escopo do nazismo e do stalinismo (DEINA, 2016).

Analogamente, a questão da corrupção do pensamento, e dos significados que atribuímos às coisas mesmas, pode ser também realçada junto à busca de entendimento da prática da corrupção na constituição empírica do contexto crítico de 2016. A apropriação criminosa do público pelo privado, de certa forma, parte da corrupção do nosso pensamento sobre a política (especialmente no sentido arendtiano adotado para a análise que faremos ao longo do texto), sobre a representação política, naturalizada desde o Brasil colonial, na formação de nosso patriarcado.

Em outros termos, em epítome, trabalharemos com a corrupção, tal como se engendra no contexto brasileiro, como foi exaustivamente publicizada e diagnosticada no curso do diagnóstico ofertado ao senso comum, dentre outros. Neste ensejo, logo, partimos de definições. Quanto à definição da corrupção, Filgueiras (2009) defende que não há consenso na tradição ocidental acerca do seu significado. Isso porque, tanto esteve associada à ideia de suborno quanto de degradação, decadência. Assim sendo, na ausência de uma teoria política consistente sobre corrupção, destacamos seu caráter multiparadigmático.

A corrupção, então, em termos gerais, pode ser apreendida sob perspectivas dissemelhantes: “como ato infracional”, na medida em que “se opõe ou que transcende as leis e normas oficiais”; “como um comportamento calculado”, em que o resultado da operação “beneficia o corruptor, dada as oportunidades específicas do contexto em que a ação se insere”; “como intimamente ligada ao sistema normativo vigente em cada sociedade”. Isso posto, avançaremos com nossa lente voltada para os caminhos da corrupção sistêmica no contexto brasileiro (BONIFÁCIO, RIBEIRO, 2016, p. 16).

Neste sentido, podemos realçar a miríade de contradições que circundam essa prática; por exemplo, analisando-a sob a perspectiva histórica, pode ser “explicada, no plano da sociedade brasileira, pelo fosso que separa os aspectos morais e os valorativos da vida e a cultura política. Isso acarreta uma tolerância à corrupção que está na base da vida democrática pós-1985” (FILGUEIRAS, 2009, p. 388). Assim, os constantes e sucessivos escândalos de corrupção em nosso país, com o desvio de bilhões de reais de contas públicas para contas privadas, acenam para as antinomias que envolvem a corrupção no Brasil, o que aprofunda ainda mais a crise de representatividade política em nosso país.

O debate em torno da corrupção, assim, é mais complexo do que parece. Sob o ponto de vista sistêmico, entendamos os caminhos da corrupção. Para Dowbor (2012), “o Brasil vive, desde 2012, uma grande ofensiva política, promovida pela aliança entre as oligarquias tradicionais, o oligopólio da mídia e uma cunha do poder judiciário” (p. 77). Esta ofensiva (a qual Dowbor interpreta como golpismo), explica o autor, se ancora em um consistente discurso ético, capaz de absorver o (que deveria ser) ponto precípua deste debate: como, de fato, funciona a corrupção.

Com vistas a explicitar os caminhos da corrupção, aqui compreendida como desvio de dinheiro público, apropriação do que é público pelo privado, o autor descreve um conjunto de mecanismos que legitimam ou viabilizam esta prática: “a compra das eleições, o uso de juro oficiais, a cartelização do sistema financeiro, a apropriação do orçamento público, e o funcionamento dos paraísos fiscais” (DOWBOR, 2012, p. 77). Há de se ter atenção, argumenta Dowbor (2012), para o obscurecimento dos vícios do sistema em nome de um visceral discurso em nome da ética, que, muitas vezes, acaba por desviar a atenção do

cerne da questão da corrupção. Para o autor, a “compra das eleições” ilustra um grandiosíssimo vício deste sistema (tão grande que parece legalizado).

Pensemos no dependente químico, viciado em algum tipo de droga. A partir do uso e do abuso continuados, a tolerância à quantidade de droga também aumenta. Com isso, precisa fazer uso de quantidades cada vez maiores para atingir as mesmas reações químicas no sistema nervoso central (de acordo com a especificidade farmacocinética e farmacológica de cada droga). O corpo humano, paulatinamente, naturaliza a agência da droga no organismo e a variação do estado mental (de acordo com a biodisponibilidade de cada organismo) (MARQUES, CRUZ, 2000).

Analogamente, o Brasil parece ter aumentando sua tolerância à corrupção, e as nuances deste vício do sistema são invisibilizadas por discursos éticos que sintetizam tratamentos pouco eficazes para o que realmente acontece. O corpo humano, na maioria das vezes, precisa de um período de desintoxicação para entender a necessidade de e/ou aderir a um tratamento eficaz. O Brasil, na contramão do que um vício desta magnitude exige, parece buscar cristalizar velhos hábitos que reforçam as recaídas e/ou a manutenção dos vícios. Nesta senda, no curso da explicitação dos caminhos e mecanismos da corrupção e dos reforçamentos de práticas que parecem legalizadas, Dowbor (2012) inicia pelo financiamento das campanhas – o que o autor chama de “a compra das eleições”.

Ora, uma empresa que financia uma campanha de um candidato qualquer, por óbvio tem seus próprios interesses. Tais interesses, sem dúvida alguma, concorrerão com os interesses dos cidadãos que nele votaram. Em termos numéricos, por exemplo, uma campanha para Deputado Federal, no Brasil, custa em torno de “2,5 milhões de reais” (DOWBOR, 2012). No Brasil, nas eleições de 2010, por exemplo, “o financiamento das campanhas [foi] realizado majoritariamente por empresas” e isso trouxe [traz] uma miríade de consequências para o exercício da representatividade política (DOWBOR, 2012). Parece que quanto maiores os investimentos de determinada empresa, maior será a deformação sistêmica, uma vez que tal investimento gera privilégios de toda ordem para esta empresa, uma vez que o candidato seja eleito.

Os custos para a empresa são, exorbitantemente, altos. Nas eleições brasileiras de 2010, por exemplo, as empresas foram responsáveis pela maior

parte dos recursos utilizados nas campanhas eleitorais e a doação soma quase “2,3 bilhões de reais”, distribuídos conforme Quadro 1, abaixo (DOWBOR, 2012, p. 80):

Quadro 1 – Financiamento das Campanhas Eleitorais 2010: doações de empresas

Cargo pretendido	Porcentagem (%) do total dos gastos: recursos de empresas
Deputados Federais	70%
Senadores	88%
Governadores	90%
Presidentes	91%
Total em R\$	 2, 3 bilhões de reais

Fonte: Dowbor (2012)

O quadro 1 acima explicita o protagonismo das empresas no montante total do investimento nas campanhas eleitorais das eleições gerais de 2010, no Brasil. Com o quadro, conseguimos atentar para o fato de que, das candidaturas para deputados federais às candidaturas para presidência, o mais alto cargo do país, é crescente a participação das empresas e, por óbvio, há um preço a se pagar em caso de vitórias nas urnas. Dowbor (2012) destaca, ainda, que a “quase totalidade dessas empresas tem negócios com governos e dependem muito dos políticos para realizar suas atividades” (p. 80).

Nesta frequência, inicia a deformação sistêmica, a corrupção intrínseca a um sistema político já viciado. Isso porque, na medida em que determinada empresa passa a ter acesso facilitado a contratos públicos; as demais, com receio de alijamento do mercado, também oferece os investimentos necessários aos partidos e seus candidatos, de forma geral. O candidato, por sua vez, sem investimento não se elege (DOWBOR, 2012). A partir, então, deste “romance” entre empresas e candidatos à representação política, “começa a circular uma grande quantidade de dinheiro no sistema eleitoral” (p. 80)

Assim acontecendo, podemos nos questionar de que maneira a deformação do sistema corrupto desde a campanha eleitoral, por exemplo, pode ter efeitos no engajamento cívico, na participação política do cidadão brasileiro (BONIFÁCIO, RIBEIRO, 2016). Com vistas a ampliar o debate reflexivo e crítico, de diferentes estudos da área de sociologia, filosofia política, entendamos de que maneira Bonifácio e Ribeiro (2016) articulam participação política e corrupção, a partir de “modelos de regressão logística bivariada” (p. 28). Dessa maneira, dada a recorrência com que escândalos de desvios de dinheiro ocorrem em nosso país (DOWBOR, 1985; DIAS *et al*, 2012; DOWBOR, 2012), os autores (BONIFÁCIO, RIBEIRO, 2016), defendem que o “desengajamento [ou engajamento] político da população pode ser” relacionado com “o alastramento da corrupção entre os agentes públicos”. De modo geral, tal como vimos na subseção anterior, as jornadas de junho de 2013 estariam vinculadas às pautas públicas como, dentre outras, a corrupção do sistema político nacional.

Dada a ubiquidade da corrupção no contexto brasileiro, então, os autores destacam “a multidimensionalidade da participação política”. Para o estudo, no entanto, os autores elegeram como “modalidades de participação política e seus indicadores”: “ativismo comunitário, contato com atores políticos e governamentais, ativismo partidário e eleitoral, ativismo de protesto” (BONIFÁCIO, RIBEIRO, 2016, p. 13).

A partir disso, os autores argumentam que há um “padrão associativo positivo entre experiência com corrupção e ativismo político”. Deste modo, em período recente, no Brasil, os autores explicam que os dados dão conta de que “há uma clara relação de sentido positivo entre corrupção e participação política no Brasil” (BONIFÁCIO, RIBEIRO, 2016, p. 29). Desse imbricamento, emerge a necessidade de problematizarmos, mais aprofundadamente, de que forma se alinham investimento de dinheiro público e a deformação das prioridades do país. Voltemos à análise dos caminhos da corrupção (DOWBOR, 2012).

Para além da exorbitância numérica constante no Quadro 1, podemos destacar custos ainda maiores decorrentes “da deformação do processo decisório da máquina pública”. O tempo perdido no trânsito das grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, por exemplo, interfere na produtividade sistêmica, “aumentando o custo Brasil” ano (DOWBOR, 2012, p. 81). Este tipo de corrupção, assim, “deforma radicalmente as prioridades do

país”, pois abrimos espaço para uma circularidade que se “retroalimenta”, especialmente porque ao abirmos espaço para que as empresas financiem campanhas, legitimamos, também, o sobrefaturamento de obras públicas.

Desse modo, concomitantemente, “o crescimento dos custos de campanha, os custos do sobrefaturamento de obras”, os custos das restrições de opções de investimento “do dinheiro público”, engendram a corrupção sistêmica, com o conseqüente solapamento do processo democrático”. Isso ocorre, dentre outros, porque o voto deixa de representar os cidadãos e passa a representar os interesses de quem injetou grandes quantidades de dinheiro na campanha política. Nesta senda, o Congresso Nacional brasileiro vira um grande “balcão de negócios” (DOWBOR, 2012, p. 82).

Os interesses privados (das grandes empresas), desta forma, se misturam aos interesses públicos, com o privilegiado acesso a recursos. Constitui-se, dessa forma, a corrupção do próprio princípio da legalidade⁴³ (Artigo 37, da Constituição Federal) da administração pública, o qual prevê “a subordinação do poder público” às regulamentações legais. Os colaboradores (servidores públicos, funcionários públicos, representantes políticos) devem atuar em conformidade com o previsto em Lei (BRASIL, 1988).

Adicionalmente, com relação à dívida pública, Dowbor (2012) explica que a corrupção pode ser relacionada com a “fonte de transferências ofertada pelo governo”, a SELIC. Com relação a esta última, o autor explica que “é a taxa de juros que o governo paga aos que aplicam dinheiro em títulos do governo, gerando a dívida pública. Como é regulamentada legalmente pelo Conselho Monetário, “os intermediários financeiros passam a dispor de um sistema formal e oficial de acesso aos nossos impostos; tal disponibilidade é, ainda, transvestida pelo “discurso ético de proteger o povo da inflação” (p. 85).

Ainda, no que tange aos caminhos da corrupção, podemos destacar a manipulação dos juros comerciais, a manipulação do orçamento por emendas parlamentares, paraísos fiscais. Com relação aos juros, destaca Dowbor (2012), “os intermediadores financeiros” não satisfeitos, “recorrem a um segundo

⁴³ “Artigo 37 da Constituição Federal, acerca do Princípio da Legalidade: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (BRASIL, 1988).

mecanismo que é a fixação de elevadas taxas de juros ao tomador final, por bancos comerciais” (p. 85). Já as emendas, constituem exemplo da deformação quando a aprovação da peça orçamentária pelo legislativo sofre pressão das empreiteiras filiadas a partidos políticos ou financiadores de campanhas e quando repercutem vantagens pessoais do representante do legislativo, tão somente. Os paraísos fiscais, por sua vez, representam o destino do dinheiro da corrupção. Para esta movimentação, Dowbor (2012) resume agentes em uma circularidade disfuncional: “os grandes beneficiários empresariais [...], as quem faz as transferências, gerem o dinheiro ilegal e também se beneficiam no processo, e os políticos que criam o seu contexto institucional” (p. 24).

Pelo exposto, o autor nos auxilia a refletir sobre a complexa circularidade da reprodução da corrupção no contexto brasileiro, compreendido como um processo sistêmico, na medida em que elenca e descreve os vícios no próprio sistema. Desde a campanha eleitoral, com a injeção de quantias astronômicas de dinheiro (que se reverte em facilidades de acesso às obras públicas, por exemplo, até a amarrada engrenagem do envio de dinheiro para os paraísos fiscais (o Brasil ocupa o 4º lugar no mundo).

Em complementariedade à reflexão crítica de Dowbor (2012), em termos numéricos, a partir do exposto, nos interessa recuperar os valores da corrupção no contexto mundial e brasileiro. Saadi e Machado (2017) exploraram os “os valores patrimoniais e extrapatrimoniais envolvidos em casos de corrupção” (p. 483). Os pesquisadores destacam que a corrupção, em nível mundial atingem, conforme dados da Transparência Nacional (2010), astronômica quantia de “US\$ 1,8 trilhão”, valor estimado que “anualmente” é “desviado por práticas de corrupção, evasão fiscal e crime organizado”. Mais pormenorizadamente, no Brasil, os valores giram em torno de “US\$ 20 e US\$ 40 bilhões por ano” (SAADI, MACHADO, 2017, p. 492). Desnecessário seria calcular quantas universidades, hospitais, ou seja, serviços comuns à toda a população, poderiam ser construídos e mantidos com este dinheiro.

Neste estudo, os autores, corroborando a reflexão de Dowbor (2012), ponderam que a corrupção se estrutura “em complexos sistemas financeiros, que tanto mantém o funcionamento dinâmico da atividade ilícita, quanto geram os dividendos almejados desta atividade” (p. 492). Ora, com isso, reforçamos o quanto o processo eleitoral, e o financiamento de campanhas, tal como

desvelado por Dowbor (2012) alavancam a circularidade deste processo. Por isso, reiteramos a necessidade de compreender os elementos que estão por trás das urnas, aqui ilustradas pelas questões legais e práticas do financiamento de campanhas, as quais zigzagueiam no epicentro do fluxo da corrupção.

Antes de imergirmos na Lava-jato, com a devida atenção às multiplicidades de desdobramentos na agenda brasileira, por último (sem, no entanto, esgotar o tema da corrupção), destacamos alguns dados constantes em relatórios da transparência internacional, destaque entre as organizações voltadas ao debate (e ao combate) da corrupção em nível mundial e, em consequência, no contexto brasileiro. Desse modo, a transparência internacional (Transparency International), é uma organização da sociedade civil que se vincula à luta contra a corrupção (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2009), na medida em que realiza pesquisas, visando a desenvolver ferramentas de intervenção para dissolução de práticas de corrupção (SANEN, DONEGÁ, 2018).

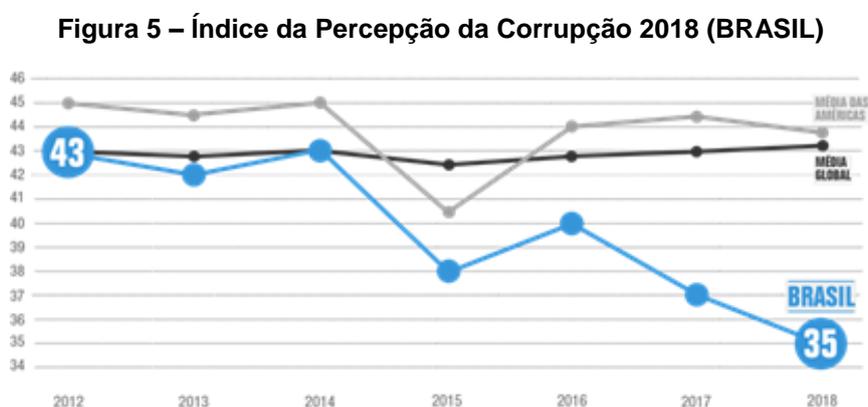
Ao reforçar que a corrupção ameaça à democracia, anualmente a Transparência Internacional (2018) descreve o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), o qual “mensura os níveis de percepção [da corrupção] no setor público, em 180 países e territórios”. O último relatório, do ano de 2018, realça poucos avanços no combate efetivo à corrupção, por parte da maioria dos países/territórios analisados: “mais de dois terços dos países pontuam abaixo de 50, enquanto a pontuação média global é de apenas 43” (p. 03). O IPC, assim, ferramenta que mensura a corrupção desde 1995, vai da escala de 0 a 100 para avaliar o “nível percebido de corrupção no setor público”. Quanto mais próximo do zero, maior a corrupção percebida pelo país ou território (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2018, p. 04).

O relatório de IPC de 2018, conforme os Figura 5 e 6, abaixo, traz o Brasil com 35 pontos, ocupando a 105ª posição dentre os países e territórios analisados, o pior resultado desde 2012 (ano em que os dados passaram a ser analisados – comparação – ano a ano). Na figura 5, o Brasil aparece com 35 pontos, “apresentando a terceira queda anual seguida”, desde 2016. A partir disso, o relatório do Índice de Percepção da Corrupção 2018 alerta que as ações recentes para combater a corrupção no Brasil, como a Lava-jato, parecem insuficientes para combater o cerne da questão: “as causas estruturais da

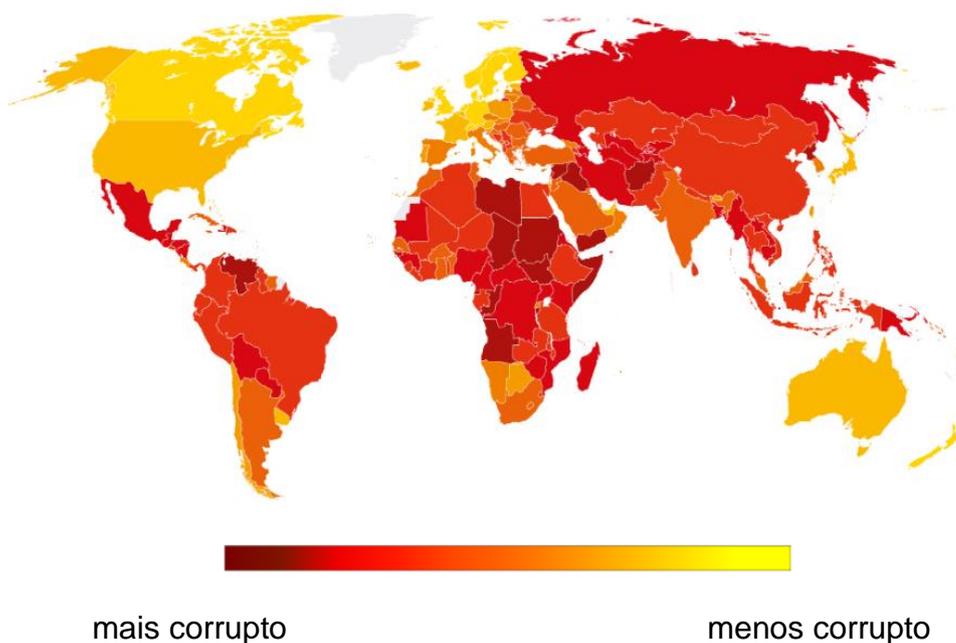
corrupção do país” (como mencionado acima) (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2018, p. 04)

Na figura 6, por sua vez, podemos visualizar o desempenho do Brasil no cenário mundial. Em 2018, nenhum país atingiu o score máximo (100) no IPC. O país mais próximo do topo é a Dinamarca (com 88 pontos). Em segundo lugar, temos a Nova Zelândia (87 pontos) e, em terceiro, a Finlândia (85 pontos). De forma geral, dos dez países mais bem colocados no ranking, sete são europeus, à exceção do Canadá (em 9º lugar com 81 pontos). A Transparência Internacional (2018) explica que nestes país podemos identificar “instituições democráticas fortes, estado de direito sólido, ampla liberdade de imprensa e liberdades civis” (p. 05).

Por outro lado, no outro extremo, temos a Somália com somente 10 pontos – em último lugar no ranking. Ainda aparecem a Síria e o Sudão do Sul (ambos com 13 pontos) e o Lêmbem e a Coreia do Norte (ambos com 14 pontos). O que deve ser destacado nestes países que figuram nos últimos lugares do ranking, descreve a Transparência Internacional (2018): “trata-se de países pobres, passando por guerras ou conflitos, com instituições pouco democráticas” (p. 06).



Fonte: Transparência Internacional (2018, s. p.).

Figura 6 –Mapa Índice de Percepção da Corrupção – Países

Fonte: Transparência Internacional (2018, s. p.).

Voltando ao Índice de Percepção da Corrupção no caso do Brasil, a Transparência Internacional (2018), de modo adicional, argumenta que “a Lava-Jato foi crucial para romper com o histórico de impunidade de corrupção no Brasil”, mas ainda é insuficiente, dada a complexidade do fenômeno (p. 07). É importante, dessa forma, compreendermos o que é a Lava-Jato e a gênese desta operação no Brasil. Para tanto, partiremos da operação Mãos Limpas, na Itália, e chegaremos em Sérgio Moro, o juiz de primeira instância, que à época, passou a ser reconhecido como uma espécie de Messias na/da operação de guerra à corrupção no Brasil.

Há de se ter cuidado para descrever a operação Lava Jato. Vamos por partes: do raso ao profundo. Em primeiro lugar, é importante explicar a origem do nome: Lava Jato. Tal designação tem origem em uma das primeiras organizações corruptas investigadas⁴⁴: “uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos [...]. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou”.

⁴⁴ <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>

Lava Jato, do ponto de vista operacional, é um conjunto de operações comandada por uma organização federal específica no Brasil, a qual iniciou em 17 de março de 2014 (um pouco mais de dois anos antes das eleições municipais de 2016). Neste dia, de posse de “81 mandatos de busca e apreensão⁴⁵, 28 de prisão e 19 de condução coercitiva, agentes [da organização pública federal responsável por] chegaram à empresa Costa Global”. Esta última pode ser relacionada ao ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto da Cunha.

De cunho ilustrativo, no Gráfico 1 abaixo, da Transparência Internacional (2018), elaborado com base nas operações da Polícia Federal, no Rio de Janeiro e no Paraná (entre os anos de 2003 e 2006), podemos observar o número de operações/ano, como desdobramento da Lava-Jato. O processo decisório das operações deflagradas por esta instituição era do juiz de primeira instância, da 13ª Vara da Polícia Federal, em Curitiba, no Paraná (NETTO, 2016; KERCHÉ, JÚNIOR, 2018; SAADI, MACHADO, 2017).

Gráfico 1 – Operações da Polícia Federal (2003 – 2016), por ano.



Fonte: Transparência Internacional (2018, p. 12).

Assim sendo, de modo geral, Sanen e Donegá (2018), em outro relatório da Transparência Internacional, interpretam que a Lava Jato alcançou diferentes avanços no combate à corrupção. Além disso, os autores entendem que a operação representa “novas abordagens ao combate da corrupção”, a partir de “transformações jurídicas, administrativas e comportamentais” (p. 06). O início

⁴⁵ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-03/lava-jato-completa-4-anos-neste-sabado-veja-numeros-da-operacao?amp>

da operação, conforme site institucional do Ministério Público Federal⁴⁶, se deu “com a investigação [...] de quatro organizações criminosas lideradas por doleiros” (ainda nesta subseção explicaremos o esquema da Petrobrás). Adicionalmente, em seu curso, “a Lava Jato já apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, bem como em contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3”, por exemplo.

Em números⁴⁷, até março de 2019, a operação orquestrada pelo juiz Moro – a Lava Jato – passou por 49 fases. Nestes cinco anos de operação (desde 17 de março de 2014), cerca de “188 pessoas foram condenadas” por corrupção, foram “registrados 395 pedidos de cooperação internacional com 50 países”. De acordo com o que fora publicizado pelo Ministério Público Federal, “39 investigações da Lava Jato tramitam em tribunais superiores, sendo 36 destas pelo Superior Tribunal Federal⁴⁸, envolvendo 101 investigados, 134 delações premiadas⁴⁹”. Do montante estimado que seja devolvido aos cofres públicos R\$ 12 bilhões, “1,9 bilhão” já fora recuperado.

⁴⁶ <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato>

⁴⁷ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-03/lava-jato-completa-4-anos-neste-sabado-veja-numeros-da-operacao?amp>

⁴⁸Supremo Tribunal Federal, instância primeira (alta corte) do sistema judiciário brasileiro: “No Brasil, o presidente da república, seus ministros e parlamentares somente podem ser acusados pelo procurador-geral da república e julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF)” (KERSHE, 2018, p. 2018).

⁴⁹A Lei 12.850 de 2 de agosto de 2013, “define organização criminosa e dispõe sobre investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal” (BRASIL, 2013, s.p.). No Artigo 3º da referida Lei, temos que “em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção de prova: I – Colaboração premiada; II – captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; III - ação controlada; IV - acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; V - interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica; VI - afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica; VII - infiltração, por policiais, em atividade de investigação [...]; VIII - cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal”. Mais especificamente, no Artigo 4º, temos a definição legal de colaboração premiada: “o juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada” (BRASIL, 2013, s.p.). Em outros termos, Meira *et al.* (2017) chama a atenção para as precauções que devem ser mobilizadas pela justiça para a utilização deste tipo de prova: se, por um lado, “não há como desprezarmos as informações que advêm ao inquérito e à ação

Historicamente, a operação Lava Jato pode ser alinhada à operação Mãos Limpas, da Itália dos anos 1990. Netto (2016), em sua “apaixonada” jornada para narrar os bastidores da Lava Jato, com foco biográfico “endeusador” no juiz Sérgio Moro (conforme argumentamos no parêntese a seguir), explica sobre a predileção de Moro pelo trabalho do juiz Giovanni Falcone, o qual julgou a máfia italiana, a partir de 1992: “caseiro, Moro é um leitor voraz. Sua conta na Amazon registra a preferência por biografias, livros, [...] casos da Corte americana, sobre a Operação Mãos Limpas” (p. 34).

Ao refletir sobre a operação Lava Jato, no Brasil dos anos 2010, Kershe (2018a) recupera a operação Mãos Limpas na Itália dos anos 90:

“Em fevereiro de 1992, na cidade italiana de Milão, um administrador de um hospital público, membro pouco expressivo do Partido Socialista, foi pego recebendo US\$5.000,00 em propina. A partir desse caso, a “Operação Mãos Limpas” foi deflagrada pelo sistema judicial da Itália e as consequências nos anos seguintes superlativas: 5.000 pessoas envolvidas nas investigações [...], entre elas seis ex-primeiros-ministros e 200 parlamentares [...]. Como reflexo das operações de combate à corrupção, o sistema partidário sofreu mudanças dramáticas e o antigo equilíbrio político construído no pós- -guerra se desmanchou [...] (KERSHE, 2018a, p. 255).

Nos anos seguintes, até 1994, a Itália observou o solapamento dos partidos políticos, de forma geral (pelo menos dos cinco mais importantes). Com o espaço político partidário e a crise da velha política, emergiram novos messias e agentes políticos (SBERNA; VANNUCCI, 2013; GUARNIERI, 2015; KERSHE, 2018a). Neste cenário de repúdio à velha política, “Silvio Berlusconi cria um novo partido de centro-direita, Forza Italia, e se torna primeiro-ministro do país” (KERSHE, 2018a, p. 256). Eis mais uma analogia com o contexto brasileiro, a qual guarda conformidade com o que fora até então descrito nestas notas de contexto: Sílvio Berlusconi é o homem mais rico da Itália (política e poder econômico). Sílvio Berlusconi é dono de diversos veículos de comunicação na Itália (política e oligopólios midiáticos).

No entanto, obviamente a semelhança entre a operação italiana dos anos 1990 e a brasileira, dos anos 2010, não se restringe aos livros que ocupam a

penal, por meio das colaborações premiadas’, pois esta prática “invadiu o Processo Penal” (p. 207), como a evitação da coação, por exemplo. Além disso, a “troca” prevista pela delação premiada desnuda, argumentam os autores em análise crítica, determinada incompetência do aparelho estatal, ao não conseguir, por meio das entidades responsáveis, as mesmas informações a partir de depoimentos aos profissionais responsáveis.

mesa de cabeceira do juiz Sérgio Moro, o que referenciaria sua base epistemológica (e já seria, de início, digno de atenção). Neste sentido, Kershe (2018a) argumenta que nossa inspiração na operação italiana “se deu não somente do ponto de vista da estratégia”, a qual, podemos resumir, esteve centrada na adoção de colaboração premiada e intensa publicização midiática, com o intuito de mobilizar a opinião do senso comum em apoio a, mas também “do ponto de vista institucional” (p. 287).

Com relação à semelhança institucional, é importante explicar que se trata da ampla dissolução de fronteiras entre as organizações, no que tange às práticas laborais de cada uma, a partir da missão institucional de nossas instituições públicas. Isso porque, desvela Kershe (2018a) “houve [intensa] aproximação da polícia, promotores e o juiz encarregado do caso” [em consequência disso] “diferentemente do previsto pelos constituintes brasileiros, a divisão de tarefas entre os atores do sistema de justiça foi atenuada”. Embora tenhamos alcançado êxito no combate à corrupção, o autor alerta para o fato de que fora constatado, também, o enfraquecimento dos direitos dos que foram acusados, com a perigoso questionamento do nosso sistema político, e conseqüentemente, democrático (p. 287).

Na linha desta reflexão, Kershe e Júnior (2018b) explicam que, perigosamente, a Lava Jato promoveu a construção de heróis – mesmo para atores que até então estavam distanciados das urnas. A espetacularização de prisões e ações das instituições (com a participação da grande mídia) elevou o protagonismo de atores do sistema de justiça para além do protagonismo dos representantes políticos eleitos por meio do voto e, conseqüentemente, para além do protagonismo dos partidos políticos brasileiros (o sistema político brasileiro será apresentado junto aos dados empíricos coletados na seção de tese específica para).

Com isso, destacamos que tal operação judicial que visa a enfraquecer os caminhos da corrupção na sociedade brasileira, tende a enfraquecer, melhor dizendo, “impactar a democracia de um país com as dimensões do Brasil, atingindo instituições estatais e a sociedade”, de forma geral. Isso porque, as instituições fulcrais à engenharia, “arquitetura da democracia brasileira”, tais como “Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, além da imprensa, da opinião pública e da economia” são diretamente

impactadas pela operação, na medida em que a forma com esta se deu, ressoam na forma como os cidadãos experienciam a política e a rerepresentação política, “e a própria democracia brasileira” (KERSHE, JÚNIOR, 2018B, p. 12).

[Parêntese]. [E uma breve licença à primeira pessoa para este segmento de texto]. Durante o processo de pesquisar, refletir, descrever, reescrever, em busca de elementos empíricos para sustentar as subseções destas notas de apresentação, deparei-me com algumas questões acerca dos meandros da Operação supracitada, que, interpreto, sejam dignas de realce para o presente texto. Sem inferir juízo de valor [mas se o fizesse: atribuiria tacanhez ética abismal ao que descreverei a seguir], dentre o trabalho de centenas de jornalistas brasileiros que acompanharam os bastidores da Operação Lava-Jato, compreendida como o “maior escândalo da história do Brasil”, como “uma ação transformadora” (GABEIRA, 2016, p. 06), acompanhemos o trabalho de Vladimir Netto, então jornalista da Rede Globo de Televisão, com destacado trabalho no jornalismo investigativo.

Vladimir Netto publicou, no ano de 2016, o livro “*Lava-Jato, o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que parou o Brasil*”. Tal livro, escrito em narrativa, rapidamente, tornou-se um dos mais vendidos do Brasil à época. Em 332 páginas, Netto (2016) fala sobre a busca da verdade, narra fatos desconhecidos pelo senso comum e coloca o juiz Sérgio Moro logo na capa do livro (e no título também). O livro, em síntese, presta uma homenagem ao então juiz Sérgio Moro e aos procuradores da Lava-Jato: “com maestria”, “rigor e coragem” o juiz Moro conduz a operação Lava-Jato. Nas palavras do autor: “Sergio Moro, que vinha demonstrando rigor e coragem na condução dos processos da Lava-Jato, faz[ia] valer o princípio de que a lei é igual para todos. Aliás, nesta história, todos tentam fugir de Moro” (NETTO, 2016, p. 10). Um pouco mais de Sérgio Moro, pela descrição do jornalista investigativo (?) Netto (2016), ao replicar Erika Marena, entrevistada para o livro em questão:

Depois das prisões da primeira fase da Operação Lava Jato, a Polícia Federal tinha de avaliar o que havia sido reunido e definir novos rumos para a investigação. Seria necessário um trabalho meticuloso. Até porque o juiz Sergio Moro já era conhecido pelo rigor com os processos sob sua tutela. “Esse olhar atento dele passa segurança para gente. Quando tem que puxar a orelha, ele puxa. Indefere monitoramento, não aceita denúncia quando não vê fundamentação, não pede prisão. O olhar dele é preciso” (NETTO, 2016, p. 26).

Curiosamente, após a vitória nas eleições gerais de 2018, do hoje Presidente Jair Bolsonaro⁵⁰, candidato do Partido Social Liberal (PSL), eleito no segundo turno [com 55% dos votos, derrotando o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad], ocorreu a indicação do juiz Sérgio Moro para Ministro da Justiça. À época, circulou o nome de Giselly Siqueira⁵¹ como possível Assessora de Comunicação⁵² do novo Ministro. Giselly é nora de Miriam Leitão, jornalista e apresentadora de jornal da GloboNews (pertencente à Rede Globo de Televisão).

A Rede Globo, aquela que pertence à família Marinho, como mencionado na subseções anteriores. Encerro este parêntese argumentando que, não somente causa estranheza a ligação do juiz justiceiro de Vladimir Netto ter assumido um Ministério no novo Governo, como também as relações entre Sérgio Moro, Vladimir Netto, Miriam Leitão e Giselly Siqueira. Independentemente das competências técnicas e comportamentais de cada um dos profissionais supracitados, há de se destacar, de novo, a proximidade dos conglomerados de mídia com o poder público [os representantes políticos]. Podemo-nos questionar, a partir disso, se a corrupção significa somente desvio de dinheiro público, em espécie, ou se poder constituir-se na manobra do senso comum, em nome de interesses invisíveis para quem recebe a notícia “pronta”. [Fecha parêntese].

Voltando à Lava Jato, ainda é importante resgatarmos, para o contexto crítico das eleições municipais de 2016, o quanto os depoimentos das delações premiadas impactaram na agenda de debate do cenário eleitoral. O doleiro Youssef, ligado ao escândalo da Petrobrás, por exemplo, disse, em depoimento à Moro, em maio de 2016, que a corrupção é intrínseca às campanhas eleitorais, da maioria dos deputados, como já problematizamos, pois a maioria dos políticos precisa se corromper para vencer as eleições (NETTO, 2016).

Antes disso, nas eleições gerais de 2014, imprescindíveis para compreendermos o processo de Impeachment, Alberto Youssef – mais

⁵⁰ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>

⁵¹ <https://www.revistaforum.com.br/comunicacao-de-moro-sera-chefiada-por-esposa-de-autor-de-livro-da-lava-jato-e-filho-de-miriam-leitao/>

⁵² <https://www.brasil247.com/pt/247/sul/377989/Nora-de-Miriam-Leit%C3%A3o-vai-chefiar-comunica%C3%A7%C3%A3o-de-Moro-no-Minist%C3%A9rio-da-Justi%C3%A7a.htm>

especificamente, e parte de sua delação premiada –, estampou a capa da edição semanal antecipada de uma revista brasileira com circulação nacional, às vésperas do segundo turno, conforme Figura 3, abaixo (NETTO, 2016), relacionando Dilma Rousseff e Luís Inácio Lula da Silva ao esquema da Petrobrás: “Eles sabiam de tudo”.

O esquema da Petrobrás, por sua vez, inaugurou a operação Lava Jato no cenário brasileiro. Para o Ministério Público Federal⁵³ (MPF), “os volumes dos recursos desviados da Petrobrás, maior estatal do país”, se aproxima da “casa dos bilhões”. Além disso, é importante realçar “a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia”, explica o MPF. Depois do escândalo no mercado paralelo de câmbio, envolvendo quatro empresas sob a liderança dos doleiros, o MPF voltou sua atenção ao articulado e ambicioso esquema de corrupção montado na estatal brasileira (ainda no ano de 2014).

Figura 7 – Revista Veja vésperas eleições gerais de 2014



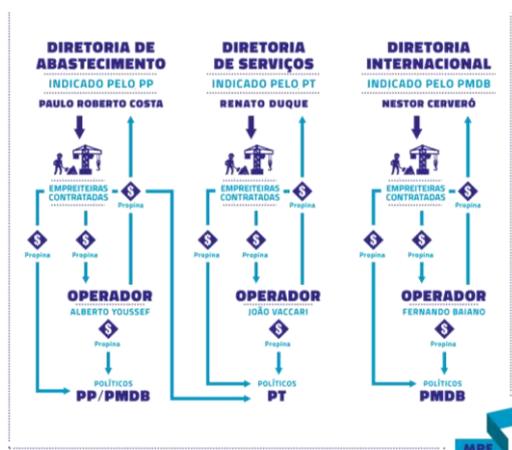
Fonte: Netto (2016, p. 111).

⁵³ <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>

As “tenebrosas transações na estatal” serão substituídas, neste texto, pela cartelização da Petrobrás e empreiteiras (conforme nomeia o MPF, em documento que a supracitada revista teve acesso). Trata-se de um esquema organizado de corrupção, com duração superior a dez anos, que envolvia uma rede de empreiteiras as quais pagavam propinas para representantes políticos, agentes públicos e executivos desta instituição pública em troca de benefícios para o desenvolvimento de obras públicas acordadas em valores superiores. Com relação a isso, é possível estabelecermos articulação com o que fora citado nesta seção de contexto crítico, relacionado à participação das empreiteiras no financiamento das campanhas eleitorais, em troca de vantagens em contratos públicos por ocasião da eleição do candidato financiado. Eis a circularidade sistêmica da corrupção no contexto brasileiro.

E como o dinheiro era distribuído? Os doleiros, identificados na primeira fase, realizavam a distribuição de quantias astronômicas de propina, informa o MPF . No curso operacional do esquema, as licitações se transformaram em processos falaciosos que violavam os princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência) (BRASIL, 1988). Na figura 8, abaixo, desenvolvida e publicizada pelo MPF , podemos observar um resumo do esquema de propina da Petrobrás, o qual envolvia empreiteiras, funcionários da Petrobrás, operadores financeiros, agentes políticos. Na figura, então, o Ministério Público Federal destaca os seguintes nomes: Paulo Roberto da Costa , Renato Duque , Nestor Cerveró , Alberto Youssef , João Vaccari , Fernando Baiano .

Figura 8 – Lava Jato: Esquema de desvios de recursos da Petrobrás



Fonte: Ministério Público Federal (2016)

Se Dilma e Lula sabiam de tudo, não podemos corroborar nem refutar, tampouco perfaz o nosso objetivo central (ou secundário) neste texto (também não dispomos de conhecimento técnico ou provas para inocentá-los ou condená-los). O que nos importa argumentar, neste sentido, é que tanto a corrupção sistêmica engendrada (da campanha eleitoral às ações intrínsecas aos cargos públicos outorgados por meio do voto) em nosso país, quanto as operações, em curso, para combatê-la, disputam a agenda de debate nacional (com o discurso ético e de higienização proeminentes). A isso, vincula-se a agência dos conglomerados de mídia, que reverberam, em tons de espetáculo, o que for econômica e politicamente mais interessante para os seus negócios. O processo de Impeachment Presidenciável, em 2014, no Brasil, tanto tem assonâncias importantes no contexto de crise das eleições municipais de 2016, quanto ilustra (e relaciona ainda mais) a multiplicidade de elementos já mencionados nesta seção, no que tange à manipulação de interesses econômicos, políticos, sociais, ideológicos. A seguir, destacamos as eleições de gerais de 2014 e o Impeachment de Dilma Rousseff.

1.1.5 As eleições gerais de 2014 e o Impeachment Presidencial de Dilma Rousseff: em nome de Deus, eu voto sim!

O processo eleitoral de 2014 – e as eleições daquele ano – ocorreram em meio aos primeiros escândalos da operação Lava Jato, acima descrita. Depois do recolhimento da vontade cidadã por meio dos votos, em outubro de 2014, a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) Dilma Rousseff, foi reeleita com 51, 64% dos votos (54. 501. 118 votos) em 27 de outubro de 2014, no segundo turno daquelas eleições, vencendo o então candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, que obteve 48, 36% dos votos (51. 041. 155 votos) (TSE, 2014).

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Tribunal da democracia. Este é o slogan em destaque no site institucional (realce nosso), conforme figura abaixo, (e de substancial importância de recorte para as análises concernentes às eleições municipais de 2016, as quais serão desenvolvidas ao longo da tessitura desta tese, em defesa do argumento que apresentamos no prelúdio).

Figura 9 – Tribunal Superior Eleitoral – O Tribunal da Democracia



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2014).

O destaque acima se avizinha às reflexões aqui elencadas acerca do contexto crítico do Brasil, em nossa história recente. No escopo das eleições gerais de 2014, devemos destacar que, após o embate nas urnas, com a vitória de Dilma, a transparência e a efetividade do sistema das urnas eletrônicas brasileiras, modelo mundo afora, fora questionado pelo partido derrotado nas urnas, o PSDB, de Aécio Neves. Junto a este debate, a iminência de um Impeachment Presidencial, aglutinou nossa atenção em torno do debate político.

A partir, então, dos primeiros movimentos para o Impeachment Presidencial da Presidenta eleita, consagra-se, no Brasil, um debate generalizado pelas redes sociais, espaços públicos, instituições públicas e privadas, com a participação dos conglomerados de mídia, com vistas a formar a opinião pública em torno dos interesses econômicos, políticos de poucos. Neste cenário, o país, a democracia e a sua legitimidade entram em aparente colapso. Vamos por partes. Em primeiro lugar, ao que segue, as eleições gerais de 2014, depois, o questionamento de sua legitimidade e do processo eleitoral brasileiro; por último, alguns elementos do Impeachment Presidencial.

Em 21 de maio de 2013, mais de um ano antes, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou o calendário das eleições gerais de outubro de 2014. Ficou agendado⁵⁴, nesta data, que o primeiro turno das eleições gerais de 2014 ocorreriam em 05 de outubro e o segundo, em 26 de outubro daquele ano. Conforme legislação eleitoral, os eleitores iriam as urnas para eleger “Presidente, Governadores dos estados, renovação de um terço dos Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais ou Distritais” (BRASIL, 1997, 1990, 1965).

⁵⁴<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Maio/tse-aprova-calendario-das-eleicoes-2014>

Em meio, então, aos escândalos de corrupção e à crise do sistema democrático brasileiro, iniciou a campanha eleitoral Brasil afora. No que tange ao processo eleitoral organizado pelo TSE – práticas e processos institucionais, pautados pela legislação eleitoral – destacamos que as eleições de 2014 foram as primeiras realizadas após a aprovação da Resolução 23.381, de 19 de junho de 2012, do Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral (BRASIL, 2012, TSE, 2014). Tal norma prevê “uma série de ações destinadas a facilitar o voto do eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida”, o objetivo de tal regulamentação “promover o acesso, amplo e irrestrito, com segurança e autonomia, de todas as pessoas ao processo eleitoral” (TSE, 2014, p. 09); especialmente no que se relaciona aos locais de votação, urnas eletrônicas (braile, áudio, por exemplo), treinamento de mesários, portais, legislação e programas.

Além disso, a identificação biométrica do eleitor, em um terceiro movimento da justiça eleitoral neste sentido, ilustra, conforme entende o TSE (2014), mais uma inovação tecnológica em atenção à transparência e à segurança, pilares da justiça brasileira. E outras tantas práticas, do ponto de vista, organizacional poderiam ser elencadas (vamos ao que mais interessa desse embate de 2014 – pelo menos para o presente segmento de tese).

Em outros termos, em seu curso, de especial interesse para esta subseção, a corrida presencial de 2014 foi marcada por intensa disputa. O Brasil, “partido ao meio”, foi às urnas e elegeu Dilma Rousseff (em disputa acirrada, voto a voto, com o candidato Aécio Neves). O que nos interessa desta disputa eleitoral, além dos escândalos de corrupção já abordados, é o questionamento da transparência das urnas eletrônicas brasileiras, por parte do candidato derrotado. A celeridade e a eficiência do sistema eleitoral brasileiro (recolhimento da vontade cidadã e apuração dos votos) é reconhecida mundialmente. Diferentes países enviam representantes ao país para aprender sobre as nossas urnas eletrônicas.

Em comemoração aos 20 anos da urna eletrônica no Brasil, o TSE (2016) apresentou a urna eletrônica como o “símbolo da democracia brasileira”. Neste movimento, indicou que a urna “desde que foi utilizada pela primeira vez, em 1996” passou por diferentes atualizações tecnológicas com vistas a aprimorar a transparência e a celeridade de nosso sistema eleitoral informatizado. Como

iremos tratar das urnas nos achados empíricos deste texto, não nos alongaremos em sua análise. Aqui, nos importa chamar a atenção para o fato de que, o TSE (2016, p. 08), no mesmo texto comemorativo, logo na apresentação, já faz a defesa de seu sistema informatizado: “embora criticada pela mídia – muitas vezes por desconhecimento de seus componentes de segurança –, a urna eletrônica brasileira” é segura. A instituição defende também que as urnas eletrônicas já evitaram fraudes, erros, dentre vários outros.

Esta defesa, dois anos após as eleições gerais de 2014 não é por acaso. Mesmo que o TSE tenha por hábito, eleição a eleição, abrir seu sistema para que especialistas tentem fraudá-lo, como forma de legitimar a segurança deste sistema, após a publicização dos resultados do segundo turno de 2014, as urnas eletrônicas brasileiras, símbolo da democracia para o TSE, passaram pelo maior teste desde que foram implementadas, 18 anos antes. O então candidato à presidência derrotado, Aécio Neves, questionou⁵⁵ a confiabilidade das urnas, especialmente no “caminho” entre o recolhimento e a apuração dos votos, ao publicizar “descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infalibilidade da urna eletrônica”.

Acompanhando o clima de desconfiança geral no contexto brasileiro entre 2013 e 2016, as urnas eletrônicas também, por que não, poderiam ser questionadas frente a um país dividido, em que as instituições públicas se descredibilizaram junto à Petrobrás. Com este pensamento, o PSDB⁵⁶, partido de Aécio Neves chegou à protocolar requerimento, junto ao TSE, para que fosse criada uma Comissão especial, com representação partidária, para vistoriar os resultados ofertados pelas urnas em 26 de outubro de 2014. Além do contexto político e social fecundo, o partido foi motivado a protocolar o pedido de auditoria, interpretamos, porque a disputa do então candidato peemedebista com a candidata petista, foi a mais colérica da história, com a pequena diferença de 3,459 milhões de votos entre os dois candidatos.

⁵⁵ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>

⁵⁶ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,auditoria-do-psdb-conclui-que-nao-houve-fraude-na-eleicao--imp-,1777811>

Em novembro daquele ano, o TSE⁵⁷, em votação unânime, acolheu o pedido do PSDB para realizar auditoria nas urnas, mas negou o pedido de formar uma comissão especial para este fim, questionando a legitimidade jurídica do PMDB para legislar pelos outros partidos: “a sigla [...] pleno acesso aos sistemas de votação, apuração e totalização dos votos das eleições de 2014 para que o partido possa, se desejar, realizar uma auditoria própria”. Após um ano, o PSDB, após finalizar a auditoria⁵⁸, concluiu que não teve fraude nas eleições gerais de 2014, apesar de indicar um conjunto de atualizações para o sistema eleitoral. Em tese, este questionamento público ampliou ainda mais a desconfiança da população nos processos e organizações públicas brasileiras. Saímos, assim, das eleições presidenciais de 2014, com contestações públicas acerca das urnas eletrônicas por parte de um partido político – o que fora acompanhado por quase metade dos eleitores brasileiros. Com isso, o sistema eletrônico, do ponto de vista técnico, fica, também, com uma pesada herança para as eleições municipais de 2016. O símbolo da democracia brasileira – as urnas – está sob suspeita.

Adicionalmente, o debate primeiro acerca do processo eleitoral de 2014, por sua vez, submergiu a uma disputa pelo poder (ver nota 12) que envolveu/envolve não somente o legislativo, mas também o executivo e o judiciário. A presidenta eleita, não sem questionamento da oposição, em outubro daquele ano, sofreu impedimento e foi deposta em 31 de agosto de 2016, quando o então Vice-Presidente Michel Temer (Presidente interino há 180 dias, assumiu o cargo de Presidente). Vejamos, em resumo, algumas questões, que alavancaram e desembocaram neste desdobramento, principalmente as que se refletem com mais nitidez no espectro eleitoral municipal de 2016.

O Impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff ocorreu após sessão do Senado Federal brasileiro, a qual durou aproximadamente uma semana, entre os dias 25 e 31 de agosto de 2016 (somente dois meses antes do processo eleitoral municipal de 2016). Mais do que isso, ao todo, foram “mais de 320 horas de trabalho, das quais 109 em Plenário e 211 na Comissão Especial

⁵⁷ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Novembro/tse-aprova-auditoria-do-psdb-sobre-sistemas-eleitorais-de-2014>

⁵⁸ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,auditoria-do-psdb-conclui-que-nao-houve-fraude-na-eleicao--imp-,1777811>

do Impeachment, que renderam 4.300 laudas de falas taquigrafadas” (SENADO FEDERAL, 2016, p. 12).

O julgamento do crime de responsabilidade que resultou no impedimento da Presidenta Dilma, face ao ineditismo e extrema technicalidade, exigiu extremo esforço da Comissão responsável no Senado Federal, explica Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Escrivão do processo de impeachment (SENADO FEDERAL, 2016). O trabalho rendeu “4.300 laudas de falas taquigrafadas”, com a participação de “52 testemunhas, sendo 44 na Comissão e 8 em Plenário, para instruir um processo que alcançou mais de 27.000 folhas, distribuídas em 73 volumes” (p. 12).

No entanto, para além do esforço institucional, é importante realçarmos que o segundo processo de Impeachment em uma democracia tão jovem quanto a brasileira, descredibilizou os representantes políticos frente aos cidadãos que lhe outorgam direitos por meio dos votos, a campanha, o processo eleitoral e a representatividade em si. A democracia brasileira era, mais uma vez, questionada. O processo eleitoral, tal como o conhecemos hoje, foi resultado de um longo processo de lutas por garantias e direitos políticos (NICOLAU, 2012).

No final do ano de 1983, início de 1984, os brasileiros foram às ruas no movimento conhecido como Diretas Já. O requerido pelos cidadãos que manifestaram no espaço público dos anos 80, no Brasil, era eleições diretas, fundamentalmente (Emenda Constitucional tramitava no Congresso, à época). No entanto, a emenda foi derrotada e, por meio de eleições indiretas, José Sarney, em 1985, foi o primeiro presidente civil do Brasil, após anos de domínio militar (NICOLAU, 2012).

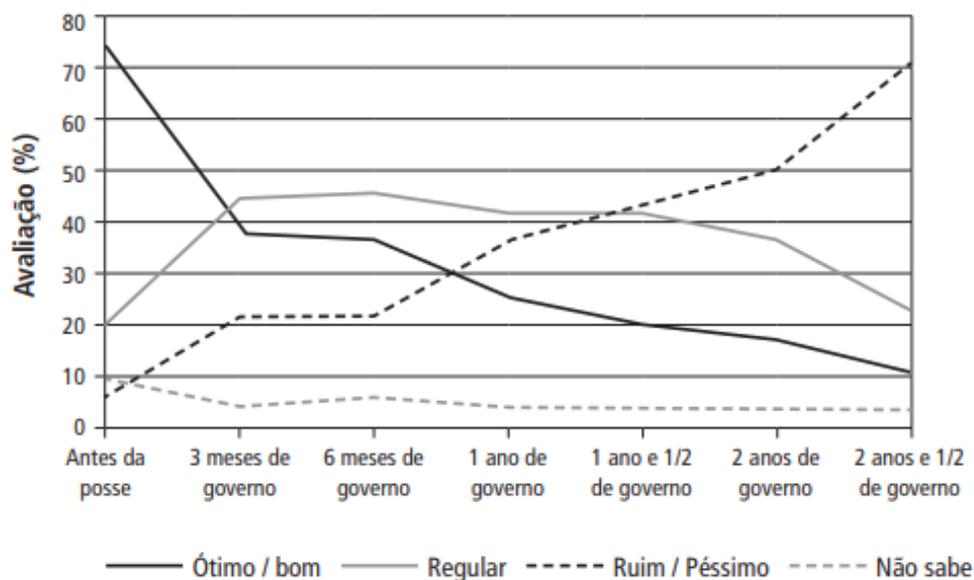
Pouco tempo depois, em maio do mesmo ano (1985), a aprovação da Emenda Constitucional 25 legitima o voto direto para Presidente e para as prefeituras em nosso país (NICOLAU, 2012). Assim sendo, para o dia 15 de novembro de 1985, foram agendadas as primeiras eleições diretas: para eleger os prefeitos. Concomitantemente, a Emenda Constitucional nº 25 também abriu espaço para a formação e registro de novas legendas e partidos (ficamos com aproximadamente 28 diferentes legendas em todo o território nacional, após os 21 anos de ditadura (em um primeiro momento, cinco novos partidos e à época das primeiras eleições diretas para prefeito, foram criadas mais “23 apresentaram candidatos naquele ano”) (NICOLAU, 2012, p. 85).

As eleições no ano seguinte, em 15 de novembro de 1986, desse modo, marcaram o processo de redemocratização do Brasil (após décadas de domínio militar), com eleição de deputados e senadores que participaram do debate e desenvolvimento da nova constituição brasileira (BRASIL, 1988). A constituição de 1988, a primeira depois da Carta de 1946 (BRASIL, 1946), manteve alguns pontos principais desta última:

[...] presidencialismo, com chefe do Executivo eleito pelo voto direto; Congresso Nacional composto por duas Casas (Senado e Câmara dos Deputados); escolha dos deputados federais pelo sistema proporcional para mandatos de quatro anos e dos senadores pelo sistema majoritário para mandatos de oito anos; reprodução do sistema de divisão de Poderes no âmbito estadual (com eleição direta dos governadores e das Assembleias Legislativas) e municipal (com eleição direta dos prefeitos e das Câmaras Municipais) (NICOLAU, 2012, p. 86).

Adicionalmente, , o sistema de maioria absoluta de votos, e primeiro e segundo turno, como já explicado em subseção anterior, é novidade da Constituição Federal de 1988. Foi, então, em 15 de novembro de 1989, que tivemos um Presidente eleito pelo voto direto, após anos de ditadura militar no país. Dentre 22 candidatos a Presidente e a Vice-Presidente da República (NICOLAU, 2012), o candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) Fernando Collor de Mello foi eleito presidente do Brasil (Itamar Franco, do mesmo partido, era o Vice-Presidente), em dezembro de 1989 (com aproximadamente 35 milhões de votos, mais da metade dos eleitores) (SALLUM JR; CASARQUES, 2011). E o governo do Presidente Fernando Collor foi mais bem avaliado pelos cidadãos brasileiros antes deste tomar posse, conforme gráfico 2, abaixo:

Gráfico 2 – Avaliação do Governo Fernando Collor, após eleições de 1989



Fonte: Sallum Júnior e Casaroes (2011, p. 176).

Este primeiro Presidente eleito após a redemocratização sofreu impedimento em 1992. Há numerosa análise deste processo de Impeachment na literatura acadêmica, assim resumido por Sallum Júnior e Casaroes (2011, p. 136): os trabalhos “enfazizam” desde “a relevância da personalidade do presidente”, até “instituições e atores políticos” e a “mobilização da “sociedade civil”. No entanto, os autores explicam que existe, por parte dos estudiosos do processo, uma leitura subestimada dos eventos de 1992, os quais desembocaram no processo de impedimento de Collor. Em tentativa de ampliar a análise, eles apontam duas novas questões importantes: a primeira delas está relacionada ao “papel das disputas simbólicas ocorridas ao longo do governo Collor” (cores da bandeira, hino nacional), o que teria fortalecido tanto “mobilizações coletivas” quanto “avaliação popular dos acontecimentos” (p. 198).

A segunda, por sua vez, pode ser compreendida como a agência dos partidos de oposição na condução do processo. Eles defendem a hipótese de que o impedimento de Collor fora “conduzido pela coalizão entre PMDB, PSDB e PT (com apoio relevante do grupo do senador José Sarney)” (SALLUM JR; CASAROE, 2011, p. 198). E, era neste ponto que gostaríamos de chegar. O Impeachment de Dilma Rousseff, para os interesses desta tese, deve ser percebido como mais um golpe à jovem democracia brasileira, pós processo de

redemocratização. O segundo, após o impedimento de Fernando Collor de Mello, em 1992.

Assim, o impedimento de Dilma também foi orquestrado pelos partidos da oposição desejavam tomar o poder (e aqui o PMDB, do então Vice-Presidente Michel Temer, até então aliado político, também se inscreve). A queda de Dilma fragiliza não somente a democracia e o processo eleitoral brasileiro, como põe em questionamento, por parte dos cidadãos brasileiros, a legitimidade da representatividade política. Em mais um evento de apropriação do público pelo privados, os deputados que votaram o impedimento de Dilma naquela semana de agosto de 2016, anunciavam seu voto evocando Deus, e a própria família, em um constatado equívoco sobre as ações que norteiam a representatividade do cargo público, outorgado por meio do voto (outorga de **direitos** dos cidadãos).

Isso posto, entendemos que a conclusão do Impeachment de Dilma, em agosto de 2016, escancara a fragilidade democrática brasileira, desde a campanha eleitoral, até a corrupção sistêmica, tal como argumentamos ao longo destas notas de contexto crítico. A então Presidenta democraticamente eleita em 26 de outubro de 2014, para seu segundo mandato presidencial (primeiro, 2011 a 2014, segundo, 2015 a 2016), parece ter participado de um terceiro turno da disputa eleitoral, após as eleições de 2014: o golpe de Estado. Nesta linha, Villaverde (2016) explica que há muito mais a se falar sobre o processo de Impeachment do que o que fora registrado nos anais de 600 páginas do Senado Federal Brasileiro (conforme recuperamos acima).

E, importa argumentar que, esta assumpção interpretativa perfaz um dos importantes instrumentos para a análise do processo eleitoral de 2016, o qual ocorreu em meio a mitigações de sintomas de um contexto crítico no qual as eleições de 2016 ocorreram, em meio à sociedade brasileira dividida entre a interpretação de golpe de Estado e a pde concordância com o impedimento da Presidenta Dilma. Logo, a perspectiva golpista aqui apresentada se insere em parte do debate da desmoralização do processo eleitoral, cidadania e democracia brasileiros, tão somente (não assumimos, desta forma, uma redação panfletária). Assumimos, em caráter de abstração reflexiva, que o processo de Impeachment fragilizou ainda mais a credibilidade do sistema político brasileiro junto aos eleitores, para dizer pouco.

O primeiro argumento, com relação a isso, pode ser relacionado ao fato de o Brasil ser um país presidencialista e não parlamentarista, como defende César (2016, p. 13) em sua “denúncia do golpe e dos ataques aos direitos sociais e à soberania nacional”. O autor explica que o Brasil é um país presidencialista e não parlamentarista⁵⁹. Após os plebiscitos de 1963 e 1993, a maioria dos cidadãos brasileiros confirmou o presidencialismo em nosso país. Não há dúvidas postuladas pela legislação brasileira quanto a isso. Quase, pois, na prática, na medida em que explicamos o presidencialismo, podemos inferir que o impedimento da Presidenta Dilma é um golpe de Estado (CÉSAR, 2016), resultante de uma manobra de diferentes atores que experimentavam a disputa pelo poder (ver nota de rodapé 12) em uma sociedade que já experimentava os escândalos de corrupção e a crise econômica.

No presidencialismo, assim, “o poder executivo é independente do poder legislativo”. Como sabemos, desde a redemocratização, temos eleições diretas, ou seja, o candidato ao mais alto cargo do país, Presidente, se elege por meio “do voto popular direto”. Neste tipo de governo, o parlamento e “a maioria parlamentar” são importantes, mas não “requisitos para o exercício do governo”. A Constituição Federal brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), assim, é imperiosa para orientar os mandatos dos candidatos eleitos por meio do processo eleitoral: “Presidente e deputados federais têm mandatos fixos e só podem ser destituídos dos cargos para os quais foram eleitos, se cometerem crimes previstos na Constituição Federal” (CÉSAR, 2016, p. 13), – o que, até o momento, argumenta o autor, não ficou claramente demonstrado sobre a prática de gestão da então Presidenta Dilma Rousseff (explicaremos no segundo argumento, abaixo apresentado).

⁵⁹ No parlamentarismo, o governo e o protagonismo dos atores políticos ocorre da seguinte maneira: “o executivo resulta da composição de uma maioria parlamentar e o primeiro-ministro é indicado pelos deputados, só governa quem tem maioria no Parlamento”. Desse modo, o parlamentarismo somente ocorre quando têm a maioria (depende desta para a indicação do Primeiro-Ministro). Neste caso, não temos votos diretos. A participação dos eleitores, neste caso, se dá de forma indireta, uma vez que os eleitores, “elegem os deputados e transferem a estes o direito de indicar o chefe do poder Executivo, que é exercido como uma delegação concedida pelo poder Legislativo”. O que acontece quando ocorre mudança parlamentar e a maioria é perdida? “Perdida a maioria, cai o primeiro-ministro e novo governo deve ser constituído e empossado”. Por fim, quando é observada a impossibilidade de “compor maioria e, conseqüentemente, constituir novo governo, destitui-se também o Parlamento”. Após a destituição do Parlamento, novas “eleições gerais são convocadas para que o povo, por meio do voto, constitua nova maioria parlamentar capaz de compor novo governo” (CÉSAR, 2016, p. 13).

O segundo argumento, por sua vez, está alinhado ao que substancialmente está legislado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), para destituir um presidente legitimamente eleito por meio do voto direto dos cidadãos brasileiros. Ora, para dar cabo do processo de impedimento, é prerrogativa constitucional que “fique comprovado que o mandatário do governo federal cometeu crime de responsabilidade no exercício do seu mandato” Exclusivamente após esta comprovação é que poderá ocorrer a “destituição do presidente da República por meio do voto dos parlamentares, deputados federais e senadores” (CÉSAR, 2016, p. 13).

Por esta ótica, o Impeachment da Presidenta Dilma, alavanca ainda mais o solapamento do processo democrático brasileiro, ao lacunar o que orienta a Constituição Federal de 1988, acerca da soberania do recolhimento da vontade popular por meio do voto direto. Vivemos em um regime democrático e, “nas democracias, a vontade popular para constituir e para destituir governos só se manifesta de forma válida por meio do voto” – o que ocorreu nas eleições gerais de 2014. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2014), no que lhe cabe como missão organizacional, reconheceu vitória da então candidata do Partido dos Trabalhadores, nas urnas do segundo turno de 26 de outubro de 2016, conforme já descrevemos.

Atribui-se à Dilma, para admissibilidade do processo de Impeachment, crime de responsabilidade fiscal (as pedaladas fiscais). Com relação ao termo pedaladas fiscais, importa explicar que a oposição⁶⁰ ao governo Dilma Rousseff, orquestrada pela classe política, popularizou a expressão pedaladas fiscais. Estas últimas podem ser compreendidas como “manobras fiscais que consistem no atraso de pagamentos a bancos públicos”. Com isso, o Governo acaba por pagar juros a mais, o que causa impacto no Orçamento, conforme explica Bedinelli (2016, s.p.) em artigo no jornal El pais Brasil:

Rousseff, segundo a oposição, teria pedalado no Plano Safra, crédito subsidiado para agricultores familiares, e atrasado os repasses feitos ao Banco do Brasil. A perícia afirma que as parcelas com vencimento entre os meses de janeiro e de novembro de 2015 foram pagas com atraso, em dezembro de 2015, o que gerou o pagamento de correção de 450,57 milhões de reais, mas afirma que na análise dos dados e documentos apresentados pela acusação e defesa não foi identificado ato da presidenta afastada que “tenha contribuído direta ou imediatamente para

⁶⁰ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634_118457.html

que ocorressem os atrasos nos pagamentos". Ou seja, a pedalada ocorreu, mas não foi por interferência direta dela. Não fica claro, entretanto, os motivos que levaram a essa conclusão e quem seriam os responsáveis pela irregularidade. A defesa de Rousseff afirmava, desde o início, que não existiam justificativas para o impeachment com base neste argumento da acusação (BEDINELLI, 2016, s.p.).

O argumento da acusação, a partir do descrito acima, se enquadraria em um crime de improbidade administrativa da Presidenta Dilma. Isso porque, tanto pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) quanto pela Lei da Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (BRASIL, 1992), é crime "causar prejuízo ao erário"; neste caso, com perda patrimonial. No tocante a este último, mais especificamente, o artigo 10 da referida Lei versa: "constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial [...]", dentre outros (BRASIL, 1992, art.10º). Se foi ou não foi resultado de interferência direta da autoridade máxima do país, democraticamente eleita, não nos cabe argumentar como exercício central da defesa de argumento a que nos propomos. Voltemos à primeira votação (da admissibilidade).

No dia 17 de abril do ano de 2016, retomando, ocorreu o processo de votação da razoabilidade do impedimento da Presidenta. Foram contabilizados, por ocasião da votação, 367 votos em favor de, e 137 contra (PRANDI, CARNEIRO, 2018, p. 01). Com relação a isso, César (2016, p. 13), explica que a deposição de um presidente, somente poderá ocorrer depois de "comprovada a prática de crime de responsabilidade". Isso, "mesmo que o instrumento do Impeachment esteja previsto na Constituição". Na esteira deste fenômeno, no caso do impedimento de Dilma Rousseff, o autor reconhece que o procedimento "processual tenha sido observado", mas defende que "a deposição do governante é golpe e desrespeito da vontade popular". Para fins desta tese, este não é o debate central. Nosso objetivo é abordar a questão sob diferentes lentes analíticas, para mapear o que circundava o debate político no Brasil e, mais especificamente, na Porto Alegre que foi às urnas em outubro do mesmo ano.

Seja como for, a percepção acerca deste processo de deposição, ocorrido no Brasil de 2016, como golpe, divide não somente os cidadãos brasileiros, como também os pesquisadores e analistas políticos. Nesta perspectiva, ressaltamos que as divergências técnicas ocuparam um papel de destaque no bojo deste debate. Por um lado, há argumentações que concluem que "Dilma não

“pedalou”⁶¹, “mas autorizou decretos sem aval do Congresso”. Neste sentido, Comissão Especial do Senado Federal para tratar do tema, explica que, com base em perícias realizadas, “um dos crimes [a] que ela estava respondendo”.

Por outro lado, a mesma comissão⁶², identificou que Dilma pode ser responsabilizada, em outros termos, “por editar três decretos sem a permissão do Legislativo, como afirma a segunda acusação contra ela”. Três, quatro, cinco, seis decretos. Variam de acordo com o analista. O fato é que o debate rapidamente se ampliou da esfera econômica para as esferas políticas e judiciais. Do ponto de vista da política econômica, no curso da crise econômica brasileira, o próprio Ministro da Economia à época, Guido Mantega, em setembro de 2014, procedeu a uma “avaliação crítica da política econômica [de então] e o reconhecimento de um necessário ajuste macroeconômico para que se recuperassem as condições de um novo ciclo de crescimento” (CARLEIAL, 2015, p. 201).

É incontestável que, em um cenário de crise econômica, por exemplo, com escassez de empregos e desvalorização da indústria brasileira, aquilo que fora apresentado como um plano de governo na campanha eleitoral de Dilma, “um programa compromissado com os interesses dos trabalhadores, prometendo manter o emprego e a renda” acaba deslegitimado quando o cenário em que o brasileiro vive apresenta mais restrições do que o prometido na campanha eleitoral.

De modo geral, o ajuste neoliberal, especialmente no mercado de trabalho brasileiro, do segundo mandato de Dilma, com queda de demandas e de investimentos do setor privado, entre outros, colocou as contas do país no “vermelho”. Tal situação, “magnificada pela grande mídia”, exasperou ainda mais o povo brasileiro, em direção ao descontentamento com tal gestão (CARLEIAL, 2015, p. 209). Além da crise econômica, tanto quanto os escândalos de corrupção, redimensionam intenções de voto, durante a disputa eleitoral, como diagnosticaram Rennó e Ames, nas eleições de 2010, a partir da migração de votos de Dilma para Serra, também alavancam a rejeição de parte da população ao plano de governo em curso.

⁶¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634_118457.html

⁶² https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634_118457.html

Antes, durante e, principalmente, depois do Impeachment, instalou-se no Brasil um clima de extrema violência junto ao debate político. A própria noção de política arendtiana, nossa fonte epistêmica para as análises que se apresentaram necessárias, pode ser questionada a partir disso, pois temos perdido a capacidade de estar com o outro em espaço público, concordando e principalmente, discordando. As redes sociais viraram arenas belicosas. A corrupção é sistêmica. Crise ética. Crise política. Crise da democracia. Crise da Cidadania. No “coliseu” dos deputados, por exemplo, que decidiram pela admissibilidade do impedimento de Dilma Rousseff, votos em nome da família, de Deus e da ética, ilustraram que “a lógica partidária segue rumos em que os valores republicanos contam pouco” (PRANDI, CARNEIRO, 2018, p.18). A tradição, nestes casos, se sobrepõe aos valores republicanos e democráticos. No “coliseu” das redes sociais, em posts analisados entre 2010 e 2016, a Presidenta Dilma foi chamada de “vadia, puta, vaca, rapariga”. Houve couro de súplica pela morte da Presidenta: #morreDilma (LUZ, FONSECA-SILVA, 2017, p. 02). As debilidades da democracia e da República brasileira foram postas de muitas diferentes maneiras.

1.1.6 A Reforma Eleitoral de 2015: analgesia?

O debate em torno do tema da reforma eleitoral de 2015 será aprofundado com os elementos coletados em campo. A Reforma Eleitoral foi gestada e criada na/da crise. As eleições municipais de 2016 foram as primeiras realizadas após a chamada minirreforma eleitoral de 2015. Nesta senda, em primeiro lugar, é importante considerar a base reguladora do Direito Eleitoral no estabelecimento dos direitos políticos cidadãos; resumidamente, o Direito Eleitoral tem por objeto:

[...] o complexo de princípios e normas jurídicas que tratam do exercício dos direitos políticos ativos (poder de votar) e passivos (poder de ser votado), do sistema eleitoral brasileiro, da constituição e organização dos partidos políticos, do processo das eleições (alistamento, filiação partidária, escolha e registro de candidatos a cargos eletivos, calendário eleitoral, propaganda eleitoral, arrecadação de recursos e gastos nas campanhas eleitorais, prestação de contas, diplomação), da organização das eleições nos entes da Federação (União, Distrito Federal, Estados e Municípios), da Justiça Eleitoral, das representações, ações e recursos, dos crimes eleitorais (FILHO, TOLEDO, 2016, p. 06).

Assim sendo, temos que a Reforma Eleitoral de 2015 alterou diferentes pontos da Lei das Eleições, a qual faz parte de um extenso grupo de diplomas legais que tratam da temática da eleições (FILHO, TOLEDO, 2016). Os autores explicam, ainda, que “as matérias que compõem o Direito Eleitoral têm assento na Constituição do Brasil – medula e vetor de todo o ordenamento jurídico eleitoral” (p. 06). Disso decorre que os direitos políticos, sejam ativos ou passivos, são direitos constitucionais. Com base nisso, se destacam alguns principais diplomas eleitorais (p.06):

- Código Eleitoral⁶³ (Lei nº 4.737, de 15.7.65);
- Lei de Inelegibilidades⁶⁴ (Lei Complementar nº 64, de 18.5.90);
- Lei dos Partidos Políticos⁶⁵ (Lei nº 9.096, de 19.9.95);
- Lei das Eleições⁶⁶ (Lei nº 9.504, de 30.9.97).

A Reforma Eleitoral, ocorrida em 2015 (Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015) implicou modificações na legislação eleitoral supracitada, especialmente no que diz respeito à “abreviação da campanha eleitoral, proibição de doações eleitorais de pessoas jurídicas, limitação dos gastos em campanhas eleitorais”, além de legislar “sobre os direitos do candidatos [...] requisitos de elegibilidade e das causas de inelegibilidade. E do direito de disputar as eleições em igualdade de oportunidades com os demais candidatos” (FILHO, TOLEDO, 2016, p. 01).

Neste escopo, o foco será apresentar o novo calendário eleitoral, com base nas modificações originárias da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (BRASIL, 2015) – imbricadas, engendradas nas dúvidas acerca da eficiência do processo eleitoral brasileiro (o que ganhou mais força nas eleições de 2014, com o pedido de auditoria do PMDB), nos escândalos de corrupção no país, na crise das instituições públicas, no solapamento da democracia brasileira, na operação

⁶³ O Código Eleitoral Brasileiro, Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 “contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado”, Artigo 1º (BRASIL, 1965, p. 01).

⁶⁴ A Lei de Inelegibilidade, Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, estabelece casos de ilegitimidade, prazos de cassação, dentre outras providências cabíveis para os direitos políticos ativos (BRASIL, 1990, p. 01).

⁶⁵ A Lei dos Partidos Políticos, Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, “dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal” (BRASIL, 1990, p.01).

⁶⁶ A Lei das Eleições, Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece as normas para as eleições brasileiras.

Lava Jato e em seus desdobramentos, nas Jornadas de Junho, na agência magnificada da mídia para publicizar informações coadunadas com seus interesses econômicos, políticos, na deslegitimação da política representativa.

Frente a este cenário crítico complexo, a Reforma Eleitoral ocorrida somente um ano antes das eleições municipais, dada a complexidade de elementos que complexificam a reprodução, por exemplo, de campanhas eleitorais financiadas pelo poder privado, e pelos seus interesses, sintetiza “soluções democráticas”, conforme verbalizado por um dos servidores do TRE, entrevistados ao longo desta pesquisa, o que será devidamente apresentado na seção descritiva (empírica). É importante frisar que a lei supracitada resultou em modificações no calendário eleitoral (FILHO, TOLEDO, 2016, p. 17), e a organização das eleições municipais de 2016, pela primeira vez, experienciou estas novas orientações para a gestão do pleito.

Mais especificamente, a Lei 13.165, (BRASIL, 2015), alterou orientações legais do Código Eleitoral (BRASIL, 1965, 1990, 1997), ao dispor sobre redução dos custos de campanha, a simplificação da gestão dos partidos políticos nacionais e cotas para inserção feminina na política, “alterando a legislação infrainstitucional e complementando a reforma das instituições político-eleitorais do país” (BRASIL, 2015). Estas novas orientações foram adotadas pelo Tribunal Regional Eleitoral nas eleições de 2016, pautando novas práticas e modos de operacionalizar as eleições. A descrição pormenorizada destas medidas legais para a organização do pleito, será realizada com fulcro no que coletamos campo, na seção antes das eleições. Evitamos, desta forma, em atenção assisada à gestão de escrita, aprofundamento do presente item, como realizado nos anteriores, para evitar que a informação não fique replicada neste texto.

Fundamentalmente, a inserção deste item, assim, nestas notas de contexto, se justifica como desdobramento das questões apresentadas nos itens 1.1 a 1.5 desta tese. Podemos desenvolver, a partir do exposto, uma miríade de problematizações acerca da efetividade desta medida face ao fenecimento do Brasil (e da democracia brasileira) pela reprodução, em linhas genéricas, da velha política patriarcal do Brasil colônia. À carcinogênica apropriação do público (direitos, garantias, recursos) pelo privado (que dificulta sobremaneira a histórica luta por direitos iguais, pela pluralidade, pela arendtiana dignidade da política),

em problematização de partida, temos ofertado incauta analgesia a sintomas (e não ao ponto nodal da mutação genética)?

Se é analgesia, profilaxia, anestesia (ou histeria), se é ponto de partida para uma necessária reforma política em nosso colapsado sistema político-democrático-partidário-eleitoral, a análise destas medidas⁶⁷ relacionadas à cassação de registro, ao registro de candidaturas, às convenções partidárias, ao cálculo dos eleitos no voto proporcional, à nulidade das votações e novas eleições, à propaganda eleitoral, aos critérios para emissão de passaporte (para eleitores que votaram ou não votaram), realizada à partir das práticas dos servidores do TRE nas eleições municipais 2016 e dos desdobramentos desta reforma no cenário crítico brasileiro, poderá nos auxiliar para os exercícios epistêmicos-empíricos a que nos propusemos. Eis o objeto desta pesquisa (o qual será devidamente apresentado na próxima seção).

1.2 A EMERGÊNCIA DE UM OBJETO DE PESQUISA

Sou doutoranda. Sou pesquisadora. Estou doutoranda? Estou pesquisadora? É golpe? Não é golpe? É ditadura? É de centro? É de direita? É de esquerda? Cuidado, aí, com a separação sujeito – objeto. É científico? É panfletário? É certo? É errado? Parado ou em movimento? Reflexividade ou problematização? Reflexividade e problematização? Lacuna teórica? Generalizar? Não generalizar? Você está fazendo isso pela primeira vez? É tese? Não é tese? Ontologia e epistemologia? Ontologia da epistemologia? Epistemologia, tão somente? - -ismo? – sistema político? Religião? Doença? Esporte? Ideologia? Arvorismo? Estrabismo? Autismo? Ciência? Senso Comum? Ciência ou senso comum? Ciência e senso comum? Depende.

Depende. Nosso perguntar depende de um referencial. De que referencial falamos? Pensemos, em alavanca reflexiva, a partir dos fulcros seminais da mecânica. Na física, um corpo, em Movimento Retilíneo Uniforme (MRU), poderá estar em deslocamento de um lugar ao outro (velocidade constante) ou em repouso (JARDIM *et al.*, 2016). Depende do que? Depende do referencial.

⁶⁷ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Outubro/serie-reforma-eleitoral-2015-conheca-os-principais-pontos-alterados-no-codigo-eleitoral>

Analogamente, nosso perguntar é trigo e pão, pão e trigo, de um sistema de referências. Nossa prática de pesquisa, epistêmica, é produto e resultado de.

Nossas ações, nossos modos de conhecer, estão sempre embasadas em concepções epistemológicas (ver mais em Parte III). Mizukami (1992), em contribuição argumentativa acerca dos nossos modos de conhecer, identifica as abordagens tradicional, comportamentalista, cognitivista, sociocultural (p. 01). Dito de outro modo, por exemplo, uma aula tradicional tem como concepção epistemológica um aluno que nada sabe, que é uma tábula rasa, a qual tem que ser preenchida com conteúdo, dentre outros; uma aula cognitivista, por sua vez, pressupõe um aluno capaz de conhecer – o que poderá fazê-lo se for motivado para tal, por meio de problematizações, dúvidas, perguntas, a partir de informações que ele mesmo poderá buscar em livros, entrevistas, internet.

Assim, no engendramento da minha experiência cidadã, acadêmica e profissional, da pletora gama de elementos (dentre outros não recortados) elencados na seção 1 (itens 1.1 a 1.4), e com o interesse de compreender a cotidianidade prática e os saberes que daí emergem, cadenciada com nossa genealogia acadêmica, nosso interesse de pesquisa (2015) centralizou-se em torno das eleições do ano seguinte, as eleições municipais, em Porto Alegre, na capital gaúcha. O Tribunal Regional Eleitoral deste estado é quem organiza o processo eleitoral acima identificado. Aí adentramos, com tais inquietudes, acompanhadas da abordagem baseada em práticas (ver fundamentação teórica) (GHERARDI, STRATI, 2014), ainda como uma bússola com a agulha em processo de magnetização, em face ao norte-sul, então indicado pelo campo.

Pelo exposto, e após incursão exploratória pelo campo (descrita e ilustrada na parte modos de conhecer e metodologia), identificamos a incipiência da noção de prática enquanto fenômeno social⁶⁸, mesmo com a sua intencionalidade da experiência, com sua estrutura teleoafetiva (SCHATZKI, 1996, 2002), dentre outros. Especialmente porque, do/no campo vivido e experienciado, percebemos que o *por trás* das urnas das eleições municipais, tinham implicações mais complexas do que a experiência social compartilhada, mesmo que contextos micro e macro fossem relacionados.

⁶⁸ [PARÊNTESE EXPLICATIVO]: (escolhemos a noção de Shatzki, práticas enquanto fenômeno social, – e, assumimos, com isso um recorte – escolha que será fundamentada na subseção modos de conhecer).

Ao identificarmos que elementos presentes (nem sempre percebidos) seriam suprimidos da análise teórico-empírica possível com esta lente inicial, encontramos, em alinhamento com o que fora apresentado por Antonello e Godoy (2012) o ponto de partida para delimitarmos questões de pesquisa, objetivo, objeto e, conseqüentemente, um argumento a ser aqui defendido: a lacuna da teoria das práticas no que concerne a sua natureza política. Acrescentamos a esta constatação lacuna em fundamentos analíticos para a compreensão da natureza política do campo de compartilhamento, intrínseca a esta prática compartilhada (não somente em condição relacional ou refratária, mas em condição da coisa mesma). Trata-se de um diagnóstico genérico e passível de argumentação no campo que vivenciávamos, somado ao abissal fichamento da tradição praxiológica que realizamos durante os quatro anos de tessitura deste trabalho (ANEXO I).

No entanto, era necessário, de ensejo, identificarmos de que política falaríamos. A política, como noção, ação conceito, definição, prática, pode ser analisada sob lentes multiparadigmáticas. A noção de política de Hannah Arendt, deste modo, e sua teoria política, emergem como possibilidade analítica complementar, a partir da exigência do fenômeno. Para tanto, perguntamos de diferentes maneiras, respeitamos a imperiosa realidade do campo, realizamos prolongados exercícios de pesquisa teórica, orientações, em busca de amparo epistemológico para a noção de política desta natureza política da prática, acima mencionada como lacuna analítica.

1.2.1 A política arendtiana e a noção de prática em Schatzki: a Fenomenologia como base epistemológica comum

Crise de representatividade, política, pluralidade, debilidades da república, poder, em Arendt, complementam a noção de prática em Schatzki e nos levam ao necessário debate epistemológico. Assim sendo, começamos por Arendt; melhor dizendo, em busca de uma argumentação que sustente uma base epistemológica para a autora. E, nesse sentido, emergem uma gama de interpretações – que aqui serão apresentadas em complementaridade para a reflexão –, relacionadas à heterogeneidade dos pressupostos ontológicos que nutrem a construção do pensamento de diferentes estudos, nos quais são

exploradas possibilidades de compreensão de uma (ou umas) base (s) epistemológica (s) para Arendt.

Gaspar (2011) entende, conforme apresenta em suas “Contribuições para uma crítica ao pensamento político de Hannah Arendt”, que o pensamento arendtiano, influenciado sobremaneira por Martin Heidegger⁶⁹ e Karl Jaspers⁷⁰, “apresenta características da fenomenologia⁷¹ e do existencialismo⁷²” (GASPAR, 2011, p. 14). Gaspar é marxista⁷³ e, a partir desta orientação, tece uma análise crítica à filosofia política de Arendt. Reconhecendo que “Hannah Arendt legou-nos uma das mais sugestivas e complexas reflexões sobre política do século XX”

⁶⁹ Filósofo alemão. Foi professor de Hannah Arendt (ARENDR, HEIDEGGER, 2001). Retomamos informações publicizadas no *curriculum vitae* apresentado pelo próprio Heidegger em seu doutoramento (HEIDEGGER, 1914): “Nasci, eu, Martin Heidegger, em Baden a 26 de setembro de 1889, [...] filho de [...] ambos de tradição católica”. Anos depois, em 1958, foi aceito como membro da Academia de Ciências de Heidelberg (STEIN, 1966, p. 09). Exponente do Existencialismo e da Fenomenologia (mais na seção modos de conhecer).

⁷⁰ Karl Jaspers (1883, 1969), filósofo da Corrente Existencialista e psiquiatra alemão, orientador de doutorado de Arendt, na tese intitulada *O conceito de Amor em Santo Agostinho*. Segundo Young – Bruehl (2006, p. 98) era “[...] com quem Heidegger desenvolvia uma filosofia da existência: a indagação sobre como os seres humanos chegam à $\frac{3}{4}$ ou fracassam na $\frac{3}{4}$ realização de suas possibilidades humanas” (STOLCKE, 2002, p. 95).

⁷¹ O filósofo proeminente da Fenomenologia foi Edmund Husserl. “Para Husserl, a fenomenologia é o acabamento da tentativa de Descartes de fundamentar todo o conhecimento na certeza reflexiva do *ego cogito* e de suas *cogitationes*”. Há de se destacar, neste sentido, a reflexão fenomenológica husserliana: “[...] a reflexão fenomenológica parte da correlação de cada cogito com seu cogitatum, que nunca é um objeto isolado, mas desde logo deve ser concebido como objeto em seu mundo”. Além disso, é importante destacar a importância das nossas experiências para o método fenomenológico do autor: “o primeiro passo do método fenomenológico consiste em abster-se da atitude natural, colocando o mundo entre parênteses (*epoché*). Isso não significa negar sua existência, mas metodicamente renunciar ao seu uso”. Nesta linha, podemos compreender, a partir da fenomenologia husserliana, o fenômeno: “ao analisar, após essa redução fenomenológica, a corrente de vivências puras que permanecem, constata que a consciência é consciência de algo. Esse algo chama de **fenômeno**”. A consciência é intencionalidade significa: dirige-se para, visa a alguma coisa. *Toda consciência é consciência de*” (ZILES, 2007, p. 217).

⁷² Segundo consta no dicionário de Filosofia de Japiassu e Marcondes (2006, p. 93), refere-se à Filosofia da contemporaneidade, “segundo a qual, no homem, a existência, que se identifica com sua liberdade, precede a essência; por isso, desde nosso nascimento, somos lançados e abandonados no mundo, sem apoio e sem referência a valores; somos nós que devemos criar nossos valores através de nossa própria liberdade e sob nossa própria responsabilidade”.

⁷³ Japiassú e Marcondes (2006, p. 180), resumem: “o termo designa tanto o pensamento de Karl Marx e de seu principal colaborador Friedrich *Engels, como também as diferentes correntes que se desenvolveram a partir do pensamento de Marx, levando a se distinguir, por vezes, entre o marxismo (relativo a esses desenvolvimentos) e o pensamento marxiano (do próprio Marx)”. Mais pormenorizadamente, a “obra de Marx estende-se em múltiplas direções, incluindo não só a filosofia, como a economia, a ciência política, a história etc.; e sua imensa influência se encontra em todas essas áreas”. Em linhas gerais, os autores explicam que “o pensamento filosófico de Marx desenvolve-se a partir de uma crítica da filosofia hegeliana e da tradição racionalista”. Isso, principalmente, por considerar “que essa tradição, por manter suas análises no plano das ideias, do espírito, da consciência humana, não chegava a ser suficientemente crítica por não atingir a verdadeira origem dessas ideias — a qual estaria na base material da sociedade, em sua estrutura econômica e nas relações de produção que esta mantém”.

(GASPER, 2011, p. 13), o autor defende a ideia de que foi em Karl Marx⁷⁴ que Arendt encontrou a mais importante referência crítica de suas obras. Para tanto, Gasper (2011, p. 15) ampara-se no que disse Young-Bruehl⁷⁵ (2006, p. 358) acerca do olhar crítico de Arendt sobre o marxismo: “o resultado foi uma crítica vigorosa da tradição ocidental, mas na sua totalidade. Seu projeto de estudos dos elementos totalitários no marxismo se converteu em um plano para estabelecer os fundamentos de uma nova ciência política”.

Dessa maneira, ao revisitar as reflexões de Arendt para realizar sua crítica, mesmo que de orientação marxiana, Gaspar (2011, p. 294) areja a sua afirmação, e isso nos importa ressaltar aqui, de que Arendt é fortemente influenciada pela fenomenologia ao recuperar que a autora “afirma reiteradas vezes que as fontes falam e, nesse sentido, ser, mostrar-se e aparecer são a mesma coisa”. Estaríamos, neste ponto, orientados pela ideia de ir às coisas mesma. Ele continua, colocando que, para Arendt (2013, p. 248), ser privado do espaço de aparência, significa o mesmo que ser privado de realidade; o que, humana e politicamente falando, é o mesmo que a aparência (GASPAR, 2011, p. 294).

A partir deste entendimento, Gaspar (2011) apresenta o espaço da aparência, para Arendt (2014, p. 233), como o espaço decisivo para a existência humana e política dos homens:

Para que isso ocorra, não basta que os homens falem, mas que o façam em condições de não conflito, pois “a qualidade reveladora do discurso e da ação” somente “passa a um primeiro plano quando as pessoas estão com outras, nem ‘pró’ nem ‘contra’ elas – isto é, no puro estar junto com os homens (ARENDR, 2014, p. 233). Esses são alguns dos motivos pelos quais sustenta de modo tão veemente a importância de se entender o domínio público – e, sobretudo, político – como espaço da aparência como espaço decisivo para a existência humana e política dos homens (GASPER, 2011, p. 294).

Notadamente a partir de bases ontológicas diversas às de Gaspar (2011), em outro estudo, Almeida e Bax (2009, p. 216) expõem que Arendt “coloca sua obra” [integralmente] “para uma discussão epistemológica”. Para tanto, defende

⁷⁴ Ver nota 81.

⁷⁵ Aluna do curso de pós-graduação ministrado por Arendt, na New School for Social Research, em 1968, intitulado "Contemporary issues" (LAFER, 2007). Autora da mais citada biografia de Hannah Arendt.

que Arendt “narra os fatos históricos e propõe uma análise sobre o evento, sobre o acontecimento à luz da ruptura de uma tradição filosófica, propõe um entendimento de ruptura, de como, em um cenário histórico, foi possível o uso do terror e da propaganda para o homem” (ALMEIDA; BAX, 2009, p. 73).

Almeida e Bax (2009, p. 94) reconhecem que implicitamente na obra de Arendt, enunciados e teses relacionados à “condição humana” podem ser associados ao existencialismo alemão e francês. Almeida (2009) avança e coloca que “a proximidade teórica com Heidegger é coincidente quanto ao problema epistemológico da linguagem e o conceito de tempo [...]”. Concluem, assim, que a Teoria Política de Arendt, no que concerne à relação entre política e história, tendo como eixo temático a análise da vida ativa e da vida política, por si só já “representa um avanço teórico para a construção de uma epistemologia original para o campo do pensamento político e da história”.

Avançando nesse debate, de outro modo, desde que Hannah Arendt e sua Filosofia Política emergiram como referencial teórico deste trabalho, buscamos aproximação com estudiosos da autora, que contribuíssem ao meu entendimento de seus escritos, dada a multiplicidade, complexidade das reflexões da autora. Nesse percurso, o professor Jerome Khon, hoje aposentado, pela proximidade que teve com Arendt, tornou-se um importante aliado de correspondência. Khon, assim como Elizabeth Young – Bruehl, também foi aluno de Pós-graduação de Hannah Arendt na New School (LAFER, 2007). Além disso, foi estagiário de Arendt, e é autor de livros que reúnem escritos inéditos da autora, guardados por Khon.

Ao ser questionado, então, acerca de uma base epistemológica para a compreensão do pensamento arendtiano, cordial e solícitamente, ele nos respondeu por e-mail:

“[...] Maybe I do not understand what you mean by Arendt's "epistemological basis," but it seems to me that she pretty well rejects any "logic of knowledge" or "methodology" in her formations of political judgments. It is the human faculty of judging -- and not of knowing, in the sense of either intuitive knowledge or logical derivatives of what is self-evident -- that she herself attempts to explore. Otherwise, the work done on judgment by others is, in my opinion, rather wanting [...]”. “[...] Talvez eu não entenda o que você quer dizer por "base epistemológica" de Arendt, mas parece-me que ela rejeita muito claramente qualquer "lógica do conhecimento" ou "metodologia" em sua formação de juízos políticos. É a faculdade humana de julgar - e não de saber, no sentido de conhecimento intuitivo ou derivado lógico do que é autoevidente - que ela própria tenta explorar. Caso contrário, na minha opinião, o trabalho realizado pelos outros deixa a desejar [...]

Desse modo, uma vez que Arendt rejeitava uma “lógica do conhecimento” ou “metodologia” para suas formações no julgamento político, posto que o julgar é uma faculdade autônoma, como coloca o professor Jerome, o ponto crucial do percurso reflexivo aqui proposto alicerça-se sobre essa proposição. Partindo disso, aproxima-se do pensamento de Schio (2012) acerca de uma posição epistêmica do pensamento arendtiano. Schio, (2012, p. 253) então, recupera que:

O pensamento de Arendt tem gerado, ao longo dos anos, a tendência dos comentadores em inseri-la em uma corrente de pensamento, seja filosófico ou sociológico, já estabelecida. Tarefa árdua, e talvez com insucesso garantido, pois ela apropriou-se de conceitos, conteúdos, de extratos de pensamento dos mais diversos autores, desde a Antiguidade até seus dias.

Para Schio (2012), os fundamentos da concepção de História em Arendt, por exemplo, não são tão claros, como foi interpretado por vários autores. Ela defende que Arendt não tinha preocupação com “a justificação de seus pressupostos teóricos, mas com a estrutura do raciocínio visando ao seu objeto de salvaguardar a liberdade humana” (SCHIO, 2012, p. 249). Para embasar essa proposição, Schio (2012, p. 249-251) recupera alguns autores e argumenta possibilidades epistemológicas para Arendt:

Mongin⁷⁶ : para ele Arendt debate-se sobre duas perspectivas históricas: uma quase apocalíptica (A Época Moderna) e uma outra que busca compreender a Modernidade a partir da tradição, tendo como fio condutor o senso comum. Schio (2012, p. 249) comenta que a primeira “não se sustenta, pois Arendt nega que a história tenha um fim previsível, o qual é prerrogativa de narração. Para ela [Arendt], se houver um fim na História, ela coincidirá com o fim da Humanidade”. Já com relação à segunda possibilidade pensada por Mongin, Schio comenta que essa parece avizinhar-se mais a de Arendt, porém faz uma ressalva: “a maneira utilizada por ela para interpretar a história não se adapta apenas para a Modernidade, mas pode ser pensada em várias situações humanas, pessoais ou não” (SCHIO, 2012, p. 249). A autora complementa, colocando que “Arendt não pensa a história a partir de uma corrente do século XIX, de cunho dialético

⁷⁶ Francês, autor de livros como *La réception d'Arendt em France*.

(a história e suas contradições) nem dos contrastes lógicos (de cunho dedutivo)” (Schio, 2012, p. 250).

Lafer⁷⁷: o autor entende que Arendt adotou “a hermenêutica para sua concepção de história”. Schio (2012.p. 250) coloca ainda que, em outros escritos, o mesmo autor cita Parekh⁷⁸ para analisar que Arendt utiliza a fenomenologia, a ontologia e a hermenêutica. Com relação a isso, porém, Schio (2012, p. 250) coloca que “a preocupação inicial de Arendt, quanto à História, refere-se ao fato histórico, à necessidade de não perdê-lo ou embuti-lo em algo já dado”; além disso, o fato deve seguir irradiando seus exemplos, “obrigando o pensamento a estar em constante atividade” (SCHIO, 2012, p. 250). Assim pensando, Schio não concorda com Lafer no que concerne à adoção da hermenêutica por Arendt, para embasar sua concepção de história. Para ela [Schio], a hermenêutica, ao privilegiar a linguagem na relação epistêmica, tem a objetividade apenas como meta, mas será a partir da subjetividade que delimitará seu estudo, por exemplo. Ela conclui, então, que a linguagem vai expor o fato com variadas formas de relacioná-lo ao contexto (SCHIO, 2012, p. 250).

Ferry⁷⁹: Schio (2012, p. 250) afirma que o autor “entende o pensamento de Arendt utilizando o método fenomenológico, criticando-a por supervalorizar o fato singular”. A autora [Schio] explica que no método fenomenológico busca-se o conhecimento constantemente, sendo que o objeto de estudo é a fonte contínua de sentido, de conhecimento. A linguagem, no método fenomenológico, “é mediadora de sentido e o sujeito tem consciência de que o objeto não se esgota nas incursões feitas até ele”. Sendo o “objeto, fato histórico, o fato histórico, é singular, único e imprescindível”.

Por conseguinte, Schio (2012, p. 251) explica que é o sujeito que terá que “dirigir-se a ele, encadeá-lo a outros fatos, e narrá-lo”. Ela conclui, defendendo que essa opção não implica, ao contrário do que Ferry compreendeu, “a escolha

⁷⁷ Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1964), mestrado em Ciência Política pela Cornell University (1967) e doutorado em Ciência Política pela Cornell University (1970). Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo. Estudioso da obra de Hannah Arendt.

⁷⁸ Serena Parekh é professora associada de filosofia na Universidade Northeastern, em Boston, onde ela é a diretora do Programa Política, Filosofia e Economia Entre outros, publicou: Hannah Arendt e o Desafio da Modernidade: A Fenomenologia dos Direitos Humanos.

⁷⁹ Autor de, entre outros, Habermas critique de Hannah Arendt.

por um certo tipo de individualismo”. Ao contrário do que valorizar um ser único, como implicaria o individualismo, “Arendt visa a demonstrar que cada cidadão deve utilizar sua autonomia e responsabilizar-se por suas ações”. Nesse ponto, Schio finaliza, chamando atenção para “a insistência de Arendt sobre o papel de cada sujeito/cidadão, pois é ele que, em conjunto com os outros cidadãos, participa politicamente, gerando a História”, constituindo-se assim, em um “chamamento a cada ser humano para que ocupe seu lugar no mundo e o compartilhe” (SCHIO, 2012, p. 251).

Isso posto, a base epistemológica arendtiana para este trabalho, em escolha fundamentada com o supracitado é, a fenomenologia (mas não se encerra nesta), na medida em que a opção epistemológica de Arendt não é conclusiva, pois ela mesma nada deixou de explícito, uma vez que não queria ser enquadrada em paradigmas. Esse é o entendimento do pensamento arendtiano, por fim, que direcionam minhas escolhas epistemológicas para a construção deste texto. Esse pensamento encontra amparo em Schio (2012, p. 253), que resume:

Não foram apenas os filósofos que lhe serviram de base. Poetas, historiadores, teólogos, biólogos foram lidos e as suas concepções analisadas pormenorizadamente, para extrair-lhes as consequências possíveis, ou contribuições, que poderiam fornecer subsídios ao seu arcabouço teórico. O uso de todos esses textos foi seletivo. Contudo, os vieses teóricos são claros. Ela mesma cita os autores que utilizou e a interpretação que lhes fornece. Dessa forma, é possível perceber o fio condutor de suas abordagens, quais sejam: a valorização do inédito; o novo observado sob o lastro do passado; o valor da tradição ao manter as gerações interligadas e com as instâncias humanas mais importantes (o espaço público, a vida política, as preocupações éticas) ativas e atuantes junto ao pensamento, ao julgamento e à volição.

Pelo exposto, deste modo, com vistas a desenvolver uma tese em torno de uma base epistemológica comum, partimos da noção de prática de Schatzki, evidenciado a sua natureza fenomenológica, principalmente pela influência da fenomenologia social de Alfred Schütz, como veremos (SCHÜTZ, 1962d). Este processo de desvelamento epistêmico de parcela do trabalho de Schatzki, será apresentado ao longo da tessitura deste texto, uma vez que é intrínseco ao modo de conhecer – o que fundamentará as possíveis contribuições epistêmicas para a dimensão política das práticas. O caminho de Schatzki, dessa maneira, constituiu-se como método para o que almejamos conhecer, logo está disposto na Parte III do presente texto.

O objeto da fenomenologia, interessa ressaltar, é o fenômeno. Para as escolhas supracitadas, compreendemos fenômeno, como o “o que se revela, o que se mostra em si mesmo”; os fenômenos “constituem [...] a totalidade do que está à luz do dia ou se pode pôr a luz”, conforme explica Heidegger (2005, p. 70), com as devidas ressonâncias husserianas (HUSSERL, 1990). Dessa forma, a fenomenologia, “enquanto ontologia da compreensão, cujo instrumento é a existência fáctica do homem” (ZUBEN, 2011, p. 86), explicita um ser que não pode ser demonstrado, mas mostrado, orienta os modos de conhecer do presente estudo. Nos dois significados complementares para fenômeno, que se relacionam em sua estrutura, precisamos considerar a interação recíproca de ambos na estrutura do fenômeno. O primeiro, explica Heidegger (2005, p. 58), é o fenômeno como “o que se mostra”; o segundo, por sua vez, é o fenômeno como “aparecer, parecer e aparência”.

Heidegger (2005, p. 65) assim resume o conceito fenomenológico de fenômeno:

[...] a fenomenologia é a via de acesso e o modo de verificação para se determinar o que deve constituir tema da ontologia. A ontologia só é possível enquanto fenomenologia. O conceito fenomenológico de fenômeno propõe, como o que se mostra, o ser dos entes, o seu sentido, suas modificações e derivados.

Na esteira do exercício de verificação para o que deve ser tema da ontologia, a fenomenologia, assim, resulta em interpretação. Isso significa que da própria investigação (sobre a questão do ser) “resulta [...] o sentido metódico da descrição fenomenológica” – “a interpretação”⁸⁰. Com esta orientação, com fulcro no contexto crítico já apresentado (mesmo que em um primeiro momento não conseguíssemos observar essa multiplicidade de elementos imbricados ou a pertinência destas informações para o objeto), é que reavaliemos a questão de pesquisa, os objetivos e o objeto de análise.

1.2.2 Para ir às coisas mesmas: objetivos, objeto de análise e argumento de tese.

⁸⁰ Ampliaremos o debate acerca da interpretação fenomenológica na seção de análise, na sequência do texto.

Dessa maneira, considerando que estávamos **por trás das urnas** pela primeira vez; colocamo-nos em exercício embrionário de perguntar (como instrumento de orientação e direcionamento). Em consequência deste movimento, chegamos à questão norteadora para inserção no campo: “**Que elementos constituem o por trás das urnas de um processo eleitoral?**”. A partir disso, delimitamos o objetivo deste projeto de tese: **compreender os (explicaremos o tachado a seguir) elementos que constituem o por trás das urnas de um processo eleitoral, tendo como objeto de análise as práticas de trabalho dos servidores de um Tribunal Regional Eleitoral, durante o período de organização das eleições municipais de outubro de 2016.**

Em exercício de imersão neste campo, começamos a nos dar conta de que o objeto de análise, as práticas de trabalho dos servidores de um TRE, se engendravam em um contexto de crise (interação recíproca) mais complexo do que o Impeachment Presidencial que, aparentemente, acontecia “lá fora”. Diante disso, pensamos em não desenvolver objetivos específicos, pois estes poderiam enclausurar nossa trajetória ou mapear um caminhar viciado antes de o campo ser “nosso”. Logo desistimos, precisaríamos de objetivos específicos para guiar a organização dos dados empíricos. Precisaríamos de alguns referenciais para organizar a experiência empírica em consistente alicerce para abstração, argumentação e reflexão filosófica que emergiam como possibilidade de criação.

As primeiras experiências em campo nos levaram a revisitar o objetivo deste projeto: **compreender elementos [em lugar de os elementos] que constituem o por trás das urnas de um processo eleitoral, tendo como objeto de análise as práticas de trabalho dos servidores de um Tribunal Regional Eleitoral, durante o período de organização das eleições municipais de outubro de 2016.** O artigo definido não mais teria lugar neste texto e em suas possibilidades (talvez na seara da utopia), o que é corroborado pela necessidade desta extensa seção de abertura de texto.

Junto a isso, entendemos que os objetivos específicos ziguezagueavam entre/das/nas práticas dos servidores enquanto objeto de análise e se mostravam como metas para direcionamentos do presente estudo. Desse modo, assim os definimos:

- a) Descrever as eleições municipais de 2016 como fenômeno, com intencionalidade no detalhamento das práticas compartilhadas pelos servidores (objeto);
- b) Analisar elementos que constituem os processos de organizar e as práticas compartilhadas pelos servidores deste Tribunal;
- c) Relacionar viabilização do processo democrático e práticas de trabalho desta instituição, a partir da percepção dos servidores;
- d) Contribuir para o debate epistemológico das práticas em contextos complexos situados.

Estabelecemos, com isso, as metas para direcionar nosso “ver fenomenológico” para as eleições municipais de 2016. O **objeto de análise**, assim, pode ser identificado como as práticas dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral durante o período de organização das eleições municipais de outubro de 2016. Estas são as referências que (que nos orientaram em campo) e que ora balizam a tessitura do texto que segue, organizado em fundamentação teórica, modos de conhecer e método, apresentação dos dados empíricos, análise teórica empírica e proposição epistêmica, como reflexões finais. Estes, em conjunto, de modo complementar e cadenciado, fundamentam a defesa da tese de **que as práticas, inerentes às eleições municipais de 2016 em meio à crise de representatividade, podem ser compreendidas por meio de possibilidades epistemológicas para descrição E análise da dimensão política destas práticas.**

CAPÍTULO 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, no campo de estudos organizacionais, a epistemologia das práticas, tanto quanto a ciência da Administração, concilia tradições de diferentes áreas do conhecimento. Nesta linha, Davel (2014, p. 03), acrescenta: “caráter interdisciplinar impregna o desenvolvimento deste campo que conjuga tradições da psicologia, da sociologia, da antropologia, da ciência política, da história, da economia, da educação, dentre outras”. À generalização última, constante na redação do autor, acrescentaríamos a filosofia. Assim, de ensejo, destacamos que as bases multiparadigmáticas da epistemologia das práticas podem engendrar, “no confronto interdisciplinar”, uma miríade de “tensões e avanços” que ampliam o “debate para diversas questões e caminhos possíveis” (p. 03).

A questão levantada por Antonello e Godoy (2009), acerca da necessidade de avançarmos em reflexões acerca da natureza política das práticas, considerando a sua natureza política, em termos adicionais, se alinha com a lacuna teórica proeminente a qual emergiu durante o exercício de análise frente a multiplicidade de elementos com os quais nos deparamos em campo, em meio a um contexto de crise de representatividade. Precisávamos, assim, avançar na lacuna identificada pelas autoras, de modo a respeitar a imperiosa realidade que o campo empírico sinalizava.

Deste modo, na parte III do texto que segue, na seção Modos de Conhecer, recuperamos a trajetória epistemológica de Schatzki que desembocou em sua noção de prática enquanto fenômeno social. Assim, nesta seção de fundamentação teórica, com vista a evitar repetição reflexiva, no escopo da epistemologia das práticas, nos restringiremos a apresentar panorama introdutório da abordagem baseada em práticas (GHERARDI, STRATI, 2014), especialmente porque as práticas, enquanto objeto de análise desta tese, necessitam de cuidadosa atenção epistemológica e empírica.

Após o exercício de desvelar o caminho de Schatzki, somado ao exercício da descrição fenomenológica dos dados coletados em campo, desenvolvemos o argumento de que para compreendermos a dimensão política das práticas, de modo complementar [e não em alinhamento] elementos da teoria política de Hannah Arendt, poderiam nos auxiliar a avançar na lacuna identificada por

Antonello e Godoy (2009), na medida em que o esforço interdisciplinar resulte em novos caminhos possíveis para o debate em torno da epistemologia das práticas.

Em razão disso, após o panorama da abordagem baseada em práticas, apresentaremos, nesta fundamentação teórica, os elementos da teoria política de Hannah Arendt, os quais elegemos como possibilidades para análise complementar da descrição fenomenológica, resultante da experiência de pesquisa em campo (TRE-RS). Para tanto, no percurso até a noção de práticas que apresentamos ao final deste texto, qual seja: [...] “as práticas são fenômenos que decorrem do imbricamento político da ação, ou seja, do estar para (e com) a liberdade e pluralidade humanas em um espaço de compartilhamento, de vida ativa”, necessitamos explicitar, com minuciosidade, tais elementos teóricos na teoria arendtiana.

Ainda, no sentido de contribuir para a análise da dimensão política das práticas, sugerimos núcleos temáticos para possíveis análises do vivido, que decorrem desta proposição de noção de práticas, como a 1) pluralidade; 2) liberdade; 3) ação política; 4) poder. É proeminente, assim, situar estas noções dentro do escopo epistemológico que orienta/orientou nossa reflexão.

[PARÊNTESE, em primeira pessoa] Durante a experiência de pensar, vivenciar, planejar esta tese, hesitei em trazer Hannah Arendt para este texto. Sabia que, ao fazê-lo, teria que ler a OBRA da autora. E cheguei bem perto de. Durante o tempo em que estive em campo, somado ao estágio sanduíche voltado exclusivamente para esta experiência com a autora, transpirei Arendt. É, sim, bastante complexo trazer esta autora para um debate teórico-empírico. Nesta decisão, é importante destacar, busquei diálogos com diferentes pesquisadores tanto no campo das práticas quanto arendtianos.

Assim, por um lado, para dialogar acerca da teoria das práticas e possíveis lacunas, contei com a incomparável participação da minha orientadora, professora Cláudia, em debates, sugestões, direcionamentos; por outro, devo explicitar a participação protagonista da professora Sônia, filósofa, arendtiana. Foi nos grupos de leitura que ela coordena, acrescido de inúmeras contribuições que, paulatinamente, se desdobraram em convicções de caminhos possíveis, que ousei fazer esta articulação interdisciplinar.

A experiência no estágio sanduíche, dito de outra maneira, somou-se no processo decisório para minha caminhada e redação final. Quando alguém que conhece tanto de Arendt avalia suas decisões (professor Wolfgang Heuer), é, não sem suor e hercúleo trabalho, mais encorajadora a decisão de proceder à articulações, mesmo que em complementariedade. Assim, encontrei, no conjunto destas experiências compartilhadas, caminhos de diálogos epistemológicos que, de alguma forma, foram legitimados por diferentes pesquisadores, tanto da teoria das práticas, quanto da filosofia arendtiana. Não se trata, assim, de uma decisão pueril, amalgamada em paixão, gosto ou “devotismo” intelectual de Caroline à Arendt. É um exercício interdisciplinar, embrionário e alavancado pela necessidade de atender o que a os dados empíricos nos mostravam, ou seja, em absoluto respeito ao que o campo nos dizia. Não há, assim, intencionalidade prescritiva. Como já mencionamos, a base epistemológica comum, assim, é a fenomenológica [FIM DE PARÊNTESE].

Assim sendo, política, crise de representatividade, ação, vida ativa, liberdade, pluralidade, cidadania, democracia, poder, debilidades da república, são alguns dos elementos apresentados nos escritos de Arendt com os quais trabalharemos neste texto. A seguir, no capítulo 3, refletiremos acerca da abordagem baseada em práticas e, após, no capítulo 4, sobre os elementos supracitados da teoria arendtiana.

2.1 A ABORDAGEM BASEADA EM PRÁTICAS

Prática. Em primeiro lugar, à palavra. No dicionário de língua portuguesa, revisitando tão somente o verbete, ou seja, a palavra-base e alguns de seus significados (LUFT, 2006), prática é um substantivo feminino; diz respeito àquilo que é real; o que conseguimos realizar, executar, fazer, exercitar (BORBA, 2005). Etimologicamente, prática, do grego, *praktikós*, de *prattein* – agir, realizar, fazer (CUNHA, 2019). Se, de outra maneira, direcionamos nossa busca para dicionários e vocabulários de áreas de conhecimento específicas, encontramos um pouco mais do que verbetes e distinções etimológicas.

No dicionário básico de filosofia de Japiassú e Marcondes (2006), por exemplo, “prática é o que diz respeito à ação. Ação que o homem exerce sobre as coisas, aplicação de um conhecimento em uma ação concreta, efetiva” (p.

222). Neste dicionário, há, ainda a identificação relacional de prática com saber e conhecimento: “saber prático. Conhecimento empírico, saber fazer algo” (p. 222); a referência à razão prática de Kant⁸¹; bem como a identificação da palavra praxeologia como “teoria ou ciência da ação que procura estabelecer as leis que governam a ação humana, levando a conclusões e resultados operacionais” (p. 223). A prática, assim, dependendo da lente que utilizarmos, pode nos levar a diferentes caminhos. Pensemos nas possibilidades de trajetória dos estudos baseados em práticas, como ponto de partida.

Na perspectiva dos estudos organizacionais, Gherardi e Strati (2014) explicam que, especialmente a partir dos anos 2000, em um movimento conhecido como virada da prática, é que a noção, conceito de prática, foi revisitado, redescoberto – em torno do interesse em torno daquilo que as pessoas “realmente fazem” (SANTOS, SILVEIRA, 2015). Em resumo, tal movimento, por meio de uma miríade de pesquisas realizadas (BISPO, MELLO, 2012; RODRIGUES, AZEVEDO, 2013; ANTONELLO, GODOY, 2010; ALCADIPANI, TURETA, 2009), desdobrou-se em profusão de possibilidades teóricas e metodológicas para a chamada abordagem baseada em práticas. Nestes termos, inicialmente, a teorização baseada em prática é resultado de uma noção geral de prática “como um fazer coletivo conhecível”, passível de, “[...] situada dentro de uma coletividade que a sustenta socialmente” (GHERARDI, STRATI, 2014, p. 19).

Nesta perspectiva, o conhecimento é compreendido como uma atividade situada, como *Knowing*⁸², e a cotidianidade organizacional passa a ser interpretada como um proeminente “emaranhado” de significados. O fazer e o saber, deste modo, estão mutuamente implicados. Há, a partir disso, a identificação de um mundo continuamente “reconstituído”, “social e culturalmente estruturado”, que produz e é produto do conjunto de atividades

⁸¹ Os autores retomam Kant e explicam que para “Kant, respondemos à questão teórica “o que podemos saber?” pelo exame das condições a priori do conhecimento; enquanto respondemos à questão prática, “o que devemos fazer?”, pelo estabelecimento das leis da ação moral” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 222).

⁸² “[...] como um comprometimento coletivo, o qual depende da extensão da espacialidade e temporalidade, distribuídos em práticas locais encontradas fora do controle de qualquer organização e com uma rede de relacionamentos” (GHERARDI, 2003, p. 52). Ainda, interessa ressaltar, que optamos por manter *knowing*, expressão em inglês, pela ideia de processo, [gerúndio], “conhecendo”, ligada [inerentemente] ao conhecimento dinâmico imbricado em uma rede de relacionamentos.

realizadas “por todos aqueles que pertencem a ele”. Nesta senda, “conhecer na prática” decorre, “é sempre uma realização prática) (GHERARDI, 2008, p. 21). Na complexa rede de relações que se engendram em um campo de compartilhamento entre, por exemplo, “pessoas, artefatos materiais e atividades”, as práticas se situam em contextos específicos. A partir desta perspectiva da prática situada, podemos entendê-la tanto pré-reflexiva, “dependem de pressupostos não declarados e de conhecimento compartilhado para a realização mútua de sentido”, quanto “quanto reflexivamente constitutivas dos contextos dos membros situados, contextos dos quais elas afloram” (GHERARDI, STRATI, 2014, p. 21). Os estudos baseados em práticas, dessa forma, emergem e se direcionam para multiplicidades teóricas e empíricas. Há um vasto arsenal teórico (não há uma teoria unificada para as práticas), que corroboram a prodigalidade do campo de estudos da prática. Disso destacamos, em consonância com as reflexões dos estudos baseados em prática, especialmente os das últimas duas décadas, de que a noção de prática não pode ser etiquetada dentro de uma única possibilidade analítica (CORRADI, GHERARDI, VERZELLONI; 2010).

2.1.1 A tradição Praxiológica

Antes deste momento de “virada” da prática, retomando a tradição praxiológica, podemos realçar, conforme sintetizado no Quadro 2, Panorama Tradição Praxiológica, abaixo, o trabalho de Schütz (1962), Bourdieu (1972), Foucault (1980), Garfinkel (1967), Giddens (1986), Lyotard (1979), Taylor (1998), dentre outros. Com relação a isso, Reckwitz (2002), ao defender a teoria das práticas como uma teoria culturalista, explica que tal teoria bebe em diferentes fontes epistemológicas, tais como Estruturalismo, Semiótica, Fenomenologia, Hermenêutica, Filosofia, Jogo de Linguagem, com inspiração no trabalho, dentre outros, de Wittgenstein, Heidegger, Lévi-Strauss, além de Foucault, Bourdieu, Schütz, Garfinkel, Giddens, como supracitado, e Luhmann (1995).

Quadro 2 – Panorama Tradição Praxiológica

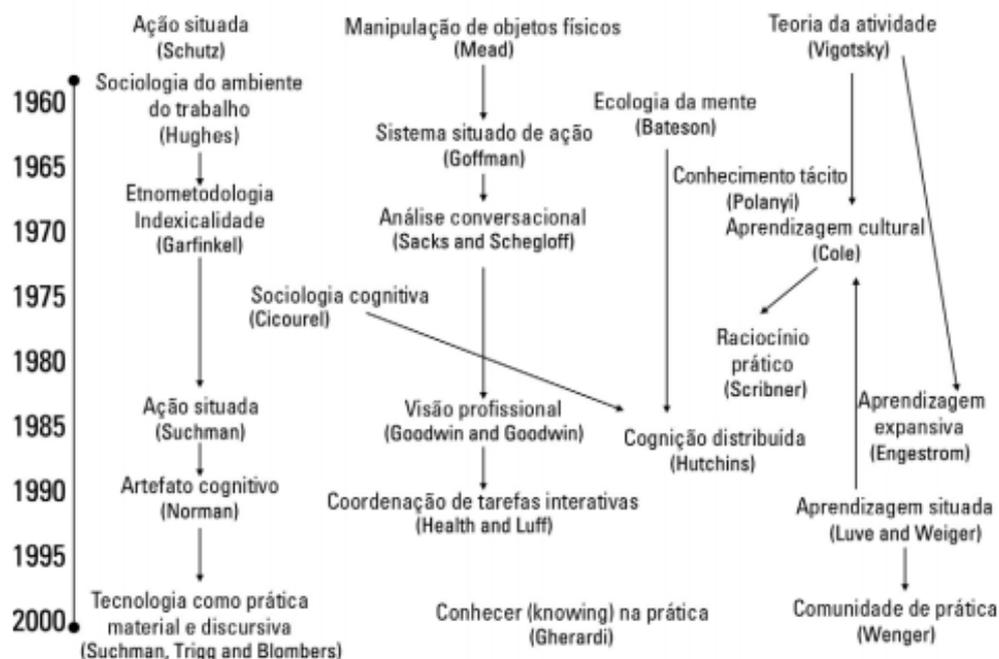
AUTOR	
Garfinkel (1967)	Etnometodologia, de Garfinkel (1967), pode ser relacionada com determinadas negociações acerca dos métodos de compreensão e significação (maneira por meio da qual compartilhamos significados). A Etnometodologia insere, assim, categorias de ação (até então cognitivista) na perspectiva de conhecimento como prática social: “a transmissão do conhecimento ocorre via prática social” nos estudos sobre trabalho (GHERARDI, STRATI, 2014, p. 08). Tendência reflexiva da prática das interações sociais (CORRADI, GHERARDI, VERZELLONI; 2010), constituição e exibição.
Bourdieu (1972)	A teoria das práticas, de Bourdieu (1972), o conhecimento, ideias, são “tributárias de sua condição de produção” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 28). As práticas, para Bourdieu, são arranjos que se auto reproduzem (CORRADI, GHERARDI, VERZELLONI; 2010).
Foucault (1980)	As práticas humanas, para Foucault (1980), em resumo, são suportadas por “sistemas de elementos universais” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31). Foucault analisa a arquitetura imanente do social, “a partir de relações entre elementos, para se ater ao princípio da estrutura” (p. 32). Podemos identificar, assim, uma genealogia da prática (CORRADI, GHERARDI, VERZELLONI; 2010).
Lévi-Strauss (1958, 2018)	Fundou o estruturalismo francês. Entende a prática social como uma simples execução, tão somente.
Lyotard (1979)	As práticas são movimentos discursivos.
Taylor (1998)	Relaciona vocabulário e prática: o vocabulário engendrado na/da prática implica uma miríade de significações e possibilidades para o agir. Incorporação de vocabulário (CORRADI, GHERARDI, VERZELLONI; 2010).

Fonte: Elaborado pela própria autora com base em Corradi, Gherardi, Verzelloni (2010) e Reckwitz (2002).

Dito de outra maneira, complementarmente, Gherardi (2006) ilustra (conforme **Figura 6**, a seguir, as raízes intelectuais dos estudos baseados em práticas), “genealogia [...] em referência às correntes sobre ação situada e teoria

da atividade”, integrando-a “com o campo da aprendizagem e do saber como realizações práticas” (GHERARDI, STRATI, 2014, p. 14).

Figura 10 – Tradições Intelectuais dos Estudos Baseados em Prática



Fonte: Gherardi e Strati (2014, p. 14).

2.1.2 A ontologia das práticas sociais em Schatzki: nosso ponto de partida

Isso posto, destacamos, do esquema acima, o trabalho de ação situada de Schütz. Isso porque, o pensamento de Alfred Schütz, e sua fenomenologia sociológica, reverberam na noção de prática de Schatzki (conforme veremos de forma detalhada na Parte III, modos de conhecer). Theodore Schatzki, por sua vez, assume um destacado lugar neste movimento de virada, especialmente ao contribuir para a discussão do que são práticas e de como elas se organizam (SILVA, SILVEIRA, 2015). Isso ocorre, especialmente, a partir da constatação de Schatzki (2006) que, em termos introdutórios, sinaliza sobre a necessidade de as organizações se voltarem para o que é real, para o que realmente acontece (em movimento complementar ao que ele sinaliza como um exagerado interesse, por parte das organizações, no que é prescritivo, dado e estático – ou seja, na estrutura).

Interessa adiantar, com relação a isso, que a noção de prática de Schatzki é central na tessitura deste texto, pois nosso argumento (análise da dimensão política das práticas) parte da noção de práticas do autor, como já explicitado ao longo da tessitura do texto, desde o prelúdio. Para Schatzki (2005, p. 471), sinteticamente, as práticas são fenômenos sociais, “atividades humanas organizadas”. Explicitar a trajetória epistêmica de Schatzki até esta noção de práticas, dessa forma, traduz um dos recursos que utilizamos para discutir a lacuna acerca da dimensão política das práticas, mesmo após o movimento de virada da prática descrito acima. Assim, reflexões acerca da ontologia das práticas sociais de Schatzki estão colocadas na Parte III desta tese, na seção que metodológica e epistemologicamente melhor lhe recebe: modos de conhecer. Vamos à Arendt.

2.2 HANNAH ARENDT: A POLÍTICA ENTRE OS HOMENS

No presente capítulo, apresentaremos os conceitos arendtianos principais, os quais utilizamos para a análise das práticas das eleições municipais de 2016, em meio à crise de representatividade. Começamos com um breve resumo biográfico sobre a autora (ARENDDT, HEIDEGGER, 2001; ADLER *et al.*, 2007; apresentação indissociável da compreensão de seus escritos.

2.2.1 As vivências que luziam a sua teoria

Sempre que acordava desse longo sono, absorto e ainda sim pesado, no qual se está totalmente unificado consigo mesmo, tanto quanto com o que se sonha, experimentava a mesma ternura tímida e tateante em face das coisas do mundo. Em meio, então a tais coisas, tornou-se evidente para ela que uma grande parte de sua própria vida estava completamente mergulhada e perdida em si. Poder-se-ia dizer que estava dormitando, se existisse na vida comum algo comparável a isso. Pois estranhamento e ternura já cedo a ameaçavam com a possibilidade de se unirem e identificarem. Ternura significa afeição tímida e reservada. Não uma entrega, mas um afagar com as mãos que se confunde com a carícia, a alegria e a admiração em relação a formas estranhas (ARENDDT, HEIDEGGER, 2001, p. 14-15).

E continua:

Talvez tudo isso advenha do fato de ela ter sido tocada durante sua juventude mais silenciosa e recém-desperta pela presença do

extraordinário e admirável, assim como de ser acostumada a duplicar sua vida com uma naturalidade que francamente a atemorizaria depois. No aqui e agora, aqui e ali. Não estou me referindo à nostalgia de uma coisa determinada que deveria ser alcançada. Ao contrário, só penso na nostalgia como o que perfaz a vida e pode ser parte integrante dela. Pois as coisas concentravam-se no fundo de tal modo dispostas a sua volta, que sua autonomia e extravagância estavam justamente baseadas em ter-lhe sido inculcada uma verdadeira paixão pelo inusitado e estar portando acostumada à visualização de algo digno de atenção no mais óbvio e banal. Sim! Tudo ia tão longe que, quando a simplicidade e a cotidianidade da vida a abalavam, não se importava absolutamente com a possibilidade de se deparar com algo banal, com um nada que não merecia uma maior avaliação: um nada ao qual todo mundo está acostumado e sobre o qual não vale a pena falar (ARENDR, HEIDEGGER, 2001, p. 14-15).

Eis um fragmento do primeiro [breve] texto autobiográfico de Hannah Arendt, escrito em 1925 (ADLER *et al.*, 2007, p. 37). A correspondência, enviada a Martin Heidegger, escrita pela autora aos dezenove anos, corrobora o porquê adentrar no pensamento político filosófico de Arendt é processo indissociável da aproximação com sua história de vida pois “a exigência que essa pensadora tinha consigo própria impõe que se extraia o máximo de si para compreendê-la” (ADLER *et al.*, 2007, p. 14).

Esta seção de capítulo, assim, objetiva a situar os escritos de Arendt a partir das experiências da autora em seu tempo histórico, desde a mais tenra idade, perpassada pela influência de seus avós e pais em seu desenvolvimento intelectual, político, religioso, – até os encontros da juventude e da idade adulta com seus pares, correspondentes, professores. Sem intenção peremptória, o que se pretende resgatar são os engendramentos propulsores no/do desenvolvimento do pensamento político filosófico da autora. Compreender Hannah Arendt significa ir além de debruçar-se sobre seus escritos.

Arendt nasceu na Alemanha, em Linden, Hanover, em 1906, em família judaica alemã bem estabelecida e não religiosa, foi criada em Königsberg, antiga capital da Prússia Oriental, hoje, Kaliningrado (ADLER *et al.*, 2007, p. 17; YOUNG-BRUEHL, 1997). O berço. O começo. Conforme Adler (2007 *et al.*, p. 17), “Hanover ainda hoje se lembra dela”, “uma rua e uma escola têm seu nome”. Da biblioteca municipal da cidade, além disso, Arendt recebe uma homenagem, assim descrita por Adler (2007, p. 17-18):

Uma sala consagrada a ela – com objetos pessoais: sua maleta de couro marrom com suas iniciais em dourado, suas canetas, seus diplomas e suas condecorações (protegidos com vidro, o prêmio da

universidade de Copenhague, o prêmio Sigmund Freud, o certificado da academia Darmstadt e a medalha da Universidade de Chicago) e todos os seus livros traduzidos para o alemão [...].

[PARÊNTESE] E, aqui, um novo parêntese se abre; se faz necessário. E já aproveitarei para explicar todos os parênteses deste texto, bem como a necessária mudança de pessoas que escreve [plural para singular]. Como mencionei já na abertura dessa tese, no prelúdio, inserções sobre o meu processo de escrita – e de (re) leitura e de (re) encontro com Arendt e com sua obra – permearão a análise das práticas das eleições e, conseqüentemente, a tessitura do presente texto. Ao debruçar-me para o exercício da escrita, percebi que elementos importantes da construção teórica são extirpados especialmente dos capítulos teóricos. A isso chamarei de extinção de alegorias teóricas. Inventei agora.

A finalidade dos parênteses, então, é a de criar pequenos sulcos de comunicação ao longo do texto, pois entendo que “quem se desprende do sentido comunicativo do [...] texto finda prendendo-se a como elaborá-lo” (MATOS, 2002, p. 180). Esse exercício é uma proposta de distanciamento da “sofisticação crescente”, apresentada na maioria dos textos acadêmicos. O risco que emerge dessa sofisticação é “o enclausuramento da comunidade acadêmica que a cultiva e, muitas vezes, à perda de relevância social” (MATOS, 2002, p. 180). Está, portanto, justificado, o breve sulco alegórico desse início de seção. Agora, ao que interessa.

Esse capítulo é escrito em uma tarde de verão em Berlim (na Alemanha de Arendt - ou que fora ao nascer ou que sempre será de Hannah Arendt). Ao deparar-me com a descrição esmiuçada de Adler (2007, p. 17-18) acerca dos pertences e obras de Arendt, expostos na Biblioteca Municipal de sua cidade natal, senti necessidade de aproximar-me. No dia seguinte estava em Hanover, cidade natal da autora. Enquanto viajava de ônibus o trecho Berlim-Hanover, coloquei-me, durante aproximadamente as três horas de duração, a observar. Assim, com olhos atentos àquela Alemanha ainda desconhecida para mim, entendia, ao mesmo tempo, o sentido de experienciar um estágio voltado à imersão teórica durante minha trajetória de doutorado.

De uma maneira que, talvez, não consiga reproduzir, sentia que estava deslocando-me em busca de mais sentidos, em direção à, aproximando-me da

autora que há tanto acompanhava minhas perspectivas analíticas, mesmo que não fosse encontrá-la, de alguma forma, ela estaria lá. Suas coisas estavam lá. E suas reflexões estavam nos meus estudos diários, nos grupos de estudo, nas orientações em Berlim. Em Hanover, não consegui fotografar no interior da biblioteca, porém a descrição de Adler *et al.* (2007, p. 17-18) supracitada, esteve tão aproximada da minha trajetória como pesquisadora, quase como se eu tivesse conseguido tatear com os olhos, com essa impressão sinestésica mesmo, aquilo que fora relatado sobre os pertences da autora. No entanto, em um contexto geográfico maior da Alemanha, em Berlim - cidade onde vivi durante o tempo de imersão na obra da autora - consegui registrar dois símbolos que remetem à Hannah Arendt.

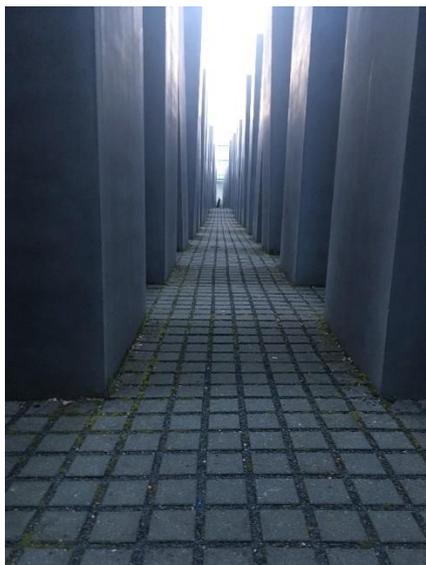
O primeiro deles é a rua (Figura 7) que leva o nome de Hannah Arendt (Hannah Arendt Straße), em Berlim. Nessa rua, não por acaso, está localizado o Memorial dos Judeus Mortos (Denkmal für die ermordeten Juden Europas), dedicado aos judeus vitimados pelo holocausto. Na medida em que imergia no terreno (Figura 8), na imensa área de 19.000 metros quadrados, com 2.711 blocos de concreto (Figura 9), na medida em que os blocos ficavam mais altos, sentia crescente desconforto – o que encontra a ideia do arquiteto Peter Eisenman e dos engenheiros do Buro Happold: “alavancar desgaste na razão humana” (SVAMPA, 2016, p. 03).

Figura 11 – Hannah Arendt Straße



Fonte: registro fotográfico própria autora.

Figura 12 – Memorial dos judeus mortos – caminhando pelo terreno



Fonte: registro fotográfico própria autora.

Figura 13 – Memorial dos Judeus Mortos – blocos de concreto



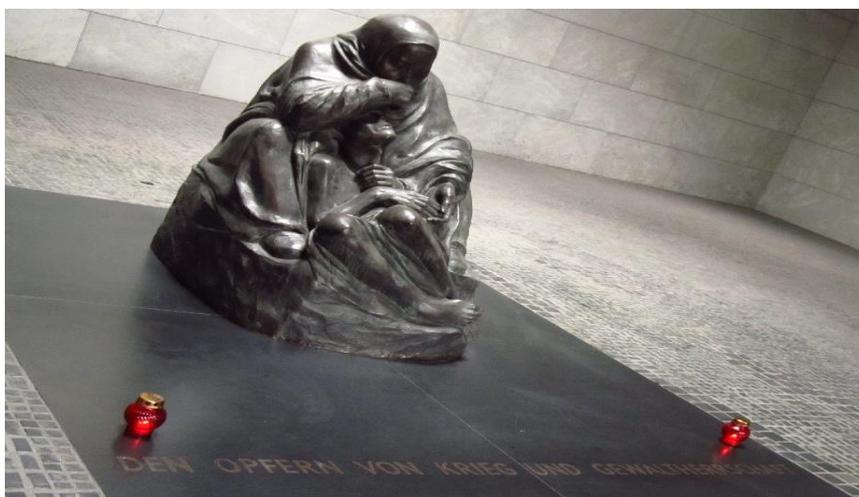
Fonte: registro fotográfico própria autora.

Ainda, com relação ao Memorial dos Judeus Mortos, Svampa (2016, p. 02) chama a atenção, dentre outros, “para o debate público sobre a representação histórica e de sua cristalização através da memória coletiva e da política pública”, no cenário político contemporâneo da Alemanha. Assim, ao tratar de questões acerca do “emprego público do passado na Alemanha”, envolvendo revisão literária de autores como “Nietzsche , Benjamin , Arendt e Koselleck”, a autora analisa os memoriais dos alemães sobre o Nacional

Socialismo, a partir de um “ponto convergente” do “regime Nacional Socialista na Alemanha do período pós-guerra à construção do memorial dos judeus assassinados em Berlim” (SVAMPA, 2016, p. 02).

Complementarmente, o trabalho de Svampa (2016) traz importantes considerações sobre o debate público que alavancou a construção do Memorial dos Judeus, sob a perspectiva do debate em torno do espaço público na Alemanha. Ela recupera, então, que ocorreu uma prolongada discussão na Alemanha, no ano de “1993 acerca da imagem cristã conhecida como La Pieta (Figura 10), situada em um dos locais de maior relevância para a memória de Berlim” (SVAMPA, 2016, p. 10).

Figura 14 – La Pieta: Escultura no Prédio da Neue Wache



Fonte: agenda Berlim.

A autora explica que “ao invés da imagem de um soldado, a escultura de Käthe Kollwitz de uma mãe segurando seu filho morto simbolizou o sofrimento de muitas mães durante a guerra”. Dessa forma, “a principal crítica dirigida a esse memorial alegou que uma vez que a estátua era um símbolo cristão, ela excluía a comunidade judia e que não era apropriado agregar as lembranças de vítimas e criminosos” (SVAMPA, 2016, p. 10).

Dessa controvérsia nasce o Memorial dos Judeus Mortos, o qual emerge a partir de debates com a participação de governo e atores civis (SVAMPA, 2016, p. 10):

Esse memorial foi erigido após várias discussões subsequentes a reunificação alemã, onde estiveram envolvidos não somente as autoridades governamentais como também atores civis. De acordo com seu arquiteto e outros pensadores, a principal característica desse memorial é representar um novo paradigma da memória, onde distinguem-se criminosos nazistas, vítimas da guerra e de crimes como o Holocausto (EISEMANN, 2006; AGAMBEN, 2005).

Uma vez recuperado e, devidamente apresentado, o que encontrei de Arendt em Berlim e Hannover e como estes encontros são transnudados em novos sentidos e perspectivas para ler, escrever e dialogar a partir de/com Arendt [FIM DE PARÊNTESE]. Voltemos à vida de Arendt, à infância e à juventude. Hannah Arendt nasceu em 1906, em Linden, na Alemanha (como citado); morreu em 1975, aos 69 anos, em New York, nos Estados Unidos (ADLER *et al.*, 2007).

Figura 15 – Hannah Arendt, quando criança, e seu avô



Fonte: Jerome Khon, Hannah Arendt Center, New School University (2001b).

Durante sua infância, o pai de Arendt esteve doente. A mãe da autora, por sua vez, fazia um diário da filha (ADLER *et al.*, 2007). Arendt era judia. Com relação a isso, de início, é importante relacionarmos essa constatação tanto com o seu lugar de nascimento quanto para adentrar no mundo de Arendt (KOHN, 2001a, p. 01): “a repentina falta de fiabilidade de sua terra natal e o perigo de ter nascido judia foram as condições sob as quais Arendt pensou pela primeira vez politicamente. A vida política e filosófica de Hannah Arendt, a qual resultou em “uma das mais sugestivas e complexas reflexões sobre política do século XX”, (GASPAR, 2011, p. 13) deve, assim, ser relacionada com momento histórico de exacerbada instabilidade política (para adiantar: o Totalitarismo, no séc. XX, as Revoluções Modernas, entre outros). Por consequência, situá-la historicamente,

como supracitado, é o recurso imprescindível para compreensão de seus principais conceitos. Com relação a isso Kohn (2001a, p.01) ratifica:

Entrar no mundo de Hannah Arendt é encontrar as catástrofes políticas e morais do século XXI. A vida de Arendt abrangeu as convulsões de duas grandes guerras mundiais, as revoluções burguesas, bem como as guerras civis. Além disso, presenciou eventos piores do que as guerras, nos quais vidas humanas foram desarraigadas em escalas assustadoras. Ela viveu o que ela chamou de "tempos sombrios" cuja história lê como um conto de horrores em que tudo dado por certo se transforma em seu oposto.

Hannah Arendt iniciou seus estudos na Universidade de Malburg, em 1924, onde conheceu Heidegger e tão logo destacou-se como brilhante aluna (ADLER *et al.*, 2007). Mais tarde, em 1930, Arendt participou ativamente da Organização Sionista Alemã, conduzindo pesquisas que comprovassem a extensão da ação antissemita em organizações, foi presa pela Gestapo. Em 1933, ela deixou a Alemanha nazista com a mãe, e por dezoito anos foi uma apátrida (fato que influenciou sobremaneira a elaboração de seu conceito de cidadania desvinculado de uma comunidade). No ano de 1951, ela recebeu a cidadania norte-americana. Podemos considerar que esse foi o período politicamente mais ativo de Arendt (YOUNG-BRUEHL, 2006).

Durante esse período, Arendt passou por diferentes cidades e chegou a Paris, onde trabalhou para organizações que auxiliavam judeus. À época, conheceu Heirich Blücher, Walter Benjamin e Bertold Brecht (YOUNG-BRUEHL, 2006). Depois, Arendt tornou-se membro da Organização Sionista Mundial (OSM), a qual foi fundada durante o Primeiro Congresso Sionista, em 1897, com o objetivo de promover o retorno do povo judeu à sua pátria ancestral, a Terra de Israel, e reviver a vida nacional judaica no país. O principal objetivo da OSM foi alcançado em 1948, com o estabelecimento de um estado judeu legalmente seguro e reconhecido internacionalmente – o Estado de Israel.

Em 1941, em Nova York, trabalhou como colunista do Aufbau, o jornal dos imigrantes judeus-alemães, no qual defendia que os judeus se juntassem para combater Hitler como um povo europeu. Em 1951, publica as Origens do totalitarismo, depois torna-se cidadã americana (como mencionado) e professora universitária. Mais tarde, no ano de 1958, publica A Condição Humana; em 1961 cobre o julgamento de Adolf Eichmann como repórter do "New Yorker",

experiência que culminaria, mais tarde, com a publicação da obra *Eichmann em Jerusalém* (1963) (YOUNG-BRUEHL, 2006).

Em síntese, a partir dessas vivências Arendt percebeu que:

A insegurança e a vulnerabilidade são as condições gerais [para] uma necessidade urgente de pensar política, embora não, com certeza, em um sentido convencional. A visão tradicional da política, que pode ser resumida como a utilidade percebida pelo governo em assegurar os interesses privados das pessoas nos tempos de crise precisamente falhou [...] Arendt discerniu [então] um significado radicalmente diferente da política, cuja fonte foi o esclarecimento original, no meio de uma pluralidade de seres humanos que vivem, falam e interagem uns com os outros em um espaço público [...] trazido à existência não para utilidade, mas por causa da liberdade humana (KOHN, 2001a, p. 01).

Estudiosos de Arendt, em resumo, sugerem que a autora não ambicionou desenvolver um sistema de pensamento; Arendt estava era aproximada das experiências de sua trajetória. Nesta linha, para Winckler (2009, p. 15) “Arendt nunca teve a pretensão de elaborar um sistema de pensamento e menos ainda de atingir verdades [...]”. Arendt se aproximou dos problemas do seu tempo para além do plano meramente teórico, buscando evidenciar a dimensão dos problemas concretos (WINCKLER, 2009, p. 15). No entanto, mesmo que Arendt “rompesse com a rigidez dos discursos acadêmicos”, “não o fazia de maneira inconsequente” (WINCKLER, 2009, p.19). Arendt realizou extensas pesquisas, investigações, “escrevia movida pelo estímulo dos acontecimentos e pela necessidade de “pensar um pensamento novo para cada circunstância”, tanto que “em todos os seus ensaios e inclusive nas obras mais extensas, pode-se identificar os problemas que provocaram suas reflexões” (WINCKLER, 2009, p.19), como por exemplo, as guerras e as revoluções do século XX, conforme já mencionamos.

Adentrando em sua obra, com vistas a destacar as reflexões da autora, as quais utilizaremos para argumentar a dimensão política das práticas em meio à crise de representatividade, como nota de encetamento para o pensamento de Arendt e seus estímulos, recuperamos:

Pode-se dizer que escrevia como vivia: comprometida com o mundo, implicada pessoalmente nas questões que julgava relevantes para a humanidade, com dor, esperança e paixão [...] sua atividade acadêmica pode ser interpretada como uma autêntica ação política: seu discurso, essencialmente implicado na realidade cotidiana, era

direcionado ao espaço público, a interlocutores que como ela buscavam um sentido para os acontecimentos mais marcantes do século XX (WINCKLER, 2009, p.19).

Na esteira desse pensamento, em termos teóricos, ao que segue, realçaremos os principais temas do pensamento arendtiano para a presente tese. Recuperaremos, desta forma, reflexões sobre as debilidades da república, a crise de representatividade, e os indiferentes, bem como as noções arendtianas para política, liberdade e poder (HEUER, 2009; ARENDT, 1988; ARENDT, 1973; ARENDT, 2006).

2.2.2 A noção política arendtiana para os tempos sombrios.

Hannah Arendt viveu o que ela chamou de tempos sombrios (KOHN, 2001a). Nesta medida, foi a partir do contexto das “catástrofes morais e políticas do século XX”, que a autora percebeu-se diante da necessidade de pensar a política, especialmente a partir das lacunas identificadas frente à noção tradicional de política, enquanto “a utilidade percebida pelo governo para assegurar os interesses privados do povo”, em resumo. Nesta aresta, a perspectiva arendtiana de política, de modo geral, voltou-se para os que compartilhavam o espaço público, considerando “a pluralidade dos seres humanos vivendo, falando e interagindo uns com os outros” (ARENDT, 2006, p.01).

A noção de política arendtiana, assim, inscreve-se em um eixo cêntrico na elaboração da base teórica do presente estudo (e posterior fundamentação do argumento de tese). A política, conforme Arendt (2006, p. 01), “baseia-se na pluralidade dos homens”. É com essa proposição que a autora abre os seus escritos na obra *O que é política?* (ARENDT, 2006, p.01). A intenção de ensejar essa construção conceitual com os aspectos trabalhados por Arendt nos fragmentos desta obra, relaciona-se com a amplitude e com a complexidade do termo e expõe o cuidado que a autora teve, no seio da tessitura de sua teoria política, para demonstrar a composição de sua compreensão sobre esse tema.

Em decorrência, emerge o irremediável amadurecimento da compreensão da obra arendtiana, para os que, como eu, ousam arriscar-se nesse substancial terreno. De forma geral, a noção que Arendt desenvolveu para a política, importa recuperar, foi fortemente influenciada pela tradição ocidental.

Corroborando essa afirmação, é possível depreender que questões da democracia grega, tais como a partilha do poder e participação direta, estão presentes na compreensão de Arendt acerca da participação das pessoas na comunidade, no espaço público, na *polis*, sendo a política propulsora da vida no espaço público. Em uma perspectiva arendtiana a política é, assim, essencial para a vida humana e se constroi no espaço entre as pessoas (ARENDR, 2002, 2006).

Arendt questiona, também, as limitadas possibilidades da filosofia e da teologia em busca de (ela escreve esse fragmento em 1950) uma resposta válida para o que é política, uma vez que sempre se “ocupam do homem, e todas as suas afirmações estariam corretas mesmo se houvesse apenas um homem, ou apenas dois homens, ou apenas homens idênticos”. Nesse sentido, a autora chama a atenção para a “ausência de profundidade (profundidade do pensamento), na qual a política está ancorada” (ARENDR, 2006, p.02).

Arendt (2006, p. 2) aprofunda, então, a crítica que faz da relação da política e do homem tal como a filosofia e a teologia conhecem. Para ela, a partir dessas perspectivas, “o homem existe ou se realiza na política apenas no tocante aos direitos iguais que os mais diferentes garantem a si próprios”. Então, a autora expõe as duas razões que a filosofia teria para não se limitar apenas ao lugar onde surge a política: a concepção monoteísta de Deus e o *zoon politikon*⁸³.

A concepção monoteísta de Deus, conforme explica Arendt (2006, p. 03), se relaciona com a “imagem em que o homem deve ter sido criado. Daí só pode haver o homem, e os homens tornaram-se sua repetição mais ou menos bem-sucedida. O homem criado à imagem e solidão de Deus [...]”. As ideias que Arendt trabalha no *zoon politikon*, no entanto, são de especial relevância para a concepção de política que se pretende utilizar para esta tese.

Dentro do escopo de *zoon politikon*, deste modo, Arendt propõe que no homem não existe algo que seja político em sua essência. Para a autora, o homem é “apolítico”. Em complementaridade a essa percepção, Arendt (2006, p. 03) propõe que a política “**surge no entre-os-homens**; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original”. Há, desta forma, uma imprescindível condição de realce ao entre e ao

⁸³ Em grego no original (nota original do livro).

intra, na compreensão da noção de política arendtiana: “a política surge no intraespaço e se estabelece como relação. Hobbes⁸⁴ compreendeu isso” (ARENDR, 2003, p. 03).

Em termos adicionais, para ilustrar tal limitação da filosofia e da teologia, por exemplo, para compreender a política, no livro *A dignidade da política* (ARENDR, 2002), podemos recuperar reflexões arendtianas neste sentido. A autora explica que se o filósofo enceta a falar na perspectiva do senso comum, pode incorrer no “perigo de virar o senso comum para baixo” (p. 113). O perigo, explica ela, está ligado ao filósofo, aqui exemplificados por Platão e Aristóteles⁸⁵ (este último em menor intensidade):

O filósofo, por demais cômico, pelo julgamento de Sócrates, da incompatibilidade inerente das experiências filosóficas fundamentais com as experiências políticas fundamentais, generalizou o choque inicial e iniciador de *thaumadzein*⁸⁶. A posição de Sócrates perdeu-se nesse processo, não porque Sócrates não houvesse deixado escritos,

⁸⁴ Replicamos, aqui, o texto original de Arendt, ao ponderar acerca do trabalho de Hobbes, em o *Leviatã* (ARENDR, 2006, p. 1999): “É importante observar que os modernos adeptos da força estão em completo acordo com a filosofia do único grande pensador que jamais tentou derivar o bem público a partir do interesse privado e que, em benefício deste bem privado, concebeu e esboçou uma Commonwealth cuja base e objetivo final é a acumulação do poder. Hobbes é, realmente, o único grande filósofo de que a burguesia pode, com direito e exclusividade, orgulhar-se, embora os seus princípios não fossem reconhecidos pela classe burguesa durante muito tempo. O *Leviatã* de Hobbes expõe a única teoria política segundo a qual o Estado não se baseia em nenhum tipo de lei construtiva - seja divina, seja natural ou de contrato social - que determine o que é certo ou errado no interesse individual em relação às coisas públicas, mas sim nos próprios interesses individuais, de modo que o interesse privado e o interesse público são a mesma coisa. É difícil encontrar um único padrão moral burguês que não tenha sido previsto pela inigualável magnificência da lógica de Hobbes. Ele pinta um quadro quase completo não do Homem, mas do homem burguês. Uma análise que em trezentos anos não se tornou antiquada nem foi suplantada. A razão... é nada mais que cálculo; um súbdito livre, uma vontade livre... (são) palavras... sem significado, isto é, um Absurdo. O homem é essencialmente uma função da sociedade e é, portanto, julgado de acordo com o seu valor ou merecimento... o seu preço; ou seja, aquilo que se lhe daria pelo uso da sua força. Esse preço é constantemente avaliado e reavaliado pela sociedade, fonte da «estima dos outros, de acordo com a lei da oferta e da procura [...] O traço crucial do retrato que Hobbes pinta do homem não está no seu pessimismo realista, porque se fosse verdade que o homem é um ser como Hobbes o quer, não seria capaz de fundar qualquer corpo político [...] Seria uma grave injustiça a Hobbes e à sua dignidade como filósofo considerar esse retrato do homem como tentativa de realismo psicológico ou verdade filosófica. O fato é que Hobbes não está interessado nem num nem noutra, mas preocupa-se exclusivamente com a própria estrutura política e traça as feições do homem em função das necessidades do *Leviatã*. Para fins de argumento e convicção, apresenta o seu esboço político partindo do desejo de poder pelo homem e passando para o plano do corpo político adaptado a essa sede de poder”.

⁸⁵ Filósofo grego, defende a tese principal de que o homem é um animal político: “a tese de que o ser humano é um animal político; o modo como esta é realizada na comunidade política, na qual o logos se manifesta como atividade discursiva compartilhada; o cultivo de determinadas virtudes ético-políticas presentes na convivência humana, sobretudo, a amizade; a autossuficiência do cidadão e o seu vínculo com a autarquia da comunidade” (RAMOS, 2014, p. 61).

⁸⁶ Espanto, que, em perspectiva aristotélica, é a alavanca da filosofia (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006).

ou porque Platão propositalmente os distorcesse, mas porque os insights socráticos, nascidos de uma relação ainda intacta com a política e também com a experiência especificamente filosófica, perderam-se. Pois o que é válido para esse espanto, com o qual toda filosofia começa, não é válido para o subsequente diálogo do próprio estar-só (ARENDDT, 2002, p. 113-114).

Com relação ao segmento de texto replicado acima, Arendt explica que, Platão⁸⁷, por exemplo, ao prolongar o estar-só, ao prolongar “o espanto mudo que existe no início e no fim da filosofia”, acabou transformando-o em modo de vida. Desta maneira, o que deveria ser vivenciado como se experimenta um breve momento, tornou-se uma experiência singular de vida, a qual acarreta, ao filósofo, a destruição “dentro de si, [da] pluralidade da condição humana” (ARENDDT, 2002, p. 114).

Para a autora, “a política trata da convivência entre os diferentes”, e explica que “os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças (ARENDDT, 2006, p. 02). Arendt entende que a dignidade da política é a dignidade do ser humano (ARENDDT, 2002). Dessa forma, “ao se falar de política, em nosso tempo, é preciso começar pelos preconceitos que todos nós temos contra a política – quando não somos políticos profissionais”. Para a autora, os preconceitos que compartilhamos uns com os outros, “representam algo político no sentido mais amplo da palavra”. Sobre isso ela explica: “algo a se constituir em um componente integral da questão humana, em cuja órbita nos movemos em cada dia” (ARENDDT, 2006, p. 04).

Nesse sentido, Arendt (2006, p. 04) ainda chama a atenção para o fato de que não podemos tentar modificar o fato de os preconceitos terem um lugar tão excepcional em nosso cotidiano e, com isso, também na política. E a isso ela relaciona duas razões. A primeira remete ao fato de que o homem não teria capacidade (nas palavras da autora, inteligência ou conhecimento) para discernir

⁸⁷ Filósofo, professor de Aristóteles, filósofo e matemático da Grécia Antiga. Sobre o pensamento de Platão, Souza Netto (1982, p. 35) resume: “O Pensamento de Platão tem o encanto das estátuas de Dédalo: esvai-se pelos meandros do discurso, tão logo se pretenda travar com ele uma relação de domínio”. A polis, no entendimento platônico, é compreendida “como o lugar natural no qual emerge, como a limitação que ele se propõe superar remontando à Fysis e ao Ser”. No exercício desta superação, estaremos aproximados da questão do ente: “fazê-lo importa em captar o movimento que lhe é próprio, partindo da questão sobre o ente e visualizando a resposta como o enunciado de sua essência”. Esta última, por sua vez, alude ao “eidos, e ao seu fundamento, isto é, do Bem como nome próprio do Ser. Determinando o ente em sua essência, o eidos é a medida de toda a adequação, da episteme à Polis”.

sobre todas as coisas, que exigissem juízo novamente no decorrer de sua vida. A segunda, por sua vez, circunscreve-se no fato de que o homem teria que dispensar um “estado de alerta sobre-humano” para tal falta de preconceito (ARENDDT, 2006, p. 04). Com relação a isso, a autora conclui:

A dimensão do estado de alerta e abertura para o mundo determina o nível político e o caráter geral de uma época; mas não se pode imaginar nenhuma época na qual os homens não pudessem reincidir e confiar em seus preconceitos para amplas áreas de juízo e decisão (ARENDDT, 2006, p.04).

Imergindo ainda mais no pensamento arendtiano, podemos recuperar importantes reflexões acerca do sentido da política, da coisa política, bem como de uma justificação para a política. Desse modo, ela coloca que os questionamentos acerca tanto do sentido da política, quanto da desconfiança sobre a política, são tão “antigos quanto à tradição da teoria política”. A autora entende que nasceram de experiências reais dos filósofos com a polis (ARENDDT, 2006, p. 11):

[...] significa como a forma de organização do convívio humano, que determinou, de forma tão exemplar e decisiva, aquilo que entendemos hoje por política que até mesmo nossa palavra para isso, em todos os idiomas europeus, deriva daí.

Sendo assim, Arendt (2006, p. 11) pressupõe que as respostas que “justificam a política”, as “definições da coisa política”, são justificações. Na linha desse pensamento, para a autora, essas justificações, então, objetivam “classificar a política como um meio para um fim mais elevado, sendo a determinação dessa finalidade bem diferente ao longo dos séculos”. E, nesse ponto, Arendt (2006, p. 11) explora relações (política/vida humana, objetivo da política/vida humana) de exacerbada relevância para o entendimento da noção de política arendtiana.

A primeira relação explorada por Arendt, então, da política com a vida humana, inscreve a política como uma necessidade para a vida humana. Arendt (2006, p. 11) compreende que a “política, assim aprendemos é uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo quanto para a sociedade”. E ela justifica essa percepção ponderando que como o homem depende de outros homens para existir, logo emerge a necessidade de um provimento de vida que seja relativo a todos – sem o qual não seria possível nem mesmo o convívio (ARENDDT, 2006, p.11).

A outra relação apresentada por Arendt (2006, p. 11) concerne ao objetivo da política para a vida humana. Então, ela propõe que o “objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo”. Essa garantia traz possibilidades para o indivíduo no sentido de “buscar seus objetivos em paz e tranquilidade, ou seja, sem ser molestado pela política – sendo, inicialmente, indiferente em quais esferas da vida se situam esses objetivos garantidos pela política”. Esses objetivos, segundo a autora, poderiam relacionar-se, no “sentido da Antiguidade de possibilitar a poucos a ocupação com a filosofia” ou “no sentido moderno, de assegurar a muitos a vida, o ganha-pão e um mínimo de felicidade” (ARENDR, 2006, p.11).

Arendt (2006, p. 15), fortemente influenciada pelos gregos, como supracitado, trabalha a noção de política na polis grega, para imergir na ideia de liberdade, reconhecida pela própria autora, como “inegavelmente pertencente ao conceito de política”, a qual, “sobreviveu a todas as mudanças históricas e transformações teóricas”. Nesse sentido, é válido recuperar alguns de seus pensamentos acerca da liberdade na polis grega. Para Arendt (2006, p. 11) “o que distingue o convívio dos homens na polis de todas as outras formas de convívio humano que eram bem conhecidas dos gregos, era a liberdade”. Ingressando na discussão sobre a liberdade no sentido grego, a autora coloca que “a coisa política entendida no sentido grego está, portanto, centrada em torno da liberdade”. E ainda com relação à liberdade na tradição grega, a autora chama atenção para o fato de que ela pode ser entendida de duas formas. A primeira, negativamente, “como o não-ser-dominado e o não-dominar”; a segunda, por sua vez, positivamente, “como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais” (ARENDR, 2006, p. 13).

Adicionalmente, a autora recupera que, decisivo para a liberdade política grega era o fato de “ela ser vinculada espacialmente”. Arendt (2006, p. 14) explica essa proposição afirmando que “quem deixava sua polis [...], perdia não apenas sua terra natal ou sua pátria, mas também o único espaço no qual poderia ser livre; perdia a companhia daqueles que eram seus iguais”. Ela (ARENDR, 2006, p. 15) corrobora sua afirmação de que a ideia de liberdade pertence ao conceito de política, relacionando-a com as formas de Estado totalitárias:

O fato de a política e a liberdade serem ligadas e de a tirania ser a pior de todas as formas de Estado — ser na prática antipolítica — estende-se como uma diretriz através do pensar e agir da Humanidade até os tempos mais recentes. Apenas as formas de Estado totalitárias e as ideologias correspondentes [...] ousaram cortar essa linha, mas o verdadeiro novo e assustador desse empreendimento não é a negação da liberdade ou a afirmação que a liberdade não é boa nem necessária para o homem, e sim a concepção segundo a qual a liberdade dos homens precisa ser sacrificada para o desenvolvimento histórico, cujo processo só pode ser impedido pelo homem quando este age e se move em liberdade.

A ideia de relação entre política e liberdade, para Arendt (2006, p. 16), também tem origem na *polis* grega (é reconfortante para a autora que *polis* a tenha perdurado através dos milênios, bem como tenha “se transformado tanto e enriquecido tanto no decorrer desse espaço de tempo”). Sobre a questão da liberdade, Schio (2012, p. 138) afirma que, para Arendt, “em seu sentido específico, é político”.

2.2.3 A Liberdade da política

Cabe-nos, em movimento cadenciado com o que fora supracitado, resgatar as impressões arendtianas alusivas à política e à liberdade. Deste modo, em ato contínuo ao início da obra *Da Revolução*, Arendt (1988, p. 09) faz uma interessante reflexão acerca da liberdade e da política, a partir de acontecimentos como as Guerras e as Revoluções do século XX, fundamentais na determinação da fisionomia deste período. Ao distinguir as ideologias do século XIX das Guerras e Revoluções do século XX, Arendt abaliza essas duas últimas como “as duas questões políticas básicas” (ARENDR, 1988, p. 09):

[...] distintamente das ideologias do século XIX – tais como o nacionalismo e o internacionalismo, capitalismo e imperialismo, socialismo e comunismo, embora ainda invocadas por muitos como causas justificativas, perderam contato com as principais realidades do nosso mundo – a guerra e a revolução ainda constituem as suas duas políticas básicas. Elas sobreviveram a todas as suas justificações ideológicas.

Por conseguinte, na esteira dessa reflexão, Arendt retoma a ideia da liberdade. Para a autora, dentre uma “constelação que põe a ameaça do aniquilamento total, através da guerra, em confronto com a emancipação de toda a humanidade, através da revolução” nenhuma causa perdura, “afora a mais

antiga de todas”, aquela que determina a própria existência da política, “a causa da liberdade contra a tirania” (ARENDT, 1988, p. 09).

Ainda sobre a noção de liberdade arendtiana, Schio pontua que, “enquanto relacionada à política, a liberdade não é um fenômeno diretamente relacionado à vontade” (SCHIO, 2012, p. 138). Com relação a esse entendimento, Schio (2012, p. 138) explica que a liberdade, enquanto relacionada à política, “liga-se à vida em comunidade, na qual há a possibilidade de falar e de ouvir, de escrever e de imprimir; ou seja, a censura não pode se fazer presente”. Corroborando essa aceção, nas palavras de Arendt (1973, p. 190): “a liberdade sempre implica em liberdade de divergir”. Não foi fácil para Arendt, no entanto, tratar da questão da liberdade. Isso ocorre, especialmente, porque “chamada à cena, a questão da liberdade [abre] uma interessante e polêmica discussão” (SCHIO, 2012, p. 138), uma vez que envolve questões como, conforme pensou Arendt (1992, 188-9), a contradição entre nosso mundo interno e nosso mundo externo, por exemplo (SCHIO, 2012, p. 139).

Por essa razão, Schio (2012, p. 139) apresenta algumas distinções de liberdade: “a diferenciação entre a liberdade interna (subjéitiva) e a externa (pública); entre a liberdade filosófica e a liberdade política”. Schio (2012, p. 140), retoma Arendt (1992) e afirma “que a liberdade quando somente interna ou contemplativa [...] torna-se uma ilusão se não puder se manifestar publicamente”. Por conseguinte, nesta senda, para entendimento relacional da liberdade interna e da liberdade política, podemos recuperar Arendt (1992, p. 192), a qual “concebe a liberdade interna como uma forma derivada da ausência de liberdade política”.

Continuando, Schio (2012, p. 141) afirma que a liberdade externa, por sua vez, “exige que não haja impedimentos físicos para seu exercício [...], também é preciso um tempo livre, oriundo da liberação, outro componente da liberdade, e que a precede”. Assim sendo, a autora conclui que “para que a liberdade ocorra, em seu sentido de liberdade externa, é necessária, também a presença dos outros indivíduos, possuidores de um estado semelhantes de liberdade, ou seja, de igualdade” (SCHIO, 2012, p. 141). Há, neste ensejo semântico, a ideia de igualdade intrínseco ao exercício da liberdade externa.

Em Arendt (1991, p. 336), a liberdade política tem compatibilidade com a nossa capacidade de ação. “A liberdade política se distingue da liberdade

filosófica por ser claramente uma qualidade do “eu-posso”, e não do “eu-querer””. Assim, “a passagem do “eu-querer”, oriundo da vontade, por isso da liberdade interna”, explica Schio (2012, p. 143), “para “eu-posso”, representa a superação da vontade através do agir no mundo externo”. Logo, para Arendt (1991, p. 335), a liberdade específica à vontade não se sublinha nos indivíduos que compartilham no espaço público, uma vez que a “a liberdade filosófica – a liberdade da vontade – é relevante somente para pessoas que vivem fora das comunidades políticas, como indivíduos solitários”. Isso ocorre, segundo Schio (2012, p. 143) porque a “liberdade filosófica é produto da liberdade interna”.

Já a liberdade política está coadunada com a ação e a liberdade. Conforme Schio (2012), “uma vez que a Política é composta por opiniões flexíveis e mutáveis e, por isso, longe da verdade” (p. 143), “exige a inexistência de impedimentos externos e a liberação das necessidades básicas como pré-requisitos essenciais para sua existência” (p.151). Em sua sede pela fundação do novo, no que tange ao debate acerca da liberdade, Arendt (1992, p. 198) expõe que a “liberdade é concebida para chamar a existência o que antes não existia, o que não foi dado nem mesmo como um objeto de cognição ou de imaginação e que não poderia, portanto, estritamente falando, ser conhecido”.

Em linhas gerais, assim, a liberdade política se sobleva na harmonização da ação e do querer. Schio (2012, p. 153) conclui, neste mesmo traçado que, “na liberdade política, o ser livre e o agir estão unidos de forma indissolúvel”. Nessa perspectiva, a autora explica que “a liberdade permite que a vontade dirija a ação para consumação, na qual o “querer” e o “posso” coincidam. A liberdade, nesse enfoque, manifesta-se no ato praticado”. O pensamento arendtiano acerca da política zigzagueia em torno da ação humana livre, “e a sua demonstração mais autêntica está na possibilidade de iniciar os processos” (SCHIO, 2012, p. 153). Temos, com isso, a ideia da experiência política autêntica imbricada na liberdade da ação humana.

Schio (2012, p. 139) contribui, ainda, explicando que a liberdade política arendtiana é a base para a ação humana. Conforme Schio (2012) “a ação livre gera a história, permitindo a Arendt [(1992, p. 15)] [...] afirmar que “a finalidade da História é a atualização da ideia de liberdade”: a liberdade é a “pedra fundamental” e o objetivo não só da ação, mas da própria vida humana” (SCHIO, 2012, p. 139-140). A política, então, na concepção arendtiana, emerge

“enquanto lugar privilegiado de encontro entre os seres humanos únicos, com a capacidade de agir livremente, responsabilizar-se por seus atos, com o objetivo de viverem como seres humanos autênticos” (SCHIO, 2012, p. 183).

No que alude à política imbricada com a responsabilidade sobre as ações, é, conseqüentemente, importante compreendermos a responsabilidade em termos arendtianos, a qual envolve perspectiva individual e coletiva. Assy (2015), ao retomar a questão da responsabilidade arendtiana, expõe que em diferentes ensaios acerca do tema, Arendt distingue dois tipos de responsabilidade: “responsabilidade coletiva (política) e responsabilidade individual (moral e legal)”. Há de destacar, neste íterim, que a culpa, na perspectiva arendtiana, é rigorosamente individual. Nesse sentido, Assy (2015, p. 21) retoma a concepção de que Arendt “recusa a ideia de uma culpa coletiva, já que a culpa, ao contrário da responsabilidade, sempre seleciona – é estritamente pessoal e assinala a afinidade entre culpabilidade moral e legal no caso da culpa pessoal”.

Assim sendo, Assy (2015) retoma Arendt (2004, p. 34) e reflete acerca da teoria do dente de engrenagem objetivando explicar a responsabilidade legal e moral. Diante disso, Assy (2015, p. 22) explica:

A teoria do dente de engrenagem postula que dentro de um sistema os sujeitos não agem como indivíduos, mas como engrenagens de uma máquina, de modo a tornar impossível atribuir-se individualmente qualquer culpabilidade moral ou legal. Para Arendt, o fato de a maioria massiva de participantes burocráticos funcionarem como engrenagens, na máquina de extermínio nazista não os exime de culpa pessoal, tampouco de responsabilidade coletiva, porque “apenas aqueles que se retiraram completamente da vida pública, que recusaram a responsabilidade política de qualquer tipo, puderam evitar tornar-se implicados em crimes, isto é, puderam evitar a responsabilidade legal e moral.

Por outro lado, Assy (2015, p. 22) descreve a responsabilidade política, para Arendt, “como uma das poucas formas possíveis de responsabilidade coletiva na qual assumimos responsabilidade por ações que praticamos”. Nesse sentido, a autora explica o porquê Arendt não atribui responsabilidade coletiva em questões de culpa pessoal: “o pertencimento a dada comunidade em primeiro plano não figura como ato voluntário. Já a responsabilidade política significa assumir responsabilidade como membro de um corpo político”. Ela ainda coloca que, para Arendt, “a responsabilidade política é, assim, uma das poucas

instâncias em que é possível aplicar a noção de responsabilidade coletiva” (ASSY, 2015, p. 22-23). Com estas reflexões, a seguir, pensaremos as questões da pluralidade e da repúblicas, em Arendt.

2.2.4 Pluralidade e Debilidades da República

República débil? Começemos pela agnição básica. República é uma forma de governo, um sistema de governo por meio do qual os representantes são eleitos pelo povo (de forma direta ou indireta), durante o período de tempo constitucionalmente pré-estabelecido, como no caso do Brasil em que o período de governo do Presidente, por exemplo, é de quatro anos, permitida uma reeleição (BRASIL, 1988; BRASIL, 1965). Debilidade, do que consta nos verbetes, diz respeito à “fraqueza física; falta de vigor ou saúde; abatimento, languidez” (LUFT, 2006). Estamos argumentando, desse modo, acerca da pusilanimidade da república.

Em instância primeira, iniciamos com o abatimento dos direitos que nos cabem enquanto cidadãos (HEUER, 2009). A debilidade da república, por exemplo, decorre de certo desrespeito contatados (corrupção, falta de sentido comum, irresponsabilidade) a alguns fundamentos essenciais da república como estado de direito, divisão de poderes, eleições (HEUER, 2009, p. 42-43). Para pensarmos tal questão em termos arendtianos, Heuer (2009, p. 42), faz uma ressalva, recuperamos, sobre a questão da república: “Arendt não discutiu sistematicamente os elementos da república ou do corpo político” da república.

A nossa intenção com a presente seção de texto não é, dessa forma discutir sistematicamente os elementos de uma República, pois Arendt não o fez; logo, não caberia na sistematização do pensamento político da autora. O objetivo principal deste item, assim, é resgatar o pensamento da autora “surgido da crise política fundamental do século XX, ou, [como ela designou], da ruptura com a tradição”, que nos deixou “uma série de conhecimentos íntimos da república”, os quais “podem auxiliar na análise [...] das repúblicas débeis”, tal como argumentado por Wolfgang Heuer, estudioso da autora, ao pensar a república brasileira, e as suas debilidades, com a lente do pensamento arendtiano (HEUER, 2009, p. 42).

Com essa imperiosa consideração, pensemos o republicanismo em Hannah Arendt. Neste sentido, é importante destacar que Arendt teceu incisiva crítica à democracia formal. Por meio da República Americana, a autora explica a crise da democracia representativa, na medida em que esta última reduz espaços de emancipação e diálogo, onde os cidadãos podem falar, ouvir, fazer, concordar, discordar: Quando as condições políticas de um governo burocrático estão, a priori estabelecidas, a burocracia cerceia a construção da liberdade da política (FRATESCHI, 2007), de forma que a burocracia é “a forma de governo na qual todo mundo é destituído de liberdade política, do poder de agir”; (ARENDR, 1973, p. 151).

Nesta linha, Schio (2016) de modo a aprofundar as reflexões de Arendt neste sentido, a estudiosa chama a atenção, em termos arendtianos, para a acepção de fundação: “a partir deste conceito, é possível retomar a questão presente na elaboração teórica de Arendt sobre o governar e ser governado” (p. 65). Para a presente seção em desenvolvimento, de início, o exercício de recuperarmos as reflexões arendtianas sobre o governar e o governado e, mais do que isso, aproximarmos “autoridade, ação e, portanto, liberdade” do conceito de “fundação enquanto um novo início”, que foi a hipótese desenvolvida por Schio (2016, p. 65), nos auxilia em direção de argumentar o caminho arendtiano até as debilidades da república, tal como defende Heuer (2009).

Falemos, em primeira instância da ideia da liberdade e da violência nas guerras e nas revoluções. Na obra *Da Revolução* (ARENDR, 1988), lançada no ano de 1963, logo nos agradecimentos, escritos em setembro de 1962, Arendt explicita em que contexto o tema do livro surgiu: “o tema deste livro foi sugerido em um seminário sobre os Estados Unidos e o espírito revolucionário”. Tal evento, informa a autora, havia sido realizado três anos antes, “na primavera de 1959, sob os auspícios do programa especial sobre a civilização americana” (p. 07). Arendt inicia escrevendo sobre guerra e revolução. Para a autora, tanto a guerra quanto a revolução são duas questões políticas básicas, as quais teriam, até aqueles anos do início da década de 60, “moldado a fisionomia do século XX” (ARENDR, 1988, p. 09).

Na esteira deste pensamento, Arendt explica que a causa que “determina a própria existência da política” é a “causa da liberdade contra a tirania”. Para a autora, assim, a causa das revoluções sempre foi a liberdade. Com relação a

isso, Arendt pontua que, de forma tanto quanto “as ciências modernas [como a Psicologia e a Sociologia] assaltaram o conceito de liberdade”, também os revolucionários, estavam mais inclinados a degradar a liberdade, do que assumir que o alvo da revolução seria a liberdade. Mais grave do que isso, alerta Arendt (1988) é o fato de a palavra e o conceito de liberdade rondarem debates políticos de guerra e violência (ARENDR, 1988, p. 09).

Ao revisitar a Antiguidade Clássica, como fez diversas vezes em busca de fundamentação para seu pensamento político, a autora enfatiza que “as relações políticas em seu curso normal não caem no domínio da violência”. E, explica Arendt (1988, p. 10), a própria antiguidade grega nos auxiliaria a observar isso pela primeira vez, especialmente porque a “*polis* grega, a cidade-Estado, definia-se a si mesmo, explicitamente, como sendo uma maneira de viver, baseada exclusivamente na persuasão, e não na violência). Arendt corrobora esta ideia ao exemplificar a persuasão dos atenienses na cidade.

Em termos adicionais, para distinguir guerras justas de guerras injustas, Arendt (1988) recupera a Antiguidade Romana, para tratar de possíveis justificações para as guerras, buscando explicitar de que forma a violência ou a não-violência se engendravam no contexto romano, fundamentalmente para refletir acerca da acepção de liberdade neste terreno. Ela argumenta, com relação a isso, que “as distinções e justificações romanas não diziam respeito à liberdade, nem estabeleciam nenhuma diferença entre guerras ofensivas e guerras defensivas”. Neste ponto, emerge a questão romana da necessidade (conforme Lívido: “A guerra que é necessária é justa”) (ARENDR, 1988, p. 10).

A questão da necessidade, ao longo da História, cada vez mais foi transformando injusto em justo nas justificações de guerra (ARENDR, 1988). Prioritariamente após a Primeira Guerra Mundial, entende a autora, é que entendemos que as justificações das guerras deveriam estar atreladas ao impedimento de agressões:

A noção de que a agressão é um crime e de que as guerras só podem ser justificadas se visarem [a] repelir ou prevenir agressões adquiriu relevância prática ou mesmo teórica apenas após a Primeira Guerra Mundial haver demonstrado o horripilante potencial destrutivo da guerra, nas condições da tecnologia moderna (ARENDR, 1988, p. 11).

Em resumo, para Arendt, o que explica a liberdade como justificação para a guerra é, assim, a tentativa de justificar o que seria “injustificável”,

especialmente, porque, resume a autora, “as guerras se tornaram, politicamente, uma questão de vida ou morte. Conforme mencionamos no prelúdio deste texto, Arendt (1998) relaciona guerra e revolução, indicando que uma é prelúdio, antecede a outra. Nas palavras de Arendt (1988, p. 14), a dependência (inter-relação) entre guerra e revolução é digna de realce: “o inter-relacionamento entre guerra e revolução, sua reciprocidade e dependência mútua, têm aumentado gradualmente”, e, continua a autora, “a ênfase deste relacionamento está, cada vez mais, se deslocando da guerra para a revolução”.

Esta relação, no entanto, não é um fenômeno recém-chegado àquela década de 1960. Boa parte da análise de Arendt, se fundamenta acerca da relação que estabelece entre as Revoluções Francesa e Americana. Para a autora, enquanto a Revolução Americana “foi uma guerra de libertação”, a Revolução Francesa foi uma “guerra de defesa e agressão”. Dito de outra maneira, em nosso tempo histórico, estabelece a autora ao acompanhar as questões do século XX, as coisas ocorrem de tal maneira, que, até mesmo a fúria da guerra pode ser percebida como se fosse “simplesmente o prelúdio, um estágio preparatório da violência desencadeada pela revolução” (ARENDR, 1988, p. 14).

Assim, Arendt separa a violência da política. A violência na perspectiva arendtiana é um termo e uma prática passíveis de necessária marginalização. Isso porque a violência, incapaz de se manifestar pela fala, de certo modo, é antipolítica. Ela explica (ARENDR, 1988, p. 15-16):

Uma vez que o pensamento político só pode acompanhar as articulações do próprio fenômeno político, ele permanece ligado ao que acontece no domínio dos assuntos humanos; e esses fatos, em contraposição às questões de ordem física, necessitam de fala e articulação, isto é, de algo que transcenda a mera visibilidade física, bem como a simples audibilidade a fim de que possam se manifestar. Portanto, uma teoria da guerra ou uma teoria da revolução, apenas pode tratar da justificação da violência, já que essa justificação constitui a sua limitação política; se, por outro lado, chegar-se a uma glorificação ou justificação da violência como tal, isso não seria mais política, mas antipolítica.

Além da argumentação em torno das justificações das guerras e revoluções, com evidenciado destaque para o debate da violência e da não-violência, junto às questões política e antipolítica, Arendt estabelece uma central relação entre os fundamentos da Revolução Francesa e da Revolução

Americana, procedendo à caracterização de ambas (ARENDDT, 1988; SCHIO, 2016). Com base nisso, Schio (2016, p. 66) resume que:

O objetivo de Arendt não é o de glorificar uma e menosprezar a outra ou simplesmente mostrar as relações entre elas, etc., mas demonstrar as diferenças entre os fundamentos de cada uma: na Francesa, a miséria (do povo) e a falta de participação nas decisões (por parte da burguesia). Na Americana, os chamados “pais fundadores” quiseram manter a organização que elaboraram ao chegar ao território, a liberdade e a participação dos componentes do grupo (as Treze Colônias). Dessa forma, nas colônias inglesas da América do Norte havia o ensejo de não ser explorado pela Metrópole Inglesa, mantendo a maneira de viver que haviam instituído no início da colonização.

Podemos recuperar, sob perspectiva histórica, que a Revolução Americana (1776), iniciou com a assinatura do Tratado de Paris, após o término da Guerra dos Sete Anos (iniciada anos antes, em 1763). Wood (1969, 1991, 2007) explica que a origem da Revolução Americana remonta à expansão da prosperidade e alargamento do quantitativo populacional. Para além disso, o autor explica que diferentes regulamentações⁸⁸ catalisaram a insatisfação popular do período. A Revolução Americana foi, assim, “foi uma luta de independência nacional, mais do que a derrubada de uma classe dominante nativa” (VOVELLE, 1989, p. 14).

A Revolução Francesa, por sua vez, a qual encontrou eco não somente na Europa, mas também mundo afora (VOVELLE, 1989), representou o esfacelamento da monarquia absolutista, em curso desde o reinado de Henrique IV, Dinastia de Bourbon. Ribeiro (1989) explica que a condição para a revolução de 1789 está na teoria da soberania⁸⁹. Isso porque na Revolução Francesa, podemos destacar tanto a miséria do povo, quanto a não participação da burguesia nas decisões políticas. Neste ponto, Arendt (1988) destaca que “ a queda da monarquia não mudou o relacionamento entre governados e governantes, entre governo e nação”. A autora, ainda, complementa,

⁸⁸ Como por exemplo a Lei do Chá (1773) e a Lei do Selo (1765). A primeira aumentou sobremaneira as taxas sobre a comercialização do chá, além da exclusividade ofertada à Companhia das Índias. A Lei do Selo, por sua vez, decretou que os documentos em circulação na metrópole americana deveriam ser identificados com selos da metrópole americana (WOOD, 1991).

⁸⁹ Com relação a isso, Arendt argumenta que: “os governos revolucionários com relação a isso [relacionamento entre governados e governantes], “não diferiam de seus predecessores, não eram nem do povo, nem pelo povo, mas, na melhor das hipóteses, para o povo, e, na pior, uma “usurpação do poder soberano” por representantes autossuficientes, que se punham em situação de completa independência em relação à nação (ARENDDT, 1988, p. 58).

argumentando que “nenhuma mudança de governo parecia capaz de sanar as divergências entre eles” (p. 59). Em síntese, a Revolução Francesa fracassou, pois, dentre outros, “houve a Restauração e o retorno da Monarquia sob o comando de Napoleão e a burguesia ascendeu ao poder” (SCHIO, 2016, p. 66).

Por outro lado, em Arendt (1988, p. 54), é importante salientarmos percepção da autora acerca do triunfo da Revolução Americana. Há de se considerar, nesta compreensão, orienta a autora, “não apenas o discernimento dos fundadores da república” (Americana), mas a ausência, de modo geral, da miséria daquele contexto revolucionário, uma vez que a miséria, presente mundo afora, naquele momento, “estava ausente do cenário americano” (embora considere relevante destacar as diferenças entre intelectuais e ignorantes, ricos e pobres etc.).

Dentro desta perspectiva, Arendt (1988), salienta que, embora entenda que a Revolução Americana tivesse alcançado êxito, não necessariamente deu conta de inaugurar, estabelecer uma nova ordem, com a garantia da liberdade: “o ponto a salientar é que a Revolução Americana teve sucesso, mas, apesar disso, não introduziu a *novus ordo saeculorum*, e que a Constituição pôde ser estabelecida, de fato, como uma existência real, numa forma visível”, sem garantir, no entanto, a liberdade (tanto quanto a “gramática é para a linguagem”) (p. 54). Neste sentido, na perspectiva arendtiana, a Revolução Americana não foi movida por necessidades, mas por problema de ordem política: à forma de governo.

Recuperamos as análises das Revoluções realizadas por Arendt (1988), para alcançarmos a acepção de liberdade como critério para a constituição de corpos políticos. Das revoluções modernas, teoriza Arendt, ao realizar a análise supracitada, o “significado mais recôndito do seu enredo” estava colocado: era o aparecimento da liberdade. Na esteira deste pensamento, é a liberdade “o critério mais alto para o julgamento de constituições de corpos políticos”, ao passo que não é somente o nosso entendimento da revolução, “mas nossa concepção de liberdade, nitidamente revolucionária em sua origem, que pode medir até que ponto estamos preparados para aceitar esta coincidência” (para rejeitar também) (p. 23).

O pensamento arendtiano, por diversas vezes, revisita a Antiguidade Clássica. É na *polis* grega que, no bojo da argumentação acerca da liberdade

como um objetivo das revoluções, que a autora ratifica a ideia de que um homem, para ser livre, necessita de outros homens. Essa liberdade, assim, dependia da existência de um espaço público onde os homens pudessem estar uns com os outros. É neste contexto, explica Arendt (1988) que se ascende o espaço político propriamente dito. Logo, em que pese a proclamação, por parte do homem revolucionário moderno, de que o objetivo da revolução é a liberdade, “imbricada ao início de uma História inteiramente nova, [...] devemos observar que eles não estavam pensando somente naquelas liberdades que hoje”, e aqui tratamos de 1962, “associamos ao governo constitucional, e que são [...] denominados direitos civis” (p. 25). É importante salientar, ainda, que a vida, a liberdade e a propriedade não foram resultados da revolução. O que, de fato, pode ser considerado resultado é o gozo destes direitos como “direitos inalienáveis ao homem” (p. 26).

A questão da fundação, da intensidade intrínseca àquilo que se está começando, foi a “base dos homens que estavam se manifestando contra a coroa britânica, na Revolução Americana. [...] foi um novo começo (SCHIO, 2016, p. 67). A fundação, na perspectiva arendtiana, assim, é resultado de uma descontinuidade: é o “que surge do rompimento com uma situação, tornando-se uma descontinuidade em um processo vigente”. Quando inferimos descontinuidade, explica Schio (2016), em termos arendtianos, “a causalidade é interrompida, pois o início, sendo inédito, demonstra que há liberdade na ação humana, pois ele poderia não ter ocorrido” (p. 70). Em resumo, a acepção de fundação arendtiana “porta elementos de autoridade, de ação, e, portanto, de liberdade” (p. 65).

Somente a partir da síntese supracitada é que podemos explicar, em termos arendtianos, a república em crise (ARENDDT, 1973). No âmago da Revolução Americana, apesar das diferenças, a luta primeira não era por necessidades, pois não viviam na miséria absoluta (diferenciando-a, neste item dentre outros, do curso da Revolução Francesa). É neste contexto que Arendt (1973) reacende a questão da fundação dos espaços de liberdade nos Estados Unidos. Dentre as condições básicas, para que os cidadãos “retomem a sua capacidade de ação e a sua liberdade, [...] desempenham papel fundamental a Constituição americana e demais instituições, como a Suprema Corte e o Senado” (FRATESCHI, 2007, p. 84).

Isso posto, apresentamos acima, de modo sintético, elementos teóricos, os quais fundamentam as reflexões arendtianas para República e para um possível debate complementar acerca de suas debilidades. Com base no pensamento arendtiano, Heuer (2009) realizou análise acerca de diferentes contextos republicanos mundo afora, incluindo o Brasil. Interessa-nos recuperar. No que toca às mudanças nos sistemas dos estados nacionais, Heuer (2009, p. 41) identifica quatro fenômenos diferentes:

[...] o nascimento de uma nova estrutura federativa, como a da União Europeia, mas também a dissolução e inclusive o colapso das instituições estatais nos chamados estados débeis como Somália, Costa do Marfim ou Libéria; um processo de democratização em muitos países onde as instituições públicas não têm validade em todo o território, e estão debilitadas pela corrupção, além de competir com o crime organizado; tensões de nacionalidades não só no antigo império soviético, mas também na França; a limitação da soberania nacional em vários níveis: no nível dos direitos humanos internacionais, no nível das chamadas intervenções humanitárias e no nível da nova doutrina dos EEUU de ataques preventivos.

Com o acima elencado, Heuer explica que está se referindo aos problemas fundamentais “do funcionamento da república” ou do corpo político, os quais podem ser relacionados aos “rol das instituições políticas e das leis dentro dos estados e entre os estados”; no escopo dos estados nacionais, estariam, ainda, relacionados “às questões das minorias e das nacionalidades nos estados nacionais”, e, por último, “à relação entre política e direito nas relações internacionais” (HEUER, 2009, p. 42).

São, assim, tais problemas que se desdobram em debilidades para a república, explica o autor. Nesta seara, desta forma, podemos recuperar o que entendemos por república e o que é imperioso para a distinção desta de uma república débil. Na esteira desta reflexão, república pode ser definida a partir do “domínio da lei, da divisão dos poderes, da liberdade de opinião, da assembleia e da religião, de eleições e de direitos cívicos e humanos”. A partir disso, podemos pensar na debilidade, na medida em que, uma república débil é o que se opõe a uma república forte (HEUER, 2009, p. 42):

A definição de debilidade ou força se refere à vivacidade e à vigência destes elementos, à relação equilibrada entre os poderes, sem exceção de um deles, seja do poder executivo ou do poder legislativo e, por fim, à validade da constituição e das leis em todo o território. Isto não quer dizer que o tamanho da debilidade ou força corresponda a uma escala fixa. Depende mais das particularidades distintas de cada república, de sua história [...] de sua cultura particular.

Em razão disso, e de especialíssima importância para a análise que procederemos das eleições municipais 2016 (das práticas dos servidores em meio à crise de representatividade), Heuer (2009) explica que as forças e debilidades de uma república tendem a se mostrar de forma mais clara e óbvia no “curso de eventos políticos, inclusive no curso da crise”. Como apresentamos nas notas de abertura do presente texto, a organização das eleições municipais de 2016, ocorreu em meio a um contexto crítico, e, explica conforme explica Heuer (2009), nas crises encontramos a possibilidades de as verdades políticas se “mostrarem em sua forma mais pura” (p. 42).

Há de se destacar, neste segmento de argumentação, que podem ser explicitadas verdades políticas que se esmaecem na vida cotidiana nossa de cada dia. Maquiavel ou Hobbes, teóricos da crise, “revelaram aquelas verdades políticas normalmente escondidas pela vida cotidiana, mas também o fez Hannah Arendt”. Chegamos à Arendt e à ressalva que anunciamos na abertura desta subseção: apesar de ter nos “deixado uma série de conhecimentos íntimos para a república”, Arendt não debateu “sistematicamente” sobre “elementos da república” ou “sobre um corpo político para a república” (HEUER, 2009, p. 42). O pensamento republicano de Arendt, desta forma, é desenvolvido a partir do rompimento com a tradição.

Assim, em sua problematização acerca das debilidades da república com base na perspectiva arendtiana para, Heuer recupera, então, os exemplos os quais já mencionamos acima. Nos interessa aprofundar a questão do Brasil. Antes disso, explicamos que, sem perder de vista, em analogia, o pensamento arendtiano como a fundação do compreender constante no objetivo desta tese, foi, dentre outros, a análise das Revoluções Americana e Francesa, no bojo das distinções estabelecidas por Arendt, e já mencionadas nesta subseção, com a devida atenção aos escritos seminais, que ensejaram a análise de Heuer.

Nosso objetivo, assim, é recuperar a análise teórico-empírica realizada por Heuer, acerca das debilidades da república, no sentido de justificar a pertinência de nosso exercício de análise nesta tese, uma vez que o estudioso tem um amplo percurso acadêmico com o pensamento arendtiano. [parêntese explicativo]. Foi ele, inclusive, professor Wolfgang Heuer, quem recebeu-me em Berlim, no ano de 2017, para realização do estágio sanduíche. Heuer nasceu na

Colômbia⁹⁰, tem formação em “história, filologia alemã e em estudos latino-americanos, [...] codiretor do Simpósio Anual Identidade europeia (entre a ditadura e liberdade no século XX), [...], criou a Rede de Comunicação Internacional de Pesquisa em Hannah Arendt”. Em termos sintéticos, o pesquisador arendtiano defende que a liberdade constitucional não garante a liberdade, mas a “responsabilidade pelo outro”, sim: De que forma estamos uns com os outros, em espaços públicos de participação e de compartilhamento, responsáveis, assim uns pelos outros? Ademais, Heuer explica que, a democracia representativa, “à delegação das decisões aos políticos, dos nossos direitos aos políticos”, é, cada vez mais, apolítica”. [fim de parêntese].

Voltando à análise de Heuer (2009), explicitaremos o caso do Brasil dentre seus exemplos repúblicas débeis. Tal como exposto nos elementos da crise, nas notas de apresentação destes escritos, para Heuer (2009, p. 46), em repúblicas como o Brasil, “o estado de direito está restringido por corrupção, violência e crime organizado”. Embora, contorna o autor, no Brasil, possamos identificar “um sistema republicano com uma constituição” que garanta “direitos civis e humanos”, com “uma política exterior pacífica” [...], há de se destacar aí, herança [corrupção e concentração, dentre outros, como contextualizado nas notas de abertura] “difícil de se superar, a qual reduz seriamente a vigência do sistema republicano e, com isso, a liberdade”. Neste escopo, Heuer (2009) destaca elementos desta herança, com base em análise do contexto brasileiro:

[...] a corrupção em todos os poderes do Estado, quer dizer, no governo, na polícia, no parlamento, e na jurisdição, a violência cotidiana, o crime organizado e a alta taxa de impunidade; a violação de direitos civis e humanos, o trabalho infantil, o trabalho escravo etc.; uma cultura política tradicional de clientelismo e paternalismo, que se baseia no privilégio e contradiz a igualdade perante a lei (HEUER, 2009, p. 46).

Desta maneira, complementa Heuer (2009), o caso do Brasil pode explicitar um novo sintoma de debilidade da república: “parlamento, governo e partidos não têm mecanismos suficientes para frear a sedução da corrupção”. Junto a isso, “a polícia não tem formação profissional necessária para lutar contra o crime com as medidas” alinhadas ao estado de direito previsto constitucionalmente, e a “justiça permite uma coabitação de uma justiça com

⁹⁰ <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/wolfgang-heuer-historiador-qualquer-um-pode-virar-um-monstro-do-estado-17704024>

impunidade” (HEUER, 2009, p. 61). Tais condições, esclarece o autor, desdobram-se em problemas na consolidação da democracia – com a consequente identificação de uma democracia deficiente. A democracia deficiente, por sua vez, consiste: “[...] da entrada insuficiente de vigor (*law enforcement*) dos direitos civis, do controle insuficiente de ações governamentais e, finalmente, de áreas sem entrada em vigor das leis” (p. 62).

Não há, assim, defende o historiador, a devida “preocupação” com o estabelecimento, dentre outros, da “vigência geral das instituições e da lei” (HEUER, 2009, p. 43). Neste termos, comenta Heuer, podemos explicar os problemas do mundo contemporâneo elencados por Arendt, a partir de elementos de análise principais: “a questão nacional, a debilitação do poder por sua concentração, a restrição do espaço público por sua privatização, o uso do poder em favor da violência. Com relação à redução dos espaços públicos, no caso do Brasil, Heuer acredita que, uma vez que possamos identificar as privatização “como um dos programas liberais contemporâneos”, a privatização “obtem outra significação quando se fala sobre o público e o privado”, a qual, em termos arendtianos, deve” ser limitada ao setor econômico e social” (p. 44).

No que se aplica às reflexões de poder e violência, de modo complementar, Arendt explicita que a forma do “estado da política têm de ser definida pela pluralidade”. Complementarmente, a pluralidade, para Arendt, é “a base tropológica [figurada, metafórica] da existência humana” (p. 44). Como mencionado no início desta subseção, para Arendt (1997, p. 02), assim, “a política baseia-se na pluralidade dos homens”. Avançando um pouco mais na questão da pluralidade, logo no início da obra *A condição humana*, Arendt (2014) trata da questão da pluralidade: “A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que jamais ninguém é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDR, 2014, p. 10). Neste sentido, a seguir, recuperaremos a ação (a vida ativa e o agir) e questões sobre o homem indiferente, as quais elegemos como possibilidades para fundamentar análises complementares acerca das práticas das eleições municipais de 2016.

2.2.5 A vida, a vida ativa, a vida contemplativa

A noção de vida é central para a reflexão política realizada por Hannah Arendt. É desta ideia que partimos nesta seção. Quintana (2016, p. 223) explica: “se existe uma noção que parece estar no pano de fundo de todas aquelas dimensões arendtianas que orientam seu esforço para repensar a política, essa é a noção da vida” (tradução nossa). Nesta linha, ampliando tal afirmação introdutória, logo no início da obra *A Condição Humana*, Arendt (2014) faz referência à vida ativa. Em termos arendtianos, tal expressão designa labor, trabalho e ação – as atividades fundamentais.

Dessa maneira, labor, trabalho e ação “correspondem às condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na terra, são, assim, atividades fundamentais” (ARENDR, 2014, p. 15). Recuperemos o entendimento arendtiano para cada uma destas noções. Em primeiro lugar, o “labor” diz respeito à biologia imbricada ao desenvolvimento humano. Nas palavras da autora, labor “é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano”; na medida em que “crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio” [e com relação a este último podemos inferir o envelhecimento com a perda da plasticidade celular, por exemplo], estão “relacionados com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida”. Arendt, complementa, explicando que a condição humana do labor é a própria vida (p. 15).

O trabalho, atividade fundamental da vida ativa, por sua vez, compreende a atividade relacionada ao “artificialismo da existência humana”. Nesta medida, tal existência humana também estaria contida no ciclo vital acima mencionado? Para a autora, “não necessariamente esta existência estaria contida no eterno ciclo vital da espécie”. O trabalho, dentro desta reflexão arendtiana, não é compreendido de forma natural: “o trabalho produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural”. Há de se destacar, ainda, que dentro “das fronteiras” do trabalho “habita cada vida individual, embora este mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais”. Uma vez que a autora propôs que a condição humana do labor é a própria vida; a condição humana do trabalho, por sua vez, é a “própria mundanidade” (ARENDR, 2014, p. 15).

A ação, por último, e de especial interesse para os nossos interesses analíticos [intrínsecos ao compreender] deste texto, é, para Arendt (2014, p. 15),

“a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade”. É, assim, a partir disso, importante considerarmos que, para a autora, “homens (e não homem, no singular) vivem na terra e habitam o mundo”. A pluralidade, é, assim, condição de toda a vida política (ARENDR, 2014, p. 15):

Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política. Assim, o idioma dos romanos – talvez o povo mais político que conhecemos – empregava como sinônimas as expressões viver e estar entre os homens (*inter homines esse*), ou morrer e deixar de estar entre os homens (*inter homines esse desinere*).

Fazendo referência bíblica ao livro de Gêneses, Arendt coloca que a condição humana da ação está implícita até mesmo na Gênese (Deus os criou – ele e ela) e não criou o macho (ele) e a fêmea (ela). Assim pensando, em exercício de perguntar alavancado por tais questões importantes à Arendt, podemos, dentre outros, questionar: se os homens tivessem todos a mesma essência, a mesma natureza, morreríamos na previsibilidade? Se assim fosse, Arendt dispensaria até mesmo a ação, inferindo-a como um “luxo” de pouca necessidade. Ora, mas não somos todos iguais; tampouco, dotados da mesma natureza. Assim, Arendt destaca que, uma vez que somos humanos (esta é a nossa condição), “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (p. 16).

Na linha da presente reflexão, é importante, nos termos arendtianos, relacionarmos ação humana e liberdade política. Schio (2012, p. 139), infere que a liberdade política arendtiana é a base para a ação humana. Conforme Schio (2012) “a ação livre gera a história, permitindo a Arendt [(1992, p. 15)] [...] afirmar que “a finalidade da História é a atualização da ideia de liberdade”: a liberdade é a “pedra fundamental” e o objetivo não só da ação, mas da própria vida humana” (SCHIO, 2012, p. 139-140). A política, então, na concepção arendtiana, emerge “enquanto lugar privilegiado de encontro entre os seres humanos únicos, com a capacidade de agir livremente, responsabilizar-se por seus atos, com o objetivo de viverem como seres humanos autênticos” (SCHIO, 2012, p. 183).

2.2.6 A democracia e a crise de Representatividade e o indiferente

Pelo exposto, podemos inferir que, no bojo do pensamento arendtiano, “a política somente nasce em um espaço horizontal e intersubjetivo, e tendo sentido em si mesma”. E, nesta medida, há, assim, uma redução do espaço político, na prática política tradicional, como “política vertical, que tem um sentido fora de si” e, que por isso, “usa meios para alcançar estes fins”. Na perspectiva de Arendt, é a política horizontal que dá condições para o nascimento, florescimento do poder. Já a política vertical, por sua vez, “pode ser relacionada à redução do poder em favor da violência” (HEUER, 2009, p. 44).

Desta maneira, assim, é imprescindível para a autora, no que concerne ao exercício de “pensar sobre a república e as instituições”, além da compreensão do que é política, é como atuar “quando se crê que se está atuando politicamente” (HEUER, 2009, p. 44). Podemos recuperar, neste ponto, o debate acerca da liberdade da política para pensarmos acerca da crise de representatividade. Abreu (2007, p. 176) coloca que “a crítica de Arendt (1988, p. 175) para a representação política está associada à sua concepção de liberdade. Para ela, a liberdade emerge quando diversas pessoas agem em concerto”.

A crise e a representatividade, a partir disso, podem ser colocadas, em consonância com o discurso arendtiano, em relação ao esmaecimento da liberdade da política (tema já debatido nas subseções deste capítulo de tese). Com relação a isso, com base nas palavras da autora (ARENDDT, 1988), Abreu (2007, p. 176) sintetiza:

[...] utiliza exemplos históricos para afirmar que nos conselhos devem estar presentes mais questões políticas do que sociais, o que significa que nos conselhos deveria haver manifestações de opiniões, mas não defesas de interesses particulares e, para Arendt, essas opiniões são indelegáveis: “a única coisa que pode ser objeto de representação ou de delegação é o interesse ou o bem-estar dos outorgantes, mas não suas ações ou opiniões. [...]a crítica à representação política de Hannah Arendt tem como finalidade o afastamento da burocratização da política e a tentativa de construção e preservação de espaços em que uma ação política genuína possa acontecer.

No texto *Reflexões sobre Little Rock* (ARENDDT, 2004, p. 160-281), ainda, ao analisar, como ponto de partida, “uma fotografia nos jornais que mostrava

uma menina negra saindo de uma escola recém integrada a caminho de casa” (p. 161), a autora realiza uma reflexão filosófica da realidade, tendo como ponto de partida um fato da realidade. Em tal fato, a menina, na imagem (ver imagem Figura 12, abaixo relacionada) , “é perseguida por uma turba de crianças brancas, protegida por um amigo branco de seu pai, a face dando um testemunho eloquente do fato óbvio de que ela não estava [...] feliz” (ARENDDT, 2004, p. 161).

Figura 16 – Reflexão filosófica da realidade - Arendt (1959)



Fonte: Arendt (2004, p. 261).

A análise de Arendt, então, é alavancada com uma pergunta primeira [dentre outras que a autora realiza ao longo da tessitura destes escritos] que ilustra seu exercício de colocar-se no lugar da mãe da menina: “O que eu faria se fosse uma mãe negra?” (ARENDDT, 2004, p. 261). Importa considerarmos, nesta construção, a inspiração kantiana do *se*⁹¹; por meio da qual, fica explicitada alusão à crítica de Kant, do “colocar-se no lugar do outro”, na segunda máxima do corpo são, parágrafo 40. À tal pergunta condicional, Arendt (2004) responde: “em nenhuma circunstância exporia meu filho a condições que dariam a

⁹¹ Reflexão construída com base nas leituras e debates do grupo de leitura Gehar, em 20 de agosto de 2018, na Universidade Federal de Pelotas – ocasião em que procedemos à leitura coletiva do texto “Reflexões sobre Little Rock”, sob a orientação da profa. Sônia Maria Schio.

impressão de querer forçar a sua entrada num grupo em que não era desejado” (p. 261). A época é a da escravidão nos Estados Unidos, remete à declaração da independência de 1776, Presidente Thomas Jefferson.

Para esta tese, o primeiro aspecto mais relevante deste texto é, assim, a reflexão filosófica da realidade, tal como realizada por Arendt, ao flexionar reflexões sobre a foto (fato da realidade). É possível, deste modo, fazê-lo, dentro da perspectiva arendtiana, fazê-lo. O segundo aspecto, por sua vez, desemboca na questão da sobrevivência da república [já mencionamos a análise arendtiana acerca das revoluções], neste caso. Dado que está analisando a questão social, a questão racial e a segregação nos Estados Unidos, estamos nos referindo à república americana.

Arendt, então, explica que o debate acerca da segregação não está alinhado somente ao bem-estar dos negros, é mais amplo do que isso e deve ser colocado no debate acerca da igualdade dos cidadãos no sistema republicano. “A república americana é baseada na igualdade de todos os cidadãos, e embora a igualdade perante a lei tenha se tornado um princípio inalienável de todo o governo constitucional moderno”; a igualdade se amplia em relevância para a vida política da república (ARENDR, 2004, p. 267-268). Nos termos de Arendt, está em jogo a sobrevivência da própria república:

A igualdade como tal tem uma importância na vida política de uma república maior do que em qualquer outra forma de governo. O que está em jogo, portanto, não é apenas o bem-estar da população negra, mas, pelo menos a longo prazo, a sobrevivência da República (ARENDR, 2004, p. 267).

Por último, o terceiro aspecto do texto *Reflexões sobre Little Rock*, dentre os que elegemos convenientes para ampliar a fundamentação que ora apresentamos, remete à igualdade e sua condição de validade restrita à esfera política. Arendt (2004, p. 272) explica que somente podemos ser todos iguais no âmbito da esfera política:

Apenas nesse âmbito somos todos iguais. Nas condições modernas, essa igualdade tem a sua encarnação mais importante no direito de voto, segundo o qual o julgamento e a opinião dos cidadãos mais louvados estão em igualdade de condições com o julgamento e a opinião dos quase sem instrução. A elegibilidade, o direito de ser votado para um cargo, é também um direito inalienável de todo cidadão; mas nesse caso a igualdade já é restrita, e apesar de a necessidade de distinção pessoal numa eleição provir da igualdade numérica, em que todo mundo é literalmente reduzido a ser um só, a

distinção e as qualidades é que contam para ganhar os votos, e não a pura igualdade.

Assim, como explica no segmento acima, a própria elegibilidade, para Arendt, pode restringir a igualdade. Nesta senda, ao analisar a Revolução Americana, Arendt (1988) interpreta que, o grito revolucionário dos americanos que até poderiam ser compreendidos como pobres, mas como não viviam uma vida miserável, colocavam, antes disso, o problema político: “o problema que punham não era de ordem social, mas político, e dizia respeito não à ordem da sociedade, mas à forma de governo” (p. 55). A questão de a maioria da população experimentar uma longa jornada de trabalho, não se desdobra em incapacidade de serem representados ou de escolherem seus representantes. Nesta perspectiva, Arendt entendia a representação como uma forma de autopreservação dos pobres (defesa dos governos), tão somente, uma vez que os excluiria do domínio político. A questão que aí se coloca é que junto a isso, se perde a sede pela distinção – a “grande mola impulsionadora das ações humanas” (ARENDR, 1988, p. 55).

A crise de representatividade, desse modo, foi relacionada por Arendt (2013) com o surgimento do Estado. Para a autora, a partir do estado, e da então oclusão de liberdade, emerge a "crise de representatividade" e, com isso, a consequente ação política, considerada por Arendt (2006) como algo em relação e entre os homens foi desarticulada. Essa noção de política, construída entre os homens, para a autora, parte, então, da ação em comum acordo, ação em conjunto, sendo reflexo da condição plural do homem e fim em si mesma. Isso significa a possibilidade de todos os seres humanos de criar algo novo, fazendo surgir o inesperado, o imprevisível⁹² (ARENDR, 2013).

Nesta medida, em linhas gerais, a crise de representatividade, então (ARENDR, 1973), pode ser compreendida pelo afastamento entre a ação política dos representantes políticos e as necessidades dos cidadãos, que outorgam suas necessidades e direitos, para o manejo de uma minoria (políticos) os quais irão representá-los (cidadãos). Em grande medida, depois da eleição dos políticos (que em sua maioria vivenciam a experiência da representatividade

⁹² “Como condição geral de nossa existência, a natalidade relaciona-se com todas as atividades que exercemos, sendo, contudo, especialmente relevante para a ação e, assim, para a política. Podemos afirmar que ela é o pressuposto de tudo o que é mais caro a Arendt: a ação, a política, a liberdade” (ALMEIDA, 2013).

como carreira profissional) emerge um hiato entre as necessidades cidadãos, que se constituíam em tema central da agenda da campanha eleitoral, e o fazer político no cenário engendrado.

No lastro do pensamento arendtiano acerca da cidadania, da democracia e da crise de representatividade, parece-nos interessante recuperar acerca da ideia de desobediência civil. Nos termos da autora, desobediência civil (ARENDR, 1973, p. 68):

A desobediência civil aparece quando um número significativo de cidadãos se convence de que, ou os canais normais para mudanças já não funcionam, e que as queixas não serão ouvidas nem terão qualquer efeito, ou então, pelo contrário, o governo está em vias de efetuar mudanças e se envolve e persiste em modos de agir cuja legalidade e constitucionalidade estão expostas a graves dúvidas.

Assim pensada, a desobediência civil, em Arendt (1973), passa a ser uma possibilidade por meio da qual os cidadãos, frente às dúvidas e aos possíveis questionamentos dos direitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos (no caso do Brasil, por exemplo, conforme está disposto na Constituição Federal de 1988, como mencionado na questão das debilidades da república), podem exercer a cidadania. Nesse ponto, podemos refletir a respeito da participação política do cidadão na sociedade, ponto arquimediano⁹³ de construção do conceito de cidadania arendtiano. Com relação à cidadania, de início, é preciso relacionar essa noção com as transformações político-históricas que permearam a caracterização do Estado e do homem ao longo do tempo. Logo, é com esta vigília que devemos refletir acerca da noção de cidadania.

Recuperando parte de sua história, e por isso salientamos o quanto o pensamento de Arendt não pode ser estudado descolado de suas vivências. Em 1933, como supracitado, quando ela deixou a Alemanha totalitária acompanhada de sua mãe, viveu por 18 anos como apátrida (daí decorre a noção de cidadania desvinculada da tutela de um estado) (YOUNG-BRUEHL,

⁹³ Em sua constatação para os limites da ciência, Arendt (2000), identifica um limite existencial, conforme explica Heuer (2010, p. 539): o qual “consiste na relação entre o tempo de vida humana e a distância cósmica. A busca do ponto arquimediano, com o qual se quer mover a terra e levá-la dos seus ângulos, ameaça fracassar. Este impulso central da ciência cósmica, não exprime ele a híbris na fantasia do cientista natural? Não para Arendt: para ela faz parte do ethos, da moral da ciência, “que o que podemos descobrir devemos descobrir, o que podemos, devemos fazer” (ARENDR, 2000, p. 400). Além disso, “[.] a decodificação dos elementos constitutivos da vida e o reconhecimento de seus elementos e processos se baseiam na esperança de encontrar seu ponto arquimediano, para tornar-se criador da vida e formador do corpo” (HEUER, 2010, p. 540-541).

1997). Assim, a noção de cidadania de Hannah Arendt foi fundamentada a partir do “direto a ter direitos”. Para a autora, a interação entre homens no espaço público ocorre por meio da cidadania que, para a filósofa, se constitui em um direito mínimo (ARENDR, 1981). Com isso, podemos depreender que Arendt erigiu suas proposições acerca da cidadania para além dos contornos, demarcações, limites do Estado-nação.

Ora, uma vez que Arendt estava preocupada em compreender o ineditismo do totalitarismo, em resumo, se a cidadania fosse tutelada pelo Estado durante o Totalitarismo, as minorias, os refugiados, os apátridas seriam todos não cidadãos? Isso porque os seus direitos estariam restringidos se dependessem do amparo do Estado. Logo, para Arendt (1981), cidadania é participar no espaço público, é aparecer na cena pública, é o direito a garantir estes direitos de participação. É com este aparecer na cena pública que a pessoa rompe com a subjetividade pura e, concomitantemente ao exercício de falar, debater sobre este mundo do qual passa a fazer parte, torna, na mesma medida, o mundo comum (ARENDR, 1981; ARENDR, 1991; ARENDR, 2006; SCHIO, 2012).

A cidadania em Arendt, desta maneira, conforme interpreta Macedo (2015), na medida em que resgata valores convencionados no pacto social, preceitos fundamentais, pode engendrar reflexões acerca das democracias contemporâneas, tal como a brasileira, na medida em que consubstancia o direito de concordar e discordar em um espaço público de compartilhamento, em que o agir e a vontade, intrínsecos à pluralidade humana erigissem possibilidades de os homens estarem uns com os outros, vivendo em comunidade, onde, com a liberdade da participação, pudessem fiscalizar os representantes políticos, corroborando a emergência do poder político (então consubstanciado na vontade e no agir dos cidadãos) (ARENDR, 1991; SCHIO, 2012).

Com esta perspectiva, o compartilhamento no espaço público é prerrogativa para o poder político. Em isolamento, afastados da vivência do senso comum, não há geração de poder, pois o poder, em Arendt, está atrelado à possibilidade de experienciar este mundo em pluralidade (ARENDR, 2014). Para Arendt, desta forma, o poder é potência, potencial para o “diálogo

aberto à multiplicidade de perspectivas”, uma vez que “exerce-se na relação entre os homens” (SCHIO, 2012, p. 189).

Na perspectiva arendtiana, desta maneira, o poder dependerá da capacidade de os indivíduos revelarem sua singularidade em um espaço público, confrontando, persuadindo, argumentando, em que coexistam diversidade de opiniões – eis a “aptidão humana para viver na pluralidade” (SCHIO, 2012, p. 189). Nas palavras de Arendt (2013, p. 129), diferentemente da violência, a qual precisa de justificação, o poder:

[...] não necessita de justificação, sendo inerente a própria existência de comunidades políticas; o que realmente necessita é legitimidade... O poder brota onde quer que as pessoas se unam e atuem de comum acordo, mas obtém sua legitimidade mais do ato inicial de unir-se do que de outras ações que se possa seguir.

A crise da democracia representativa, desta maneira, pode também ser relacionada pela crise das instituições públicas e a extenuante burocratização⁹⁴ dos processos da vida em sociedade – o que, em termos arendtianos, apoucam os espaços em que o poder se estabelece, na medida em que diminuem os espaços “em que os cidadãos podem agir e se fazer ouvir” (FRATESCHI, 2007, p. 83). O espaço público, o agir, e o participar, desta forma, são imprescindíveis para o amalgamar a política e pluralidade humanas no sentido arendtiano (ARENDR, 2013).

Nesta senda, embora não possamos transpor as análises de Arendt acerca do totalitarismo, imediatamente, para a nossa realidade contemporânea, elementos de sua análise podem nos auxiliar a compreender nossa vida em sociedade a égide da participação humana na vida comum contemporânea. Na obra *Origens do Totalitarismo* (ARENDR, 2013b), a autora destaca o papel dos indiferentes, para os quais a cena pública não desperta interesse (SILVA, 2019). Neste sentido, replicamos algumas das reflexões arendtianas, acerca da postura não-política dos indiferentes (ARENDR, 2013b):

[...] o que é perturbador no tocante a essa aparente largueza de espírito não está no fato de as pessoas não se horrorizarem diante da rejeição das normas, mas que se tornavam **indiferentes** perante o crime. A doença mais bem escamoteada do século XIX, o tédio e o cansaço geral da burguesia, havia eclodido como abcesso [...] (p. 66).

⁹⁴ Para Arendt (2013), a burocracia é “a forma de governo na qual todo mundo é destituído de liberdade política, do poder de agir” (p. 158).

[...] tanto a influência política dos judeus como a sua condição social resultavam do fato de que eles constituíam um grupo fechado, que trabalhava diretamente para o Estado, sendo protegidos por ele em virtude de serviços especiais que prestavam. A ligação íntima e imediata com a máquina do governo só era possível enquanto o Estado permanecesse distanciado do povo e enquanto as classes dirigentes continuassem **indiferentes** a administrar o Estado (p. 92).

[...] As minorias alemãs da Romênia e da Tchecoslováquia votavam naturalmente junto com as minorias alemãs da Polônia e da Hungria, da Letônia ou Lituânia, e ninguém podia esperar que os judeus poloneses, por exemplo, permanecessem **indiferentes** às práticas discriminatórias antijudaicas do governo romeno. Em outras palavras, a verdadeira base da associação no Congresso eram os interesses nacionais de cada minoria, e não o interesse comum de todas as minorias (p. 294).

Em continuidade reflexiva, Arendt (2013b) explica que o termo massas, por exemplo, pode ser empregado quando as pessoas estão reunidas sem qualquer interesse comum, ou seja, se aplica ao grupo que somente faz número, pois devido à sua indiferença, é incapaz de integrar uma organização com interesse comum (“seja partido político, seja organização profissional, seja sindicato de trabalhadores”). A apatia, assim, estaria relacionada, em termos arendtianos, àquelas pessoas neutras, indiferentes, as quais existem em qualquer lugar, “em qualquer país, e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto” (p. 286).

Ao analisar o sucesso dos governos totalitários sobre as massas, Arendt conclui que, em verdade, ao contrário do que se poderia pensar, o comportamento das massas no regime totalitarista dos anos 1930, rompe com ilusões possivelmente esperadas do comportamento das massas em um governo democrático. Vamos trabalhar com duas das ilusões explicitadas pela autora. Em primeiro lugar, “as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo [mesmo] democrático”; em segundo lugar, os governos totalitários também podem nos auxiliar a refutar a questão de que, em países democráticos, as massas “somente constituem um pano de fundo para vida política da nação”, não importam: “a segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras” (ARENDR, 2013b, p. 287).

A questão levantada por Arendt (2013b), é justamente o fato de que a inércia das massas pode legitimar a continuidade democrática, ao passo que “que o governo democrático [pode] repousar na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país”. Com isso, podemos depreender que, nesta perspectiva, a ideia da democracia pode, de certo modo, fundamentar-se, [solapando a ideia de participação de todos, a ideia da soberania popular], na indiferença da massa que, inerte, vive apartada da vida comum, na indiferença do politicamente neutro.

Com a lente do indiferente arendtiano sobre o Brasil contemporâneo – e sua democracia representativa–, Silva (2019, s.p.) explica que a postura não-política do indiferente, identificado em diferentes castas sociais, pode ser compreendida a partir do enclausuramento deste na manutenção da própria vida [voltado visibilidade do EU e do entorno imediato], isolado do espaço comum:

[..] presente em todas as classes, o indiferente é aquele que, tendo passado a totalidade de sua existência fechado sobre si mesmo e sobre os seus, ocupando-se exclusivamente com a manutenção da própria vida, permaneceu sempre distante do mundo e do que é comum a todos, de modo que ele é completamente ignorante a respeito do funcionamento do espaço público e do tempo que o estrutura. Tendo garantida aquela liberdade de tipo negativa, que separa sua casa do restante do mundo, e tendo garantida a possibilidade de trabalhar para se manter e talvez prosperar, esta figura é indiferente a tudo o que se passa “lá longe, no mundo.

Nesta mesma linha reflexiva, a partir de, inclusive, Schio⁹⁵, explica que o indiferente, “homem de massa” é aquele que permanece na esfera privada. E, a partir disso, na esfera do labor, como se nada mais existisse no mundo: “preocupado com a sobrevivência, esquecendo dos outros, da comunidade, de outros seres sencientes” – da vida que acontece lá fora. No conforto do seu lar, o indiferente garante sua participação política, somente quando é época de eleições: “ele consome tudo o que toca, faz qualquer coisa para manter-se acomodado”. Neste ponto, o indiferente participará da política em época de

⁹⁵ Estas reflexões foram realizadas no grupo de leitura em Hannah Arendt, GEHAR, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Pelotas, em abril de 2019. Portanto, compartilho a referência à Schio, professora Sônia Schio, coordenadora do grupo, a qual remete a uma explicação sobre quem é o indiferente, em termos arendtianos. Dito de outra maneira, tanto agradeço ao grupo pelo encontro com o indiferente arendtiano; quanto compartilho a autoria criativa desta possibilidade de alinhamento.

eleições, tão somente, pois é esta relação que está tutelada pela seu título eleitoral – é a sua única obrigação.

Ao cumprir sua obrigação eleitoral em participar da política na época da eleição, o indiferente reconhece, em conformidade com, “que tudo é a mesma coisa, que todos os candidatos são iguais”; abstendo-se, com isso, de responsabilização e participação autêntica. Neste exercício, uma vez inerciado em seu sofá massageador, o indiferente poderá até romper com o silêncio, emitindo uma opinião qualquer, mas, provavelmente esta será “baseada no eu, uma vez que, o indiferente, não consegue conceber um nós, localizado fora da esfera privada”.

O indiferente, incapaz de olhar ao redor, ou para além do que consegue visualizar sem esforço, a experiência “autêntica”, independentemente do que acontece lá fora, seria poder manter-se neste afastamento. No entanto, ao fazê-lo, deixa de perceber que se o “mundo público-político desaparecer”, ele próprio, junto a sua apatia, estupidez e neutralidade política, também sucumbirão; soçobradas na sua incapacidade de “reconhecer a importância da igualdade, da liberdade e da participação – da dignidade humana” (ARENDDT, 2013b; SILVA, 2019; SCHIO, 2019, conforme rodapé 103).

No próximo capítulo, o fenômeno, a fenomenologia e os modos de conhecer.

CAPÍTULO 3 – MODOS DE CONHECER E METODOLOGIA

Nesta seção estão colocados os caminhos epistemológicos da fenomenologia husserlianas (e seguidores), bem como da teoria das práticas em Schatzki. Tal exercício, no curso desta tese, entendemos como imprescindível para o atendimento do compreender [objetivo de pesquisa] na perspectiva arendtiana. O presente capítulo, então, trata de reflexões epistemológicas e metodológicas que orientaram a trajetória deste trabalho, desde a nossa inserção no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), análise dos dados empíricos coletados e argumentação teórica acerca da dimensão política das práticas (constante no último capítulo). No TRE-RS – as práticas de trabalho dos servidores para a organização do pleito municipal de outubro de 2016 – nosso objeto de análise, se apresentaram como um objeto complexo, o qual exigiu que nós buscássemos composição entre método e metodologia para dar conta do fenômeno.

Diante disso, organizamos esta seção de forma cronológica, apresentando os diferentes engendramentos do campo de pesquisa e seus atores como protagonistas, “de um homem encarnado como *ser-no-mundo*⁹⁶”, de nossas escolhas epistemológicas (natureza da realidade e como podemos entender esta realidade). Disso decorre que “a natureza do problema – questão epistemológica – deverá ser “a principal referência de decisão metodológica, no sentido de entender ou de explicar o fenômeno” (APÓSTOLO, GAMEIRO, 2005, p. 30). De acordo, assim, com as exigências deste campo, nos diferentes momentos vivenciados durante o desenvolvimento da pesquisa, propusemo-nos a perguntar, duvidar, questionar, aprender, construir, desconstruir, encontrar, abandonar, refletir, estudar, aceitar, refutar, investigar, compartilhar, ouvir, observar – em busca de saberes, interpretações; melhor dizendo, em busca de compreender (verbo). Partimos, assim, de questionamentos.

Considerando os fundamentos ontológicos⁹⁷ do conhecimento (ZILLES, 1994), nos guiamos por perguntas, considerando, neste momento, a nossa

⁹⁶ Essa perspectiva analítica heideggeriana será trabalhada mais adiante, na tessitura da presente seção.

⁹⁷ Imprescindível considerar que existem compreensões diferentes de ontologia, considerando (diferentes) níveis de reflexão (MARRES, 2009). Para a autora, “em um primeiro nível, mais clássico e conceitual, ontologia se refere às explicitações dos pressupostos metateóricos acerca

relação de pesquisar (ser pesquisador) com os distintos modos de ser que encontraríamos ao adentrar no campo de pesquisa (Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul). Nesta perspectiva da teoria do conhecimento⁹⁸, somente o homem é capaz de fazer perguntas e, mais do que isso, “saber perguntar é uma característica⁹⁹ fundamental do ser humano” (p. 25). Esta característica-traço da ação de perguntar é que nos move em direção às respostas: “ao originário e incoercível inquirir ou perguntar responde o juízo” (p.25).

Esse homem, então perguntante, filosoficamente nascido como perguntante, “cria e recria seu mundo produzindo a cultura” (ZILLES, 1994, p. 25). Nesse vaivém de criação e questionamentos, podemos nos perguntar: “qual a estrutura fundamental da pergunta?” – em outras palavras: o que buscamos quando fazemos perguntas? De fato, em um momento inicial, não sabíamos como ser no campo, tampouco o que perguntar – tínhamos o tímido (e genérico) interesse de estudar instituições públicas, conforme nossa trajetória acadêmica (CAPAVERDE, VAZQUEZ, 2012). A esta questão, paulatinamente, foi se somando o interesse nascente de também compreender o processo eleitoral que ocorreria em breve. Tal processo, as eleições municipais de 2016, na cidade de Porto Alegre, se desenhavam em um contexto extremamente complexo e singular (como descrito nas notas de apresentação) que, em uma primeira impressão de *pré-saber*¹⁰⁰, se apresentava como uma questão cara ao sistema eleitoral e à frágil democracia brasileira, com seu segundo Impeachment Presidencial em curso.

Na esteira deste início de caminhada, ainda antes de contatar o campo (e neste momento, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul já se apresentava como uma alternativa possível), as perguntas se tornaram imprescindíveis para dar continuidade à história desta tese [que começara ainda antes dos laboriosos quatro anos, cronologicamente mensurados no relógio positivista da pós-graduação – lócus do cumprimento das etapas ‘doutocráticas’

de quais são as entidades que constituem o mundo ou a realidade e as relações sociais dentre elas” (p. 126).

⁹⁸ “Por teoria do conhecimento entendemos a disciplina filosófica que indaga pela possibilidade, origem, essência, limites, pelos elementos e pelas condições do conhecimento” (ZILLES, 1994, p. 09).

⁹⁹ E aqui podemos considerar o perguntar “não só uma característica, mas um traço constitutivo do ente humano” (ZILLES, 1994, p. 25).

¹⁰⁰ Na continuidade do texto, falaremos sobre esta questão inerente ao perguntar.

(doutorado+burocráticas), que não foram poucas]. A primeira questão, deste modo, parte da tradição filosófica fenomenológica.

Essa questão se apresenta, pois, como um ponto de partida referencial, uma vez que a prática, baseada na perspectiva teórica de Schatzki (2012), “é constituída por todas as ações, atividades e objetos materiais contidos [...] hierarquias teleológicas”, as quais envolvem “projetos humanos e coletivos” e, conseqüentemente, são, “também estados de existência” (PIMENTEL, NOGUEIRA, 2018, p. 357). Disso decorre que esta noção de prática, na perspectiva da teoria proposta por Schatzki (2012), encontra amparo na tradição filosófica fenomenológica (HEIDEGGER, 2005), especialmente pelo papel preponderante da inteligibilidade¹⁰¹ (PIMENTEL, NOGUEIRA, 2018; NICOLINI, 2013; SCHATZKI, 1996, 1997, 2002, 2005, 2006, 2012).

Para tanto, mesmo que sucintamente, buscando compreender o percurso epistemológico da noção de prática, a qual orientou nosso ingresso no campo de pesquisa [tendo como unidade de análise inicial a prática enquanto fenômeno social] lançaremos mão da apresentação de conceitos principais da ontologia fundamental do ser (HEIDEGGER, 2005), da fenomenologia husserliana (HUSSERL, 1990) da fenomenologia social (SCHÜTZ, 2012). Isso se explica porque concomitantemente a salutar relevância de apresentarmos nosso percurso metodológico, é inerentemente relevante, em forma de exercício reflexivo, revisitarmos o percurso da proposição da noção de prática enquanto fenômeno social, considerando sua ontologia contextual (SCHATZKI, 1996, 1997, 2002, 2005, 2006, 2012), visando a fundamentar epistemologicamente o

¹⁰¹ Dentro da fenomenologia hermenêutica de Martin Heidegger (HEIDEGGER, 2005), a inteligibilidade pode ser compreendida, em resumo, como relacionada aos contextos de sentido, na seguinte perspectiva: “partindo da analítica existencial na qual entes humanos descritos como ser-aí (Dasein) são ser-no-mundo, Heidegger reconhece que os entes ganham identidade e significação no interior do mundo, este, compreendido como espaço de significatividade”. Desta maneira, os entes se tornam significativos em função deste mundo, na medida em que tais entes, então, “disponíveis no interior do mundo são significativos em função do mundo, desse modo, já aparecem imersos em contextos estruturados de sentido e imediatamente inteligíveis ao ser-aí”. A significatividade, assim, estaria aberta em certa intencionalidade (TRONCO, 2017, p. 58). Dentro da ontologia contextual da prática, em Schatzki (2002, 2005), partimos da ideia de que não é a prática ou o praticar que determinará o que as pessoas fazem; ao passo que o conjunto complexo e plural de ações estariam relacionadas por meio de uma “inteligibilidade prática” – o que faz sentido de ser feito dentro de um contexto relacional no fluxo da atividade humana. Em resumo, em Schatzki (2001), a inteligibilidade prática “é que, em última análise, governa as ações especificando o quê um ator deveria (ou poderia) fazer a seguir (apontando os “próximos passos”) dentro do fluxo contínuo dessa ou daquela atividade humana” (SANTOS, SILVEIRA, 2015, p. 86).

argumento acerca da dimensão política das práticas – proposição reflexiva que emerge da presente trajetória de pesquisa. Assim, apresentaremos, na sequência do texto, o modo de conhecer da fenomenologia, a questão e o objetivo de pesquisa, técnicas de coleta de dados (no que concerne à metodologia) e abordagem de análise interpretativa fenomenológica adotada.

3.1 MODOS DE CONHECER

Como conhecemos? De que forma fazemos perguntas? Colocamo-nos a perguntar e isso exige mais do que proposições interrogativas, objetivas, redigidas em um documento de *word* ou em rascunhos de cadernos de campo (ou pré-campo). Faz-se necessária abstração prévia e contínua. Faz-se necessária reflexão filosófica do exercício de perguntar, inerentemente ontológica ao pesquisador, – ao *ser* do pesquisador (HEIDEGGER, 2005).

Suplementarmente a este *ser* pesquisador, também relacionamos as escolhas epistemológicas para a pesquisa e exercício de escrita que daí decorrem, uma vez que se entende, na perspectiva heideggeriana, “que a questão do conhecimento humano é indissociável da questão do ser e do sentido do ser” (ZILLES, 1994, p. 34). O aparente dissentimento desta reflexão com a ideia de que faremos as perguntas para um *lócus* de pesquisa complexo, desconhecido, múltiplo e plural, se explica pelo imbricamento indissociável deste pesquisador (e do que conhece) com o campo de pesquisa.

Assim pensando, adotamos uma perspectiva que não opõe “o mundo da ciência” e o “mundo da vida”. Entendemos que “o mundo da vida é mais amplo e profundo do que as “clareiras abertas pelo conhecimento científico” (ZILLES, 1994, p. 34). Por maior que seja o nosso desejo pelo saber, este será sempre limitado e fragmentado, uma vez que as ‘coisas’ respondem como são. Em outros termos, Arendt (2006, 2008, 2013, 2014) voltou sua atenção para a sua realidade, buscando, no senso comum, compreender o ineditismo do totalitarismo, as ressonâncias das revoluções modernas na fundação da liberdade, entre outros, em alongado e complexo exercício de interpretação. A autora tinha, assim, o desejo de saber mais e entender o mundo e a ação humana (na medida em que a pluralidade é a condição da ação humana) em sua experiência de vida.

Neste sentido, Santo Agostinho relaciona a pergunta com o desejo de saber: “a minha pergunta é o meu desejo de saber, a resposta das coisas é o seu mostrar-se como são” (SANTO AGOSTINHO, 1996, p. 213). Algumas perguntas iniciais direcionaram o nosso olhar observador para a realização das eleições municipais (que ocorreriam em 2016), em meio ao contexto de 2015, como apresentado nas notas de abertura, contexto político e a emergência de um objeto de pesquisa, desta tese (p. 15). Desse desejo, interesse de conhecermos mais sobre a maneira como o pleito municipal se organizaria frente a uma sociedade (aparentemente) colapsada, colocamo-nos a perguntar.

De que forma se organizariam as eleições municipais em meio ao processo de Impeachment Presidencial em curso? Como os processos de trabalho de uma Instituição Pública, regulada pela legislação eleitoral dos anos 60 (majoritariamente), enfrentariam a deslegitimidade crescente do sistema eleitoral brasileiro, especialmente a partir das eleições presidenciais de 2014 (BRASIL, 1965)? Como as mudanças pautadas pela Minirreforma Eleitoral de 2014 seriam inseridas (e inauguradas) nas práticas de trabalho intrínsecas à organização do pleito municipal? E a crise política (ética e social, também)? E os escândalos de corrupção? E a cidadania? E o aparente solapamento da democracia?

3.1.1 O *Pré-Saber* do Perguntar em Heidegger

Ainda, muitas perguntas, complementares ou não, poderiam nos conduzir a diferentes percursos. E, mesmo assim, poderíamos fazer outras mais. No entanto, naquele momento (e nos que se avizinharam), percebemos que, nosso interesse questionador crescia em direção ao caminho do Tribunal Regional Eleitoral, em véspera de ano de eleições municipais. Heidegger (2005) fundamenta filosoficamente esta reflexão quando, em sua busca ontológica pela determinação do ser dos entes¹⁰² (BARBOSA, 1998; ZILLES, 1994), analisa a estrutura formal da pergunta:

¹⁰² O que é, aquilo que é. Em sua obra *Ser e Tempo*, publicada originalmente em 1927, Martin Heidegger, em sua investigação fenomenológica, ontológica, isto é, “busca as determinações essenciais do ser dos entes” (BARBOSA, 1998, p. 02), faz a distinção entre *ôntico* e *ontológico*. Na perspectiva heideggeriana, o *ôntico* se refere ao *ente*, e o *ontológico*, por sua vez, se refere ao *ser* enquanto *ser* (ZILLES, 1994, p. 32). Heidegger (2005, p. 32) então, explica: “chamamos de ente muitas coisas e em sentido diversos. Ente é tudo de que falamos, tudo que entendemos,

Todo perguntar é um buscar. Todo o buscar tem sua direção prévia a partir daquilo que é buscado. Perguntar é buscar conhecer *que é e como é* um ente. O buscar este conhecer pode tornar-se um *investigar* ou por em liberdade e determinar aquilo porque se pergunta. O perguntar tem, enquanto *pergunta por* seu *aquilo porque se pergunta*. Todo perguntar por, é, de algum modo, *perguntar a...* Ao perguntar é inerente, além daquilo sobre que se pergunta, um *aquele a que se pergunta* (HEIDEGGER, 2005, p. 30).

Inerentemente ao perguntar, continua Heidegger (2005, p. 30), existe uma meta e uma especificidade teórica:

Na pergunta que investiga, ou seja, especificamente teórica, trata-se de determinar e traduzir em conceitos aquilo de que se pergunta. Nisto reside, como aquilo a que propriamente se tende, aquilo que se pergunta e em que o perguntar chega a sua meta. O próprio perguntar, quanto conduta de um ente, daquele que pergunta, tem peculiar caráter de ser.

Se, para o autor, essa busca assume direção própria a partir do que se procura, é imprescindível que se saiba perguntar. Complementarmente, a verdadeira pergunta (em todas) há “alguém que pergunta a alguém sobre alguma coisa” (HEIDEGGER, 2005, p. 31). No que tange à pergunta verdadeira, além disso, na perspectiva heideggeriana, há duas circunstâncias que a constituem: “certo saber e um *não-saber*” (ZILLES, 1994, p. 26). E isso pode ser compreendido sob lentes complementares. A primeira pressupõe que, se a meta é que a pergunta não seja somente retórica – que seja verdadeira – ainda não se sabe sobre o que se pergunta. A segunda, por sua vez, presume que para realizar uma pergunta, já se sabe sobre aquilo sobre o que se pergunta. Neste caso, “sem um *pré-saber*, [...] a pergunta ficaria sem meta, sem direção”. Assim, para que se possa perguntar, pergunta-se por algo (p.26). A pergunta, logo, carrega uma intencionalidade.

Seguindo esta compreensão da análise das perguntas (HEIDEGGER, 2005), no que tange ao *certo saber* e *não-saber* (que é onde gostaríamos de chegar neste momento), é importante que nos aproximemos do fato de que a

com que nos comportamos desta ou daquela maneira, ente é também o que e como nós mesmos somos. Ser está naquilo que é e como é, na realidade, no ser simplesmente dado [...], no teor e recurso, no valor e na validade, na presença”. Já o ser dos entes, por sua vez, exige conceituação própria – o sentido do ser – e “não é em si mesmo um outro ente” (p. 32). Com relação ao sentido do ser, na continuidade do texto, analisaremos em relação ao *pré-saber*.

perspectiva de *não-saber* motiva uma pergunta. Este *não-saber* é compreendido como um *ainda não-saber*. E disso decorre, “que o *não-saber* não é totalmente desconhecido”. Por quê? Porque este *não-saber* já é ciente – e aí se insere a ideia do que é determinado e do que é indeterminado: “aquilo que se pergunta já é conhecido de uma forma geral e indeterminada, mas ainda não em forma específica e determinada” (ZILLES, 1994, p. 26). Eis a meta do *não-saber* compreendido como um *ainda não-saber*.

Para que ocorra uma pergunta, o *não-saber* deve ser entendido como cômico, ou seja, “exige-se mais do que uma limitação de *saber* e *não-saber*”, para que nasça a pergunta, “exige-se um *não-saber* ciente, ciente de seu próprio *não-saber*”. Esta identificação “já ultrapassa os limites do seu saber em direção do *ainda-não-sabido*”, e, aqui, o *ainda* assume uma disposição imprescindível para a conotação de que “o *não-saber* é somente um *pré-sabido* de forma indeterminada” (ZILLES, 1994, p. 27).

E, neste sentido, é por essa razão, que a análise da pergunta assume um status importante nas reflexões atinentes às decisões sobre o ingresso no campo de pesquisa. Sobre o que encontraríamos, de alguma forma, existia a consciência deste *não-saber*, mas também de um *querer-saber* (intencionalidade), de onde afloraram as perguntas que fizemos inicialmente (reproduzimos as mais relevantes para o direcionamento que escolhemos no início desta seção).

No entanto, se foram concebidas a partir de um *não-saber*, por que deixamos que determinadas perguntas nos conduzissem para determinado campo, com determinados interesses? Veja, “em toda a pergunta está implicado certo *saber*, ainda que em forma de *pré-saber*”. Foi, então, no âmago deste *pré-saber* que buscamos um direcionamento ou um sentido para as perguntas. O *pré-saber*, em resumo, é condição para que a realização da pergunta seja possível: “[...] o próprio exercício da pergunta fundamenta a possibilidade de perguntar e, com isso, a real necessidade de um *pré-saber* como condição de sua possibilidade” (ZILLES, 1994, p. 27).

Logo, na perspectiva heideggeriana do *ser-no-mundo* do pesquisador e dos pesquisados, os quais encontraríamos no campo de pesquisa mesmo que o *ser* seja o conceito mais universal, pois é “constantemente presente em nossa vida cotidiana com o mundo, [...] é, simultaneamente, o mais obscuro, exigindo,

portanto, discussão e reflexão” (BRAGA, FARINHA, 2012, p. 65). Heidegger (2005, p. 32), explica de que forma “o ser está naquilo que é e como é, na realidade, no ser simplesmente dado, no teor e recurso, no valor e validade, na *pre-sença*¹⁰³, no que há”:

Na medida em que o ser constituiu o questionado e ser diz sempre ser de um ente, o que resulta como interrogado na questão do ser é o próprio ente. Este é como que interrogado em seu ser. Mas para se poder aprender sem falsificações os caracteres de seu ser, o ente já se deve ter feito acessível antes, tal como é em si mesmo. Quanto ao interrogado a questão do ser exige que se assegure e conquiste previamente um modo adequado de acesso ao ente (HEIDEGGER, 2005, p. 32).

Esse modo acontecimental de pensar o ser, proposto por Heidegger (2005), se apresenta como ontologia fundamental, uma nova¹⁰⁴ ontologia (para além do realismo e idealismo da velha tradição ontológica). Para, então, compreender (buscar compreender) o sentido do ser, Heidegger (2005), cria uma terminologia: *Dasein*¹⁰⁵ (BRAGA, FARINHA, 2012).

Entendendo *Dasein* como o modo de ser do homem, Heidegger (2005) propõe, por meio desta designação, evidenciar o modo como a questão do ser pode (e deve) ser colocada, não deixando de considerar “o ente que nós mesmos somos” (BRAGA, FARINHA, 2012, p. 66). Nesta perspectiva ontológica heideggeriana, interpretam Braga e Farinha (2012, p. 66), podemos compreender nosso modo de ser como um “tornar-se, vir a ser o que se é, em

¹⁰³ Para Heidegger (2005, p. 33) o termo *pre-sença* designa a “a possibilidade de questionar” que o ente possui em seu ser: “[...] a colocação explícita e transparente da questão sobre o sentido do ser requer uma explicação prévia e adequada de um ente (*pre-sença*) no tocante a seu ser”.

¹⁰⁴ Chauí (2000, p. 306) resume que a nova ontologia esforçou-se “para liberar a ontologia do velho problema deixado pela metafísica”: o dilema do realismo e do idealismo. Neste esforço, apresentado pelos filósofos que vieram após Husserl, a autora dá destaque ao trabalho de Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty. No que tange ao dilema entre realismo e idealismo, explica a autora, Husserl havia resolvido, resumidamente, a favor do idealismo, ou seja, “pelo papel preponderante que dera à consciência ou ao sujeito do conhecimento” (p. 30). Ela complementa suas contribuições reflexivas a partir do trabalho de Heidegger e Merleau-Ponty, ao recuperar que, estes dois últimos filósofos teorizaram no sentido de propor que tanto o realismo quanto o idealismo são “posições equivocadas”: “são “erros gêmeos”, cabendo à nova ontologia superá-los, isto é, resolver o problema Heráclito-Parmênides, Platão-Aristóteles, medievais e modernos, Kant e Husserl” (p. 30). Em caráter conclusivo sinótico, a nova ontologia, então, parte da seguinte proposição: “estamos no mundo e de que o mundo é mais velho do que nós (isto é, não esperou o sujeito do conhecimento para existir), mas, simultaneamente, de que somos capazes de dar sentido ao mundo, conhecê-lo e transformá-lo” (CHAUÍ, 2000, p. 31).

¹⁰⁵ Braga e Farinha (2017, p. 66) nos auxiliam a explicar o termo alemão: “*Dasein* é a palavra alemã utilizada para denominar ser humano, pressupõe presença que engloba o indivíduo no conjunto, como existente humano”.

uma relação íntima com o ser mesmo”. Concomitantemente a isso, “temos uma *relação-de-ser* com aquilo que viemos sendo, nos entendemos em nosso ser nós mesmos e somos abertura para aquilo que estamos sendo” (p. 66).

Em resumo, sobre o termo ontológico heideggeriano *dasein*, interpretam Braga e Farinha (2012, p. 66) que:

Evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade e aponta para a indiferenciação humana: somos no próprio movimento de realização de nossas possibilidades de ser. Ontologicamente o homem se configura como passado, cotidiano, presente e possibilidades futuras e, portanto, como um ser temporal que em essência se mostra como projeto, possibilidade.

Isso posto, com a ideia do que somos em movimento [para] as nossas possibilidades de ser, nos propusemos aqui, a um também movimento: do *ente* ao *dasein*, do *pré-saber* ao *ainda-não-saber*, do *perguntante* ao *ser-no-mundo*; objetivando, com isso, uma síntese do projeto da ontologia – filosofia heideggeriana, apresentada principalmente na obra *Ser e Tempo*, publicada pela primeira vez em 1927 (HEIDEGGER, 2005).

3.1.2 Modo de Conhecer Fenomenológico em Heidegger

A apresentação da síntese ontológica fundamental (necessidade de), proposta por Heidegger (2005) se explica pela articulação desta [ontologia fundamental] com a fenomenologia¹⁰⁶. Desse modo, para “o exame do sentido que assume a fenomenologia enquanto ontologia da compreensão, cujo instrumento é a hermenêutica da existência fáctica do homem”, é imprescindível um anterior “delineamento do projeto filosófico fundamental heideggeriano” (ZUBEN, 2011, p. 86).

A fenomenologia, por sua vez, assume especial importância para a ontologia das práticas (especialmente em Schatzki) – nossa lente teórica quando imergimos no campo de estudo. Por essa razão, em primeiro lugar, ao que

¹⁰⁶ Edmund Husserl (1859 – 1938) é considerado o pai da fenomenologia. Husserl nasceu na República Tcheca, mas estudou na Alemanha, onde foi professor de Martin Heidegger (1989-1976) – o próprio Heidegger corrobora esta afirmativa quando apresenta propostas para a compreensão da fenomenologia em *Ser e Tempo*, reforçando que estas investigações (Heidegger) acerca da fenomenologia, só foram possíveis a partir do trabalho anterior de Husserl: “[...] as investigações que se seguem são apenas possíveis na base estabelecida por E. Husserl, cujas investigações lógicas fizeram nascer a fenomenologia (HEIDEGGER, 2005, p. 69).

segue, abordaremos a fenomenologia¹⁰⁷ em Heidegger (2005), bem como alguns de seus desdobramentos, como a fenomenologia social de Alfred Schütz (2012); de relevante importância para, após, estabeleceremos vínculo teórico da fenomenologia com a ontologia das práticas (SCHATZKI, 1996, 1997, 2002, 2005, 2006, 2012).

Assim, considerando, em primeiro lugar, a abordagem fenomenológica heideggeriana apresentada em *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 2005), no que concerne com o ser e no que coincide com a ideia de fenomenologia, temos que o ser não pode ser demonstrado, mas mostrado. A ontologia como fenomenologia pressupõe, então, que o ser (ZUBEN, 2011, p. 92):

[...] não pode ser demonstrado, porque para isso seria necessário recorrer a algo mais geral que o próprio ser. O ser só pode ser mostrado. Esse processo de “mostração” do ser enquanto fenômeno primordial que se vela e se dissimula no aparecer dos entes coincide com o conceito de fenomenologia.

E esta relação Heidegger (2005, p. 69) muito bem nos explica ao apresentar a fenomenologia e a ontologia de forma diferente do que duas disciplinas filosóficas elencadas ao lado de quaisquer outras: “ambas [fenomenologia e ontologia] caracterizam a própria filosofia em seu objeto e em seu modo de tratar”. Na perspectiva do autor, resume, a “filosofia é uma ontologia fenomenológica”, donde também emerge sua universalidade (p. 69). É universal porque parte da “analítica da existência” – que é a “parte da hermenêutica da pre-sença” –, elucida Heidegger (2005). Com isso, teríamos as amarrações dos questionamentos filosóficos – desde o lócus de onde ele nasce, “brota”, até o seu “retorno” – conclui (HEIDEGGER, 2005, p. 69).

Isso posto, urge refletirmos fenomenologia e fenômeno em Heidegger. Sobre a fenomenologia, Heidegger (2005) chama a atenção para o fato de que não se trata nem de um “ponto de vista”, nem de uma “corrente” (p. 57). Para o autor, a fenomenologia, tal como apresentada em *Ser e Tempo*, é um “conceito de método”, ou seja, um modo de conhecer, que exprime “as coisas em si mesmas” (HEIDEGGER, 2005, p. 57):

¹⁰⁷ Começaremos com a compreensão provisória de fenomenologia de Heidegger, apresentada em *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 2005).

Não caracteriza a quiddidade¹⁰⁸ real dos objetos da investigação filosófica, mas o seu modo, *como* eles são. Quanto maior a autenticidade de um conceito de método e quanto mais abrangente determinar os princípios de uma ciência, tanto maior a originariedade em que ele se radica numa discussão com as coisas em si mesmas [...].

Disso decorre que Heidegger (2005), apresenta a fenomenologia como a ciência dos fenômenos. Deste modo, de tal concepção, emerge a relevância de compreendermos as noções de fenômeno e de logos heideggerianas. Para Heidegger (2005, p. 58), em apanhado necessário para a tese que se defende com estes escritos, fenômeno é “o que se revela, o que se mostra em si mesmo”. Complementarmente, para o autor, os fenômenos “constituem [...] a totalidade do que está à luz do dia ou se pode pôr a luz”. Na esteira desta proposição, o ente, por sua vez “pode-se mostrar por si mesmo de várias maneiras, segundo sua via e modo de acesso” (p. 58).

De modo complementar, imprescindível à compreensão de fenômeno, ainda podemos destacar a viabilidade de o ente se mostrar como “ele não é”. Por meio desta via de se mostrar o ente “se faz ver assim como...” (HEIDEGGER, 2005, p. 58). Na perspectiva de se fazer ver assim como, podemos destacar, orienta o autor, um novo modo de mostrar-se, chamado de “*aparecer, parecer e aparência*” (p. 58).

Pelo exposto, temos dois significados complementares para fenômeno, que se relacionam em sua estrutura. O primeiro, explica Heidegger (2005, p. 58), é o fenômeno como “o que se mostra”; o segundo, por sua vez, é o fenômeno como “aparecer, parecer e aparência”. Deste modo, para a compreensão do fenômeno, precisaremos considerar a interação recíproca de ambos na estrutura do fenômeno.

Essa compreensão, no entanto, não é tão simples como parece. Para a compreensão da trajetória ontológica da noção de práticas (SCHATZKI, 1996, 1997, 2002, 2005, 2006, 2012), considerando as transições necessárias (bem como críticas inerentes a) necessitamos refletir um pouco mais com Heidegger (2005). Assim sendo, inerentemente ao percurso reflexivo aqui proposto, dialogaremos, a seguir, acerca das noções de *manifestação*, e a explicação sobre *logos* – continuemos, pois.

¹⁰⁸ O mesmo que virtude, qualidade essencial (CHAUÍ, 2000).

Para Heidegger (2005, p. 59), “*manifestar-se é um não mostrar-se*”. Como se explica isso? Considerando a ideia de sintoma e doença, citada pelo filósofo, podemos ampliar seu exemplo, para pontuar a ideia implícita no manifestar-se quando o mesmo que um não mostrar-se. Uma dor de cabeça, por exemplo, pode ser sintoma (e manifestação) de uma gama de doenças que naquele momento não se mostram pela sensação da dor. Da miopia ao câncer, há uma miríade de possibilidades não mostradas de doenças associadas à manifestação da dor. A manifestação, assim, não significa um mostrar-se no sentido do fenômeno, mas “só é possível com base no mostrar-se de alguma coisa”. Uma ressalva importante: “esse mostrar-se não é a própria manifestação”. Da relação manifestação, fenômeno, em suma, defende Heidegger (2005, p. 59): “fenômenos nunca são manifestações, toda a manifestação é que depende de um fenômeno”.

Outrossim, a função de *logos* para Heidegger (2005, p. 59) “reside num puro deixar e fazer ver, deixar e fazer perceber o *ente* [...] *logos* pode significar razão, [...] aquilo que em toda a interpelação e discussão já está presente como fundo e fundamento”. Adicionalmente, *logos* pode significar aquilo que “pode ser interpelado como algo que se tornou visível em sua relação com outra coisa, em seu “relacionamento”, por isso *logos* assume a significação de *relação* e *proporção* (p. 60).

A partir das noções de fenômeno e *logos*, chegamos a ideia de fenomenologia heideggeriana. Com relação a isso, temos que os modos de conhecer, o método fenomenológico, implica em “deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo” (HEIDEGGER, 2005, p. 65). E, com este esboço, chegamos ao ponto nodal da explicação do método fenomenológico, que nos interessará à discussão das práticas em (SCHATZKI, 1996, 1997, 2002, 2005, 2006, 2012): Heidegger (2005, p. 65) assim resume o conceito fenomenológico de fenômeno:

[...] a fenomenologia é a via de acesso e o modo de verificação para se determinar o que deve constituir tema da ontologia. A ontologia só é possível enquanto fenomenologia. O conceito fenomenológico de fenômeno propõe, como o que se mostra, o ser dos entes, o seu sentido, suas modificações e derivados.

Na esteira do exercício de verificação para o que deve ser tema da ontologia, a fenomenologia, assim, resulta em **interpretação**. Isso significa que da própria investigação (sobre a questão do ser) “resulta [...] o sentido metódico da descrição fenomenológica” – “a interpretação”¹⁰⁹.

Isso posto, na reconstituição da presença da ontologia heideggeriana na concepção de práticas em Schatzki (1996, 1997, 2002, 2005, 2006, 2012, 2017), encontramos ressonâncias diversas e, algumas dessas, tentaremos reconstruir aqui, na medida em que nos auxiliam a destacar a fenomenologia¹¹⁰ como um modo de conhecer que perpassará a análise da noção de prática. As principais referências de Schatzki às proposições de Heidegger (além de Schütz e Wittgenstein), nos auxiliarão a estabelecer nexos reflexivos para a compreensão da ontologia das práticas, a qual inspirou nossa entrada no campo de pesquisa.

Deste modo, revisitamos alguns textos em que Schatzki retrata sua leitura da fenomenologia heideggeriana, do que – passível de interpretação – inferimos que influenciou, dentre outros, sua proposição para a prática social. Tal noção de prática pode ser compreendida, então, enquanto fenômeno social, com destacado lugar para a análise do social, então formado pela rede de nexo de práticas e de arranjos materiais. Dentre os textos, destacamos: *Practices and peoples* (SCHATZKI, 2017); *Early Heidegger on Sociality* (SCHATZKI, 2005); *Social Practices: A Wittgensteinian Approach to Human Activity and the Social*; (SCHATZKI, 1996); *The Site of the Social: A Philosophical Account of the Constitution of Social Life and Change* (SCHATZKI, 2002); *The practice turn in contemporary theory* (CETINA, SCHATZKI, SAVIGNY, 2005).

Ao relacionar práticas e pessoas (os que praticam), e analisar, de modo geral, práticas e pessoas como “fenômenos reais, dependentes e corresponsáveis pela vida social”¹¹¹ (SCHATZKI, 2017, p. 26), o autor ecoa (nas palavras dele), a ontologia fundamental heideggeriana ao considerar a natureza da relação entre práticas e pessoas também uma questão fundamental, por meio

¹⁰⁹ Ampliaremos o debate acerca da interpretação fenomenológica na seção de análise, na sequência do texto.

¹¹⁰ Na medida em que avançarmos no desenvolvimento desta parte da tese, para a apresentação do argumento que defenderemos nos capítulos que seguem, bem como na perspectiva de análise dos dados (fenomenologia interpretativa), seguiremos este curso fenomenológico.

¹¹¹ Tradução nossa.

da análise da ação e do modo de vida das pessoas (HEIDEGGER, 2017, p. 26-27):

As ações são componentes de uma prática em virtude de expressar elementos da organização da prática. As organizações práticas são, portanto, um princípio organizador da ação. As ações também são componentes da vida das pessoas em particular. As pessoas são, assim, um [...] princípio organizador da ação. Práticas e pessoas são princípios de ordenação distintos, nenhum [...] pode ser reduzido ao outro. Uma dada ação é ao mesmo tempo um componente de alguma prática e parte de alguma vida. É imediatamente realizado por alguém e parte de uma variedade de ações realizadas por pessoas diferentes que são governadas por uma organização comum. Portanto, tanto pessoas como práticas existem. De fato, nenhum dos dois pode existir sem o outro. [...] ecoando Heidegger, a igualdade de práticas e pessoas, a natureza da relação entre práticas e pessoas é uma questão fundamental. [Assim] sobre essa relação: as pessoas realizam as ações que compõem as práticas e as práticas são o contexto no qual as pessoas passam a ser.

A citação replicada acima, é um fragmento de *Practices and peoples*, texto no qual Schatzki (2017) faz referência à questão fundamental do ser heideggeriana para introduzir pessoas e práticas – e a natureza da reciprocidade e imbricamento desta relação também como uma questão fundamental na introdução da noção de prática enquanto fenômeno social. Importante considerar aqui que embora tenha escolhido como unidade de análise para esta reflexão somente pessoas e práticas¹¹², o autor defende que a teoria das práticas não contempla uma abordagem unificada de pensamentos (e no que tange às diferenças se coloca ao lado de teóricos da prática como Bourdieu, Giddens, Taylor, Reckwitz, Gherardi, Kemmis; em grupo oposto ao de Shove, por exemplo), mas todas elas, de alguma forma, abrangem ações e atividades. Outra ressalva inerentemente importante de se recuperar deste texto de Schatzki (2017) é a de que alguns teóricos das práticas consideram a ação para determinada prática também de entidades não-humanas, no entanto; para a análise apresentada ele considerou a conjunção apenas de práticas e pessoas, em uma mesma realidade.

Schatzki explica que “as práticas compreendem ações de pessoas diferentes, ao mesmo tempo, cada pessoa tem a sua vida própria”. Com essa lente, poder-se-ia compreender a vida humana como “sequência de condições

¹¹² Conforme proposta de reflexão apresentada no artigo “Practices and peoples” (SCHATZKI, 2017).

de vida às vezes sobrepostas (ações, estados de consciência, emoções, estados conativos e cognitivos)” – isso pertenceria às pessoas que expressariam de forma diferente, “a partir de contextos diferentes das situações mundanas” (SCHATZKI, 2017, p. 28).

Em suma, por meio desta lente, podemos “compreender sequências de ações [...] pelo menos praticamente todas as quais são, ao mesmo tempo, componentes de alguma (s) prática (s) ou outra (s)” (p. 28). Neste sentido, pessoas e práticas são agudamente interdependentes, e os aspectos do intrinsecamente humanos, tais como “agência, emoções e teleologia” também apresentam implicações nas práticas. Assim pensando, (SCHATZKI, 2017, p. 41) explica que grande parte dos “fenômenos que acontecem como parte de ou dependem de práticas são o produto de conjuntos de pessoas e práticas”. Para ilustrar tal argumento, replicamos os exemplos elencados pelo autor: “são interações, inteligibilidade mútua, disseminação de conhecimento e de ideias, bem como experiência sensorial e estética”.

Dessa maneira, Schatzki (2017) acaba por defender uma ontologia de que pessoas e práticas são reais. E a centralidade deste argumento, está alicerçada, explica ele, em “realidades que interagem e são mutuamente dependentes”. Considerando esta isonomia analítica, a teoria social, assim pensada, deve contemplar ambos (pessoas e práticas – e a pluralidade de relações que aí se engendra) no que tange à composição da vida social.

Já em *Early Heidegger on Sociality* (Os primórdios de Heidegger na sociabilidade)¹¹³, Schatzki (2005) identifica Heidegger (1889-1986) como um filósofo adiantado na discussão da sociabilidade em seu tempo. Deste modo, Schatzki (2005, p. 233), embora considere que Heidegger (1927, 2005) tenha explorado em seus primeiros escritos teses fundamentalmente baseadas em “intencionalidade, verdade e mundo”, também pode ser associado ao debate da sociabilidade a partir de suas críticas ao modelo cartesiano¹¹⁴ de compreensão de mundo.

¹¹³ Tradução nossa.

¹¹⁴ Com relação ao modelo cartesiano, Battisti (2010, p. 576), resume: “o racionalismo cartesiano tem como uma de suas marcas mais profundas a de que tudo o que é passível de ser pensado e conhecido deve ser transparente à faculdade ou ao sujeito que pensa ou conhece. Conhecimento significa, de início, domínio e manipulação das coisas pela capacidade de conhecer”.

Ao defender que inscrever a sociabilidade na obra de Heidegger (2005, por exemplo), é produto de interpretação dos leitores da filosofia heideggeriana (“um desafio interpretativo”), Schatzki (2005) se insere nesta atividade interpretativa, defendendo seu argumento a partir da proposição heideggeriana de *Dasein*. Schatzki (2005, p. 233) explica que a sociabilidade pode ser apreendida da compreensão de *Dasein* porque Heidegger (2005) o designa como uma “entidade que cada um de nós é, não é um sujeito que é encapsulado em sua própria esfera em oposição ao mundo objetivo”.

Neste texto, ainda, Schatzki (2005) interpreta que a socialidade em *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 2005), “é tratada somente como uma característica da vida individual” (p. 233). Schatzki (2005, p. 233) recupera que Heidegger (2005) “começa afirmando que a essência da entidade que cada um de nós é reside na existência”; logo, retoma ele sobre a ontologia heideggeriana, “suas características ontológicas, portanto, são estruturas de existência”. Mais do que isso, Schatzki (2005) entende que Heidegger (2005) desarvora do solipismo¹¹⁵ ao entender a relação social como ontologicamente (e estruturalmente) inerente à intencionalidade. Vejamos, então, como Schatzki entende a socialidade em Heidegger.

Heidegger (2005), então, “se volta para analisar a estrutura fundamental da existência: ser-no-mundo [...] (SCHATZKI, 2005, p. 233) – a qual já discutimos nas duas seções anteriores, no entanto, nosso intento agora é compreender a leitura de Schatzki para acompanhar seus modos de conhecer *a priori* no que tange às inspirações para as proposições da noção de prática enquanto fenômeno social. Continuando, Heidegger (2005), então, “após o extensivo tratamento dessa estrutura”, na continuidade de *Ser e Tempo*, “anuncia [...] o ser-no-mundo como uma estrutura constitutiva da existência – é ser-com (*Mitsein*)”. Desta forma, no que tange à compreensão da existência humana, esta é “essencialmente estar-no-mundo. É igualmente, essencialmente, estar com” (SCHATZKI, 2005, p. 233). Esta estrutura constitutiva da existência, a perspectiva do ser-com, proposta por Heidegger, advém da tradução da palavra

¹¹⁵ “(do lat. solus: só, e ipse: ele mesmo) Termo de sentido negativo, e até mesmo pejorativo, designando o isolamento da consciência individual em si mesma, tanto em relação ao mundo externo quanto em relação a outras consciências; é considerado como consequência do idealismo radical. Pode-se dizer que a certeza do *cogito cartesiano leva ao solipsismo, que só é superado apelando-se para a existência de Deus” (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 260).

mitsein, o que Schatzki (2005) traduz como coexistência. E, no texto *Early Heidegger on Sociality*, sobre o qual falamos, Schatzki (2005, p. 234) trata coexistência e socialidade como sinônimos:

Segundo Heidegger, conseqüentemente, a existência humana é essencialmente social; uma característica essencial de uma vida individual é que outras vidas a suportam. Vale ressaltar que Heidegger não defende a essencialidade do ser-com, nem o deduz ou infere de outros fatos ou fenômenos. Sua essencialidade é um pressuposto experimentalmente informado que, como ser-no-mundo, prova sua coerência com base na perspicácia das análises fenomenológicas interpretativas realizadas.

Recuperando, a partir disso, a ideia de *Dasein* heideggeriana, Tonin (2015), buscando compreender a socialidade do *Dasein*, podemos depreender que o *Dasein* “sempre compreende o outro como outro” (p. 72). Sobre isso, Schatzki (2005, p. 235), explica que os comportamentos todos, se analisados nesta perspectiva heideggeriana, para com os outros, tem a característica de ser *Fürsorge*¹¹⁶.

Em suma, Schatzki (2005) conclui que Heidegger (2005) oferece uma base ontológica robusta para a teoria social, a partir da coexistência e do indivíduo (um). Isso porque Heidegger (2005) trata a “socialidade como uma característica essencial da existência individual: qualquer indivíduo, meramente por existir, está envolvido em um tecido de convivência com os outros” (SCHATZKI, 2005, p. 245). Schatzki (2005) defende a introdução da socialidade na ontologia fundamental heideggeriana uma vez que “o *Dasein* é lançado na publicidade do um, onde ele prossegue, pensa e experimenta como os outros, e o *Dasein* e os outros são mutuamente acessíveis” (p. 245).

Logo, no entendimento de Schatzki (2005, p. 245) “a existência cotidiana de um indivíduo está entrelaçada, aberta e direcionada para os outros” no que tange às proposições da ontologia do ser heideggeriana. Nesta senda, Schatzki também comenta que, mesmo que Heidegger (2005) tenha proposto uma

¹¹⁶ Ao analisar a socialidade impessoal do *dasein* na analítica de Ser e Tempo, Tonin (2015, p. 71) nos auxilia a entender o termo *fürsorge* utilizado por Heidegger (2005) e replicado por Schatzki (2005): “Heidegger faz uso de um termo técnico para caracterizar os comportamentos para com outros. O que ele chama de solicitude [*Fürsorge*], que é justamente um termo para diferenciar o comportamento para com outros dos comportamentos com os utensílios de ocupação [*Besorgen*]. Em *Ser e Tempo*, Heidegger (2005) faz uma distinção nítida desses comportamentos”. Assim sendo, em análise ampliada, explica Tonin (2015, p. 71), “[...] a palavra *Fürsorge* tem um uso corriqueiro na língua alemã, que significa assistência social. Na analítica, esse termo denota uma estrutura existencial, a natureza dos comportamentos para com outros” (p. 72).

“análise fenomenológica amplamente convincente da socialidade individual”, isso não desqualifica estas contribuições como elementos para o desenvolvimento de “uma ontologia social” (p. 245).

Para defender a ideia de que Heidegger ofertou elementos para o desenvolvimento de uma ontologia social, Schatzki (2005, p. 245), replica o próprio Heidegger (2005, p. 333): se “estar-com-um-outro é estar-com-um-outro em um mundo, estar-com-um-outro molda diferentes possibilidades de comunidade assim como de sociedade”, uma ontologia social, com fundamentação nos escritos heideggerianos, poderia ser considerada em instância não individualista (última), entende Schatzki (2005).

Isso pode ser justificado, acrescenta Schatzki (2005, p. 246), de modo que a análise da ontologia individualista seja compreendida como ponto de partida:

Poder-se-ia, portanto, apropriar das análises de Heidegger para uma ontologia individualista e argumentar que todos os fenômenos sociais estão fundamentados no encontro e entendimento mútuos dos indivíduos na publicidade de formas comuns e normativas de proceder, pensar e experimentar num mundo comum.

No entanto, Schatzki (2005) reconhece que a análise heideggeriana dá noções incipientes (insuficientes) acerca da coexistência que relaciona os indivíduos e que, para uma ontologia social, seria necessário complementar a fenomenologia heideggeriana com uma análise mais aprofundada, por exemplo, dos modos de coexistência. Para tanto, o autor sugere que seria necessário “transcender às ideias da fenomenologia monádica¹¹⁷, com teorizações que

¹¹⁷ Schatzki (2005, p. 245) explica que críticas são direcionadas à socialidade em Heidegger, na medida em que indicam o caráter monológico e monádico de sua análise. Para a análise dos primórdios da socialidade nos escritos de Heidegger (2005), Schatzki diz que o caráter monológico se apresenta como irrelevante. Cabe-nos, sucintamente explicar que monológico, se refere ao que é individual, ao que segue uma lógica individual (LUFT, 2006; JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006). Por outro lado, para a discussão acerca da socialidade, a monacidade é relevante, sustenta Schatzki (2005, p. 245): “Heidegger analisa não a socialidade *per se*, mas a socialidade da existência individual”. Neste sentido, como supracitado, apesar de apresentar uma análise fenomenológica densa da socialidade individual, Schatzki (2005) não considera que isso desqualifique possíveis contribuições heideggerianas para uma ontologia social. Cabe-nos, também, avançar um pouco mais na compreensão do que pressupõe a fenomenologia monádica: Husserl, sobre quem já falamos, professor de Heidegger, em sua fenomenologia enfatizou o indivíduo monádico. Sobre este último, recuperamos explicação de Silveira (2010, p. 16): No que tange à fenomenologia husserliana, então, para o entendimento da “subjetividade transcendental”, Husserl se baseia na unidade e totalidade do “eu monádico”. Com vistas a elucidar a compreensão do *eu monádico*, replicamos nota explicativa que sintetiza a reflexão husserliana sobre o tema: [...] “este conceito Husserl extraiu da filosofia de Leibniz e lhe atribuiu outro sentido. A mônada em Husserl não é uma substância atômica, como se representasse sozinha o mundo e se bastasse a si mesma, não se comunicando com outras mônadas [...] Todavia, sua noção de *Eu monádico* coincide com o pensamento leibniziano pelo fato do termo

envolvam a análise do contexto nos quais as vidas individuais prosseguem”, pois para ele, estas vidas individuais são como são também como resultado de um contexto maior no qual elas acontecem (SCHATZKI, 2005, p. 246). Neste ponto, Schatzki (2005) complementa que pensaria este contexto na qual elas ocorrem como um nexo de práticas¹¹⁸ – o que corrobora a relevância de revisitar a noção de prática em Schatzki, tendo como ponto de partida os seus modos de conhecer. Tão indelével quanto Heidegger, Alfred Schütz¹¹⁹ e Ludwig Wittgenstein¹²⁰ promanam como influências proeminentes no trabalho de Theodore Schatzki.

3.1.3 Fenomenologia Social de Schütz

Em continuidade, então, ao nosso objetivo de conhecer os pensamentos e pensadores que arvorecem no trabalho Schatzki, recuperaremos algumas das principais reflexões da chamada fenomenologia social, desenvolvida por Alfred Schütz. De ensejo, no que tange ao trabalho do Schütz, é imprescindível que se

em questão ser empregado, de acordo com Depraz (2007, p.119), para “designar a unidade concreta e um devir do ego, atravessada pelos hábitos, sedimentada por sua história e intrinsecamente temporal” (SILVEIRA, 2010, p. 16).

¹¹⁸ Para Schatzki (2002) o social, melhor dizendo, o lugar do social, deve ser compreendido como um nexo de práticas humanas, além de arranjos materiais (trataremos mais disso na sequência do texto).

¹¹⁹ Alfred Schütz (1899-1959), filósofo e sociólogo austríaco, assim como Heidegger, também estudou Husserl. Wagner (1979) explica que o trabalho de Schütz “constitui a estrutura de uma sociologia baseada em considerações fenomenológicas” (p. 03). Em breve referência biográfica, Souza (2012), Schütz nasceu em Viena, morreu em Nova York, e “propôs uma síntese entre sociologia e fenomenologia de forma abrangente e sistemática” (p. 05). Wagner (1979) narra que enquanto ainda vivia na Áustria, Schütz “estabeleceu as bases para uma sociologia fenomenológica” (p. 01), e as principais contribuições do filósofo e sociólogo “promanam de uma síntese crítica da fenomenologia de Husserl e da sociologia do entendimento de Max Weber”. Disso decorre o protagonismo das experiências humanas na proposição teórica de Schütz, como resume Wagner (1979, p. 01): “tal síntese foi elaborada na base de que todo o conhecimento humano tem sua fonte irreduzível nas experiências imediatas do indivíduo consciente e ativo”.

¹²⁰ Ludwig Wittgenstein (1889-1951), filósofo austríaco, nasceu em Viena, em 26 de abril de 1889. Hübner (1990), em epitome biográfica, narra que Wittgenstein, autor da célebre “doutrina do silêncio”: “Sobre aquilo que não se pode falar é melhor silenciar” (frase final do livro *Tractatus logico-philosophicus*), foi um pensador importante da filosofia do século XX: “Com ele começa a era da filosofia analítica, [...] publicou duas obras durante toda a sua vida: O Tratado (1922) e o Dicionário para as escolas primárias (1926) [...]” (HÜBNER, 1990, p. 195). Mais pormenorizadamente, em *O tratado* (1992), sua obra mais famosa, publicada com o título de *Tractatus logico-philosophicus*, Wittgenstein, “faz distinção entre o mundo da razão e das ciências naturais [...] daquilo que não pode ser entendido de forma racional [...]”. Deste modo, Wittgenstein propôs que “as questões mais importantes da vida humana se encontram fora do alcance da linguagem” (HÜBNER, 1990, p. 196). Com isso, Wittgenstein contribuiu sobremaneira para o entendimento da linguagem como constituinte da realidade, na medida em que a linguagem concomitantemente é produtora e produto desta realidade.

reconheça que, embora ele não tenha sido o primeiro filósofo a propor uma síntese da sociologia com a fenomenologia, ele foi o primeiro a realizar este trabalho de forma contundentemente sistemática e abrangente (WAGNER, 1979).

Dessa forma, adentrando no trabalho de Schütz, Schröder (2006), explica que o autor realizou uma análise aprofundada do “mundo da vida”, teorizando a partir de uma “sociologia interpretativa” (SCHÜTZ, 2012, 1993, 1973, 1971a, 1971b). Imergindo na análise de Schütz sobre a forma como vivemos, é indispensável que pensemos a “realidade interpretada”, uma vez que este mundo (que é um mundo de sentido), “não representa uma realidade objetiva”. Ademais, ao passo que esta realidade interpretada é “válida intersubjetivamente” nossa vida não ocorreria em um único “*uni-verso*”, mas em “*multi-versos*” – com diferentes possibilidades epistemológicas (SCHRÖDER, 2006, p. 02). Se Schütz (2012) interessou-se pela “estrutura do mundo do sentido comum da vida cotidiana”, ainda neste início de imersão “alfrediana”, é possível, mesmo que de maneira embrionária, chamar à cena, ressonâncias deste modo de pensar a vida e a realidade de forma plural e passível de interpretação na noção de prática proposta por Schatzki.

Para avançarmos, precisamos conhecer um pouco mais sobre os escritos de Schütz – esta é uma questão irrefutável (até porque não abriríamos uma nova subseção para assentar dois parágrafos introdutórios sem, ao menos, chegar ao autor seminal). Não faríamos isso. No entanto, cabe-nos, oportunamente, uma elucidação justificativa: mesmo que, de alguma forma, em vários momentos, tenhamos hesitado em desenvolver a tessitura de método, modos de conhecer, com densidade teórica fadigosa, entendemos a exigência deste processo para nossa criação fundamentada, estruturada nos capítulos que seguem.

Eis uma nova esclarecimento para a elucidação supracitada: se nos propuséssemos a defender um argumento de tese que visa a revisitar a noção de práticas proposta por Schatzki, a partir de um campo de pesquisa (de um campo prático) múltiplo, difuso – no qual diferentes fenômenos complexos interagem reciprocamente –, sem recuperar, pelo menos, parte das influências de Schatzki (do que ele leu, refutou, interpretou) em seu percurso de teorização do que foi o nosso ponto norteador de análise em campo – práticas enquanto

fenômeno social –, possivelmente a tese a que nos propusemos a argumentar soçobriria em meio a uma frágil ancoragem.

Complementarmente, precisamos, alongando um pouco mais o parêntese proposto, desvelar o que fomos percebendo como fragilidade, vulnerabilidade, em perspectiva analítica adscrita ao processo de escrita *per se* – da ação de escrever. Essa aparente vulnerabilidade, entendemos, pode ser depreendida [ao mesmo tempo em que produz e é produto de] de uma construção de redação de tese que vincula contexto, base teórica, e posterior engendramento ligeiro com a metodologia de pesquisa – dada a performance naturalizada na pesquisa aplicada, da área de Administração, de forma geral.

Não conseguimos, desta forma, sumular esta transição, especialmente porque entendemos que estamos realizando uma tentativa de escrita epistemológica – e, aqui, a palavra tentativa, corrobora a autenticidade deste processo reflexivo (que, neste momento, assume um caráter de descoberta, de criação, de busca pelo compreender, especialmente singular, inesperado e humano). Independentemente da longa trajetória de significados que me¹²¹ trouxeram a esta cadeira amarela, neste dia nublado de novembro, para escolher, letra por letra, o que digitar com determinada significação subjetiva, em um código outrora convencionado, na dicotômica objetividade cinza do teclado do meu campo de observação; antes de aqui sentar, eu não sabia que escreveria da forma como agora escrevo.

E a autenticidade da tese aí se aninha – a escrita epistemológica é realizada dessa maneira visualmente prematura – que floresce de um fazer, do tipo do que se faz pela primeira vez – de quem, de forma quase pueril, se ofereceu para esta experiência paradoxalmente destrutiva e construtiva. Agora, a cadeira amarela, na qual também aninho a intensidade reflexiva de viver esta experiência, agora cunhada de primeira vez, quase assume uma subjetividade compartilhada com este meu processo. De alguma forma, sinto que, ao compartilhar a ontologia da minha prática, da minha tentativa e da minha defesa do porquê compreendo como tentativa (somentel!); da minha relação de

¹²¹ Com velocidade abissal, pedimos licença para mudar a pessoa que escreve. Não que esta primeira pessoa que emerge inesperadamente tenha feito imergir todas as forças apresentadas no epílogo. O problema é a cadeira amarela (ou a salvação momentânea).

companheirismo com a cadeira amarela, assumo estar vivendo uma experiência autêntica.

A tentativa de experiência e a busca pela autenticidade deste exercício é que fundam a minha defesa para um texto um tanto quanto “alargado” e “encomprido”, como tendemos a compreendê-lo em alguns intervalos. Réplica: as relações interdisciplinares que atravessaram o nosso caminho complexificaram a ação deste escrever, escolher e abstrair com vistas a [tentar] resguardar a congruência epistemológica do nosso trabalho. Por essa razão, os modos de conhecer – o método – deste processo de escrita e proposição se constituem como indelevelmente inerentes à tese que defendemos.

Da cadeira amarela e da licença concedida à primeira pessoa, voltemos (nós) à sociologia interpretativa de Schütz. Começamos, então, ressaltando a importância que a fenomenologia de Edmund Husserl teve no trabalho de Schütz. Depois, conforme nos explica Walter (1979, p.04), Schütz, a base do pensamento do autor, no que tange à tarefa de confrontação da filosofia com uma “visão sociológica”, também está alicerçada na “sociologia da ação e da compreensão de Max Weber”.

Em momento posterior, interessa-nos recuperar, Schütz teve outras inspirações, tal como elenca Walter (1979, p. 04): “Henri Bergson, William James, Max Sheler” (fase inicial); “John R. Dewey, George Herbert Mead, Charles Horton Cooley, William I. Thomas” (fase posterior). Estes, somados às proeminentes influências de Husserl e Weber, levaram Schütz a desenvolver “um sistema completo e autossuficiente de pensamento e procedimentos sociológicos” (WALTER, 1979, p. 04).

Logo, para que possamos compreender a ressonância do pensamento de Schütz em Schatzki, é indispensável que compreendamos as bases fenomenológicas do trabalho de Schütz, como ponto de partida. No entanto, tendo em vista a dinâmica relacional da proposta de Schütz, não poderemos fazê-lo sem pontuar também, mesmo que sucintamente, elementos da base sociológica de seu trabalho. Com este propósito, assim, cabe-nos recuperar proposições gerais do primeiro livro de Schütz, “*Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*”, que em inglês fora publicizado com o título “*The phenomenology of the social world*”, publicado pela primeira vez em 1932. Neste trabalho, Schütz (2007) apresenta uma fenomenologia do mundo social, confrontando a

fenomenologia transcendental de Husserl¹²² e a Sociologia Compreensiva de Weber¹²³, para apresentar uma síntese crítica (WALTER, 1979).

O interesse de Husserl residia no desenvolvimento de uma filosofia livre de “pressuposições” (WALTER, 1979). Podemos considerar, assim, que da lente fenomenológica, o ponto de partida que interessa ser considerado são “as experiências do ser humano consciente, que vive e age em um “mundo” que ele percebe e interpreta e que faz sentido para ele”. Nesta relação com o mundo, a partir de uma perspectiva husserliana, há de se destacar a intencionalidade espontânea no que tange à “consciência que, para o autor, é sempre consciência de alguma coisa” (p. 07). A redução fenomenológica husserliana, assim chamada, parte da supressão da perspectiva de um mundo exterior, ou seja, este mundo é colocado entre parênteses (WALTER, 1979).

¹²² E aqui replicamos verbete do dicionário filosófico (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 137): Husserl (1859-1938) criador da *fenomenologia, nasceu em Prosznitz, na Morávia (atual República Tcheca), tendo estudado matemática e filosofia nas Universidades de Leipzig, Berlim e Viena, onde sofreu a influência de *Brentano. Foi professor nas Universidades de Halle (1887), Göttingen (1906) e Freiburg (1938). Sua filosofia desenvolveu-se inicialmente como uma reação contra o psicologismo e o naturalismo, então largamente dominantes nos meios acadêmicos alemães. Conservou da influência de Brentano a retomada do conceito aristotélico de *intencionalidade, entendido aqui como a direção da consciência ao objeto, ao real, que é definidora da própria consciência e que será um dos conceitos-chave de sua teoria fenomenológica. Sua obra *Ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica* (1913) propõe a fenomenologia como uma investigação sistemática da consciência e de seus objetos. Segundo Husserl, os objetos se definem precisamente como correlatos dos estados mentais, não havendo distinção possível entre aquilo que é percebido e nossa percepção. A experiência inclui, entretanto, não só a percepção sensorial, mas todo objeto do pensamento. A filosofia de Husserl é assim uma forma de idealismo transcendental, fortemente influenciada por Kant, uma tentativa de descrição fenomenológica da subjetividade transcendental, dos modos de operar da consciência. Foi grande a influência de Husserl na filosofia contemporânea, especialmente na Alemanha, onde Heidegger e Scheler foram seus discípulos, e na França, mais diretamente com o desenvolvimento de uma filosofia fenomenológica (*Merleau-Ponty) e indiretamente com o *existencialismo. Suas obras mais importantes são: *Filosofia da aritmética* (1891) e *Investigações lógicas* (1900-1901) da chamada fase “pré-fenomenológica”, *A filosofia como ciência rigorosa* (1910-1911), *Ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica* (1913), *Lógica formal e transcendental* (1929), *Meditações cartesianas* (1931), *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental* (1936).

¹²³ Por óbvio, Webber e sua sociologia compreensiva somente aparecerão neste texto em ressonância ao que escreveu Schütz. Também do dicionário filosófico (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 281): “(1864-1920) Filósofo e sociólogo alemão (nascido em Erfurt), estudou nas Universidades de Heidelberg, Berlim e Göttingen, e foi professor em Freiburg (1894-1895) e Heidelberg (1895-1897), abandonando a atividade acadêmica devido a sua saúde frágil. É um dos principais responsáveis pela formação do pensamento social contemporâneo, sobretudo do ponto de vista metodológico, quanto à constituição de uma epistemologia das ciências sociais que, segundo sua visão, devem ter um modelo de explicação próprio, diferente do das ciências naturais. É de grande importância sua distinção entre a razão instrumental e a razão valorativa, sendo que os juízos de valor não podem ter sua origem nos dados empíricos. Em sua análise da formação da sociedade contemporânea, Weber investigou os traços fundamentais do Estado moderno, da sociedade industrial que o caracteriza e da burocracia que tem nele um papel central”.

Na esteira deste pensamento, quando “restam processos da consciência humana e seus objetos intencionados”. E, nesta instância, estes objetos “já não são considerados como objetos no mundo exterior, mas como unidades de sentido ou de significado do mundo interior do indivíduo consciente”, explica Walter (1979, p. 08), com base na fenomenologia husserliana. Essa ideia de redução psicológica husserliana, acena para um mundo de experiências humanas caracterizado por “aparências aperceptivas da mente humana” – considerando aí, “os significados intencionados correspondentes”. Há que se revelar uma central preocupação com a experiência subjetiva (WALTER, 1979, p. 08).

Concluiremos as principais referências ao pensamento de Schütz, mas, antes disso, seria leviano deixarmos de visitar os escritos seminais da fenomenologia husserliana. Husserl (1990, p. 24), quando reflete sobre o primeiro grau da consideração fenomenológica, coloca em questão, em dúvida, todo o conhecimento, propõe o primeiro grau de clareza, lançando mão do par de conceitos *imanência* e *transcendência*: “o imanente ingrediente ou, o que aqui significa o mesmo, o adequadamente dado em si mesmo é inquestionável, e que é permitido utilizar” – explica o autor. Por outro lado, a ideia de transcendente para Husserl (1990, p. 24), compreendida como “o não inclusamente imanente”, não se apresenta como lícita para utilização, logo, ele propõe uma redução fenomenológica, com a exclusão das posições compreendidas como transcendentais: “tenho de levar a cabo uma redução fenomenológica, uma exclusão de todas as posições transcendentais” (p. 24).

Para evitar um deslocamento do problema (“entre a explicação científico-natural (psicológica) do conhecimento como facto natural e a elucidação do conhecimento quanto às possibilidades essenciais da sua efectuação”) (HUSERL, 1990, p. 25), que na perspectiva de Husserl (1990) é errôneo, é necessária uma redução fenomenológica com vistas a “conservar constantemente no pensamento o sentido da pergunta” (p. 25). O autor, então, explica que essa redução seria alcançada se atribuíssemos ao transcendente – o que não é “dado imanentemente” – o índice zero. Husserl (1990), então explica que o sentido do princípio (genuíno) está em “permanecer junto das coisas”, somente sendo permitido “dispor de todas as ciências enquanto fenômenos” – o que as dilui enquanto “sistemas de verdades vigentes” (p. 26).

Complementarmente, no segundo grau da consideração fenomenológica, com vistas a clarificar a investigação fenomenológica, Husserl (1990) propôs que a “*cogitatio* cartesiana necessita de redução fenomenológica” (p. 26). O que isso significa? Nas proposições husserlianas neste segundo grau de consideração fenomenológica, “o homem no tempo mundano [...] não é um dado absoluto”, desta forma, conclui Husserl (1990, p. 26) “a vivência enquanto vivência” também não o é. Com isso, ele abandona o “solo da psicologia, inclusive da psicologia descritiva”. Junto a isso, ele entende que a *abstração ideativa* pode nos “fornecer universalidades inteligíveis, espécies, essências [...]”, uma vez que almejamos alcançar “clareza intuitiva sobre a essência do conhecimento” (p. 27).

Tão logo, na ideia de Husserl (1990, p. 27) o conhecimento pertença à “esfera da *cogitationes, ergo* temos de elevar intuitivamente à consciência da universalidade as objectalidades universais desta esfera”, explica o autor. Somente assim seria possível uma “doutrina da essência do conhecimento”. Destarte, a crítica do conhecimento proposta pelo filósofo diferencia imanências. E a compreensão destas diferenciações tornam-se relevantes para a reflexão acerca do conhecimento universal. Vejamos a continuidade das proposições husserlianas: “a *imanência ingrediente* (respectivamente a transcendência) é apenas um caso especial do mais amplo conceito de imanência em geral”. O universal, assim, é “*absolutamente dado* e não *inclusamente imanente*”. Com estas reflexões introdutórias, Husserl (1990) introduz dois conceitos de suma importância para a compreensão do seu pensamento fenomenológico: conhecimento universal e de redução fenomenológica.

O *conhecimento* universal, então, explica Husserl (1990, p. 28) “é algo de singular, é sempre um momento, na corrente da consciência”; ao passo que o *próprio universal*, “que está dado na evidência, não é algo de singular, mas, sim, um universal, portanto, transcendente em sentido verdadeiro”. Concomitantemente a esta reflexão, conseguimos compreender com mais clareza o conceito de redução fenomenológica: “não é exclusão do verdadeiramente transcendente¹²⁴, mas exclusão do transcendente em geral como de uma existência [...] de tudo que não é dado evidente no sentido genuíno” (p. 29).

¹²⁴ Por exemplo, “no sentido empírico-psicológico” (HUSSERL, 1990, p. 29).

Ainda, em terceiro grau da consideração fenomenológica, Husserl (1990, p. 30), busca mais um “estrato” para desenvolver considerações que o possibilitem explicar não somente o sentido da fenomenologia, mas também o que ele chama de “problemática” da fenomenologia. Com este objetivo, ele propõe que o intuído seja elevado “à consciência do universal”. As *coigitationes*, adverte ele, “ocultam transcendências de toda a índole”. Refletindo sobre as fases temporais e de duração de um som, por exemplo, o autor constata que é possível desenvolvermos “distinção entre o fenômeno e o que aparece” – isso no “interior da imanência” (p. 31).

Em uma análise mais aprofundada sobre este ver as coisas, Husserl (1990) acrescenta que “não tem sentido algum falar de coisas que simplesmente existem e apenas precisam ser vistas”. Para ele, o que pode ser compreendido em um “meramente existir” são determinadas “vivências da estrutura específica e mutável” (p. 32). E há, nestas vivências, uma relação de constituição e representação nas e das experiências, que cabem na percepção daquilo que está dado das coisas. Vejamos como Husserl (1990, p. 33) explica a ideia do ver e da consciência e os seus engendramentos, encetando com a estrutura mutável e específica inerente à certas experiências:

[...] que existem a percepção, a fantasia, a recordação, a predicação, etc., e que as coisas não estão nelas como um invólucro ou recipiente, mas se constituem nelas as coisas, as quais não podem de modo algum encontrar-se como ingredientes naquelas vivências. O estar dado das coisas é exhibir-se (ser representadas) de tal e tal modo em tais fenômenos. E aí não existem para si mesmas e enviam para dentro da consciência os seus representantes. Algo deste gênero não nos pode ocorrer no interior da redução fenomenológica, mas as coisas são e estão dadas em si mesmas no fenômeno e na virtude do fenômeno; são ou valem, claro está, como individualmente separáveis do fenômeno, na medida em que não importa este fenômeno singular (a consciência de estar dadas), mas, essencialmente são dele inseparáveis.

Com estas reflexões relacionais, o autor, então, pontua a correlação entre objeto e fenômeno do conhecimento. Para Husserl (1990), ao mesmo tempo em que é simples identificar correlações, é complexo “elucidar o modo como se constitui no conhecimento um objeto cognoscitivo” (p. 33). Logo, ele nos instrui que é imprescindível rastrear todos os dados, suas modificações e ramificações: “autênticos e os inautênticos, os simples e os sintéticos”, os que se formam de uma só vez e os que se solidificam paulatinamente (p. 34). Para o autor,

conclusivamente, este também seria o caminho por meio do qual chegaríamos a captar o “objeto real e transcendente no ato do conhecimento [...] como aquilo que, de início, é intentado; e, ainda como o sentido deste intentar [...] se cumpre pouco a pouco, no nexos cognitivo continuado.

Isso posto, nosso retorno aos pontos de partida de Schutz, tal como apresentado por Walter (1979), torna-se um pouco mais inteligível para a aproximação de Schutz (2012, 1993, 1973, 1971a, 1971b) e Schatzki – nossa proposta de complementariedade e relação teórica que ilumine a noção de práticas e as implicações inerentes à trajetória constitutiva ampliada do que ressonamos em fenômeno social.

Do exposto, uma ressalva: Walter (1979), retomando os elementos supracitados da fenomenologia transcendental husserliana (HUSSERL, 1990), explica que Husserl não “limitou a redução fenomenológica ao nível empírico-psicológico”, ao colocar “entre parênteses” não somente “o mundo exterior, mas também a consciência individual” (WALTER, 1979, p. 08). Essas ideias intrínsecas à aproximação com nossa “consciência suprema”, no entanto, conforme entendimento de Walter (1979) não ressonaram com amplitude nas proposições da Sociologia Fenomenológica de Schutz (2012).

Por outro lado, a tarefa do fenomenologista husserliano, qual seja, examinar, para além da experiência (de si) do eu, “a experiência que dela deriva, de outros eus” e do mundo relacional em sociedade. Tal análise da experiência, explica Walter (1979), encontramos no trabalho de Schutz, especialmente no que concerne ao interesse de identificar “fundamentos fenomenológicos para a Sociologia da Ação e Compreensão de Max Weber¹²⁵” (WALTER, 1979, p. 09). Com isso, chegamos às bases sociológicas do trabalho de Schütz, sobre a qual brevemente debateremos (pelo menos para falarmos coisa com coisa sobre a proposta de Alfred Schütz).

Resumidamente, do entendimento weberiano acerca da sociologia e da ação social – da teoria da ação Weberiana, Schütz (2012) construiu sua ponte entre a Sociologia e a Fenomenologia (WALTER, 1979). De forma genérica,

¹²⁵ Não aprofundaremos o vasto trabalho de Max Weber. Entendemos que nem assentaria epistemologicamente com nossa trajetória teórica e tessituras de alinhamento. No entanto, dada a relevância do trabalho deste autor, especialmente nos anos finais de sua vida, para a proposição de Schutz, apresentaremos brevemente as ideias centrais, sem intenção de esgotar o aprofundamento intrínseco a qualquer citação weberiana responsável.

Weber (1993, 2002), conforme interpreta e sumariza Gabriel Cohn, estudioso de sua obra, estava preocupado com a Alemanha, a qual unificou-se e industrializou-se tardiamente. De um lado a Inglaterra industrializada; de outro, a França já bastante nacionalizada – ambas já eram grandes sociedades modernas (COHN, 1986). Frente a isso, logo Weber identificou a necessidade de existir um grupo social capaz de apresentar um projeto de nação para a Alemanha. Para Weber, as alianças existentes entre as classes eram insuficientes para puxar a Alemanha para fazer frente à Inglaterra e à França. Ademais, Weber (2002) estava preocupado em compreender o processo de racionalização. Como chegamos até essa sociedade racional, que tem grande parte de suas esferas de vida racionalizadas?

Imergindo no pensamento Weberiano, podemos inferir que seu questionamento se relaciona com a forma como se organiza a ordem, ou ainda, com o porquê de as pessoas obedecerem (WEBER, 2002). Weber vai, então, buscar compreender como o processo de racionalização acontece e vai perceber que se dá de formas distintas: em Roma, por exemplo, racionalizou-se o direito, enquanto na Inglaterra observou-se a racionalização da produção. Para Weber, a racionalidade e ação social são históricas e a sociedade moderna vai racionalizar as diferentes esferas de vida. Dessa forma, o autor funda conceitos com o objetivo de compreender a sociedade moderna, cerzindo uma sociologia focada nas conexões entre as ações sociais.

Na linha desse pensamento, Weber (2002) em *Economia e Sociedade*, apresenta-nos os conceitos sociológicos fundamentais. Para ele, a sociologia, a qual chamará de compreensiva, e aqui de especial interesse para a leitura de Schütz da obra weberiana, traduz-se em uma “ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social” (p.03). Ainda, Weber (2002) coloca que o método da sociologia compreensiva é racionalista, o que deve ser interpretado como recurso metodológico. Para Weber (2002), a sociologia constroi conceitos de tipos e procura regras gerais dos acontecimentos. Ele propõe que a sociologia deve delinear tipos puros (ideais), mas que, precisamente por isso, talvez sejam tão pouco frequentes na realidade.

Quanto aos tipos, em *A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política*, Weber (1993) nos apresenta a estrutura lógica da formação dos conceitos típicos-ideais. Ele coloca que o tipo ideal é “uma construção

intelectual destinada à medição e à caracterização sistemática das relações individuais, isto é, significativos pela sua especificidade”. Para ele, “a construção dos tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento” (WEBER, 1993, p. 144). O tipo ideal, para Weber, não tem valor moral, é um “conceito - limite puramente ideal”, construído através de ideias, com a finalidade de comparação com a realidade, ou seja, com o objetivo de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes (WEBER, 1993).

Dessa forma, de especial interesse para a proposta de Schutz (1967, 1970, 2012), acerca da fenomenologia e das relações sociais, Weber observa a ação dos indivíduos buscando regularidades, ações que predominam em determinados momentos ou sociedades. A ação social (WEBER, 2002, p. 14), pontuada em *Economia e Sociedade*, por sua vez, “significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou agentes, orienta-se pelo comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso”. Assim, o autor anuncia quatro tipos de ação social, mas deixa em aberto, indicando que possam existir outros tipos, as quais podem ser determinadas por:

1. De modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como condições ou meios para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente como sucesso;
2. De modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado;
3. De modo afetivo, especialmente emocional por afetos ou estados emocionais atuais;
4. de modo tradicional: por costume arraigado (WEBER, 2002, p.15).

Weber (2002) propõe, ainda, que podem ser observadas, na ação social, regularidades de fato, isto é, o curso de uma ação repete-se sempre com o mesmo agente ou é comum entre muitos agentes, com sentido tipicamente homogêneo. Para ele, a sociologia vai ocupar-se com estes tipos de cursos das ações. A relação social, adicionalmente, pode ser compreendida “como o comportamento reciprocamente referido quanto ao seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência” (p. 45). Para o autor, a relação social “consiste na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável pelo sentido”. Na linha desses entendimentos, Weber coloca que toda “a ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente as relações sociais podem ser orientadas pela representação da

existência de uma ordem legítima” (p.45). Quanto à probabilidade de que isso ocorra, Weber chamou de vigência da ordem em questão.

Weber (2002), complementarmente, refletiu acerca de uma “ordem administrativa, como uma ordem que regula a ação associativa” e “a ordem reguladora, a qual regula outras ações sociais, garantindo aos agentes as possibilidades que provêm dessa regulação” (p.46). Recuperando, em suma, a definição de Weber (2002) da sociologia como a ciência da compreensão da ação social (interpretativa), somado ao intento de “explicá-la causalmente em termos de cursos e efeitos” (p. 03), e à ideia de ação como conduta humana (com significado atribuído), direcionada, “intencional e intencionada” – dirigida à conduta de outrem.

Em resumo, explica Walter (1979, p. 10), esta conduta, quando dirigida aos outros, torna-se social, e é imprescindível para a concepção weberiana acerca da ação social. Eis a principal influência do pensamento de Weber na obra de Schütz: “a teoria da ação de Weber era um ponto que lhe permitia passar do reino da Fenomenologia para o da Sociologia”. Temos, com isso, elementos teóricos para refletir acerca da “síntese crítica” proposta por Schütz.

As conclusões de Schütz sobre a fenomenologia husserliana, linhas gerais, sugerem que Husserl não conseguiu resolver o “problema da intersubjetividade”, com a Fenomenologia Transcendental (WALTER, 1979, p. 11) – concluindo Husserl distanciado dos “problemas concretos das Ciências Sociais (SCHÜTZ, 1962, p. 88). Schütz (1973, 1971a, 1971b, 1962), como sociólogo, entende que a fenomenologia husserliana fracassou ao lidar com as relações sociais e os grupos sociais. Para tanto, Schütz colocou-se a desenvolver e ampliar conceitos propostos por Husserl com a intenção de contribuir com a compreensão de “fenômenos de tipificação na esfera da vida cotidiana” (WALTER, 1979, p. 12). Dessa forma, Schütz busca aproximar a fenomenologia da teoria social weberiana, quando interpreta que a teoria de Weber era condensada e sem aprofundamento no que tange aos problemas gerais de método e teoria. Assim, o que fez Schütz a partir dos seus estudos em fenomenologia e em teoria social?

Schütz apresentou uma releitura simples, ao “desenvolver conceitos weberianos na direção indicada pelo próprio Weber” (1979, p. 12), – ampliados com os seus conhecimentos fenomenológicos. Isso resultou não somente em

uma simples aproximação da fenomenologia com a sociologia, mas na fundação de uma “teoria fenomenológica-sociológica” por Alfred Schütz, e, como entende Walter (1979, p. 13) em uma teoria “auto-suficiente”.

Para compreender, deste modo, as ressonâncias de Schütz no trabalho de Schatzki, nos cabe, por fim, resumir o campo de ação do pensamento de Schütz, assim subdividido por Walter (1979) quando este último organizou uma seleção dos principais textos da fenomenologia sociológica de Schütz. Eis os tópicos principais da sociologia de Schütz (WALTER, 1979, p.13): os Fundamentos Fenomenológicos; a estrutura e o funcionamento da consciência humana e suas ramificações sociais; a estrutura e o funcionamento do mundo social como um conjunto de construções mentais: suas duplas raízes na experiência individual e nos padrões preestabelecidos de relacionamentos sociais; as características de diferentes domínios da experiência humana, os fundamentos teóricos conceituais para uma sociologia de orientação fenomenológica.

3.1.4 Fundamentos da Fenomenologia – pela lente de Schütz

Neste ponto, Schütz expõe parte dos pressupostos da fenomenologia de Husserl, notadamente o que interessa às Ciências Sociais. Em primeiro lugar, aqui, Schütz (1962a, 1962b, 1962c, 1967) defende que Husserl recomeçou diferentes vezes sua pesquisa tanto sobre as bases de sua filosofia, quanto sobre todo o pensamento científico, “com o objetivo de mostrar as pressuposições implícitas nas quais se baseia qualquer ciência do mundo das coisas naturais e sociais” (SCHÜTZ, 1959c, p. 89). Complementarmente, Schütz recupera o esboço do objetivo geral de Husserl, com vistas a refutar os rótulos - que ele entende mal-empregados – à Fenomenologia husserliana:

É verdade que muitas ciências são comumente chamadas de Ciências Exatas, sendo que esta expressão se refere, em geral, à possibilidade de apresentar o conteúdo da ciência de forma matemática. Não é esse o significado que Husserl deu à expressão... Ele estava convencido de que o nome dado às chamadas Ciências Exatas, que usam a linguagem matemática com tanta eficiência, pode levar a uma compreensão das nossas experiências do mundo – um mundo cuja existência elas pressupõem de modo acrítico e que pretendem medir com padrões e ponteiros regulados segundo as escalas de seus instrumentos. Todas as ciências empíricas se referem ao mundo como dado; mas elas próprias, e os seus instrumentos, são elementos deste

mundo. Só a dúvida filosófica com respeito às pressuposições implícitas em todo nosso pensamento habitual – científico ou não – pode garantir “exatidão” dessa mesma tentativa filosófica e também das de todas as ciências que tratam, direta ou indiretamente, das nossas experiências do mundo... (SCHÜTZ, 1962b, p. 96).

Com estas reflexões introdutórias acerca da fenomenologia husserliana, Schütz visa a contribuir para que se desfaçam interpretações pueris acerca desta ciência, principalmente a “crença de que ela é anticientífica, baseada não em análise e descrição, mas numa espécie de intuição sem controle, ou revelação metafísica” (SCHÜTZ, 1962b, p. 97). Schütz (1962b) defende que a fenomenologia é um método tão científico quanto qualquer outro.

No que tange a importância da fenomenologia para as ciências sociais, Schütz (1962d), tal como ele propôs em sua teoria, se explica pelo fato de Schütz ponderar que existem questões que não podem ser respondidas pelos métodos das Ciências Sociais. Para o autor, existem questões que exigem análise filosófica, e a Filosofia Fenomenológica, pode abrir caminho para esta análise. De que maneira isso ocorre na compreensão do autor? Para Schütz (1962d) a ação e a intersubjetividade de pensamento são pressupostas para as Ciências Sociais, de forma geral (p.165):

Para citar apenas um exemplo, todas as Ciências Sociais veem a intersubjetividade de pensamento e ação como pressuposto. Que existem as pessoas, que elas agem em função umas das outras, que é possível a comunicação através dos símbolos e signos, que os grupos e instituições sociais, sistemas legais, econômicos e outros são elementos integrantes de nosso mundo da vida, que esse mundo da vida tem sua história própria e relação especial com o tempo e o espaço – são todas noções direta ou indiretamente fundamentais para o trabalho dos cientistas sociais.

Isso posto, Schütz (1962d) explica que, geralmente, os dispositivos metodológicos destes cientistas sociais foram [e tem sido] desenvolvidos de modo a “lidar com os fenômenos que estes termos sugerem. Mas os fenômenos em si são tomados como pressupostos” (p. 166). Isso porque, explica o autor, por meio desta lente, o “ser humano simplesmente é considerado um ser social”, bem como a “língua e os outros sistemas de comunicação existem, a vida consciente do outro é acessível a mim” (SCHUTZ, 1962d, p. 166).

No entanto, Schütz (1962d) traz à cena a Filosofia Fenomenológica, justificando tal necessidade, a partir de questionamentos que emergem a partir da análise destes pressupostos das Ciências Sociais que, por sua vez, também

compreendem “significados e modos de ser específicos” (p. 167); para replicar alguns: “Mas o que é que faz com que o entendimento mútuo seja possível?”, com relação à interpretação, Schütz pondera também: “E a interpretação do significado do outro e do significado de seus atos e resultados de seus atos, não pressupõe uma auto interpretação do observador ou parceiro?”. Além disso, ele reflete acerca da neutralidade das experiências anteriores do cientista social: “Como posso, na minha posição de homem entre outros homens, ou como cientista social, encontrar um meio de abordar tudo isso, se não recorrer a um estoque de experiências já interpretadas, acumuladas e sedimentadas em minha própria vida consciente?” (SCHÜTZ, 1962d, p. 167-168).

Ainda no escopo dos fundamentos da fenomenologia, Schütz apresenta as concepções do mundo da vida – de especial importância à Sociologia Fenomenológica. Com vistas a fundamentar a crítica que esta tese realizará à noção de prática de Schatzki, recuperamos noções importantes apresentadas aqui por Schütz, tais como consciência, experiência, significado, conduta, “atenção à vida”, “ação no mundo exterior” (WALTER, 1979, p. 16) são imprescindíveis para condensar as bases epistemológicas da crítica que se pretende realizar – por meio da qual defenderemos, dentre outros, que Schatzki realizou uma apropriação equivocada dos escritos de Schütz (2012, 1993, 1973, 1971a, 1971b, 1967, 1962a, 1962b, 1962c, 1962d) no que tange às ressonâncias desta sociologia fenomenológica na teoria das práticas de Schatzki.

Consciência – A noção de consciência, para Schütz (1962d), deste modo, está alicerçada tanto na Psicologia de James¹²⁶, quanto na Fenomenologia de Husserl. Genericamente, então, Schütz (1962d, p. 185) recupera a existência de uma consciência pessoal, primeiro fato indubitável. Para a Psicologia, James (1950, p. 185) ao discutir os métodos de “investigação disponíveis aos psicólogos”, acaba por mostrar que “nenhuma pessoa hesita em acreditar que sente o próprio pensar” e, mais do que isso, “distingue o estado mental como uma atividade interior diferente dos objetos com os quais pode lidar em termos de cognição” (SCHÜTZ, 1962d, p. 186). Deste modo, o dado imediato, para a

¹²⁶ William James (1842-1910) psicólogo, filósofo, publicou, em 1890 o livro “The Principles of Psychology”, no qual encontramos os seguintes métodos: fluxo de consciência, emoção, hábito e vontade. James, considerado o pai da psicologia americana, destacou-se como um pensador proeminente do século XIX (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006).

psicologia é o eu – do que decorre que a consciência universal pode ser traduzida por “eu penso”, “eu sinto”. Para cada consciência pessoal, dentro delas, há de se identificar um “pensamento sensivelmente contínuo e mutável [...] comparável a um rio ou corrente” (JAMES, 1950, p. 226). Neste ponto, explica Schütz (1962d), tanto James quanto Husserl utilizam corrente de pensamento, corrente de experiências ou cogitações, corrente de vida pessoal consciente, para “caracterizar a essência da vida pessoal interior. Para ambos, a unidade da consciência consiste na correlação total de todas as suas partes” (p.186). A isso James (1950) chamaria de pensamento conceitual abstrato.

Schütz (1962d) acrescenta, ainda, que no que concerne a compreensão da vida pessoal da consciência como fato indubitável na percepção husserliana, seríamos levados à “apreensão e pesquisa teórica do reino da consciência pura no próprio Ser autossuficiente” (p. 186). E aqui podemos revelar uma questão importante à leitura de Schatzki que é a intencionalidade da consciência trabalhada por Husserl (1990). Schütz explica, com relação a isso, que em um primeiro momento, Husserl chamou a atenção para a importância da reflexão com relação as nossas experiências. Via de regra, concentramo-nos nos objetos das nossas experiências, deixando em segundo plano “os atos da experiência subjetiva em si”. A reflexão, então, emerge como aliada para reorientar a maneira como unicamente nos dirigíamos aos objetos, “num ato específico de nos voltarmos para as nossas experiências” (SCHÜTZ, 1962d, p. 186).

Adicionalmente, Schütz (1962d) interpreta que Husserl (1950) apontou que o passo seguinte a esta reflexão, centrada nos atos da experiência em si, seria revelar o que se alcançou com tal reflexão – a intencionalidade da consciência, assim, será desvelada. Disso decorre, conclui Schütz (1962d, p. 158) que Husserl (1950) compreendia que o “fenômeno que aparece na reflexão é o objeto intencional da intenção, sobre o qual eu penso, sobre o qual eu percebo, do qual eu tenho medo [...]”. Por fim, podemos estabelecer relação entre experiência, consciência e intencionalidade: “toda a experiência é [...] caracterizada” por um *de que* e por um *do qual*. Mais pormenorizadamente, podemos compreender a experiência “pelo fato *de que* é uma consciência” e, concomitantemente, a experiência é “determinada pelo objeto da intenção *do*

qual é consciência” (SCHÜTZ, 1962d, p. 158). Assim podemos descrever, inclusive, diferentes tipos de intencionalidade¹²⁷.

Experiência – A experiência, para Schütz (1962a, 1962b), é uma corrente de consciência. Ele pensou esta questão com base em Bergson¹²⁸. Para tanto, Schütz recupera a distinção bergsoniana entre “viver dentro da corrente de consciência e viver dentro do mundo do tempo e do espaço” (WALTER, 1979, p. 60). Neste sentido, Schütz (1967, p. 165) entende que Bergson (1988, 2006b) contrastou a “corrente interior de duração (a *durée*) com o tempo o tempo homogêneo” – este último teria se quantificado, especializado e, portanto, se tornado descontínuo, conforme as proposições bergsonianas.

Na esteira deste pensamento, podemos considerar, continua Schütz (1967, p. 165) “na duração de tempo pura” não existe paralelismo, ou seja, haverá um fluxo contínuo do qual depreendemos “uma corrente de estados conscientes”. Há de se relativizar, no entanto, que o que vivenciamos nesta “duração” é uma passagem de um “agora-sim” para outro “agora-sim” – não se trata de algo delimitado ou plenamente definível ou definido. Desta maneira, com base nas ideias bergsonianas de duração, Schütz (1967, p. 166) interpreta que a estrutura da nossa experiência é modulada pela maneira como entregamo-nos à fluidez, corrente, fluxo da duração.

Em suma, com relação à experiência em Schütz (1967, p. 167) temos que “a estrutura da nossa experiência vai variar conforme nos entregarmos ao “fluxo da duração ou pararmos para refletir sobre ela, tentando classifica-la com conceitos espaço-temporais”. Assim pensando, por exemplo, podemos experimentar determinado movimento com uma pluri e múltipla transformação – “como um fenômeno da nossa vida interior”. De outro modo, concomitantemente, podemos engendra-lo (o movimento) como um evento segmentado, dividido e racionado “no espaço-homogêneo”. A ideia que aí se insere, explica Schütz

¹²⁷ Para Schütz (1962d) a descrição de diferentes formas de intencionalidade pode ser realizada em dois níveis (dissimelhantes) a partir da filosofia husserliana: “1) dentro da atitude natural (para Husserl vida cotidiana) e 2) a partir da redução fenomenológica. Esta última seria alcançada na medida em que colocarmos nossa crença no mundo “entre parênteses”. Ao fazê-lo teríamos (nos sobraría) a “totalidade concreta da corrente de nossa experiência, contendo todas as nossas percepções, reflexões, enfim, nossas cogitações (WALTER, 1979, p. 58).

¹²⁸ Filósofo francês (1859-1941). Reconhecemos a densidade teórica deste autor (BERGSON, 1974, 1988, 1999, 2005, 2006a, 2006b; DELEUZE, 1999); no entanto, dado o escopo limitado desta tese, utilizaremos a leitura de Schütz para compreensão das noções teóricas bergsonianas que aparecem nas reflexões de Schützianas acerca da experiência – nos fundamentos fenomenológicos concernentes ao campo de ação dos pensamentos de Schütz.

(1967) seria a de que quando eu estou imerso na minha *dureé* – corrente de consciência – eu não me depararia com experiências que claramente se diferenciam. Num vaivém temporal, “uma experiência se acende” – e se apaga. Vivenciamos, desse modo, a duração, como uma “corrente irreversível” (WALTER, 1979, p.61).

Experiência significativa – Em linhas gerais, por meio de um ato de atenção (e não porque vivemos atrás delas) aprendemos as experiências delimitadas e as diferenciamos das experiências que são indiferenciadas em seu movimento (as que penetram umas nas outras). A partir disso, Schütz (1967, p. 168) explica a experiência significativa: “o conceito da experiência significativa sempre pressupõe que a experiência cujo significado é predicado é uma experiência delimitada”. Disso depreendemos que “somente uma experiência passada” e que, por esta razão, pode ser “vista em retrospectiva”, já “acabada”, já “terminada” pode ser compreendida como uma experiência significativa. Logo, somente o que já foi vivido, vivenciado pode ser compreendido, por esta lente, como uma experiência significativa.

Conduta¹²⁹ imbuída de significado – aos comportamentos ou às experiências passivas não podemos inferir significado. Husserl (1929) publicou a obra *Formal and Transcendental Logic*, conhecida como um clássico da lógica e, de especial interesse para a leitura de Schütz, de proeminente relevância para o aprofundamento do desenvolvimento da fenomenologia transcendental (FARBER, 2012). Desta leitura, Schütz (1967, p. 168), então, compreende que a experiência a que podemos instituir significado deve ser um ato do ego¹³⁰, o que significa dizer um ato de atitude. Desta maneira, uma experiência atribuidora de significados abarca a abrangência de “atividade espontânea ou numa de suas formas secundárias modificadas” – tais como a retenção e a reprodução.

¹²⁹ Com relação à adoção, pelo tradutor, da palavra *conduta* em detrimento do uso da palavra *comportamento*, replicamos nota do editor (WALTER, 1979, p. 65): “[...] neste texto escolhido, os tradutores deram ao termo alemão *verhalten* o seu equivalente literal inglês *behavior* (“comportamento”). Na sua fase americana, Schütz atentou cada vez mais para as conotações ambíguas ligadas ao termo *comportamento* devido a seu uso no behaviorismo. De modo a evitar implicações com a teoria mecanicista de estímulo e reação, ele passou a preferir o termo *conduta*”.

¹³⁰ Husserl (1929, p. 22) diz, ainda, que, para que possamos caracterizar uma experiência como atribuidora de significados, esta de decorrer de um ato do ego, como supracitado ou de “uma modificação de um ato deste tipo (experiências passivas secundárias ou, talvez, um julgamento passivo que, de repente” me ocorre”.

Atenção à vida – com base em Bergson (1988, 1999, 2005, 2006a, 2006b), Schütz (1967) compreende um alerta total (“plano de consciência onde a tensão é alta”) (p. 169) de atenção à vida como um princípio da nossa vida consciente: um princípio de regulação capaz de definir aquilo que nos alerta, aquilo que está presente no mundo e se diferencia na articulação do nosso pensamento (fluxo contínuo da corrente de pensamento, nas palavras do autor), memória, linguagem.

Ação no mundo exterior – as quais podem ser pensadas, resume Schütz (1967) com base nas proposições bergsonianas e husserlianas, como nosso percurso, nossa trajetória. Mais pormenorizadamente, nosso movimento no mundo, nossa ação corporal ocorre no tempo e no espaço. Estes movimentos corporais, ademais, também são experienciados pelo nosso interior, podem ser captados como transformações, como a consciência em ato espontâneo – logo participam de nossa *durée*. Além disso, o que ocorre no mundo, o que é externo, ocorre na mesma dimensão de tempo – pode ser mensurado. De outro modo, avançando nesta compreensão, por meio do tempo interior (*durée*) relacionamos futuro (antecipações) ao passado (retenções, lembranças). Há de se identificar nesta relação, conseqüentemente, que a transição do tempo interior ao tempo espacial ocorre por meio de nossos movimentos corporais – e as nossas ações podem, então, ser identificadas em ambos. Logo, o presente “vívido da interseção da *durée* com o tempo espacial” (p. 169).

Com o exposto, entendemos que recuperamos as principais ideias trabalhadas por Schütz no que concerne aos fundamentos da Fenomenologia por ele utilizado em sua abordagem fenomenológica da Sociologia. Buscamos maior especificidade nesta apresentação teórica fundamentalmente para sustentar a crítica a Schatzki que alavancará nossa defesa teórica, o que contempla a apropriação (interpretação) que este último realizou das propostas socio-fenomenológicas schutzianas. Ademais, a fenomenologia desde Husserl até Arendt emerge como um fio condutor das epistemologias identificadas no curso da tessitura destes escritos.

Destacamos, em síntese, que Schütz (1967), como explica Walter (1979, p. 16), tanto no bosquejo quanto no aprofundamento de desenvolvimento de sua abordagem fenomenológica no campo da sociologia “focalizou o mundo da vida de vários ângulos”. Em primeiro lugar, “analisou a atitude natural” com que o

“homem opera no mundo da vida” – o que pode ser compreendida como uma “postura utilitária”. Esta postura realista (supostamente) seria aquela que “reconhece os fatos objetivos, a vontade ou intenções de outros com quem se tem que cooperar ou lidar” (WALTER, 1979, p. 16).

Além disso, Schütz estudou a nossa vida prática no mundo da vida. Na esteira desta proposição, Walter (1979, p. 16) acrescenta: “Schütz estudou os principais fatores determinantes da conduta de qualquer indivíduo no mundo da vida”; ofertando, com isso, possibilidades teóricas para “análise da história singular de nossas vidas” (p.17). Isso se oportuniza, em suma, porque Schütz sinalizou que “qualquer momento da vida prática de um homem não se esgota em uma situação específica, contendo limitações, condições e oportunidades com relação a seus objetivos” (p.16). Deste modo, um episódio da nossa vida prática perfaz uma situação biográfica determinada, definida, marcada, estabelecida – e, conseqüentemente, não experienciamos, vivenciamos qualquer que seja a situação identificada da mesma maneira (pelo menos porque caminhos e propósitos diferentes nos levaram àquela circunstância qualquer).

Walter (1979) explica que Schütz, em terceiro lugar, também chama à cena o conhecimento como norteador, orientador de nossa vida e situações que se engendram neste viver. É, desta forma, por meio de um “estoque” de conhecimentos, por meio do que ficou, do que fora armazenado em experiências anteriores, passadas que nos instrumentalizamos para experimentar, observar, decidir o que se vive a cada momento, em diferentes circunstâncias. De maneira simples, na assumpção de um “caráter de rotina” - conotável ao indivíduo em “atitude natural” – procuraríamos neste estoque o conhecimento de forma circunstancial (mesmo que, por vezes, este conhecimento possa ser obscuro ou complexo e não consigamos mantê-lo inconsciente).

[INTERTESE] (de análogo à interfase¹³¹) pode parecer, a esta altura do texto, que desejamos fazer chover verde utilizando somente tinta amarela. Logo, se faz necessário, entendemos, oferecer uma defesa: para que se alcance

¹³¹ E mesmo que a interfase seja o momento anterior à divisão celular (mitose), à nova vida celular, o período entre duas divisões celulares, a duplicação cromossomial que aí ocorre é fundamental para que se comece uma nova divisão celular saudável (e assim sucessivamente). Analogamente, intertese, aqui, é um neologismo do próprio processo de escrever; com vistas a evitar que se desenvolvam trissomias ou supressões de braços de cromossomos que sejam irreversivelmente levados a nova vida celular.

tamanha condensação, para a precipitação destas gotas (chuva ou chuveiro verde) necessitaremos de um tanto de azul, de um tanto de amarelo – diz a teoria das cores (DA VINCI, 1944) que amarelo com azul, em medidas suficientes, dá verde! Tentamos, mas não conseguimos, partir do verde ou de cores avizinhas. Carecemos, herculeamente, mesclar, gota a gota, um tanto de azul, um tanto de amarelo, mesmo que, em alguns momentos, uma destas cores se sobressaia à outra (em alguns destes momentos são até mesmo imiscíveis, reconhecemos).

Assim sendo, chegaremos ao verde (proposição de práticas de Schatzki), cor secundária de Da Vinci – mas há que se salientar! – antes disso, a primariedade do amarelo e do azul (tal como a primazia do que influenciou os pensamentos de Schatzki, o que disseram os autores que Schatzki leu? Heidegger, Schütz, Wittgenstein, dentre outros) são imperiosas para nuances mais significativas da precipitação verde (compreendermos a ontologia das práticas). Se demasiadamente precipitadas, pode ser que as virgas (chuva que não chega até nossa superfície, evapora antes) narcisicamente se abundem e deixem de ser chuva antes de a conhecermos como tal. A absorção do verde, por fim, seria completa (do verde e do amarelo também, apesar da primariedade). [FIM DA INTERTESE]. E estamos bastante próximos do encontro de Schatzki e Schütz, antes disso, pensamos relevante concluir a síntese do quadro da sociologia fenomenológica de Schütz; ao que segue.

Cenário Cognitivo do Mundo da Vida

Cada indivíduo constroi o seu próprio mundo? – de acordo com a fenomenologia, sim. Para Schütz (1967), isso ocorre por meio de “materiais e métodos que lhes são oferecidos por outros: o mundo da vida é um mundo social que, por sua vez, é preestruturado para o indivíduo” (WALTER, 1979, p. 19). No texto “*The stranger*” (O Estranho), Schütz (1944) apresentou um estudo intercultural, pontuando as diferenças encontradas por uma pessoa (a estranha) ao mudar da comunidade em que se desenvolveu para uma nova comunidade, bem como as necessidades que emerge desta nova rotina (observação e aprendizagem e adaptação aos costumes novos para a vida diária).

Walter (1979) ressalta que esta é uma questão importante para a sociologia de Schütz “o estranho é capaz de oferecer uma observação objetiva da comunidade “hospedeira”. Isso ocorre, explica o autor, porque “não existe significado objetivo de participação em grupo, a não ser o que é estabelecido por uma pessoa que vê a comunidade cultural a partir de fora” (p. 19).

Com isso, podemos inferir que para Schütz, o homem constroi a visão de mundo a sua volta. Essa construção ocorre por meio da exposição, do estar com os semelhantes, principalmente por meio de insumos, elementos, matérias-primas com que nos deparamos, dentre as quais podemos elencar a linguagem – interpretada por Schütz (1967) tanto como meio de comunicação quanto de cognição. Sucintamente, no que tange à análise sociológica, Schütz chama a atenção para o que ele chamou de sistemas sociais de relevância, no qual se destacam domínios de relevância. Mas o que isso significa? Diz respeito à herança social em uma comunidade, seja a nativa do estrangeiro supracitado, seja a nova comunidade para onde ele seguiu. Mais do que isso, resume Walter (1979, p. 25), Schütz pontuou, em sua análise sociológica, o que orienta o indivíduo no mundo: “o indivíduo, com todos os seus problemas pessoais e relevâncias reais, age, é claro, num mundo social que já inclui estes amplos domínios de relevância, e ele vai orientar-se por eles”.

Ação no mundo da vida

Sob esta perspectiva podemos considerar o trabalho de Schütz (1967) voltado para a dinamicidade da vida cotidiana – da vida nossa de cada dia. Nesta senda, podemos identificar três conceitos principais desenvolvidos pelo autor: “conduta, ação, trabalho”. Resumidamente a conduta se refere às experiências (as quais podem ser compreendidas como significativas); a ação diz respeito às condutas; mas, prioritariamente, àquelas que são imaginadas, arquitetadas. Por último, o trabalho, remete à ação e mudanças, ou seja, uma ação, um movimento, atividade do corpo que, como produto, transforma o mundo (exterior) (WALTER, 1979).

No que tange à teoria da Motivação como lente para observarmos a ação, Schütz (1962d, p. 537) desvela duas óticas dissemelhantes relacionadas aos fundamentos intrínsecos aos nossos: “motivos a fim de” (orientado para o futuro)

e “motivos por que” (alavancado pelo passado e pelo que já experienciamos). No curso de uma ação, dessa forma, “de acordo com um plano preconcebido, o ator vivencia diretamente os seus motivos a fim de” – ou seja, suas razões – contemplando aí a subjetividade implicada nesta perspectiva de motivação. No entanto, ao agir, os “motivos por que”, os quais emergem da reflexividade, não estão presentes ou conscientes, só serão conhecidos após reanálise da experiência, em “retrospectiva” – o que não significa que o indivíduo o fará. A este motivo, Schütz categoriza como objetivo, especialmente porque, mesmo que o indivíduo que completou a ação não se lance à experiência reflexiva, um observador, externo à ação poderá fazê-lo (WALTER, 1979, p. 27).

É, ainda, de suma importância, explicar a noção de consciência presente nos escritos de Schütz (1962c, p. 536) relacionados à ação no mundo da vida. O autor trabalhou, também, com esta categorização ao aprofundar a noção de ação. Com relação a isso, Walter (1979) resume que no projeto sociológico de Schütz, “uma ação, enquanto conduta consciente, é distinta de qualquer outro tipo de conduta, primeiro, devido à existência de uma linha de ação” – o que se engendraria em um projeto, planejamento, operacionalização da ação (p. 27).

E, neste ponto, podemos identificar a presença de Weber nos escritos de Schütz – mesmo que em liturgia crítica. Isso porque, quando Schütz propõe uma ação sob a perspectiva do planejamento e da consciência, melhor dizendo, do planejamento consciente, ele pondera como “equivoca a expressão ação racional” para este entendimento. Para Schütz (1962d), no que concerne à análise da vida cotidiana, a compreensão de ação racional weberiana é um ideal inatingível. Partindo do pressuposto de que existem lacunas, fissuras no conhecimento prático, Schütz optou, ao invés do termo racional, de cunhá-la – a ação da vida cotidiana – de ação razoável (WALTER, 1979, p. 28). Complementarmente, seguindo as proposições da sociologia interpretativa, Schütz (1971b) corrobora a percepção do homem com, pelo menos, duas opções para a liberdade decisória. As ações, desta forma, não são inteiramente predeterminadas¹³².

¹³² Schütz fala, inclusive, em desobediência, quando o homem optar pelas consequências de agir de forma diferente do que fora ordenado coercitivamente – influência leitura dos escritos weberianos (WALTER, 1979).

O mundo das relações sociais

A esta altura, já sabemos que Schütz (1962a, 1962b, 1962c, 1962d, 1971a, 1971b) considerou amplamente a influência da cultura (no que tange à orientação), da linguagem e da presença do outro, nas ações dos homens, de forma geral, na prática diária (ação) – o que denota destaque aos “aspectos cognitivo e ativo da vida cognitiva em termos de experiências individuais”. E esta premissa também se sobressai na leitura de Schatzki destes escritos para a proposição da noção de prática. Ademais, o ponto de partida de Schütz para a análise dos relacionamentos sociais, também é alavancado pela “perspectiva individual” (WALTER, 1979, p. 31).

Logo, a interação social, tal como entendida por Schütz (1971d), “envolve a ação social de, pelo menos, duas pessoas, que se orientam uma em relação à outra” (WALTER, 1979, p. 32). No entanto, estas relações não ocorrem de forma simples, linear ou direta. Experimentar a vida, estar com o outro no mundo da vida, viver nesta prática de vida cotidiana, implica em interação contínua – “complexas redes de relacionamentos sociais” (p. 33). Nesta perspectiva, compreende Schütz (1970), em um ensaio intitulado “The problem of transcendental intersubjectivity in Husserl, a intersubjetividade emerge como o principal problema da fenomenologia. Para Schütz, Husserl não obteve êxito ao buscar compreendê-lo, solucioná-lo no campo da Fenomenologia Transcendental.

Eis que se apresenta a compreensão de intersubjetividade para Schütz (1970), uma vez que, para ele, “Husserl procurava a solução do problema no lugar errado” (WALTER, 1979, p. 33). Para início de argumentação, sequer Schütz (1970) considerou a intersubjetividade no mundo da vida um problema – isso é algo dado (isso = a vida para além dos, por trás dos, inter, intra movimento). Assim pensando, resume Walter (1979) Schütz tratou a intersubjetividade como uma “categoria ontológica fundamental da existência humana” (p. 33).

Mais do que isso, e com duradoura ressonância à noção de práticas de Schatzki (o que demarcaremos pormenorizadamente ao final desta seção de tese) Schütz chamou à cena teórica da Sociologia Fenomenológica, compreensões como ambiente situacional de compartilhamento, ambiente de

comunicação comum, pontuando esta experiência do “nós” (WALTER, 1979, p. 33):

Embora vivenciados de pontos de vista subjetivos diferentes, este ambiente (interativo) está carregado de objetos e eventos que são percebidos por ambas [pessoas]. Em consequência, o relacionamento de comunicação e interação entre elas permite compreensão e consentimento mútuos: o que acontece na situação comum é vivenciado simultaneamente e em comum. É claro que a situação é elíptica: têm dois enfoques subjetivos. Cada uma das pessoas nela envolvida as vivencia de acordo com sua própria experiência da situação, da qual a outra é uma parte. Mas cada uma não só vivencia a si próprio na situação, mas também vivencia o vivenciar situação pela outra pessoa.

Disso temos que “o” nós, tal como fora condensado na “*Tese Geral do Alter Ego*” (SCHÜTZ, 1974) representa uma referência bastante importante ao quadro teórico da Sociologia Fenomenológica, uma vez que a experiência do nós se engendra na complexidade e multiplicidade de elementos tanto no que concerne às experiências passadas dos que as compartilham situacionalmente, quanto aos encontros e desencontros intersubjetivos do que se vive por cada um na experiência, incluindo aí a meta vivência singular do que está sendo co-vivenciado e co-compartilhado no escopo do nós em experiência (WALTER, 1979). Há, assim, a experiência de um outro, de outrem, de um outro eu, que “é vívida e imediata (p. 33). Temos, assim, o relacionamento do nós em “um ambiente de comunicação comum” – ao que Schütz nomeou, alternativamente, de “situações face a face” (WALTER, 1979, p. 35), que se apresenta como uma forma proeminente¹³³ de encontros sociais.

Para Schütz (2012), em resumo, as relações face a face são amostras de relações sociais e são para estas que, fundamentalmente, o autor voltou sua atenção teórica. Adicionalmente, ao vivenciarmos estas relações face a face, estaremos as compartilhando com um outro, a quem o autor cunhou de “nossos semelhantes”. Tão logo os percebamos como semelhantes, podemos concluir que, para Schütz (2012) são estes nossos semelhantes que “fazem parte da nossa experiência direta: passada, presente ou potencial” (WALTER, 1979, p. 38). Por outro lado, a relação direta identificada na experiência, melhor dizendo

¹³³ Mas não a única, para Schütz, também pode ocorrer participação não ativa como observador (WALTER, 1979). Na situação, papel de observador, o indivíduo estará fora da experiência do nós e, como não participante “da experiência direta e de motivações recíprocas” não poderá interpretar os motivos dos que coabitam a experiência diretamente no nós (p. 36).

na vivência compartilhada é demarcada pelo face a face; ou seja, Schütz (2012) explica que quando finda a experiência direta, os relacionamentos podem ser, então, caracterizados como indiretos.

Ao identificar os relacionamentos indiretos como também relevantes quando tratamos uma análise com o auxílio da Sociologia Fenomenológica, Schütz mergulha na esfera da Macrossociologia, conforme explica Walter (1979). Isso ocorre principalmente porque, ao consideramos as relações indiretas, para além do compartilhamento situacional, Schütz (2012) traz ao debate um ilimitado número de atores, relações, funções, distribuição (como a do trabalho, por exemplo) e formas de manutenção do que podemos chamar de um sistema social. Consonante a isto, Walter (1979) explica que, para fins de análise deste complexo imbricamento de forças e de agencia dentro de um sistema social, Schütz (2012) utilizou a lente da cognição.

Neste ponto, Schütz (2012) vai lançar mão da assimetria de conhecimento como fator, elemento da estrutura de diferenciação em um sistema social. Submergindo ainda mais nesta aproximação da Fenomenologia com a Sociologia, Schütz costura suas proposições de aproximação, pontuando que para a Fenomenologia, “as decisões e ações subjetivas de indivíduos e seus relacionamentos” podem resultar em uma “sociedade com grau surpreendentemente alto de ordem e coesão” porque podemos identificar intenções¹³⁴ e orientações nestes indivíduos. Por que isso acontece?

Ora, pelo discurso da Fenomenologia, defende Schütz (2012), o indivíduo sera guiado (ações e intenções) por aquilo que é mais expressivo para a sua própria existência. Como efeito, teríamos a distribuição social do conhecimento proposta por Schütz (2012). Com relação a esta última, partimos de que há o que oriente a intenção e ação do indivíduo, mas este conhecimento do indivíduo é limitado, certo? Logo, esta distribuição social de conhecimento, pode ser assim resumida: “como ninguém é capaz de saber de tudo, a coisa torna-se uma questão de acordo e combinação dos conhecimentos parciais [...] dos indivíduos” (WALTER, 1979, p. 39-40).

E as pessoas conhecem a vida de formas diferentes. O conhecimento compartilhado pelos indivíduos, mesmo em um grupo menor, será diferente.

¹³⁴ De novo, temos a intencionalidade trabalhada por Schatzki.

Desse modo, para Schütz (2012) “o que os indivíduos compartilham uns com os outros é parte do alcance comum do grupo” (WALTER, 1979, p. 40). Assim sendo, ao considerar a existência de um conhecimento comum, Schütz contemplou aí a existência de um acordo de comunhão, mesmo que o que seja comum não seja idêntico no “todo e nos detalhes”. Com o exposto, temos considerações imprescindíveis de Schütz para “o estabelecimento e tratamento do objeto de uma sociologia baseada em considerações fenomenológicas”, conforme pondera Walter (1979, p. 40), ao organizar os principais textos do autor.

Reinos da experiência

A supremacia da experiência da vida cotidiana, do mundo da vida cotidiana sobre os demais reinos, deve ser destacada no que se relaciona à Sociologia proposta por Schütz – com enfoque da abordagem fenomenológica. No entanto, Walter (1979) chama a atenção para o fato de que Schütz não desconsiderou a existência de outros reinos experienciais para os indivíduos, de forma geral. O que nos interessa, deste modo, é compreender que as raízes da análise sociológica estão fasciculadas no mundo da vida. Para além disso, corroborando a pluralidade intrínseca aos reinos de experiência – também transcende este mundo da vida, de formas axial, tuberosa, estranguladora, ramificada.

Isso posto, podemos nos questionar: O que Schütz (1970) quis dizer ao retomar a ideia husserliana de transcendência? Walter (1979) explica que Schütz não evocou manifestações metafísicas, mas “experiências que atingem, e que se situam em”; ou seja, “um lugar além do contexto de significado total do mundo da vida” (p. 41). Com isso, podemos compreender que, na visão de Schütz (1970) a transcendência, a experiência da transcendência, integrada, faz parte, compõe a vida cotidiana, tal como a experimentamos. Isso ocorre, por exemplo, quando aceitamos a historicidade de um mundo social, quando reverberamos, contestamos, ou até mesmo, criamos “sistemas ordenados de interpretação dos complexos de significados” (WALTER, 1979, p. 41).

De modo conclusivo, Schütz (1970) coloca quem qualquer que seja a transcendência a outros reinos, sempre estará subordinada à realidade da

cotidianidade, principalmente porque, para tal experiência, recorreremos a sistemas simbólicos que estão dados e colocados na esfera cotidiana. Disso podemos depreender, fundamentalmente, que “outras províncias da realidade permanecem ao alcance da realidade principal da vida cotidiana”, passíveis de interferências mútua; porém, ocorrerá sempre a supremacia da realidade cotidiana, uma vez que “não podem ser completamente separadas do mundo da vida” (WALTER, 1979, p. 44).

A província da sociologia – a Sociologia faz sentido

Em sentido literal, a visão de Schütz, que se firmou como proeminente nome da Sociologia Interpretativa, está focada em uma sociologia compreendida como “uma província do significado dominada pelo estilo filosófico-científico de pensar e governada pela busca de conhecimento sobre sociais” (WALTER, 1979, p. 44). Fundamentalmente, Schütz propôs a aplicação sociológica de tipos ideais com “a importante distinção entre a construção do tipo ideal e a aplicação deste tipo como um código de interpretação de ações concretas reais” (SCHÜTZ, 1962e, p. 47).

Para tanto, Schütz utilizou o método compreensivo, sugerindo maneiras de “se utilizar o método da compreensão dentro do quadro de uma abordagem sociológica definitiva” (WALTER, 1979, p. 45). Com efeito, podemos questionar o os sociólogos, na proposta de Schütz, deveriam compreender? A partir do que fora supracitado anteriormente, sabemos que tanto as motivações quanto os significados dos indivíduos que agem socialmente, são passíveis de compreensão. Tal processo compreensivo, explicou Schütz (1962e) constituiu insumo para o labor dos sociólogos, especialmente para desenvolvimento teórico embasado na cotidianidade e nas tipificações utilizadas pelos indivíduos neste mundo social, nesta vida cotidiana. Ressonando as proposições weberianas, Schütz compreende que “os modelos de ação devem ser complementados por tipos ideais da conduta humana” (WALTER, 1979, p. 44).

Por fim, no que concerne à Sociologia e seus sentidos, Walter (1979) estudioso da obra de Schütz, organizador de livros com escritos inéditos do autor, sintetiza: “Schütz não desenvolveu um sistema teórico substantivo coerente. Adotou a opinião de Weber de que, em princípio, os processos da vida

social e da história são inesgotáveis” (p. 47). Para Schütz (2012, 1993, 1973, 1971a, 1971b, 1970, 1967, 1962a, 1962b, 1962c, 1962d, 1962e, 1944), a realidade é por nós construída, para nós próprios. Nosso ponto de partida? Nossas experiências intersubjetivas, considerando que, dado o supracitado nesta seção, “as tipificações linguísticas, normas culturais, definições [...]” fazem parte “da imagem que” nós fazemos “do mundo social”, as quais podem embasar certa coerência, certa homogeneidade que promovam a “compreensão mútua” e, por conseguinte, “a interação significativa” (WALTER, 1979, p. 49).

Pelo exposto, temos, finalmente, uma sinopse dos escritos de Schütz concernentes à Sociologia Fenomenológica. Eis que se apresentam tintas verdes e bons pinceis. Podemos, ainda, pensar de um outro jeito – em que pese a homogeneidade do campo semântico auxiliar do qual lançamos mão desde o primeiro momento –, eis que se apresentam notas ensaísticas para a tessitura de tese que se almeja, paulatinamente, tocar, vibrar, propagar. Seguimos, nós, em busca do alcance das notas que entoamos no prelúdio, então. Em vista disso, intentaremos, a partir de agora, identificar o que, deste quadro teórico-metodológico de Schütz – que tanto priorizou o domínio das experiências imediatas no chamado mundo da vida – reverbera nos escritos de Schatzki e, principalmente, na noção de prática que já propaga com alguma frequência avizinhandose às notas ainda desconhecidas para o nosso encontro com a melodia central. Schatzki e suas proposições teóricas acerca das práticas são centrais.

Compreender, como já mencionado, é o verbo constante no objetivo principal desta pesquisa “compreender as práticas [...]”. E, neste ponto, podemos argumentar com Arendt (2008), uma vez que a autora defendeu o exercício de compreender como mais amplo do que os significados limitados que conseguimos apreender a partir da análise da realidade com o nosso ensaiado olhar acadêmico a partir daquilo que se conhece cientificamente. O conjunto de ineditismos da experiência, então vivenciada em um campo relacional, estaria submetido, tão somente, a uma análise científica dos dados. Antes de recuperarmos os principais elementos da ontologia das práticas em Schatzki, bem como refletirmos sobre as maneiras como elas se organizam nas proposições do autor, fundamentadas no que debatemos acima, pensemos, em

atenção a concluir o percurso de Schatzki, nas principais ideias de Wittgenstein. Ao que segue.

3.1.5 Wittgenstein e as ressonâncias de sua inteligibilidade compreensiva na ontologia da prática social de Schatzki

Neste escopo, recuperaremos a perspectiva wittgensteiniana para a atividade humana e social, de modo geral (SCHATZKI, 2008). Em primeiro lugar, cabe-nos apresentar Ludwig Wittgenstein (1889-1951), filósofo austríaco, tanto quanto Schatzki, foi professor na Universidade de Cambridge. Wittgenstein é um pensador proeminente da filosofia analítica, e, seus escritos, geralmente, estão divididos em duas principais fases (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 282).

Tractatus logicophilosophicus (WITTGENSTEIN, 1921), desta maneira, deve ser o grande destaque da primeira fase, uma vez que este foi o único livro que o pesquisador publicou enquanto ainda era vivo. Do que se trata? *Tractatus logicophilosophicus* “insere-se na tradição da análise lógica da linguagem iniciada por Frege e Russell e desenvolvida pelo “Círculo de Viena”, o qual sofreu sua influência”. O argumento do autor é de que a linguagem deve ser compreendida como inquietação principal da filosofia. Em linhas gerais, para o autor: “a linguagem é vista nessa primeira obra como tendo uma estrutura lógica que reflete a estrutura lógica do real [...] sendo a tarefa do filósofo estabelecer as condições dessa relação, determinando assim a possibilidade do significado” (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 282). Depois disso, começa a segunda fase, a qual foi compreendida como “o segundo Wittgenstein”. Nesta fase, destacamos o **jogo de linguagem**, ou seja, o autor chama à cena “a multiplicidade de usos que fazemos de palavras e expressões, sem que haja nenhuma essência definidora da linguagem enquanto tal” (p. 282).

Schatzki (2008), por sua vez, no livro intitulado *Social practices: A Wittgensteinian approach to human activity and the social*, apresenta sua leitura do autor no que tange às suas reflexões para um contexto mais abrangente de práticas, a partir de Wittgensteinian. Desse modo, na obra, em resumo, Schatzki apresenta “questões-chave para a teoria social”, tais como as estruturas básicas da vida social, o “caráter” da atividade humana e a “natureza da individualidade”. Logo, Schatzki, com base no trabalho de Wittgensteinian, especialmente nos

textos voltados para a investigação filosófica¹³⁵, publicados após sua morte, estabelece a importância das práticas para a vida social, como fenômenos fundamentais na vida social, a partir de seu relato da existência.

Em suma, logo no primeiro capítulo do livro, Schatzki (2008, p. 01) busca desenvolver uma concepção da prática que a coloque como fenômeno central da vida social. Neste sentido, o autor inicia debatendo acerca da natureza da vida social, explicando que, a teoria social, ao voltar-se para o necessário exercício analítico, considerava dois eixos principais: o indivíduo e o todo. Para ampliar tal proposição, Schatzki (2008) lança mão de um conjunto de teóricos e reflexões até, no final do capítulo chegar à Wittgensteinian, o que fundamenta tanto a percepção que Schatzki tem dos escritos de Wittgensteinian, quanto a maneira como Schatzki utiliza as principais ideias de Wittgensteinian (ver nota de rodapé 143) na concepção da prática social. Logo, interessa-nos recuperar parte desta trajetória schatzkiana em torno da elaboração da centralidade da prática na vida social. Ao que segue.

No séculos XIX e XX, explica o autor, as teorias sociais, de modo geral, promoveram o indivíduo ou o todo de tal como que esta bifurcação acabou por “agendar dois caminhos para a conceituação ontológica social”. Embora, explica o autor, a oposição entre tais escolas tenha diminuído, esta aparente divisão nas escolas de pensamento ainda está enraizada no pensamento social, como um todo (p. 01). Há, deste modo, correntes epistemológicas que visam a questionar a “integridade do social”, bem como a integridade do sujeito pessoal. Neste exercício, as problematizações que daí emergem desembocam na “interpretação da existência social como simples inter-relações entre os indivíduos”. Schatzki (2008) explica que os “teóricos da prática” (como Bourdieu, Giddens e Lyotard),

¹³⁵ Conforme consta em Schatzki (2008, p. 09): “Wittgenstein's Texts: Last Writings on the Philosophy of Psychology, Volume I: Preliminary Studies for Part II of Philosophical Investigations, ed. G. H. von Wright and Heikki Nyman, tr. C. J. Luckhardt and M. A. E. Aue. Chicago, University of Chicago Press, LW I 1990. Last Writings on the Philosophy of Psychology, Volume II: The Inner and the Outer, ed. G. H. von Wright and Heikki Nyman, tr. C. G. Luckhardt and Maximilian A. E. Aue. Oxford, Blackwell, 1992. LW II Philosophical Investigations, tr. G. E. M. Anscombe. New York, Macmillan, 1958 PI On Certainty, tr. Denis Paul and G. E. M. Anscombe. Oxford, Blackwell, 1977. Remarks on the Foundations of Mathematics, rev. ed., ed. G.H. von Wright, R. Rhees, and G. E. M. Anscombe, tr. G.E.M. Anscombe. Cambridge, Mass., MIT Press, 1978. OC RFM Remarks on the Philosophy of Psychology, vol. 1, ed. G. E. Anscombe and G. H. von Wright, tr. G. E. M. Anscombe. Oxford, Blackwell, 1980. RPP I Remarks on the Philosophy of Psychology, vol. 2, ed. G. H. von Wright and Heikki Nyman, tr. C. G. Luckhardt and M. A. E. Aue. Oxford, Blackwell, 1980. RPP II Zettel, ed. G. E. Anscombe and G. H. von Wright, tr. G. E.M. Anscombe. Berkeley, University of California Press, 1967”.

de modo geral, trilharam um “caminho do meio” neste debate, desenvolvendo sua crítica nas frentes (tanto para a ênfase unicamente no indivíduo, quanto para a ênfase unicamente no social), apresentando “novos conceitos organizadores ontológicos e pontos de partida para a teorização da vida social” (p. 01).

Nesta linha, Schatzki entende possibilidades para refletirmos “novas conceituações da natureza de socialidade”, bem como para “entendimentos mais profundos” sobre os indivíduos e sobre a multiplicidade de “todos” que “podem ser discernidos na vida social”. Deste modo, em primeiro lugar, destacamos o conceito de totalidade social, então explicitado pelo autor, como ponto de partida:

O conceito de uma totalidade social é o conceito de um todo social que é algo mais que suas partes. Isto significa, primeiro, que uma totalidade tem uma existência além daquela [da existência] de suas partes e uma natureza que transcende as propriedades da amalgamação dessas partes; e, segundo, que sua existência e natureza especificam propriedades e/ou significados para suas partes. Essas propriedades e significados geralmente pertencem ao "lugar" que as partes ocupam no todo. Acredita-se também que a existência, a persistência e o desenvolvimento do todo sejam regidos por princípios que se aplicam ao todo como um todo, assim, especificando de maneira derivada as operações das partes (SCHATZKI, 2008, p. 02).

Disso decorre que, o lugar que as partes ocupam no todo, ou seja, os condicionamentos situados, no que tange ao lugar do social de cada uma das partes do todo, implicam em diferenciações em sua natureza que exacerbam a soma das partes. Complementarmente, o todo também age e resulta com imbricamento no todo; existem, desta forma, relações do todo com o todo e das partes com o todo, bem como das partes entre si. Destacamos, assim, a reciprocidade destes imbricamentos quando refletimos sobre a totalidade social.

Na esteira desta reflexão Schatzki (2008), em busca de analisar a sociedade e sua possibilidade de ser compreendida como um todo social, argumenta que a “a noção de sociedade como limitada guiou teóricos tão diversos quanto [...] Hegel, Karl Marx, Emile Durkheim, [...]”, além de, “mais recentemente, Bronislaw Malinowski, Louis Althusser, Talcott Parsons e Niklas Luhmann”. Para Schatzki (2008), de modo geral, tais pensadores [e aqui estamos recuperando a leitura de Schatzki sobre] observaram “fenômenos sociais de menor abrangência”, ao que podemos ilustrar elencando “rituais, instituições políticas, famílias e ideologias”, os quais, segundo o autor, seriam (SCHATZKI, 2008, p. 02):

[...] designados lugares como partes da sociedade por referência às realizações necessárias para o equilíbrio ou funcionamento da sociedade; contribuições para a sobrevivência da sociedade, [...] persistência, evolução lenta e direcional; ou uma série de princípios abrangentes de liberdade, razão ou valor.

Por outro lado, Schatzki (2008) explica que a oposição ao conceito de totalidade social, insiste na “preeminência da existência particular, local e transitória da existência social”. Esta oposição ao conceito de totalidade social, defende Schatzki ao antecipar elementos de sua noção de prática social, assume a relevância do particular como foco de análise porque entende que a análise dos “intrincados e complexos fenômenos emaranhados que constituem a vida social tão bem amarrada e governada por princípios sistêmicos” negligencia “as relações contingentes, mutáveis e frágeis entre os fenômenos sociais que os tecem em constante mudança de constelações” (SCHATZKI, 2008, p. 02). Logo, é importante atentarmos que, a ideia de complexos fenômenos emaranhados aparecerá na ontologia contextual da prática em Schatzki.

Na sequência, mais pormenorizadamente, Schatzki (2008, p. 04) recupera o pensamento de Foucault e Giddens, ampliando sua análise do social. Schatzki, então, explica que, para Foucault, “a vida social é um espetáculo multifacetado determinado por um labirinto de forças heterogêneas e locais, cujo movimento é incessante e o futuro indeterminado”. Giddens, por sua vez, defendeu como “ultrapassado o conceito de sociedade como um todo limitado e unificado”. Adicionalmente, Schatzki compreende que a ideia de renascimento de totalidade no pensamento social deve ser atribuída a Hegel (e, conseqüentemente a Marx), a partir da “imagem de unidades sociais totais” (p. 04).

Na linha da elaboração deste panorama, Schatzki (2008) explica que, em sua leitura, o conceito de totalidade fora, também, utilizado de forma análoga aos organismos biológicos, depois absorvido pelas teorias funcionalistas. Isso porque, de forma análoga ao funcionamento do corpo humano, por exemplo, nas teorias funcionalistas (funcionamento, função), a totalidade pode ser relacionada com o funcionamento dos organismos biológicos, tal como nosso corpo, em que cada célula implica na ação e na função de outra, com a integração do todo.

Voltando à Giddens, teórico da prática, e, por essa razão, é fundamental que entendamos de que forma Schatzki (2008) interpreta os escritos de Giddens, temos:

Giddens desenvolveu uma teoria do mundo social que constrói instituições e estruturas a partir de práticas que não são definidas em relação a todos os conjuntos que elas poderiam ajudar a formar, mas sim através das matrizes interligadas de regras (e recursos) que as governam. Ele retrata a realidade social, correspondentemente, como um mosaico de práticas interpenetrantes, interdependentes e mutantes. Conceitos como a sociedade, se tomados em seu sentido tradicional e não reinterpretados, se tornam obsoletos como resultado do propósito de compreender a natureza da vida social. Giddens, conseqüentemente, reescreve as sociedades como intersecções de múltiplos conjuntos de práticas recorrentes "que" sobressaem em baixo relevo "da rede total de práticas interligadas e raramente são demarcadas no espaço e no tempo" (SCHATZKI, 2008, p. 04).

De modo complementar às reflexões de Giddens, trazendo o debate em torno do capitalismo, por exemplo, Schatzki (2008, p. 05-06) explica que a batalha contra o capitalismo "proporcionou uma estrutura abrangente na qual as lutas contra qualquer instituição social em particular, para qualquer grupo específico e em qualquer país, deveriam ser integradas". No entanto, para o autor, mesmo antes do fim da Guerra Fria, melhor dizendo, mesmo "antes do fim da oposição da Guerra Fria aos blocos capitalista e comunista, os novos movimentos sociais", implicaram em novas configurações para o debate. Isso porque, tais movimentos, "juntamente com uma infinidade de movimentos de libertação do Terceiro Mundo, haviam abandonado esse jugo e alcançado graus variados de autonomia como frentes opostas" – ou seja, o debate fora fragmentado, no entendimento do autor.

Esta cisão, analisa Schatzki (2008) "gera novas questões sobre a coexistência, compatibilidade", as quais se desdobram em novas implicações, na medida em que "possibilita relações entre mobilizações particularistas, com as diversas agendas, às vezes mutuamente incompatíveis" (p 06). Logo, podemos destacar a coexistência de interesses locais e particulares no debate desta agenda internacional. Neste sentido, Schatzki (2008, p. 06) explica que "negociar a inconstante cacofonia das demandas locais e particulares é hoje um dos principais desafios da política nacional e internacional". O autor faz uso deste exemplo para ilustrar que, em alguma medida, a "a totalidade, enfim, tornou-se problemática".

Por outro lado, Schatzki (2008) constata a mesma lacuna nas teorias modernas que postulam a estrutura da existência social priorizando a análise dos indivíduos em relação, tão somente: "a tradição do individualismo - ou, como

Parsons apelidou de "utilitarismo" – procurou compreender o mundo social como consistindo de alguma forma em inter-relações entre os indivíduos sozinhos" (p. 06). No escopo das ontologias individualistas, Schatzki critica as teorias da filosofia política que reverberam "as tradições do direito liberal e natural", as quais supõem "sujeitos individuais, psicologicamente integrais", completos, "independentemente de sua participação nas instituições e práticas sociais".

Nesta linha, para Schatzki (2008), o estruturalismo, por exemplo, "desvinculou a significação das operações do sujeito e tratou o assunto como derivado das estruturas abstratas da diferença". A psicologia cognitiva, por sua vez, por muitas vezes, tratou "sujeitos e mentes como nada mais do que, ou na melhor das hipóteses epifenômenos, do cérebro". De modo geral, Schatzki (2008, p. 07), a partir dos exemplos, conclui que tais abordagens se mostram insuficientes, na medida em que se apresentam como "tentativas de conceber a vida social como fundamentalmente nada além de inter-relações entre os sujeitos que agem e experienciam".

Em vista disso, Schatzki (2008, p. 08) explica que o movimento da "teoria contemporânea adverte contra a teorização da estrutura da vida social a partir dos conceitos da totalidade ou do indivíduo", embora tanto uma quanto a outra, individualmente, ainda tenham seguidores. Neste ponto, é que o autor situa o seu trabalho, ao reconhecer que o esforço intelectual que cabe ao debate supracitado é o da proposição de ontologias alternativas, articulando individualidade e totalidade. Tal assumpção indica-nos que Schatzki (2008), em seu exercício epistemológico, não assume nem a tese da antitotalidade nem a da atiindividualidade.

Destarte, podemos compreender o projeto teórico da prática social de Schatzki, com base no que o próprio autor defende que se propôs a fazer: "o meu projeto visa a desenvolver elementos-chave de uma concepção geral da vida social", face "à complexidade entrelaçada e à falta de totalidade enfatizada [...] e que melhor compreenda a constituição social". Assim sendo, o projeto de Schatzki objetiva a lançar "mais dúvidas sobre a utilidade fundamental das escolhas ontológicas tradicionais" (SCHATZKI, 2008, p. 10). Isso não significa que, defende o autor, por exemplo, o exercício de criticar determinada ontologia individualista se desdobre diretamente em associação ou defesa a uma epistemologia relativista.

Schatzki explica que a teoria da prática, nas últimas décadas, relativizou, em alguma medida, a perspectiva ou do todo ou da parte – oferecendo mais do que um exercício crítico de filiação ou ruptura. Para tanto, reconhece como teóricos que promoveram a prática como fenômeno social fundamental: “Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jean-François Lyotard, Charles Taylor e, até certo ponto, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe” (SCHATZKI, 2008, p. 11). Para ele, estes teóricos, em tese, concordam que (SCHATZKI, 2008, p. 12):

[...] as práticas não são apenas objetos essenciais de análise em uma descrição da sociedade ocidental contemporânea, mas também o central fenômeno social por referência ao qual outras entidades sociais, como ações, instituições e estruturas, devem ser entendidas. Eles especificam um tipo particular de entidade, a saber, as práticas, como o principal elemento constitutivo na vida social, não significa que elas avancem nas contas "totalizantes". Em nenhum lugar grandes totalidades unificadas aparecem em suas teorias. Embora difiram muito entre si, seus relatos apresentam imagens pluralísticas e flexíveis da vida social que geralmente se opõem a unidades hipostatizadas, estabelecem a ordem em contextos locais e/ou acomodam com êxito complexidades, diferenças e particularidades.

No entanto, dada a multiplicidade paradigmática que os teóricos supracitados ensejam, “dadas as consideráveis diferenças entre suas análises, o termo "teoria da prática" só pode designar a família de concepções de prática que desenvolvem” (SCHATZKI, 2008, p. 12). Por outro lado, defende o autor, estas concepções, “compartilham, pelo menos, uma característica importante: a ideia de que as práticas são o local onde a compreensão é estruturada e a inteligibilidade (Verständlichkeit e Bedeuten) articulada (gegliedert)” (p. 12). Dentro disso, podemos identificar diferenças entre a natureza da compreensão e da inteligibilidade, a começar pelo fato de que muitos deles não empregam os termos compreensão e inteligibilidade.

Pelo exposto, Schatzki (2008) defende que, ao “designar práticas como o fenômeno social fundamental, esses pensadores colocaram-nas no centro da teoria social”. Face a esta reflexão, Schatzki chama a atenção para a ausência de Ludwig Wittgenstein nesta lista de “teóricos da prática”. Também pudera, pois Wittgenstein não procedeu a teorizações sobre questões ontológicas sociais, tampouco, como Schatzki (2008, p. 12) interpreta, não produziu “teorias sobre qualquer coisa”. Para Schatzki, no entanto, Wittgenstein é o pensador que (talvez) tenha se “concentrado mais intensamente do que qualquer outra pessoa”

para entender “como as práticas carregam a inteligibilidade compreensiva” (p. 12).

Inteligibilidade em Wittgenstein

Desse modo, em atendimento ao exercício a que nos propomos de recuperar as assonâncias de Ludwig Wittgenstein para noção de prática de Schatzki, recuperamos a interpretação de Schatzki (2008) para a possibilidade de realizar uma descrição das práticas com Wittgenstein, na medida em que o autor acena para tal exercício com o termo jogo de linguagem. jogos de linguagem de Wittgenstein em descrição das práticas. Mais do que isso, esclarece Schatzki (2008) sobre as possibilidades do trabalho de Wittgenstein: “não apenas oferece [...] análise incisiva do entendimento prático e da inteligibilidade, mas pode ser empregada para [...] posicionar as práticas como o fenômeno central no emaranhado que é a sociabilidade humana” (p. 12).

E aqui, importante realçar que Schatzki (2008), [talvez possamos utilizar a expressão neonzar, isso porque, realçar: ; neonzar: . Este último aparece, parece, em termos fenomenológicos, muito mais, certo?] põe em curso seu projeto de desenvolver uma ontologia alternativa, valendo-se da articulação da totalidade com a individualidade, como prometeu, explicitamente bebendo em Wittgenstein (ver rodapé 143). Isso fica evidente, quando Schatzki (2008, p. 12), anuncia que “nas mãos de Wittgenstein, a compreensão e a inteligibilidade estruturam não apenas o campo social, mas também o domínio da mente e da ação individuais”. Na linha desta perspectiva, explica Schatzki (2008, p. 13):

[...] as práticas, além de serem os elementos e circuitos que formam as redes flexíveis nas quais os campos sociais consistem, também (1) ajudam a estabelecer quais estados e ações mentais os seres humanos são e podem ser e (2) são os contextos nos quais os humanos [...] realizam as ações que compõem as práticas. Em virtude dos entendimentos e inteligibilidades que eles acarinham, as práticas são onde os domínios da sociedade e da mentalidade/atividade individual são, ao mesmo tempo, organizados e interligados. Tanto a ordem social quanto a individualidade, em outras palavras, resultam de práticas.

A percepção da prática supracitada, salienta Schatzki (2008), não foi inaugurada a partir de sua leitura da descrição dos jogos de linguagem de Wittgenstein. Tal perspectiva, antecipada pelos teóricos da prática, como “Laclau e Mouffe”, e, fundamentalmente, por “Bourdieu e Giddens” (p. 13), na medida em

que, estes dois últimos teóricos, observaram “que os domínios da mentalidade e da sociabilidade são conjunta e coordenadamente constituídos por um mesmo tipo de fenômeno”. Realizada a devida referência aos teóricos seminais da prática, Schatzki explica que “a versão wittgensteiniana dessa tese”, no entanto, é mais abrangente, inclusiva e completa, com “uma base mais ampla para a individualidade e a sociabilidade”.

Em Wittgenstein, dessa maneira, Schatzki (2008), ao lastimar que os teóricos da prática não¹³⁶ tenham tido interesse pelo trabalho deste autor, encontrou o que ele chamou de “análise seminal das práticas, com implicações significativas para a constituição do indivíduo e a natureza da sociabilidade” (p. 13). Eis a justificação fundamental de observarmos com cuidado a influência de Wittgenstein para os esforços de Schatzki em desenvolver uma teoria da prática contextual, flexionando a questão da constituição social do indivíduo e da articulação da inteligibilidade: a reformulação do objetivo do seu projeto de desenvolvimento de uma ontologia “alternativa”, como explicamos no início desta subseção. Nas palavras do próprio Schatzki (2008, p. 13), temos: “o objetivo do meu projeto pode, portanto, ser reformulado como um relato em desenvolvimento da prática, baseado e inspirado pelo trabalho de Wittgenstein”.

A noção de social em Schatzki

Mais pormenorizadamente, Schatzki (2008, p. 13), ao compreender a inteligibilidade como articulada, não sugere que “a existência social se reduz à linguagem de algum modo fundamental ou que tudo sobre práticas possa ser expresso em linguagem”. Diante disso, emerge como debate intrínseco à noção de práticas de Schatzki, a argumentação acerca da noção de social em Schatzki. Em primeiro lugar, é imperioso destacarmos que a noção de social em Schatzki deve ser relacionada à coexistência humana (SCHATZKI, 2008, p. 14):

Por social, para começar, quero dizer pertencer à coexistência humana. Embora, do latim *socialis* remeta à companheirismo, a expressão social tem sido usada em um sentido mais amplo nos tempos modernos, para designar qualquer aspecto da coexistência humana.

¹³⁶ Schatzki (2008, p. 13) explica, neste sentido, que, “infelizmente, com exceção de Lyotard, David Bloor e, em menor medida, Giddens e Laclau e Mouffe, os teóricos sociais geralmente ignoraram seu trabalho” [ignoraram o trabalho de Wittgenstein].

Esse alargamento da ideia de social, de modo adicional, também pode ser utilizado em outras definições de social, explica Schatzki (2008). Para ilustrar tal questão, ele recupera a definição de social apresentada por Parsons (1968, p. 360), qual seja: “[...] o social é aquele elemento da realidade concreta total da ação humana na sociedade, que é atribuível ao fato de a associação ser uma vida coletiva”. Desse modo, identificamos na definição de Parsons, igualmente, conotação mais abrangente do que companheirismo: “a associação humana, ou interação, é mais ampla do que companheirismo e é, portanto, uma paráfrase mais adequada do social” (SCHATZKI, 2008, p. 14).

Interessou-nos, assim, recuperar a ideia parsoniana de social, especialmente porque os comentários adjacentes de Schatzki sobre esta definição, podem nos auxiliar a compreender o que deve ser atribuído à noção de social de Schatzki. Logo, Schatzki (2008, p. 14) tece críticas ao empreendimento de Parsons, na medida em que este último “define social por referência à sociedade” e, mais do que isso, porque, para Schatzki “nem todas as características da sociabilidade são atribuíveis ao fato da interação humana”.

“Zusammenhang”: a coexistência humana em Schatzki

A ideia da coexistência humana é central na noção de prática de Schatzki. A coexistência humana, desta forma, remete em primeiro lugar, a pessoas e, ao que Schatzki (2008, p. 14) está “descrito na palavra alemã: *zusammenhang*”. Revisitamos o verbete em um dicionário alemão-português (TOCHTROP, 1968) e encontramos a tradução como a palavra contexto. Schatzki (2008, p. 14) vai além e explica que “um *zusammenhang* é um estado de união conjunta. Duas palavras que traduzem a expressão alemã em inglês, “nexo” e “contexto”.

Logo, na trajetória da prática social traçada por Schatzki, a ideia de coexistência é ligada a um *zusammenhang*, então entendido como “um conjunto de entidades que forma um contexto para cada uma delas”. Neste sentido, a “coexistência humana é um conjunto de vidas humanas que forma um contexto no qual cada uma delas se processa individualmente”. A partir disso, explica o autor, a sociabilidade assume novos contornos, uma vez que essa [ideia pode] acomodar estados de sociabilidade de amplitude e complexidade variadas” (SCHATZKI, 2008, p. 14).

Há, nesta perspectiva de coexistência, lugar tanto para a análise do micro, no qual podemos destacar ações íntimas e espaços sociais menores – como comer, dormir, almoçar em família, ler um livro, assistir a uma aula – quanto para os macro fenômenos – como crise econômica, guerra mundial, copa do mundo etc. As “vidas” assim convivem e se entrelaçam, desta maneira, sob diferentes perspectivas de complexidade. É importante, cabe-nos ressaltar de modo complementar, que não pensemos automaticamente em um *Zusammenhang*, alerta Schatzki (2008), “simplesmente como indivíduos inter-relacionados” (p. 15), ao passo que o autor defende a ideia de que as práticas “são o meio no qual as vidas se inter-relacionam”.

3.1.6 Ontologia contextual: a prática em Schatzki

No título desta tese, qual seja, “*As práticas de trabalho em um Tribunal Regional Eleitoral em meio à crise de representatividade: por trás das urnas à luz da Teoria Política de Hannah Arendt*”, as práticas aparecem como informação primeira, pelo menos, como o nome precedido de artigo. Como substantivo feminino, então, a palavra prática leva acento porque é uma proparoxítona (antepenúltima sílaba tônica – todas são acentuadas), e remete à “execução de algo que foi idealizado: execução frequente de uma atividade, alcançada por treinamento”. Mais do que isso, o verbete no dicionário ainda alude “ao que é real, não é teórico, é realidade” (LUFT, 2006). Suprimindo o acento, teríamos o verbo conjugado pratica. Ele pratica.

Começamos com esta aparente reflexão pueril, especialmente, para explicitar que a prática ligada ao treinamento e repetição não remete à noção de prática que se costura na tessitura deste texto. Embora servidores do TRE-RS estejam, muitos deles, há mais de 30 anos fazendo eleições “da mesma maneira” (legislação eleitoral é de 1965, respeitadas as atualizações) (BRASIL, 1965), a ideia da repetição (até a institucionalização suprema), da frequência, como quem treina em um time esportivo, não é o sentido de prática que devemos depreender da leitura do título, tampouco dos desdobramentos desta noção ao longo do texto que ora escrevemos. Estamos falando, desta forma, da noção de prática em Schatzki, elegida no arcabouço teórico da prática, especialmente pela sua ontologia contextual, dada a complexidade do campo pesquisado.

Para Schatzki (2008, p. 15), as práticas são “uma dimensão da coexistência humana distinta, embora não separada dos indivíduos e de suas interações”. Na ontologia da prática social do autor, dessa forma, a socialidade é um termo importante a ser destacado. Em vista disso, recuperamos as reflexões que Schatzki realizou do termo sociabilidade no escopo do pensamento social, de modo geral:

O termo socialidade é usado no pensamento social de duas maneiras principais. Refere-se, primeiro, à "socialidade", à condição de ser social; e nesse uso se opõe, por exemplo, à "individualidade", ou àquilo que pertence unicamente à vida de um indivíduo. A socialidade da existência humana, nesse sentido, é a dimensão social ou aspecto da existência humana. [Em segundo lugar] o termo refere-se [...] à natureza da dimensão ou aspecto social da existência humana. [...] [Assim], a sociabilidade, no segundo sentido, designa o contexto que forma a coesão que constitui a convivência humana. A participação em tal suspensão é, portanto, o que é para uma pessoa sair de uma condição de socialidade no primeiro sentido. (SCHATZKI, 2008, p. 15).

Claro está que Schatzki tratou da dimensão **social** da prática, no sentido do contexto da convivência humana, por exemplo. Este social, por sua vez, tem uma ordem, um ordenamento. Na perspectiva de Schatzki (2008, p. 15) o termo ordem social diz respeito “às ordenações na vida social”, como as vidas humanas arranjadas de diferentes maneiras. Dito de outra maneira, a partir da ideia de ordem social, o autor introduz termos importantes para a noção de prática que desenvolve: “ordenamento significa um arranjo de entidades em que cada um tem significado e lugar”.

Dessa forma, no livro *Social Practices*, Schatzki (2008) apresenta noções sobre prática social, a partir, nas palavras do próprio autor, relações com as reflexões da fenomenologia de Heidegger (2005) (SCHATZKI, 2008, p. 89). Esta proposição corrobora nossas argumentações acerca das reflexões epistemológicas que abriram esta Parte III da tese. Para fins de demarcar os elementos teóricos, os quais, embasarão a nossa análise do campo empírico, apresentamos a sistematização a seguir.

O que nos orientará no exercício analítico, desta maneira, é a noção de prática enquanto fenômeno social, considerando aí a dimensão da coexistência humana, na medida em que contempla conjunto de atividades humanas organizadas (SCHATZKI, 2008). O que fazemos ao longo do tempo? Ao realizarmos diferentes atividades, como compartilhar o espaço público,

[concordando, discordando], como votar, como trabalhar em uma eleição, como candidatar-se para um cargo político, um “emaranhado”, diria Schatzki (2008), estamos desenvolvendo “um conjunto estruturado de ações realizadas pelas pessoas ao longo do tempo e do espaço” (SANTOS, SILVEIRA, 2015, p. 83).

Nas palavras de Schatzki (2008, p. 89), tal conjunto de ações que compõe uma prática, “pode ser compreendido como um conjunto incorporado de fazeres e dizeres, os quais formam um nexos – o que significa dizer que estão ligados, de alguma maneira”. Isso porque, tal como defende Schütz, é “o significado de nossas experiências e não a estrutura ontológica dos objetos que constitui a realidade” (SCHUTZ, 1970, p. 248). Diante disso, chamamos a atenção para esta ideia de fazeres incorporados face à atribuição de significado. Claro está que a proposição de Schatzki (2003, 2005, 2008), ao ensejar o desenvolvimento de uma ontologia alternativa às ontologias da totalidade, ou da individualidade, não se limita a estudar padrões de comportamento, por exemplo.

A ideia de significado, dessa forma, como explicitada por Reckwitz (2002) urge em meio às possibilidades da reciprocidade das ações (das mais básicas às mais complexas), do que conhecemos, do que desejamos, do que sentimos. Logo, podemos depreender uma aparente dificuldade para estabelecermos limites entre os elementos no “bojo, espírito, âmago, centro, coração, ânimo” da prática social (RECKWITZ, 2002, P. 252):

[...] os fazeres e dizeres incorporados “in natura” de um *know-how*, de uma forma particular de interpretação (do comportamento dos outros, por exemplo), de um dado propósito (ganhar o jogo, por exemplo) ou de determinados estados emocionais (tensão, motivação etc) que os agentes, como portadores da prática, fazem uso rotineiro .

Nesta esteira, Schatzki (2008) identifica elementos fundamentais de ligação, de nexos, quais sejam: 1) entendimentos; 2) regras; 3) estruturas teleoafetiva; ao passo que, no escopo da coexistência humana, elas “expressam os mesmos entendimentos, que observam, violam ou ignoram as mesmas regras, que perseguem fins aceitáveis dentro de uma mesma estrutura teleoafetiva” (p. 88-89). Há, nesta medida, uma perspectiva de direcionamento, governança, engendrados pela própria prática.

No quadro 1 abaixo, organizamos a explicação de Schatzki (2003, 2005, 2008) para os elementos fundamentais:

Quadro 3 – Elementos fundamentais da organização da prática em Schatzki (2008)

Elementos Fundamentais	Descrição com base em Schatzki (2008, 2003, 2005)
Entendimentos	<p>Para Schatzki (1997), “os entendimentos práticos podem ser tratados como aquelas habilidades que são empregadas na execução das ações e/ou que ajudam a definir o significado das diferentes situações com as quais os atores se deparam (p. 301).</p> <p>Com relação a isso, Santos e Silveira (2015, p. 84) explicam que “estão relacionados ao “saber fazer”, isto é, à habilidade, à competência para “saber como” se pode (ou se deve) fazer (ou dizer) as coisas, mas também o “saber como” identificar/entender as ações dos outros, o “saber como” instigar ações desse tipo nos outros e/ou o “saber como” responder a elas em determinados contextos/situações espaço temporais característicos da prática em questão”.</p> <p>Sustentado por meio das ações.</p>
Regras	<p>Complementarmente, as regras dizem respeito àquilo que explicitamente é formulado (SCHATZKI, 2008, P. 89).</p> <p>“[...] princípios, preceitos e instruções (leis, normas, regulamentos, procedimentos, critérios de decisão) que prescrevem, apontam, direcionam, censuram, instruem o que deve ser dito e/ou feito pelos praticantes – elas permitem/provocam/impedem/fazem emergir novas ações, bem como regulam as atividades já existentes” (SANTOS, SILVEIRA, 2015, p. 84).</p> <p>Dizer que determinadas regras conectam fazeres e dizeres de uma dada prática – e ajudam a organizá-la – é dizer que as pessoas consideram, observam, aderem, ao levarem a cabo esses fazeres e dizeres, as mesmas regras (SCHATZKI, 2002).</p> <p>Regularidade normativa.</p>
Estruturas Teleoafetiva	<p>Mais do que o que é certo ou errado, aquilo que concebemos como aceitável em uma instância com legitimação prática normativa, mas quando “um conjunto hierarquicamente organizado e “normativo” de fins (objetivos, interesses), meios para alcançá-los (projetos, tarefas – ações) e, ainda, emoções (sentimentos, afetos, humor), que são aceitos e aconselhados, considerados como válidos ou legítimos na prática” (SCHATZKI, 2008; SANTOS, SILVEIRA, 2015, p. 84).</p>

Fonte: elaborado pela própria autora com base em Schatzki (2003, 2005, 2008) e no esquema de Santos e Silveira (2015) sobre a ontologia da prática em Schatzki.

Por fim, ao debater a questão da coexistência humana e da multiplicidade da vida social (incluindo inclusive não-humanos – as entidades materiais), Schatzki (2003, 2005, 2008) acaba por descrever quatro tarefas fundamentais para o estudo das organizações, quais sejam (SANTOS, SILVEIRA, 2015, p. 82):

- 1) “delimitar as atividades humanas (e/ou os eventos, episódios, interações) que compõem o fenômeno de interesse”;

- 2) “identificar a malha prática-arranjo da qual essas atividades (eventos, episódios, interações) fazem parte”;
- 3) “determinar possíveis outras malhas prática-arranjo com as quais essa malha específica possa estar conectada” (mesma organização ou de outra)”;
- 4) “traçar as cadeias de ação dos agentes humanos e não-humanos¹³⁷ que circulam dentro dessa malha específica”.

Uma vez que, conforme apresentamos, o projeto de Schatzki (2008), em resumo, esteve voltado para a superação das dicotomias entre a totalidade e a individualidade, como supracitado nas seções anteriores, iremos, seguindo as sugestões do autor para estudos nas organizações, analisar a prática enquanto fenômeno social, a partir da perspectiva de Schatzki, seguindo as tarefas “fundamentais” para os estudos das organizações.

¹³⁷ O complexo debate acerca da relação da agência humana e não-humana não perfaz uma questão teórica central na construção do argumento desta tese. No entanto, embora não seja nossa opção acolher e fundamentar a agência não-humana, embora hesitemos em fazê-lo, dado o esforço que este exercício exige, optamos por mencionar a interação da coexistência humana com artefatos e coisas, em arranjos materiais, com vistas a cumprir tão somente com as orientações do projeto de Schatzki para as tarefas fundamentais aos estudos organizacionais, supracitadas. Não nos comprometemos, desta maneira, a explorar o tema com a profundidade que esta abordagem exige. No escopo da teoria ator rede (TAR), por exemplo, Jhon Low, Michel Callon, Bruno Latour foram pesquisadores proeminentes no desenvolvimento de estudos voltados para analisar a relação da agência humana com a agência não-humana (CALÁS; SMIRCICH, 1999). Com Low (1992), podemos pensar na heterogeneidade dos atores (organizações, materiais, humanos) e em suas relações pautadas pelos processos e pelas práticas. No campo empírico, por exemplo, em pesquisa realizada na multiplicidade de elementos complexos e heterogêneos que integram o desastre (crime) da Samarco, no ano de 2015, Bussular (2018) utiliza a TAR, inclusive como método, com vistas a desenvolver debate técnico e sociológico acerca do crime-desastre, identificando as controvérsias, frente aos processos de organizar a partir de. Com a TAR, a pesquisadora pôde analisar a agência não-humana dos rejeitos no rio Doce e da mortandade continuada dos peixes, alavancada pelas reações, ao longo do tempo, das substâncias químicas que eles carregavam. Isso posto, nossa intenção é tão somente ampliar a possibilidade da coexistência humana, identificando as malhas-práticas arranjo que integram umas às outras, também em arranjos materiais, conforme explica Schatzki (2003, 2008). Assim, ainda que as práticas, para Schatzki (2003, 2008), sejam ordenadas no contexto humano, o autor amplia as possibilidades relacionais da agência humana, os cenários, considerando, complementarmente, os arranjos materiais que aí se engendram. Há, na perspectiva de Schatzki, uma conexão entre humanos e não-humanos na malha de práticas e arranjos. Para Schatzki (2003, 2008), estabelecemos, assim, conexões físicas com outros arranjos, no cenário de coexistência. Nesta linha, os arranjos materiais concebem circunstâncias [em consonância com os arranjos de práticas] “nos quais as pessoas, artefatos, organismos e “coisas” coexistem, ou seja, posicionam-se, relacionam-se (de uma maneira e não de outra) e “ganham” uma dada identidade (e não outra) no caso das pessoas, e um dado significado (e não outro) no caso dos demais elementos” (SANTOS, SILVEIRA, 2015, p. 89).

3.2 EM BUSCA DE UMA METODOLOGIA PARA ANÁLISE DAS PRÁTICAS

Complementarmente, uma vez que caminhamos com/por Schatzki, apresentaremos, neste escopo, reflexões atinentes ao nosso exercício de buscar uma metodologia para *compreender* (voltaremos a isso), tendo as práticas como objeto de análise. Este capítulo, é importante justificarmos, foi escrito e pensado em outro momento da trajetória desta tese. No entanto, em que pese a orientação fenomenológica desta pesquisa, e a escolha da metodologia fenomenológica empírica (SANDERS, 1982) (capítulo seguinte), do que resulta o exercício de ir várias vezes às coisas mesmas, respeitando a lucidez dos fenômenos, da realidade, em detrimento de nossos absolutismos científicos, optamos por manter parte destes escritos como um recurso de transição

Desta forma, este trecho corresponde a uma primeira ida à (ao) e volta da coisa, do fenômeno, tal como este apresentava-se em um momento primeiro. É, desta maneira, imprescindível que este recurso metodológico, ainda da fase inicial da pesquisa (mas igualmente da pesquisa), possa ser inserido como nexos, ligação, um caminho ao caminho para a (s) essência (s) do fenômeno, para o compreender e o interpretar. Assim, este capítulo é um fragmento dos caminhos metodológicos do fazer etnográfico que, neste momento, enquanto não voltamos às coisas mesmas, está no ANEXO A deste texto. A primeira ida à metodologia nos levou à etnografia:

[...]

[como caminhamos e do que imergir em um campo de conhecimento, desta forma, o pesquisador deve ter ciência de que “as palavras das pessoas devem ser tomadas como a realidade do mundo (delas), não como um conjunto abstrato de crenças”. Para além do que atentar-se para significados tão somente, “o pesquisador deve voltar para a realidade prática do cotidiano, ou seja, o seu exercício deve ser o de fazer uma ontologia” (SOUZA, 2015; CAITITÉ, 2016).

Assim, em início de deslocamento teórico-metodológico, o *pré-saber* que orientou nosso olhar para as práticas de trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, foi fundamentado, como supracitado, na noção de práticas

enquanto fenômenos sociais (SCHATZKI, 1996, 2002). Com esta inspiração teórica começamos a apresentar a tessitura dos caminhos e descaminhos da construção do argumento de tese que desenvolvemos a partir da experiência junto à organização das eleições municipais de 2016, em Porto Alegre.

Inicialmente, então, com base em Gherardi (2014, p. 04), nossa perspectiva metodológica busca romper com uma “imagem mentalista do conhecimento”, na qual uma “metodologia de pesquisa” adota “processos cognitivos individuais ou coletivos como o domínio adequado para investigar os esquemas e os mecanismos mentais” por meio dos quais “o conhecimento é armazenado”.

O conhecimento será concebido como “uma atividade mundana, situado nas práticas de trabalho e na organização em curso”. Dentro desta perspectiva, precisaremos adotar um caminho de pesquisa “apropriado para o conhecer na prática” (GHERARDI, 2014, p. 04). Disso decorre que, a partir dos estudos baseados em práticas, o conhecimento é um fenômeno observável, logo, será estudado empiricamente como uma prática situada (GHERARDI, 2014). E, neste sentido, de forma genérica, nosso esforço em campo, esteve voltado para as práticas situadas.

Na esteira deste pensamento, Gherardi (2014, p. 06) defende que o conhecimento, então, “não surge de descobertas científicas”, mas é produzido por meio de “práticas situadas de produção e reprodução de conhecimento utilizando as tecnologias de representação e mobilização”. Desse modo, para a autora, os estudos empíricos norteados pela abordagem baseada em prática devem rumar em direção da “organização prática do conhecimento” e isso ocorre sob a configuração de “métodos de ver, raciocinar e agir em associações de elementos humanos e não humanos”. E, neste sentido, embrionariamente, nos sentimos aproximados desta reflexão, na medida em que adentramos no campo, identificamos tanto a agência dos servidores quanto das urnas eletrônicas, por exemplo.

Logo, se pretendemos “olhar para o conhecimento observável no seu fazer e desfazer”, partimos do “exercício de observar as práticas de trabalho como *locus* de produção e reprodução de conhecimento”. Ademais, é importante atentarmos para “as dinâmicas entre prática como conhecimento institucionalizado e o praticar como processo de institucionalização”, assumindo

que “conhecer na prática é sinônimo de praticar” (GHERARDI, 2014, p. 07). Deste modo, considerando a dinamicidade deste conhecer ação, conhecer (verbo), antes de apresentar a estrutura metodológica que orientou nossos passos *por trás das urnas*, argumentaremos sobre como nossa imersão no campo, progressivamente, desde a mais tenra etapa até o presente momento de exercício de escrita, nos conduziu a optar por não nomear este percurso metodológico como etnografia, apesar de não negarmos a utilização de muitos dos seus recursos, como veremos a seguir.

3.2.1 Estudo qualitativo, mas não uma etnografia

Etnografia. Etnografia. Etnografia. A repetição da escrita é para chamar à cena metodológica que abaixo se descreverá o seguinte fato: desde seu surgimento é apreciável o interesse crescente dos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento nesta metodologia de pesquisa (URIARTE, 2012). Nasce na Antropologia, na qual o material coletado não representa somente dados passíveis de análise, mas, mais do que isso, “questionamentos, fonte de renovação”. Fortemente caracterizada pela empiria – “eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos” – esta impressão categórica pode ser percebida também como uma “desvantagem, se não uma impropriedade” por outras áreas do conhecimento como sociólogos, por exemplo (PEIRANO, 2014, p. 380).

Na esteira desta primeira impressão, Uriarte (2012, p. 01) corrobora a ‘popularização’ da etnografia, ao pontuar que “é louvável o entusiasmo que a etnografia vem suscitando, nos últimos anos, em diversas áreas do conhecimento: ‘fazer etnografia’, ‘perspectiva etnográfica’, ‘etnografar” – etno ação qualquer coisa, desde que haja um pesquisador, um campo e sede por um método de pesquisa. Para a Antropologia, no entanto, a etnografia não é somente um método de pesquisa. Embora, Uriarte (2012, p. 01) ensine que, a etnografia, “se entendida apenas como método, estaria acessível a qualquer pesquisador a procura de”. No entanto, complementarmente, Peirano (2008, p. 03) vai além e explica que não pode ser resumida a uma prática de pesquisa, a uma metodologia, para a autora, se há um investimento em busca de

conhecimento teórico anterior à imersão no campo, a etnografia é a própria vivência da teoria: “no fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados.”

Apropriada como método por diferentes áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Psicologia, Administração, a etnografia é vivenciada e praticada de diferentes maneiras. Considerando a importância da inseparabilidade entre teoria e prática, é imprescindível que o etnógrafo não somente se prepare para entrar em campo, mas também respeite o campo tal como ele se apresenta. Com relação a isso, Uriarte (2012, p. 01) introduz:

A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e disciplinado pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa.

Se o campo é imperioso na condução de qualquer trajetória de pesquisa, seja na empiria, seja na condução teórica (relativização de hipóteses e teorias que orientam o etnógrafo em campo), se qualquer experiência de pesquisa exige densa preparação anterior, bem como esforço para uma descrição densa e interpretações posteriores, as subseções que seguem ilustram nosso esforço para responder porque não fizemos uma etnografia (ou porque não chamamos de etnografia nossa trajetória metodológica da presente pesquisa), a partir do que postula a própria prática etnográfica.

A descrição da historicidade etnográfica, das diferentes fases do fazer etnográfico, desse modo, são ponto de partida para a apresentação da argumentação da nossa opção não-etnográfica, embora técnicas de coleta, análise e redação com inspiração etnográfica tenham sido utilizadas no e a partir do trabalho de campo, como veremos a seguir. Mais pormenorizadamente, nossa inserção no campo estava orientada para a análise das práticas do Tribunal Regional Eleitoral durante a realização das eleições municipais de 2016, em meio à crise de representatividade [e percorremos um longo caminho pela etnografia até a banca do projeto. De posse desta dúvida, não hesitamos em continuar nossa caminhada pelos estudos etnográficos para poder entender o

porquê esta trajetória metodológica não era uma experiência etnográfica. Este caminho-desvio-encontro está, portanto, devidamente nos anexos deste texto – Anexo A – o que não foi metodologia].

[...]

3.2.2 O fenômeno como possibilidade

Isso posto, após nossa imersão exploratória no campo de pesquisa – o campo de práticas, o campo das eleições municipais de 2016, do organizar – e o conseqüente exercício de descrição e a análise parcial dos diários de campo da primeira fase, suscitaram questionamentos sobre nossa trajetória – e aqui somente descreveremos o que é pertinente à arrepsia metodológica. Junto a isso, as contribuições da banca de projeto desta tese, com relação à experiência etnográfica(?), em curso ampliaram nossa hesitação acerca da etnografia como alternativa metodológica para este percurso.

Além disso, a multiplicidade e a complexidade dos elementos por trás das urnas, engendraram limites para a lente analítica das práticas enquanto fenômeno social. Nesta senda, ao entendermos que a partir da descrição do pleito eleitoral, limitada ao âmbito organizacional, estaríamos restringindo as possibilidades do campo, inferindo significados e generalizações. Desta forma, em uma fase pré-reflexiva de pesquisa, abrimo-nos, assim, ao fenômeno; para as possibilidades de um fenômeno complexo [...]

3.3 MÉTODO E PESQUISA EMPÍRICA FENOMENOLÓGICA

[...] Diante do fenômeno, ficamos com a fenomenologia (e as justificações exigem mais do que energia e zelo organizativo no processo de escrever). Ao que segue. De início, nos interessa destacar que foi por meio da Psicologia que a Fenomenologia, então movimento filosófico do século XX (MOREIRA, 2002), tal como já argumentado em seções anteriores, foi “disponibilizada” para outras “ciências humanas e sociais, incluindo a Administração e os estudos organizacionais”, para análise de fenômenos diversos, enquanto método fenomenológico (SIANI *et al.*, 2016, p. 193).

De modo geral, a pesquisa fenomenológica é um método de pesquisa qualitativo (SANDERS, 1982), e se apresenta como um desafio, uma vez que, “para cada passo dado, existe a possibilidade de recomeço, pois se trata de uma abordagem em contínua construção”. Nesta linha, em consonância com o que Siani *et al.* (2016) explicam, a fenomenologia enquanto método é um território relativamente árido: “ainda não sabemos caminhar com a fenomenologia”, desconhecemos muitas de suas “potencialidades para a pesquisa empírica” (p. 196), especialmente porque ainda é um recurso metodológico pouco explorado.

Isso ocorre, dentre tantos argumentos cabíveis, não somente porque para qualquer “não-filósofo a fenomenologia é um campo de conhecimento praticamente inexplorado” (MOREIRA, 2002, p. 60), mas também por conta da difícil comunicação do pensamento fenomenológico, explicitada em principais explicações (GIORGI, 1985): 1) sinteticamente, “o pensamento fenomenológico vai contra a tendência natural da consciência de dirigir-se às coisas em vez de seus processos”; 2) a obra de Husserl foi continuamente revisitada pelo autor durante sua vida; 3) também os estudiosos de Husserl, seus seguidores, realizaram diferentes interpretações desta ciência (MOREIRA, 2002, p. 60). Notadamente, mesmo na seara “estritamente” filosófica [sem ainda destacar possibilidades metodológicas para outras ciências a partir de], Giorgi (1985) corrobora as dificuldades em sintetizar um “quadro seguro das ideias de Husserl”, por exemplo (MOREIRA, 2002, p. 61).

A imprescindível base filosófica da fenomenologia, por sua vez, prefixo indissociável da apresentação desta como método fenomenológico (MOREIRA, 2002), foi cuidadosamente realizada no início desta terceira parte da tese

(método e modos de conhecer), com Heidegger, Husserl, Schütz. Desta maneira, não nos limitaremos a colocar que a fenomenologia filosófica tem por “objetivo primário investigar diretamente e descrever o fenômeno pesquisado como algo conscientemente experimentado” (SOUZA *et al.*, 2011, p. 88), pois seria mais do que uma generalização, talvez um desserviço ao imenso trabalho que tivemos no capítulo modos de conhecer.

No que concerne ao método fenomenológico, por sua vez, é importante que entreteçamos reflexões que emergem de certa imprecisão de partida. Moreira (2002) explica que, em seu primeiro sentido, o “método fenomenológico é o conjunto de princípios que dá sentido à Fenomenologia” (p. 94). Complementarmente, na seara da Filosofia, o método fenomenológico pode ser percebido mais “como uma doutrina do que como uma sequência de trabalhos de investigação” (p. 94). Temos, assim, que buscar compreender de que maneira o método fenomenológico pode ser transplantado para o domínio da pesquisa empírica.

3.3.1 Fenomenologia: método filosófico para pesquisa empírica?

A primeira grande questão (problema) que emerge é a de que forma se constroi uma “ponte” possível da fenomenologia filosófica para a fenomenologia como método empírico. Com relação a isso, Moreira (2002, p. 102) argumenta:

Como passar de um método fenomenológico para um método empírico? É o que acontece com a fenomenologia. O método fenomenológico da fenomenologia é voltado ao fenômeno; em qualquer sentido que se pense, a fenomenologia, ela se propõe a ser um estudo direto dos fenômenos, tais como são dados ao próprio fenomenólogo, sem intermediários de qualquer tipo. É um dado pessoal em que o método é apreendido direta e unicamente pelo fenomenólogo, que deve então se libertar de teorias, pressuposições ou hipóteses explicativas. A apreensão do fenômeno deve dar-se em primeira mão.

E disso emerge aparente dicotomia acerca da utilização da fenomenologia na pesquisa empírica: “é possível entrar no mundo do outro e, ainda assim, estarmos fazendo fenomenologia?”, uma vez que na pesquisa aplicada “quem vive a experiência é o sujeito de pesquisa e não o pesquisador”. Trata-se de “alguma forma de relato do sujeito da entrevista”, como “falando numa entrevista, por exemplo” (MOREIRA, 2002, p. 102). Há de se pensar, neste sentido, de quais

“concessões e adaptações” emergem neste fio “de passagem direta de um método da filosofia para a pesquisa empírica” (p. 107).

Com isso, dependendo dos diferentes autores que desenvolveram variantes do método fenomenológico para a pesquisa empírica, o método pode assumir diferentes feições particulares que desdobram-se em diferentes variantes do método fenomenológico na pesquisa empírica (MOREIRA, 2002). Nesta linha destacaram-se Van Kaam (1959), Giorgi (1985), Colaizzi (1978). Apesar disso, dentre estas, há congruência com relação às estratégias de coleta de dados (conforme mostraremos a seguir). O método de Sanders (1982), ainda não citado, diferentemente dos métodos de Van Kaam (1959), Giorgi (1985), Colaizzi (1978), que emergiram alinhados à pesquisa fenomenológica no âmbito da Psicologia, nasceu na pesquisa organizacional (MOREIRA, 2002, p. 110). Em vista disso, dada o contexto de realização deste estudo, optamos pelo método fenomenológico desenvolvido por Sanders (1982), alinhado às orientações complementares de Spiegelberg (1982). Este último defende que, uma vez que a fenomenologia como método resulta de um núcleo de relações comuns, tal abordagem pode “ser escrita do ponto de vista do pesquisador fenomenológico” (SOUZA *et al.*, 2011, p.104).

3.3.2 Método Fenomenológico de Sanders

Em primeiro lugar, é imprescindível explicarmos porque escolhemos a abordagem fenomenológica: não somente porque entendemos (tal como já argumentado) que não estávamos realizando uma etnografia (MALINOWSKI, 1978) em campo, não somente porque a abordagem fenomenológica “ênfatisa a experiência [...] das pessoas como fonte de informação (SILVEIRA *et al.*, 2012), mas também com o intuito de contribuir com a utilização deste método de pesquisa em Administração, acompanhando o interesse crescente na fenomenologia como método, conforme verificado em análises bibliométricas da última década (SILVEIRA *et al.*, 2012).

A pesquisa fenomenológica não é normativa, é flexível (GIL, 2010), até porque, epistemologicamente, “encontra legitimidade fora das práticas positivistas”, que se restringem tão somente à “formulação clara do problema,

hipóteses, instrumentos validados de coleta, objetividade para análise dos dados [...]” (SIANI *et al.*, 2016, p. 211).

Assim sendo, com relação aos procedimentos metodológicos desta pesquisa, seguimos, de modo geral, a orientação de Sanders (1982) e de Spiegelberg (1992), identificando, assim, a “estrutura fenomenológica da pesquisa” (MOREIRA, 1982, p. 121): 1) “determinação dos limites do que e de quem deve ser investigado, ou seja, da região de investigação; 2) Coleta de Dados; 3) Análise Fenomenológica da Pesquisa. Ao que segue, descreveremos tais processos de condução da pesquisa de campo.

3.3.3 Fase pré-reflexiva

Esta fase se caracteriza pela presença de “algo que o pesquisador pretende conhecer e que não está bem explicado” (GIL, 2010, p. 04). Assim, em consonância com o que estabelece a pesquisa fenomenológica, entramos no campo no dia 24 de agosto de 2015 (quando troquei o primeiro e-mail para apresentar o projeto de pesquisa) “sem um problema de pesquisa inteiramente definido”. O problema, na pesquisa fenomenológica, atende aos relativismos e insatisfações “do pesquisador em relação àquilo que ele pensa saber sobre algo” (SIANI *et al.*, 2016, p. 211). Há uma percebida ansiedade que lhe direciona a “buscar a essência do fenômeno”.

Neste sentido, o fato de eu ter ingressado no campo, qual seja, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em 24 de agosto de 2015 pode ser avaliado, em primeiríssima instância, como inquietações cidadãs (como viveremos uma eleição em meio a um possível novo Impeachment?). Dessa forma, foi a minha condição de ser e estar neste mundo, em primeiro lugar, que levaram-me a pesquisar as eleições municipais de 2016. A alavanca primeira, dessa forma, alude à realidade da minha experiência de vida [senso comum], vivenciada enquanto cidadã. No entanto, “esta familiaridade ainda não” [e talvez até mesmo depois] se estendia em significados, nem em interpretações, nem em “conhecimento” (GIL, 2010, p. 04). Tal percepção, desta forma, colocava-me, ainda, em uma fase pré-reflexiva (a fase do pré-saber do perguntar) (HEIDEGGER, 2005)..

3.3.4 Definição da região de investigação: a região das práticas é maior do que o espaço organizacional

Para Sanders (1982) aquilo que não pode ser quantificável, de forma geral, pode ser estudado a partir da abordagem fenomenológica. Quanto ao “quem” deve ser estudado, o autor explica que são as pessoas que “têm” as características sob observação ou aquelas que podem fornecer informações confiáveis sobre o fenômeno investigado.

No (per) curso da definição da região de investigação¹³⁸ (MARTINS, FARINHA, 1984), qual seja, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, nos deparamos com a riqueza da complexidade do campo no qual nos inserimos para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa – de onde emergiram (e emergem) abstrusas multiplicidades de elementos empíricos. Há cadência, causa, consequência, imbricamentos, possibilidades analíticas que emergem dessa nossa *ida às coisas mesmas* (HUSSERL, 2007). Nesta senda, é importante argumentar que o método fenomenológico “é, antes de tudo, uma abordagem inacabada; o fenômeno investigado sempre poderá ser retomado sob investigação” (CARVALHO; VERGARA, 2002, p. 82).

A região de investigação, no entanto, não se limita ao espaço deste Tribunal, especialmente porque as práticas dos servidores relacionadas às eleições municipais de 2016 vão além de [ambiência física]. Assim, Ministério Público do Rio Grande do Sul, Zonas Eleitorais, seções eleitorais, depósito de urnas eletrônicas, fiscalização de propagandas de rua, prédio da votação paralela, audiência de apuração dos votos emergiam como uma grande região de investigação, na medida em que respeitamos a “*direcionalidade para as coisas que se doam à experiência*” (MARTINS, FARINHA, 1984). Neste sentido, do ponto de vista do pesquisador fenomenológico, “estes objetos [...] somente podem ser vistos quando ocorrem dentro da experiência” (SIANI *et al.*, 2016).

A questão da crise de representatividade, tal como empírica e reflexivamente apresentada nos escritos de abertura (notas de apresentação),

¹³⁸ Princípio se refere à “postura de ação” da pesquisa metodológica”. Neste sentido, há de se destacar “o olhar atento para o fenômeno, quando e como ele se mostra” (MARTINS, FARINHA, 1984, p. 208).

foi uma resposta ao campo de pesquisa, uma vez que não entramos no campo com intenções compreensivas para, mas fomos direcionados à (entramos para **compreender**); mas respeitamos o campo e o que dele emergia, o que “aparecia, parecia” de “situações da vida cotidiana” experienciada no lócus de práticas das eleições municipais de 2016 (SCHÜTZ, 1967). Tínhamos, em momento exploratório e de ponto de partida, interesse em pesquisar sobre as práticas dos servidores deste Tribunal, para colocar na “avenida” porto-alegrense as eleições municipais daquele ano, as quais ocorreriam em meio ao debate do Impeachment presidencial. Disso decorre que, neste momento, percebíamos que as eleições gerais de 2014 ainda ecoavam com força colossal no contexto de 2015, 2016.

Isso posto, tão logo que nos inserimos na ambiência do Tribunal Regional Eleitoral, colocamo-nos a perguntar. Dessa maneira, considerando que estávamos “**por trás das urnas**” pela primeira vez; colocamo-nos em exercício embrionário de perguntar (como instrumento de orientação e direcionamento). Em consequência deste movimento, chegamos à questão norteadora para inserção no campo: “**Que elementos constituem o por trás das urnas de um processo eleitoral?**”. Para Silva (2010), a questão de pesquisa é o primeiro cuidado metodológico do pesquisador fenomenológico, na medida em que não nasce como um problema tão somente, mas para compreender como um fenômeno é experienciado. A questão de pesquisa, assim, deve ser pensada de modo a nos conduzir reflexivamente pelo fenômeno, uma vez que a finalidade da pesquisa fenomenológica, transcende à perspectiva de “acumular fatos do mundo existencial”; – busca, assim, “compreendê-los” (COLTRO, 2000, p. 43).

A partir disso, delimitamos o objetivo deste projeto de tese: **compreender os (explicaremos o tachado a seguir) elementos que constituem o por trás das urnas de um processo eleitoral, tendo como objeto de análise as práticas de trabalho dos servidores de um Tribunal Regional Eleitoral, durante o período de organização das eleições municipais de outubro de 2016**. Ao longo do exercício de imersão neste campo, a partir dos primeiros relatos de experiências, percebemos que o objeto de análise, as práticas de trabalho dos servidores de um TRE, se engendravam em um contexto de crise (interação recíproca) mais complexo do que o Impeachment Presidencial que, aparentemente, acontecia “lá fora”. Diante disso, pensamos em não desenvolver

objetivos específicos, pois estes poderiam enclausurar nossa trajetória ou mapear um caminho viciado antes de o campo ser “nosso”. Logo desistimos, precisaríamos de objetivos específicos para guiar a organização dos dados empíricos. Precisaríamos de alguns referenciais para organizar a experiência empírica em consistente alicerce para abstração, argumentação e reflexão filosófica que emergiam como possibilidade de criação.

Logo, as primeiras experiências em campo nos levaram a revisitar o objetivo deste projeto: ***compreender elementos [em lugar de os elementos] que constituem o por trás das urnas de um processo eleitoral, tendo como objeto de análise as práticas de trabalho dos servidores de um Tribunal Regional Eleitoral, durante o período de organização das eleições municipais de outubro de 2016.*** O artigo definido não mais teria lugar neste texto e em suas possibilidades (talvez na seara da utopia).

Junto a isso, entendemos que os objetivos específicos ziguezagueavam entre/das/nas práticas dos servidores enquanto objeto de análise e se mostravam como metas para direcionamentos do presente estudo. Desse modo, assim os definimos:

- a. Descrever as eleições municipais de 2016 como fenômeno, com intencionalidade no detalhamento das práticas compartilhadas pelos servidores (objeto);
- b. Analisar elementos que constituem os processos de organizar e as práticas compartilhadas pelos servidores deste Tribunal;
- c. Relacionar viabilização do processo democrático e práticas de trabalho desta instituição, a partir da percepção dos servidores;
- d. Contribuir para o debate epistemológico das práticas em contextos complexos situados.

Estabelecemos, com isso, as metas para direcionar nosso “ver fenomenológico” para as eleições municipais de 2016. A partir disso, frente à experiência primeira no campo de pesquisa, passamos a fazer escolhas acerca das estratégias de coleta de dados. Em face à necessidade de aqui compartilhar experiência vivenciada como pesquisadora fenomenológica, procedo[REI] a descrições em primeira pessoa, como ponto de partida e de chegada, embora jamais possamos encontrar “uma verdade na pesquisa fenomenológica” (SILVA, 2010).

3.3.5 Coleta de Dados

[O objeto são as práticas].

[O objetivo é compreender].

O significado e a interpretação, logo, dependem do cuidado do pesquisador fenomenológico para ir várias vezes às coisas, sem apanhá-las como mesmas [ou demarcá-las fora da compreensão do fenômeno] cedo ou tarde demais. As estratégias de coletas de dados aderentes à proposta da pesquisa fenomenológica empírica, dessa forma, devem ser, paulatinamente revisitadas, na medida em que “os dados, em uma pesquisa de natureza fenomenológica, são experiências humanas” (VAN MANEN, 1990, p. 63).

Desse modo, ao almejar proximidade com o compartilhamento da experiência prática, com o devido cuidado para não roteirizar esta experiência, deixei que os participantes desta pesquisa, ao compartilharem sua vivência, pudessem fazê-lo. Em primeiro lugar, assim, orientei-me pela perspectiva de (FINI, 1994, p. 28), considerando os dados como experiências que devem ser tematizadas por quem as vivencia:

[...] os dados são, pois, as situações vividas pelos ~~sujeitos~~ que são tematizadas por eles, conscientemente na descrição que faz. Ao descrevê-las, espera-se que os ~~sujeitos~~ simplesmente relatem [...] o que ocorre com eles ao viver suas experiências [...].

Com esta “anti-bússola” entrei no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. O período inicial de inserção e familiarização com o campo, ocorreu na Secretaria de Gestão de Pessoas, por sugestão dos próprios servidores que me receberam na ambiência institucional. Antes disso, nosso primeiro contato ocorreu no dia 15 de outubro de 2015, a partir de troca de e-mails para apresentação do presente projeto de pesquisa. Após a apresentação deste último para diferentes instâncias organizacionais, iniciamos a pesquisa, logo no final de 2015. A Secretaria de Gestão de Pessoas, está disposta no organograma institucional, conforme Figura 13, abaixo.

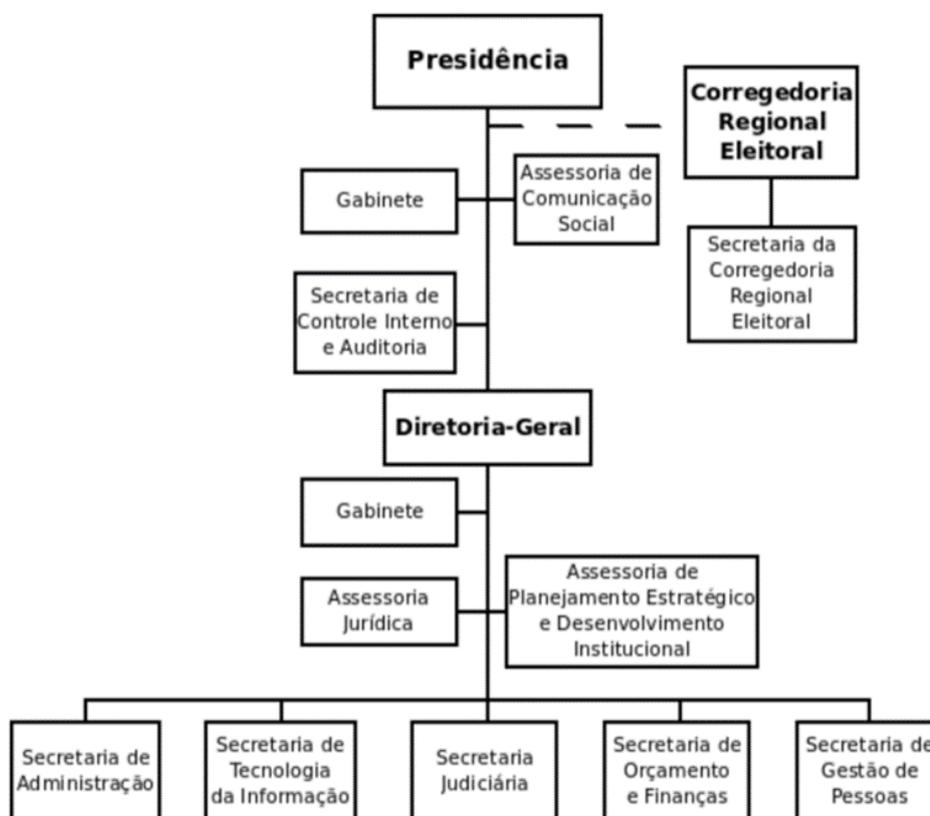
Importante explicitar que, uma vez que “na relação entre o todo e as partes que integram e significam o fenômeno, existe uma perda entre o que foi vivido, experienciado pelas pessoas e o que é relatado” (SILVA, 2010, p. 293). Desta forma, ainda que a reflexão fenomenológica seja aprofundada, com inúmeras idas e vindas às coisas mesmas, “não conseguiremos captar a essência do

fenômeno em sua totalidade” (p. 293). Logo, mesmo que a pesquisa fenomenológica seja “um processo sistêmico, é também singular”; diante disso, considerando o todo e as partes (quem experiencia o fenômeno), é prudente que ambos, “o todo e as partes [sejam] inseparáveis” no processo integrativo de construção de sentido para o fenômeno, “porque retratam experiências vividas que podem guardar certa familiaridade com a experiência de outras pessoas” (SILVA, 2010, p. 292). Neste sentido, com vistas a integrar as experiências relatadas de forma singular a um fenômeno com redes de significados, precisaríamos adotar, em complementariedade à entrevista fenomenológica, outros recursos para coletar os dados destas experiências.

Isso posto, o ponto de partida do nosso trabalho foi na Secretaria de Gestão de Pessoas (Figura 17). E, a partir de, adotamos a pesquisa documental, a elaboração de diários de campo, observação participante, como técnicas de coletas de dados complementares, frente à multiplicidade do campo que se apresentava. No escopo da trajetória fenomenológica podemos, de modo apressado, restringir a coleta de dados da pesquisa, se não estivermos preparados para interagir com o participante a ponto de direcioná-lo a compartilhar mais detalhes [do que possivelmente ela nem tenha consciência de] e, posteriormente, a refletir sobre contexto e experiência. Neste sentido, o grande tema “trabalhar na eleição” foi colocado como um ponto de partida para a descrição consciente da experiência vivenciada.

Dito de outra maneira, até que obtivéssemos autorização para circular internamente pela organização para diferentes possibilidades de pensar coleta de dados, participantes, permanecemos na Secretaria de Gestão de Pessoas, dando início a uma criteriosa pesquisa documental (CELLARD, 2008), com vistas a relacionar o Tribunal e a história que reverbera em suas práticas de 2016, voltadas para “assegurar à sociedade o livre exercício dos direitos políticos do cidadão e a expressão fiel de sua vontade” (TRE-RS, 2016), durante a organização das eleições municipais daquele ano.

Figura 17 – Organograma TRE-RS



Fonte: TRE-RS (2017)

Assim, em resumo, no método fenomenológico de Sanders (1982) as principais estratégias utilizadas são (MOREIRA, 2002, p. 118):

Entrevista Fenomenológica: os participantes escrevem verbalmente suas experiências junto de um fenômeno; o pesquisador faz perguntas ao ente que vivenciou o fenômeno; **descrição escrita de experiências:** realizada pelo próprio participante e/ou relatos autobiográficos em forma escrita ou oral. A entrevista fenomenológica é “uma oportunidade de conversação” (SILVA, 2010, p. 283). Combina a entrevista focada na experiência com a entrevista em profundidade (SILVA, 2010, p. 280):

- Não existe um número de questões definidas a priori;
- Objetiva a direcionar as pessoas a descrever suas trajetórias (SEIDMAN, 1997);

- Foco no contexto, pois “sem o contexto” (PATTON, 1989), teremos dificuldades em explorar os “significados de uma experiência”;
- Pode ser realizada em 3 fases (SEIDMAN, 1997): 1) “a primeira estabelece o contexto da experiência dos participantes”; 2) a “segunda permite aos participantes reconstruírem os detalhes de suas experiências dentro do contexto” em que se dão; 3) estimula “os participantes a refletirem sobre o significado das experiências apreendidas por eles”.

Diário de Campo: o observador faz anotações detalhadas para descrição fenomenológica. Dito de outra maneira, de forma ampliada, no que tange à utilização de notas de campo para coleta de informações em ambientes organizacionais como o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o uso de diários na pesquisa científica é recente. Na Administração, a utilização desse método iniciou por Stewart (1965, 1968) com estudos acerca do tempo na função gerencial (GODOY; ZACARELLI, 2010). O diário de campo configura-se como o relato sistemático daquilo que aconteceu durante o tempo em que o pesquisador permaneceu no campo; com a descrição das impressões subjetivas do pesquisador (VÍCTORIA; KNAUTH; HASSEN, 2000). No entanto, dada a orientação da pesquisa fenomenológica, procedemos à descrição da realidade onde as práticas eram compartilhadas, buscando, inicialmente, em atenção à orientação da trajetória fenomenológica, priorizar as experiências subjetivas compartilhadas pelos servidores, em seus relatos de atividades e experiências (SILVA, 2010);

Observação participante: aqui, o observador parte das observações do comportamento verbal e não verbal dos participantes, de seu meio ambiente, das anotações que ele mesmo fez quando em campo, áudio e vídeos (SANDERS, 1982). Os áudios e vídeos foram transcritos para fins de descrição e de análise, e estão explicitados no Quadro 7, Eventos eleições municipais 2016;

Pesquisa Documental: com vistas a compreender as contextualidades da realidade do fenômeno estudado. Procedemos à examinação de documentos, leis, materiais instrucionais, propagandas, documentos históricos, relatórios de eleições anteriores, descrição dos cargos, programa das eleições municipais de 2016, projetos e planos de trabalho, vídeos instrucionais, plataforma EAD,

estatísticas de eleições anteriores, dentre outros (GODOY, 2005). Após, então, a definição da região de investigação, e dos procedimentos de coleta de dados, vamos à caracterização da coleta de dados, participantes, eventos, entrevistas.

3.3.6 Caracterização da coleta de dados: da organização aos participantes

Os dados foram coletados nas diferentes ambiências onde o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, realizava as atividades atinentes às eleições municipais de 2016. Logo, estivemos nos 3 principais endereços da justiça eleitoral de Porto Alegre (Rua Duque de Caxias, Andradas, Avenida Padre Cacique), no Ministério Público, no depósito das urnas, no espaço público em torno destes prédios, por ocasião das filas de cadastramento, no balcão das zonas eleitorais (observando a corrida dos partidos para registrar as candidaturas, dentre muitos outros, como descreveremos), nas seções eleitorais, nos treinamentos para mesários que ocorreram em outros prédios públicos em Porto Alegre, na votação paralela, a qual ocorreu na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nos eventos vinculados à preparação para o processo eleitoral, como o debate em torno da participação feminina na política (Quadro 6), nos diversos ambientes onde a eleição foi do planejamento ao fenômeno vivido – ou seja, receberam urnas, a equipe da justiça eleitoral, os voluntários e os cidadãos – tanto no primeiro quanto no segundo turno, na publicização do resultado das eleições, na diplomação dos eleitos, nos eventos de avaliação deste processo, entre outros. Experienciar as eleições municipais para compreender as práticas dos servidores, significa observar que estas práticas não estão limitadas ao espaço físico dos prédios do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Após o aceite institucional (ANEXO A) adentramos no campo.

Quando as inquietações do pesquisador estão voltadas para as práticas dos servidores, uma das primeiras alternativas quando se adentra em um campo complexo, múltiplo e desconhecido, em exercício de ir pela primeira vez às coisas mesmas, é buscar informações preliminares sobre número de servidores, processos de trabalho, de forma geral, organograma institucional, com vistas a conhecer os elementos primeiros. Foi o que fizemos. Em nosso percurso, no entanto, atualizamos tais informações. Assim, recuperamos, o TRE-RS conta

com “com 528 cargos e funções comissionados para 795 servidores de carreira, resultando em uma proporção de 66,42% de servidores ocupando cargos ou funções comissionados” (TRE-RS, 2017, p. 72).

Dessa maneira, os servidores que estão destacados no título deste texto, a força de trabalho do TRE-RS, é, assim, altamente qualificada, de modo que mais da metade, cerca de 400 servidores possuem pós-graduação. No quadro 3 abaixo, apresentamos a quantidade de servidores por nível de escolaridade, conforme análise da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, realizada em 31 de dezembro de 2016. Já com relação à distribuição etária, “servidores predominantemente jovens, 70% com idade inferior a 50 anos”, distribuídos conforme informações da Quadro 4.

Quadro 4 – Número de servidores distribuídos escolaridade

Tipologias dos Cargos	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo					8 3	256	400	4 1	5
1.1 Membros de poder e agentes políticos									
1.2 Servidores de carreira					8 3	256	400	4 1	5
1.3 Servidores com contratos temporários									
2. Provimento de cargo em comissão						1			
2.1 Cargos de natureza especial									
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3 Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)					8 3	257	400	4 1	5

Legenda:
Nível de Escolaridade:
1. Analfabeto; 2. Analfabeto se cursos regulares; 3. Primeiro grau incompleto; 4. Primeiro grau; 5. Segundo grau ou técnico; 6. Superior; 7. Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-graduação; 8. Mestrado; 9. Doutorado/Pós-doutorado/PhD/Livre Docência; Não classificada

Fonte: TRE-RS (2017)

Quadro 5 – Estatística servidor: tipologia dos cargos por faixa etária

Tipologias dos Cargos	Quantidade de Servidores por faixa etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	24	222	304	197	38
1.1 Membros de poder e agentes políticos					
1.2 Servidores de carreira	24	222	304	197	38

1.3 Servidores com contratos temporários					
2. Provisão de cargo em comissão	0	0	0	1	0
2.1 Cargos de natureza especial					
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior				1	
2.3 Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	24	222	304	198	38

Fonte: TRE-RS (2017)

De modo, geral, tais servidores estão, no que tange à estrutura organizacional, divididos nas seguintes estruturas hierárquicas relacionais (Figura 16): Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, a qual está ligada à Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral, Gabinete e Assessoria de Comunicação Social, Secretaria de Controle Interno e Auditoria. Depois, à Diretoria-Geral aparecem ligados ao seu Gabinete, a Assessoria Jurídica e a Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional, além das Secretarias. São elas: Secretaria de Administração, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria Judiciária, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas.

Dentro deste contexto, os participantes da pesquisa estão elencados no quadro 6, abaixo. Foram escolhidos a partir da lista de e-mails institucionais constantes na intranet do TRE-RS, e, na medida em que respondiam ao nosso convite e aceitavam participar da pesquisa, agendávamos o encontro. A condução da entrevista fenomenológica, então, partia de uma pergunta abrangente acerca das práticas na instituição, de modo geral, trajetória, experiência com as eleições, dentre outros, uma vez que o “objetivo da entrevista é levar as pessoas a descrever as suas trajetórias e a sua experiência no contexto de suas vidas e na das pessoas que a cercam” (SILVA, 2010, p. 280). Como as entrevistas foram realizadas no contexto de trabalho destes servidores, eles próprios tematizavam seus relatos e seguiam o fluxo reflexivo do contexto de sua vivência.

Do total de 63 entrevistas realizadas, suprimimos as que foram conduzidas no espaço de trabalho coletivo ou por escolha do participante ou por falta de espaço físico. Isso porque, na etapa de análise interpretativa,

observamos que, dada a limitação do ambiente físico compartilhado em uma zona eleitoral, por exemplo, os servidores acabavam por replicar o relato do colega, tanto por “fazer a mesma coisa”, quanto por sugestão. Ainda, elencamos, abaixo, participantes, terceiros, magistrados, juízes eleitorais designados, palestrantes – a coexistência humana nos engendramentos práticos do processo eleitoral a que tivemos acesso, durante o 1,2 ano em que permanecemos vinculados ao campo.

Quadro 6 – Participantes da Pesquisa

P.	DATA	T.	SETOR/ VÍNCULO	FORMAÇÃO	ATIVIDADES ELEIÇÕES
E0	24.05.2016	15 min	Motorista	-	Transporte servidores, material institucional
E1	24.05.2016	43 min	Servidor CORIP	Direito e Economia, Mestrado em Ciência Política.	Acompanhar as zonas no registro de candidatura das eleições
E2	04.05.2016 08.09.2016	63 min	Servidora SGP	Letras, Direito, Mestre em Educação, Doutoranda em Educação.	Gerente do Projeto 08, treinamentos eleitorais.
E3	16.06.2016	14 min	Terceira	Ensino Básico	Serviços Gerais TRE-RS
E4	16.06.2016	48 min	Servidora Zona Eleitoral	Direito	Carga às urnas (treinamento) Atividade cartorária
E5	20.06.2016	0 min	Servidora	-	Enviei e-mail em 20.06.2016 e a servidora respondeu dizendo que não trabalha com as eleições.
E6	22.06.2016	48 min	Servidor Zona Eleitoral 114	Analista judiciário	Atividade cartorária
E7	28.06.2016	37 min	Servidora Zona Eleitoral 2ª	Analista judiciária Área Administrativa	Atividade Cartorária Coordenadora – funções de organizar o pleito e definir tarefas
E8	28.06.2016	0 min	Servidor	-	Enviei e-mail em 28 junho e o servidor respondeu dizendo que não trabalha com as eleições.
E9	29.06.2016	21 min	Servidora Zona Eleitoral 2ª	Direito	Atividade cartorária
E10	06.07.2016	22 min	Juiz eleitoral Zona Eleitoral 2ª	Direito - juiz	Coordenadora – funções de organizar o pleito e definir tarefas
E11	11.07.2016	62 min	Servidor ASCOM	Jornalista	Comunicação interna, com os veículos de comunicação local, agendamento de entrevistas.
E12	11.07.2016	51 min	Servidor Diretor- Geral	Direito	Interlocução de toda a estrutura administrativa com a

					Presidência e com a Corte Eleitoral.
E13	12.07. 2016	45 min	Servidor STI	Tecnologia da Informação	Suporte às zonas eleitorais (informatizado)
E14	20.07.2016	43 min	Servidor ASPLAN	Arquiteto, Doutorado em Tecnologia da Informação	Planejamento – Suporte às zonas eleitorais (informatizado)
E15	20.07.2019	31 min	Servidor STI	Tecnologia da Informação	Suporte às zonas eleitorais (informatizado)
E16	21.07.2016	34 min	Servidor Gabinete Diretoria Geral	Analista Judiciário Área Administrativa	Auditoria, votação Paralela
E17	19.07. 2016	41 min	Servidor ASPLAN	Administração	Suporte às zonas eleitorais (informatizado)
Erc	15.08.2016	200 min	Servidores 1ª zona eleitoral	-	Registro de Candidatura
E18	25.08.2016	23 min	Servidor SGP – Secretário de Gestão de Pessoas	-	Processos de gestão de Pessoas
E19	30.08.2016	35 min	Servidora Zona eleitoral 161	Direito	Atividade cartorária
E20	30.08.2016 08.09.2016	40 min	Servidor Zona Eleitoral 161	Direito	Propaganda de rua Cadastramento biométrico
E21	30.08.2016 08.09.2016	40 min	Servidor Zona Eleitoral 161	Direito	Propaganda de rua
E22	02.09.2016	-	Sem vínculo	Direito, Especialista em Ciências Penais, Mestre em Direito Político	Debate Participação Feminina na Política
E23	02.09.2016	-	Sem vínculo Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político	Direito, Especialista em Direitos Fundamentais, Mestre em Direito	Debate Participação Feminina na Política
E24	02.09.2016	-	Sem vínculo	Psicanalista, Doutorado em Psicanálise	Debate Participação Feminina na Política
E25	08.09.2016	0 min	Servidor	-	Enviei e-mail em 28 junho e o servidor respondeu dizendo que não trabalha com as eleições.
E26	12.09.2016	37 min	Servidor Zona Eleitoral 113ª	-	Atividade Cartorária Prestação de Contas
E27	22.09.2016	54 min	Servidor SGP	Psicólogo	Gestão de Pessoas, engajamento e bem-estar biopsicossocial do servidor

E28	22.09.2019	35 min	Servidora SGP Coordenadoria de Pessoal	Administração	Pagamento horas extras
E29	30.09.2016	39 min	Servidor Zona Eleitoral	Analista judiciário	Atividade cartorária
E30	02.10.2016	28 min	Juiz Eleitoral Designado zona Eleitoral 113	Direito - juiz há 26 anos	Prestação de contas
E31	02.10.2016	9 min	Juiz Junta Eleitoral	Direito – juiz	1º turno – convidado a participar da junta eleitoral no dia da eleição
E32	02.10.2016	15 min	Terceira	-	Contratada
E33	14.10.2016	29 min	Servidor Zona Eleitoral 161	-	Atividade cartorária Propaganda de rua
E34	14.10.2016	70 min	Servidor COGIN	Bibliotecário, Arquiteto	Votação Paralela
E35	14.10.2016	12 min	Servidora SOF	-	Financiamento Campanha
E36	21.10.2016	46 min	Procurador Regional Eleitoral - Ministério Público	Direito, Mestrado em Direito.	Fiscalização das eleições municipais no Rio Grande do Sul por parte do Ministério Público
E37	31.10.2016	39 min	Servidor ASCOM	Jornalista	Coordenador Assessor de imprensa Presidência
E38	03.11.2016	67 min	Sem vínculo	Ciência Política, Pesquisador	Seminário debate eleições municipais, eleitores, partidos
E39	26.11.2016	38 min	Servidor	-	Coordenação Conselho Avaliação das Eleições
E40	26.11.2016	-	Servidor	-	Avaliação das Eleições
E41	27.11.2016	-	Servidor	-	Avaliação das Eleições
E42	27.11.2016	-	Servidor	-	Avaliação das Eleições
E43	27.11.2016	-	Servidor cartório interior do Estado	-	Comparação interior Porto Alegre
E45	30.11.2016	-	Servidor	-	Avaliação das eleições – prestação de contas
E46	30.11.2016	-	Servidor	-	Avaliação das eleições – violência
	TOTAL	1459 min			

Fonte: elaborado pela própria autora.

Complementarmente, do quadro acima, destacamos os entrevistados E5, E8, E25, os quais não foram entrevistados diretamente, mas, como responderam

ao e-mail convite da pesquisa informando que seu processo de trabalho não estava vinculado, de nenhuma maneira, à organização do pleito eleitoral, mesmo sendo servidores concursados da justiça eleitoral, entendemos que tais feedbacks também poderiam ser, após a descrição, elementos de “reflexão da experiência no contexto de”. Logo, são participantes da pesquisa. Eventos principais das eleições municipais de 2016, também, fundamentaram nosso exercício descritivo e, por essa razão, estão elencados no quadro 7, abaixo relacionado.

Quadro 7 – Eventos Eleições Municipais 2016

IDENTIFICAÇÃO	DATA	DURAÇÃO	SETOR/ VÍNCULO	DESCRIÇÃO DA GRAVAÇÃO
Cadastramento eleitoral	04.05.2016	180 min	Espaço Público Rua Padre Cacique e TRE- RS, central de atendimento	Acompanhamento das práticas dos servidores, face às filas de eleitores nos últimos dias, para cadastramento junto à justiça eleitoral.
Treinamento de carga às urnas	24.05.2016	150 min	Depósito justiça eleitoral, servidores encarregados nas zonas eleitorais	Servidores responsáveis de cada zona eleitoral, descrevem passo a passo do processo de inserir as informações dos candidatos no sistema da justiça eleitoral, em treinamento de carga às urnas, realizado no depósito da justiça eleitoral.
Ciclo de debates – Registro de Candidaturas	11.07.2016	130min	Plenário TRE-RS. Evento organizado pela Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul (EJERS)	Os palestrantes convidados, Alessandro Rodrigues da Costa e Marilda de Paula Silveira, debatem acerca das orientações da justiça eleitoral para o registro de candidaturas dos possíveis candidatos de 2016.
Zona eleitoral 161 – Reunião com partidos para tratar da propaganda de rua	22.08.2016	60 min	Plenário TRE-RS. Evento organizado pela zona eleitora 161, responsável pela propaganda de rua	Na ocasião foi realizado sorteio para utilização de espaços, pelos partidos políticos, para propaganda de rua.
Ciclo de debates – Prestação de Contas	29.08.2016	153 min	Plenário TRE-RS. Evento organizado pela Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul (EJERS)	Os palestrantes convidados debatem sobre o financiamento das campanhas dentro do escopo da lei.
Ciclo de debates – Participação feminina na política	02.09.2016	124 min	Plenário TRE-RS. Evento organizado pela Escola Judiciária	Debate acerca da participação feminina na política, sob o escopo da Reforma Eleitoral de 2015 (BRASIL, 2015).

			Eleitoral do Rio Grande do Sul (EJERS)	Palestrantes convidadas: Polianna Santos, Maria Cláudia Bucchianeri, Eurema de Fátima Gallo de Moraes
Reunião mesários	13.09.2016	80 min	Zona eleitoral, mesários convocados	Zona eleitoral procede ao desenvolvimento de mesários, conforme informações do Tribunal para esta atividade.
Véspera primeiro turno Urnas de Reserva Urnas de contingência	30.09.2016	16 min	Zona eleitoral	Servidores de um Cartório Eleitoral descrevem as práticas e os processos organizativos da véspera das eleições.
Votação Paralela, parte da manhã.	02.10.2016	287 min	Prédio 50 PUC-RS.	Auditoria urnas eletrônicas.
Votação Paralela, parte da tarde.	02.10.2019	259 min	Prédio 50 PUC-RS.	Auditoria urnas eletrônicas.
Sessão Plenário TRE-RS	06.10.2016	60 min	Plenário TRE-RS.	Corte eleitoral – Pareceres da procuradoria regional eleitoral
Votação Paralela 2º turno, parte da manhã.	30.10.2019	359 min	Prédio 50 PUC-RS.	Auditoria urnas eletrônicas.
Votação Paralela 2º turno, parte da tarde.	30.10.2019	224 min	Prédio 50 PUC-RS.	Auditoria urnas eletrônicas.
Entrelaços, no 3º dia do Evento 1º Ciclo de Paz no Trabalho do TRE-RS	23.11.2016	158 min	Plenário TRE-RS. Evento organizado pela equipe de Psicólogos	No evento, ocorreu a apresentação dos vídeos gravados pelos próprios servidores nas eleições de 2016, promovendo um espaço de fala e escuta sobre a vivência dos servidores e relacionando com o tema da paz no trabalho.
Rodada de reuniões avaliação eleições	28.11.2016 29.11.2016	300 min	TRE-RS	Nas reuniões, em grupos de cinco, os diferentes setores do Tribunal, participaram de reunião para avaliar as eleições de 2016, de modo a preparar os relatórios para o Evento de dezembro.
Evento Avaliação Eleições Municipais de 2016	12.12.2016 13.12.2016	400 min	Servidores justiça eleitoral, auditório Fórum Central	Debate com a participação dos diferentes atores da justiça eleitoral, com vistas a avaliar as eleições municipais de 2016 (cerca de 200 pessoas). Participação do TRE-RS e das 173 zonas eleitorais do estado do Rio Grande do Sul.
	Total	2940 min		

Fonte: elaborado pela própria autora com base nos arquivos de áudio e vídeo produzidos pela autora e pelo TRE-RS (2016, 2017).

O material, então coletado, foi transcrito para fins de análise. Algumas segundas e terceiras fases da entrevista fenomenológica não estão identificadas no quadro, tampouco serão identificadas na seção reflexiva, com vistas a preservar a identidade dos participantes, considerando a proposta da entrevista

fenomenológica em aprofundar a reflexão dos participantes acerca do significado de suas experiências.

3.3.7 Análise interpretativa fenomenológica

Para Sanders (1982), a análise fenomenológica, em resumo, inicia com a descrição dos dados coletados. Desta forma, organizamos a apresentação de dados descritivos das eleições municipais de 2016, em três momentos (antes, durante e depois) – em exercício de **descrição fenomenológica (segundo princípio da pesquisa fenomenológica)** (MARTINS, FARINHA, 1984). Com isso, nos propusemos a selecionar uma **área de inclusão** (pesquisa documental, diário de campo, observação participante, transcrição de entrevistas, para descrever empiricamente os fenômenos da experiência) e uma **área de exclusão** (onde estão os “juízos da realidade, da explicação, uma teoria, [...] uma construção que caminha atrás de outros fenômenos para justificá-lo”) (SIANI *et al.*, 2016, p. 209).

Na esteira deste fenômeno, inerentemente importante explicar, entendemos, que dividir tal seção em tempos cronológicos, os quais podem segmentar ou simplificar a continuidade das experiências dos participantes do campo (que não foram poucas) foi somente um recurso didático para facilitar a organização dos dados e o esquadrihar descritivo. Ao que segue, deste modo, esquadrihosamente (SIANI *et al.*, 2016), descreveremos¹³⁹ os elementos que emergiram da experiência das práticas dos participantes no campo *por trás das urnas*.

No entanto, ao final de nossa inserção em campo estávamos diante de **987** páginas de dados coletados. Isso ocorreu, principalmente, porque a organização e a realização de uma eleição municipal está alinhada a diferentes fases que orientam diferentes práticas. Além deste material, a realização das entrevistas com servidores do TRE e demais envolvidos no processo de organizar as eleições municipais de 2016, resultou em mais **290** páginas de transcrições de entrevistas. Com relação a isso, Sanders (1982, p. 357) explica que “as transcrições identificam e descrevem a qualidade da experiência e

¹³⁹ Em exercício de “investigação daquilo que é genuinamente possível de ser descoberto e que está potencialmente presente, mas nem sempre é visto” (MARTINS, FARINHA, 1984, p. 209).

consciência humanas que dão à pessoa sendo estudada a sua identidade própria”.

As demais etapas de análise propostas por Sanders (1982), quais sejam, “identificação dos temas ou invariantes que emergem das descrições” e junção dos “temas em conjunto de essências que caracterizam a estrutura do fenômeno” serão realizadas na parte V desta tese (MOREIRA, 2002, p. 122). Tais etapas resultam em possibilidades interpretativas para o ver fenomenológico, com aspectos como teorias, ideias em suspensão – a redução fenomenológica (***terceiro princípio da pesquisa fenomenológica: dialética da interpretação, hermenêutica***). Não há um começo, um meio ou um fim (definidos) no que chamamos de antes, durante e depois das eleições municipais de 2016. Há, por outro lado, uma vigília para não hierarquizar os fenômenos inicialmente; pois assim nos direcionaremos para o fenômeno que se apresentar à experiência como tal (MARTINS, FARINHA, 1984; SIANI *et al.*, 2016; HUSSERL, 2007). Dessa maneira, nas subseções que seguem, explicaremos nossas escolhas para descrição e interpretação dos dados.

3.3.8 Caminhos e descaminhos: a pesquisa

A trajetória pela qual percorremos até a tessitura deste texto, não foi linear. Na figura 18, abaixo, esquematizamos parte de nossas escolhas e parte do que abandonamos ao longo do caminho, como a etnografia. Os quatro momentos da pesquisa, dessa forma, não estão hermeticamente fechados e imiscíveis. O projeto de pesquisa, por exemplo, é continuamente (re) começado a partir das experiências no campo, que, invariavelmente são sempre exploratórias. A ideia é, de alguma forma, compartilhar o que cabe, melhor dizendo, o pode ser sintetizado, do resultado da experiência de quatro anos em quatro colunas.

Provavelmente, não sei se é o adequado espaço [físico-geográfico dentro da região a A4] para uma sucinta reflexão inerente a minha experiência enquanto “pesquisadora” [se pudéssemos colocá-la – a experiência – em uma categoria qualquer, poderia ser mirim, júnior, infantil, pueril, meninil, menineira, seja lá o que for]; no escopo de caminhos e descaminhos, faz-se necessário à caminhada embrionária, somar as várias vezes lacunada prática de pesquisa pela dificuldade de se compreender um campo fechado em si mesmo, resistente,

amedrontado, resignado, ressabiado. Várias vezes apressei o passo. Várias vezes percebi que precisamos nos aproximar dos pesquisados de mais maneiras. Cabe aqui: [quem lê os nossos quatro anos em quatro colunas em quatrocentas páginas?]

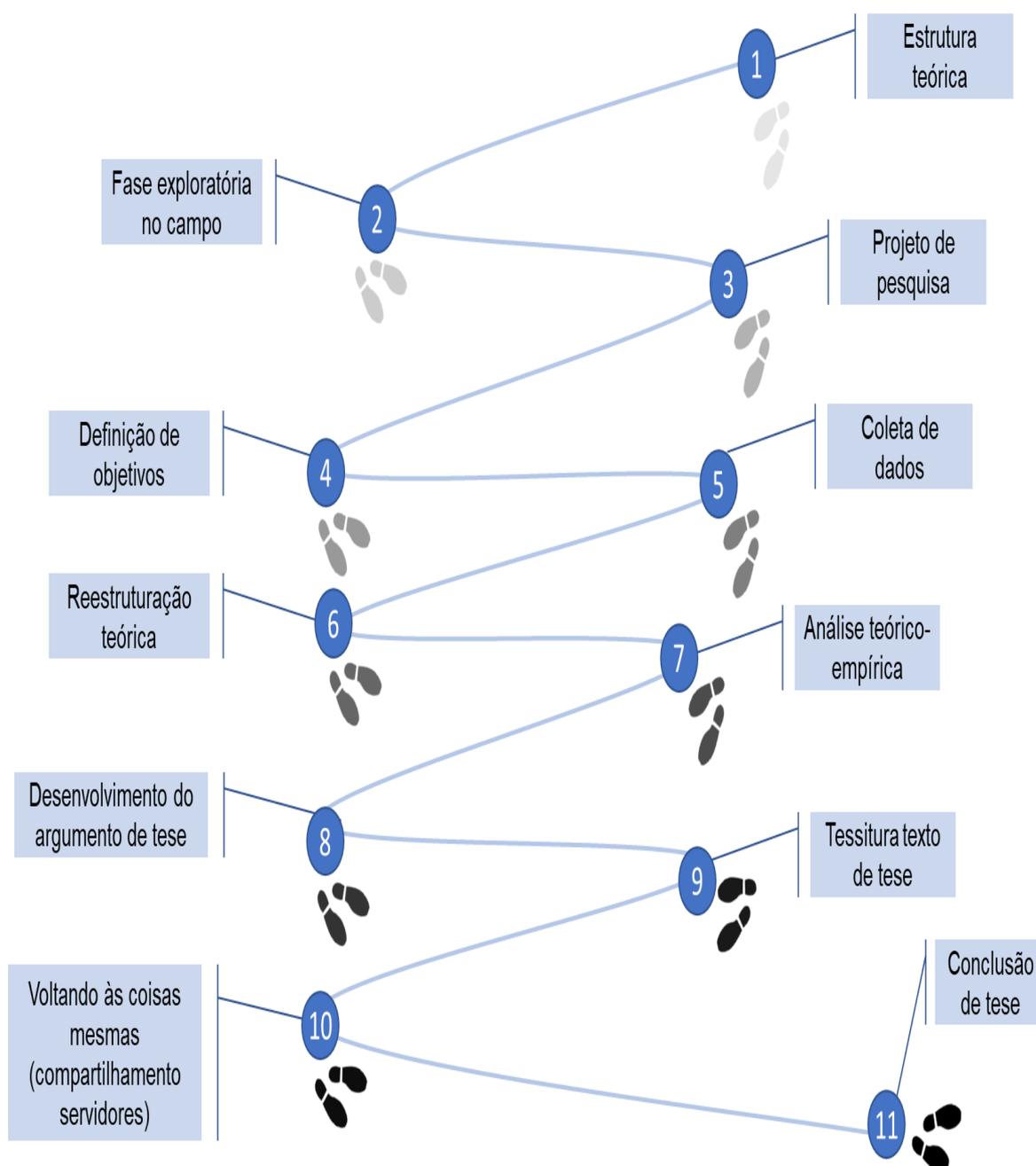
Figura 18 – Caminhos e descaminhos de pesquisa

2015 / 2016	2016 / 2017	2017 / 2018	2018/ 2019
Fase inicial (T1)	Fase empírica (T2)	Fase teórico-empírica (T3)	Fase Avançada (T4)
Ensaio teórico Projeto de pesquisa Entrada no Campo Exploratória	Eleições municipais 2016* <i>*antes, durante e depois.</i> Coleta material Empírico	Saída de campo Estágio sanduíche Berlim-Alemanha	Relatório de Tese Validação servidores TRE-RS
Abordagem baseada em práticas	Contexto crítico (?) Práticas (SCHATZKI)	Filosofia Política (ARENDR) Ontologia das Práticas (SCHATZKI)	Contexto crítico, Filosofia Política (ARENDR) Ontologia das práticas (SCHATZKI)
Fundamentação Teórica Etnografia (?) , Etnometodologia(?)	Método Fenomenológico, indo às coisas mesmas: Entrevistas, pesquisa documental, observação participante, diários de campo, gravação de vídeos, fotos.	Análise fenomenológica	Tese: Dimensão política das práticas
GHERRARDI STRATI MALINOWSKI MATTOS	SCHATZKI SCHÜTZ HUSSERL SANDERS	HANNAH ARENDR SCHATZKI SCHÜTZ HUSSERL SANDERS	HANNAH ARENDR SCHATZKI SCHÜTZ HUSSERL SANDERS ANTONELLO E GODOY
Base epistemológica	Fenomenologia		

Fonte: elaborado pela própria autora.

A partir disso, face à experiência da pesquisa e do pesquisar, nosso interesse pela realidade, levou-nos a confrontar ou, dito de outro modo, rechaçar a definição precoce de uma base teórica para fundamentar a análise da interpretação dos dados. A base fenomenológica auxiliou-nos a emancipar o óbvio e a exercitar o que exigia novas voltas às coisas mesmas. Na figura abaixo, sintetizamos, desta maneira, os principais passos até a consecução dos objetivos.

Figura 19 – Indo e vindo às coisas que já não são as mesmas



Fonte: elaborado pela própria autora.

3.3.9 Para se compreender os elementos por trás das urnas: da descrição à interpretação em busca de significados

Nos capítulos seguintes, dessa maneira, serão apresentadas, a descrição e a interpretação intrínsecos ao processo de compreender. No capítulo 4, “**As eleições municipais de 2016, por trás das urnas**” – consta a descrição do antes, do durante e do depois do pleito eleitoral, com a dinamicidade espaço-temporal e reflexiva. Neste segmento, em atenção à etapa da descrição fenomenológica, procedemos à descrição das práticas intrínsecas à organização das eleições municipais de 2016, estimulando a reflexão dos servidores, o que está descrito no final do capítulo.

Depois, no capítulo 5, “**ENTRE-OS-HOMENS**” – *para uma possibilidade analítica da dimensão política das práticas: da interpretação às necessidades do compreender*, partiremos das práticas como objeto de análise, indo às coisas mesmas, para então buscarmos alinhamento da descrição com a noção de prática em Schatzki – a prática enquanto fenômeno social, considerando os fundamentos do entendimento, das regras e da teleoafetividade. Em que pese a necessidade de ampliar a análise para que pudéssemos interpretar o fenômeno, buscando significados dos elementos por trás das urnas, inerentes ao compreender, identificamos as possíveis lacunas da teoria de Schatzki para a análise da descrição fenomenológica, a partir de sua trajetória epistemológica – o projeto da ontologia alternativa.

Face aos desdobramentos das reflexões oportunizadas pela demarcação das lacunas, pudemos observar a pertinência de analisarmos a dimensão política das práticas no campo estudado, para que avançássemos na interpretação fenomenológica. Dessa maneira, Hannah Arendt e os elementos de sua teoria política, a partir das possibilidades hermenêuticas do compreender em Arendt, auxiliam-nos a complementar as possibilidades da interpretação iniciadas com Schatzki. Assim, construímos o argumento de tese que, a partir de agora, defenderemos. No esquema abaixo (Figura 20), sintetizamos o nosso intento pelo compreender.

Figura 20 – Esquema argumento de tese



Fonte: elaborado pela própria autora.

Às eleições!

CAPÍTULO 4 – AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016, POR TRÁS DAS URNAS

As eleições de 2016 estão sintetizadas, descritas, registradas em um sem número de relatórios das instituições da justiça eleitoral brasileira, país afora. Nosso compromisso com este capítulo, desta forma, não é sumarizar mais um relatório das eleições de 2016. Deste modo, se os dados são experiências compartilhadas, a seguir, tais experiências fundamentam a descrição, próxima etapa da análise fenomenológica. Importa ressaltar que, embora tematizada pelos próprios participantes desta pesquisa, nosso ponto de partida são as práticas da instituição para as eleições municipais de 2016.

Ainda, é importante realçar que, o início de um “antes” para eleições municipais de 2016, por óbvio, não coincide com nossa inserção e campo – especialmente porque a experiência dos servidores, as quais remontarão à compreensão do fenômeno, também são anteriores a. Logo, neste escopo, descreveremos as diferentes fases que antecedem o primeiro e o segundo turnos de uma eleição municipal, como a da capital gaúcha, Porto Alegre, de 2016, sob o escopo da práticas

4.1 ESQUADRHAMENTO DO ANTES: DO PRIMEIRO DIA NO CAMPO À VÉSPERA DA ELEIÇÃO

4.1.1 A justiça eleitoral brasileira e o estabelecimento histórico-político da legislação eleitoral

As Instituições responsáveis pelas práticas de organizar as eleições no contexto brasileiro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os Tribunais Regionais Eleitorais (como o TRE-RS), também ao longo de sua história, foram atravessadas pelas Revoluções, Insurreições e modos de governo, nos diferentes tempos históricos. Em que medida, então, o cenário político do entorno de 2016 interfere nos modos de se organizar o processo eleitoral, na legitimação da democracia, na participação cidadã, na representatividade, ainda não sabemos. Assim, como ponto de partida, o que nos interessa destacar, inerente ao surgimento destas Instituições que organizam as eleições, são os

atravessamentos político-históricos que foram, ao longo do tempo, pautando a maneira de recolher a vontade política dos cidadãos.

Historicamente, a mobilização política brasileira em torno da organização do processo democrático, e do estabelecimento do papel das instituições públicas para a garantia da democracia brasileira, foi um extenso e dilatado processo, caracterizado por perdas e conquistas de garantias e direitos por parte dos cidadãos:

A transição política brasileira foi longa, iniciando-se nos anos setenta e só tendo seu desfecho com as eleições presidenciais de 1989. A mobilização política ocorrida durante esse processo e as mudanças institucionais advindas acenavam com a promessa não só da construção de um regime democrático, mas também de uma sociedade menos desigual. Este era o desafio a ser vencido não só pelo Brasil, mas por todas as chamadas “novas democracias” (PAIVA et al., 2004, p. 369).

De fato, conforme apresentado na seção do Impeachment Presidencial de Dilma Rousseff, nas eleições de 1989 tivemos eleição por voto direto, com a eleição de Fernando Collor de Mello (SALLUM JR; CASARQUES, 2011). Por meio do voto direto a população brasileira apta a votar, escolhe diretamente o seu representante político lhe outorgando direitos. Ao longo da história, então, o processo eleitoral passou por inúmeras transformações, como a inserção tecnológica de 1996 (urnas eletrônicas) com vistas a ampliar a celeridade e a transparência das eleições brasileiras (do recolhimento à apuração dos votos) – na medida em que o número dos eleitores também crescia a partir das atualizações na legislação eleitoral brasileira, como a concessão de títulos para jovens com 16 anos de idade (BRASIL, 1965; BRASIL, 1990; BRASIL, 1995; BRASIL, 1997)

Em consequência, para acompanhar essas transformações, instituições públicas foram criadas, com exigências legais, sociais cada vez mais complexas, dada a amplitude de elementos que envolvem o processo de trabalho eleitoral. Diante disso, com a proximidade das eleições municipais de 2016, pensemos regionalmente na história, missão, objetivos, práticas, processos organizativos concernentes a um Tribunal Eleitoral, como o do Rio Grande do Sul, por exemplo. Administrativamente, no que tange às incumbências administrativas, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul tem por missão¹⁴⁰, conforme

¹⁴⁰ <http://intranet2.tre-rs.gov.br/site/nodo/6>

site institucional, garantir a legitimidade do processo eleitoral do estado gaúcho. A visão, por sua vez, é cimentar a confiança e a credibilidade da justiça eleitoral brasileira, fundamentalmente na “segurança, efetividade e transparência” de suas atividades eleitorais. Desta maneira, a história do Tribunal Eleitoral gaúcho remonta à história da justiça eleitoral de nosso país, matizada pelos acontecimentos políticos de cada época, conforme sintetizado no Quadro 7, abaixo:

Quadro 8 – Panorama antecedentes da justiça eleitoral brasileira: acontecimentos históricos e diferentes fases da legislação eleitoral brasileira

PERÍODO	ACONTECIMENTOS	DESDOBRAMENTOS
1822	Primeira Lei Eleitoral brasileira	Lei de 19 de Junho de 1822, não havia partidos políticos. Sistema político indireto (FERREIRA, 2005, p 73): “em dois graus: o povo escolhia eleitores, os quais, por sua vez, iriam eleger os deputados”.
1822	Independência Brasil, em 07 de setembro de 1822, por D. Pedro.	03 de maio de 1823: Assembleia Constituinte. 13 de novembro de 1823: Dissolução da Assembleia Constituinte. 17 de novembro de 1823: convocação nova constituinte.
1824	Outorgada 1ª Constituição Política brasileira	Poderes políticos nacionais, a partir da Constituição de 1824: “Art. 10. “Os poderes políticos reconhecidos pela Constituição do Império são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo e o Poder Judicial” (FFERREIRA, 2005, p. 87).
1824	Lei Eleitoral de 1824	Instruções para as eleições gerais, então convocadas em 26 de março de 1824. Dentre outras orientações, eram considerados cidadãos brasileiros: “1º) os que no Brasil tiverem nascido [...] 4º) os nascidos em Portugal e suas possessões, que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas províncias onde habitavam, aderiram a esta, expressa ou tacitamente, pela continuação da sua residência” (p. 98). Valor da multa a eleitores que faltassem as eleições: “30 a 60 mil réis”.(p. 105). Sem abrangência municipal.
1828	Lei de 1º de Outubro de 1828	Normas para eleições de vereadores; Inscrição prévia de eleitores; Pela primeira vez, as eleições seriam diretas; Eleições sem locais definidos.
1831	Emergência dos Primeiros Partidos Políticos	Até então não havia partidos (governo e oposição). Primeiros partidos: “Restaurador, Republicano e Liberal (FERREIRA, 2005, p. 121).

1842	Lei de 4 de Maio de 1842	Instrução para alistamento de eleitores, pela 1ª vez: “mérito de procurar moralizar as eleições, mas somente no que se referia ao primeiro grau. Instituiu o alistamento prévio, <i>ex officio</i> , determinou medidas para a eleição das mesas e proibiu o voto por procuração” (p. 133).
1846	Lei de 19 de Agosto de 1946	Ainda sem registro para candidatos e partidos.
1855	Lei dos Círculos	Cada distrito elegeria somente um deputado; Críticas ao sistema de círculos.
1860	Movimento favorável à eleição direta	Agitações públicas pediam a atualização da legislação eleitoral, corrupção e demagogia (FERREIRA, 2005) e eleições diretas.
1870	Os Partidos em 1870	Ainda sem legislação que regulamentasse os partidos do período, podemos destacar, em 1870, a coexistência dos seguintes partidos: Partido Liberal, Partido Conservador, Partido Progressista, Partido Liberal-Radical, Partido Republicano (FERREIRA, 2005).
1873	Projeto de Lei Minorias	Discussão em torno do sistema de representação das minorias: “voto simples, voto limitado, voto cumulativo, voto plural, voto por pontos, representação pessoal com o contingente, voto sucessivo com o voto eventual, lista livre com o duplo voto simultâneo, sufrágio uninominal com voto transferível” (FERREIRA, 2005, p. 174).
Até 1875	Debate político anterior à Lei Eleitoral de 1875	Neste escopo, é importante recuperar que as “lutas políticas no Império” se aglutinavam em torno do sistema eleitoral vigente”. Isso porque, até então, “as fraudes, a corrupção, a intervenção das autoridades no dia das eleições” ainda esmaeciam a eficiência do sistema eleitoral vigente. Somado a isso, ainda pode ser realçado (FERREIRA, 2005, p. 187): <ul style="list-style-type: none"> • a inexistência de título de eleitor, a eleição indireta (em dois graus), • os processos de eleição, • as restrições do voto (privilégio), • as incompatibilidades.
1875	Lei Eleitoral de 20 de outubro de 1875	Dispôs acerca de juntas paroquiais de qualificação (FERREIRA, 2005, p. 199): <ul style="list-style-type: none"> • juiz de direito com autoridade para julgar, • voto secreto, • analfabetos votam, • justiça poderá fazer cumprir os “dispositivos eleitorais” (ainda não se trata de uma justiça eleitoral), • título de eleitor (pela primeira vez no Brasil), com o Decreto nº 2.675, de 1875.

1875	Lei do Terço	A mesma Lei Eleitoral de 20 de outubro de 1875, ficou conhecida como Lei do Terço porque “simplesmente dividia os cargos eletivos a preencher em dois terços para a maioria e um terço para a minoria”. Não se tratava, desta maneira, de um processo proporcional (FERREIRA, 2005, p. 209). Não extinguiu, no entanto, as eleições indiretas.
1881	Nova Lei Eleitoral no Império brasileiro, de 9 de janeiro de 1881: a Lei Saraiva ou Lei do Censo	Substituiu todas as leis eleitorais anteriores; Instituiu eleições diretas; Em referência à José Antônio Saraiva, liberal baiano; a Lei Saraiva estava dividida em 4 títulos: <ul style="list-style-type: none"> • Título I: eleitores e revisão do alistamento eleitoral; • Título II: elegíveis e das eleições; • Título III: parte penal da Lei eleitoral; • Título IV: disposições gerais acerca das eleições. Neste item, realçamos o artigo 240: “São proibidos arrumamentos de tropas e qualquer outra ostentação de força militar no dia da eleição a uma distância menor de seis quilômetros do lugar em que a eleição se fizer” (FERREIRA, 2005, p. 242).
1889	15 de Novembro de 1889, Proclamação da República, no Brasil	A partir disso, o chefe maior de nosso país seria um cidadão qualquer, eleito por meio do voto popular (sufrágio universal).
1890	Primeira Lei Eleitoral da República brasileira, de 08 de novembro de 1890, qualificação eleitoral.	Importa recuperar que o Decreto A-200 (1890) tratava da qualificação eleitoral da recém proclamada República brasileira (FERREIRA, 2005). Neste sentido, replicamos, abaixo, os artigos 4º e 5º, descrevendo os cidadãos com e sem direito a voto: <p>Artigo 4º, são considerados eleitores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • I – todos os cidadãos brasileiros natos, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever; • II – todos os cidadãos brasileiros declarados tais pela naturalização; • III – todos os cidadãos brasileiros declarados tais pela grande naturalização. <p>Artigo 5º, não são considerados eleitores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • I – os menores de vinte e um anos, com exceção dos casados, dos oficiais militares, dos bacharéis formados e doutores e dos clérigos de ordens sacras; • II – os filhos-famílias, não sendo como tais considerados os maiores de vinte e um anos, ainda que em companhia do pai; • III – as praças de pré do exército, da armada e dos corpos policiais, com exceção das reformadas” (BRASIL, 1890).
1890	Regulamento Alvim, de 03 de junho de 1890.	Lei Eleitoral para as constituintes, agendadas para setembro daquele ano. Do regulamento Alvim, dada a proximidade e exigência da Nova

		República, Ferreira (2005) destaca a orientação acerca das eleições para Presidente e Vice-Presidente, constante no Artigo 62: “[...] aos cidadãos eleitos para o 1º Congresso, entendem-se conferidos poderes especiais para exprimir a vontade nacional acerca da Constituição publicada pelo Decreto no 510, de 22 de junho do corrente, bem como para eleger o 1º presidente e vice-presidente da República”.
1889 - 1930	República Velha	Marcada pelas fraudes eleitorais, assim, eleições honestas, transparente e livres, nas quais a vontade popular, de fato, fosse soberana, configuravam uma utopia distante, ainda, para o Brasil. A República Velha estendeu-se até a Revolução de 1930. Regime Federativo, com sólidas máquinas eleitorais estaduais (FIGUEIREDO, 2011). Troca de favores entre município e estados (autonomia para governar). Manutenção e concentração do poder nas mesmas mãos.
1904	Lei Rosa e Silva, Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904.	Postulava, em semelhança a um autêntico Código Eleitoral (mas não como) sobre “os eleitores, o alistamento, o título eleitoral, as eleições, a apuração, a elegibilidade e a inelegibilidade, as incompatibilidades, as nulidades, as vagas, as multas, os recursos” (MUÑOZ, 1983, p. 30).
1930	Revolução de 30	Objetivava, dentre outros, a moralização de nosso sistema eleitoral (FERREIRA, 2005).
1932	1º Código Eleitoral Brasileiro	Aumento da competitividade eleitoral. Oposições também tiveram acesso ao poder. Reconfiguração partidária. Adoção do voto secreto. Voto feminino. Representação Proporcional. Criação da Justiça Eleitoral.

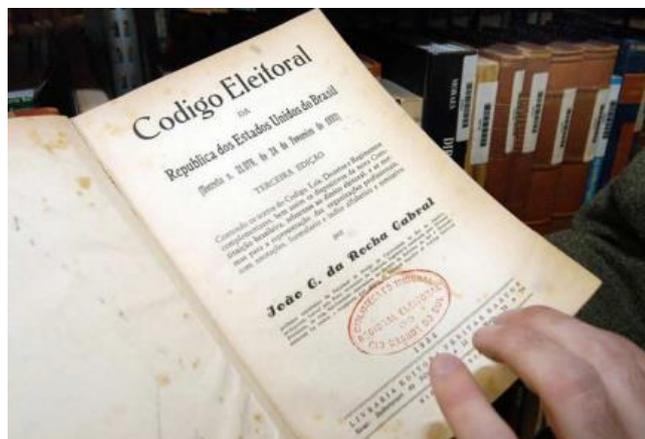
Fonte: Elaborado pela própria autora, pesquisa documental, com base em Ferreira (2005), Figueiredo (2011), Muñoz (1983) e Brasil (1890, 1932).

A criação da justiça eleitoral brasileira, desta forma, ocorreu em 1932, pelo então Presidente Getúlio Vargas. Como explicitado no panorama constante no quadro acima, foi longa a trajetória eleitoral brasileira até 1932, com realce para o contexto político, no que tange às atualizações da legislação eleitoral, nos diferentes tipos de governo, desde 1822 (recorte adotado na disposição supracitada de acontecimentos). A Carta de 1932¹⁴¹ (BRASIL, 1932) (Figura 6,

¹⁴¹ http://ibase.tre-rs.gov.br/index.php/Hist%C3%B3ria_da_Justi%C3%A7a_Eleitoral

abaixo), desta maneira, decreta o Código Eleitoral, ao regular o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais” (Artigo 1º), no território nacional.

Figura 21 – Folha de rosto da 3ª edição do código eleitoral de 1932



Fonte: TRE-RS (2013).

A partir de então, passamos a contar com a justiça eleitoral no Brasil, “com funções contenciosas e administrativas” (BRASIL, 1932, Artigo 5º), independente e especializada, com os seguintes órgãos: “1º) um Tribunal Superior, na Capital da República; 2º) um Tribunal Regional, na Capital de cada Estado, no Distrito Federal, e na sede do Governo do Território do Acre; 3º) juízes eleitorais nas comarcas, distritos ou termos judiciários”. Mais especificamente, no que tange às primeiras atribuições de um Tribunal Regional Eleitoral (o que norteia as suas práticas de seus servidores, nosso objeto de análise) o texto de 1932 (BRASIL, 1932, Artigo 23), elencou as seguintes atribuições a um Tribunal Regional Eleitoral:

1) cumprir e fazer cumprir as decisões e determinações do Tribunal Superior; 2) organizar sua secretaria dentro da verba orçamentaria fixada; 3) superintender sua secretaria, bem como as repartições eleitorais da respectiva região; 4) propor ao Chefe do Governo Provisório a nomeação dos funcionários da mesma secretaria e dos encarregados das identificações nos cartórios eleitorais; 5) decidir, em primeira instância, os processos eleitorais; 6) processar e julgar os crimes eleitorais; 7) julgar, em segunda instancia, os recursos interpostos das decisões dos juízes eleitorais; 8) conceder habeas-corpus em matéria eleitoral; 9) fazer publicar, diariamente, no jornal oficial, a lista dos inscritos na véspera; 10) dar publicidade a todas as resoluções, de caráter eleitoral, referentes à região respectiva; 11) fazer a apuração dos sufrágios e proclamar os eleitos (BRASIL, 1932, Artigo 23).

Além disso, os Tribunais Regionais Eleitorais estariam encarregados, após quinze dias de instalação, “a) de dividir em zonas o território de sua

jurisdição e b) designar as varas eleitorais e os ofícios que ficam incumbidos do serviço de qualificação e identificação”, conforme orienta o Artigo 24. Orientações gerais para “alistamento, inscrição (título, domicílio eleitoral, expedição de título, cancelamento)”; para as eleições – “sistema eleitoral, do sufrágio universal direto, voto secreto e representação proporcional”; para o voto secreto, a representação proporcional, as seções eleitorais, as mesas receptoras, os materiais para votação, os lugares para a votação; para o trabalho da polícia eleitoral, para o início da votação, para o ato de votar; para o encerramento das votações; para a apuração dos votos; para a contagem de votos, a diplomação, estão dispostas, em complementariedade, na referida legislação eleitoral (BRASIL, 1932).

Eis a primeira regulação compilada, próxima de como a conhecemos hoje, para o trabalho da, então criada, justiça eleitoral: o Código Eleitoral de 1932. Até então organizadas pelos governos, o que impedia que a alternância de poder entre situação e oposição, as eleições dos anos seguintes, “Constituinte de 1933 e para a Câmara Federal e para as Constituintes Estaduais em 1934” passaram a ser organizadas pela justiça eleitoral (SILVA, SILVA, 2015, p. 76). No entanto, em novembro de 1937, somente cinco anos depois, Getúlio Vargas¹⁴² revogou¹⁴³ o Código Eleitoral, logo no início do período chamado Estado Novo. Com a medida, estavam extintos, novamente, “os partidos políticos, a justiça eleitoral e as eleições livres”. Passados oito anos, a deposição do Presidente Getúlio Vargas significou o fim do Estado Novo e, em 1945, foi promulgado um novo Código Eleitoral Brasileiro (BRASIL, 1945). Pela então conhecida Lei Agamenon¹⁴⁴ (o então Ministro Agamenon Magalhães trabalhou para definir as regras das eleições) a justiça eleitoral (mesmo que não de forma expressa) estava de volta. A Constituição da República do ano seguinte (BRASIL, 1946), então, fez referência à justiça eleitoral como um órgão do Poder Judiciário (Artigo 109).

¹⁴² Político brasileiro, advogado gaúcho, um dos líderes da Revolução de 1930. Foi Presidente do país por dois mandatos (20 de julho de 1934 a 29 de outubro de 1945 e 31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954 (FILHO, 2013), quando cometeu suicídio.

¹⁴³ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Fevereiro/primeiro-codigo-eleitoral-do-brasil-completa-81-anos>

¹⁴⁴ <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-agamenon>

O Código Eleitoral Brasileiro de 1945, dessa maneira, resgatou “as inovações revolucionárias” de 1932 (TSE, 2013; BRASIL, 1945), a partir do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de Maio de 1945, o qual regulou, em todo país o alistamento eleitoral e as eleições. Neste momento, conforme assinala o Tribunal Superior Eleitoral¹⁴⁵ (o que fora replicado em um dos cursos EADs do Tribunal Regional Eleitoral, de preparação para as eleições municipais de 2016), uma das “tarefas [proeminentes] da justiça eleitoral era conscientizar as pessoas sobre a importância de votar”. Anos mais tarde, no ano de 1965, foi promulgado o novo Código Eleitoral Brasileiro (BRASIL, 1965), em vigor até hoje, somado de uma miríade de atualizações por decretos e leis.

O novo Código Eleitoral (BRASIL, 1965), então instituído pela Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com cerca de 383 artigos, fixou, conforme entende o TSE¹⁴⁶ (2013, 2018), “as bases para um processo eleitoral democrático”. As atualizações acerca da legislação eleitoral vigente até as eleições municipais de 2016, por exemplo, foram realizadas nesta legislação de 1965. Desta maneira, a descrição histórico-política-legal do processo eleitoral brasileiro, e de sua legislação, como supracitado, foi desenvolvida a partir de pesquisa documental na intranet institucional (aqui desdobrados em links públicos para fins de acesso) e de informações introdutórias constantes nos cursos ofertados pelo TSE e pelos TREs para seus servidores, como o EAD intitulado “Reformas Eleitorais nas Eleições 2016”, disponibilizado em junho de mesmo ano, pelo TRE-RS, nosso campo de pesquisa.

De modo geral, tais cursos preparatórios, tanto quanto os eventos, presenciais e à distância, realizados pelo Tribunal Regional Eleitoral gaúcho, visavam a desenvolver os servidores para as atividades das eleições municipais de 2016, em alinhamento aos objetivos regulamentados na legislação eleitoral, para “*desenvolver o servidor, amparado na linha do planejamento estratégico, buscar integrar ao desenvolvimento de competência, a visão do Tribunal*”, conforme explica o servidor 20, chefe da seção de planejamento, da área de educação à distância. Antes, porém, de adentrarmos na descrição destas

¹⁴⁵ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Fevereiro/primeiro-codigo-eleitoral-do-brasil-completa-81-anos>

¹⁴⁶ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Julho/codigo-eleitoral-completa-53-anos-neste-domingo-15>

atividades de formação e desenvolvimento, cabe-nos situar o TRE-RS no panorama da justiça eleitoral brasileira, já apresentado.

Chegamos, assim, à descrição do TRE-RS e das práticas dos seus servidores, inerentes à organização das eleições municipais de 2016. Tal descrição será realizada, com vistas a respeitar o protagonismo das “coisas mesmas”, a partir das diferentes fases de realização do pleito, identificadas pelos TREs, em consonância à legislação eleitoral e atualizações pertinentes (como a Reforma Eleitoral de 2015, Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, já mencionada nas notas de contexto) (BRASIL, 2015).

4.1.2 O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul: da fundação da justiça eleitoral gaúcha ao Programa das eleições municipais de 2016.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul foi fundado em 8 junho de 1948, quando ocorreu a chamada sessão de instalação da instituição gaúcha. A primeira missão da instituição recém organizada era realizar o cadastramento dos eleitores gaúchos. Na primeira eleição, após a criação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, mais de 600 mil cidadãos gaúchos compareceram às urnas. À época o TRE-RS não tinha nem sede própria (funcionava em uma sala cedida na Assembleia Administrativa do estado. Em 2016, o cadastramento dos eleitores ainda resume uma importante fase do processo eleitoral, uma das principais atividades realizadas pelos servidores.

Acompanhando em linha de tempo¹⁴⁷ os processos que foram sendo incorporados ao trabalho eleitoral no estado do Rio Grande do Sul, anos depois, em 1974 , em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a totalização dos votos foi realizada, pela primeira vez no país, com equipamento eletrônico. Mais tarde, a Lei 6. 996/1982 instituiu a informatização da Justiça Eleitoral Brasileira e o Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul avançou ainda mais na modernização dos seus sistemas e processos.

Já em 1983 , mantendo a parceria com a UFRGS e estabelecendo novas¹⁴⁸, como com a Companhia de Processamento de Dados do RS (PROCERGS), o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul “desenvolve

¹⁴⁷ http://ibase.tre-rs.gov.br/index.php/Hist%C3%B3ria_da_Justi%C3%A7a_Eleitoral

¹⁴⁸ <http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=17153>

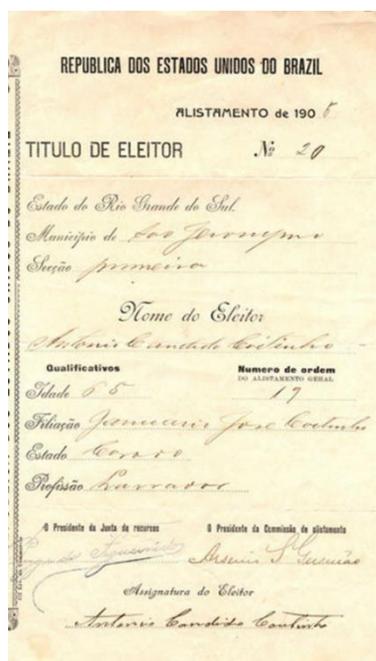
um projeto com o objetivo de modernizar e racionalizar os serviços eleitorais, culminando com a expedição do título eleitoral via computador” (Figura 22), bastante atualizado em relação às primeiras versões de título do estado (Figura 23 e Figura 24). O sistema foi, experimentalmente, implantado na 1ª zona da Capital e apresentado aos ministros do Tribunal Superior Eleitoral, tendo grande aprovação por parte desses, o Rio Grande do Sul serviu de exemplo para outros estados da federação.

Figura 22 - Projeto experimental de título eleitoral



Fonte: Intranet TRE-RS (2016).

Figura 23 - Título Eleitor Rio Grande do Sul 1905



Fonte: Intranet TRE-RS (2016).

Figura 24 - Título Eleitor Rio Grande do Sul 1914



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (intranet).

Em um documento desenvolvido pelo TRE-RS, identificado como relatório de gestão 2016¹⁴⁹ (TRE-RS, 2017), ano das eleições municipais, a finalidade da instituição foi assim identificada: “tem por finalidade principal conduzir as eleições sob sua jurisdição e divulgar os resultados” (p. 10). As atividades, por sua vez, “incluem planejar, organizar, controlar e fiscalizar as eleições, proclamar e diplomar os eleitos, atualizar e gerenciar o cadastro regional de eleitores e julgar os processos de sua competência”.

O calendário eleitoral¹⁵⁰, então publicizado pelo TSE nos anos eleitorais, baliza o conjunto de atividades para as eleições e determina os prazos máximos dentro dos quais os TREs devem cumprir as atividades concernentes às eleições municipais. Em resumo, o calendário seguido pelo TRE-RS, nas eleições municipais de 2016 (ANEXO C), antes do dia das eleições, pode ser assim resumido:

¹⁴⁹ Utilizaremos nesta descrição informações constantes em relatórios avizinados ao referido ano, em atenção à percepção tanto da gestão quanto dos magistrados e servidores que, de fato, vivenciaram as eleições.

¹⁵⁰ <http://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral/calendario-eleitoral>

Quadro 9 – Atividades (antes das eleições) – Replicado TRE-RS

DATA	ATIVIDADE
ABRIL	
06	Mesas Receptoras de Votos dos Presos Provisórios (MRVPP): último dia para criação, no cadastro eleitoral, de seções eleitorais especiais em estabelecimentos prisionais e unidades de internação de adolescentes.
28	Mesas Receptoras de Votos dos Presos Provisórios (MRVPP): último dia para as entidades enviarem ao Juízo Eleitoral lista de servidores indicados para atuarem como mesários.
29	Mesas Receptoras de Votos dos Presos Provisórios (MRVPP): último dia para o Juízo Eleitoral nomear os membros para compor as mesas receptoras.
MAIO	
04	Cadastro Eleitoral: prazo final para requerer inscrição eleitoral, transferência de domicílio ou para seção eleitoral especial.
09	Contrato para Convocação de Mesários: início previsto para vigência do contrato com a ECT, visando à entrega das convocações de mesários.
09 a 31	Mesários (MRVs e MRJs): orientações às zonas para a convocação de mesários.
20	Votação Mista: último dia para o TRE oficiar ao TSE informando a relação dos municípios que terão eleição com identificação biométrica híbrida.
30	Gerentes de Núcleo (Nucléolos): início do período para prestação do suporte remoto junto às zonas eleitorais.
JUNHO	
03	Eleições Comunitárias: fim do prazo para empréstimo de urnas eletrônicas e sistema parametrizado para utilização em eventos da comunidade.
13	Convocação de Mesários: início do período para nomeação dos membros das mesas receptoras.
13 a 17	Simulado Urnas: 2º Simulado Nacional de Urnas Eletrônicas com foco em <i>hardware</i> .
26	Mesas Receptoras de Justificativas (MRJs): STI enviará parâmetros para os cartórios avaliarem a necessidade de instalação, bem como orientações para o seu cadastramento no ELO.
27 a 30	Transporte das Urnas Eletrônicas: início previsto para a vigência do contrato com a empresa responsável pela distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas aos locais de votação. Transporte das Urnas Eletrônicas: orientações às zonas acerca da entrega e recolhimento das urnas eletrônicas e do contrato celebrado.
28	Cadastro Eleitoral: término do processamento do Cadastro Eleitoral.
JULHO	
04	Eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida: fim do prazo, para o eleitor que solicitou transferência para seção eleitoral especial, comunicar aos juízes, por escrito, suas restrições e necessidades para, se possível, providenciar meios e recursos para que o exercício do voto seja facilitado.
05	Auxílio-Alimentação: orientações aos cartórios sobre o fornecimento do auxílio-alimentação aos convocados (mesários MRV, MRJ, administradores de prédio, escrutinadores e auxiliares dos serviços eleitorais).
	Mesas Receptoras de Votos dos Presos Provisórios (MRVPP): período

08 a 29	para requerer a habilitação para voto nas seções eleitorais especiais em estabelecimentos prisionais e unidades de internação de adolescentes criadas até abril de 2016.
18	Cadernos de Folhas de Votação: início da produção dos Cadernos de Folhas de Votação. Agregação de seções: disponibilização das tabelas de agregações obrigatórias e sugeridas, bem como orientações gerais para o início do registro no ELO.
18 a 22	Capacitação em Sistemas Eleitorais e para Treinamento de Mesários: período para instruções dos servidores dos cartórios ingressantes do concurso 2015 e/ou servidores sem experiência em eleições.
22	Junta Eleitoral: último dia para a publicação dos nomes dos indicados para compor as juntas eleitorais (na Capital, publicar no DEJERS; nos demais municípios, afixar no local de costume no cartório).
25 a 29	Auxílio-Alimentação: período para os cartórios definirem a logística para o recebimento e a distribuição dos valores referentes ao auxílio-alimentação dos colaboradores convocados.
29	Cerimônia Nomeação Mesários: último dia para afixação do edital para anunciar a realização de audiência pública para a nomeação dos mesários das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação, caso ainda não tenha feito. * Este documento convoca para a data em que será divulgada a nomeação dos mesários, mediante edital. JE-Connect: último dia para definição dos locais cujos BUS serão transmitidos via JEC.
AGOSTO	
1º a 04	Simulado Nacional: 1º Simulado dos Sistemas Eleitorais nos TREs com a participação de todas as ZEs (ELO, Urnas, Preparação, Divulgação e Totalização), com Biometria.
03	Locais de Votação: último dia para a publicação da designação da localização das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação. * Afixar Edital de Designação dos Locais de Votação, expedido pelo Sistema ELIGIS. Mesários MRVs e MRJs: último dia para nomeação dos membros das mesas receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação (Administradores de Prédio) para o primeiro e eventual segundo turnos de votação. * Afixar Edital de Nomeação expedido pelo Sistema ELIGIS! Nada impede que sejam realizadas substituições, pois até o pleito muitas ainda irão ocorrer. Não esquecer de expedir e afixar editais de substituição. Junta Eleitoral: último dia para o TRE nomear os membros das juntas eleitorais indicados pelos juízes de cada cartório, em edital publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Segunda via do Título Eleitoral: último prazo para requerer a 2ª via do título eleitoral em qualquer ZE do país (eleitor que estiver fora de seu domicílio eleitoral). Agregação de seções e MRJs: último dia para a agregação de seções, para cadastramento de mesas receptoras de justificativas e identificação das seções com áudio.
15	Plantão: data a partir da qual permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados os cartórios eleitorais e as secretarias dos Tribunais Eleitorais. Registro de Candidaturas: último dia para os partidos políticos e

	coligações apresentarem o requerimento de registro de seus candidatos a Prefeito, Vice-prefeito e Vereador.
15 a 30.09	Auxílio-Alimentação: período para disponibilização do benefício para alimentação aos responsáveis financeiros pela sua distribuição aos colaboradores do pleito 2016 - 1º turno.
20	Registro de Candidaturas: último dia para os candidatos escolhidos em convenção requererem seus registros, caso os partidos políticos ou as coligações não o tenham requerido.
22	Transporte das Urnas Eletrônicas: prazo final para a designação de um preposto com função gerencial nas ZEs.
22 a 23.09	Treinamentos de Mesários e Administradores de Prédio: período sugerido para o treinamento dos mesários das MRVs, MRJs e dos administradores de prédio. *Sugere-se não marcar reuniões nos dias da geração de mídias e da carga de programas nas urnas, possibilitando ao chefe de cartório uma supervisão mais efetiva dessas tarefas.
25 e 26	Verificação e Validação de dados e fotografia nas Urnas Eletrônicas: período para realização da verificação e validação do nome e do número do candidato, do cargo, do partido, do sexo e da qualidade técnica da fotografia (art. 36, inciso II alínea d da Resolução 23.455/15).
30	Vistoria dos Locais de Votação: prazo final para inserir informações sobre as vistorias no Sistema ELIGIS. JE-Connect: último dia para verificação das condições técnicas dos pontos de transmissão remota.
SETEMBRO	
02	Escrutinadores e Componentes da Junta: último dia para o juiz eleitoral comunicar ao TRE e publicar em cartório, mediante edital, os nomes dos escrutinadores e dos componentes da junta nomeados. Transporte das Urnas Eletrônicas: último dia para a contratada retirar no cartório a sugestão de roteiro de entrega das UEs.
1º a 05	Auxiliares de Eleição (AEs): período previsto para apresentação e capacitação dos Auxiliares de Eleição em cartório.
08 e 09	Sistemas PREPARA e GEDAI: orientações gerais para instalação desses sistemas. Edital de Geração de Mídias e de Carga dos Programas nas Urnas: período para publicação dos editais que divulgam aos partidos políticos, coligações, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil as cerimônias de Geração de Mídias, de Carga dos Programas nas Urnas e dos procedimentos posteriores de inspeção e visualização dos dados (na Capital, publicar no DEJERS; nos demais municípios, afixar no local de costume no cartório).
09 a 13	Simulado interno: simulado de sistemas eleitorais envolvendo todas as ZEs, com a presença dos TUs devidamente capacitados.
12	Cadernos de Folhas de Votação: último dia para os TREs receberem os Cadernos de Folhas de Votação. Sistema de Candidaturas (CAND): Fechamento. Sistemas PREPARA e GEDAI: data a partir da qual poderão ser oficializados esses sistemas. Lista de Candidatos: último dia de publicação, pelo Juiz Eleitoral, para uso na votação, de lista organizada em ordem alfabética.
14 a 16	Cerimônia de Geração de Mídias: período para geração de mídias, realizada em cerimônia prevista no edital publicado, com a conferência e verificação permitidas aos representantes de partidos políticos, coligações, Ministério Público e OAB.
14 a 23	Cerimônia de Carga dos Programas nas UEs: período para carga das urnas, realizada em cerimônia prevista no edital publicado, com a conferência e verificação permitidas aos representantes de partidos políticos, coligações, Ministério Público e OAB.

15 a 03.10	Gerentes de Núcleos (Nucléolos): período de permanência dos gerentes nos respectivos núcleos no 1º turno, variável conforme o núcleo.
22	<p>Segunda Via do Título: último prazo para requerer a 2ª via do título eleitoral (eleitor que estiver no seu domicílio eleitoral).</p> <p>Locais de Votação: último dia para o juízo eleitoral comunicar, por intermédio de ofício, os responsáveis, proprietários ou administradores de que os respectivos prédios serão utilizados para a instalação das Mesas Receptoras (normalmente essa comunicação já foi feita com antecedência maior, logo após a vistoria) .</p> <p>Transporte das Urnas Eletrônicas - Últimos acertos: último dia para o preposto ou representante da contratada comparecer para reunião com o juiz ou o chefe de cartório visando aos acertos administrativos da tarefa.</p> <p>Transporte das Urnas Eletrônicas - Lista dos Veículos: apresentação ao cartório pelo preposto ou representante da contratada da lista contendo a marca e o ano dos veículos a serem utilizados no transporte das urnas; da declaração de realização da vistoria prévia e a conformidade dos carros, assim como do plano de distribuição com a estimativa de tempo máximo para execução de cada roteiro.</p> <p>*A declaração será fornecida pela ZE, caso essa tenha requisitado para si a tarefa da vistoria dos veículos.</p>
22.08 a 23	<p>Treinamentos de Mesários e Administradores de Prédio: período sugerido para o treinamento dos mesários das MRVs, MRJs e dos administradores de prédio.</p> <p>*Sugere-se não marcar reuniões nos dias da geração de mídias e da carga de programas nas urnas, possibilitando ao chefe de cartório uma supervisão mais efetiva dessas tarefas.</p>
23	Tabela de Correspondência (1º turno): data limite para a transmissão ao TRE e recepção no PREPARA da tabela de correspondência. Se o processo de carga dos programas for encerrado antes do dia 23 de setembro, a tabela deve ser transmitida e recebida até o dia útil seguinte ao término do procedimento mencionado.
26 a 29	Cerimônia de Inspeção e Visualização dos dados das Urnas Eletrônicas: inspeção das urnas e visualização dos dados na tela.
27	<p>Cadernos de Folhas de Votação: último dia para os TREs solicitarem a reimpressão dos Cadernos de Folhas de Votação (falhas na impressão ou falta de cadernos).</p> <p>Edital de Oficialização do Gerenciamento: publicação do edital que notifica os representantes do MP, da OAB e dos partidos políticos e coligações para participar da cerimônia de oficialização do sistema de Gerenciamento (na Capital, publicar no DEJERS; nos demais municípios, afixar no local de costume no cartório).</p> <p>Verificação das Assinaturas Digitais: último dia para que os representantes dos partidos políticos e coligações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica formalizem pedido ao Juízo Eleitoral para a verificação das assinaturas digitais do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica, do Subsistema de Instalação e Segurança e da Solução JEConnect instalados nos equipamentos da Justiça Eleitoral.</p> <p>JE-Connect: último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais divulgarem na Internet os pontos de transmissão de dados que funcionarão em locais distintos do local de funcionamento da Junta Eleitoral.</p>
29	Fiscalização dos Trabalhos de Votação e Apuração: último dia para partidos e coligações indicarem os nomes das pessoas autorizadas a expedirem credenciais aos fiscais e delegados habilitados a fiscalizar os trabalhos de votação durante o primeiro turno das eleições.
29 a 1º.10	Transporte de Urnas (1º turno): período para distribuição das urnas aos locais de votação do Estado.

Qual a abrangência destas atividades para o TRE-RS, nas eleições municipais de 2016? Por ter abrangência em todo o estado do Rio Grande do Sul, atendia uma população de “11,21 milhões de pessoas, dentre as quais 8,36 milhões de eleitores, distribuídos em 497 municípios. Há cartórios eleitorais em 142 cidades” (TRE-RS, 2017, p. 10). Porto Alegre, por sua vez, está subdividida em 10 zonas eleitorais (cartórios eleitorais), quais sejam, 1, 2, 111, 112, 113, 114, 158, 159, 160, 161, identificadas no mapa abaixo, Figura 21. Cada zona eleitoral corresponde a um cartório eleitoral no TRE-RS.

Nesse sentido, a Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, estabelece, para os municípios com mais de uma zona eleitoral, como Porto Alegre, por exemplo, designações específicas para o pleito municipal 2016, de acordo com o estabelecido no Código Eleitoral - Lei 4737/65 (BRASIL, 1965) e atualizações pertinentes, dentre elas a Reforma Eleitoral de 2015 (BRASIL, 2015). Com isso, foram nomeadas as zonas eleitorais (cartórios) responsáveis pelas diferentes atividades eleitorais:

- 160ª zona eleitoral: caberá a totalização e diplomação, de acordo com o artigo 40, parágrafo único do Código Eleitoral, “nos municípios onde houver mais de uma junta eleitoral a expedição dos diplomas será feita pelo que for presidida pelo juiz eleitoral mais antigo, à qual as demais enviarão os documentos da eleição” (BRASIL, 2012);
- 1ª zona eleitoral: registro de candidaturas, pesquisas eleitorais, investigações judiciais eleitorais, ação de impugnação de mandato eletivo, representações específicas;
- 114ª zona eleitoral: propaganda eleitoral nos meios de comunicação;
- 161ª zona eleitoral: propaganda eleitoral de rua;
- 113ª zona eleitoral: prestação de contas da campanha. A prestação de contas das campanhas sempre exigem mais. É o que afirma o juiz responsável pelo cartório eleitoral designado, ao afirmar que “*neste ano, devo ficar mais de um mês após as eleições somente fazendo a prestação de contas*” E4.

como a zona 113, *“a qual conta com cerca de 113 mil eleitores, é muita coisa”* – explica o E4. Para tanto, com a orientação das legislações eleitorais e atualizações pertinentes, logo após a conclusão do ciclo avaliativo das eleições gerais de 2014, o TRE-RS passou a organizar as eleições municipais de 2016.

Assim, em 15 de dezembro de 2015, a Resolução nº 23.456, relatada pelo Ministro Gilmar Mendes, dispõe sobre os atos preparatórios para as eleições de 2016. Com isso, o Tribunal Superior Eleitoral, dá início oficial à preparação das eleições municipais de 2016, replicamos o artigo 1º, o qual informa sobre os dias de realização do pleito:

Serão realizadas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador simultaneamente em todo o país em 2 de outubro de 2016, primeiro turno, e em 30 de outubro de 2016, segundo turno, onde houver, por sufrágio universal e voto direto e secreto (Constituição Federal, art. 14, caput; Código Eleitoral, art. 82; e Lei nº 9.504/1997, art. 1º, parágrafo único, inciso II) (BRASIL, 2015b, Artigo 1º).

Acompanhamos, desta maneira, a trajetória do Tribunal Regional Eleitoral antes dos dias 02 e 30 de outubro (em Porto Alegre tivemos segundo turno), durante os dois turnos das eleições de 2016, e depois, com a diplomação e a avaliação das eleições. Nesta esteira, cabe-nos recuperar que o Tribunal Eleitoral gaúcho é formado pela parte administrativa (conforme ilustrado na Figura 16, organograma institucional), pelos dez cartórios eleitorais (um para cada zona eleitoral) e pela central de atendimento. Assim, *“quem acolhe o eleitor, diretamente, é a central, nós não fazemos títulos aqui em cima”* – explica E8, referindo-se aos andares superiores do prédio do TRE-RS da capital gaúcha, na Padre Cacique, onde estão localizados os cartórios eleitorais (um para cada zona), com os chefes de cartórios, servidores, juízes eleitorais e estagiários. Ainda, complementa o servidor: *“agora, após o fechamento do cadastro, que foi no final de maio, começa, efetivamente uma nova fase de organização da eleição”*.

Já com relação à interação dos servidores e do papel dos juízes eleitorais nas eleições municipais de 2016, E4, juiz eleitoral, comenta: *“Eu comparo o juiz eleitoral em época de eleições, e especialmente durante a eleição municipal, a um cirurgião durante um procedimento cirúrgico: incapaz de começar ou terminar qualquer intervenção trabalhando sozinho”*. Com relação a isso, ainda, interessa

recuperar que o juiz eleitoral é designado para a tarefa por dois anos, diferentemente do servidor de carreira, o qual tem um vínculo continuado com a prática laboral vinculada ao processo eleitoral: *“Nós até nos dedicamos às eleições, mas nem perto do que fazem os servidores. O juiz eleitoral trabalha mais durante as eleições. O servidor coloca a eleição na rua”*, E4. Neta linha, *“os fatos de uma eleição municipal iniciam no município, no cartório”*; dessa maneira, em que pese a necessidade de recurso em um processo eleitoral, por exemplo, *“a secretaria judiciária, trabalharia como instância recursal, após primeira apreciação do juiz eleitoral no cartório”* – complementa E1.

Pelo exposto, dessa maneira, conseguimos depreender que a justiça eleitoral, como um todo, organiza as eleições em diferentes fases. O relatório do Programa Eleições Municipais 2016 (TRE-RS, 2016), auxilia-nos, no curso deste exercício de descrever, a compreender que o primeiro passo da eleição municipal de 2016, ocorreu em março de 2015, *“com a elaboração de uma proposta orçamentária para a preparação e execução do evento eleição”* (p. 04). Nesta linha, destacamos que o ELEI-2016, conforme nomeado pelo Tribunal, o Programa das Eleições 2016, contempla:

[...] oito projetos, seguindo a nova metodologia adotada pelo TRE-RS, que privilegia as entregas de cada plano em relação aos processos de execução. Para cada projeto foram criadas equipes de trabalho, constituídas por um gerente e por representantes de cartórios eleitorais e de unidades da instituição relacionadas a cada escopo (TRE-RS, 2016, p. 04).

Na descrição do conjunto de projetos que visa a se desdobrar em planos de ação relacionados à realização do pleito e processos pertinentes à que ocorram após o sufrágio, a equipe de trabalho responsável pelo planejamento chama a atenção para o fato de que neste planejamento estão consideradas *“as lições aprendidas nas eleições anteriores”*, especialmente com o enxugamento de projetos, com vistas a propor novas soluções, para aprimorar processos importantes, para desdobrar o que antes era somente projeto em processos e práticas de trabalho incorporadas às rotinas específicas *“das unidades responsáveis por sua execução”* (TRE-RS, 2016, p. 02).

Assim, destacamos, abaixo, os oito projetos do Programa Eleições 2016, desenvolvidos em alinhamento *“com o programa do Tribunal Superior Eleitoral para as Eleições Municipais de 2016”*. Os grupos de trabalho, desta forma,

buscaram estabelecer **alinhamento** de cada projeto do programa, com as ações estratégicas do TSE para àquelas eleições municipais (TRE-RS, 2016). Abaixo, desta forma, estão elencados (replicamos integralmente) os projetos (TRE-RS, 2016, p. 3-4):

- 1) Campanha fechamento do cadastro: “campanha de esclarecimento e de chamamento ao eleitor para realizar sua inscrição, transferência ou regularização, em tempo de poder participar do pleito de 2016; definição de período, mídias e de recursos para a realização da campanha”.
- 2) Campanha mesários voluntários: “campanha para aumentar a participação de voluntários como mesários; definição de período, mídias e de recursos para a realização da campanha”.
- 3) SMS eleições: “uso de serviço de mensagens de texto por meio de plataforma web; levantamento de necessidades e abrangência no âmbito da secretaria e dos cartórios eleitorais; definição do período de utilização”.
- 4) Encontro preparatório juízes eleitorais evento preparatório para juízes eleitorais: “definição de local e período do encontro; levantamento do material e dos recursos necessários; elaboração de conteúdo e definição de palestrantes; definição e convocação do público-alvo; avaliação do evento”.
- 5) Disque-eleições: “serviço de informações ao eleitor; definição do formato e abrangência do serviço; avaliação de viabilidade de contratação externa do serviço; implementação do serviço”.
- 6) Portal de eleições: “plataforma web de informações relevantes para o processo eleitoral, conteúdos inter-relacionados e monitoramento das atividades de eleição pelo usuário final; pesquisa de ferramentas semelhantes utilizadas em outros três; levantamento de requisitos e necessidades; elaboração do produto e implementação do portal para utilização no pleito por todas as zonas eleitorais”.
- 7) Horário extraordinário: “para servidores do quadro e requisitados no período eleitoral; levantamento de necessidades e estudos sobre a destinação equilibrada dos recursos disponíveis; acompanhamento e controle da execução em consonância com o orçamento disponível”.

- 8) Treinamentos eleitorais: “capacitações em sistemas utilizados e atividades realizadas no processo eleitoral; elaboração de calendário de treinamentos; definição de locais, instrutores e demais recursos para os treinamentos; definição e convocação dos públicos-alvo; montagem das turmas de cada capacitação”.

Tais projetos, dentro de uma estrutura de análise mais ampla, estão relacionados, ora com macroprocessos finalísticos das eleições municipais, ora macroprocessos de apoio ao processo eleitoral. Na figura 22, abaixo, conseguimos observar as relações que os servidores que desenvolveram o programa ELEI-2016, identificaram ainda nesta fase.

Figura 26 – Estrutura Analítica do Programa Eleições 2016



Fonte: TRE-RS (2016, p. 03)

Esta foi a maneira como o TRE-RS, desta forma, planejou os projetos das eleições municipais de 2016, para que se desdobrassem em ações, a partir das orientações da legislação eleitoral e de suas atualizações, bem como do planejamento estratégico do TSE como acima relacionado (BRASIL, 1965; 1995,

2007, 2012, 2013, 2015). Acompanhemos como isso acontece na dinamicidade organizacional do tribunal estudado.

4.1.3 Cadastramento de Eleitores: do marketing de comunicação institucional – seu voto sua voz – às contestações cidadãs nas filas da Padre Cacique

O cadastramento de eleitores é, como colocado acima, um macroprocesso finalístico¹⁵², dentro da dinamicidade de organizar do TRE-RS, e seu objetivo é manter o “cadastro eleitoral dos cidadãos atualizado e com informações fidedignas” (TRE-RS, 2017, p. 10). Para tal prática eleitoral, há uma mobilização institucional de servidores para dar conta de atender os cidadãos que se deslocam até a instituição para atualizar seu cadastro junto à justiça eleitoral. É importante, assim, antes de irmos às filas, antes de subirmos e descermos escadas com os servidores que ziguezagueavam em torno desta demanda, antes de sermos fila também, pensemos no planejamento deste chamamento ao cidadão.

No programa da eleição, descrevemos o projeto campanha fechamento de cadastro. A justiça eleitoral, com isso, quer informar o eleitor sobre a necessidade de ir ao TRE-RS para atualizar seu título. Para tanto, evitando a superlotação de filas, e tantos outros desdobramentos desnecessários que poderiam decorrer do fato de a justiça eleitoral chamar todos os eleitores ou novos eleitores à instituição, a organização compartilha com os cidadãos informações sobre como, quem, porque, onde, quanto, quando deve comparecer à justiça eleitoral. Um dos movimentos primeiros da justiça eleitoral como um todo, neste sentido, é a de aglutinar a atenção dos cidadãos, de forma geral, em torno da ideia de que 2016 é um ano eleitoral.

Neste sentido, face ao primeiro grande momento de encontro com o cidadãos nas fases da eleição municipal, as propagandas da justiça eleitoral passam a ser veiculadas na televisão e demais mídias. Com relação a tais práticas de marketing, o juiz eleitoral E4 entende que são maneiras de a justiça

¹⁵² Além do cadastramento de eleitores, é importante que recuperemos as “eleições (processo que objetiva viabilizar a gestão e o atendimento das necessidades de bens e serviços relativos ao andamento das eleições) e a Prestação Jurisdicional (macroprocesso que busca dar tratamento adequado às contendas judiciais relativas ao pleito)” como os outros dois macroprocessos finalísticos institucionais (TRE-RS, 2017, p. 10).

eleitoral não somente organizar o trabalho e publicizar as agendas da eleição, mas também uma forma de se aproximar do povo: *“a justiça eleitoral precisa se reaproximar do povo, mostrar que não existe o eles, a democracia é nossa...é uma tarefa lenta, mas tem que ser feita. As propagandas eleitorais surtem um pequeno efeito. Enfim, precisamos ocupar estes espaços”*, diz E4.

O tema geral das eleições municipais de 2016, de saída, chama a atenção para a relevância de os cidadãos votarem, inferindo que tal ação se desdobra em participação decisória outorgada. Para mobilizar o cidadão, desta forma, a justiça eleitoral opta pelo marketing de chamamento e responsabilização pela participação: “seu voto [é] sua voz”. A nossa voz, em caso de o candidato ser eleito, será continuada durante as decisões do mandato deste, em seu plano de governo e, mesmo que não eleito, o cidadão terá outorgado seus direitos a um plano de governo que, embora não eleito, coadunado com as suas perceptivas de participação (poderá, assim, defender e avaliar determinado governo, a partir de seu referencial participativo). É por meio do voto, em uma democracia representativa, que estabelecemos nosso vínculo com a agência decisória (resumo campanhas iniciais TSE, 2016).

Figura 27 – Tema geral das eleições 2016: das eleições municipais 2016, TSE.



Fonte: TSE (2016)

Mais especificamente, no escopo do fechamento do cadastramento (o qual iniciou logo após o segundo turno das eleições gerais de 2014), no TRE-RS, em Porto Alegre, como previsto no programa eleições, a ideia era envolver ASCOM, Zonas Eleitorais e STI em ações conjuntas, com vistas a acelerar o

processo de comunicação, evitando as filas que comumente ocorreram em eleições anteriores. A comunicação eficaz com os cidadãos, dessa forma, levaria, os cidadãos a anteciparem a inscrição eleitoral ou transferência de domicílio (em Porto Alegre a biometria não era obrigatória neste ano de 2016) ou poderia, de outro modo, evitar que cidadãos fossem à justiça eleitoral sem necessidade de.

O último dia para fechamento do cadastro desta forma, conforme calendário do Tribunal Superior Eleitoral para as eleições municipais de 2016, seria 04 de maio de 2016. Até esta data um conjunto de planejamentos e atividades foram realizadas para informar o cidadão acerca das datas da justiça eleitoral. O TRE-RS, em primeiro lugar, estabeleceu o termo de abertura do projeto, os grupos de trabalho, em outubro de 2015. Depois, o grupo de trabalho, em alinhamento com as orientações do TSE, apresentou o plano do projeto, e, em novembro de 2015, iniciaram as divulgações por meio eletrônico. Junto a isso, realizaram diferentes campanhas, como a de alistamento dos jovens (Figura 26, abaixo).

Figura 28 – Campanha Jovem eleitoral: "se você tem 16 anos, faça seu título".



Fonte: TRE-RS (2015).

Após, logo no início de 2016, iniciou-se, com a participação dos servidores da ASCOM, “contato com os veículos de comunicação regionais e da Capital, para divulgação de notícias e agendamento de entrevistas”. A Assessoria de Comunicação, desta maneira, seria a responsável por controlar as principais ações deste projeto de engajar os cidadãos a antecipar o cadastro eleitoral, em caso de necessidade. Ações como a campanha do jovem eleitor foram até 04 de maio, data limite. E de que forma os objetivos desta campanha de fechamento de cadastro se foram alcançados na interação entre organização e cidadão?

Atentemos para a analogia entre eleição e carnaval, compartilhada pelo servidor E8: “a eleição é como um desfile de escola de samba, trabalhamos o ano inteiro, apresentamo-nos algumas horas na avenida”, tanto quanto as alegorias carnavalescas, em seu tempo cronometrado, “as coisas dão certo, as coisas dão errado, voltamos para casa e começamos tudo de novo”. Se a eleição é desfile, é carnaval, na ode desta descrição de comparação, o cadastramento de eleitores, o qual terminou logo no início de maio de 2016, é, assim, o primeiro calor do verão. Após dois meses de pesquisa na instituição, foi naquele encontro entre servidores, organização, cidadãos que vislumbramos que uma eleição estava se avizinando daquele conjunto de planejamentos e atividades organizacionais.

“Quando a gente vê povo, a gente enxerga a eleição. O fechamento do cadastro dá esta sensação de proximidade” – reflete E8. Nos últimos dias, então, começaram a se formar filas em torno do TRE-RS, localizado na rua Padre Cacique, para tal cadastro. Apesar de diferentes práticas adotadas pelo programa eleição [conforme descrevemos] para informar e mobilizar os cidadãos a irem atualizar o seu título com antecedência, muitos deixaram para a “última hora”. Nos últimos dias, em vista disso, mesmo com agendamento prévio, filas com centenas de pessoas se formaram ao redor do prédio mencionado. Para fazer frente a esta demanda de trabalho expressiva, servidores de diferentes áreas do Tribunal se organizaram em torno de uma verdadeira força tarefa para auxiliar os colegas da central de atendimento (primeiro andar) a prestar o devido atendimento à população porto-alegrense.

Em certo momento, um grupo de servidores que tentavam organizar as filas para o atendimento se desentendem quanto à “*melhor maneira de organizar a fila*”. Em outros vários, os cidadãos falam, reclamam, brigam, gritam com os

servidores. O sol está forte e a fila ainda é extensa. Naquela tarde de sol de 04 de maio de 2016, os olhos nas filas, timidamente abertos, defendiam-se do sol das 15 horas. Em meio a isso, uma frase, proferida por um cidadão, com cerca de 40 anos, emerge entre pequenas frestas do que é possível de ser escutado: *“Isso aqui ó, é um desrespeito. A gente fica horas aqui nessa fila, faz o título, vota, e depois vocês colocam os mesmos lá, para continuar roubando da gente”*. Neste momento, acompanhávamos E2, que com expressão questionadora, e com os mesmos olhos protegidos, olha aos redor, baixa a cabeça, e reordena a fila para os próximos atendimentos, revisa documentos e encaminha os atendimentos preferenciais.

O resultado deste cadastramento, para as eleições municipais de Porto Alegre, somados aos demais títulos em situação regular, se desdobraram nas seguintes estatísticas para o eleitorado municipal, diferenciado por sexo e idade:

Tabela 1 – Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária – Porto Alegre

Faixa Etária	Masc. (M)	%M/T	Fem.(F)	%F/T	N. Infor.	%N/T	Total(T)	%/TT
Inválida	1	100	0	0	0	0	1	0
16 anos	411	48,81	431	51,19	0	0	842	0,08
17 anos	1.466	52,08	1.349	47,92	0	0	2.815	0,26
18 a 20 anos	21.455	49,29	22.074	50,71	0	0	43.529	3,96
21 a 24 anos	36.335	48,41	38.725	51,59	0	0	75.060	6,83
25 a 34 anos	105.435	48,34	112.673	51,66	0	0	218.108	19,85
35 a 44 anos	99.807	47,46	110.509	52,54	0	0	210.316	19,15
45 a 59 anos	126.639	45,44	152.039	54,56	0	0	278.678	25,37
60 a 69 anos	59.645	42	82.381	58	0	0	142.026	12,93
70 a 79 anos	29.159	38,04	47.500	61,96	0	0	76.659	6,98
Superior a 79 a.	16.674	33,03	33.807	66,97	0	0	50.481	4,6
TOTAL(TT)	497.027	45,25	601.488	54,75	0	0	1.098.515	100

Fonte: TSE (2016)

Conhecemos, assim, os eleitores de Porto Alegre então cadastrados em mais esta fase do processo eleitoral. Podemos notar, observando a Tabela 1 acima, que a maioria do eleitorado, **54,75%**, é do gênero feminino. Dito de outra maneira, concluído o processo de fechamento de cadastro em 04 de maio de 2016, mais um grande marco da eleição municipal de 2016 estava encerrado. Em termos gerais, “foram atendidos presencialmente pela Justiça Eleitoral do RS, ao longo de 2016, 2.485.575 cidadãos” (TRE-RS, 2017, p. 22). Assim,

conhecemos os eleitores para as eleições de 2016, é hora de sabermos quem são os candidatos. E a próxima grande atividade da organização, concentrou as práticas dos servidores encarregados em torno do próximo grande marco, conforme previsto no Programa ELEI 2016, o registro de candidaturas.

No entanto, antes de recuperá-lo, no curso de nossa descrição das práticas dos servidores em meio à organização do processo eleitoral, dado que estas eleições foram as primeiras após as atualizações na legislação eleitoral, é importante conhecermos, para não perdermos de vista neste emaranhado, os macroprocessos de apoio, como os treinamentos eleitorais, além dos eventos de preparação para as eleições, os quais auxiliaram os servidores a inserir as novas orientações da legislação eleitoral, por exemplo, nas práticas pertinentes aos macroprocessos finalísticos e de apoio, no que tange a este organizar as eleições.

4.1.4 Treinamentos e eventos de preparação para as eleições 2016: da Reforma Eleitoral à participação feminina na política – da definição de público-alvo à produção de conteúdo EAD

Preparação para as eleições municipais de 2016: curso EAD “A Reforma Eleitoral nas Eleições Municipais de 2016”.

A legislação eleitoral, em primeiro lugar, é soberana na fundamentação dos treinamentos, cursos, debates, eventos de preparação das eleições, de forma geral. Como descrito, as eleições municipais inauguram reformulações na legislação eleitoral. Logo, para que possamos estabelecer os diálogos descritivos necessários, começaremos com o curso EAD intitulado “*Reformas Eleitorais nas eleições 2016*”. A partir disso, revelamos a forma como essas delegações legais vão processualmente viabilizando-se em orientações e práticas institucionais, por meio do próprio discurso institucional aos seus servidores, apresentado na plataforma EAD. Enquanto experiência deste campo de pesquisa, realizamos todos os cursos disponibilizados aos servidores, com o escopo da eleição municipal.

Quais são os servidores encarregados de produzir este conteúdo? Qual a metodologia utilizada? Qual Secretaria e setores fazem o acompanhamento? A Secretaria de Gestão de Pessoas, entre outras unidades, é formada pela

Coordenadoria de Desenvolvimento (CODES), dentro do CODES está localizada a Seção de Planejamento (SPLAN), responsável pelos cursos à distância institucionais, além de variadas atividades. Dentre os cursos EAD oferecidos atualmente pela SPLAN, no processo de desenvolvimento dos servidores ao longo do ciclo eleitoral de 2016, destacamos o da Reforma Eleitoral. A produção de conteúdo deste material, no entanto, nem sempre é realizada pela SPLAN, dadas as especificidades dos processos, a produção é encaminhada para as diferentes áreas do conhecimento do TRE-RS.

No conteúdo EAD, logo na abertura da apresentação acerca dos desdobramentos da Lei 13.165 (BRASIL, 2015), da Reforma Eleitoral, para os processos de trabalho das eleições municipais daquele ano, os conteudistas acenam para as Manifestações de Junho de 2013. Vale replicar parte do texto de abertura: “a história se faz passo após passo. As eleições de 2016 começaram, na verdade, em 2013. O ano de 2013 entrará para a História do Brasil como o das “Manifestações de Junho”” (REFORMAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES, TRE-RS, 2016).

Essa perspectiva relacional, pela primeira vez em nosso percurso empírico, expõe ao servidor [e a sua prática] questões que ainda não haviam sido explicitamente colocadas na organização, após quase seis meses de pesquisa de campo. Como, então, eles organizaram tal debate de modo a informar o leitor para suas práticas nas eleições de 2016? Dito de outro modo, qual o discurso institucional de interpretação desta lei para os servidores que ora vivenciavam uma eleição municipal [com as novas determinações legais que, de alguma maneira, atualizavam as suas práticas]?. A lei da Reforma, de 29 de setembro de 2015, é apresentada como uma resposta legislativa aos movimentos de rua de 2013, uma vez que “propostas foram apresentadas pelos movimentos sociais, pelos partidos políticos e pela Presidência da República para atender a pauta anticorrupção, intimamente ligada ao poder público, afetando, assim, o tema da própria democracia e da sua legitimidade” (REFORMAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES, TRE-RS, 2016, p. 04).

Na esteira desta reflexão institucional, o servidor E4, alinha esta pauta anticorrupção da população, dentre outros, à uma crise de credibilidade no país, a qual reverbera nas instituições públicas. No caso do TRE-RS, ele identifica possível dificuldade para se organizar uma eleição em meio ao questionamento

da legitimidade democrática: *“A crise pela qual nós passamos é antiga, mas hoje se expressa de uma outra maneira, é mais sutil, mas tão aviltante e preocupante, quanto as narrativas da política café-com leite”*. Mais do que isso, ele salienta que, *organizar uma eleição em meio a esta grave crise de credibilidade por qual passa o país é ainda mais difícil, porque os poderes constituídos perdem a sua força nestes processos*”, além de, chamando a atenção para a aparente dicotomia que daí emerge, *“a nossa crise passa[r] pela classe política, mas também a classe política [dependemos de] terá que erguer o país. Como se defende a eleição em meio a tudo isso?”*, finaliza E4, com o questionamento acerca das práticas relacionadas às eleições municipais de 2016.

Junto a esta possível desconfiança institucional compartilhada pelo juiz eleitoral E4, a eleição municipal, em termos complementares, também é percebida pelo servidor, como mais aguerrida, especialmente porque está mais próxima da comunidade eleitoral: *“a eleição municipal sempre é diferente. Você pode votar no líder de sua comunidade, você votará pelos projetos do seu bairro. É mais próxima”*, explica E8. Além disso, no seio deste debate, quando a Reforma é institucionalmente situada no contexto dos movimentos de rua e do “clamor popular”, os servidores, de modo geral, alinham esta possibilidade relacional, ao curso da eleição municipal de 2016 que ora organizam: *“A população quer participar de uma eleição. Eu sinto isso; a sociedade tem vivido a questão política. As pessoas vivem a eleição municipal de outra maneira, também. Escolher um candidato mais próximo, faz com que o povo participe mais”*, complementa E4.

Dentre as atualizações da Lei 13.165 (BRASIL, 2015), o curso institucional, então, destacou três principais escopos: “reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina na política”. Além disso, o treinamento dos servidores referiu que a nova Lei nº 13.165 (BRASIL, 2015), instituiu reformulações nas seguintes leis: Lei das Eleições – Lei n. 9.504 (BRASIL, 1997), Lei dos Partidos Políticos – Lei n.º 9.096 (BRASIL, 1995) e Código Eleitoral – Lei n.º 4.737 (BRASIL, 1965). Ainda, neste curso, são apresentadas aos servidores reflexões relacionais concernentes às reivindicações populares face às novas orientações da lei: “a Lei nasce de uma promessa: realizar uma reforma política. Transformou-se, contudo, dados os impasses encontrados no

Congresso Nacional e no Poder Executivo, em uma mera “minirreforma eleitoral” (REFORMAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES, TRE-RS, 2016, p. 05).

Ao apresentar a atualização da legislação aquém do que fora ecoado nas manifestações de ruas de 2013, a organização chama a atenção dos servidores (REFORMAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES, TRE-RS, 2016, p. 05), para as principais alterações constantes na Lei 13.165 (BRASIL, 2015):

- Redução drástica do período de campanha eleitoral, de 90 para 45 dias¹⁵³;
- Incremento das limitações à propaganda eleitoral em bens públicos de uso comum e particulares¹⁵⁴;
- Redução do período de exibição e da duração da propaganda eleitoral gratuita em rádio e em televisão¹⁵⁵;
- Ampliação do espaço destinado à participação feminina na política, na propaganda partidária, com mínimo de 20% no período que anteceder as Eleições de 2016 e de 2018 e mínimo de 15% para os pleitos de 2020 e 2022¹⁵⁶;
- Fixação legal de limites de gastos para as campanhas eleitorais¹⁵⁷;
- Simplificação das prestações de contas¹⁵⁸;

¹⁵³ Novo art. 36, caput, da Lei nº 9.504/1997 (BRASIL, 1997): “Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet” (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015) (BRASIL, 2015).

¹⁵⁴ Novo art. 37, caput, e § 2º, da Lei n. 9.504/1997 (BRASIL, 1997): “Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados” (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015) (BRASIL, 2015).

¹⁵⁵ Novo art. 47, caput, da Lei n. 9.504/1997 (BRASIL, 1997): “As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura [...] reservarão, nos trinta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo: VI - nas eleições para Prefeito, de segunda a sábado: a) das sete horas às sete horas e dez minutos e das doze horas às doze horas e dez minutos, no rádio; b) das treze horas às treze horas e dez minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e quarenta minutos, na televisão; (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).

¹⁵⁶ Art. 10 da Lei n. 13.165/2015 (BRASIL, 2015): promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento) do programa e das inserções a que se refere o art. 49 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (BRASIL, 1995).

¹⁵⁷ Artigos 5.º a 8.º da Lei n.º 13.165/2015 (BRASIL, 2015):

¹⁵⁸ Novo art. 28, §§ 9.º, 10 e 11, da Lei n.º 9.504/1997 (campanhas) e art. 34, III, e § 1.º, da Lei n.º 9.096/1995 (partidos políticos) (BRASIL, 2015).

- Redução do prazo de filiação partidária¹⁵⁹;
- Determinação, em lei, das hipóteses de justa causa para a desfiliação partidária de detentor de mandato eletivo¹⁶⁰;
- Obrigatoriedade de realização de novas eleições em casos de indeferimento do registro, de cassação do diploma ou de perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário, independentemente do número de votos anulados¹⁶¹.

Pelo exposto, descrevemos os elementos por trás do curso EAD especificado (Reforma Eleitoral nas eleições Municipais), tal como interpretado pelos servidores que desenvolveram tal conteúdo, voltado para os servidores dos cartórios eleitorais, fundamentalmente com relação ao que não é texto de lei. Buscamos, assim, trazer para esta descrição, o que ilustra os alinhamentos reflexivos desenvolvidos sobre esta questão, os quais foram publicizados pela própria instituição, após avaliação do programa de eleição e da CODES.e SPLAN.

Assim, colocando a prática como escopo de fundamentação descritiva, deste EAD pré-eleição, entendemos necessário, ainda, replicar a ponderação da instituição com **relação às mudanças nas práticas de trabalho para as eleições municipais de 2016, alavancadas pela minirreforma eleitoral: “não reformou a política brasileira; mas alterou muito dos processos de trabalho da Justiça Eleitoral. Daí a importância de bem estudá-la e dimensioná-la”** (REFORMAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES, TRE-RS, 2016, p. 05). Tais mudanças, por exemplo, conforme sinaliza E37, levou a assessoria de comunicação a buscar diálogos com a imprensa, com vistas a explicar tais temas que fossem pertinentes para o conhecimento da população: *“buscamos realizar reuniões com a imprensa para explicar as mudanças na legislação, vamos tentar conversar com todas as redações de rádio, jornal e tv, colocamo-nos à disposição para debater sobre as dúvidas com relação à legislação eleitoral. Foi uma troca muito positiva; mas uma imensa demanda”*.

Mais do que isso, voltando novamente ao texto do EAD, identificamos um chamamento ao servidor cartorário, após o breve panorama de apresentação:

¹⁵⁹ Novo art. 9.º da Lei n.º 9.504/1997 (BRASIL, 1997).

¹⁶⁰ Novo art. 22-A da Lei n.º 9.096/1995 (BRASIL, 1995).

¹⁶¹ Novo art. 224, §§ 3.º e 4.º, do Código Eleitoral (BRASIL, 1965):

As eleições de 2016 vão ser fundamentais para alimentar a democracia brasileira. Sem o seu trabalho, não teremos pleito. Sem pleito não teremos democracia. Sem democracia não somos nada como República. Cada Cartório, portanto, guarda uma fatia importante da democracia brasileira [...] A maior polêmica e o maior impacto da nova legislação, talvez, resida na questão do financiamento dos partidos políticos por pessoas jurídicas. A história se faz passo após passo. Nas eleições municipais de 2016 viveremos os ecos de 2013. Daí que nosso olhar para a chamada reforma ou minirreforma está centrada nos episódios que se desdobrarão nos Cartórios, nas Seções e nas urnas ao longo deste ano. Muitos dos conteúdos da minirreforma são altamente discutíveis: não há consenso na doutrina e, muito menos, qualquer orientação jurisprudencial se, na prática, serão seguidos e adotados (REFORMAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES, TRE-RS, 2016, p. 06).

Logo, os autores/servidores sinalizam que fizeram uma escolha para produzir o material, pensando exclusivamente nas eleições, ou seja, priorizaram as orientações para registro de candidaturas e orientações para a propaganda eleitoral nas eleições de 2016:

Então, fizemos uma opção. Melhor que examinar teses e teorias que, a despeito de positivadas (postas na legislação), podem, ou não, ser mitigadas pela prática, reavaliadas pela doutrina e ponderadas pela jurisprudência, entendemos como mais pertinente focar diretamente nas mudanças que impactam nosso trabalho mais direto e urgente. Vamos olhar as reformas que tocam ao registro de candidaturas e à propaganda eleitoral. Por isso o curso é sobre reformas NAS eleições. O Brasil é muito maior que tudo que está acontecendo atualmente na política e na economia (REFORMAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES, TRE-RS, 2016, p. 06).

O curso segue, totalizando um documento com mais de 100 páginas, que pode ser gerado ao final dos recursos audiovisuais. Assim, finalizamos a descrição deste curso, sinalizando que os segmentos acima não foram elegidos como mais importantes face às demais orientações fundamentadas na atualização da lei, o que ocorre é que o passo a passo para registro de candidatura e orientações para propaganda eleitoral serão descritos na medida em que macroprocessos finalísticos, etapas do processo eleitoral que seguem, exigirem – com o devido cuidado de não tornarmos estes escritos esvaziados em extensão demasiada.

No entanto, uma vez que este curso EAD, logo após breve apresentação de método, faz referência à democracia [é o texto produzido pela instituição que interpreta ou, de outro modo, oferece alinhamentos, somente replicaremos, não estamos inferindo interpretação], cabe-nos uma revisão desta, no escopo de tal material, com o intuito de descrevê-lo com mais detalhes. No quadro abaixo,

assim, destacamos os resultados da busca com a palavra democracia, uma vez que aparece na introdução do curso:

Quadro 10 – A palavra democracia – ao longo do curso EAD – que apresenta a minirreforma eleitoral de 2015 como uma resposta ao movimento de rua de 2013 e ao tema da democracia

Número de página explicativo	Fragmento
1. A página 05 é a segunda página do material com conteúdo. Ainda, a primeira, traz fotos sobre as manifestações de junho de 2013.	“Propostas foram apresentadas pelos movimentos sociais, pelos partidos políticos e pela Presidência da República para atender a pauta anticorrupção, intimamente ligada ao poder público, afetando, assim, o tema da própria democracia e da sua legitimidade” (p. 05).
2. Também na página 05, pela segunda vez aparece na redação introdutória, intitulada “panorama introdutório da reforma eleitoral (lei n. 13.165/15)”.	“O Brasil é muito maior que tudo que está acontecendo atualmente na política e na economia. E as eleições de 2016 vão ser fundamentais para alimentar a democracia brasileira” (p. 05).
3. Na página 05, em nova citação, a palavra democracia é citada novamente, agora apresentada junto à importância do trabalho do servidor para a democracia.	“Sem o seu trabalho, não teremos pleito. Sem pleito não teremos democracia ” (p. 05).
4. Pela quarta vez, na mesma página de conteúdo escrito, a democracia é colocada como intrínseca à manutenção da República.	“Sem democracia não somos nada como República” (p. 05).
5. Pela quinta vez a palavra democracia aparece ainda na mesma página introdutória, agora alinhada à prática cartorária.	“Cada Cartório, portanto, guarda uma fatia importante da democracia brasileira” (p. 05).
6. Pela sexta vez, somente na página 29, no que tange ao questionamento da constitucionalidade do I do art. 109 do Código Eleitoral.	“Essa “barreira” também provocaria distorções na lógica da democracia representativa, uma vez que os partidos com maiores votações e restos não participariam da partilha das vagas

	residuais se não tivessem candidatos com a votação mínima” (p. 29).
7. Somente na página 90, em referência ao Partido Político, no anexo, e a informação diz respeito aos prazos de filiação. previstos nos estatutos dos partidos políticos.	“PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira” (p. 90).
8. Ainda nos anexos, como segmento de um recorte de sessão do plenário do TSE de e 03/03/2016 – acerca do debate de inconstitucionalidade do o art. 39 do texto da Res. TSE n.º 23.465/2015.	“Os partidos políticos, que desempenham um papel fundamental no processo de concretização da democracia e de escolha dos representantes do povo para o exercício dos mandatos eletivos, não podem invocar a sua autonomia para justificar a atuação sem limites de seus dirigentes mediante a escolha de regramento organizacional dissonante do Estado Democrático de Direito”.

Fonte: Reformas Eleitorais Nas Eleições, TRE-RS (2016, p. 06).

Para além do supracitado, ou seja, mais do que a descrição do conteúdo e das perspectivas institucionais, podemos elencar, ainda, no que tange ao processo de organizar os cursos EAD para o desenvolvimento dos servidores, a atividade local da Coordenadoria de Desenvolvimento (CODES) e, mais especificamente, da Seção de Planejamento (SPLAN). Nesta micro ambiência organizacional, 3 responsáveis compartilhavam as demandas dos treinamentos à distância (1 estagiário, 1 coordenadora e 1 servidor da área de TI).

De modo sintético, o trabalho, após a veiculação de um conteúdo, por exemplo, e o cadastro dos e-mails dos servidores que realizaram a matrícula em determinado curso, pode ser relacionado à avaliação do público-alvo, ou seja, da pertinência para participação do servidor em um determinado curso especificamente [dada a dinamicidade do trabalho que ele realiza/realizou na eleição], ao acompanhamento das dúvidas dos colegas servidores enviadas via plataforma EAD [respondendo as de sua competência (gestão do próprio treinamento) e encaminhando as específicas para o setor pertinente].

Nestas plataformas virtuais, o fórum de debate virtual, geralmente, pode ser elencado como uma ferramenta por meio da qual os colegas servidores

podem compartilhar dúvidas, impressões e interpretações acerca do treinamento. Neste EAD, Reformas Eleitorais nas Eleições 2016, nenhum servidor compartilhou qualquer comentário que seja acerca do conteúdo apresentado. Ao que segue, ainda sob o escopo da Reforma Eleitoral de 2015 nas eleições, iremos aglutinar as ações institucionais em torno do debate da participação da mulher na política.

Mais mulheres na política nas eleições municipais de 2016? As cotas são incipientes? “As cotas não funcionam no Brasil” – E20.

A primeira informação para descrever as ações do TRE-RS em torno do debate da igualdade de gênero na política, pode ou deve ser alinhada à desembargadora que presidiu a referida organização no ano eleitoral de 2016. Naquelas eleições municipais, pela primeira vez na história da justiça eleitoral gaúcha, uma mulher esteve na presidência da organização (em que pese a história já descrita) desde a fundação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, após a redemocratização, em 08 de junho de 1948.

Junto a esta estreia da gestão XX, podemos recuperar que, como já mencionado, após o fechamento do cadastro, o número de eleitoras para as eleições municipais de Porto Alegre, em 2016, foi superior ao número de eleitores (54,75% F e 46,25% M) (TSE, 2016) – mais mulheres votaram em 2016, na cidade de Porto Alegre. Podemos somar estas questões às mudanças na legislação eleitoral, ampliação do espaço destinado à participação feminina na política (novo art. 9.º da Lei n.º 9.504/1997 (BRASIL, 1997), bem como alocação de recursos para a promoção e difusão da participação feminina, §7º do art. 44 da Lei dos Partidos Políticos (BRASIL, 1995).

Com abrangência nacional, o TSE, na mesma linha estratégica das campanhas veiculadas para o fechamento do cadastro dos eleitores ou, ainda, do slogan da campanha municipal de 2016 “Seu voto, sua voz”, veiculou novas campanhas para incentivar a participação feminina na política. Em uma das campanhas de 2016, veiculadas na televisão, o TSE coloca a mulher vestida de piloto de avião, com o seguinte rótulo: “mulher só sabe pilotar fogão” para, em seguida, atualizar a frase: “mulher só sabe pilotar fogão”: mulher sabe pilotar. Em uma segunda referência, a mulher representa uma técnica de futebol, com

um nova questão: “desde quando a torcida respeita?. Tanto quanto no primeiro exemplo, a questão é atualizada: “~~desde quando~~ a torcida respeita?: a torcida respeita.

No terceiro exemplo da mulher ocupando o lugar que ela quiser, a campanha mostra uma engenheira, junto à negação: “mulher na obra nunca dá certo”. A transição, em conformidade com as anteriores: “mulher na obra ~~nunca~~ dá certo”, suprimi a exclusão: “mulher na obra dá certo”. Tais exemplos, no contexto final e explicativo do vídeo institucional, chama a população a derrubar mais um rótulo: “a desigualdade da mulher na política”, o que se desdobra em “a ~~des~~igualdade da mulher na política”.

Neste sentido, a campanha alude à ideia de que a mulher, ao longo do tempo, já passou por muitas conquistas, mas precisa ir em frente. O TSE sinaliza que a mulher pode e deve participar da política e, como estamos analisando uma eleição municipal, devemos, enquanto mulheres, incentiva-nos o TSE, a participar de decisões no bairro, na comunidade, no município. A campanha, por fim, encerra, com o argumento de que quanto mais mulheres na política, mais democracia. Além do material audiovisual veiculado na televisão, de modo ilustrativo, o TSE produziu folders (Figura 29) como o anexado abaixo:

Figura 29 – “Está na hora de derrubarmos mais este rótulo: mais mulheres na política” – Campanha Igualdade na Política.



Fonte: TSE (2016)

Adicionalmente, dentre as ações do Tribunal Regional Eleitoral gaúcho, no trajeto da eleição municipal de 2016, podemos descrever o Ciclo de debates – Participação feminina na política, o qual ocorreu em 02 de setembro de 2016, no Plenário do TRE-RS, na Duque de Caxias. O plenário do prédio deste prédio da justiça eleitoral tem, em média, capacidade para 50 pessoas, e logo no início do evento, diferentes autoridades representadas por mulheres foram cumprimentadas, OAB, Polícia Militar, entre outras. Como elemento descritivo complementar, destacamos, ainda, que o plenário estava com aproximadamente 70 – 80% de sua capacidade, e que o debate foi gravado e postado no Youtube, no canal do TRE-RS (107 visualizações até o fechamento deste texto, em 14 de junho de 2019, 3 anos depois).

As três mulheres expositoras, duas advogadas e uma psicanalista, assim, conduziram o debate, localizado no mesmo prédio onde está a presidência do Tribunal Eleitoral, onde são realizadas as Sessões Plenárias do TRE-RS, com a participação dos desembargadores, representante do Ministério Público, dentre outros. É, também, neste mesmo plenário onde são publicizado em telão, os resultados das eleições após o fechamento das urnas. É, assim, a “casa” do poder da justiça eleitoral gaúcha¹⁶².

Voltando aos elementos reflexivos apresentados pelas expositoras, partimos de duas perguntas principais, as quais elas buscaram responder: 1) Por

¹⁶²No que concerne à prática de pesquisa, mesmo com agendamento prévio, e crachá de identificação como pesquisadora, tivemos dificuldade de acesso aos entrevistados. Em diferentes momentos de idas, vindas e idas a este campo, especificamente, seja para realizar entrevistas, seja para acompanhar uma atividade relacionada à eleição, seja para acompanhar um evento, consta, em nossos diários de campo, questionamentos na recepção para além da exigência de identificação intrínseca ao acesso a prédios públicos. Mesmo com horário marcado e com o contato do servidor, desembargador, diretor que seria visitado, várias vezes, sentimos dificuldade para acessar o prédio, face aos olhos questionadores, em tom de reprovação da recepção. Enquanto pesquisadora, há, aqui, uma rápida apreensão por parte do receptor de que eu era estagiária (porque possuía um crachá sem vínculo, fornecido pela SGP somente para que eu pudesse ter acesso aos prédios e acompanhar os processos organizativos do pleito de 2016). A percepção de que eu era estagiária, no entanto, condicionava, em diferentes momentos, o interlocutor a lacunar o meu acesso a servidores, diretores, desembargadores, mesmo com o horário marcado. Era bastante explícito e isso deve ser aqui colocado porque não é, definitivamente, uma questão da cultura organizacional; pelo contrário, tive livre acesso aos diferentes poderes (respeitando, por óbvio, o tempo e a agenda do participante). Também não está no escopo da segurança de acesso, uma vez que, ultrapassada a barreira da identificação e da confirmação do agendamento, por que razão o olhar questionador exacerbado delegava ações que se desdobravam até mesmo em atrasos para meus agendamentos? A ideia é descrever a dificuldade de acesso ao prédio.

que precisamos falar sobre a participação da mulher na política no curso das eleições municipais de 2016? 2) Por que, já em 2016, a participação da mulher na política ainda é incipiente?

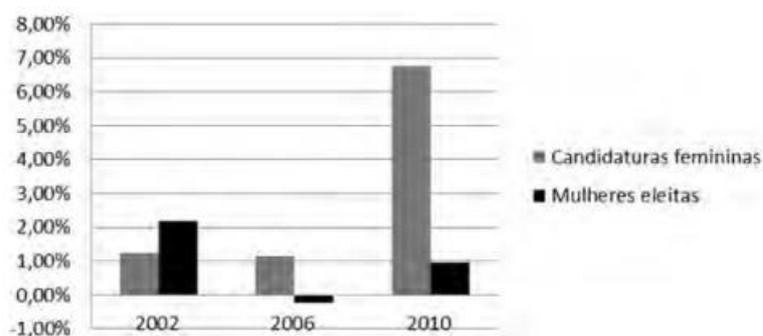
E20 explica que se já tivéssemos atingido a igualdade entre os gêneros, em termos de participação política, não precisaríamos continuar a falar sobre esta questão. Mais do que isso, nem as leis precisariam continuar a atender as especificidades com orientações inclusivas. Desta forma, E20 argumenta que *“baixa representatividade da mulher na política pode ser relacionada à violência praticada contra a mulher. Isso porque, fundamentalmente, a questão do espaço reduzido para a mulher no cenário político deve ser analisado sob a perspectiva sociocultural”*. Para pensar o cenário gaúcho de 2016, então, E20 começa elencando elementos numéricos da representatividade feminina mundo afora:

Até 2013, a média mundial de participação feminina na política era em torno de 20%. Aqui no Brasil, este número não chega a 10%. Em uma lista de 191 países, em 1996, o Brasil ocupava a posição 154^a, atrás de países como o Afeganistão. O baixo percentual de participação de mulheres na política se repete nas demais instâncias de tomada de decisão.

Com relação à legislação voltada para atender estas assimetrias identificadas, então, E20 recupera as leis de cotas para as mulheres, como a Lei 9.100/1995 (BRASIL, 1995), uma lei para cada eleição. Assim, ela explica que somente a partir de 1997, com a Lei Geral da Eleição (BRASIL, 1997) foi que nós passamos a ter a lei de cotas para percentual mínimo de candidatas mulheres para todas as eleições (com variação de 20 a 30%). E20 explica que a forma de se cobrar isto também já variou bastante.

Desde 2009, independentemente do número de candidatos, o partido passou a ter que apresentar 30% de candidaturas femininas (conforme veremos no registro de candidaturas). Qual o impacto disto na representatividade? E20 argumenta que, com a atualização da lei, especialmente a partir de 2006, há um obrigatório aumento do número de candidatas, mas o número de representantes eleitas não acompanha. Este argumento é, então, ilustrado por E20 com o Gráfico 3, abaixo, o qual, indica também, que, de 2006 para 2010, também houve crescimento elevado no número de candidaturas femininas para a câmara dos deputados, por exemplo.

Gráfico 3 – Taxa de crescimento Câmara dos Deputados – Brasil



Fonte: Moises e Sanchez (2014, p. 112).

A partir do exposto, E20 questiona se as políticas de cotas, da maneira como estão dispostas hoje enquanto ações afirmativas, existentes no Brasil, são efetivas. Neste sentido, em que pese o longo caminho da representação política brasileira desde a redemocratização, de 1990, até as últimas eleições de 2014 (partimos de 6%, em 1990, para chegar à 10%, em 2014), a variação foi “*ínfima no percentual de mulheres que, provavelmente já seria obtida sem as políticas afirmativas*” – explica E20. A reflexão que E 20 apresenta com relação a isso é a seguinte: “*Trata-se de Engenharia legal, tão somente?*” Complementarmente, ela recupera casos de outros países da América do Sul, como a “*Argentina (pela continuidade) e a Bolívia (pelos excelentes resultados das eleições de 2014)*”.

Neste sentido, mesmo que “*compartilhemos com tais países cenário sociocultural semelhante, o que nos diferencia é o sistema político*”. Enquanto tais países têm um sistema fechado, o Brasil, tem um sistema político aberto. Nós temos cotas, mas o que, de fato, acontece com as nossas cotas? – reflete E20:

Como a lista é aberta, as mulheres aqui somente serão eleitas se receberem o número de votos para a eleição. Na Argentina, com o sistema fechado, e com cotas de 30%, entram dois homens, para cada duas mulheres. Na Bolívia, por sua vez, como o sistema de cotas é de 50%, entra, por meio do sistema fechado, uma mulher para cada homem. Nas últimas eleições, de 2014, na Bolívia, foram eleitas 54% de mulheres do total de eleitos.

Em continuidade a este debate, E 21, apresenta reflexões realizadas em países europeus sobre a participação feminina na política, e medidas de países que incluem até pagamento de multa, caso não haja proporcionalidade 2:1 ou 1:1 entre homens e mulheres. No Brasil, social culturalmente falando, muitas

vezes, “homens e mulheres acabam com diferentes capitais sociais”, explica E20. Os primeiros costumam ter mais capital público, o que desdobra-se em mais capital político, que gera facilitação para a representação política (facilitação variável cultural).

Ainda, tanto E21 quanto E20 chamam a atenção para o fato de não conhecermos a maioria das mulheres candidatas porque os partidos não publicizam suas candidaturas. A financeirização é ainda mais alarmante, recuperando elementos da financeirização e publicização da candidatura da mulher, por exemplo, nas eleições de 2006, as mulheres receberam 63% a menos de incentivos do que os homens para campanha para deputado/a federal. Logo, questiona E20: *“Eu não voto em mulher, mas eu conheço a mulher que é candidata?”*

Especificamente para as eleições municipais de 2016, com a Lei 13.165 (BRASIL, 2015), que aparece *“com a suposta finalidade de aumentar a participação da mulher, ela aumenta o percentual da propaganda partidária, não estabelece o percentual de propaganda eleitoral obrigatória para a mulher”* – salienta E 20. Além disso, a pesquisadora convidada pelo TRE-RS, E20, explica que, no que concerne às mudanças trazidas pela Lei da Reforma de 2015, as eleições de 2016 tendem a ser ainda piores para as mulheres (este evento foi realizado em junho de 2016): *“com relação aos gastos do percentual de fundo partidário, os partidos podem usar no mínimo 5% e no máximo 15%”*. O que significa dizer que existe um máximo para ser investido em mulheres, a partir da Lei 13.165. Em resumo, o problema é visibilidade, as próprias mulheres não votam em mulheres.

Ainda nestes termos, E32, contratada como terceira para trabalhar nas eleições municipais do mesmo ano, junto à zona eleitoral que acompanhamos no primeiro turno, no dia 02 de outubro de 2016, na central de recebimento¹⁶³, ao refletir acerca de suas práticas, sobre trabalhar nas eleições, relata: *“aqui eu tenho que auxiliar os servidores da zona eleitoral; dá problema a gente liga, atende os telefones, por aí vai”*. Para além disso, E32 explica que gosta de trabalhar nas eleições porque pode ganhar um dinheiro extra, pois está

¹⁶³ Para onde os presidentes de seção levam o material de votação para ser, depois, conduzido pelos servidores do TRE-RS, nos termos da lei, para contabilização dos votos e anúncio dos candidatos e candidatas eleitos.

desempregada. Para além disso, E32, recuperamos, reflete acerca da participação feminina: *“aqui, né, tem mais homens, eu, você, , mas você nem está trabalhando nas eleições.. deixa eu ver....hã...somos poucas mulheres. Espero que mais mulheres sejam eleitas nas eleições deste ano...eu não votei em mulher porque já tinha os meus candidatos, mas torço para que muitas vereadoras mulheres sejam eleitas”* – conclui E32.

Em resumo, a questão da participação feminina na representação política, sob o escopo das eleições municipais de 2016, a partir da atualização da Lei, e das ações institucionais neste sentido, tem desdobramentos já no registro de candidaturas. Com relação a isso, E2 explica que, com a obrigatoriedade do número mínimo de candidaturas femininas para os partidos, *“muitas mulheres acabaram “sendo” candidatas sem ao menos saber”*. Isso porque, conforme explica E36, *“os partidos, usaram CPFs de mulheres, para coloca-las como candidatas, na prática chamada como candidaturas laranjas”*. Algumas destas mulheres sabiam que estavam participando disso, enquanto outras não sabiam – todas elas terão que responder processo junto à justiça eleitoral.

Com relação a isso, sob o escopo de sua prática de trabalho, da sua relação com o trabalho, na condição de servidora da justiça eleitora, cidadã e mulher, E2 reflete, compartilhando desamparo com relação às constatações: *“[...]... isso me choca demais! Essa situação, essa ficção que são os nossos partidos políticos, isso me causa sofrimento”!* Adicionalmente, E2 questiona o próprio sentido do trabalho da justiça eleitoral, voltado aos cidadãos, neste caso específico, aos cidadãos gaúchos: *“nos processos de trabalho, como isso me reflete é que, assim ó, isso é um faz de conta! Eu estou fazendo tudo isso e isso é um faz de conta”*.

Este “tudo isso”, colocado pela servidora, pode ser relacionado aos treinamentos EAD, prática que coordena na instituição. Dentre estes, destacamos o da Reforma Eleitoral, o qual, entre outros, contempla o debate da exigência de 30% de candidaturas femininas¹⁶⁴, obrigatória aos partidos políticos (exigência de 2009, após alteração na redação da Lei , nas eleições de 1997, a Lei nº 9.504/1997) (BRASIL, 1997) e as novas normas de destinação do fundo partidário¹⁶⁵ para a participação feminina nas eleições (BRASIL, 2015).

¹⁶⁴ “para vereador, deputado federal e deputado estadual” (BRASIL, 2009).

¹⁶⁵ “Questionável ao criar um teto para o investimento” [explica E20].

Em termos numéricos, no contexto nacional, conforme dados estatísticos do TSE¹⁶⁶ (2016), “nas eleições municipais de 2016, 16.131 candidatos das Eleições 2016 terminaram a eleição sem ter recebido sequer um voto”. Isso significa dizer que tais candidatos não receberam nem o próprio voto. Deste total, comparando homens e mulheres: “desse total, 14.413 mulheres eram candidatas ao cargo de vereador e quatro ao de prefeito. No caso dos homens, 1.698 eram candidatos a vereador e 16 a prefeito”. São as ressonâncias das exigências da lei na eleição municipal de 2016, ilustrando o cumprimento da lei por parte dos partidos políticos brasileiros, de forma geral.

Nesta senda, em razão das atividades relatadas pelos participantes acima, no próximo segmento, descreveremos o registro de candidaturas, outro processo imprescindível da organização do pleito, o qual acompanhamos durante o ano eleitoral, uma vez que sem candidato, também não teríamos eleições.

4.1.5 O registro de candidaturas nas eleições municipais de 2016

De modo geral, a orientação ao registro de candidatura, no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, é realizada pela Secretaria Judiciária e coordenado pela Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (CORIP). Dessa forma, a CORIP, elaborou um guia contendo orientações iniciais para o registro de candidaturas. Há, neste guia, inclusive, descrições de práticas (sugeridas) para os colegas que estão envolvidos nesta etapa de preparação para as eleições. O registro, por sua vez, ocorre no cartório eleitoral designado.

Nas eleições municipais de 2016, o registro de candidaturas também foi tema do ciclo de debates do TRE-RS, conforme elencado no quadro de eventos, constante no capítulo de método, bem como tema de um curso EAD voltado especialmente para orientar o servidor do cartório que fosse trabalhar diretamente com o registro de candidaturas nesta eleição. Acompanhamos o evento e também alguns dias no cartório eleitoral responsável por receber o registro de candidaturas na capital gaúcha, a 1ª zona eleitoral. O registro de candidaturas, para as eleições de 2016, sofreu alterações a partir da Resolução

¹⁶⁶ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/mais-de-16-mil-candidatos-tiveram-votacao-zerada-nas-eleicoes-2016>

nº 23.455, de 15 de dezembro de 2015, “a qual dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos nas eleições de 2016” (BRASIL, 2015b). Tal renovação legal, entre outros, elevou o TRE-RS a organizar um evento para debater o tema.

A primeira questão relacionada à prática do registro de candidatura, por parte dos servidores da zona eleitoral encarregada é observar se o partido que está entregando a documentação no balcão do cartório, realizou o registro do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral até 02 de outubro de 2015. Além disso, os partidos, até a data de convenção, precisam estabelecer “órgão de direção constituído no município, devidamente anotado no Tribunal Regional Eleitoral” (BRASIL, 1997; BRASIL, 2015b). O tempo de filiação partidária, com a Reforma de 2015, também foi reduzido.

Os partidos, assim, devem seguir orientações específicas acerca de coligações, e estas devem agir nos termos da lei¹⁶⁷ até o final do prazo para impugnação dos registros dos candidatos. Ainda, em caso de coligações, o partido deve escolher um representante na coligação, o qual tratará dos interesses desta durante o processo eleitoral. Além disso, a realização das convenções partidárias, também é importante para o processo de registro de candidaturas na justiça eleitoral. Isso porque, a ata da convenção, com a escolha dos candidatos, deverá ser encaminhada ao juiz eleitoral para depois “integrar o processo de registro de candidatura”. Desta maneira, no que tange “à escolha dos candidatos e à deliberação das coligações pelos partidos” deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto de 2016 (BRASIL, 2015b). Acontece que, diante de tantas novidades, a instituição precisa informar seus servidores de forma que eles possam atentar para todos estes detalhes, ao receber o

¹⁶⁷ Conforme a Resolução 23.455 de 15 de dezembro de 2015, temos: “Art. 4º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, caput). Parágrafo único. É vedado aos partidos adversários no pleito majoritário coligarem-se para o pleito proporcional. Art. 5º Na coligação para as eleições proporcionais, podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante, em número sobre o qual deliberem, observado o art. 22 (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 3º, inciso I). Art. 6º A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos políticos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, devendo funcionar como um só partido político no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 1º).§ 1º A denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou a número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político (Lei nº 9.504/1997, art. 6º, § 1º-A).§ 2º O Juiz Eleitoral decidirá sobre denominações idênticas de coligações, observadas, no que couber, as regras relativas à homonímia de candidatos.

“grande calhamaço” de documentos, que serão protocolados pelos partidos políticos na ambiência do cartório até a data limite.

O TRE-RS (Escola Judiciária), frente a estas questões, como mencionado, organizou palestra e debates institucionais, além de curso na plataforma EAD, com vistas a orientar o servidor, no escopo das eleições municipais, para proceder ao registro de candidaturas. Acompanhamos os últimos dias de registro no cartório da 1ª zona eleitoral da capital, a qual recebeu as candidaturas dos partidos até a data de 15 de agosto de 2016, nos termos da lei: “os partidos políticos e as coligações solicitarão ao Juiz Eleitoral competente o registro de seus candidatos até as 19 horas do dia 15 de agosto” (Artigo 21, BRASIL, 2015).

Voltando ao último dia de registro no cartório, há partidos e coligações que chegam à bancada do cartório eleitoral com imprensa, fotógrafos. Há partidos e coligações menores que se apresentam com mais discrição. No último dia da capital, os servidores somente receberem mais próximo do final do prazo, 19 horas, poucas candidaturas. O telefone tocava com frequência, “*não para de tocar mesmo, você viu, né?*”, diz Erc. Os demais servidores do cartório, de modo geral, recebiam os documentos e faziam a verificação: “*é bastante documento, precisamos ficar atentos*” diz outro Erc, enquanto etiquetava a pasta de um partido, com o selo da justiça eleitoral. Ao final do dia, percebíamos os servidores já bastante exauridos da demanda de trabalho daquela semana: “*eu estou absurdamente cansado, é um trabalho que exige atenção [...]*”.

De fato, o processo que deve ser observado pelos servidores [depois juiz eleitoral, CORIP, entre outros, também participam do processo] deve ser gerado em meio digital para, após ser impresso, o sistema utilizado pela justiça eleitoral é o CANDEX e segue o seguinte fluxo, conforme explicado pelos Erc (quatro servidores do cartório presentes naquele último dia de registro de candidaturas no cartório):

1. Até aquele dia, então, 15 de agosto (partidos e coligações) solicitam a candidatura (19 horas);
2. O juiz eleitoral designado da zona é o responsável pelo processamento das candidaturas;
3. O partido tem que apresentar a candidatura de um prefeito e de um vice-prefeito (mesmo coligação);

4. O sistema de Candidaturas Módulo Externo (CANDex) é o meio digital onde os partidos e coligações devem registrar as candidaturas;
5. Depois, o sistema gera os seguintes formulários de requerimentos: Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP); Requerimento de Registro de Candidatura (RRC); e Requerimento de Registro de Candidatura Individual (RRCI), os quais devem seguir os encaminhamentos constantes na legislação eleitoral para registro de candidaturas (BRASIL, 2015b);
6. Dentre estes, o formulário DRAP deveria ser entregue no cartório eleitoral, no momento do pedido do registro que estava sendo submetido à justiça eleitoral, via zona eleitoral responsável;
7. Além disso, os servidores deveriam verificar se ao formulário estavam anexados os demais documentos exigidos pela legislação eleitoral no ato do registro: “cópia da ata da convenção, digitada, assinada e acompanhada da lista de presença dos convencionais com as respectivas assinaturas” (BRASIL, 1887);
8. O cartório, então, procede à leitura dos arquivos digitais, (àqueles que foram inseridos via CANDex, emite um recibo do protocolo (um entrega para o partido ou coligação e outro anexa à documentação). Acompanhamos, assim, o cuidado dos servidores para verificar o correto recebimento deste documentos, para que pudessem ser verificados com a máxima atenção e técnica nas atividades seguintes, pertinentes ao registro.

Em resumo, estas são as primeiras atividades do cartório responsável pelo registro de candidaturas. O candidato que entregou tal documentação enquanto eu acompanhava este trabalho agradeceu a todos do cartório pelo trabalho realizado em nome da democracia. Após, eles continuam as atividades no processamento do pedido de registro, com a devida publicação do edital no diário eletrônico da justiça eleitoral, opera-se o encaminhamento à Receita Federal, e então abrem-se novos prazos para que um candidato (48h) registre individualmente sua candidatura e prazo de cinco dias para impugnação dos pedidos de registro de candidaturas. Os servidores também rejeitavam os protocolos físicos que não continham todos os documentos, orientando os

partidos para complementação. Após acompanhar estes último dias, fomos embora, e passamos a observar os desdobramentos no diário eletrônico da justiça eleitoral.

Ao final destes processos todos, para as eleições municipais de 2016, o quantitativo e situação das candidaturas, conforme dados do TSE (2016), podem ser observadas nos quadros 8, 9 e 10, abaixo:

Quadro 11 – Quantitativo e situação dos candidatos

UF	Município	Situação	Quantitativo	Porcentagem (%)
RS	PORTO ALEGRE	Inapto	50	8,08
RS	PORTO ALEGRE	Apto	569	91,92

Fonte: TSE (2016)

Quadro 12 – Densidade candidatos eleições 2016

UF	Município	Cargo	Quantitativo	Vaga	Concorrência
RS	PORTO ALEGRE	Prefeito	9	1	9
RS	PORTO ALEGRE	Vice-prefeito	10	1	10
RS	PORTO ALEGRE	Vereador	600	36	16,67

Fonte: TSE (2016)

Já com relação ao pedido de candidatura, no cenário nacional, no Brasil, nas eleições municipais de 2016, tivemos, no total, para prefeito, 16.568 candidaturas, vice-prefeito, 16.953 candidaturas, e, para vereador, 463.375 candidaturas (TSE, 2016). Agora, com os candidatos registrados, descreveremos as atividades do Tribunal com foco na preparação para o dia da eleição: urna, mesários, definição de local para a votação paralela, disque eleições, reuniões com partidos e imprensa, hora extra para os servidores, diária para os mesários, entre outras atividades. Importante lembrar de que todas estas atividades ocorrem concomitantemente. No entanto, para fins de relatar as práticas das eleições, por meio das quais buscamos compreender os elementos por trás das urnas, organizamos em torno dos macroprocessos finalísticos do TRE-RS (fechamento de cadastro de eleitores, eleições e prestação jurisdicional).

4.1.6 Propaganda Eleitoral: fiscalização da justiça aos partidos políticos, normas e períodos estabelecidos.

Uma vez realizado o registro de candidaturas, é hora de os partidos, coligações e candidatos tornarem público seus planos de governo aos eleitores da cidade de Porto Alegre. O tempo de campanha eleitoral, para as eleições municipais de 2016, foi reduzido à metade: 90 para 45 dias (BRASIL, 2015). A decisão da Câmara dos Deputados, neste sentido, orbitou em torno do argumento para reduzir os gastos dos partidos em uma campanha eleitoral, e, com isso, reduzir a corrupção inerente aos acordos com as empresas que investiam nos candidatos, esperando favores durante o mandato representativo.

Junto a isso, o horário político eleitoral, reduzido de 45 para 35 dias, será fracionado, conforme explica E37: *“Não teremos “O horário eleitoral gratuito”, agora, a determinação é para alteração do formato em várias inserções em diferentes horários, na grade televisiva”*. No que tange à propaganda de rua, em 22 de agosto de 2016, no Plenário da sede do TRE-RS, a zona eleitoral 161, responsável pela fiscalização da propaganda de rua, em reunião com representantes dos partidos políticos (ANEXO D), realizou sorteio para utilização dos espaços públicos de Porto Alegre destinados à propaganda de rua. Mais especificamente, esquina democrática e brique da redenção, lugares de grande circulação da capital gaúcha, terão dia e horário para entrega de material gráfico e uso de equipamento sonoro.

Complementarmente, o cartório, designado para esta tarefa, realiza o acompanhamento da regularidade das propagandas, e, em caso de não observância, podem ser realizadas denúncias relacionadas à infração da regulamentação eleitoral: *“as denúncias podem ser realizadas pelo site do TRE-RS, via link de denúncias, ou diretamente no Ministério Público Eleitoral”*, explica E19. Seguindo esta linha, E4, um dos dois servidores designados no cartório eleitoral para fazer o acompanhamento das denúncias, identifica que densidade da campanha eleitoral na rua, diminuiu muito, o que, juntamente com a diminuição do tempo de campanha, levou a um arrefecimento no número de denúncias com irregularidades na campanha eleitoral de rua: *“com relação a eleições anteriores, não tem nem comparação o número de denúncias até agora”*

– diz E20 em 30 de agosto de 2016; passados oito dias do início da propaganda eleitoral, duas denúncias haviam sido realizadas.

Mais especificamente com relação aos dias das eleições, existem orientações precisas sobre o que é e o que não é permitido fazer, uma vez que arregimentar eleitores e fazer propaganda de boca de urna é crime, conforme pauta a legislação eleitoral. Assim, no dia da eleição, é permitido que o eleitor proceda à manifestação “pessoal e silenciosa”, com a utilização de bandeiras, broches, dentre outros (BRASIL, 1997). Além disso, no dia das eleições, também é permitido que se faça propaganda via internet, em sites, redes sociais, blogs.

No material¹⁶⁸ chamado “guia para o dia da eleição”, produzido pelo TRE-RS, para as eleições municipais de 2016, são realçadas as proibições para o dia das eleições (BRASIL, 1997):

- A distribuição de qualquer espécie de propaganda, passeatas, caminhadas;
- Até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bandeiras (com ou sem veículos),
- O derrame ou a anuência com o derrame de material de propaganda no local de votação ou nas vias próximas configura propaganda irregular;
- Mesários, escrutinadores ou servidores da justiça eleitoral não podem usar identificações de candidatos e partidos, quando em serviço da justiça eleitoral;
- Na internet, ainda que gratuita, a veiculação de propaganda eleitoral em sítios de pessoas jurídicas ou sítios de órgãos oficiais da Administração Pública direta ou indireta.

No que tange às propagandas no dia das eleições, a justiça eleitoral buscou informar os cidadãos sobre as ações que engendram crimes eleitorais (BRASIL, 1965; BRASIL, 1974): 1) uso de alto-falante; 2) propaganda de boca de urna; 3) derrame de santinhos; 4) a compra de votos; 5) transporte de eleitor; 6) coação; 7) impedir alguém de votar; 8) abandonar os serviços prestados à justiça eleitoral.

¹⁶⁸ <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-guia-dia-eleicao-2016>

No primeiro turno das eleições municipais, no Rio Grande do Sul, 401 ocorrências, resultaram em 11 prisões. No segundo turno das eleições municipais de 2016, por exemplo, foram contabilizadas 260 ocorrências de crime eleitoral, em todo o país. A boca de urna representou 175 episódios, dos quais 40 episódios se desdobraram em prisões. No Rio Grande do Sul, por sua vez, foram contabilizados 20 casos de crimes eleitorais (TSE, 2016).

4.1.7 Da carga às urnas aos treinamentos de mesários, da preparação das zonas de votação ao sorteio da votação paralela: processos e atividades para o domingo de eleição.

A justiça eleitoral brasileira passou a utilizar as urnas eletrônicas no ano de 1996. A celeridade e a modernidade do processo como um todo, é referência no mundo inteiro¹⁶⁹. Nesta senda, a campanha da justiça eleitoral de 2016, a qual buscou destacar o papel do eleitor na democracia, no período final do calendário eleitoral daquele ano, o TSE¹⁷⁰ passou a veicular campanhas com o objetivo de “trazer sons e cores do Brasil para perto do eleitor”. Então, no dia 29 de setembro de 2016, às vésperas do pleito municipal, esta nova campanha, dividida em temas, da importância do voto à justificativa pela ausência, passou a ser veiculada em contexto nacional, com diferenças de temas entre as cinco regiões brasileiras. Na região Sul, então, foi veiculada a campanha relacionada à segurança das urnas eletrônicas: “segurança da urna – Sul: pai e filha discutem sobre a segurança do processo de votação e sobre como o eleitor pode também fiscalizar a apuração dos votos”.

Isso porque, a partir do questionamento levantado pelo PSDB nas eleições gerais de 2014 (mencionado nas notas de apresentação), de que as urnas não seriam transparentes, tampouco passíveis de plena auditoria, dois anos antes, refrataram nas práticas organizacionais de 2016, no sentido de fortalecer a confiança dos cidadãos na transparência do processo eletrônico

¹⁶⁹ Somente na última eleição presidencial, em 2010, 31 países enviaram missão de observadores para acompanhar o pleito e conhecer o sistema brasileiro. Foram eles: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Cabo Verde, China, Colômbia, Congo, El Salvador, Estados Unidos, França, Guiné-Bissau, Haiti, Índia, Irã, Itália, México, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Palestina, Paraguai, Portugal, Quênia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Sudão, Timor Leste, Turquia, Uruguai e Venezuela (TSE, 2013).

¹⁷⁰ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/eleicoes-2016-nova-campanha-da-justica-eleitoral-destaca-o-papel-do-eleitor-na-democracia>

brasileiro. E esta questão foi tratada de muitas maneiras pelos servidores e colaboradores, em diferentes cenários e contextos de práticas do organizar no cenário daquele ano. No que tange à comunicação, por exemplo, a justiça eleitoral voltou-se para explicar para os cidadãos sobre o funcionamento das urnas em diferentes campanhas institucionais. O direcionamento para a publicidade eleitoral, assim, parte do TSE, ao que E37, apresenta um contraponto para esta política institucional: *“penso que as campanhas devem ser mais regionalizadas, mais caseiras. Essa generalização distancia um pouco a instituição da população. Pode ser menos efetiva. No entanto, a contratação regional é mais onerosa, enfim”*. Neste sentido, as campanhas em torno da transparências das urnas, também podem ser pensadas sob esta perspectiva: *“E a questão das dúvidas com relação às urnas, também passa por aí, observar o que a população precisa saber e, então, criar a informação a partir disso”*.

Adicionalmente, recuperamos a impressão de E3, a qual relata que, embora preste serviços gerais, na área da limpeza, sente-se parte integrante do processo eleitoral e democrático, e da percepção acerca das urnas eletrônicas:

[..] eu trabalho aqui na limpeza, né, mas olha onde eu trabalho, ali embaixo tem a urna, do outro lado se faz o título, o pessoal organiza as coisas para o dia da eleição, tem as campanhas, eu estou na eleição junto com os outros, eu to na organização. Se eu vou limpar um cartório eleitoral e coloco um papel de mesários fora, eu vou mudar o que vai acontecer sem aquele papel. Eu sou responsável. Depois que eu comecei a trabalhar aqui, não deixo ninguém na minha família vender o voto. A gente tá escolhendo quem vai decidir por todo mundo, né. Quem tenta comprar voto de pobre, depois vai fazer mais coisas erradas. Eu penso assim. No ônibus, indo para casa, eu nem falo que trabalho aqui, tenho medo de alguém me usar para roubar uma urna, não sei. A urna tem um poder, né.

Complementarmente à experiência da colaboradora E3, e à sua impressão do “poder” da urna, podemos descrever os vários processos organizacionais que envolvem a trajetória da urna até o dia em que o cidadão a encontra na seção eleitoral, para confirmar o voto. Em primeiro lugar, inquestionável é a celeridade do processo eleitoral brasileiro, frente a outros países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, a partir da utilização das urnas eletrônicas em seu processo eleitoral. Ainda, desde 1996, como supracitado, quando começou a ser utilizada no Brasil, as urnas eletrônicas passam por continuado processo de atualização.

O processo eleitoral brasileiro é 100% informatizado¹⁷¹. Mesmo que já no Código Eleitoral Brasileiro de 1932, pudéssemos encontrar referência às “máquinas de votar”, foi somente a partir do final dos anos 80, que os Tribunais Regionais Eleitorais, passaram a focar no desenvolvimento de protótipos que pudessem viabilizar o voto eletrônico em nosso país. Depois de alguns experimentos regionais, em 1995, a urna eletrônica, tal como a conhecemos hoje, passou a ser desenvolvida: “o objetivo dos técnicos da Justiça Eleitoral era tornar o processo mais seguro, ágil e cada vez mais independente da intervenção humana” (TSE, 2016, s. p.). A informatização do voto, então, iniciou no estado de Minas Gerais.

Em termos numéricos, nas eleições de 1996, “mais de 70 mil urnas eletrônicas foram produzidas” para que “mais de 32 milhões de brasileiros (um terço do eleitorado da época) [...] em 57 cidades, com mais de 200 mil eleitores, entre elas, 26 capitais”, pudessem votar por meio das urnas. Vinte anos depois, em 2016, o TSE ainda trabalha no aperfeiçoamento de seu sistema, tanto é que, periodicamente, promove a abertura do sistema das urnas para que experts tentem fraudá-lo, de modo a aprimorar, cada vez mais, a segurança do modelo. As eleições municipais de 2016, por conseguinte, utilizaram as urnas eletrônicas para recolher a vontade política dos cidadãos, na escolha dos representantes. Em resumo, as zonas eleitorais, a Secretaria de Tecnologia e Informação, a comunicação institucional, dentre outros agentes internos e externos à organização, somam esforços para que, conforme sintetiza E4 “*elas façam o que precisam fazer no dia das eleições*”.

Além disso, os cartórios eleitorais, nas eleições municipais de 2016, realizaram, em que pese sua responsabilidade concernente às urnas, o simulado nacional de carga às urnas, no dia 24 de maio de 2016, o qual ocorreu no depósito da justiça eleitoral, em Porto Alegre. Acompanhamos este processo durante pouco mais de 5 horas, e E4 narra a relação da prática humana com a máquina:

[...] os candidatos trazem os dados, inserimos estes dados em um sistema, que gera um programa (programa lacrado que vem do TSE), tudo isso é conferido pelos partidos, pelo Ministério Público, pelos cidadãos, quem quiser pode vir. Em um dia específico, teremos a cerimônia aberta, para gerar as mídias. E vamos gerar a mídia de

¹⁷¹ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Agosto/eleicoes-seguras-saiba-como-surgiu-a-urna-eletronica-e-por-que-ela-esta-em-constante-processo-de-evolucao>

resultados que fica dentro da urna, e a carga [a servidora procura outro objeto e mostra] [...] o que eu tenho aqui? As informações das seções 228 a 327, porque a urna está vazia. Eu irei inserir isso daqui e é, então, gerado um boletim com código criptografado, este flash entra em todas as urnas destas seções. Isto fica na urna para gravar os votos dos eleitores. Eu trago de volta ao cartório e transmito os votos para o TSE, o código criptografado que foi gerado. Aí eu não mexo mais na urna, ela já está pronta e fica lacrada até o dia das eleições. No dia da eleição, a primeira coisa que se faz, o mesário tira uma zerésima, um boletim com zero votos. O código que saiu daqui é o mesmo código que estará lá. Se o código for diferente, significa que mexeram naquela urna. Por isso, o sistema é muito confiável neste sentido, sempre terá o código criptografado para comparar as informações de início e de final de votação. Estas informações são todas públicas.

Durante o trajeto de deslocamento até o depósito da justiça eleitoral [nunca vi tanta urna reunida no mesmo lugar], a servidora compartilha, também, o quanto este trabalho em ano eleitoral exige máxima atenção e participação do servidor; no entanto as dúvidas da população, são de alguma maneira, legítimas, na medida em que emergem em meio a múltiplos questionamentos acerca da representação política e da corrupção, mas o distanciamento entre a justiça eleitoral e o cidadão, amplia esta desconfiança: *“É um trabalho sério em meio a uma sociedade disfuncional. Eu me sinto muito triste diante da desconfiança, porque vivemos em meio a este clima de desconfiança total do sistema. Todas as atividades que realizamos aqui têm rotina, tem processo, nós sabemos, mas o cidadão, o eleitor, não sabem disso. Nós trabalharemos em um clima de muita desconfiança”* – finaliza E4.

Após este simulado, e a posterior cerimônia aberta para gerar as mídias, os cartórios se encarregam pelo deslocamento das urnas para as seções eleitorais na véspera das eleições. Junto a isso, os cartórios eleitorais trabalham na mobilização dos mesários para atuar no pleito. Além do programa de multiplicadores de mesários, diferentes campanhas foram veiculadas em nível nacional e estadual, para mobilizar os cidadãos eleitores, a trabalharem para a justiça eleitoral nos dias da eleição municipal. O Folder (Figura 28) abaixo, ilustra o convite da justiça eleitoral, para que o povo esteja a serviço da democracia.

Figura 30 – Mesário Voluntário: "o povo a serviço da democracia"



Fonte: TRE-RS (2016).

Após este momento de mobilização, a justiça eleitoral realiza o treinamento dos mesários. Em termos numéricos, nas eleições municipais de 2016, nos 5.570 municípios brasileiros, a justiça eleitoral contou ao todo com quase 2,5 milhões de mesários, preparados para atender, no dia da eleição, mais de 142 milhões de eleitores em todo o país. Acompanhamos, no dia 13 de setembro de 2016, um evento institucional, promovido por um dos dez cartórios eleitorais do município, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), voltado a orientar o trabalho voluntário dos mesários junto às eleições municipais que se aproximavam (Figura 29 abaixo).

Figura 31 – Treinamento mesários auditório TRT, 13 de setembro de 2016.



Fonte: própria autora.

Neste dia, uma manhã de terça-feira chuvosa em Porto Alegre, os mesários lotaram o auditório do TRT. Em um primeiro momento, o juiz eleitoral do cartório realizou um acolhimento aos cidadãos, e, depois foi distribuído, o manual do mesário (Figura 30), contendo as principais informações sobre os processos de trabalho vinculados à atividade do mesário. O processo de votação inicia às 8 horas da manhã em todo país, desse modo, o mesário precisa chegar com uma hora de antecedência à seção eleitoral para a qual foi designado.

Desta maneira, as seções eleitorais podem ter de 4 a 6 membros, então organizadas pelos cartórios eleitorais. Em uma seção eleitoral composta por quatro membros, por exemplo, teríamos o presidente, 2 mesários e 1 secretário. Concernente às funções, em síntese, o *presidente da mesa receptora*, inicia e encerra a votação na seção, mantém a ordem (se necessário chamar a Brigada Militar), verifica as credenciais dos fiscais, nomeia eleitores para substituir mesários, comunica ao juiz eleitoral as ocorrências em sua seção, fixa a lista de candidatos na ambiência interna da seção, cola cartazes informativos acerca da proibição de propagandas, confere data e horário da urna antes da votação, verifica a urna e os cadernos de votação, adota os procedimentos para a emissão da zéresima, zela pela lista de candidatos, digita o número do título do eleitor, recebe as impugnações em relação à identidade do eleitor.

Figura 32 – Manual do mesário



Fonte: própria autora.

Para ilustrar esta questão de o cartório eleitoral mobilizar a Brigada Militar para manter a segurança, em descrição anterior, E2 narra um episódio de violência relacionado ao trabalho do cartório eleitoral em uma escola da comunidade que era utilizada como seção eleitoral daquela região:

E aí a gente tinha a questão da violência nas escolas também, né? a depredação das escolas... deixar a urna dentro da escola do sábado para o domingo, é sempre uma preocupação. Embora haja toda uma estrutura, tu conversa com a Brigada, fica todo mundo de prontidão, e circulando próximo às escolas, sempre há um temor. A Escola X, onde nós instalamos uma seção eleitoral, [...], uns meses antes, uns dois ou três meses antes da eleição, botaram fogo nela. E aí a gente ficou preocupado “e agora?”, botaram fogo em uma parte da escola, normalmente eles afetam a secretaria, que é onde está o diretor, que é quem, normalmente, é o símbolo da violência deles, o símbolo da resistência ou então a parte da cozinha. Lá eles botaram fogo na secretaria. Mas até a eleição, eles conseguiram reconstruir, mas a nossa preocupação era que naquele período da eleição desse um novo problema lá e a gente não pudesse instalar a seção. Então, essas questões, tu tá sempre pensando. E eu ficava neurótica assim, olhando o jornal, nas páginas policiais pra ver se tinha alguma coisa com escola, pra ver se não ia ocorrer algum perigo, se não ia dar algum problema. Sempre tem esse temor de toda essa violência.

Com o término da votação, às 17 horas, o presidente é responsável por retirar a mídia de resultados da urna eletrônica, lacrar novamente o compartimento de mídia de gravação de resultados, para tão logo providenciar a entrega dos materiais, conforme orientação do cartório eleitoral. Ao fim, a urna, a embalagem e a cabine são armazenadas para o recolhimento da justiça eleitoral. Junto ao presidente, o 1º e o 2º mesários, identificam o eleitor, localizam o nome do eleitor no caderno de votação, ditam o número do eleitor ao presidente, colhem a assinatura do eleitor no caderno de votação (em Porto Alegre, em 2016, ainda não havia a identificação biométrica). Por último, o secretário anota as ocorrências na ata, acolhe o eleitor e organiza a fila que se forma em frente às seções eleitorais no dia de eleição.

Junto a todo este trabalho cadenciado entre cartórios eleitorais e mesários, também ocorre a auditoria das urnas eletrônicas. A votação paralela é a auditoria de verificação da justiça eleitoral, para as urnas eletrônicas. Como funciona? Em momento anterior, E16, servidor responsável por coordenar a votação paralela, explicou que: *“é uma auditoria por amostragem. Nós sorteamos, na véspera da eleição quatro urnas eletrônicas conhecidas; as urnas para serem auditadas (no Plenário do TRE-RS), em uma cerimônia aberta, para quem quiser participar; no dia da eleição, por volta das 9 horas”*.

Junto a isso, ele também explica que, por conta dos questionamentos levantados pelo partido derrotado nas eleições gerais de 2014 (PSDB), dentre outros, junto à expectativa institucional de aproximar esta auditoria dos cidadãos, de forma geral, em torno da transparência das urnas eletrônicas, em um primeiro momento do percurso de organização das eleições municipais de 2016, o TRE-RS apostou levar a auditoria da votação paralela para um shopping de grande circulação na capital gaúcha, mas não foi possível por conta do alto custo face ao orçamento disponibilizado para a eleição de 2016. Por fim, a votação paralela acabou por ocorrer no prédio 50 da PUC-RS. À eleição.

4.2 A ELEIÇÃO EM PORTO ALEGRE: O PRIMEIRO E O SEGUNDO TURNOS

Nos dois segmentos que seguem, explicitaremos nossa experiência durante os dois turnos das eleições municipais de Porto Alegre. A partir da sexta-feira, antevéspera das eleições, ampliamos nossa caminhada de pesquisa em torno do fenômeno. Como bem resumiu E6: *“É hora de colocar o carnaval na avenida. O carnaval da democracia. É a festa da democracia”*. Embora tivéssemos zigzagueado pelas várias ambiências em que as práticas de trabalho da eleição se entrecruzavam, embora tivéssemos, por várias vezes, encontrado cidadãos, nestes movimentos, a eleição estava próxima de acontecer – e a própria prática de pesquisar, de certo modo, hesitou diante desta proximidade [em caráter confessional, posso publicizar que, neste momento de proximidade do pleito, fiquei acometida de uma percepção-sensação enquanto pesquisadora-cidadã [...] intraduzível, mas que talvez possa ser aqui depreendida como um elemento por trás das urnas].

O cumprimento do conjunto de rotinas bastante específicas para estes dias, mobilizou a justiça eleitoral como um todo, em uma cadenciada força-tarefa, para que cada carro, alegoria pudesse passar no minuto certo, com os desdobramentos previstos, nos termos da lei e da legitimidade cidadã. Em resumo, a ideia de cidadania, vontade popular, legitimidade foram os elementos mais repetidos nos ambientes por quais passei no primeiro e no segundo turno.

4.2.1 Setenta e duas horas de primeiro turno

O primeiro turno das eleições municipais de nosso país, então, ocorreu no dia 02 de outubro de 2016. Na antevéspera, sexta-feira, dia 30 de setembro do mesmo ano, nos ambientes do TRE-RS, entre as zonas eleitorais do prédio localizado na Padre Cacique, o caráter sinestésico dos jeitos, sorrisos, nervosismos, ansiedades, cansaços, formas, entusiasmo, pressa, sacolas, manuais, e ligeirismos dos servidores e de suas práticas de véspera corredor afora, anunciavam: “a eleição, enfim, havia chegado”! E a eleição estava, de fato, pronta, organizada. O material, separado, nos cartórios eleitorais, para o destino final: as zonas eleitorais (Figura 31).

Figura 33 – Material separado para ser enviado para as zonas eleitorais



Fonte: própria autora.

Com a proximidade das eleições, os servidores passam a externar diferentes percepções com relação à participação no processo: “*Estamos felizes. Mesmo que a gente já tenha feito muita eleição nesta vida, a sensação sempre é a de que estudamos para uma prova muito difícil e estamos convictos de que iremos nos sair bem, pois estudamos o tempo necessário para um bom desempenho, algo parecido, eu não sei explicar*” – diz o servidor E5, sorrindo e com certa tensão, ao mesmo tempo. Nas ocasiões anteriores em que acompanhamos o trabalho na mesma zona eleitoral, o clima de organização do trabalho e da realização prática, fundamentalmente, era permeado por uma

racionalidade diferente. Aquele primeiro ambiente da tarde de sexta-feira, reescrevendo o que consta no diário de campo da tarde da véspera: [há um clima de emoção, de linha de chegada, de satisfação]; nas palavras do servidor: “*é emocionante, de alguma forma, é*” – E5. Quando este servidor se volta ao trabalho novamente, decido, então, continuar pelos corredores da antevéspera.

Cada cartório eleitoral, mesmo que regulados sob o mesmo código eleitoral e sob as mesmas políticas de gestão de pessoas, parece organizar o seu micro processo de conduzir a formação da junta eleitoral, e do deslocamento do material para as zonas, à sua maneira. E esta maneira, organiza-se junto aos servidores que trabalham na eleição, naquela ambiência organizacional. Essas diferenças tornam-se bastante evidentes para quem acompanha. Em um primeiro momento, há quase uma impressão geral de que, após sucessivos anos de trabalho em um cartório eleitoral, parece haver uma institucionalização das atividades que devem ser realizadas pelo cartório, pelo próprio servidor: “*todos os anos são iguais, eu faço já na intuição*” – analisa E26.

Figura 34 – Corredores TRE antevéspera eleições 2016



Fonte: própria autora.

Em torno de 14 horas do mesmo dia, já na sala reservada à denúncia das propagandas de rua, os dois servidores da zona eleitoral específica responsável

pela atividade (161), estavam a postos para receber as denúncias. Vinte dias antes, quando acompanhei o trabalho, somente **duas** denúncias haviam sido identificadas na oportunidade. Este número reduzido para o tamanho do colégio eleitoral de Porto Alegre (mais de um milhão de eleitores) se deve, fundamentalmente, conforme explica E 4, “à *Reforma Eleitoral de 2015 [minirreforma, a qual] trouxe bastante rigidez para esta questão da propaganda de rua e nós estamos sentindo isso aqui no número de denúncias*”.

Os dois servidores, então, estavam desde o dia 16 de agosto trabalhando somente com esta designação da eleição municipal (ficariam até o segundo turno). A denúncia chega até os servidores via Ministério Público e, “*após a denúncia, e verificação in loco da irregularidade, se faz a diligência, em caso de necessidade*” – explica E5. Como é verificada a necessidade? “*Comparamos a descrição dos fatos, fotos, com os termos da lei eleitoral e verificamos a necessidade de fazer a diligência. Logo, nossa tarefa é ir até o local observar e proceder à análise*”. Na antevéspera das eleições municipais, E4 relata que “*o comportamento é linear [número de denúncias]. Claro, aumentou um pouco, mas diminuiu muito. Eu, no entanto, observando com relação a eleições anteriores, considero que diminuiu muito*” – explica E4.

Apesar do relativo aumento dos processos abertos relacionados à propaganda de rua, os dois servidores relatam que, tanto esta diminuição com relação a experiências anteriores (ambos têm mais de 10 anos de trabalho no TRE-RS), pode ter relação tanto com a rigidez impetrada pela atualização da Lei eleitoral para a propaganda de rua, quanto com a diminuição do tempo de campanha. Com relação a isso, E4 explica, recuperando elementos da minirreforma¹⁷² eleitoral de 2015:

[...] vejo o pessoal reclamando muito dessa coisa de ter passado de 90 para 45 dias. Pouco tempo para o pessoal se preparar. Ah, tem também a nova fiscalização da doação, menos dinheiro para gastar. A reforma eleitoral está aparecendo bastante. Antes o cara colocava na frente de casa uma tela de cinema, agora é uma 3x4. Agora, somente pode meio metro.

Neste sentido, uma vez que a experiência prática até aquele momento das eleições municipais de 2016, já sinaliza aos servidores os desdobramentos da minirreforma no curso da eleição, pelo menos no que tange à propaganda de

¹⁷² A verificação do dinheiro investido nas campanhas eleitorais também sofreu alterações com a Lei da Reforma (BRASIL, 2015).

rua e as irregularidades que daí emergem, é interessante, ainda recuperar a análise que eles ofertam ao localizar a sua prática em um contexto maior: “aqui teve bastante resultado”, conforme interpreta E5. No entanto, o mesmo servidor reconhece que a questão do financiamento ainda é uma incógnita para ele: *“Mexer com dinheiro é diferente. Vamos ver como é que fica a avaliação das contas de campanha¹⁷³, agora que estão concentradas em um cadastro de pessoa física, em um imposto de renda”*. O servidor, então, conclui sua análise, alinhando a sua condição de cidadão às reivindicações populares da época: *“Certamente estas mudanças vieram responder a um chamado popular. Eu também sou cidadão e me insiro nesta voz”*.

Com relação a esta questão, ainda, podemos destacar o fato de que, naquela sala destinada às denúncias de irregularidades nas propagandas de rua, de alguma maneira, os ligeirismos da antevéspera das eleições não se anunciavam da mesma maneira que nos primeiros corredores daquela sexta-feira anterior ao domingo do primeiro turno. Veja o que coloca E4 com relação a isso: *“nós vivemos em uma sociedade tecnologizada. Todo mundo tem celular, computador, rede social. A coisa também acontece lá, a campanha. Por isso, também, a propaganda de rua diminuiu bastante. Enfim, complementa ele, “também vemos um esvaziamento de alguns meios para alguns tipos de caminhos, tem a manifestação, tem a reforma, mas tem as novas formas de fazer publicidade eleitoral por meio eletrônico”*.

Junto a isso, a utilização de santinho, por exemplo, largamente utilizada nas campanhas eleitorais ao longo da história, também é uma prática que tem diminuído – o que os servidores, quando chamados para atender as diligências das eleições municipais de 2016, observavam na região central de Porto Alegre, por exemplo, que as pessoas recusavam, ou recebiam e colocavam no lixo logo à frente: *“é evidente o enfraquecimento da cultura do papel na campanha eleitoral deste ano”* – finaliza E4. De fato, a demanda dos servidores naquela antevéspera das eleições municipais parecia desconectada da maioria da instituição, que, ansiosa, “corria para dar tempo de finalizar os últimos detalhes” – explica E26.

¹⁷³ Conforme Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (BRASIL, 2015).

Após, chegamos ao cartório da zona eleitoral 113, do qual acompanhamos as atividades deste momento até o final das eleições do primeiro turno, na junta eleitoral (central de recebimento), com vistas a descrever as práticas que envolvem a organização no cartório, a separação do material, o deslocamento dos servidores até a central de recebimento de informações, e de presidentes de seção. Quando entramos na sala do cartório, no prédio do TRE-RS, logo percebemos o clima da véspera, a ansiedade para que tudo ocorra dentro dos termos da lei; são as palavras do servidor E26 que nos aproximarão dos elementos que estão por trás das urnas logo que o dia da eleição se aproxima:

Já estão separados os cadernos de votação para as seções, já enviamos o material para a junta eleitoral, onde funcionará o SOS urnas, também já estão lá as urnas de reserva, as quais chamamos de urnas de contingência, para eventuais trocas...no sábado, às dez da manhã, os presidentes procedem à verificação das urnas nos locais onde irão trabalhar; em caso de problema eles nos comunicam pelo SOS urnas e nós realizamos a assistência necessária. Realizada a verificação, por volta do meio dia, os secretários e administradores do prédio, realizam contato conosco e nos comunicam se está tudo correto. No domingo, a partir das seis horas da manhã nós já estaremos no clube Farrapos, onde funcionará a junta eleitoral e também o SOS urnas, pois, a partir das 7 horas está prevista a chegada dos mesários nos locais de votação. Finalizam a montagem da seção e, estão, então, autorizados a emitir a zerésima, documento onde consta todos os candidatos registrados, ainda com zero votos. Às 8 horas da manhã começa a votação, de posse do caderno de votação, eles recolhem a assinatura dos eleitores.

Junto a isso, o servidor E26 relata que a região da Zona Eleitoral é violenta e o juiz eleitoral necessitou fazer uma reunião com a Brigada Militar no dia anterior, pedindo apoio no local: *“conquistamos um efetivo próximo do colégio para evitar, por exemplo, que o encontro de gangues rivais na votação, possa gerar violência e tenha consequências no pleno andamento do processo eleitoral”*. Assim, nesta zona, no dia da eleição, às 14 horas, a prática de boca de urna (propaganda próximo do local de votação) foi a ilegalidade eleitoral mais recorrente, atendida pelos servidores da justiça eleitoral que trabalhavam na junta eleitoral. Ainda, o juiz eleitoral designado para esta zona, E4, corrobora a informação acerca da violência na região, e da necessidade de mobilizar a Brigada Militar para garantir que os eleitores pudessem chegar às urnas: *“o Estado, de modo geral, tem se mostrado ausente. Neste sentido, como esta é uma região carente, com violência recorrente, mobilizamos algumas viaturas da brigada militar. O eleitor precisa chegar às urnas”*, explica E4.

O sorteio da votação paralela, por sua vez, também antecede a realização da eleição; e, no primeiro turno, ocorreu no sábado pela manhã, no dia 1º de outubro, no plenário da sede do TRE-RS. Acompanhamos tal sorteio, que objetivava a sortear 4 urnas para passarem pelo processo de auditoria: 3 do interior e 1 da capital. Para o primeiro turno foram, então, sorteadas, 1 urna da zona eleitoral 113, de Porto Alegre; 1 urna da Escola Presidente Arthur da Costa e Silva, de Porto Alegre; 1 urna de Santa Cruz do Sul - Escola Martin Geller Filho; 1 urna de Santa Bárbara do Sul - Escola Pedro Portes; 1 urna de Jaguarão - Escola Hermes Pintos Affonso.

Porto Alegre, domingo, dia 02 de outubro de 2016: é eleição! É dia de passe livre no transporte coletivo para que os cidadãos não tivessem impedimento de deslocamento para chegarem ao seu local de votação. No domingo de eleição, até que chegássemos à junta eleitoral da zona 113, onde acompanharíamos os elementos por trás das urnas, passamos pela votação paralela, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo Disque-Eleições, na Secretaria de Gestão de Pessoas, no prédio anexo do Tribunal Regional Eleitoral, no centro de Porto Alegre. A votação paralela ocorreu concomitantemente à eleição, no prédio 50 da PUC-RS das 8 às 17 horas. Trata-se de uma eleição simulada, a qual inicia quando os representantes de partidos políticos abrem as urnas lacradas; depois disso é emitida a zerésima. Então, “votos em papel são depositados em uma urna de lona e “ditados” em voz alta para que outra pessoa digite na urna eletrônica. No final, é verificado se o resultado foi o mesmo” (TRE-RS, 2016). O evento foi transmitido ao vivo pelo TRE-RS, durante o período de votação.

Depois, por meio do disque-eleições, os eleitores poderiam consultar informações sobre locais de votação, documentação necessária, dentre outros. Havia uma barulheira ensurdecadora naquele ambiente. Em nenhum outro momento daquele ano, encontramos tantos ruídos como resultado do trabalho daqueles servidores. E2 resume: “*são os ruídos da democracia*”. Conforme tabela 2, abaixo, o maior número de chamados ocorreu no próprio domingo, no dia da eleição, e o número de questionamentos acerca do local de votação foi o mais expressivo, contabilizando 12.235 chamados, seguido por 976 chamados os questionavam sobre justificativa.

Tabela 2 – Disque eleições 2016: Número de atendimentos na central

Data	Nr. Título	Local de Votação	Obtenção de Documentos	Regras e Normas	Dúvidas Mesários	Justificativa	Propaganda Eleitoral	Encaminhamento de Denúncias	Trotes, Enganos e Lig.perdidas	Outros	Total Dia
22/09/2016			1			1					2
23/09/2016		2									2
26/09/2016		1		1							2
27/09/2016		18		8	2	7			3	6	44
28/09/2016	4	35	8	5	11	31	1	2	1	17	115
29/09/2016	32	118	33	19	21	130	8	6	12	52	431
30/09/2016	57	347	47	37	42	218	5	8	14	99	874
01/10/2016	96	1262	19	89	100	187	15	17	106	195	2086
02/10/2016	1869	12235	48	254	149	976	16	63	584	682	16876
03/10/2016						2					2
Totais	2058	14018	156	413	325	1552	45	96	720	1051	20434

Fonte: TRE-RS (2016)

Após, chegamos à junta eleitoral da zona 113, de onde acompanhamos o trabalho dos servidores, terceiros, juízes eleitorais, na medida em que emergiam as demandas para substituição de urna, para ocorrências sobre propagandas indevidas, dentre outros. Todos comeram pizza. O telefone SOS urnas tocava continuamente. Após as 17 horas, com a emissão do boletim de urnas (5 vias), uma é afixada na porta da seção de votação, com código QR, inclusive, o presidente chega à junta eleitoral. Uma fila de presidentes de mesa aglomerava em frente ao clube onde estava localizada a junta eleitoral deste cartório; ao todo foram 32 escrutinadores de urna nesta zona eleitoral. Em uma espécie de gincana, um grupo recebia, outro subia as escadas com as mesmas sacolas da Figura 31. Pareciam alegres, sorridentes. De posse destas informações, a zona eleitoral, por fim, envia as informações para o TSE, TRE-RS.

Logo após, nos dirigimos ao plenário da sede do TRE-RS, onde então foi divulgado o resultado das eleições municipais daquele ano. A imprensa estava concentrada naquele lugar, os jornalistas do TRE organizam a comunicação [em meio à entrevista fenomenológica que realizamos com E37, logo após o término do segundo turno, fomos interrompidos para que a jornalista da Globonews agradecesse a hospitalidade e o profissionalismo da instituição durante o processo eleitoral]. Em Porto Alegre, então, após a realização do primeiro turno, os candidatos Nelson Marchezan Júnior, do PSDB e Sebastião Melo, do PMDB, obtiveram o maior número de votos, habilitados, desta forma para disputar o

segundo turno das eleições para prefeito, conforme informações do Quadro 11, abaixo, com a identificação das coligações partidárias da qual faziam parte.

Quadro 13 – Candidatos a prefeito mais votados no primeiro turno das eleições municipais

Nome Urna	Número	Partido	Coligação	Situação	Situação Pós-Pleito
FABIO OSTERMANN	17	PSL	PSL	Deferido	Não eleito
JOÃO RODRIGUES	33	PMN	PMN	Deferido	Não eleito
JULIO FLORES	16	PSTU	PSTU	Deferido	Não eleito
LUCIANA GENRO	50	PSOL	É A VEZ DA MUDANÇA	Deferido	Não eleito
MARCELLO CHIODO	43	PV	PV	Deferido	Não eleito
MAURICIO	14	PTB	NOVAS IDEIAS	Deferido	Não eleito
N. MARCHEZAN JUNIOR	45	PSDB	Porto Alegre Pra Frente	Deferido	2º turno
RAUL PONT	13	PT	Porto Alegre Democrática	Deferido	Não eleito
SEBASTIÃO MELO	15	PMDB	ABRAÇANDO PORTO ALEGRE	Deferido	2º turno

Fonte: TRE-RS (2016)

Em termos adicionais, ainda, podemos proceder à apresentação mais detalhada dos resultados acerca dos candidatos a prefeito e a vice-prefeito (a), bem como dos candidatos vereadores (as) eleitos. Observemos o Quadro 14, abaixo:

Quadro 14 – Resultado primeiro turno eleições municipais de Porto Alegre – Candidatos para Prefeito e Vice-Prefeito

Candidato(a)	Vice	Total	Porcentagem
Nelson Marchezan (PSDB)	Gustavo Paim (PP)	213.646	29,84%
Sebastião Melo (PMDB)	Juliana Brizola (PDT)	185.655	25,93%
Raul Pont (PT)	Silvana Conti (PCdoB)	117.225	16,37%
Maurício Dziedricki (PTB)	Arlindo Bonete (PR)	97.939	13,68%
Luciana Genro (PSOL)	Pedro Ruas (PSOL)	86.352	12,06%
Fábio Ostermann (PSL)	Alexis Efremides (PSL)	7.054	0,99%
Marcelo Chiodo (PV)	Eduardo Bochi (PV)	4.327	0,60%
Júlio Flores (PSTU)	Vera Rosane (PSTU)	2.554	0,36%
João Rodrigues (PMN)	Rafael Gusmão (PMN)	1.230	0,17%
Total de votos válidos		715.982	84,11%
→ Votos em branco		59.698	7,01%
→ Votos nulos		75.597	8,88%
Total		851.277	77,49%
Abstenções		247.223	22,51%
Total de inscritos		1.098.500	100%

Fonte: TRE-RS (2016)

No caso dos candidatos a prefeito e a vice-prefeito, no Quadro 14 acima, chamamos a atenção para o número expressivo de votos brancos (59.698) e de

nulos (75.597) e de abstenções (247.243), especialmente face ao número de votos do candidato mais votado, Nelson Marchezan (PSDB), com 213.646 votos.

Quadro 15 – Vereadores Eleitos Eleições Municipais de Porto Alegre, 2016

VAGAS	PARTIDO	NOME	VOTOS	%
1	PSOL	Fernanda Melchionna	14.630	2,12%
2	PDT	Mauro Zacher	13.551	1,97%
3	DEM	Dr. Thiago	12.669	1,84%
4	PR	Rodrigo Maroni	11.770	1,71%
5	NOVO	Felipe Camozzato	10.488	1,52%
6	PTB	Elizandro Sabino	9.845	1,43%
7	PT	Sofia Cavedon	9.670	1,40%
8	PMDB	Valter Nagelstein	9.300	1,35%
9	PSOL	Roberto Robaina	8.354	1,21%
10	PRB	José Freitas	7.728	1,12%
11	PRB	Alvoni Medina	7.712	1,12%
12	PT	Marcelo Sgarbossa	7.585	1,10%
13	PP	Mônica Leal	7.254	1,05%
14	PSD	Tarciso Flecha Negra	7.106	1,03%
15	PMDB	André Carús	6.882	1,00%
16	PDT	Márcio Bins Ely	6.858	1,00%
17	PMDB	Comandante Nádia	6.809	0,99%
18	PMDB	Mendes Ribeiro	6.691	0,97%
19	PMDB	Idenir Cecchim	6.342	0,92%
20	PP	Ricardo Gomes	5.822	0,84%
21	PP	João Carlos Nedel	5.346	0,78%
22	SD	Cláudio Janta	5.288	0,77%
23	PSB	Airto Ferronato	5.125	0,74%
24	PTB	Dr. Goulart	4.995	0,72%
25	PDT	João Bosco Vaz	4.993	0,72%
26	REDE	Mauro Pinheiro	4.984	0,72%
27	PP	Cassiá Carpes	4.963	0,72%
28	PTB	Paulo Brum	4.850	0,70%
29	PSDB	Ramiro Rosário	4.676	0,68%
30	PTB	Luciano Marcantônio	4.397	0,64%
31	DEM	Pujol	3.772	0,55%
32	PSOL	Prof Alex Fraga	3.710	0,54%
33	PSB	Paulinho Motorista	3.691	0,54%
34	PT	Oliboni	3.569	0,52%
35	PT	Adeli	3.387	0,49%
36	PROS	Wambert di Lorenzo	2.906	0,42%

Fonte: TRE-RS (2016)

Por fim, conforme Quadro 15 acima, do grupo dos 36 vereadores (as) eleitos (as), destacamos que, embora a mais votada vereadora de Porto Alegre seja mulher, apenas 4 mulheres foram eleitas vereadoras em 2016, para 36 vagas na Câmara. Uma mulher para cada oito homens representarão homens e

mulheres nos próximos quatro anos, na cidade de Porto Alegre, conforme o resultado do primeiro turno das eleições municipais de 2016.

4.2.2 Segundo turno das eleições municipais de 2016

As atividades inerentes ao primeiro turno, desde carga às urnas, preparação dos locais de votação, vale alimentação para os mesários, até a junta eleitoral são realizadas novamente na preparação para o segundo turno do pleito. E26 explica que, *“no segundo turno, tudo recomeça da mesma forma, como no primeiro turno; a diferença é que são menos candidatos”*.

A eleição, neste segundo turno, para prefeito e vice-prefeito, ocorreu em Porto Alegre, dentre outros municípios brasileiros, porque conforme a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), artigos 28, 29 e 77, poderá ocorrer segundo turno tanto para presidente e vice-presidente, governador e vice-governador, quanto prefeito e vice-prefeito, desde que em municípios com mais de 200 mil eleitores. Assim, pelo critério da maioria absoluta dos votos, em um sistema eleitoral majoritário de dois turnos, o candidato que eleito deverá¹⁷⁴ “obter mais da metade dos votos válidos (excluídos os votos em branco e os votos nulos) para ser eleito”. Não foi o caso dos resultados de Porto Alegre no 1º turno de 02 de outubro, como vimos acima.

Começa, a partir de então, a nova fase da campanha eleitoral para os dois candidatos a prefeito e vice-prefeito. A propaganda eleitoral tem novo período, de 15 a 28 de outubro. Com relação a isso, uma vez que a legislação eleitoral para a campanha sofreu alterações, uma das reclamações dos partidos junto ao TRE-RS, é que, no segundo turno, os 20 minutos destinados à propaganda eleitoral na televisão, por exemplo, mesmo que com inserções parcelares, foi um tempo exagerado. Uma vez que os [somente] dois candidatos ficaram com 10 minutos cada um. E37, servidor que tem sua prática vinculada aos processos de comunicação junto à justiça eleitoral, avalia que esta é uma mudança que deve ser revisitada, pois na prática, não teve um desdobramento positivo.

Realizada mais uma etapa de campanha, após o novo esforço dos cartórios eleitorais para preparar as urnas (nova carga), deslocar, convocar

¹⁷⁴ <http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/quando-afinal-ha-segundo-turno-em-uma-eleicao>

mesários, novo sorteio de auditoria para a votação paralela, estava tudo pronto para o 2º turno das eleições municipais de Porto Alegre. O candidato Nelson Marchezan Júnior foi, então, eleito no segundo turno das eleições municipais de Porto Alegre de 2016, o 47º prefeito da capital gaúcha, com mais de 60% dos votos válidos, conforme dados numéricos do quadro 12, abaixo. Podemos observar, ainda, o horário da totalização dos votos, em 30 de outubro de 2016, data do segundo turno do pleito. Este resultado foi novamente publicizado no plenário do TRE-RS, onde a imprensa local e a presidenta do Tribunal, anunciaram os números após a totalização.

Quadro 16 – Resultado 2º turno eleições municipais

Candidato	Vice-candidato (a)	Total	Porcentagem
Nelson Marchezan (PSDB)	Gustavo Paim (PP)	402.165	60,50%
Sebastião Melo (PMDB)	Juliana Brizola (PDT)	262.601	39,50%
Total de votos válidos		664766	0,8097
→ Votos em branco		46.537	5,67%
→ Votos nulos		109.693	13,36%
Total		820.996	74,74%
Abstenções		277.521	25,26%
Total de inscritos		1.098.500	100%
Total de abstenções + votos nulos + votos brancos		433.751 > 402.165	

Fonte: TRE-RS (2016)

Pelo exposto, podemos depreender que, nas eleições municipais de 2016, em termos numéricos, o candidato eleito Nelson Marchezan, venceu o candidato Sebastião Melo, mas foi vencido pelas abstenções, mais votos brancos e nulos em mais de 30.000 possibilidades de votos. Com relação ao elevado número de abstenções, podemos depreender que a cada 4 eleitores de Porto Alegre, 1 não compareceu para votar; o que significa um crescimento de 7% em comparação com as últimas eleições municipais, no ano de 2012. Deixamos, às 20 horas, a totalização dos votos, na sede do TRE-RS. Terminado o sufrágio, começa, a partir de então, o depois das eleições, com suas novas exigências de práticas.

4.3 DEPOIS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS, PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA E DIPLOMAÇÃO DOS CANDIDATOS

Após as eleições, é hora de revisar a prestação de contas dos candidatos, bem como de proceder à avaliação das atividades, dos programas, da performance institucional, até a diplomação dos eleitos, a qual ocorreu em dezembro de 2016. Deste modo, em primeiro lugar, recuperamos o perfil geral dos eleitores porto-alegrenses, em outubro de 2016. Para fins de comparação, nas eleições municipais de 2012, quatro anos antes, Porto Alegre contava com 1.076.263 eleitores e eleitoras; já nas eleições de 2016, Porto Alegre contou com 1.098.515 eleitores e eleitoras. Como já mencionado, a maioria do eleitorado é formado por mulheres (57,75%), e a faixa etária predominante, também de mulheres, de 45 a 59 anos (152.039) eleitoras, conforme dados numéricos do Quadro 11, abaixo relacionado.

Quadro 17 – Distribuição eleitorado de Porto Alegre, por sexo e faixa etária (2016)

Faixa Etária	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Total(T)	%/TT
Inválida	1	100	0	0	1	0
16 anos	411	48,81	431	51,19	842	0,08
17 anos	1.466	52,08	1.349	47,92	2.815	0,26
18 a 20 anos	21.455	49,29	22.074	50,71	43.529	3,96
21 a 24 anos	36.335	48,41	38.725	51,59	75.060	6,83
25 a 34 anos	105.435	48,34	112.673	51,66	218.108	19,85
35 a 44 anos	99.807	47,46	110.509	52,54	210.316	19,15
45 a 59 anos	126.639	45,44	152.039	54,56	278.678	25,37
60 a 69 anos	59.645	42	82.381	58	142.026	12,93
70 a 79 anos	29.159	38,04	47.500	61,96	76.659	6,98
Superior a 79 a.	16.674	33,03	33.807	66,97	50.481	4,6
TOTAL(TT)	497.027	45,25	601.488	54,75	1.098.515	100

Fonte: TRE-RS (2016)

A maioria de eleitoras, somadas às ações da justiça eleitoral para promover a igualdade de gênero na representação política e à atualização da legislação eleitoral, não foi páreo para a hegemonia masculina na representação política: 34 homens eleitos (1 prefeito e 1 vice-prefeito, mais 32 vereadores) e somente 4 mulheres vereadoras, para as 38 vagas em cargos representativos disponíveis em 2016. Esta é uma das primeiras avaliações realizadas em

diferentes instâncias organizacionais. O primeiro debate, mais genérico, orbita em torno dos 30% de candidaturas femininas, cotadas pela lei eleitoral (BRASIL, 1997; BRASIL 2009). O que entrou em 2015 (BRASIL, 2015), para ampliar este debate, foi a reserva de fundo para publicizar a campanha feminina, dentro dos partidos.

Neste primeiro momento, claro está para a justiça eleitoral, de modo geral que os partidos burlaram as cotas para garantir a candidatura de homens e mulheres, dada a exigência de pelo menos 30% de mulheres. Neste sentido, acabaram por apresentar candidaturas laranjas de mulheres, sem a intenção de veicular campanha eleitoral para as candidatas registradas somente para o cumprimento da cota e viabilização do registro da chapa. Junto a isso, a justiça eleitoral reconhece que não está previsto em lei a cassação da chapa em que estas irregularidades forem identificadas. A minirreforma de 2015 tampouco regulamentou sobre.

Expandindo um pouco mais as avaliações acerca da minirreforma, a redução do período eleitoral pela metade, dependendo da atividade realizada, foi observada pelos participantes da organização do processo eleitoral de 2016, a partir de óticas distintas. Por um lado, a redução de 90 para 45 dias, gerou, para os agentes fiscalizadores, uma hiperdemanda de trabalho em curto período de tempo, para a apreciação dos processos, dados os desdobramentos da Reforma Eleitoral: *“a eleição de 2016 foi diferenciada porque teve alguns componentes novos, como o prazo mais curto de campanha eleitoral, para 45 dias”*, comenta E36. Com isso, explica o magistrado, há um tempo bastante *“reduzido, por exemplo, para apreciação de um processo em que um candidato tem problemas com registro de candidatura, e que a demanda precisa ser atendida até o dia da diplomação, por exemplo. Algumas vezes, a nossa reflexão sucumbiu à celeridade impetrada pela nova dinamicidade dos prazos, perdemos parte da nossa potência reflexiva”*.

De modo mais ampliado, a alteração do formato da campanha eleitoral, foi percebida de maneira positiva pelo servidor que insere sua prática diretamente nas ações de comunicação do Tribunal Regional Eleitoral: *“a alteração do formato para várias inserções em diferentes horários – em lugar do tijolo de matéria, informações, em 20 min, 30 min, que afastava as pessoas do horário eleitoral – tende a aproximar o cidadão das informações veiculadas em*

menos tempo” – explica E37, com base na sua formação técnica e na experiência com ações de comunicação relacionadas às mídias televisivas e de rádio. A utilização de vários horários, no meio da programação, assim, amplia a visibilidade dos candidatos e de seus planos de governo.

Além disso, com relação aos processos de fechamento do pleito, ainda estavam em curso a prestação de contas da campanha, a diplomação dos eleitos e o evento de avaliação das eleições. Com relação à prestação de contas da campanha de 2016, o cartório com a designação específica procede à revisão que lhe cabe, e o Ministério Público, por sua vez, os promotores de justiça com atribuição eleitoral, procedem à fiscalização da instituição sobre prestação de contas e financiamento de campanha. Tanto o TRE-RS, quanto o Ministério Público do Rio Grande do Sul realizaram cursos de orientação, quanto prepararam material de orientação para os promotores, respectivamente, atuarem nesta verificação.

No escopo do TRE-RS, o curso EAD da Reforma Eleitoral, prioritariamente voltou-se às explicitações constantes na Lei para esta nova etapa de atividades vinculadas ao processo eleitoral de 2016. Em Porto Alegre, a zona eleitoral 113^o foi a designada, no escopo da tarefa específica, para proceder à “auditoria financeira”. Sumariamente, as informações para esta atividade, constam nos artigos 17 a 32 da Lei nº 9.504, de 1997, os quais tratam do financiamento de campanha e da prestação de contas em relação às eleições (BRASIL, 1997). De modo geral, são analisados os relatórios dos partidos, candidatos, coligações relacionados à: arrecadação de recursos para campanhas eleitorais; limite de gastos; recibos eleitorais; conta bancária meios de arrecadação; aplicação dos recursos; doações; comercialização de bem, serviços e promoção de eventos; fontes vedadas; recursos de origem não identificada; a data limite para a arrecadação; despesas; débitos de campanha; gastos eleitorais; prestação de contas; responsabilidade do candidato; prestação de contas parcial; sobras de campanha; elaboração e apresentação das contas impugnação da prestação de contas; prestação de contas simplificada.

Logo na apresentação do curso EAD sobre prestação de contas, um recado para os servidores do cartório: [...] *“um ótimo trabalho de “Prestação de Contas Eleitorais” , que servirá de instrução teórica e legal para a 113^a zona eleitoral, dada a sua incumbência para as eleições municipais de 2016”* (TRE-

RS, 2016). Não acompanhamos o trabalho de prestação de contas no cartório, [dada a escassez de tempo, redução de tempo de campanha, para o cumprimento da demanda até a diplomação dos eleitos], mas entrevistamos antes alguns destes servidores antes de iniciarem as atividades, os quais comentaram que dedicaram um tempo importante à sua preparação para o desenvolvimento do trabalho. Isso porque a minirreforma de 2015 alterou substancialmente as orientações para o financiamento de campanha. Em 2016, as campanhas eleitorais foram exclusivamente financiadas por doações de pessoas físicas e pelos recursos do Fundo Partidário.

Na figura 35 abaixo, a imagem era disponibilizada junto ao tempo de registro, a todos os servidores da justiça eleitoral gaúcha que trabalharam nas eleições municipais de 2016. Em dezembro ocorreu um grande evento de avaliação do processo eleitoral, no auditório do Foro Central, em Porto Alegre. Acompanhamos, inclusive as reuniões temáticas, em pequenos grupos, as quais objetivavam aglutinar as informações pertinentes para compartilhamento nos dias do Encontro. Nestas reuniões, relatórios com pontos positivos, pontos negativos e sugestões de melhorias foram compartilhados em grupos de 5 ou 6 pessoas.

Figura 35 – Encontro de Avaliação das Eleições Municipais 2016



Fonte: Própria autora

Dentre as diferentes impressões compartilhadas pelos servidores representantes do Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais

(CRECE), nas reuniões temáticas acerca das práticas intrínsecas à preparação do pleito, recuperamos¹⁷⁵:

Com relação ao cadastramento biométrico: “O recadastramento biométrico é sem dúvida nenhuma a pior tarefa que se tem que realizar, primeiro por que demanda um trabalho muitas vezes acima de nossa capacidade” – reflete E 39. Ao mesmo tempo, a servidora avalia o ponto positivo também relacionado ao processo de cadastramento biométrico, o qual não era obrigatório na capital gaúcha para as eleições municipais de 2016: “Em Porto Alegre o sistema Elo funcionou relativamente bem no período que antecede o fechamento do cadastro”.

Com relação aos sistemas eleitorais: E43, ofertando comparação da realidade do trabalho nas zonas eleitorais do interior frente à eleição municipal, explica: “[...] os tempos são modernos, mas no interior, ainda não se pode dizer que seja de importância ou que tenha sido uma experiência relevante para efetivação de nosso trabalho”. E 40, por sua vez, contesta o número exagerado de sistemas que acabam por dificultar o processo de trabalho: “têm sistemas demais! Cada atividade requer um curso para entender como utilizar o sistema. Parece que a finalidade do serviço é criar sistemas”. E42, por sua vez, não conseguiu utilizar os sistemas eleitorais, dada a exacerbada demanda de trabalho: “foi tão corrido aqui que muitos sistemas nós só utilizamos por obrigação – não conseguimos usufruir dos benefícios que eles trazem. Tem muito trabalho nos processos, mal dá tempo de respirar”.

Com relação ao material disponibilizado pela justiça eleitoral para ser utilizado nas eleições: Neste ponto, E41 chama a atenção para o conteúdo de um dos cartazes disponibilizados: “alguns cartazes com informações confusas: “Se não puder votar, justifique”, não explicando que a justificativa deve ser feita em outro domicílio eleitoral”. Ainda, os servidores sinalizaram para o excesso de cartazes e, de outro modo, outros elogiaram a quantidade necessária de material.

Com relação ao registro de candidaturas: o tempo reduzido para o registro, pautado pelo novo calendário eleitoral, somado às outras atividades do

¹⁷⁵ Os servidores abaixo identificados levaram para as reuniões temáticas um panorama dos apontamentos realizados por diferentes servidores, a partir da prática situada nos diferentes cartórios do Rio Grande do Sul, para compartilhamento e avaliações pertinentes.

cartório, foram destacados por E39: “tempo/prazo muito curto para realizar os registros de candidatura. O tempo teve que ser compartilhado com outras atividades importantes do Cartório, como carga de urnas, simulados, convocações [...]”. No mesmo escopo, o sistema CAND é reconhecido como ponto negativo tanto pela falta de treinamento, quanto pela indisponibilidade do sistema: “[...] faltou treinamento no sistema CAND [...] O sistema CAND não estava disponível na data prevista para o início do registro” – descreve E 44. Por outro lado, o atendimento pela Secretaria Judiciária, no que tange ao apoio ao registro de candidaturas, foi um ponto positivo identificado.

Com relação ao horário extraordinário: A questão do horário extraordinário foi a mais “polêmica” no Encontro maior de avaliação. Prioritariamente os servidores apontaram que trabalharam mais tempo do que o orçamento disponibilizado pela justiça eleitoral para o pagamento do tempo extra de trabalho foi insuficiente: E 38, então relator, compartilha algumas percepções dos servidores, então recebidas pelo CRECE, a este respeito: “servidores trabalhando sem motivação e muitas reclamações nesse sentido. Inadmissível esse tipo de acontecimento. O TRE não ter verba é uma coisa; mas explorar seus funcionários, os fazendo vir nos finais de semana, feriados, privando do convívio com suas famílias em troca de horas é desumano! Uma segunda percepção comenta sobre o descaso com os servidores, o que engendra desmotivação: “um descaso com os servidores! Servidores trabalhando nada motivados, sem o descanso necessário e sem a compensação devida”. Outros vários comentários referem os bancos de horas 1 e 2: “entendo que não temos orçamento para horas extras, mas a maioria está solicitando banco 2, pois não é justo ter de trabalhar nos finais de semana por banco 1”. Além disso, outro servidor reflete sobre a prática do próprio judiciário, tomando como base comparativa o escopo remuneratório para os seus servidores e as demais instâncias em que atua, de modo geral: “o judiciário determina ao empregador privado que pague corretamente seu funcionário, mas ele mesmo não pratica isso. É a velha premissa do “faça o que eu digo mas não faça o que eu faço”” – conclui E 38, encerrando seu relato.

Com relação às campanhas do TSE e do TRE-RS: neste sentido, os servidores avaliam que o TSE deve, observar a gestão organizacional, de forma geral, para o lançamento das campanhas, por exemplo, junto ao impacto espaço-

temporal na rotina dos cartórios: as campanhas foram “boas. Só acho que o TSE deveria tomar mais cuidado em prever o impacto dessas campanhas na rotina cartorária, para iniciá-las no momento certo e sempre com a ciência prévia dos cartórios pois, como já dito, essas campanhas afetam a rotina do atendimento no balcão”. Outras avaliações também explica que as campanhas não acompanham a realidade do cartório. E, em complementariedade à avaliação do tema, E38 relata, ainda, sintetizando outras várias avaliações neste sentido, de que as campanhas foram tardias, especialmente porque não acompanharam o calendário eleitoral de 2016: “as campanhas iniciam muito tarde, exemplo mesários voluntários, quando estamos com as convocações prontas, aparecem vários eleitores cadastrando – se como voluntários. A divulgação feita nos meios de comunicação deveria começar mais cedo, assim que fecha o cadastro”. Por fim, boa parte das avaliações acerca do material impresso, sinaliza sobre a pouca utilidade deste conteúdo para informação; é considerado, assim, um desperdício de dinheiro.

Com relação aos mesários: Em primeiro lugar, foi realizada a avaliação, conforme relata E41 do treinamento EAD disponibilizado, o qual suscitou comentários positivos e negativos: “EAD para os mesários por demais burocratizado. Torna inviável ou contraproducente. O que pode melhorar está relacionado com a certificação”. Por outro lado, também foi bem avaliado: “o curso EAD e os materiais disponíveis para capacitação dos mesários são bastante completos, com conteúdo compatível com toda a demanda esperada do processo eleitoral”. Ainda avaliando as atividades relacionadas aos mesários, os servidores, de modo geral, aprovaram o sistema ELIGIS, indicando melhorias. Da mesma forma, há uma crítica geral ao sistema de convocações via correio.

Com relação à prestação de contas: A qualidade do EAD foi bastante elogiada, especialmente porque houve complementação presencial. Com relação ao processo, alguns pontos negativos destacados: “atraso na liberação do sistema e seus módulos” [...] “as orientações do treinamento que visavam a acelerar o processamento acabaram não tendo efeito por conta disso” [...] “Falta de extratos eletrônicos impedem muitas análises e o batimento referente a parte financeira que não está funcionando. Fazer tudo manualmente tem se tornado oneroso, demorado e uma corrida contra o tempo” [...] “Lentidão no recebimento das prestações” [...] “orientações contraditórias entre CRE e STI no treinamento.

Uma colcha de retalhos. Cruzamento de informações equivocadas. Muito tempo e dedicação perdida em função de retrabalho” – conforme relata E 44.

Com relação à violência: Enquanto alguns servidores elogiaram o apoio da Brigada Militar, outros sentiram a diminuição do efetivo. Há, também, considerações acerca da escassa segurança do cartório eleitoral, tanto para armazenar o dinheiro do vale-alimentação dos mesários, quanto com os ânimos exaltados em diferentes momentos do processo eleitoral: “vales-alimentação, não só em ter que buscar o dinheiro no banco como em guardá-lo no cartório sem segurança adequada” [...] “diminuição do efetivo da brigada dificultou o controle sobre as ações violentas das candidaturas” [...] não havia efetivo para investigar/coibir denúncias de compra de votos, ameaças e violências” [...] “faltou segurança aos cartórios no cadastramento e fechamento do cadastro, gerando constrangimento, com colegas constantemente sofrendo agressões verbais e ameaças. A PM, como sabemos, está com baixo contingente e não tem como fazer esta segurança” – sintetiza E45.

Tais avaliações foram, então, levadas pelo Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais para a avaliação geral das eleições no estado do Rio Grande do Sul. Depois disso, cumpridas as exigências da legislação eleitoral, em dezembro foram diplomados os candidatos eleitos, no Plenário do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

4.3.1 A avaliação reflexiva dos participantes da realidade da prática: desdobramentos da entrevista fenomenológica

A entrevista fenomenológica sugere que o pesquisador estimule o participante a realizar reflexões acerca da experiência do fenômeno, sem, no entanto, tematizá-la. Nesta medida, ao longo das descrições de suas práticas, alguns servidores engenharam processos reflexivos acerca da prática e da realidade da prática. Com formação em terapia analítica, tive o cuidado para não condicioná-los a temas que, por várias vezes, atravessaram nossa trajetória de pesquisa, exigindo novos exercícios da própria prática de pesquisa e, conseqüentemente, de recursos analíticos. O cerne, com a perspectiva da entrevista fenomenológica, da prática de pesquisa, no que tange à relação de pesquisador-participante, no que tange à agência das pesquisadoras,

fundamentou-se na estimulação para o exercício de reflexão sobre a prática relacionada às eleições, sem direcionamento de interlocução e discurso.

O ponto principal aqui é o medo que os servidores têm de refletir. Para muitos, falar sobre política, democracia e cidadania, é falar sobre política partidária (exercício do qual se eximem por medo de publicizar opiniões ou ideologias desencontradas com os superiores hierárquicos na instituição). Este elemento arrefeceu parte do processo reflexivo da entrevista fenomenológica: a análise da realidade estava cerceada pela impossibilidade (percebida) de modo geral, de compartilhamento. Desta forma, as reflexões dos participantes ocorreram em uma banda mais genérica e superficial, até como meio de resguardar sua relação com as práticas e com o ambiente laboral. Com isso, a reflexão, foi, de certo modo, traduzida e reduzida pelos participantes na medida em que a ideia de relatar sobre os processos e as práticas atinentes às eleições, ou seja, a atribuição de sentido, são identificadas como uma forma de expressão político-partidária ideológica.

Na ambiência organizacional, os participantes trouxeram a ideia de que, junto às eleições municipais de 2016, ocorria um terceiro turno das eleições Presidenciais de 2014, com o Impeachment em curso. *“É um momento bem específico, né? Tivemos as Olimpíadas, e os problemas todos do país, é um ano atípico, todo este processo de mudança do país, corrupção, Impeachment”* – reflete E 37 sobre o contexto de 2016. E isso tudo, complementa o servidor, atravessa o processo eleitoral, pelo menos, em números: *“tivemos aí, mais de 40% de abstenção e de votos nulos, a população está descontente, desacreditada da política representativa. O processo eleitoral começa com isso tudo, a eleição sofreu impactos, teve a lava-jato, a mudança dos prazos da propaganda eleitoral* – explica E37.

De modo complementar, E4 acredita que a população, mesmo diante do cenário, apresenta uma *“reação social: o cidadão, o povo brasileiro está aprendendo. Está começando a acreditar que o voto dele é realmente importante. Há uma reação social em curso. A classe política não está mais tão livre como estava há pouco tempo”*. Além disso, E4 destaca que precisamos *acabar com esta onda de que o cidadão somente serve para votar nos políticos, sabemos da época dos coronéis. Hoje não existe mais isso* – reflete fazendo referência à República Velha. Nesta linha E37, destaca o crescente interesse

dos cidadãos em participar do debate: *“As pessoas têm falado mais sobre política. Há 5 anos atrás as pessoas falavam muito menos de política. As pessoas têm falado mais sobre política. Há um aparente paradoxo: desesperança e interesse nos desdobramentos”*. Analisando sua prática dentro do escopo organizacional, e dos limites que a complexidade do trabalho realizado invariavelmente impõe, E 37, ainda, avalia a eleição de forma bastante positiva: *“do ponto de vista da comunicação, as eleições de 2016 foram extremamente positivas. Os servidores estão comprometidos com o trabalho. A justiça eleitoral avançou muito”*.

De outro modo, com relação à inserção do sua atividade na gestão da justiça eleitoral, de forma geral, E38 desloca as circunstâncias situadas para refletir sobre a natureza dos recursos escassos para o pagamento das horas extraordinárias, por exemplo: *“aparentemente o número de horas é insuficiente, mas entendo a necessidade de adequação orçamentária pelo momento de crise que o país e o poder judiciário vem passando. Entretanto, é uma falta de respeito com os servidores a determinação de banco 1 para a demanda de horas que ultrapassar o limite estipulado, uma vez que os plantões são obrigatório”*. Há um movimento de deslocamento reflexivo da prática para o contexto social mais amplo. Ainda sob o escopo do pagamento das horas extraordinárias, E39 exclama que a justiça eleitoral, ao relativizar o pagamento do plantão de final de semana ao servidor, acaba por refutar a sua própria condição de existência: *“A questão de se fazer plantão em finais de semana e feriados para banco 1 e sem o acréscimo pelo serviço extraordinário é a prova da injustiça e do descumprimento das leis, e do desrespeito aos servidores dentro de um órgão que se diz Justiça”*.

Considerando, ainda, reflexões que localizaram a prática da justiça eleitoral, e as atualizações da legislação eleitoral, no contexto social mais amplo de 2016, a apresentação do curso EAD da Reforma Eleitoral, por exemplo, de alguma maneira, sintetiza a percepção do grupo de servidores que desenvolveu tal conteúdo: *“a minirreforma veio atender a um chamado da população”*. Neste sentido, podemos identificar o esforço dos servidores ao tentar situar a Reforma Eleitoral de 2015 (BRASIL, 2015) no escopo de resposta aos movimentos de rua de 2013. Mais pormenorizadamente, podemos destacar dentre os chamados dos cidadãos que foram às ruas, em 2013, a voz da luta pela igualdade de gênero

na política. Com relação a isso, embora haja esforço da justiça eleitoral para ampliar este debate, ao relembrar as campanhas veiculadas neste sentido, uma vez que trabalha na comunicação, E37 minimiza a questão: “*analisando, entendo que a mulher ainda não está pronta para integrar este espaço político, a mulher é muito exigente com ela mesma. A mulher que se preparar mais, então tem receio de querer se expor*”. Para o servidor, desta forma, a representatividade feminina ainda depende de um “querer da mulher”. No escopo maior do curso das reflexões intrínsecas ao debate de igualdade de gênero na política, E20 – em sentido oposto à reflexão de E37 coloca que a baixa representatividade da mulher na política, está relacionado, inclusive com a violência de gênero.

Ainda, E20 sinaliza que, no que tange à igualdade de gênero, “a minirreforma de 2015”, ao contrário do que é generalizado no grande debate de que a atualização na legislação eleitoral visa a ampliar os espaços democráticos, a novidade da lei para a mulher, para a eleição municipal de 2016, cria a reserva do fundo partidário, mas junto a isso, “cria um teto para este investimento” em campanhas femininas, ou seja, um limite para. Ela concluiu, após apresentar dados acerca do crescimento da representatividade feminina, convocando os cerca de 50 presentes (e aqui podemos somar os 107 brasileiros e brasileiras que assistiram ao vídeo no Youtube depois) a refletir se podemos votar em quem não conhecemos. Para Porto Alegre, depreendemos, a presente reflexão abrange o quociente eleitoral de 157/1.098.515 eleitores e eleitoras.

4.3.2 Fragmentos do vivenciado, do experienciado [...]

Por fim, finalizaremos a descrição das eleições municipais de 2016, destacando alguns trechos dos processos reflexivos dos participantes desta pesquisa [no curso das entrevistas epistemológicas] relacionados à prática de trabalho, tanto ao longo do ano eleitoral de 2016, quanto no percurso mais ampliado de trabalhar com. Em razão da análise realizada destes segmentos na fundamentação da interpretação do fenômeno, da realidade, os servidores não serão identificados juntos às reflexões. Os áudios das entrevistas estão arquivados junto ao material de coleta de dados desta pesquisa.

*[Eu sinto máxima frustração por trabalhar em um processo eleitoral exigente, em meio a isso que chamo de **terceiro turno** das eleições presidenciais de 2016. **A fraude, a corrupção, não é no processo.** O processo é transparente e honesto. **O senso comum acha que a fraude é na urna eletrônica.** Para ter uma fraude na urna eletrônica precisaria de tanta gente envolvida que se tornaria inviável. O ilegal, a fraude, é a diferença de dinheiro que é investido. Por mais que se corra atrás do caixa dois, existe e continuará existindo. O caixa dois será de outra forma. Temos um mês para avaliar as contas dos candidatos, temos um mês para tanta coisa, é pouquíssimo tempo para a realização de um bom trabalho”].*

[“Vai na escola, vai falar com eles, **“olha, o que vai acontecer se tu votar nulo; o que vai acontecer se tu votar branco...”** ainda tem aquela ideia de que quando tu vota branco, como era na Ditadura, quando tu vota branco e nulo, os votos vão para...”]

[...]

[“Eu comecei a ler, ler, ler, sobre tudo isso. Chegou num momento em que decidi por não mais querer saber sobre o que está acontecendo. **Decidi me alienar.** Este terceiro turno que não acaba...**estão passando por cima das regras para “eleger” uma pessoa que não foi eleita. Não tem legitimidade e nosso trabalho cai por terra. 54**

milhões de votos foram rasgados. O trabalho de 2014 caiu por terra].

[...]

[...] se o Tribunal fosse falar sobre democracia, falar sobre compra de votos, falar sobre corrupção, não é falar ideologicamente. Ele não sente [...] que deveria prestar esse serviço para a comunidade, não sente responsabilidade por isso. Eu vou te dizer, é uma coisa que me frustra muito].

[...]

[“Eu vejo uma justiça eleitoral que não se compromete, porque tem a

*ideia da **imparcialidade e a neutralidade, tem essa coisa assim... higiênica.** Tem que mostrar uma imparcialidade e deixar que as pessoas decidam. Vai lá, coloca a urna, a urna é intocável, ninguém consegue colocar nada lá dentro. A gente coloca isso lá e a população decide. Ela vai resolver se vai ser corrupta ou se ela vai buscar um outro lado. O Tribunal não quer se envolver com isso, **ele prefere se manter à margem disso aí. Não é problema dele essa questão. Por que não é?]**”.*

[...]

*[..] papel da justiça eleitoral [...] a **justiça eleitoral não é quem elege, quem elege são as pessoas, que a justiça eleitoral coloca os***

*instrumentos, [deveria] falar sobre a estrutura política, sobre partido político... porque isso é um emaranhado tão grande, essa legislação partidária, a legislação eleitoral, a legislação constitucional, tudo isso está imbricado, né? é um emaranhado tão grande! Que ninguém entende nada! **Eu sinto que é nossa obrigação falar para o cidadão, porque nós entendemos]***

[...]

[“A democracia é fraca, [é errado] todos terem o mesmo poder no voto, de serem obrigados a votar – principalmente em razão da escolaridade, analfabetismo, pela quantidade de pessoas com as quais a gente tem de lidar aqui no cartório,

a quantidade de gente analfabeta, ignorante, enfim, de todo tipo... ”]

Então, você acha que o voto deveria ser censitário, é isso?

[“Eu acho pesado isso, mas eu acho fraco, tipo assim, um nível de pessoas tão diferentes com o mesmo valor de voto. Eu acho um absurdo. Eu me escuto, assim , falando isso, ai acho uma coisa tão antiga [...] mas tu vê realmente na prática, as pessoas que tu atende, aqui a gente não tem isso, mas tenho mesários que não têm o primeiro grau, e estão lá fazendo as eleições, pessoas que moram em casa que não têm nem piso, que mora direto, pessoas que não têm...e daí tu comparar com pessoas que têm doutorado, que têm formação, eu acho

incomparável, não sei como resolver isso. É fraco”].

Então, você discorda sobre o fato de a democracia ser um direito de todos? É necessário relativizar este “todo”?

*[“Eu não sei te dizer, só sei que eu acho muito fraco este voto obrigatório e igual, sabe, porque **as pessoas não são iguais**, não adianta, não são iguais, não sei te dizer o que é, mas é muito fraco, tanto o ... obrigatório quanto a igualdade”].*

E pelo que tu estás falando, como servidora, tu acreditas no processo eleitoral?

*[“Sim, acredito, **acredito na justiça eleitoral, no processo; mas a democracia é fraca**”].*

[...]

*[...] mas a democracia só se dá se há uma **participação popular, ou seja, dos cidadãos**, que na verdade são os destinatários do nosso serviço e são também, em última instância, quem nos contrata].*

CAPÍTULO 5 – “**ENTRE-OS-HOMENS**” – PARA UMA POSSIBILIDADE ANALÍTICA DA DIMENSÃO POLÍTICA DAS PRÁTICAS: DA INTERPRETAÇÃO ÀS NECESSIDADES DO COMPREENDER

A escrita fenomenológica exige, também, a descrição do próprio processo hermenêutico em busca de sentidos – e aqui buscamos sentido ao compreender – compreender os **elementos por trás das urnas** –, o objeto analisado são as práticas inerentes à organização da eleição municipal de 2016. O presente capítulo, desta forma, é resultado da aglutinação de três capítulos, inicialmente intitulados como capítulo 5, “*Práticas como objeto de análise: Indo às coisas mesmas*”; capítulo 6, “*Das práticas às coisas mesmas, das coisas mesmas às práticas: Identificando lacunas ao compreender*” e, capítulo 7, “*Proposta epistemológica: entre-os-homens, para uma possibilidade analítica da dimensão política das práticas*”.

Esta separação, no entanto, foi repensada a partir do próprio sentido intrínseco ao processo de compreender. O título desta tese sugere que a compreensão dos elementos por trás das urnas à luz da teoria política de Hannah Arendt é um exercício comum à análise das práticas em um contexto de crise de representatividade. Deste modo, uma vez que a análise da crise de representatividade [limitada pela noção de prática em Schatzki, mesmo que consideremos os fundamentos da governança da organização desta] emerge para o escopo da análise tão somente após os novos sentidos da/de interpretação, alcançados com a hermenêutica do compreender em Arendt. Logo, segmentar este processo refrataria a compreensão do próprio argumento de tese que defendemos.

Ao que segue, com este [agora um somente] capítulo **argumentamos que, em atenção à defesa desta tese [e aos resultados desta], para que possamos compreender os elementos que estão por trás das urnas, precisamos nos voltar para a análise da dimensão política das práticas, pois os “elementos por trás das urnas sugerem que as práticas são fenômenos que decorrem do imbricamento político da ação, ou seja, do estar entre-os-homens, para (e com) a liberdade e a pluralidade humanas em um espaço de compartilhamento, de vida ativa” – eis as possibilidades**

da dimensão política da prática. Ainda, destacamos, núcleos temáticos para possíveis análises do vivido, que decorrem desta proposição de noção de práticas: 1) pluralidade; 2) liberdade; 3) ação política; 4) poder.

5.1 ESCRUTINANDO AS COISAS MESMAS DAS ELEIÇÕES DE 2016, SOB O ENFOQUE DA ONTOLOGIA CONTEXTUAL DE SCHATZKI

“Que elementos constituem o por trás das urnas de um processo eleitoral?” A pergunta desta pesquisa auxilia-nos a organizar esta primeira seção de análise e a prometer, ainda neste princípio, o que poderemos responder desta questão, ao escrevê-la. Assim, no presente segmento de tese, cumprimos a primeira promessa do percurso desta tese: análise dos elementos por trás das urnas, a partir da noção de prática de Schatzki, a prática enquanto fenômeno social – coexistência humana, organizada em malhas práticas-arranjos. É importante, desta forma, observarmos que, nas linhas que seguem, ao procedermos à análise da descrição do que acompanhamos em campo, apresentada no capítulo anterior, tão somente com as possibilidades da teoria da prática em Schatzki; os elementos por trás das urnas, então flexionados para análise, são aqueles que estão intrínsecos ao *fazer/saber, fazer/dizer* – ao que, de certo modo, está incorporado no propósito de organizar a eleição. Deste modo, conforme será apresentado, o significado, sentido, interpretação, as emoções, argumentamos, também parecem limitados e orientados em uma “institucionalização” dos elementos fundamentais, quais sejam, **entendimentos, regras e teleoafetividade.**

No entanto, a ideia de socialidade, de Schatzki, implicação da coexistência humana na composição e reorientação do fenômeno de interesse, não necessariamente em termos de causas e consequências, mas com nexos de interação, ou seja, no arranjo destes elementos, auxilia-nos a identificar os elementos por trás das urnas, no sentido de compreender o fenômeno. Este movimento, assim, pode ser apreendido como mais um passo para o nosso compreender (1º passo, o campo; 2º passo, a descrição; 3º passo, o alinhamento teórico-empírico com Schatzki, dentro das possibilidades e limites da ontologia contextual).

Desta forma, como ponto de partida, explicamos que as subseções que seguem, aludem às sugestões de Schatzki para as análises em pesquisas na área de estudos organizacionais, tendo como referência o fenômeno de interesse. O nosso fenômeno de interesse são as eleições, desta maneira, os elementos que estão por trás das urnas, no escopo da coexistência humana, exigem continuadas idas e vindas a estas coisas mesmas, com vistas a compreender tal fenômeno, especialmente a partir da realidade, do vivido, do experienciado.

5.1.1 Das primeiras legislações eleitorais à diplomação dos eleitos e avaliação das eleições municipais de 2016: os episódios que compõem o fenômeno eleições.

Em primeiro lugar, ao seguirmos as orientações da ontologia contextual de Schatzki, não podemos nos afastar, no que tange aos elementos da realidade deste fenômeno, em observar a transição democrática brasileira e a paulatina inserção do Código Eleitoral, com o estabelecimento da justiça eleitoral brasileira, e a emergência de uma função organizativa para os Tribunais. Neste sentido, conforme podemos depreender do primeiro quadro, da descrição dos achados em campo (1822- 1932), delimitado tão somente pela atualização da legislação eleitoral, no primeiro período de democratização, temos:

Quadro 18 – Realce episódios legislação eleitoral até 1932

ANO	ATUALIZAÇÃO LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASIL
1822	Primeira Lei Eleitoral brasileira
1824	Outorgada 1ª Constituição Política brasileira
1824	Lei Eleitoral de 1824
1828	Lei de 1º de Outubro de 1828
1842	Lei de 4 de Maio de 1842
1846	Lei de 19 de Agosto de 1846
1855	Lei dos Círculos
1875	Lei Eleitoral de 20 de outubro de 1875
1875	Lei do Terço
1881	Nova Lei Eleitoral no Império brasileiro, de 9 de janeiro de 1881: a Lei Saraiva ou Lei do Censo
1890	Primeira Lei Eleitoral da República brasileira, de 08 de novembro de 1890, qualificação eleitoral.

1890	Regulamento Alvim, de 03 de junho de 1890.
1904	Lei Rosa e Silva, Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904.
1932	1º Código Eleitoral Brasileiro

Fonte: elaborado pela própria autora

Logo, dentro do escopo de observar o que realmente as pessoas fazem na justiça eleitoral, como um todo, no que tange às práticas inerentes a organizar uma eleição, a legislação eleitoral e suas atualizações, devem ser, dessa maneira, imprescindíveis episódios elencados na “delimitação” sugerida por Schatzki, uma vez que orientam a consecução da missão institucional, o que, no escopo do TRE-RS, é garantir a legitimidade do processo eleitoral do estado gaúcho. Demarcamos, assim, a legislação ao processo eleitoral.

O regulamento Alvim, de 1890, por exemplo, significou um amplo avanço no processo eleitoral após a proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889. Logo, estes dispositivos legais, são base também do sistema republicano brasileiro. Logo, cada atualização, como a do regulamento Alvim que trouxe a qualificação do eleitor, temos desdobramentos na historicidade da legislação eleitoral e, portanto, na forma como se organizam as eleições, mesmo em 2016.

Mais do que, isso, a fundação da justiça eleitoral, ocorreu com o primeiro Código Eleitoral Brasileiro, em 1932, o qual, como citamos, engendrou aumento da competitividade eleitoral, oportunizou que oposições acessem o poder, reconfiguração partidária, voto secreto, voto feminino, representação proporcional, bem como a criação da justiça eleitoral. Ora, estas questões todas, são questões também das eleições de 2016. O voto, em 2016, ainda é secreto, o voto feminino, por sua vez, é o primeiro passo para que possamos, em 2016, debater acerca da igualdade da representatividade de gênero nas eleições; ao passo que a criação da justiça eleitoral brasileira, é o ponto de partida para a criação do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral. São estas as instituições que, prioritariamente, organizam as eleições brasileiras.

Há que se destacar aqui, outro episódio, importante para a composição do fenômeno: em 1937, a revogação do Código Eleitoral, no chamado Estado Novo, novamente extinguiu “os partidos políticos, a justiça eleitoral e as eleições livres”. Anos depois, a partir de 1945, a partir de outra Lei, a Lei Agamenon, a justiça eleitoral estava de volta, com a tarefa [proeminente] de conscientizar as

pessoas sobre a importância de votar. A esta tarefa, somam-se outras administrativas e decisões judiciais em primeira instância, além de organizar as eleições, fazer a apuração dos sufrágios e proclamar os eleitos.

De modo adicional, aglutinando as leis citadas ao longo do capítulo de descrição, destacamos as atualizações que somaram-se às supracitadas, desdobrando-se em novas leis e atualizações do código eleitoral brasileiro, tais como: Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a qual estabelece normas para as eleições (BRASIL, 1997); a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, a qual institui o Código Eleitoral Brasileiro (BRASIL, 1965); a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a qual dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal (BRASIL, 1995); a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências (BRASIL, 1990); Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, a qual altera o código eleitoral “para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina”.

Ainda, cada uma das ações que se desdobraram no Programa ELEI – 2016, são alavancadas e orientadas pelas instruções, as quais complementam o calendário eleitoral, as instruções da Norma Original¹⁷⁶ 23.541/2015 (BRASIL,

¹⁷⁶ Instrução 52.466, Norma Original 23.451/2015, “dispõe sobre os modelos de lacres para urnas, etiquetas de segurança e envelopes com lacres de segurança e seu uso nas eleições de 2016” (BRASIL, 2015c); instrução 53.935, , “dispõe sobre pesquisas eleitorais para o pleito de 2016”; instrução 53.595, Norma Original 23.451/2015, “dispõe sobre a escolha e o registro dos candidatos nas eleições de 2016”; instrução 53.680, Norma Original 23.451/2015, “dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições de 2016”; instrução 53.765, Norma Original 23.451/2015, “dispõe sobre a cerimônia de assinatura digital e fiscalização do sistema eletrônico de votação, do registro digital do voto, da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela e dos procedimentos de segurança dos dados dos sistemas eleitorais para o pleito de 2016”; instrução 56.193, Norma Original 23.451/2015, “dispõe sobre os limites de gastos para os cargos de vereador e de prefeito nas eleições municipais de 2016”; instrução 57.055, Norma Original 23.451/2015, “estabelece o calendário da transparência para as eleições de 2016, dispendo sobre a publicidade dos atos relacionados à fiscalização do sistema de votação eletrônica e à auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela”; instrução 56.011, Norma Original 23.451/2015, “dispõe sobre a instalação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos prisionais e em unidades de internação de adolescentes nas eleições de 2016 e dá outras providências”; instrução 54.020, Norma Original 23.451/2015, “dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 para as eleições de 2016”; instrução 56.278, Norma Original 23.451/2015, “dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições de 2016” (BRASIL, 2015c).

2015c). Do calendário, então, das atividades para as eleições municipais de 2016, na medida em que delimitamos com Schatzki os eventos e episódios do antes, durante e depois, em resumo, temos: em abril, as atividades relacionadas às mesas receptoras dos presos provisórios; em maio, o fechamento do cadastro e a convocação dos mesários; em junho, o simulado das urnas eletrônicas; transporte das urnas e o término do processamento do cadastro eleitoral. Já em julho, organização de auxílio-alimentação, cadernos de folhas de votação, capacitação dos sistemas eleitorais e para treinamento dos mesários; indicação dos nomes para as juntas eleitorais dos cartórios, realização de cerimônia de nomeação dos mesários; em agosto todas as zonas eleitorais participaram de um simulado nacional dos sistemas eleitorais, início dos plantões aos sábados, domingos e feriados (no dia 15) por parte da justiça eleitoral. Também em agosto, no dia 15, o último dia para registro das candidaturas, conforme acompanhamos. Em setembro, de 1º a 15, treinamento para os auxiliares das eleições, instalação dos sistemas nas urnas, até o transporte de urnas para as zonas eleitorais de Porto Alegre.

Em outubro, ocorreram as eleições, e neste durante, e logo no dia 1º, o sorteio da votação paralela, e no dia 02, o **primeiro turno das eleições municipais**, e as atividades todas de secretarias e zonas, para o recolhimento dos votos e divulgação dos resultados. Tivemos, então, o **segundo turno** para prefeito e vice-prefeito, novo sorteio para votação paralela, e no dia 30, de outubro, ocorreu o segundo turno das eleições. Logo no dia seguinte, após a publicização dos resultados do sufrágio, o TRE-RS, informou a quantidade de eleitores votantes.

Após as eleições, o TRE-RS procedeu à **verificação das contas da campanha**, organizou a avaliação das eleições, com a participação de servidores de todas as zonas eleitorais do estado, e a disponibilização dos diplomas dos eleitos, os quais são gerados pelo Sistema ELIGIS, da justiça eleitoral. Em complementariedade a este conjunto de atividades, também ocorrem as sessões de julgamento da corte eleitoral, dos processos eleitorais (conforme descrito no quadro de eventos das eleições municipais os quais acompanhamos). Além disso, a justiça eleitoral gaúcha, por meio do Programa ELEI-2016, priorizou oito projetos, com vistas a alavancar o cumprimento dos principais objetivos das eleições: campanha fechamento do cadastro; campanha

mesários voluntários; SMS eleições; encontro preparatório juízes eleitorais evento preparatório para juízes eleitorais; disque-eleições; portal de eleições: horário extraordinário; treinamentos eleitorais. Isso, após a definição do orçamento destas eleições municipais.

Junto aos treinamentos e aos debates que foram ofertados na plataforma EAD institucional, também pode ser inserido, na delimitação dos episódios deste fenômeno, conforme recomendado por Schatzki, os Ciclos de Debate do TRE, para participação feminina na política, Prestação de Contas, Registro de Candidaturas, entre outros. Nesta linha o curso EAD de Reforma Eleitoral, também recupera as manifestações de junho de 2013, no escopo da discussão sobre as modificações na legislação eleitoral, para as eleições municipais de 2016. Com isso, podemos ilustrar a necessidade de analisarmos as interações deste conjunto imenso de episódios e atividades com os servidores, com as secretarias, com as zonas eleitorais, com as outras instituições envolvidas, com os cidadãos, com o contexto social e político, pois embora sob a tutela de uma densa legislação, estas atividades, na prática situada em 2016, reverberam (reciprocamente) as condições nas quais elas ocorrem.

É importante, desta forma, atentarmos para a singularidade de quem as realiza, e para as reflexões que daí emergem ou, de outro modo, para o que está, de fato somente corporificado no escopo do conhecimento do fazer, do dizer. Tal possibilidade emerge, por exemplo, da interação deste conjunto de leis, com o contexto social do qual elas resultaram, das diferenças decisórias dos cartórios eleitorais (há diferentes maneiras de se cumprir uma legislação), das intenções das diferentes práticas. Enfim, a isso poderíamos nomear, com Schatzki e sua influência da fenomenologia, do *ser-no-mundo* destes episódios e atividades, considerando a ampla gama de imbricamentos e relações, dos magistrados aos terceiros; do Tribunal Superior Eleitoral à seção eleitoral de um colégio. Estamos, falando, desta forma, da coexistência humana na socialidade, ou seja, face a este grande emaranhado de episódios, que ocorrem, muitos deles, simultaneamente, de que forma isso realmente aconteceu? Da maneira que se relata que aconteceu ou de uma outra maneira? Estas questões é que nos auxiliam a desvelar os elementos por trás das urnas, em busca de compreendê-los. Frente a esta malha de arranjos de ações, malha de práticas, outras atividades e instituições merecem atenção analítica, especialmente sob o

escopo das interações. Ampliemos, assim, um pouco mais esta malha, contabilizando aí, as interações entre, intra e com. Ao que segue.

5.1.2 Da malha prática arranjo e do fazer parte de outras malhas: do TSE às zonas eleitorais; da democratização às jornadas de 2013; do voto feminino à desigualdade de gênero na representação.

No que tange ao cotidiano organizacional onde estas atividades ocorreram, devemos destacar demais interações que complementam os episódios do fenômeno. São imbricamentos com outras malhas práticas-arranjo do qual estas atividades também fazem parte. Desta forma, precisamos, em instância primeira, ampliar o Tribunal Regional Eleitoral e suas ações, para o Tribunal Superior Eleitoral, órgão ao qual é submetido. Conforme explicitamos no capítulo anterior, os Tribunais tem como atribuição fazer cumprir as decisões e determinações do Tribunal Superior, logo, as práticas realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral para as eleições municipais de 2016, estão arranjadas com a malha das práticas do Tribunal Superior Eleitoral, tanto é que, conforme elencamos na seção anterior (rodapé 178), as instruções para as eleições municipais são orientadas a partir do Tribunal Superior.

Para além disso, junto a estas malhas, podemos destacar a malha de práticas do Ministério Público Estadual, no que concerne ao conjunto de atividades fiscalizadoras, como descrito por E36 (representante deste órgão), no que tange à apreciação dos processos desde o registro de candidaturas até a diplomação dos eleitos, passando pelas contas eleitorais. Esta apreciação, algumas vezes, também ocorre na sessão do Plenário, junto à corte Eleitoral (desembargadores), o que, em que pese as possibilidades de análise de arranjos em Schatzki, se desdobraria, se avaliarmos uma sessão em que dialogam ,para apreciação de um determinado processo eleitoral, o Ministério Público e a Justiça Eleitoral, pode ser compreendido como malhas de práticas que se arranjam no escopo do fenômeno.

Adicionalmente, quando E26 e E30 sinalizam para a necessidade da presença da Brigada Militar na zona eleitoral específica, dada a violência da região eleitoral, há, novamente, o imbricamento de novas malhas práticas arranjo, agora a da Brigada Militar, com a decisão do juiz eleitoral deste determinado cartório, a partir da identificação da violência latente próximo ao

colégio eleitoral, pelo servidor da Zona (E26). Há, aqui, o identificado arranjo de diferentes malhas para o que foi realizado neste escopo analítico do fenômeno: convidar a Brigada Militar para garantir que os eleitores pudessem chegar às urnas, em uma região disputada pelo tráfico.

Quando anunciamos que as zonas eleitorais organizam-se em sua singularidade, considerando diferentes resultados da interação de servidores, chefes de cartório e juiz eleitoral que interagem reciprocamente com a legislação, podemos, ainda, elencar ao arranjo, a malha das práticas que se arranjam na interação com a região de votação e suas particularidades. Tal necessidade, por exemplo, não foi verificada nas regiões de outras zonas eleitorais, sitiadas em bairros menos violentos da capital gaúcha. Com isso, argumentamos, com base em Schatzki, que as zonas realizam atividades diferentes, mesmo pertencentes a uma mesma imensa malha prática-arranjo, para a consecução dos objetivos comuns ao fenômeno. São, assim, os desdobramentos da interação desta malha com os contextos sociais em que ocorrem.

Além disso, podemos considerar o imbricamento do arranjo de práticas com a historicidade das lutas e questões sociais que atravessaram o estabelecimento da República brasileira e do sistema representativo, com eleições diretas. Conforme descrito, a transição política brasileira foi longa e graças a ela é que hoje podemos, homens e mulheres, pobres e ricos, escolher, por meio do voto direto, um representante político. Outorgamos, desta forma, nossos direitos a um representante. Ampliando o escopo do quadro 11, observamos que, as diferentes legislações eleitorais, as quais foram se estabelecendo ao longo da nossa história, estavam relacionadas a um conjunto de acontecimentos da realidade social da qual elas são produto. No quadro abaixo, podemos, assim, destacamos os eventos históricos que se arranjam com estas práticas que decorrem da legislação eleitoral brasileira:

Quadro 19 – Atualização da legislação eleitoral arranjada com os acontecimentos socio-históricos

PERÍODO	ACONTECIMENTOS E ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL
1822	Primeira Lei Eleitoral brasileira
1822	Independência Brasil, em 07 de setembro de 1822, por D. Pedro.
1824	Outorgada 1ª Constituição Política brasileira

1824	Lei Eleitoral de 1824
1828	Lei de 1º de Outubro de 1828
1831	Emergência dos Primeiros Partidos Políticos
1842	Lei de 4 de Maio de 1842
1846	Lei de 19 de Agosto de 1846
1855	Lei dos Círculos
1860	Movimento favorável à eleição direta
1870	Os Partidos em 1870
1873	Projeto de Lei Minorias
Até 1875	Debate político anterior à Lei Eleitoral de 1875
1875	Lei Eleitoral de 20 de outubro de 1875
1875	Lei do Terço
1881	Nova Lei Eleitoral no Império brasileiro, de 9 de janeiro de 1881: a Lei Saraiva ou Lei do Censo
1889	15 de Novembro de 1889, Proclamação da República, no Brasil
1890	Primeira Lei Eleitoral da República brasileira, de 08 de novembro de 1890, qualificação eleitoral.
1890	Regulamento Alvim, de 03 de junho de 1890.
1889 - 1930	República Velha
1904	Lei Rosa e Silva, Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904.
1930	Revolução de 30
1932	1º Código Eleitoral Brasileiro

Fonte: elaborado pela própria autora

Desta forma, é importante que identifiquemos neste percurso, e também após a redemocratização, que desemboca no novo Código Eleitoral de 1945 (BRASIL, 1945), na Lei Agamenon, a qual restaurou a justiça eleitoral após o fim do Estado Novo, o Código Eleitoral de 1965 (BRASIL, 1965), enfim, as leis que regulamentam a organização de um pleito, uma malha prática-arranjo ampliada na experiência humana partilhada ao longo dos acontecimentos históricos, com suas lutas, com suas manifestações, insurreições, que engendram a nossa experiência coletiva, cidadã, democrática. E isso também deve ser observado na Reforma Eleitoral de 2015.

No curso EAD da Reforma Eleitoral, identificamos, logo no início do texto, na página 05, conforme mencionamos, cinco referências à palavra democracia. Em tese, as reflexões iniciais do curso davam conta de que a Reforma Eleitoral de 2015 respondeu a um chamado popular, replicamos: “pelos movimentos

sociais, pelos partidos políticos e pela Presidência da República para atender a pauta anticorrupção, intimamente ligada ao poder público, afetando, assim, o tema da própria democracia e da sua legitimidade” (p. 05). Esta questão pode ilustrar, por sua vez, malhas de práticas que estão arrançadas, pelo menos, entre os cidadãos que manifestam insatisfação, o legislador que atualiza a lei, o conteudista que produz material informativo sobre as eleições municipais de 2016, inserindo este debate relacionando-o à Reforma Eleitoral), os servidores que operam estas atualizações em atividades no pleito de 2016.

Assim, logo na introdução do curso, o conteudista argumenta que as eleições de 2016 serão fundamentais para “alimentar a democracia brasileira” e que, o trabalho do servidor, neste sentido, é imprescindível para a realização do pleito, pois sem ele não teríamos democracia. Ao fim da introdução do curso, ainda, o TRE chama a atenção dos servidores para a importância do trabalho de cada zona eleitoral, na “fatia de construção do bolo da democracia”. No entanto, o debate em torno da malha de prática arrançada neste social que está imbricado na atualização de algumas atividades eleitorais são suprimidas do curso que segue. A devida inserção deste escopo na malha de prática social mais ampla, foi alcançada somente na apresentação, o curso, prioritariamente, voltou-se a instrumentalizar o servidor para as alterações na lei, descoladas da malha prática da qual pertencem. Ao servidor, desta forma, foi apresentado uma reflexão parcelar do conjunto de ações das práticas intrínsecas às revisões de gastos na campanha, descoladas daquilo que poderia ser parte da **inteligibilidade** desta prática (aquilo que dá sentido ao que as pessoas fazem) (SCHAZTKI, 2001). Ao longo do curso, mais duas referências à palavra democracia, são da redação de artigos da legislação eleitoral.

No que tange, complementarmente, aos debates realizados na instância organizacional para o pleito das eleições, o que foi identificado no quadro 6 de eventos, como Ciclo de Debates, podemos, igualmente, localizá-los na imensa malha prática arranjo do Brasil de 2016. Tanto quanto o curso EAD da Reforma estabeleceu conexões com a malha prática das manifestações de 2013, dados os escândalos de corrupção, as prisões da lava-jato, entre outros, o debate em torno da igualdade de gênero na política, também pode ser arranjado na malha dos acontecimentos das manifestações de 2013. Como colocado, o debate de gênero também povoou as reivindicações sociais daquele ano. Neste sentido,

são colocadas as ações institucionais de comunicação, com a publicização de propagandas reflexivas quanto à participação da mulher na representação política, tais como a veiculada na televisão com as profissões que podem ser de homens e de mulheres, bem como com o slogan “está na hora de derrubarmos mais este rótulo: mais mulheres na política”.

No que concerne ao ciclo de debates acerca da participação da mulher na política, mais especificamente, podemos atrelá-lo à malha prática do tardio direito feminino de votar, conquistado em 1932, com o Código Eleitoral Brasileiro. Mais do que isso, em tal debate, E22, E23, E24, promovem reflexões relacionadas à Reforma Eleitoral de 2016, e os desdobramentos na participação feminina na representação política, com o estabelecimento de um teto para o financiamento das campanhas das mulheres. De modo, geral, a questão da Reforma Eleitoral de 2015, em termos genéricos, é tratada como um atendimento aos anseios cidadãos, reverberados nas ruas de 2013. No debate, na medida em que experienciamos o tema sob a perspectiva da psicanálise, do direito e da representação feminina, percebemos, com Schatzki, a ampliação desta malha, na medida em que são pautadas reflexões no sentido de que a ausência da mulher lacuna o próprio debate legislativo. Isso, porque, a participação desigual de mulheres e homens na representação política, engendram, por um lado a possibilidade de um debate mais amplo, na medida em que são possibilitados debates com contrapontos, percepções, vivências e necessidades que, por outro lado, acabam não colocadas em pauta, pelo número inexpressivo de mulheres.

Com o esvaziamento da refutação, o debate é deslegitimado pela ampla aceitação entre “iguais”. Nesta medida, esta malha prática pode ser arranjada a/com um debate maior, estrutural das lacunas que se interpõem à conquista do espaço social e político pela mulher, a partir de uma estrutura social determinante e desigual. E22 defende que para que mais mulheres sejam eleitas, o primeiro passo é que mulheres votem em mulheres. Podemos relacionar, neste ponto, a percepção da terceira, enquanto prestadora de serviços na junta eleitoral, E32, quando esta torce para que mais mulheres sejam eleitas, embora tenha optado por votar em homens.

Os dois dias de sufrágio, primeiro e segundo turno, de modo ampliado, são passíveis de arranjos e rearranjos com a malha dos cidadãos, os quais realizam as práticas fundamentais para a consecução do processo eleitoral, ao

ir até as zonas eleitorais, confirmar a sua escolha por representantes políticos na urna eletrônica. Neste emaranhado, também destacamos os imbricamentos decisórios do servidor de zona eleitoral, que, junto ao juiz eleitoral, no escopo da análise social situada, decide por mobilizar, por exemplo, a brigada militar para garantir que o cidadão possa expressar sua escolha pelo candidato que lhe represente. Podemos identificar aqui, a malha prática-arranjo da comunicação institucional, tanto para mobilizar o eleitor ao cadastramento (regularização de seu cadastro junto à justiça eleitoral ou primeiro título, se for o caso), quanto para mobilizá-lo a ir às urnas, por meio da veiculação social da importância do voto: verificado na campanha “**Eleições 2016, seu, voto sua voz**”, orquestrada pelo TSE. A questão da comunicação, da interação destas práticas com o eleitor, também ocorre no dia das eleições não somente por parte dos servidores e terceiros, por meio do disque-eleições (com informações sobre o lugar de votação), mas também por meio dos próprios mesários, uma vez mobilizados a participarem como voluntários das eleições, treinados, acabam por reengendrar novas práticas arranjos, na medida em que também operacionalizam o processo de recolhimento do voto, com instruções ao eleitor e recolhimento da assinatura, verificação do documento, dentre outros.

Depois das eleições, a prestação de contas da campanha, uma vez publicizada no ambiente organizacional, devido as suas atualizações relacionadas à minirreforma eleitoral, com vínculo às manifestações de 2013, à corrupção nos investimentos de empresas nas campanhas eleitorais, pode, também ser arranjada em uma malha de práticas mais ampliada. A questão da diplomação dos eleitos, por sua vez, constitui o fechamento do pleito municipal de 2016, fazendo parte, desta forma, desta ampliada malha de arranjos de práticas, desde a redemocratização, uma vez que legitima a eleição dos candidatos mais votados, conforme as orientações do Código Eleitoral (BRASIL, 1965) e atualizações pertinentes.

No escopo institucional, ainda, em malha de arranjos cadenciada às fases anteriores da campanha, temos a avaliação do pleito eleitoral, sob enfoque institucional e social – ampliando a malha de práticas e as reverberações em diferentes instâncias. No entanto, neste exercício, mesmo que a preparação para o encontro de avaliação tenha sido organizado sob diferentes pautas, a prioridade do debate foi orquestrada em torno das horas extras (projeto do

programa ELEI-2016), o que pode, sob outra ótica, reduzir a malha de arranjo na perspectiva operacional do processo de avaliação, o qual ocorreu com ampliado número de servidores, no auditório do Fórum de Porto Alegre, em dezembro de 2016. Estabelecida a malha principal, e as inúmeras malhas de práticas da qual ela faz parte, podemos, em atenção às reflexões de Schatzki, voltar nossa atenção à estas malhas e a cadeia de ações entre agentes humanos e não-humanos. A coexistência humana, na seção seguinte, será cadenciada à agência das urnas eletrônicas (não-humano), a qual integra esta grande malha de práticas, no sentido de organizar e direcionar a socialidade.

5.1.3 Cadeias de ação entre agentes humanos e não-humanos que circulam desta grande malha específica: a interação da legislação eleitoral e da urna eletrônica com a coexistência humana

A questão da interação do humano com o não-humano não engendram foco de análise desta tese. Não daríamos conta de aprofundar tais relações, com o esforço teórico-empírico necessário. Desta forma, nos limitaremos a identificar os arranjos materiais, como colocado por Schatzki, do conjunto de ações relacionadas à organização das eleições, em cenários em que pessoas, coisas, objetos, artefatos coexistem – e nesta/desta coexistência ganham significados outros. A urna eletrônica, por exemplo, isolada do contexto do processo eleitoral brasileiro, é um aparelho eletrônico tão somente.

No entanto, na perspectiva relacional com a agência humana e não-humana, neste arranjo, no contexto das eleições municipais de 2016, por exemplo, a urna é o “baluarte da democracia”. E a agência da urna, a partir disso, integra outras malhas arranjos práticos, na medida em que Secretaria da Tecnologia da Informação, os 10 cartórios eleitorais de Porto Alegre – transporte, dar carga, substituir, treinar –, TSE, arranjam suas práticas em meio a estes **arranjos materialmente heterogêneos**, em que a ação humana e a não-humana integram-se reciprocamente. Em um dia de eleição, por exemplo, caso uma urna, de uma seção eleitoral qualquer, seja danificada, deverá ser imediatamente substituída para que a votação continue. Um servidor, ou o mesário, irá substituí-la, nos termos do que foi orientado no treinamento dos mesários, a partir da regulamentação da legislação eleitoral. Caso a urna

substituta não funcione também, haverá um atraso no recolhimento da vontade política dos cidadãos daquele cenário materialmente arranjado, do qual participam servidores, a escola da seção eleitoral, por exemplo, a própria urna, o direito ao voto, a mesa escrutinadora, dentre outros.

Como citado, a legislação eleitoral ao considerarmos estes arranjos materialmente heterogêneos, podemos considerar a agência da própria legislação eleitoral, ao pautar as ações da justiça eleitoral para organizar as eleições. Se, neste sentido, hipoteticamente pudéssemos suprimir as atualizações a minirreforma eleitoral destes arranjos materiais, as malhas práticas arranjo integradas a este emaranhado de possibilidades seriam, de certa maneira, reorganizadas também. O próprio texto que ora escrevo, teria outros caminhos e possibilidades, se a minirreforma, por exemplo, não pautasse a diminuição da campanha eleitoral de 90 para 45 dias. Esta diminuição pautou novas possibilidades, mas também trouxe limites ao arranjo de práticas da organização do pleito, como por exemplo, ao magistrado o qual sinalizou que a reflexão necessária para avaliar alguns processos foi desarticulada pela excessiva demanda apreciativa até o dia da diplomação. Exaurido diante da demanda diferenciada após a diminuição dos prazos, o magistrado avalia que, em sua opinião, a regra (calendário reduzido) tem uma agência limitante importante na performance da sua reflexão (reorganizou a sua prática).

A partir disso, podemos avançar neste sentido, buscando compreender de que forma, considerando arranjos de práticas, os participantes acabam por incorporar os elementos desta prática e, de alguma maneira, também passam a ser governados por ela [o volume de processos, decorrente da diminuição dos prazos eleitorais, fragmentou o tempo de reflexão intrínseco à metodologia de trabalho apreciativo do magistrado]. Dentro deste escopo, podemos, com Schatzki, interpretar um pouco mais da descrição do conjunto de ações descritas no capítulo anterior, a partir dos entendimentos, das regras e da teleoafetividade (já explicitados na fundamentação teórica). Vejamos mais possibilidades para a governança da prática.

Quais são as possibilidades de análise entre aquilo que está colocado como uma fase (o que foi feito) e o que realmente foi realizado para o atingimento de uma meta ou o cumprimento de uma fase, determinação legal? O que este fazer implicou, mobilizou tanto no que tange ao conhecimento técnico quanto

nas emoções de quem participa de? Quais as reflexões possíveis e quais as reflexões realizadas?

5.1.4 Orbitando em torno da governança da prática: essência parcialmente desvelada

Inicialmente, é importante salientarmos, a ontologia contextual da prática – no que tange às possibilidades que engendram para compreender o dia-a-dia organizacional, da cotidianidade, da realidade das práticas, da coexistência humana, da socialidade, com os imbricamentos e os nexos que se sobrepõem a um conjunto de atividades – é, como vimos, uma base epistemológica analítica, por meio da qual conseguimos interpretar e visualizar uma complexa rede de imbricamentos na malha central da eleição municipal de 2016 (conjunto de atividades descritas), integradas à, fazendo parte de outras malhas práticas-arranjo, conforme apresentamos no início deste capítulo. Além disso, pudemos analisar a agência não-humana – a agência da urna eletrônica, da legislação eleitoral – como arranjos materiais vinculados ao conjunto de atividades, as práticas das eleições municipais – que desdobram-se em elementos por trás das urnas.

Desta maneira, todos estes emaranhados relacionais imbricados são elementos por trás das urnas, os quais, comumente, conforme vimos, aparecem nos relatórios eleitorais como rotinas procedimentais, realizadas pela justiça eleitoral, na eleição x, com o objetivo y. O projeto de Schatzki, então, ao elevar para o escopo de análise o que as pessoas realmente fazem na organização, possibilita-nos integrar este conjunto de atividades à maneira como elas são experienciadas na realidade organizacional. Por exemplo, quando lemos que o município de Porto Alegre está dividido em 10 zonas eleitorais, que correspondem a 10 cartórios eleitorais, com suas atividades gerais para cada eleição (convocação e treinamento mesários, junta eleitoral, carga às urnas, dentre outros), somadas à designação específica, não podemos imediatamente depreender que, cada um dos 10 cartórios de Porto Alegre, tem a sua maneira de organizar a eleição.

No entanto, imergindo na interpretação, a partir do conjunto de servidores de cada cartório – e das relações destes entre si, com a demanda, com a

organização, com outros cartórios, com os cidadãos, com outras instituições – da própria agência não-humana da legislação, que regulamenta cada uma destas tarefas em arranjo prático com a interpretação dos servidores, podemos inferir novos sentidos a estes arranjos. Na medida em que, no bojo do cumprimento das tarefas, na prática situada, cada cartório adota sua gestão “caseira” para o trabalho na junta eleitoral, e que tais escolhas mobilizam ou são mobilizadas por emoções, historicidade, afetos que decorrem da própria prática – podemos interpretar novos sentidos para o fluxo da atividade humana, por exemplo. Logo, o que cada cartório eleitoral, no âmbito da jurisdição eleitoral que lhe compete, por exemplo, considerando o conjunto de seus servidores [somente uma das zonas eleitorais deixou com que acompanhássemos todos os processos cartorários nas eleições de 2016, por exemplo] fazem, sabem, dizem, experienciam, são passíveis de interpretação junto aos arranjos de práticas de Schatzki. Falemos de entendimentos, regras e teleoafetividade.

Em termos adicionais, ao alicerçarmos um novo esforço analítico na estrutura da “governança” da prática em Schatzki, podemos, por exemplo, a partir das ações do cartório eleitoral que acompanhamos no primeiro turno, dizer que este conjunto de ações [mobilizar mesários, treinar mesários, convocar mesários, organizar vale-alimentação para mesários] pertencem à prática daquele cartório, incluindo também a designação específica, a qual, neste caso específico, trata da prestação de contas da campanha. Quando dizemos que tal conjunto de ações pertence àquela prática do cartório x, com Schatzki, também diríamos que este conjunto de ações comunica, exterioriza, expõe, manifesta, exprime os mesmos entendimentos [ou seja, o que fazem].

Tal anúncio de **entendimento** comum por meio da prática, pode ser observada, no contexto de tal cartório, quando o juiz eleitoral designado deste cartório, convocou reunião com a Brigada Militar na antevéspera da eleição, pedindo apoio na zona eleitoral para viabilizar a segurança dos eleitores no dia da eleição. Isso porque, uma vez que o servidor desta zona, três dias antes, no locus da prática de organizar a junta eleitoral na comunidade, observou certa instabilidade entre as facções que controlam o tráfico de drogas na região [**elemento por trás das urnas**]. Este conjunto de ações de uma prática prenunciam o entendimento do cartório de que necessita assegurar que os eleitores não deixem de ir votar por medo da violência [**elemento por trás das**

urnas]. Outros cartórios, por exemplo, não tiveram o mesmo entendimento, porque a realidade social diferencia as ações de cada cartório – mobilizando outros diferentes recursos no bojo da malha prática-arranjo com a comunidade eleitoral.

Com isso, podemos depreender que o servidor – por meio do *saber/fazer* em interação com a realidade específica daquela semana em que houve disputa pelo tráfico no local – identificou, assim, por meio de sua competência e habilidade, o que estava acontecendo, identificou o agir da malha da qual faz parte, a ação dos outros e pôde comunicar o juiz eleitoral, para, então, mobilizar novas ações do juiz e da Brigada Militar, neste sentido [**elemento por trás das urnas**]. Por meio, então, do **entendimento** do saber fazer, temos o arranjo entre diferentes malhas de práticas: o servidor, ao fazê-lo, demonstra que, face à execução de sua ação – qual seja, montar a junta eleitoral – ao deparar-se com situações que apresentam-se na interação do saber com o fazer de forma situada, acaba por dar identidade à prática deste cartório, diferenciando-o dos outros nove, na medida em que, pelo contexto da ação, considerando o espaço temporal onde a prática ocorreu (as disputas pelos territórios de tráfico não engendram violência continuada, há tiroteio e briga, mas não o tempo inteiro), o cenário, **organizou** a prática por meio de uma nova ação, não planejada antes de. Da mesma maneira, a governança desta prática, na malha arranjada, poderá violar, obedecer ou ignorar as mesmas **regras**, as quais orientam este arranjo de práticas. Conforme percebemos com o relato do servidor E26, acerca de sua vivência do fenômeno, as ações e atividades da zona eleitoral são todas pautadas pela legislação eleitoral e pelas atualizações pertinentes. Neste sentido, as orientações legais prescrevem, são os critérios decisórios que alavancam as práticas.

De modo mais ampliado, independentemente do vínculo que um indivíduo qualquer tenha com a organização do processo eleitoral, **as leis delimitam um campo de ação** – o que pode ser interpretado no escopo da mesma malha da zona eleitoral supracitada. Vejamos como: se a legislação eleitoral orienta que o TRE-RS tenha expediente extra, em um domingo, por exemplo, próximo do pleito eleitoral, o juiz eleitoral, o segurança, a auxiliar de serviços gerais, a contratada pelo cartório para trabalhar no pleito, os servidores, todos estes e o conjunto de suas ações, iniciam com a norma do TSE e devem

ser cumpridas. Deste modo, a lei eleitoral, no cenário dos arranjos materiais desta prática, tem força normativa e, a partir dela, podemos estabelecer, inclusive certo e errado neste arranjo.

Para analisar o que pode ser compreendido como certo ou errado dentro de um arranjo de práticas, a partir das **regras**, recuperamos situação vivenciada pelos servidores com relação ao horário extraordinário (E38 a E46). A questão do pagamento do horário extraordinário [necessário em razão dos expedientes complementares alavancados pelas demandas do calendário eleitoral – malha arranjo] colocou o certo ou errado no escopo do debate acerca das decisões de gestão da justiça eleitoral neste sentido, na medida em que percebemos os conflitos e as insatisfações dos servidores, especialmente por conta da desarticulação da contrapartida remuneratória, dado o orçamento reduzido disponibilizado para as eleições municipais de 2016. De modo geral, como vimos, a maneira como a justiça eleitoral organizou a escassez de verbas, bem como o banco de horas 1 e 2, descontentou os servidores, levando-os a questionar a própria legitimidade da justiça [**elemento por trás das urnas**]. A regra, como explicitado pelos servidores, não foi cumprida.

De outro modo, caso, por alguma razão, o servidor responsável erre ao designar um servidor de cartório para o cumprimento de horário extraordinário (como também foi levantado nas reuniões de avaliação das eleições), um conjunto de ações se desdobrarão dessa ruptura com o que “deveria ser” o curso correto destas atividades. Analisando outros conjuntos de ações, sob a lente da regra, se o presidente de uma mesa receptora da mesma maneira, mesmo previamente treinado antes, conforme acompanhamos no primeiro turno eleitoral, equivocar-se com a entrega do material da seção, esta ação tem desdobramentos e alcances bastante ampliados. No caso que acompanhamos, em lugar de ir à junta eleitoral do cartório concernente à zona da seção em que trabalhou, esqueceu-se de e foi ao prédio da justiça eleitoral, em um bairro distante. Este desvio engendrou em atraso na entrega do material da urna e, conseqüentemente, da entrega da mídia com os votos [**elemento por trás das urnas**], o que viola a **força normativa da regra**, e um conjunto de outras ações ocorrerão a partir disso, como mobilizar um outro motorista da justiça eleitoral para buscar as informações daquela urna, como o atraso no repasse dos

resultados da zona para o TSE, como o possível atraso do resultado da eleição, dada a dinamicidade da malha arranjo da qual esta prática faz parte.

Ainda, podemos considerar, nesta mesma cadência analítica, dentro do que une as pessoas na organização da prática, a **estrutura teleoafetiva**. Neste sentido, a experiência – vivenciada e compartilhada sob a égide da entrevista fenomenológica – pode ser facilmente colocada no estica e puxa, amassa e passa, no lá e cá da interpretação. Se nós temos um todo, ainda que normatizado, ainda que regulamentado pela **força normativa da regra**, ou seja, da regulamentação das eleições 2016 (BRASIL, XYZ^a), ainda que os servidores conheçam o que se deve fazer, ou seja, ainda que a agência do saber fazer opere, na medida em que os praticantes apresentam, tenham habilidade para identificar como fazer, demonstrando **entendimento**, inclusive, para as ações dos outros, respondendo a estas [como o servidor que observou a instabilidade da segurança na comunidade para o dia da eleição], ainda assim, podemos interpretar, com Schatzki, as possibilidades do que é aceitável na relação da ação, de quem a pratica, e do que pode ser relativizável (e aceitável) dos meios para a consecução dos fins.

Suplementarmente, quando consideramos a singularidade de um servidor em um possível exercício de mobilização de um recurso pessoal para a consecução de um determinado fim, engendrando a prática, há aí a mobilização de afetos, emoções, intrínsecos à organização da prática como um todo, embora a maneira como ele observa a estrutura seja singularizada pela forma como a experiência [esta ideia de todo e a forma como a pessoa experiência é o ponto central da ontologia contextual da prática em Schatzki]. E esta forma de experienciar é orientada também pela sua história, pelo conjunto de experiências anteriores. E, nesta senda, podemos analisar o segmento de relato [destacado no entre texto], o qual, interpretamos, prenuncia o esvaziamento do sentido do trabalho para a servidora, face ao organizar a eleição em meio a um processo de Impeachment [2014], o qual, também, coloca entre parênteses a própria legitimidade da sua prática de trabalho. Enfim, replicamos para posterior análise:

Eu comecei a ler, ler, ler, sobre tudo isso. Chegou num momento em que decidi por não mais querer saber sobre o que está acontecendo. Decidi me alienar. Este terceiro turno que não acaba...estão passando por cima das regras para “eleger” uma pessoa que não foi eleita. Não tem

legitimidade e nosso trabalho cai por terra. 54 milhões de votos foram rasgados. O trabalho de 2014 caiu por terra Ez¹⁷⁷.

O que ela chama a cena é a possibilidade de escolher não mais informar-se sobre o processo de Impeachment, porque a escolha pela alienação [e daí interpretamos a mobilização dos seus afetos], naquele momento, poderia garantir a continuidade do seu trabalho nas eleições de 2016 sem, necessariamente, vincular-se reflexivamente, a todo o momento, à relativização das regras em curso [que, antes de, quanto no limite da coexistência humana de SUA prática para o processo eleitoral de 2014, os fins foram legitimamente alcançados]. No entanto, em nova instância, em um arranjo mais ampliado e complexo, era imoralmente flexionada, contestada, para derrubar a candidata legitimamente eleita. Inerentemente vinculado a este processo, temos o questionamento do trabalho de um ano destes servidores.

A entrevista foi realizada em maio de 2016, durante o governo interino de Michel Temer, o vice. Tal exercício de governo interino também está de acordo com as regras (leis), pois quem ocupa o lugar do presidente que está em processo de impedimento é o vice. Ao considerar que o trabalho de 2014 caiu por terra, a servidora, então, pergunta: *“Não parece que utilizam das regras para burlar as próprias regras e a legitimidade dos processos? E como faço com o meu trabalho que é pautado pelas mesmas regras. E, na medida em que são cumpridas, mesmo que corretamente, podem ser questionadas?”*.

A inteligibilidade da prática desta servidora, assim, o sentido que ela atribuiu ao trabalho, está integrado a uma malha prática arranjo complexa, a qual tem legitimidade para sutilmente agir em um fluxo que desarticula os valores e a historicidade que ela depreende do arranjo do qual ela faz parte. Isso pode ser corroborado com a afirmação desta servidora sobre a transparência do processo eleitoral em si, na confiabilidade dos resultados. No entanto, do ponto analítico da estrutura teleoafetiva, a maneira como o resultado das eleições [produto das práticas da malha central da qual ela faz parte] desdobra-se em possibilidades mais ampliadas no cenário dos arranjos, implica na inteligibilidade da prática desta servidora na eleição de 2016.

¹⁷⁷ Servidora não identificada a pedido. Áudios material coletado em campo estão armazenados com os demais documentos de coleta de dados desta pesquisa.

Uma vez que a prática é um fenômeno coletivo, ela continua integrando malhas práticas-arranjo, orientando-se pelas regras, no entanto, a relativização do resultado anterior leva a servidora, no atual momento, como resposta, a desvincular-se do conteúdo das questões, pois a forma como ela lida com o mundo, com as coisas ao redor, podem leva-la a incorporar em sua prática o que não pode é aceitável por ela. Mesmo que haja, aqui, uma escolha consciente para não incorporação deste elemento sutilmente presente na estrutura desta prática, essa escolha não é individual; é uma, sim, uma resposta, decorrência do arranjo de práticas do qual faz parte.

Em outros termos, pensando no conjunto de ações realizadas na ambiência da zona eleitoral, mesmo que os servidores da zona eleitoral tenham uma percepção comum do que poderíamos chamar de “todo” da prática, a legitimação da sua prática, do que pode ser válido para o atingimento de um fim, passa por quem ele é. Neste sentido, vimos que, durante as longas filas de cadastramento da justiça eleitoral, por exemplo, os cidadãos responderam, algumas vezes com certo desrespeito aos servidores, inclusive sugerindo que “além da extensão e demora das filas”, ainda promovem a eleição de representantes que roubam o povo.

Nesta senda, independentemente da percepção equivocada do cidadão, o servidor que recebeu tal crítica, ouviu calado, e depois manifestou seu descontentamento e tristeza longe da presença do cidadão, pois, como ele mesmo falou: “eu estava ali para organizar a fila e agendar o atendimento, para promover a celeridade no atendimento; por isso não falei nada. Se eu fosse mais novo, em outra época da minha vida, talvez falasse. Fico triste”. Nesta medida, podemos interpretar que os servidores deslocados para revisar os documentos e organizar as filas sabiam – todos – sobre a estrutura das ações intrínsecas à prática do fechamento de cadastro.

No entanto, esta experiência mobiliza circunstâncias particulares em cada um, mesmo que sob a tutela legal. Isso fica explicitado quando, ao mesmo cidadão, outro servidor, um pouco mais jovem respondeu: “o meu voto tem a mesma força que o seu voto, senhor” – ou seja, este segundo servidor integrado à malha prática arranjo, foi mobilizado de forma diferente para a mesma experiência, a forma como ele afetou-se pelo conteúdo da fala do cidadão na fila, de alguma maneira, expressa seu descontentamento dentro do limite do que

pode ser relativizável no escopo desta prática. Logo, com isso, podemos depreender que a estrutura teleoafetiva desta prática, o fim, os meios mobilizados para, as emoções (e demais relativizações possíveis) acaba incorporada de maneira diferente por cada indivíduo então engajado na organização da prática. Também podemos depreender da reação do segundo servidor elencado que, somente no bojo da prática, no exercício da prática, ele foi influenciado para responder daquela maneira, ou seja, a emoção, então mobilizada, pertence à prática socialmente estabelecida, na coexistência humana.

A partir disso, a questão da inteligibilidade da prática pode ser chamada à cena analítica. Se a inteligibilidade da prática, em Schatzki, pode ser relacionada ao que faz sentido para as pessoas fazerem, ou seja, ao que governa, dirige, gerencia as ações dentro de um fluxo possível – apontando para **o que fazer** – a incorporação da inteligibilidade da prática, primariamente ocorrerá pelas **regras** e pela estrutura **teleoafetiva**. Isso porque, o sentido e a maneira como se deve fazer são posteriores ao entendimento do que fazer. Observemos que, no caso do servidor que afetou-se pelo discurso do cidadão na fila, antes de qualquer coisa, entendeu que deveria ir até o espaço público do prédio onde trabalha para organizar a fila de cidadãos que apresentaram-se ao cadastramento junto à justiça eleitoral.

Os sentidos atribuídos ao entendimento básico de gerenciar a fila, do que pode ou não ser dito ao cidadão, enquanto representante da justiça eleitoral, são instâncias mobilizadas depois de. Não podemos atribuir sentido a qualquer experiência sem antes vivenciá-la. Por meio do **entendimento** sobre (o quê?) organizar a fila, o servidor informava as pessoas sobre o tempo de espera, verificava os documentos, encaminhava idosos, por exemplo, para a fila especial, por meio da **inteligibilidade** da prática. Podemos interpretar, assim, que o entendimento suporta a prática, a atividade humana e, não necessariamente, está nas pessoas.

Pensem, em complementariedade de interpretação do campo vivenciado e compartilhado pelos servidores, na questão da participação feminina na representação política. Pela governança das **regras** que orientam as práticas intrínsecas à organização do processo eleitoral, descrevemos no capítulo 4, um conjunto de ações relacionadas à igualdade de gênero no cenário

das eleições de 2016. Poderíamos buscar antes de, mas, por exemplo, se começássemos pela Constituição Federal de 1988, em primeiro lugar, o princípio constitucional da igualdade de gênero (pelo artigo 5º da Constituição Federal) (BRASIL, 1988), “homens e mulheres são iguais perante a lei em deveres e obrigações” – que orientam o ponto de partida da vasta rede de arranjos práticos que são desdobrados, por exemplo, e que integram, as atualizações da lei, ou seja, das regras.

Desde a Lei das Eleições (BRASIL, 1997), temos cotas para as mulheres, ou seja, é obrigatório que 30% dos(as) candidatos(as) sejam do sexo feminino. Isso é cobrado [**elementos por trás das urnas**], então, desde o registro de candidaturas, dos partidos e coligações políticas, que, como vimos, ocorre via CANDEx (sistema) e depois são entregues os documentos físicos no cartório eleitoral responsável por tal designação, conforme acompanhamos na descrição do último dia de registro de candidaturas, em 15 de agosto de 2016. Também acompanhamos que, integrando outro arranjo de práticas à análise interpretativa, pela Reforma Eleitoral de 2015 (a qual teria atendido um “chamado das ruas” – publicizado no EAD institucional), os partidos, nas eleições de 2016, tiveram uma nova obrigação relacionada ao incentivo à participação feminina. A nova obrigação é relacionada ao fundo partidário, ou seja, “um valor maior a ser investido para”, em que 5% do fundo partidário deve ser administrado pela secretaria das mulheres dos partidos.

Em outros desdobramentos da **legislação** que orienta tais práticas vinculadas a este tema da igualdade de gênero na representação política, das “**regras**” de Schatzki, também em atendimento à Lei das Eleições de 2015, o TSE em atenção à obrigação de veicular peças publicitárias estimulando a participação feminina nos anos eleitorais (propaganda institucional, a qual foi veiculada de 1º de abril a 30 de julho de 2016) [**elementos por trás das urnas**], conforme descrevemos, lançou, dentre outras, a campanha igualdade de gênero na política, em 2016, com o slogan: “Está na hora de derrubarmos mais este rótulo: mais mulheres na política”. Debates institucionais no TRE-RS também trouxeram elementos sociológicos, legais e psicanalíticos para esta malha arranjo de práticas.

Com isso, em que pese as ações orientadas pelas **regras**, o TSE realiza inúmeras campanhas institucionais para ampliar o debate no sentido de construir

a igualdade de gênero na política. Em exercício analítico destas ações, no bojo da prática de seu trabalho com a comunicação institucional, a percepção de E37 sobre a representatividade feminina é vinculada exclusivamente ao ser mulher: “a mulher ainda não está na política porque ela não quer, porque ela é exigente e somente entrará quando achar que “vai fazer bonito””. Disso decorre que, ao reduzir o espaço social de desenvolvimento da mulher ao ser e ao querer, como se fosse somente uma questão de escolha e vontade participar da política, ou uma questão de quando for capaz de [como se os homens fossem mais capazes de], E37 também explicita que as ações de comunicação as quais realiza no curso da organização do pleito municipal de 2016, são simplesmente ditadas pela inteligibilidade desta prática e o conjunto de ações e campanhas de igualdade de gênero que a compõem (pelo entendimento).

Um pouco mais: o que podemos interpretar disso é que as **regras** [e as novas regras], neste sentido, orientam uma quantidade infindável de ações nesta malha complexa de arranjos de práticas nas eleições municipais de 2016, atinentes à questão de gênero na política. No entanto, Schatzki também nos auxilia a analisar que, ao mesmo tempo em que boa parte destas práticas passam a ser orientadas por estas regras, também temos que “contar” com aquilo que integra tais práticas, mas que – não necessariamente foi orientado pela regra – e, mesmo assim, poderá integrar a análise. Isso ocorre na medida em que emerge um desdobramento da prática orientada pela regra; pois as regras não determinam **totalmente o que as pessoas fazem**.

Os partidos políticos, por exemplo, com sua malha prática-arranjo integrada à malha central analisada neste texto, ao utilizarem CPFs de mulheres para garantir a cota de 30% para mulheres como prerrogativa do registro de candidatura da legenda ou do partido, rechaçando o compromisso ético de publicizar esta candidatura durante a campanha eleitoral, constroem um novo fenômeno, o das **candidaturas-laranja, a partir do “entendimento” passível de ser construído a partir da própria regra a qual foram submetidos [elementos por trás das urnas]**.

Como descrito na seção pertinente, embora o número destas candidaturas-laranja tenha diminuído, como observado entre as candidatas ao cargo de vereadora nas eleições municipais do Rio Grande do Sul, de 2012, 4,87% para 2,95% em 2016 (% do total de candidaturas)– pode, ainda, ser

interpretado como o entendimento que se pode dar à regra – o que orienta a prática. Nas eleições de 2016, o TSE ainda não previa a criminalização das candidaturas-laranja. No bojo deste entendimento, podemos depreender que os partidos, como praticantes, denotam, com estas escolhas, o sentido que pode ser atribuído a partir do entendimento da regra, descolado do que deveria ser observado. No entanto, tal prática não pode ser descolada da **ação real** das pessoas a partir das **regras**.

E, novamente, com a perspectiva fraudulenta dos partidos, podemos interpretar de outras maneiras, com os recursos da prática social de Schatzki. Sem expectativa de singularizar ou individualizar o processo coletivo dos partidos, podemos compreender um pouco mais da inteligibilidade desta prática, mobilizando a estrutura **teleoafetiva** novamente. Logo, para aprofundar a questão da teleoafetividade, em primeiro lugar, podemos realçar que os partidos demonstram que **entendem** (o quê?) a **regra, o que** preconiza, pois, ao apresentarem os 30% de mulheres como candidatas, independentemente dos desdobramentos ou da legitimidade destas candidaturas [ou das intenções – registrar as candidaturas masculinas da legenda ou do partido] não violam a regra; pelo contrário, a observam. No entanto, esta organização da prática em torno da observância da regra na conduta dos partidos, gera um complexo debate: há, por um lado, o atendimento da regra, pois a lei eleitoral não possui dispositivos para acompanhar o depois; mas, por outro lado, completa relativização do princípio da igualdade, a qual, nas palavras do Ministro x do TSE **é uma forma sutil de burlar a lei**, para a qual a justiça eleitoral ainda não tinha respostas: *“mas não conseguimos segmentar e finalizar a análise neste ponto”* [**elementos por trás das urnas**].

Voltando, então, à inteligibilidade da prática, verificada no exemplo supracitado, exige mais do que entendimentos e regras. Isso significa que, em alguma medida, entendimentos e regras são elementos insuficientes para explicar a inteligibilidade da consciente manipulação da cota pelos partidos políticos. Exploreemos um pouco mais a questão dos partidos, para desvendar a estrutura teleoafetiva na governança da prática. Os partidos políticos não são entidades abstratas; são formados, em sua maioria, por homens, com a sua legitimada trajetória no cenário político, iniciada centenas de anos antes do que a da mulher. Ele, em alguma medida, quer continuidade. Se a finalidade é

continuar, este é o fim que ele persegue, é o fim para o qual ele está orientado. Na medida em que desvincula-se do social e do princípio da igualdade humana para a consecução de tais ações, pensemos, em alternativa interpretativa, em sua trajetória isoladamente, antes de.

Claro está que sua veiculação a este fim poderá mobilizar uma miríade de emoções, sentimentos, a paixão das ideologias que ensejam tais decisões, a mobilização de afetos, dentre outros. Neste sentido, a percebida legitimidade do amor que sente pela representação política, pelo que ela pode proporcionar, autenticamente, dá sentido a esta prática [pois é esta a inteligibilidade da prática que ele integra, ou como ele percebe a inteligibilidade da prática]. Frente às possibilidades do castelo do eu mesmo, a inteligibilidade da prática se constroi nos afetos limitados, mas mobilizados por esta trajetória de realização, do que é importante para ele, pelas suas crenças, continuamente renovadas e reafirmadas pelo entorno, eminentemente masculino. Igualmente, dentro deste cenário, as práticas reúnem as pessoas. E aí poderíamos ampliar o arranjo para debater as mulheres que aceitam participar, ou das que tampouco sabem que são candidatas e descobrem tardiamente já com o processo em curso na justiça eleitoral. É uma longa possibilidade interpretativa com Schatzki. Poderíamos ampliá-la na integralidade dos arranjos identificados no capítulo anterior – todos integram este fenômeno e são elementos por trás das urnas. No entanto, pelos movimentos que realizamos acima, logo depreendemos alguns limites, que não nos permitem avançar em outras possibilidades analíticas. Buscamos, abaixo, identificar tais limites.

5.2 DAS PRÁTICAS ÀS COISAS MESMAS, DAS COISAS MESMAS ÀS PRÁTICAS: IDENTIFICANDO LACUNAS AO COMPREENDER

Em primeiro lugar, este estranhamento emerge da nossa experiência em campo e do que foi experienciado neste fazer pelo compreender. Logo, parece-nos que, na própria perspectiva da prática de pesquisa, o saber deve ser desarticulado do fazer, “no **entendimento** relacionado ao **saber** como se pode **fazer** as coisas” (SCHATZKI, 2002), para que consigamos dar conta de campos de pesquisa complexos, densos, sem que a nossa “pressa” conclusiva,

soçobrada na petulância de nossos saberes científicos academicamente legitimados, limite os significados do campo interpretado com a base teórica elegida pelo pesquisador, muitas vezes, antes de experienciar o próprio campo, ou seja, a realidade.

Este é um primeiro ponto que se compôs aos elementos da crise de representatividade, fortemente atravessados nas\das práticas das eleições municipais de 2016, mas que ainda careciam de mais análise. Entendemos, em exercício ainda embrionário, que os **fazer e dizeres** que se alinham às **regras** da legislação eleitoral (SCHATZKI, 2002; BRASIL, 1965), acabam, em perspectiva analítica, por enviesar, limitar, doutrinar percepções, (d)estes fazer e dizeres em um mesmo campo semântico, que nem sempre corresponde à realidade do que, de fato, está acontecendo no bojo da coexistência humana. A dimensão do social em Schatzki, assim, parece desarticulada, e afastada da descrição do real, especialmente porque, dada a institucionalização dos fazer e dizeres, o que se diz que se faz nem sempre é o que se faz – o que fica bastante latente no contexto de crise.

Logo, os elementos da crise, a qual chamaremos de crise de representatividade, foram interpretados como intrínsecos ao fenômeno após a identificação de **elementos por trás das urnas**. Esta crise, depois compreendida como crise de representatividade¹⁷⁸, argumentamos, parece percebida e acolhida pela justiça eleitoral, somente de forma parcial (a do diagnóstico). Tal questão desdobra-se apenas em ações que parcialmente atendem aos **fazer e dizeres** necessários face à, o que engendra e legitima um limitado espaço de discurso para a reflexão sobre a prática inerente à crise de representatividade, por exemplo, no espaço organizacional. Com isso, dissemelhantes elementos **por trás das urnas**, aparecem, parecem, estão na essência do fenômeno, mas esmaecem ao alcance desta análise. Caso continuássemos as articulações possíveis no item anterior, mapearíamos, com êxito e não sem importância, infinita malha de práticas e arranjos, onde a coexistência humana, então identificada, acontece, o lugar do social, em Schatzki. E não temos a intenção de nos desvincular destes primeiros esforços.

¹⁷⁸ Caro leitor, não estranhe este chamamento intempestivo à crise. Logo na seção seguinte, há mais elementos para compreendê-la.

No entanto, se voltássemos mil vezes a esta malha [***então identificada com os elementos por trás das urnas***], mesmo com o zelo interpretativo alicerçado em elementos teóricos elegidos para empreender a ação de compreender como a prática acontece – arranjos materiais, socialidade, entendimentos, regras, teleoafetividade, inteligibilidade, agência não-humana – passaríamos a orbitar em torno da identificação de mais elementos integrativos à malha, com nova atribuição de sentido, mas ainda parcelar. Isso porque, dada a complexidade daquele lugar do social, vimo-nos generalizando alguns elementos por trás da urnas, com vistas a encerrá-los dentro das possibilidades e dos limites da ontologia contextual da prática.

Além disso, ao recuperarmos nossos objetivos específicos, 1) descrever as eleições municipais de 2016 como fenômeno, com intencionalidade no detalhamento das práticas compartilhadas pelos servidores (objeto); 2) analisar elementos que constituem os processos de organizar e as práticas compartilhadas pelos servidores deste Tribunal; 3) relacionar viabilização do processo democrático e práticas de trabalho desta instituição, a partir da percepção dos servidores; 4) contribuir para o debate epistemológico das práticas em contextos complexos situados, entendemos, frente ao supracitado, que somente atingimos o primeiro e o segundo (com lacunas importantes).

Vejamos a disposição desta tese. As notas de abertura, a experimentação de duas metodologias (da etnografia à fenomenologia empírica), a busca pelo entendimento dos teóricos que influenciaram Schatzki, a extensa descrição do campo – claro está que se levássemos as ideias de Schatzki ao limite (não o fizemos) não somente estaríamos submetendo o fenômeno de 2016 ao que Schatzki pensou antes de [e desatenderíamos as prerrogativas da metodologia fenomenológica para a realidade], como também não daríamos conta de dar curso ao compreender – de buscar ***sentidos para os elementos por trás das urnas*** – a partir da interpretação, porque extenuantemente estabeleceríamos arranjos integrados. Em que pese esta inquietude, até então, como mencionado, havíamos realizado a descrição das práticas das eleições municipais de 2016, em atendimento ao primeiro objetivo, bem como a análise destas descrições, alcançando o segundo objetivo.

No entanto, quando interpretamos o sentido destas práticas todas, dessa ampla rede de processos, cenários, coexistência, podemos depreender que são

no fluxo de garantir o exercício da democracia¹⁷⁹ brasileira, em um sentido mais amplo.

Neste sentido, a malha prática-arranjo até então desvelara elementos por trás das urnas que em esforço de estabelecermos relações entre a democracia [exercício de] com estas práticas [meios de viabilizá-la], parecem desatender, confundir, o nosso exercício de compreender, uma vez que, pelo que o campo faz, sabe; faz diz, a ideia de democracia está atendida (cadastramento, organização do processo eleitoral, registro de candidatos, transparência nas urnas, eleições para todos, contagem de votos em tempo recorde, atualização da legislação eleitoral, diplomação dos eleitos – Inês é morta, a democracia está garantida?). Em meio à crise de representatividade, a obsolescência deste debate somado aos elementos por trás das urnas ainda parcialmente analisados, deixavam arestas para que aceitássemos esta perspectiva. Junto a isso, apesar de termos realizado debate epistemológico acerca da teoria das práticas em Schatzki (SCHATZKI, 1997, 2002, 2005), no capítulo modos de conhecer, não flexionamos as possibilidades deste debate com os achados no campo de pesquisa. Assim, de alguma forma, o terceiro e o quarto objetivos estavam desatendidos.

Com vistas a atender estes objetivos, em que pese nossa percepção de que estavam desatendidos elementos da **realidade que engendra os elementos por trás das urnas**, nosso primeiro passo foi revisitar a orientação metodológica desta pesquisa, a fenomenologia empírica. No que tange às orientações para análise do fenômeno, deveríamos, voltar às coisas mesmas. Optamos por fazê-lo de duas maneiras. A primeira delas foi voltar ao produto da análise, pois as coisas mesmas não já estavam colocadas de outras maneiras complementares: agora tínhamos o campo e a análise do campo sob a perspectiva da ontologia contextual de Schatzki. A segunda, por sua vez, foi voltar {às coisas mesmas} aos servidores, o que, como veremos na próxima seção desdobrou-se na análise complementar às lacunas que ora estabelecemos.

Assim, voltamo-nos para o projeto de Schatzki. Nosso ponto de partida é que a compreensão das práticas das eleições municipais de 2016 foi limitada

¹⁷⁹ Caro leitor, não estranhe este chamamento intempestivo à democracia. Logo na seção seguinte, há mais elementos para compreendê-la.

pelo escopo analítico da noção de prática enquanto fenômeno social de Schatzki (SCHATZKI, 1997, 2002, 2005). Isso porque, com as perspectivas do entendimento, das regras e da estrutura teleoafetiva da teoria das práticas, estamos na metade do percurso da análise, pois a descrição e análise desta, constatamos, restringe os imbricamentos macro, micro à alternativa diagnóstica dos imbricamentos, analisados sob a perspectiva da descrição do fenômeno no escopo do saber/fazer, saber/dizer e da inteligibilidade inerente à. E, neste sentido, a noção de práticas em Schatzki auxilia-nos a identificar o que lacuna a compreensão do fenômeno. No entanto, a possibilidade analítica desta teoria mostra-se limitada, pois, face a comparações do capítulo anterior com as dezenas de relatórios sobre o processo eleitoral de 2016 que o Tribunal Regional Eleitoral desenvolveu após o término do pleito, por exemplo, claro está que alcançamos somente uma volta analítica complementar.

Isso posto, lançamos mão da discussão a respeito dos modos de conhecer em Schatzki, com vistas a apresentar possibilidades desta trajetória que reverberam em lacunas ao nosso intento de compreender as práticas das eleições municipais de 2016. A partir do que foi “escrutinado” no capítulo anterior, interpretamos, de modo parcial, que nosso movimento de análise não estava concluído. Em atendimento ao método de pesquisa da fenomenologia empírica que orienta ao retorno às coisas mesmas, para que se possa analisar o fenômeno tal como se apresenta, voltamos, em primeiríssima instância, à noção de prática em Schatzki [e suas orientações] como indeclinável ponto de partida para avançarmos neste compreender. Em compasso ao exercício de (re) debruçamo-nos sobre a teoria, então, observamos a necessidade de estudar a trajetória de Schatzki naquilo que ele mesmo nomeou como projeto de ontologia alternativa (SCHAZTKI, 2008).

No curso de seu projeto, inerentemente vinculado à superação da dicotomia socialidade-individualidade, Schatzki ampara-se na ideia da coexistência humana para estabelecer imbricamentos entre o todo e o indivíduo. Nesta senda, o social e os arranjos são conectores importantes para procedermos a esta análise. Ao teorizar acerca da dimensão social e contextual da prática, Schatzki (2008) apresentou reflexões acerca do ordenamento social. Para ele, “ordenamento significa um arranjo de entidades em que cada um tem significado e um lugar” (p. 18), conforme recuperamos na seção teórica.

Ora, uma vez que pensamos em arranjos em Schatzki (1996, 2002, 2005, 2017), à parte de sua compreensão acerca de arranjos materiais, na medida em que ele estabelece arranjos para o social, de modo geral, podemos inferir reflexões neste sentido. A ideia de arranjo, por sua vez, pode ser analisada sob diferentes perspectivas. Conforme dicionário de verbetes, temos que arranjo diz respeito ao “ato ou efeito de arranjar, de pôr em ordem” ou, “disposição ou colocação com propósito estético através da harmonia dos elementos” (LUFT, 2006). O termo que Schatzki (2008, p. 15) usa em inglês “*arrangement*” pode ser traduzido como arranjo, igualmente. Logo voltamos a isso. Veja, Schatzki coloca que o “ordenamento social é um arranjo das vidas humanas e das coisas com as quais as pessoas lidam, nas quais pessoas e coisas possuem essas propriedades” (p. 15). Nestes arranjos, as pessoas desempenham o papel da coexistência humana. Sinalizamos, voltando ao ponto deixado em aberto, nossa preocupação com esta ideia de ordenamento e de arranjos. Especialmente, porque, em alguma medida, a ideia de ordem ou de harmonia entre as entidades poderá, de alguma forma, enviesar a questão da análise da coexistência ou, mais do que isso, prescrevê-la em direção à.

O projeto de Schatzki em desenvolver uma ontologia alternativa, visando a acolher tanto a individualidade quanto a totalidade, parece, de outra maneira, introduzir uma perspectiva diagnóstica para o social, com um aparente oxímoro, em que a coexistência humana é ordenada e arranjada. E o que não coexiste neste “arranjo” não pertence ao social? Afora dos arranjos materiais, parece-nos que Schatzki determinou o social com o rótulo do imbricamento do todo no uno e do uno no todo (totalidade e individualidade). O que nos limita, assim, são perspectivas de análise mais alargadas. Isso porque, a ideia da dimensão social da prática em Schatzki (2008) parece enraizada em uma perspectiva de social que restringe a análise da realidade. “As coisas com as quais as pessoas lidam” (SCHATZKI, 2008), argumentamos, nem sempre estão harmoniosamente arranjadas.

Seja como for, arranjo é uma palavra que causou-nos incômodo, especialmente porque com este entendimento, uma vez que partimos da malha de arranjos e práticas, elementos dados como postos não podem ser investigados criticamente, e interpretados em outros significados, pois já partimos do pressuposto integrativo deste lugar do social genérico. Não estamos

negando esta perspectiva, mas cientes de que há mais do que os ditos, feitos, as memórias (sócio-historicidade, como a trajetória da atualização da legislação eleitoral) nestas malhas de arranjos e práticas.

Recuperemos as inserções das bases epistemológicas de Schatzki (capítulo modos de conhecer).

Seguindo nesta análise, sabidamente, ao recuperarmos as intenções de Schatzki, podemos depreender que a ideia da estrutura teleoafetiva, a maneira como os servidores subjetivam a prática social, ou seja, o porquê, aquilo que acabam por fazer (aceitam), mobilizando afetos e emoções, para a consecução dos fins (o processo eleitoral) tem relação com a estrutura lógica da linguagem wittgensteiniana, a qual refletiria a estrutura lógica do social (WITTGENSTEIN, 1921). No livro “*Social Practice*” (SHATZKI, 2008), o próprio Schatzki diz que avança e interpreta os escritos de Wittgenstein, valendo-se de seu jogo de linguagem para postular uma descrição para a prática, mesmo que Wittgenstein não tenha pensado uma teoria da prática, porque o próprio Wittgenstein deixou aberta a possibilidade de livre interpretação para seus escritos (liberdade para).

Para além disso, na medida em que Schatzki revela que com Wittgenstein podemos pensar a inteligibilidade da prática, também localizando-a como o fenômeno central da sociabilidade humana, acabamos, seguindo tal orientação, por erradamente situar as práticas do processo eleitoral como o fenômeno central a ser interpretado nesta trajetória de pesquisa. O “ser-no-mundo” de tal objeto de análise possui aparente natureza difusa, não identificada na organização de entendimentos e inteligibilidade, que interliga domínios da sociedade e atividade individual de forma organizada.

Adicionalmente, com vistas a buscar auxílio nas interpretações e argumentações de Schatzki (sobre Schütz), sobretudo o que se relaciona às ressonâncias epistêmicas da Sociologia Fenomenológica e seus instrumentos teóricos e metodológicos (de Schütz), para a noção de social de Schatzki, seguiremos o argumento de Gros (2017), o qual procedeu à seguinte crítica reflexiva: “Alfred Schütz tende a ser erradamente considerado um ilustre representante do individualismo ontológico social” (p. 435). Para Gros (2017) esta proposição perfaz um grosseiro erro interpretativo dos escritos de Schütz,

pois Gros entende o intersubjetivismo ontológico social como única explicação ontológica relacionada ao trabalho de Schütz. Schatzki (1996, 2002), por outro lado, está entre os estudiosos que endossam a “eleição” de Schütz no individualismo ontológico. O que, interpretamos, pode ser um primeiro problema para a caminhada de Schatzki.

Para argumentar acerca das práticas e da sociabilidade, Schatzki (1996, p.168) examinou abordagens clássicas para a sociabilidade – natureza da coexistência. Schatzki (1996) reconhece que diferentes e diversas “ontologias sociais, explicitamente ou implicitamente, analisam a natureza do contexto de vidas humanas” (p. 174). No entanto, Schatzki (1996) destaca que somente algumas abordagens clássicas do pensamento social se propuseram a estudar pormenorizadamente, minuciosamente, “diretamente a natureza do *zusammenhänge*¹⁸⁰ e daqueles que vivem juntos” (p. 174); enquanto a maioria dos teóricos clássicos, defende Schatzki (1996), reduz o *zusammenhänge* a indivíduos e relações entre indivíduos simplesmente. Mesmo assim, parece-nos que a natureza da coexistência humana no fenômeno das eleições, não pôde ser desvelada para além de um *zusammenhänge* de indivíduos e relações entre indivíduos, criticado pelo autor. Questionamos, desta maneira, se Schatzki teria alcançado êxito em seu projeto ontológico para a análise da governança da prática tanto quanto alcançou quando lançou luzes para os imbricamentos múltiplos e complexos que fazem parte da malha social.

Com isso, interpretamos, para seguir em frente com a análise das práticas das eleições, que Schatzki (1996) utilizou o termo para referir-se àquilo que pertence ao social (ao âmbito da coexistência humana), tal como fez Wittgenstein, acabou por, com seus postulados ***acerca da governança da prática [de como ela acontece]***, acabou por reduzir as possibilidades de análise para “a interdependência de vidas humanas que formam um contexto no qual cada um procede individualmente”. Assim, entendemos que a redução explicada por Schatzki, pode ser interpretada a partir da noção de *zusammenhänge* supracitada, como uma redução do social unicamente aos indivíduos e às relações estabelecidas por eles entre si. Para Schatzki (1996) *zusammenhänge* se destaca como um elemento importante para as abordagens

¹⁸⁰ Termo alemão que diz respeito a social, socialidade, contexto.

focadas nos indivíduos, fundamentalmente porque estas últimas exploram¹⁸¹ o fenômeno da “ligação de vidas individuais”. Para Schatzki (1996), então, a abordagem que “examina a socialidade a partir da perspectiva do indivíduo” (p. 174), é a mais frequentemente seguida no campo da fenomenologia. E, ao revisitá-la, Schatzki ilustra sua leitura e interpretação de escritos schutzianos em sua proposição de práticas no seio da compreensão de sociabilidade.

Aproximando analiticamente Schütz e Schatzki, e imergindo um pouco mais nos desdobramentos desta relação, Schatzki (1996, p. 174) explica que Schütz é um autor proeminente no exame da socialidade a partir da perspectiva do indivíduo, na medida em que “interpreta a socialidade como uma questão de como o indivíduo encontra outras pessoas na experiência vivida, mediada pela compreensão”. E aqui, inferimos, não estamos mais tratando tão somente de indivíduos ou de indivíduos em relação, mas da compreensão deste emaranhado de relações que se estabelecem entre e com – considerando, para tal, o lugar do social nestes engendramentos nesta malha de imbricamentos.

Se depreende, entende Schatzki (1996), da teoria de Schütz, que o mundo social é o mundo do indivíduo:

Para Schütz, portanto, analisar a socialidade é examinar como eu me encontro, isto é, experiências-compreensões, outras (suas correntes de experiência vivida-interpretada). Segue-se que as diferentes dimensões (“regiões”) da sociabilidade são demarcadas pela referência às manifestações e possibilidades desse encontro. Em consonância com a presunção de que a presença de um você na experiência do eu qualifica a análise subsequente dessa experiência como da sociabilidade, Schütz começa sua descrição das diferentes formas de socialidade definindo o mundo social como o mundo do indivíduo [...] (o mundo do homem, animado por outros seres humanos) [...] (p. 174).

Para Schatzki (1996), Schütz procedeu a uma análise do social, postulando como questão importante a compreensão do outro. Com este propósito, Schütz, explica que Schatzki (1996, p. 174), “abandona um arcabouço husserliano, que trataria essa questão como concernente ao modo como o outro é constituído dentro da subjetividade de um eu isolado”, e, em consonância a isso, “a questão schutziana permanece voltada à vida cotidiana do indivíduo [...]

¹⁸¹ Diferentemente das abordagens que entendem o social formado também por entidades mais amplas do que a ligação individual, tais como instituições e subsistemas (SCHATZKI, 1996).

apreende as correntes de experiências de outras pessoas e significados pretendidos”, tanto as que assumimos existir quanto as que existem fora da nossa consciência (SCHATZKI, 1996, p. 174). Logo, parece-nos que, ao beber em Schutz para pensar a sua sociabilidade baseada na compreensão do outro, a sociabilidade, a coexistência humana, a malha prática-arranjo das eleições municipais de 2016, se analisadas tão somente pela lente de Schatzki, invariavelmente corroboram uma ideia de compreensão do outro, no bojo da coexistência humana. Dito de outra maneira, mesmo que relativizemos a leitura que Schatzki faz de Schutz, e consideremos também a perspectiva do intersubjetivismo ontológico social de Schütz (como critica Gros), as perspectivas deste ‘inter’ na vida cotidiana da coexistência nas práticas sociais das eleições municipais 2016, no entanto, exigem novas interpretações para os elementos então identificados por trás das urnas.

Essa ideia de socialidade, implicada pela interpretação e pela compreensão do social compartilhado e vivenciado, integra a ontologia prática social de Schatzki. No entanto, na medida em que passamos às proposições analíticas (entendimentos, regras, estruturas teleoafetivas), limitamos a ontologia contextual que o próprio autor defende. Há saber somente no fazer? E o saber inerente àquilo que não foi realizado, mas está imbricado à experiência prática social? De certa maneira, então, ao postular demarcações e delimitações antes de, o compreender e o compartilhar ficam vinculados ao limite do que já se conhece.

Logo, podemos depreender que, junto ao não dito, ao não sabido, há uma questão bastante complexa no que concerne ao modo como as vivências são desencadeadas e significadas no curso desta experiência no processo eleitoral. Pode ser, então, que a natureza do *zusammenhänge* esteja amalgamada tão somente por uma compreensão de social [da vida na contemporaneidade e da forma como encontramos o outro na experiência compartilhada] reduzida à possibilidade analítica dos indivíduos e das relações que estabelecem entre si, pois é o que se mantém da maneira como estes indivíduos vivem juntos, da sua capacidade para examinar a experiência da sociabilidade.

Estamos falando do que conseguem fazer e de como compartilham [conseguem compartilhar] este relato. Tentamos, dessa maneira, contemplar estes [**novos elementos por trás das urnas**] na análise dos dados que

encontramos em campo. A experiência autêntica do **compreender**, então colocada em curso, direcionou-nos a submeter a (s) malha (s) prática (s)-arranjo à natureza destas vivências. No entanto, uma vez que fundamentamos o exercício do compreender (objetivo) na perspectiva de Arendt, a ideia da natureza da prática, será então analisada como a fundação do *zusammenhänge*.

Se tivéssemos escolhido o verbo descrever para flexionar possibilidades frente aos elementos por trás das urnas, por exemplo, estaríamos satisfeitos com a análise já realizada; pois, embora elementos por trás das urnas, de certa maneira, fossem generalizados, o objetivo da pesquisa assim pensado, alinhado às premissas da realidade e da cotidianidade, orquestradas pela ontologia contextual, estariam atendidas a partir dos significados primeiros apresentados. Acontece que o compreender exige mais, exige que – junto à interconexão dos diferentes elementos por trás das urnas, com os fazeres e dizeres corporificados [“a eleição é sempre igual”]; com os arranjos materiais [agências da legislação eleitoral e das próprias urnas: [“as urnas são o baluarte da democracia”] – possamos nos voltar para a fundação deste emaranhado posto, com o objetivo de acompanhar o fluxo dos significados destes conjuntos de ações.

Esta malha prática das eleições municipais de 2016, argumentamos, é consequência, é desdobramento do papel fundamental do Tribunal Superior Eleitoral, “na construção e no exercício da democracia brasileira” – órgão ao qual o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul está submetido. Isso posto, a interpretação fenomenológica, a partir de agora, exige novos esforços. Logo, a interpretação da **democracia como elemento fundante destas práticas, [novo elemento por trás das urnas]**; orientou-nos para outro objetivo específico cogitado para esta análise, qual seja, a meta de estabelecer relações entre a viabilização do processo democrático e as práticas de trabalho desta instituição, a partir da percepção dos servidores [no exercício da reflexão fenomenológica]. É momento, então, de significarmos o que ocorre no entre.

5.3 PROPOSTA EPISTEMOLÓGICA: ENTRE-OS-HOMENS, PARA UMA POSSIBILIDADE ANALÍTICA DA DIMENSÃO POLÍTICA DAS PRÁTICAS

A presente seção visa ao desenvolvimento da interpretação fenomenológica no fluxo, caminho, possibilidades de/do compreender. Para

ampliarmos estas possibilidades, conforme mencionado no final da seção anterior, trabalharemos com a meta engenhada em “relacionar viabilização do processo democrático e práticas de trabalho desta instituição, a partir da percepção dos servidores”. Tal exercício, no curso da tessitura desta tese, pode ser, interpretamos, observado como o ponto nodal para interpretação dos significados do fenômeno estudado. No entanto, não seria possível flexioná-lo, sem a descrição e a primeira análise dos processos de organizar.

O ponto nodal é que a análise da descrição, sob a lente das malhas prática arranjo, dos nexos fundamentais da governança da prática – entendimentos, regras, teleoafetividade – com interpretação das relações entre a agência humana e não-humana em cenários de arranjos materiais, embora alternativa analítica consistente para a interpretação de como as práticas ocorrem, não dissuadiram as possibilidades do *compreender*, tal como foi mobilizado ao longo desta trajetória de pesquisa. A essência do fenômeno está, conforme prerrogativas da metodologia fenomenológica, interpretamos, parcialmente desvelada.

Com isso, tanto quanto o nosso compreender estava, notadamente, cerceado pelos limites da ontologia contextual frente à realidade, Hannah Arendt, e seu exercício de compreensão da realidade de seu tempo, face ao ineditismo do totalitarismo [conforme explicamos na fundamentação teórica] também esteve limitado pelo dogmatismo da ciência, como ela explicou, pois o “ineditismo” teria de ser colocado em suspensão para análise por meio de uma corrente de pensamento já estabelecida (filosófica, sociológica). Arendt, então, priorizou o senso comum, a interpretação da realidade na consecução dos objetivos do compreender.

Logo, a mobilização dos elementos teóricos de Hannah Arendt neste novo movimento analítico da tese, pode ser explicada porque, na égide de sua busca por significados, por exemplo, face ao “ineditismo das atrocidades totalitárias” (ANDRADE, 2013, p. 04), ***compreender, para Arendt, traduzia “alternativa à doutrinação, na interpretação dos eventos”*** sombrios (p. 04). Para Arendt (2008), os referenciais tradicionais esmaeciam enquanto possibilidades analíticas frente ao ineditismo do terror

Junto a isso, como explicitado, mesmo que Arendt não estivesse preocupada em justificar seus pressupostos teóricos, uma vez que estava

voltada a estruturar seu pensamento, sua compreensão, de modo a escudar a liberdade humana, ainda assim, podemos compreendê-la sob o escopo da **abordagem fenomenológica**, quando identificamos que inúmeras vezes voltou-se ao fenômeno para compreendê-lo. Neste ponto, podemos também interpretar a abordagem fenomenológica comum com a ontologia contextual da prática (SCHATZKI) e com a metodologia da fenomenologia empírica (SANDERS), qual utilizamos. São nestes termos **que entendemos possibilidades para coadunar estas bases em um mesmo movimento reflexivo.**

Na medida em que Arendt defende que cada cidadão deve responsabilizar-se por suas ações, ela chama a atenção para a participação, para o papel de cada um de nós na participação política, na história. E, nestes termos, **que utilizamos elementos de sua análise (a própria hermenêutica do compreender, a noção de política, de vida ativa, de cidadania, de democracia, ação e poder) para argumentar acerca do papel dos servidores, e demais integrantes da malha de práticas, relacionados à participação.** Deste modo, com vistas a defender a pertinência desta possibilidade de análise, é importante explicitarmos: **não procederemos à análise da realidade contemporânea com a política arendtiana pensada à época do Totalitarismo. O que faremos, assim, é refletir sobre os cidadãos de 2016,** sobre a participação, sobre a democracia, nos termos de Arendt. Até que ponto, estariam, estes cidadãos das malhas práticas arranjo, atendendo ao chamado de Arendt para que os seres humanos ocupem seu lugar no mundo? Esta reflexão foi necessária na medida em que analisamos o sentido da democracia nas malhas práticas-arranjo.

5.3.1 O limite da coexistência humana para a compreensão dos elementos já dispostos na trajetória hermenêutica

Em primeiro lugar, antes de chamarmos Arendt à cena analítica, defenderemos o êxito de Schatzki. Mesmo que ampliemos em várias direções, cenários, arranjos materiais, relações, imbricamentos da agência humana com a não-humana, **indo ao limite da coexistência humana postulada por Schatzki em seu projeto de ontologia contextual, ainda assim, observamos a necessidade de interpretar mais, talvez não mais elementos, mas mais**

destes elementos já dispostos na trajetória hermenêutica. Como podemos analisar esta multiplicidade de imbricamentos de elementos por trás das urnas de 2016, descritos e interpretados pela ontologia contextual de Schatzki? No entanto, dito de outro modo, poderíamos chegar a esta necessidade analítica se, antes de, não tivéssemos identificado estes arranjos, para que, em momento posterior, ensejássemos aprofundar a análise dos termos desta coexistência?

De certa maneira, mesmo que Schatzki tenha alcançado êxito em seu projeto de ontologia contextual – ao lançar luzes alternativas à totalidade e à individualidade, contemplando a reciprocidade e os imbricamentos da realidade da prática, das condições de vida, da coexistência humana – ofertando-nos elementos para análise da organização das práticas em torno da governança do entendimento, das regras e da estrutura teleoafetiva, na caminhada da pesquisa epistemológica, interpretamos também o limite da interpretação, a partir de novas idas às coisas mesmas. Logo, não negamos Schatzki.

Acontece que a escrita fenomenológica exige novos esforços, em que pese sua perspectiva sempre inacabada, conforme descrevemos na seção metodológica; exige suspensão do que se sabe [mesmo que alegórica]. **As coisas todas da descrição não cabiam no olhar de Schatzki [elemento por trás das urnas]** ou cabiam de maneira genérica. Havia muito de diagnóstico relacional e pouco para a busca do compreender mobilizado pela entrevista fenomenológica. Assim, ao que segue, em cumprimento às etapas da metodologia fenomenológica, explicitaremos nossa transição à análise em Arendt.

[SUSPENSÃO]

[Revisitamos as principais referências de Schatzki, conseguimos reestabelecer suas relações com Schütz (com o mundo da vida, com a fenomenologia sociológica – com Wittgenstein, com a inteligibilidade – com Heidegger, com o fenômeno e a fenomenologia. Em alguma medida, talvez Schatzki tenha muito bem utilizado estes teóricos seminais para estabelecer a relação do mundo social com o domínio da mente e das ações individuais. No entanto, esta análise colocou-nos em um carrossel orbitando em torno daquilo que já estava interpretado, no bojo do que estava arranjado. Schatzki preocupou-se em

estabelecer imbricamentos importantes, mas, aparentemente, suspendeu importantes referências teóricas que utiliza, ao enclausurar as possibilidades do que não é dito, mas também é sabido, bem como do que é saber e não está vinculado ao fazer (a própria governança das regras delimita este escopo), do que se faz e não se diz que faz, do que se publiciza como avanço mas esconde retrocesso, **do que se apresenta como processo democrático, mas esconde a crise de representatividade [elemento por trás das urnas, alavanca da transição].**

[IDENTIFICAÇÃO]

[Ao repousar sua atenção para a governança da prática, deixou lacunada a possibilidade analítica para a análise da realidade que, igualmente integra a malha-prática-arranjo, mas não pode ser descrita dentro da lógica da governança porque tal perspectiva enviesada a interpretação sob um escopo que não apresenta **possibilidade de deformação para ir até onde a essência do fenômeno**, deste **fenômeno eleições em meio à crise de representatividade**, pode ser ampliado em possibilidades de compreensão].

[NOVA SUSPENSÃO – TRANSIÇÃO]

[A ideia da democracia e da participação humana, percepções: A ideia de arranjo exclui da análise aquilo que, aparentemente, escapa do conjunto de ações. Isso pode ser explicitado com o fato de que, durante o processo de coleta de dados, **um número elevado de servidores**, que trabalham no TRE-RS, responderam aos convites para a entrevista fenomenológica, então enviados por e-mail, dizendo que **não** trabalham com as eleições, com o processo democrático. De outro modo, outros **servidores e diferentes atores da(s) malha(s) prática(s)**, mesmo aceitando participar da pesquisa, sinalizaram, logo no início, que **suas atividades não correspondiam às atividades das eleições** (e aqui incluímos a percepção de servidores vinculados às mais diferentes tarefas organizacionais). Outros **servidores e diferentes atores da(s) malha(s) prática(s)**, hesitaram em **compartilhar** a reflexão que a experiência da entrevista fenomenológica proporcionou, por **medo** de, com isso, publicizar a

sua ideologia política. Os cidadãos, enquanto integrantes da malha, por exemplo, em sua maioria, **não votaram** no prefeito eleito – há mais abstenções, **votos nulos e brancos do que votos** no candidato eleito em Porto Alegre. O **TRE-RS** limitou-se, no evento de avaliação institucional, a reconhecer uma **crise ética** em curso no país. O Ministro X do **TSE**, limitou-se a reconhecer o fenômeno das candidaturas-laranja (das mulheres), mas anunciou que a **instituição não dispõe de dispositivos**, ainda, para fiscalizá-las].

[INTERPRETAÇÃO]

[O que emerge do exposto é que – dos elementos que estão por trás das urnas, desvelados com a análise das malhas de práticas do processo eleitoral – o processo, os procedimentos, foram complexificados a ponto de se tornarem maior do que a coisa. A coisa, a democracia, o papel fundamental de todos na construção e no exercício da democracia brasileira, parece, foi submetido à supremacia dos procedimentos. Logo, **a participação humana, neste emaranhado, emerge como o novo elemento por trás das urnas a partir desta nova ida interpretativa às coisas mesmas. Eis o elementos central, agora podemos reconhecê-lo, por trás das urnas: a participação política, o entre-os-homens na dinamicidade das malhas de práticas**]. Vamos explicitar este caminho a partir do compreender em Arendt, com novas amarrações teórico-empíricas.

[COMPREENDER COM ARENDT]

[PROPOSIÇÃO DO ARGUMENTO DE TESE]

[FIM DA EXPLICITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE IR E VIR ÀS COISAS MESMAS, FENOMENOLOGIA EMPÍRICA]

[INÍCIO DO FIM]

5.3.2 Do exercício de compreender à proposição da dimensão política da prática

Em reflexões constantes no livro de ensaios intitulado *Compreender* (ARENDT, 2008), escritos entre os anos de 1930 e 1954, a autora auxilia-nos a

encetar o início do fim com perspectivas do verbo compreender, o qual, ao impelir ação ao objetivo desta pesquisa, acabou por bussolar nosso movimento pelo campo de pesquisa. O objetivo: ***compreender elementos que constituem o por trás das urnas de um processo eleitoral, tendo como objeto de análise as práticas de trabalho dos servidores de um Tribunal Regional Eleitoral, durante o período de organização das eleições municipais de outubro de 2016.*** O compreender: as perspectivas arendtianas para compreender, por sua vez, aludem à crítica ao conhecimento científico: “compreender é um processo complexo que nunca gera resultados inequívocos” (ARENDDT, 2008, p. 330).

A ideia arendtiana é a de que o compreender reascende a busca, a caçada, a demanda por um significado, que transcende o que se pode alcançar com um conjunto de esquemas, informações e análises científicas. É esta ideia de peregrinação para o significado (que queremos avizinhar ao verbo-pesquisa-guia) dos elementos que constituem o por trás das urnas do processo eleitoral de 2016, em Porto Alegre. O senso comum, na perspectiva arendtiana, está na base do conhecimento científico e não deve ser relativizado ou abandonado em nossas trajetórias de pesquisa (ANDRADE, 2013). Por essa razão, não podemos suspender a maneira como a participação humana integra as malhas práticas.

Para Arendt, não devemos “desprezar a compreensão popular de onde” partimos, pois, ao fazê-lo, estaremos imediatamente perdendo “o fio de Ariadne do senso comum, único capaz de guiar-nos com segurança por entre o labirinto dos resultados”: da compreensão preliminar à verdadeira compreensão (ARENDDT, 2008, p. 334). A tessitura desta tese, assim, buscou compreender elementos por trás das urnas, os quais, quem sabe, pudessem ser precocemente jogados à obsolescência, por não caberem em uma justaposição já experimentada de método-teoria. Entendemos este compreender, por conseguinte, em conformidade com que Arendt pensou, como uma “questão de *procurar* essa compreensão”. Logo, escrever é parte do processo de compreender (p. 32).

Do objetivo de compreender, então, emerge a tese que defendemos: “compreenderemos as práticas do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, inerentes às eleições municipais de 2016 em meio à crise de representatividade, por meio de possibilidades epistemológicas não somente para descrição, mas também para a análise da dimensão política destas

práticas”. Argumentamos, com isso, a importância de analisarmos como os seres humanos estão uns com os outros em um espaço de participação, como eles vivenciam estas práticas – o que se dá na dimensão entre-os-homens – assim, não pode ser relativizada para a atribuição de sentido ao fenômeno. Diante disso, podemos nos perguntar se (ou por que) a descrição fenomenológica, e posterior análise por meio da ontologia contextual de Schatzki (2002, 2005), não atende esta necessidade analítica?

Embora tal análise considere o imbricamento do macro e do micro, e não somente o caráter relacional, bidimensional ou unidimensional excludente, o compreender, aqui, se desdobrará em significado quando, argumentamos, a interpretação das coisas mesmas, pela orientação da análise fenomenológica, for além da análise científica alcançada com. Por quê? Ao elegermos, pela lente de Schatzki, o lugar do social, o lugar da coexistência humana, o lugar onde os servidores coexistem, em que atividades humanas são delimitadas, em que servidores dividem e compartilham as atividades relacionadas ao pleito eleitoral (prática-arranjo), com relações que se estabelecem com outras práticas-arranjo, os conjuntos de ações tanto dos servidores, juízes, desembargadores, terceiros, mesários, cidadãos, a agência das urnas eletrônicas, tudo isso, interconectado com a crise de representatividade, não alcançamos os objetivos da presente pesquisa, em que pese o compreender arendtiano.

Mais do que isso, a crise de representatividade, latente no campo, não tem espaço para ser interpretada para além do diagnóstico, porque a dimensão política, de estar com outro, entre os homens, naquele espaço de participação, nas malhas integradas umas às outras, acaba desarticulada pela atenção que a governança das práticas de Schatzki dá ao processo, e, neste ponto, a ideia da crise de representatividade fica reduzida às implicações no conjunto de ações e não ao elemento fundante, a coisa, a democracia.

Quando o pesquisador, em assumpção de “pose de especialista” (ARENDR, 2008, p. 334), despreza a imperiosa compreensão do senso comum, e, perdendo de vista o compreender como categoria epistemológica e hermenêutica (ANDRADE, 2013), deixando de ir ao senso comum, deixando de ir às coisas mesmas, romperá com o fio de Ariadne e perderá o senso comum de vista. Ora, há de considerar que estaríamos aqui apresentando mais um dos relatórios das eleições municipais, com alinhamento teórico empírico, a partir da

teoria das práticas de Schatzki, mas sem atribuir significado ao conhecimento científico, sem compreendê-lo. Atenderíamos à descrição e à análise, mas não ao nosso objetivo de pesquisa, especialmente se considerarmos as perspectivas arendtianas para a categoria do conhecer.

Mais do que isso, deixaríamos de atender à imperiosa complexidade de elementos empíricos passíveis de interpretação, mas que não “couberam” na possibilidade analítica da teoria das práticas (SCHATZKI, 2002, 2005). Os dados empíricos analisados, inéditos, que se engendram em contextos também inéditos, com alavancas e fundamentos inéditos, acabam reduzidos a uma possibilidade analítica, como atendimento do exercício prescritivo da epistemologia da prática [não mais que]. A descrição e o seu enclausuramento em uma perspectiva teórica já colocada, traduzem um exercício de pesquisar utilitarista para corroborar a teoria de Schatzki, tão somente por meio de suas categorias fundamentais, quais sejam: “entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas”. Não atende, dessa forma, à compreensão dos elementos por trás das urnas.

Em caminho de buscar compreensão, o que podemos fazer? Escrever? Sim, escrever um pouco mais. É o que sugere a própria Arendt (2008), quando relata que escrever é também procurar compreensão, conforme supracitado. Em atendimento à categoria hermenêutica do compreender, necessitamos, assim, dar continuidade à peregrinação. Quando voltamos às coisas mesmas, sem privilegiar uma informação ou outra, questionando o próprio objeto elegido para análise, as práticas, em uma nova volta de análise, colocamos-nos em exercício de interpretar e refletir elementos que estão por trás das urnas, que se engendram nas práticas, mas que o saber, melhor dizendo, a significação deste saber, exige mais do que a perspectiva de prática enquanto dizeres e saberes, tão somente.

Além disso, podemos traçar um embate entre a prescrição de Schatzki para os estudos organizacionais e a hermenêutica do compreender. Quando circunscrevemos, dessa maneira, a análise teórico-empírica orientada pela teoria da prática de Schatzki (2003, 2005), com seus verbos delimitar, identificar, determinar e traçar, não necessariamente estaremos coadunando nesta malha, os elementos que estão por trás das urnas. Neste medida, em consonância com a bússola de análise fenomenológica, o que nos propomos, neste novo

movimento, é a questionar os limites prescritos pela e para a prática enquanto fenômeno social. Mesmo concebendo a prática enquanto uma ontologia social distinta, tal como percorremos epistemologicamente no desvelamento dos modos de conhecer de Schatzki em que a coexistência humana é privilegiada, a análise das organizações, proposta por Schatzki, no que concerne às tarefas fundamentais, ainda, restringe, relativiza, ou, em exercício de uma razão prescritiva (ARENDRT, 2008), limita a própria noção de prática e sua organização, na inscrição da ontologia contextual.

Quando demarcamos, assim, a ontologia contextual dos elementos que estão por trás das urnas, que são inéditos, procederíamos a uma interpretação compreensiva (nos termos arendtianos). A miríade de linhas tênues e invisíveis que são traçadas entre os diferentes saberes que emergem deste campo empírico, são, de certa maneira, o significado dado pelo senso comum, defendido por Arendt. Logo, defendemos que ***o compreender ascenderia às categorias hermenêutica e epistemológica, quando linhas não ditas (não escritas, não mostradas na primeira ida às coisas mesmas, não inerciadas em uma perspectiva de análise teórico-limitante) fossem trazidas à luz de análises que se desdobrem em significações da experiência vivida.***

Lançamo-nos, então, às possibilidades de voltar às coisas mesmas, de posse da primeira análise, para atender às necessidades de compreender sem “negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque” da experiência vivida” (ARENDRT, 2010, p.07). Voltamos, então, ***aos servidores para apresentar a primeira análise.*** Em encontros individuais, compartilhamos a análise dos dados, elencando a questão da malha destas práticas, como o lugar do social, onde ocorreram as eleições municipais de 2016, dentro de toda a inteligibilidade possível neste emaranhado, que pudesse ser traduzido em significados, mesmo que o compreender ainda estivesse tangenciado no curso da pesquisa.

Essa volta às coisas mesmas, reencontros individuais com servidores, do ponto de vista epistemológico, orientaram-se para o compreender arendtiano, como explicitado acima. Do ponto de vista da nossa experiência enquanto cidadãs, antes de atendimento às discricionariedades da pesquisa científica, identificamos necessidade de reascender elementos que não necessariamente

estão “aparecidos” nas descrições e narrativas do fazer/saber ou do saber/fazer, e que foram, como questões inauditas, suprimidas do campo da fala, da análise, do relatório, da descrição, da reprodução da fala, e que, neste momento, lacunavam a interpretação do fenômeno.

Após a experiência de afastamento do campo situado das eleições municipais de 2016, e das práticas atinentes à organização do pleito, e novas (somadas) experiências cidadãs e de nova eleição (geral de 2018), os servidores do TRE revisitados (optamos por não identifica-los), em processo de cercir algumas das linhas não ditas, não somente corroboraram as nossas análises, como também auxiliaram-nos a cruzar algumas fronteiras de análise, como ação de peregrinar em busca de significados que engendrassem o compreender. Algumas das questões experienciadas por eles, muitas vezes silenciadas da narrativa pelas institucionalidades práticas da legislação eleitoral, também cruzaram tais fronteiras e emergiram desta nova possibilidade de estar com, para a qual foram convidados.

Foi a partir disso, destes novos encontros, que buscamos diálogo com as reflexões arendtianas, com vistas a, então, analisar estes elementos por trás das urnas, em atendimento à categoria epistemológica do compreender. O encontro com o significado, estaria, quem sabe, em exercícios de ir e voltar das coisas mesmas, questionando as explicações e entendimentos do fenômeno, que generalizam como dadas experiências inauditas, mas que percorreram o por trás das urnas, na medida em que a teoria contextual de Schatzki mostrou-se, dessa maneira, lacunar ao compreender – por um lado, pela aparência sedutora do fazer/saber, saber/fazer; por outro, pela delimitação excludente deste nexo de práticas que *arranja* em análise ontológica contextual, tão somente o que faz parte do definido.

Desta maneira, inerentemente ao significado do compreender (até então lacunado) – inerentemente a esta nova volta às coisas mesmas (apresentação análise para servidores), inerentemente à lacuna de entendimento de questões que se apresentavam para as pesquisadoras enquanto cidadãs e em decorrência do exercício de perguntar ao campo empírico, inerentemente à ação de considerar que elementos por trás das urnas decorrentes da/na experiência das práticas estavam descolados da tutela da legislação eleitoral (imperiosa na fala da experiência, na determinação do nexo de práticas) – ***defendemos, aqui,***

a tese de que compreenderemos os elementos que estão por trás das urnas, sob o escopo práticas da malha principal e integrantes, então identificadas, inerentes às eleições municipais de 2016 em meio à crise de representatividade, por meio de possibilidades epistemológicas de descrição e análise da dimensão política destas práticas.

A descrição, já realizada, tendo como objeto as práticas dos servidores no contexto das eleições municipais 2016, generalizou elementos do fenômeno ou, tão somente, elencou, diagnosticou, sem atribuir o significado desta experiência. Isso ocorre principalmente, porque o conhecimento destas práticas, então institucionalizadas, está orientado para o atendimento da arrecimação de um grupo de leis e decretos que devem ser cumpridos para a realização do processo eleitoral. Sim embargo, a análise do antes, do agora e do depois das eleições, é necessária, mas não dissipa a compreensão dos elementos por trás das urnas.

Isso porque, quando voltamos aos servidores para quem apresentamos esta análise do emaranhado de práticas para a realização das eleições municipais de 2016, ouvimos: “parece uma terra de cegos”. Eis que visualizamos algumas linhas invisíveis, não ditas, as quais estavam ali, no curso da prática, sem performar no dito, no saber que se conhece desta. Não estamos propondo, desta forma, elementos que visam a audaciar generalizações. Isso porque, ao fazê-lo, destituiríamos do compreender (quem sabe) o imprescindível exercício de ir e voltar das coisas mesmas, com a devida atenção ao impacto da realidade e ao choque da experiência vivenciada, para atribuir os significados do fazer compartilhado, com as interpretações da experiência, que se “aparecem”, “parecem” como linhas tênues e invisíveis – mesmo na amplitude de possibilidades de significado que o nexo de práticas oportuniza. O que podemos afirmar, face às possibilidades deste campo empírico, é a insuficiência de elementos teóricos para proceder à análise do vivido, para além do que deveria, do que poderia, ou do que escapa às possibilidades interpretativas de, mesmo que intrínseco à ontologia contextual de Schatzki.

Com esta ressalva, argumentamos que o exercício de compreender os elementos por trás das urnas, o que se desdobraria em interpretação de significados da experiência vivida, emergiria da possibilidade de conhecer a dimensão política destas práticas, como supracitado. Para tanto, apresentamos [e partimos de] uma noção de práticas: “As práticas são fenômenos que

decorrem do imbricamento político da ação, ou seja, do estar para (e com) a liberdade e pluralidade humanas em um espaço de compartilhamento, de vida ativa”. Ainda, destacamos núcleos temáticos para possíveis análises do vivido, que decorrem desta proposição de noção de práticas: 1) pluralidade; 2) liberdade; 3) ação política; 4) poder [está atendido, assim, o quatro objetivo específico elencado como meta, qual seja, “contribuir para o debate epistemológico das práticas em contextos complexos situados”].

Realizaremos, a partir disso, uma nova análise da descrição fenomenológica, com foco na dimensão política das práticas das eleições municipais de 2016, à luz da teoria política de Hannah Arendt, apresentada nos eixos temáticos acima elencados, com vistas ao atingimento da compreensão destas práticas, na medida em que procedemos à interpretações dos elementos por trás das urnas, até então, inauditos, chocantes, etc., como a terra de cegos, como desamparo das reflexões dos servidores, destacadas ao final da descrição fenomenológica.

5.3.3 Compreendendo os elementos por trás das urnas: a dimensão política das práticas entre os homens.

Em primeiro lugar, desnudamos a questão da democracia. Ora, no site do Tribunal Superior Eleitoral, está colocado o papel fundamental da justiça eleitoral: “exerce papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira”¹⁸². Disso depreendemos, dada a longa trajetória pela redemocratização brasileira, como pormenorizadamente descrita no início da apresentação do campo empírico, este é o nexos causal, a cola que ligaria a malha prática-arranjo, no escopo do conjunto de diferentes ações realizadas no âmbito do TSE, TREs para a consecução dos fins.

Logo, inferimos que, com o auxílio de Arendt, podemos argumentar que a questão da fundação (ARENDR, 1973) – a democracia – enquanto novo início, está desarticulada da ação destas instituições; melhor dizendo, dos conjuntos de ações, malha-prática que daí emergem. Na transição brasileira até o sistema representativo direto, desde o estabelecimento da República, como mencionado no antes das eleições – que foi longa – um conjunto de leis e de instituições,

¹⁸² <http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/apresentacao>

foram, paulatinamente emergindo, para garantir, face às atualizações sócio históricas – o estabelecimento e a continuidade da democracia no cenário brasileiro. Conforme explicitamos no quadro 8, desde 1822 até 1889, quando foi proclamada, em 15 de novembro, a República brasileira, diferentes leis eleitorais foram surgindo, muitas vezes em resposta às questões sociais que se colocavam, até o desdobramento do estabelecimento da República.

Embora Arendt não tenha pensado um corpo político para a República, ao refletir sobre o estabelecimento da República Americana, conforme explicamos na seção de fundamentação teórica, a autora pode auxiliar-nos a ampliar a análise da questão da democracia desde o estabelecimento da República no Brasil. Na medida em que questiona até que ponto as condições políticas de um governo burocrático cerceiam a construção da liberdade política, podemos pensar na destituição da liberdade política e do poder de agir, quando a própria formalização da democracia, no contexto do estabelecimento da justiça eleitoral brasileira, passa a burocratizar o processo até que o fim seja perdido em meio aos procedimentos.

Na análise da cotidianidade da organização do processo democrático brasileiro, colocando sob análise a questão da liberdade de agir entre os que integram as práticas, pensemos nos servidores, por exemplo, um ponto importante a ser destacado é a dissolução do diálogo no próprio escopo organizativo, com a diminuição de espaços de emancipação e diálogo, onde servidores (e, conseqüentemente, os cidadãos, ao longo das malhas que se integram) podem falar, ouvir, fazer, concordar, discordar. Esta questão fica evidenciada no desamparo [“vou te dizer, é uma coisa que me frustra muito] constante na reflexão da servidora (a qual foi destacada ao fim da descrição das eleições), quando identifica que o TRE, ao incorporar os procedimentos como prática central em atendimento àquilo que entende como impessoalidade no processo organizativo da representação política, exime-se do papel [responsabilidade] de promover a educação política dos cidadãos.

Ora, se o próprio TSE (ao qual o TRE é subordinado, embora este último tenha poder para autogestão) reconhece seu papel na construção da democracia brasileira, se o próprio TSE, em seu site institucional (Figura 9), apresenta-se como o Tribunal da democracia, quando a servidora ilustra seu desamparo sinalizando que, no exercício de seu papel, o Tribunal não participa

do debate democrático porque entende que, ao fazê-lo, manifestar-se-á ideologicamente, rompendo com o princípio da impessoalidade da administração pública, entre outros, por exemplo, o TRE, ao mesmo tempo, lacuna esta designação já no espaço intra organizacional. Ela coloca: *se o Tribunal fosse falar sobre democracia, falar sobre compra de votos, falar sobre corrupção, [estaria falando] ideologicamente. Ele não sente [...] que deveria prestar esse serviço para a comunidade, não sente responsabilidade por isso*".

Logo, podemos depreender que, ao priorizar a contagem de votos e a publicização em tempo recorde, com suas modernas urnas eletrônicas, a justiça eleitoral relativiza o seu papel institucional junto aos cidadãos brasileiros, de modo geral. Isso porque, após a Revolução de 1930 [conforme descrito], a qual, dentre outros, objetivava a moralização do sistema eleitoral, a justiça eleitoral foi, então, criada para legitimar o processo eleitoral, após as vilipendiosidades da política de café com leite. Dessa forma, no curso da burocratização dos processos da democracia representativa, depreendemos que a justiça eleitoral priorizou sobremaneira os processos e as regulamentações, para atendimento do que fora estabelecido na Constituição Federal de 1988, acerca da República, do sistema democrático representativo, das instituições públicas e de seus papéis. No entanto, ao fazê-lo, acabou, também, por distanciar-se de outras orientações constantes na mesma Constituição.

A igualdade, prevista constitucionalmente, não será atendida pela justiça eleitoral se os cidadãos brasileiros, de modo geral, não forem atendidos em suas diferenças. A ideia de democracia, assim, não é garantida por meio da organização e contabilização em tempo recorde do sufrágio universal. A garantia da legitimidade democrática, nesta senda, questão fundante da justiça eleitoral, acaba desarticulada de sua prática. O que a justiça eleitoral faz, hoje, é o cadastramento de eleitores, candidatos e a contagem de votos. O que se pode depreender, desta maneira, é que a legitimidade do voto, para a justiça eleitoral, significa garantir o acesso à. É uma perspectiva procedimental, tão somente. A ideia de cidadania acaba reduzida, de muitas maneiras, ao cadastramento, ao voto pelo voto, e, finalmente, representada pelo título eleitoral. No entanto, argumentamos, com Arendt, que a possibilidade de estar no espaço público, da participação, do debate, de concordar e discordar – da cidadania como direito a

ter direitos – acaba, na esteira deste fenômeno, desarticulada pela própria justiça eleitoral.

Por essa razão, defendemos a noção de prática enquanto fenômeno que decorre do imbricamento político da ação, ou seja, do estar para (e com) a liberdade e pluralidade humanas em um espaço de compartilhamento, de vida ativa”. Neste sentido, arrazoamos que a dimensão política da prática, ou seja, da participação veiculada ao estar entre-os-homens, pode ser observada no campo analisado. Em primeiro lugar, explicitaremos a noção do “político” vinculado à ação, da política vinculada à dimensão. A noção de política aqui pensada, também em termos arendtianos, pode ser percebida como o lugar privilegiado em que seres humanos únicos possam encontrar-se – mobilizando aí a capacidade para agir livremente, com responsabilização por seus atos – o objetivo disso é viver autenticamente.

Vamos um pouco mais. Quando Arendt propõe que a política emerge no intraespaço e que se estabelece como relação, entre-os-homens, a dimensão política da prática, então pensada nesta perspectiva, pode nos auxiliar a compreender os **elementos por trás das urnas**, tal como eles se apresentaram na(s) malha(s) de práticas descritas, na medida em que a partir desta dimensão inserimos no escopo analítico a realidade de 2016 – aquilo que acontecia entre-os-homens que integram a malha de práticas–arranjo, os arranjos materiais, os diferentes cenários – conforme apresentamos. Assim, logo que ampliamos esta possibilidade, percebemos que a crise do/no contexto de 2016 integra esta malha de práticas-arranjo com cadência muito maior do que o que fora concebido institucionalmente. E, mais do que isso, ao analisarmos a crise intrínseca ao estar entre os homens, observamos que a legitimidade do processo eleitoral pode ser questionada.

Por essa razão, buscamos descrever, pormenorizadamente, nas notas de abertura, alguns elementos que integram o contexto crítico de 2016, que pautam conjuntos de ações da malha prática, mas que não são observadas pela justiça eleitoral como proeminentes para reinvenção de seu arsenal procedimental, na medida em que se apresenta organizada de maneira a avaliar o que é descritível pelos números e fatos, o que decorre do procedimento objetivo. Não é possível que a justiça eleitoral faça a avaliação do entre homens, desse modo, se está distanciada dos cidadãos no curso da organização do processo eleitoral

participativo, que pertence aos cidadãos. Ao sedimentar-se neste distanciamento “seguro”, a justiça eleitoral legitima a autenticidade de sua prática com os números e fatos que atestam a celeridade de sua performance.

No escopo da avaliação do entre homens, na dimensão política, no entanto, podemos inferir a falaciosa legitimidade do processo eleitoral, então orquestrado, de muitas maneiras. A primeira delas corresponde à crise de representatividade. Com Arendt, entendemos a crise de representatividade como o afastamento, na democracia representativa, entre o direito cidadão outorgado a um representante e a ação política deste representante. Com isso, depreendemos que a própria justiça eleitoral arregimenta esta crise, ao não promover o debate entre os cidadãos, ao coadunar com a ideia de que a participação política pode ser resumida ao depósito do voto no dia da eleição.

Em primeiro lugar, em 2016, vivíamos um Impeachment Presidenciável, a eleição de 2014 ainda não tinha terminado, conforme colocou a servidora (“vivemos o terceiro turno de 2014”); depois, junto a isso, a cultura política patriarcal, renovada desde o período colonial com a concentração de poder nas mesmas mãos [os mesmos donos do poder] reproduz um sistema político legitimado pela corrupção sistêmica, a qual, como vimos, também integrará a malha de práticas da justiça eleitoral e o exercício da cidadania, mesmo que esta corrupção não seja no processo/no procedimento, na urna. Junto a isso, dois anos antes, a população foi às ruas, nas jornadas de 2013, reivindicar, protestar contra as debilidades desta república, representada e reproduzida de diferentes maneiras. Enquanto tudo isso acontece, a justiça eleitoral está “agarrada” ao cumprimento de seus procedimentos, preocupada em comprovar a transparência das urnas – a “honestidade” do processo eleitoral.

Nesta instância analítica, a questão da auditoria das urnas, por exemplo, parece pueril, dada a circunstância em que a eleição de 2016 foi organizada. O que também pode ser elevado à possibilidade analítica, para compreendermos os elementos por trás das urnas, é o fato de que o processo de Impeachment em curso, em uma democracia tão jovem quanto a brasileira, não levou a justiça eleitoral a adotar outras práticas para as eleições de 2016. O PMDB solicitou a auditoria das urnas das eleições de 2014, a resposta da justiça eleitoral, em 2016, no contexto da eleição municipal de Porto Alegre, foi tentar levar a auditoria da votação paralela para um shopping na capital. O que a justiça

eleitoral não analisa como prioridade, ainda, é que a legitimidade do processo democrático é maior do que a urna eletrônica. Dito de outra maneira, a urna eletrônica é um dispositivo que será continuamente questionado enquanto parte desta malha prática-arranjo, atravessada por questões mais urgentes para a manutenção da democracia representativa. Nesta senda, aproximar-se da população significaria, no que tange ao seu papel de guardião da democracia, ação mais eficaz e afetiva, do que abrir o sistema das urnas para hackers burlarem a sua segurança. A crise de representatividade, assim, paradoxalmente, também se engendra nas instituições que emergiram em nosso passado para viabilizar o processo democrático.

A corrupção, no olho do furacão por conta das ações da Lava-Jato, por sua vez, também elencada na vasta agenda dos cidadãos que foram as ruas em 2013, foi traduzida, no escopo procedimental da justiça, em atualizações legais que não desdobram-se em resultados efetivos, mas foram, no escopo do debate, erradamente generalizadas como ações da justiça face aos anseios populares. Dessa maneira, podemos observar a debilidade da república brasileira, conforme reflexões de Heuer (2009) e de Arendt (1973), a qual é caracterizada pela restrição do estado de direito pela corrupção, crime organizado, e violência. Poderíamos acrescentar, pelo supracitado, a passividade das instituições públicas.

Além disso, na mídia em geral, e também em alguns debates promovidos pelo TRE, a Reforma Eleitoral de 2015 foi anunciada como uma resposta aos movimentos de rua. No entanto, quando analisamos, por exemplo, a pauta da reforma para a igualdade feminina na representação política, observamos que, ao contrário do que fora veiculado, a atualização no dispositivo legal, mesmo que oriente para a destinação de 5% para as mulheres, cria, ao mesmo tempo, um teto de investimento, com o fundo partidário, para o financiamento das campanhas femininas. Ora, então, quando o curso EAD institucional sobre a Reforma Eleitoral (BRASIL, 2015), apresenta tal atualização como uma resposta aos movimentos de rua, está, também, imprimindo generalização pueril e precoce aos desdobramentos da reforma, pelo menos, no que tange à igualdade de gênero na política. Pelo exposto, conforme colocado no debate no plenário do TRE, a reforma de 2015 é ainda pior para a construção da inserção feminina na política. Nesta medida, não podemos falar em resposta aos movimentos de

rua, com os novos dispositivos eleitorais de 2015. Houve alteração relacionada à representatividade feminina, mas não é positiva, ou não podemos pensá-la como, antes de observar a dimensão do estar com, a dimensão política da prática.

Isso porque, recuperando o debate acerca de igualdade de gênero na política, mais uma vez, e os dados flexionados na discussão dentro da própria organização, ao longo da história, as mulheres conquistaram o direito ao voto, em 1932 e as atualizações da legislação eleitoral neste sentido, desde a redemocratização, engendraram um crescimento (conforme consta na descrição) de pouco mais de 10% na representatividade feminina, o que, conforme explicita a especialista, poderia ter sido alcançado sem nenhuma destas atualizações inclusivas. O Brasil ocupa lugar atrás do Afeganistão em números de mulheres na política, apesar das diferenças culturais e religiosas entre os países. Logo, o que está sendo realizado neste sentido, inferimos, não pode ser percebido como resultados que promovam a igualdade.

O debate promovido pela instituição, em um espaço físico institucional onde cabem menos do que 50 pessoas, no curso da organização do pleito de 2016, também não promove, nem amplia o debate político em torno desta questão. Alguns destes dispositivos inclusivos colocados pela justiça eleitoral, adicionalmente, acabam por engendrar desdobramentos fraudulentos em torno de uma questão importante como a igualdade (homens e mulheres são iguais perante a lei, em deveres e obrigações) prevista na constituição de 1988 (BRASIL, 1988): as candidaturas-laranja de mulheres, no bojo do cumprimento da cota dos 30%, em vigor desde a Lei das Eleições (BRASIL, 2009) – o que fragiliza ainda mais o processo eleitoral como um todo.

Quando o Ministro x do TSE reconhece o fenômeno das candidaturas falsas das mulheres, por parte dos partidos e coligações, com vistas ao cumprimento da cota dos 30%, mas explica que ainda é cedo (2016) para dizer como a justiça eleitoral tratará desta questão, expõe a relevância da análise da dimensão política da prática. Isso porque, apartada dos cidadãos, gerindo consequências e sintomas, a justiça eleitoral propõe uma miríade de dispositivos que engendram novos modos de corrupção ao processo democrático, de forma geral, corroborando a ideia de que está atuando à parte da legitimidade

democrática, em uma república débil, em que a delegação dos nossos direitos políticos aos representantes, é, cada vez, mais apolítica.

A questão da representatividade feminina pode ser analisada, em termos adicionais, no curso da compreensão dos elementos por trás das urnas, a partir dos números de que a gestão procedimental da justiça eleitoral tanto gosta. Nas eleições municipais de Porto Alegre, dos 36 vereadores eleitos, somente 4 mulheres foram eleitas. Se o eleitorado do município para as eleições municipais era formado por mais de 50% de mulheres, há um aparente hiato na construção da representação feminina, que, argumentamos, deve ser edificado na dinamicidade do entre os homens e mulheres no espaço público de participação. A colaboradora contratada para o dia da eleição, para trabalhar na junta eleitoral que acompanhamos, não votou em mulheres, mas esperava que mais mulheres fossem eleitas. Isso demonstra que, de alguma maneira, a justiça eleitoral não está promovendo o debate político necessário para esta questão. A política trata da convivência, em termos arendtianos, entre os diferentes.

Sem esta convivência, por exemplo, não conseguiremos entender a necessidade de estarmos lá para debater, discutir. Logo, também não entenderemos que não podemos terceirizar o que devemos conquistar por meio do nosso voto. Se a colaboradora torce para que mais mulheres nos representem no legislativo, em primeiro lugar, deve votar nestas mulheres. O que ocorre é que não conseguiremos, enquanto cidadãos, compreender, conforme colocado no debate promovido pelo TRE para 50 pessoas, que o legislativo, sem mulheres, por exemplo, esvazia deste debate as causas das mulheres. O que se tem entre os iguais é ratificação, pois sem a representatividade das minorias, estarão reunidos, em grupo, os semelhantes.

Para lidar com a questão da corrupção, em que as empreiteiras passam a coordenar mandato ainda antes da eleição, a partir da injeção de quantias astronômicas em dinheiro, a justiça eleitoral diminuiu o tempo de campanha e o modo de doações para campanha para pessoa física. Esta atualização desdobrou-se em uma série de novas práticas para as malhas envolvidas no processo eleitoral, como vimos. O que, de fato não sabemos, é até que ponto será efetivo para tratar de um tema tão complexo e caro à democracia, a financeirização da representatividade.

Tanto quanto o nosso direito humano à informação é cerceado pelo domínio econômico dos veículos de comunicação no Brasil, controlado por pequenos grupos empresariais, com a manipulação do conteúdo da informação; tanto quanto a representatividade ganha força com sobrenomes conhecidos no âmbito político, tanto quanto legitimamos a representação política como carreira profissional para uns poucos que podem pagar mais por; também debilitamos o nosso sistema republicano, mesmo com a garantia dos direitos fundamentais reconhecidos na constituição. O que ocorre é que a herança da corrupção, enquanto não percebida como um ponto de partida para a reforma política necessária, será continuamente desdobrada em pequenas ações que desvinculam a atenção popular do ponto nevrálgico do debate: a questão não é o processo eleitoral, mas a cultura política tradicional de clientelismo e paternalismo, que se baseia no privilégio e contradiz a igualdade perante a lei, conforme ponderou Heuer (2009).

Estas questões todas da crise de representatividade, defendemos, não são passíveis de análise sem o escopo da dimensão política das práticas. Priorizando outros elementos empíricos, no segundo turno, os resultados das eleições municipais de 2016, por exemplo, dão conta de que, do total da população eleitoral de Porto Alegre, o candidato eleito ao cargo de prefeito recebeu menos votos do que a soma de nulos, brancos e abstenções. Com isso, temos que o representante da cidade de Porto Alegre para os próximos quatro anos não poderá dizer que foi eleito pela maioria dos eleitores do município. Como um dado importante para a democracia representativa brasileira, a crise de representatividade, neste ponto, considerando a dimensão do estar entre, estar com, possibilita-nos refletir, com Arendt, com a ideia do homem indiferente.

As análises supracitadas, dirigidas à justiça eleitoral, ensejam tão somente um dos pontos cruciais para a compreensão. A justiça, sabemos, não é uma entidade abstrata. Estamos falando também, ao explicitar o conjunto de ações da justiça eleitoral, a necessidade de o cidadão participar politicamente, fiscalizar, votar.

A legitimidade democrática é uma construção de todos, para todos, e, por essa razão, o papel do Estado é acolher os diferentes e ampará-los em suas necessidades; promover o debate, diferentemente do que propõe a servidora ao final da descrição das eleições, a qual sugere que o voto de doutores e

moradores de casas de chão batido, analfabetos, deveriam ter valores diferentes. A servidora, então, reflete que a democracia brasileira é “fraca” porque delega o mesmo “poder” a duas realidades sociais diferentes. Esta percepção, a qual enseja, de modo geral, que uma democracia forte seria construída com a participação de uma casta social somente, indica que a democracia, para a servidora, seria aquela que atendesse aos seus interesses particulares.

Junto a isso, podemos elencar outros elementos do campo da malha de práticas:

- Servidores que trabalham na justiça eleitoral, respondem ao e-mail convite da pesquisa sinalizando que não trabalham com o processo eleitoral;
- Servidora que prefere, nas palavras delas, alienar-se para continuar realizando seu trabalho;
- Servidor que, mesmo trabalhando com a comunicação da justiça eleitoral, por meio da qual são veiculadas dezenas de campanhas para a igualdade na política, manifestar que a mulher ainda não integra este campo porque ainda quer, ainda não está preparada;
- Eleitores porto-alegrenses que disseram não às urnas de 2016;
- Terceirizada que quer mais mulheres na política, mas vota somente em homens;
- Representante da justiça eleitoral que explica que a democracia é construída pelo povo, na medida em que o povo participa, mas não reconhece a agência fundamental desta instituição [do estado] para a promoção de debates neste sentido;
- Cidadão que, na fila do cadastramento, culpabiliza o servidor da justiça eleitoral pela eleição de candidatos corruptos;
- Concentração da informação nas mãos de conglomerados de mídia, manipulação do conteúdo da informação em nome do interesse de poucos;
- Mulheres que, sabidamente, emprestam o seu CPF para a prática do registro de candidatura irregular;
- Estereotipização das manifestações populares como balbúrdias;

- Servidores com medo de externalizar suas reflexões sobre suas práticas no processo eleitoral, temendo, assim falar também de política partidária – em nome da neutralidade.
- Justiça eleitoral procedimental, exime-se de alavancar debate político entre os cidadãos e diferentes castas, em nome da neutralidade.

Acima elencamos, dentre tantas outras possibilidades analíticas, práticas relacionadas à democracia representativa brasileira as quais dão conta de que os cidadãos brasileiros, de uma ou de outra maneira, não têm interesse pela cena pública. Em termos arendtianos, podemos pensá-los como os indiferentes. Para Arendt, ao contrário do que pensávamos, os indiferentes também legitimam a democracia [e podem ser maioria em uma democracia representativa]. Apáticos e neutros, os indiferentes existem em qualquer lugar, em qualquer país, nunca se filiaram a um partido, raramente exercem o poder do voto. Pelo que vimos nas eleições municipais de Porto Alegre, há uma tendência em curso, de os cidadãos comparecerem cada vez menos às urnas representativas.

Considerando os múltiplos elementos que interagem reciprocamente, dada a crise de representatividade, transvestidos de agentes informadores, os conglomerados de mídia, podem atuar como força de legitimação e reprodução da política patriarcal, e, conseqüentemente, da pauta dos indiferentes. Logo, no curso da debilidade da república brasileira, estas massas legitimam a continuidade democrática, o governo repousa na tolerância e questionável aprovação “dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país”.

O solapamento da democracia brasileira, assim, começa pela falaciosa ideia da soberania popular. Quando a dimensão política da prática das eleições municipais de 2016 é pensada na dimensão do entre-os-homens, como supracitado, percebemos que, de forma geral, o indiferente, o politicamente neutro, é o agente e (os) resultados destas malhas de práticas – desde os elementos da crise até a democracia procedimental da justiça eleitoral. É neste arranjo que ele, o indiferente, encontra justificações para viver apartado da vida pública, na cultura do eu mesmo, ou vociferar que “alguém”, “eles”, “vocês” precisam fazer e mudar alguma coisa. Com isso ele garante a responsabilização

de terceiros, com isso ele pode garantir a continuidade da manutenção da sua vida isolada, do seu sustento e dos seus, na esfera do labor.

Por essa razão ampliamos a questão da dimensão política, a análise do espaço de compartilhamento, de vida ativa. Isso porque, para Arendt, a vida ativa não se restringe à esfera do labor. Tanto quanto o labor, o trabalho e a ação, correspondem às condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na terra, são, assim, atividades fundamentais. Arendt explica que a condição humana do labor, neste sentido, é a nossa própria vida. O trabalho, por sua vez, a atividade fundamental da vida ativa, compreende a atividade relacionada ao “artificialismo da existência humana”. Arendt explica, nesta linha, que o trabalho compõe o artificialismo da vida humana. Nestes termos, a condição humana do trabalho seria a própria mundanidade (ARENDR, 2014).

No entanto, a ação, explica Arendt, é a atividade humana que ocorre no entre os homens, corresponde à condição humana da pluralidade, por isso explicamos a ideia de o homem indiferente na esfera do labor. Apartado do convívio entre os comuns, o indiferente, desta forma, não está entre os homens, e, assim, a ação, única atividade em que, sem a mediação de coisa ou matéria, qual seja, corresponde à condição humana da pluralidade, por isso falamos em dimensão política da prática em um espaço de compartilhamento, de vida ativa, para a experiência política autêntica. ou seja, do estar para (e com) a liberdade e pluralidade humanas em um espaço de compartilhamento, de vida ativa”.

A liberdade, desta forma, é a pedra fundamental da ação, da própria vida humana. No entanto, o indiferente, afastado da vivência do senso comum, não experiencia este mundo em pluralidade. Não há, nos termos arendtianos, geração de poder, como potência e potencial para o diálogo às multiplicidades humanas, pois ele exime-se de revelar a sua singularidade no espaço público. A ação política, desta forma, está desarticulada.

REFLEXÕES DE FIM: ENTRE-OS-HOMENS

Como explicitado desde o prelúdio esta tese não é protocolar. Compreendemos que, ao longo da tessitura do texto, abrimos, ampliamos e fechamos [não de modo conclusivo, mas de aprofundamento] as análises. Logo, esta seção não será desnecessariamente extensa. O objetivo da presente pesquisa foi o compreender os elementos por trás das urnas das eleições municipais de 2016, em meio à crise de representatividade. Para alcançá-lo, após experiência de pesquisa no campo, então, realizamos a descrição das práticas e, posteriormente, procedemos à análise com a ontologia contextual de Schatzki. Após, com vistas ao atendimento das exigências hermenêuticas do compreender, com Arendt, realizamos nova análise das malhas práticas-arrajo, conforme identificadas e analisadas em entendimento, regras e teleoafetividade.

A partir de elementos da teoria política arendtiana, **argumentamos que, para que possamos compreender os elementos que estão por trás das urnas, precisamos nos voltar para a análise da dimensão política das práticas, pois os “elementos por trás das urnas sugerem que as práticas são fenômenos que decorrem do imbricamento político da ação, ou seja, do estar entre-os-homens, para (e com) a liberdade e a pluralidade humanas em um espaço de compartilhamento, de vida ativa” – eis as possibilidades da dimensão política da prática. Ainda, destacamos, núcleos temáticos para possíveis análises do vivido, que decorrem desta proposição de noção de práticas: 1) pluralidade; 2) liberdade; 3) ação política; 4) poder.**

Esta perspectiva ensejou novas possibilidades ao compreender com os elementos da crise de representatividade, então mobilizados para análise, os quais sugeririam que, no escopo da organização do processo eleitoral na débil república brasileira, o elemento fundante, a democracia, foi desarticulada (o processo é maior do que a coisa – a democracia). O homem indiferente, em termos arendtianos, então, emerge desta nova análise, como aquele que vive apartado da vida comum, da condição humana da pluralidade – o politicamente neutro (com diferentes mecanismos de legitimação e reprodução). Estes foram, assim, os elementos por trás das urnas, compreendidos a partir da análise da

dimensão política da malha de práticas-arranjo e dos procedimentos da justiça eleitoral brasileira.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Diccionario de filosofía**. São Paulo: Martins Fontes. 1974.

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Representation in Rousseau and Hannah Arendt. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 72, p. 175-194, 2007.

Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452007000300007&script=sci_arttext>. Acesso em 02 Jun. 2019.

ADLER, Laure *et al.* **Nos passos de Hannah Arendt**. São Paulo: Editora Record, 2007.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

AGUIAR, Pedro. Brazilian News Agencies: A Unique Model Between Media Conglomerates and the State. **Studies in Media and Communications**, v. 13, 2017. Disponível em <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/S2050-206020170000013014> Acesso em 23 Jan. 2019.

ALCADIPANI, Rafael.; TURETA, César. Teoria Ator-Rede e Análise Organizacional: Contribuições e Possibilidades de Pesquisa no Brasil. **Organizações e Sociedade**, v. 16, n. 51, 2009, p. 647-664. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v7n3/a03v7n3.pdf>>. Acesso em 25 Maio 2019.

ALMEIDA, Mauricio B.; BAX, Marcello P. Uma visão geral sobre ontologias: pesquisa sobre definições, tipos, aplicações, métodos de avaliação e de construção. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 7-20, 2003.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. Natalidade e educação: reflexões sobre o milagre do novo na obra de Hannah Arendt. **Pro-Posições**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 221-237, Ago, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v24n2/v24n2a14>. Acesso em 02 jun. 2019.

ANDRADE, Flávio Rovani de Andrade. Narrativa e compreensão nos escritos educacionais de Hannah Arendt. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/2013nahead/aop_572.pdf>. Acesso em 29 Maio 2019.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. 1928. Ed. Telê Porto Ancona Lopez. Belo, 1988.

ANTONELLO, Claudia Simone; GODOY, Arilda Schmidt. A encruzilhada da aprendizagem organizacional: uma visão multiparadigmática. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 310-332, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552010000200008&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 25 Maio 2019.

ANTONELLO, Claudia Simone; GODOY, Arilda S. **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Bookman Editora, 2009.

APÓSTOLO, João Luís Alves; GAMEIRO, Manuel Gonçalves Henriques. Referências onto-epistemológicas e metodológicas da investigação em enfermagem: uma análise crítica. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 2, n. 1, p. 29-38, 2005.

ARAUJO, Renata Rodrigues de. **Os paradigmas da ciência e suas influências na constituição do sujeito**: a intersubjetividade na construção conhecimento. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Editora Companhia das Letras, 2013b.

ARENDT, Hannah. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo – ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. (1950). **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 2006.

ARENDT, Hannah. **Reflexões sobre Little Rock**. In: ARENDT, Hannah. Responsabilidade e Julgamento. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará. 2002.

ARENDT, Hannah. **Der archimedische Punkt** [O ponto de Arquimedes]. In: ARENDT, Hannah. In der Gegenwart. Piper, 2000.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um retrato sob a banalidade do mal. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Editora Ática, 1988.

ARENDT, Hannah. **The life of the mind**. Houghton Mifflin Harcourt, 1981.

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

ARENDDT, Hannah; HEIDEGGER, Martin. **Hannah Arendt-Martin Heidegger: Correspondências, 1925/1975**. Tradução Marco Antônio Casa Nova. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2001.

BALTAR, Ronaldo. **O ponto morto**. Londrina: EDUEL, 2000, 80 p

BARBER, Michael. Fenomenologia e Verstehen. Alfred Schutz e Hannah Arendt sobre raça. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 3, 2011. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/10059>> Acesso em 26 Nov. 2018.

BARBOSA, Márcio F.. A noção de ser no mundo em Heidegger e sua aplicação na psicopatologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 18, n. 3, p. 2-13, 1998 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 Maio 2019.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Economia Contemporânea**, p. 1-6, 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>> Acesso em 21 Jan. 2019.

BATTISTI, César Augusto. O método de análise cartesiano e o seu fundamento. **Sci. stud.**, São Paulo , v. 8, n. 4, p. 571-596, Dec. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662010000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 Jun. 2019.

BEDINELLI, Talita. **Dilma não ‘pedalou’, mas autorizou decretos sem aval do Congresso**. El País Brasil [online]. 2016. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634_118457.html>. Acesso em 13 Maio 2019.

BERGSON, Henri. **Carta de Bergson a William James, de 27 de junho de 1907**. In: _____. Cartas, conferências e outros escritos. São Paulo: Nova Aguilar, 1974. p. 14 (Os Pensadores).

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGSON, Henri. **A Evolução criadora**. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERGSON, Henri. **O Pensamento e o movente**: ensaios e conferências. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

BERGSON, Henri. **Duração e simultaneidade**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

BISPO, Marcelo de Souza; MELLO, Andreza Sampaio de. A miopia da aprendizagem coletiva nas organizações: existe uma lente para ela?. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 13, n. 3, 2013. Disponível em <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/2252/1866>>. Acesso em 25 Maio 2019.

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 2005.

BONIFÁCIO, Robert; RIBEIRO, Ednaldo. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 20. Brasília, maio - agosto de 2016, pp 7-42. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n20/2178-4884-rbcpol-20-00007.pdf>>Acesso em 08 Mai. 2019.

BOTELHO, Samuel de Oliveira. Discussão Política Segundo as Concepções de Arendt e Weber: Uma Análise Sobre os Conceitos de Violência e Poder. In: **Anais [do] VII Ciclo Hannah Arendt – Corrupção: ausência de pensamento ou pensamento corrompido/Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina**; Maria Cristina Müller, Ana Carolina Turquino Turatto (organizadoras). – Londrina: UEL, 2017

BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães; FARINHA, Marciana Gonçalves. Heidegger: em busca de sentido para a existência humana. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 23, n. 1, p. 65-73, 2017. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v23n1/v23n1a08.pdf>>. Acesso em 12 de Nov. 2018.

BRASIL, IBGE. Estimativa de População dos Municípios para 2018, 2018. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=55&data=29/08/2018>>. Acesso em 16 Jan. 2018.

BRASIL, **Decreto 200 – A, de 8 de fevereiro de 1890**. Dispõe sobre a qualificação dos eleitores. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-200-a-8-fevereiro-1890-516313-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 Maio 2019.

BRASIL, **Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932**, Decreta o Código Eleitoral. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 Maio 2019.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, **Carta de 1946**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em 13 Maio 2019.

BRASIL, **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Código Eleitoral Brasileiro. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm>. Acesso em 11 set. 2016.

BRASIL, **Lei nº 13.165, De 29 de setembro de 2015**. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em 15 Maio 2019.

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. Raymundo Faoro e as Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 103, p. 69-101, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000100069&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 Jan. 2019.

CAITITÉ, Amanda Muniz Logeto. Pistas para uma reinvenção da epistemologia: ser afetado, ciência no feminino, pesquisarCOM e saberes localizados. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 1, p. 37-52, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n1/04.pdf>. Acesso em 12 Nov. 2018.

CALÁS, Marta B.; SMIRCICH, Linda. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. p.276-281.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1p. 153-193, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n1/a05v46n1.pdf>. Acesso em 19 Jan. 2019.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; GUARESCHI, Pedrinho Arcides; SILVA, André Luiz Guerra da; BANDINELLI, Lucas. Adicção Midiática. In: **16º Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO**, 2011, Recife-PE. Caderno de Resumos. Recife-PE, 2011.

CAPAVERDE, Caroline. Bastos; SILVA, André Luiz Guerra da; GUARESCHI, Pedrinho Arcides; ROMANINI, Moisés; LOPES, Maria Isabel. Mídia, política e capital simbólico: entre a dependência e a autonomia. In: VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política Memória Política, Movimentos Sociais, Educação e Esfera Pública, 2012, São Francisco De Paula - RS. **VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política- Anais**. São Francisco de Paula - RS: UERGS, 2012. v. 1. p. 1-194.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; VAZQUEZ, Ana Cláudia de Souza. Implantação de processo eletrônico no Sistema Judiciário: Um estudo sobre aprendizagem organizacional em uma Secretaria de Gestão de Pessoas. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 21, n. 2, p. 462-490, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/read/v21n2/1413-2311-read-21-02-00462.pdf>. Acesso em 08 Nov. 2018.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; ANTONELLO, Cláudia Simone. **As práticas de trabalho de um tribunal regional eleitoral em meio à crise de representatividade** In: **Anais [do] VII Ciclo Hannah Arendt – Corrupção: ausência de pensamento ou pensamento corrompido/Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina**; Maria Cristina Müller, Ana Carolina Turquino Turatto (organizadoras). – Londrina: UEL, 2017

CAPAVERDE, Caroline Bastos; OLIVEIRA, Livia Pedersen; SCHEFFER, Ângela Beatriz Busatto. Subjetividade e Enfrentamento da Morte: Construindo Gestão de Pessoas na Cotidianidade **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, V. 23, P. 188-209, 2017. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/read/article/view/63740>>. Acesso em 19 Jan. 2019.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; LESSA, Bruno de Souza; LOPES, Fernando Dias. “Escola sem Partido” para quem?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, n. AHEAD, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/2018nahead/1809-4465-ensaio-S0104-40362018002601369.pdf>>. Acesso em 19 Jan. 2019.

CARLEIAL, Liana da Frota Maria. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos avançados**, v. 29, n. 85, p. 201-214, 2015. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00201.pdf>>. Acesso em 13 Maio 2019.

CELLARD, André et al. A análise documental. **POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **A denúncia do golpe e dos ataques aos direitos sociais e à soberania nacional**. In: VILLAVERDE, Adão et al. **É golpe, sim: terceiro turno sem urnas, o ataque aos direitos sociais e o entreguismo**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

CETINA, Karin Knorr; SCHATZKI, Theodore R.; SAVIGNY, Eike Von (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. Routledge, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CLIFFORD, James. **Itinerários transculturales**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2018.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de Pesquisas em administração**, v. 1, n. 11, p. 37-45, 2000. Disponível em <http://pablo.deassis.net.br/wpcontent/uploads/fenomenologia_modernidade.pdf>. Acesso em 21 Jun 2019.

CONCEIÇÃO, Edilene Maria da, **et al.** (Orgs.). **Hannah Arendt, Pensamento, revolução e poder.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

CORRADI, Géssica; GHERARDI, Silvia; VERZELLONI, Luca. Through the practice lens: where is the bandwagon of practice-based studies heading?. **Management learning**, v. 41, n. 3, p. 265-283, 2010.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

DA VINCI, Leonardo. **Tratado de la Pintura y del Paisage – Sombra y Luz.** Buenos Aires: 1944.

DAVEL, Eduardo. **Primeiro momento:** Sobre a prática em contexto brasileiro. In: GHERARDI, Silvia; STRATI, Antônio. **Administração e aprendizagem na prática.** 1ª ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014

DEINA, Wanderley José. **O Programa Escola sem Partido e a Corrupção no Sentido da Educação: alguns apontamentos a partir da filosofia de Hannah Arendt.** In: **Anais [do] VII Ciclo Hannah Arendt – Corrupção: ausência de pensamento ou pensamento corrompido/Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina;** Maria Cristina Müller, Ana Carolina Turquino Turatto (organizadoras). – Londrina: UEL, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo.** Tradução de Luiz Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva et al . Fatores associados ao desperdício de recursos da saúde repassados pela união aos municípios auditados pela Controladoria Geral da União. **Rev. contab. finanç.,** São Paulo , v. 24, n. 63, p. 206-218, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772013000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Maio 2019.

DOWBOR, Ladislau. Inflação e pouca-vergonha. **Lua Nova,** São Paulo , v. 2, n. 2, p. 50-54, Sept. 1985 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Maio 2019.

DOWBOR, Ladislau. Os caminhos da corrupção: uma visão sistêmica. **Economia Global e Gestão,** Lisboa , v. 17, n. 3, p. 77-105, set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442012000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 maio 2019.

DUFLOTH, Simone Cristina; FREITAS, Diego Roger Ramos; ROCHA, Elisa Maria Pinto da. **Portais de Governo dos Estados brasileiros: serviços e informações a um clique.** BRASIL. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro [livro eletrônico]: TIC Governo Eletrônico, 2013.

EDMUND, Husserl. **Formale und transcendente Logik**. Halle, Niemeyer, 1929.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Social anthropology and other essays**. New York: The Free Press, 1962. (BBC Third Programme Lectures, 1950).

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 7ª. ed. Porto Alegre: Globo, 1979, 2v.

FARBER, Marvin. Edmund Husserl e os fundamentos de sua filosofia. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 18, n. 2, p. 235-245, 2012. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v18n2/v18n2a14.pdf>> Acesso em 19 Dez. 2018.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo; MATTAR, Cristine Monteiro. A Fenomenologia como Método de Investigação nas Filosofias da Existência e na Psicologia. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 30, n. 4, p. 441-447, 2014.

FERREIRA, Manuel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. 2. ed., rev. e alt. – Brasília: TSE/SDI, 2005. Disponível em http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogopublicacoes/pdf/4_evolucao_sistema_eleitoral.pdf. Acesso em 20 Maio 2019.

FIGUEIREDO, Fernando. Transição do Brasil Império à República Velha. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, ano 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. Pp. 119–145. Disponível em <<https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/viewFile/1377/1257>>. Acesso em 20 Maio 2019.

FILHO, Marino Pazzaglini, TOLEDO, Maria Fernanda Pessati de. **Eleições municipais 2016**. São Paulo: Grupo Gen-Atlas, 2016.

FILHO, Hermógenes Saviani. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Econ. soc., Campinas**, v. 22, n. 3, p. 855-860, Dec. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 Maio 2019.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione Pereira de. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & sociedade**. São Paulo, SP. Vol. 16, n. 4 (out./dez. 2013), p. 141-158, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977**. New York: Pantheon Books, 1980.

FRATESCHI, Yara Adario. Participação e liberdade política em Hannah Arendt. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, n. 10, p. 83-100, 2007. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64780>>. Acesso em 26 Maio 2019.

FRAZER, James George. **Malinowski**: Vida e Obra. In MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FREHSE, Fraya. **Ô da rua!**: o transeunte e o advento da modernidade. São Paulo: EDUSP, Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Lisboa: Livros do Brasil, 1957.

GABEIRA, Fernando. Apresentação In: NETTO, Vladimir. **Lava Jato**: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. Rio de Janeiro: Sextante: Primeira Pessoa, 2016.

GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Los Angeles: Univ. of California. 1967.

GASPAR, Ronaldo Fabiano dos Santos. **Contribuições para uma crítica ao pensamento político em Hannah Arendt. 2011. 396p. 2011**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GENRO, Tarso. **Apresentação**. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides. O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia. Editora Vozes Limitada, 2013.

GHERARDI, Silvia; STRATI, Antônio. **Administração e aprendizagem na prática**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GHERARDI, Silvia. Situated knowledge and situated action: what do practice-based studies promise?. In: Barry, D. Hansen, H. (ed.), **The SAGE Handbook of New Approaches in Management and Organization**. London: Sage; 2008. p. 516-527.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**: Outline of the theory of structuration. California: Univ of California Press, 1986.

GOLDMAN, Márcio. **Alteridade e experiência**: antropologia e teoria etnográfica. Etnográfica, Vol. X (1) 2006, pp.161-173.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Editora Vozes Limitada, 2013.

GUARNIERI, Carlo The courts. In: JONES, Erik; PASQUINO, Gianfranco. (eds.). **The Oxford handbook of Italian politics**. Oxford: Oxford University Press, pp.120-132, 2015.

HAUBRICH, Alexandre. **Nada Será como Antes**: 2013. Porto Alegre: Libretos, 2018.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo** [1927]. Trad. bras. Márcia Sá Cavalcante Schuback. 15ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Die Lehre vom Urteil im Psychologismus**: ein kritisch-positiver Beitrag zur Logik. JA Barth, 1914.

HEUER, Wolfgang. Corpo e vida: a crítica de Hannah Arendt à modernidade científica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, p. 533-549, 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v20n2/a11v20n2.pdf>>. Acesso em 12 Ago. 2017.

HEUER, Wolfgang. **Debilidades da República**. In: VAZ, Celso Antônio Coelho, WINCKLER, Silvana (Orgs.). **Uma Obra no Mundo**: Diálogos com Hannah Arendt. Chapecó: Argos, 2009.

HÜBNER, Haulf. Wittgenstein ou o fim da filosofia: no primeiro centenário de nascimento de Ludwig Wittgenstein (1889-1951). **Psicologia USP**, v. 1, n. 2, p. 195-198, 1990. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771990000200011 Acesso em 26 Nov. 2018.

HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS [1948]. Declaração Universal dos Direitos Humanos, v. 13, 2015. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em 13 Mar. 2019.

HUSSERL, Edmund. **A ideia fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1990.

HUSSERL, Edmund. Investigações lógicas, Vol II (CA Morujão, Trad.). **Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa**.(Trabalho original publicado em 1901), 2007.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JARDIM, Wagner T.; *et al.* Introdução à cinemática via cálculo de Lagrange: Discutindo os conceitos de velocidades média e instantânea. **Rev. Bras. Ensino Fís.**, São Paulo , v. 38, n. 1, 1312, 2016 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172016000100412&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 Maio 2019.

KERCHE, Fábio. Ministério público, lava jato e mãos limpas: uma abordagem institucional. **Lua Nova**, São Paulo , n. 105, p. 255-286, set. 2018a . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 11 maio 2019.

KERCHE, Fábio; JÚNIOR, João Feres. **Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018b.

KOHN, Jerome. **The World of Hannah Arendt**. In: Three Essays: The Role of Experience in Hannah Arendt's Political Thought. Hannah Arendt Center, New York: New School University, 2001a.

KOHN, Jerome. **Totalitarianism: The Inversion of Politics**. In: Three Essays: The Role of Experience in Hannah Arendt's Political Thought. Hannah Arendt Center, New York: New School University, 2001b.

KOHN, Jerome. **Evil: The Crime against Humanity**. In: Three Essays: The Role of Experience in Hannah Arendt's Political Thought. Hannah Arendt Center, New York: New School University, 2001c.

KREISEL, Georg. **Wittgenstein's Remarks on the Foundations of Mathematics**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

LAFER, Celso. Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 289-304, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000200022&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 1º de junho de 2019.

LAW, John. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems practice**, v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude; LAYTON, Monique. **Structural anthropology**. New York: Basic Books, 1963.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1958). **Antropologia estrutural**. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

LIMA, Venício A. de; GUIMARÃES, Juarez (orgs.). **Liberdade de expressão**. As várias faces de um desafio. São Paulo: Paulus, 2013.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário Luft**. São Paulo: Atica, 2006.

LUHMANN, Niklas. **Ecological communication**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

LUHMANN, Niklas . **Essays on self-reference**. New York: Columbia University Press, 1990.

LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory**. New York, Aldine de Gruyter. 1990.

LUHMANN, Niklas. **Social Systems**. Stanford: Stanford University Press.1995.

LUZ, Milca Borges; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Discurso de Ódio em Manifestações Verbais sobre Dilma Rousseff. **Anais 69ª Reunião Anual da SBPC – UFMG – Belo Horizonte/MG**. 2017. Disponível em <http://www.sbpnet.org.br/livro/69ra/resumos/resumos/2920_1d68cfb748022086966ba02448472d465.pdf>. Acesso em 13 Maio 2019.

LYOTARD, Jean-François. Introduction to the postmodern condition: A report on knowledge. **Twentieth Century Political Theory: A Reader**, p. 239-41, 1979.

MACEDO, Fernanda Maria Felício; BOAVA, Diego Luiz Teixeira. Fenomenologia social: possibilidades para a pesquisa organizacional. **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD**, v. 7, 2012.

DE MACEDO, Caio Sperandéo. Cidadania na Constituição Federal de 1988 à luz da concepção de Hannah Arendt. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Divisão Jurídica**, v. 48, n. 62, 2015. Disponível em <<http://moodle.ite.edu.br/ojs/index.php/ripe/article/view/15/70>>. Acesso em 20 Jun. 2019.

MALINOWSKI, Bronisław (1922). **Argonautas do pacífico ocidental**. Ubu Editora LTDA-ME, 1978.

MALCOLM, Norman. **Wittgenstein: a religious point of view?**. Routledge, 2002.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S. O adolescente e o uso de drogas. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 32-36, Dec. 2000 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-4446200000600009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Mai. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-4446200000600009>.

MARTINS, Joel; DICHTCHEKENIAN, Maria Fernanda S. Farinha Beirão. **Temas fundamentais de fenomenologia**. São Paulo: Moraes, 1984.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 05 de Nov. 2018.

MATTOS, Pedro Lincoln. A estruturação de dissertações e teses em administração: caracterização teórica e sugestões práticas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 3, p. 175-198, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v6n3/v6n3a10>>. Acesso em 26 Jul. 2017.

MEDEIROS, Daniel Ribeiro. Prelúdio nº 3 de Heitor Villa-Lobos: considerações sobre um processo interpretativo. **PER MUSI: Revista Acadêmica de Música**, n. 31, 2015.

MEDEIROS, Josué. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. **Revista História & Perspectivas**, v. 27, n. 51, 4 fev. 2015.

MEIRA, José Boanerges et al. A colaboração premiada e processo penal brasileiro: uma análise crítica. **Virtuajus**, v. 2, n. 3, p. 176-211, 2017. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/16778/16778-60853-1>> Acesso em 1 Maio 2019.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 98, e339707, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000300501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Out. 2018.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: E.P.U., 1992.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2002.

MUÑOZ, Pedro Soares. Código Eleitoral e Justiça Eleitoral. **R. Dir. Adm.**, Rio de Janeiro, 154:29-80, out./dez. 1983. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/43928/42823>>. Acesso em 20 Maio 2019.

NETTO, Vladimir. **Lava Jato**: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. Rio de Janeiro: Sextante: Primeira Pessoa, 2016.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Zahar, 2012.

NONATO, Cláudia. Venício Lima: em defesa da democratização dos meios de comunicação/Venício Lima: in defense of democratization of communication medium. **Comunicação & Educação**, v. 19, n. 1, p. 83-92, 2014. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/78571/82623> Acesso em 21 Jan. 2019.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo** – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Editora Insight, 2012. 271 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. In: O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

OLIVEIRA, Samir Adamoglu de; BULGACOV, Yára Lúcia Mazziotti. Wittgenstein e a administração: potencialidades da pragmática da linguagem aos estudos organizacionais e à estratégia. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 5, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v17n5/v17n5a05.pdf>>. Acesso em 02 Jan. 2019.

OZON, Cláudia. A Declaração Universal Dos Direitos Do Homem—Uma questão de Língua, de Direito e de Tradução. **Tradterm**, v. 30, p. 25-41, 2017.

PAIVA, Denise.; SOUZA, Marta Rovey.; LOPES, Gustavo de Faria. As percepções sobre democracia, cidadania e direitos. **Opin. Publica**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 368-376, Oct. 2004 . Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22022.pdf>>. Acesso em 19 Maio 2019.

PARSONS, Talcott. **The Structure of Social Action**. New York: Free Press, 1968.

PASTI, André et al. **Quem controla a mídia no Brasil?** MOM-Brasil (Midia Ownership Monitor). São Paulo: MOM-Brasil, 2017. Disponível em <<http://brazil.mom-rsf.org/fileadmin/rogmom/output/brazil.mom-rsf.org/brazil.mom-rsf.org-pt.pdf>>. Acesso em 21 Jan. 2019.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative Evaluation Methods**. Beverly Hills: Sage, 1989.

PEIRANO, Mariza. “Etnografia, ou a teoria vivida”. **PontoUrbe**, ano 2, versão 2.0, 2008.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, n. 42, p. 377-391, 2014.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Os Donos do Poder, de Raymundo Faoro. **Cadernos IHU Ideias**. ano 2, nº 19, 2004. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/019cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em 17 Jan. 2019.

PLATÃO. **A República**. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa, 1988.

QUINTANA, Laura. Vida. In:PORCEL, Beatriz, MARTÍN, Lucas (Orgs.). Vocabulario Arendt Rosario, HomoSapiens, 2016.

PRADA, Teresinha. **Violão**: de Villa-Lobos a Leo Brouwer. São Paulo: Terceira Margem, 2008.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 33, n. 96, e339603, 2018. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf>> Acesso em 13 maio 2019.

RAMOS, Cesar Augusto. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. **Kriterion**, Belo Horizonte , v. 55, n. 129, p. 61-77, June 2014 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 Maio 2017.

RECKWITZ, Andreas. Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. **European journal of social theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

RENNÓ, Lucio R.; HOEPERS, Bruno. Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 141-161, 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a08.pdf>>. Acesso em 13 Maio 2019.

RIBEIRO, Renato Janine. História e revolução: A Revolução Francesa e uma nova ideia de história. **Revista USP**, n. 1, p. 12-18, 1989. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25437/27182>>. Acesso em 28 Maio 2019.

RODRIGUES, Bruna; AZEVEDO, Debora. Entre Facas e Chairas – Um Estudo sobre a Aprendizagem Baseada em Prática de Açougueiros. **Desenvolve Revista de Gestão do U.**, v. 2, n. 2, p. 117-136, 2013. Disponível em < <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/1108>>. Acesso em 25 Maio 2019.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Mudanças na classe política brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein Pesquisas Sociais, 2009. **A profissão da profissão política**. pp. 23-50. ISBN: 978-85-7982-011-3.

SAADI, Ricardo Andrade; MACHADO, Diogo de Oliveira. Os valores da corrupção: administração de bens apreendidos e confiscados. **Rev. direito GV** [online]. vol.13, n.2, pp.484-519. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rdqv/v13n2/1808-2432-rdqv-13-02-0484.pdf>. Acesso em 09 Mai. 2019.

SALLUM JR., Brasílio; CASAROS, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 Maio 2019.

SAMPAIO, Angelo Augusto Silva. Skinner: sobre ciência e comportamento humano. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 25, n. 3, p. 370-383, 2005. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v25n3/v25n3a04.pdf>> Acesso em 16 Jan. 2019.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues; MOISÉS, José Álvaro. In: MOISÉS, José Alvaro (Ed.). O Congresso Nacional, os partidos políticos eo sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

SANDERS, Patricia. Phenomenology: A new way of viewing organizational research. **Academy of management review**, v. 7, n. 3, p. 353-360, 1982.

SANEN, Claudia; DONEGÁ, Guilherme. Integridade e Empresas no Brasil. Relatório de Avaliação Agenda Nacional de Integridade nos Negócios, da Transparência Internacional Brasil e do Centro de Pesquisas em Direito e Economia da FGV Direito Rio. 2018. Disponível em

<<https://transparenciainternacional.org.br/assets/files/conhecimento/relatorio-executivo.pdf>> Acesso em 09 Maio 2019.

SBERNA, Salvatore; VANNUCCI, Alberto. 'It's the politics, stupid!': the politicization of anti-corruption in Italy". **Crime Law Soc. Change**, v. 60, pp. 565-593, 2013.

SCHATZKI, Theodore R. **Social practices: A Wittgensteinian approach to human activity and the social**. Cambridge University Press, 1996.

SCHATZKI, Theodore R. **Social practices: A Wittgensteinian approach to human activity and the social**. Cambridge University Press, 2008.

SCHATZKI, Theodore R. **The site of the social: A philosophical account of the constitution of social life and change**. Penn State Press, 2002.

SCHATZKI, Theodore R. Early Heidegger on Sociality. In Hubert L. Dreyfus y Mark A. Wrathall, eds., **A Companion to Heidegger**, Malden: Wiley-Blackwell, 2005, 231-247.

SCHATZKI, Theodore R. Practices and People. **TPA – Teoria e Prática em Administração**, v. 7, n. 1, p. 26-53, 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, 2014.

SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt e o Poder da Fundação**. In: CONCEIÇÃO, Edilene Maria da, et al. (Orgs.). **Hannah Arendt, Pensamento, revolução e poder**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt – história e liberdade: da ação à reflexão**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Clarinete, 2012.

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SCHÜTZ, Alfred. **Der Sinnhafte Aufbau Der Sozialen Welt**. Eine Einleitung In Die. Verstehende Soziologie. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993.

SCHÜTZ, Alfred. **The Problem of Social Reality**. Collected Papers I. The Hague: Martinus Nijhoff, 1973.

SCHÜTZ, Alfred. **Das Problem Der Sozialen**. Gesammelte Aufsätze I Wirklichkeit. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1971a.

SCHÜTZ, Alfred. **Studies In Social Theory**. Collected Papers II, The Hague: Martinus Nijhoff, 1971b.

SCHUTZ, Alfred. **The problem of transcendental intersubjectivity in Husserl**. In: Collected papers III. Springer, Dordrecht, 1970.

SCHUTZ, Alfred. **The phenomenology of the social world**. Northwestern University Press, 1967.

SCHUTZ, Alfred. **Husserl's importance for the social sciences**. In: Collected Papers I. Springer, Dordrecht, 1962a. p. 140-149.

SCHUTZ, Alfred. **Some leading concepts of phenomenology**. In: Collected Papers I. Springer, Dordrecht, 1962b. p. 99-117.

SCHUTZ, Alfred. **On multiple realities**. In: Collected papers I. Springer, Dordrecht, 1962c. p. 207-259.

SCHUTZ, Alfred. **Phenomenology and the social sciences**. In: Collected Papers I. Springer, Dordrecht, 1962d. p. 118-139.

SCHUTZ, Alfred. **Common-sense and scientific interpretation of human action**. In: Collected Papers I. Springer, Dordrecht, 1962e. p. 3-47.

SCHÜTZ, Alfred. The stranger: An essay in social psychology. **American journal of Sociology**, v. 49, n. 6, p. 499-507, 1944.

SCHRÖDER, Ulrike. O conceito sócio-filosófico de Alfredo Schütz e suas implicações epistemológicas para o campo da Comunicação. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v. 33, n. 26, p. 9-24, 2006. Disponível em <http://www.periodicos.usp.br/significacao/article/view/65631> Acesso em 28 Nov. 2018.

SEIDMAN, Irving. **Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences**. 2nd ed. New York: Teachers College Press, 1997.

SEGATTO, Antônio Inani. **Wittgenstein e o problema da harmonia entre pensamento e realidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2015

SIANI, Sergio Ricardo; CORREA, Dalila Alves; LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Fenomenologia, método fenomenológico e pesquisa empírica: o instigante universo da construção de conhecimento esquadrihada na experiência de vida. **Revista de Administração**, v. 14, n. 1, p. 166-219, 2016.

SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias E Métodos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª ed. 2010.

SILVA, Anielson Barbosa da. A Fenomenologia como método de pesquisa em estudos organizacionais. In: SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias E Métodos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª ed. 2010.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. **Revista de Sociologia e política**, v. 23, n. 56, p. 75-106, 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n56/0104-4478-rsocp-23-56-0075.pdf>>. Acesso em 20 Maio 2019.

SILVEIRA, Alice Catarina de Barros Morais da. **O Sentido Transcendental do Outro na Fenomenologia Husserliana**. Goiânia: UFG, 2010. 138 fls. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SILVEIRA, Bruno Abner Lourenzatto; TELES, Borges Gustavo. Concepção de História em Hannah Arendt e seu diálogo com Walter Benjamin. **http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link**, v. 20, p. 27. Disponível em [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(27\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(27).pdf). Acesso em 20 Jan. 2019.

SILVEIRA, Rogério Zanon da; GUERRA, Ana Carolina; GONÇALVES, Carlos Alberto. A Aplicação da fenomenologia nos estudos organizacionais do Brasil. **Administração: Ensino e Pesquisa RAEP**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 269-300, 2012.

SKINNER, Burrhus Frederic. Preface to The Behavior of Organisms 1. **Journal of the experimental analysis of behavior**, v. 50, n. 2, p. 355-358, 1988.

SPIELBERG, Herbert. **The phenomenological movement: A historical introduction**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1982.

SOUZA NETTO, Francisco Benjamin de. Platão e o pensamento grego. **Trans/Form/Ação**, p. 35-42, 1982. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v5/v5a02.pdf>>. Acesso em 29 Maio 2019.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: USP, 2008, 351 fls. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. A noção de ontologias múltiplas e suas consequências políticas. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 17, n. 2, p. 049-073, 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p49>>. Acesso em 20 Jan. 2019.

STEIN, Ernildo. **Introdução ao pensamento de Martin Heidegger**. Porto Alegre: Edipucrs, 1966.

STOLCKE, Verena. Pluralizar o universal: guerra e paz na obra de Hannah Arendt. **Mana**, v. 8, n. 1, p. 93-112, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100004&script=sci_arttext>. Acesso em 30 Maio 2019.

SVAMPA, M. Lucila. Usos Públicos De Passados Ditatoriais. Visualizações na Alemanha. **História (São Paulo)**, v. 35, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742016000100506&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 18 Jul. 2017.

TAYLOR, Edward W. The theory and practice of transformative learning: A critical review. **Columbus: ERIC Clearinghouse on Adult, Career, and Vocational Education, Center on Education and Training for Employment, College of Education**, the Ohio State University, 1998.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em Revista**, n. 10, p. 91-98, 1994. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100012>. Acesso em 30 Maio 2019.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista brasileira de educação**, v. 13, n. 39, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782008000300010&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 16 Jan. 2019.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, Feb. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Maio 2019.

TOCHTROP, Leonardo. **Dicionário Alemão-português**. 5ª. Edição. Porto Alegre: Editora Globo, 1968.

TONIN, Jean. A socialidade impessoal do Dasein na analítica existencial de Ser e Tempo. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 7, n. 15, 2015. Disponível em <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/5_jeantonin.pdf> Acesso em 26 Nov. 2018.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Índice de Percepção da Corrupção 2018. 2018. Disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tibr-downloads/CPI-2018.pdf>. Acesso em 09 Maio 2019.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Relatório Global de Corrupção 2009. 2009. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/.pdf>. Acesso em 09 Maio 2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório de Gestão – Exercício de 2016. Porto Alegre: TRE-RS, 2017. Disponível em <http://capa.tre-rs.jus.br/upload/6/Relatorio_de_Gestao_2016.pdf>. Acesso em 12 Jun. 2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa Eleições 2016. ELEI - 2016. Porto Alegre: TRE-RS, 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Informações e dados estatísticos sobre as eleições municipais de 2014. Brasília: TSE, 2014. Disponível em http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/informacoes_dados_estatisticos_eleicoes_2014_web.pdf. Acesso em 12 Maio 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Urna Eletrônica, 20 anos a favor da democracia. Brasília: TSE: 2016. Disponível em <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/urna_eletronica/livreto-urna-programa-educativo_web.pdf>. Acesso em 13 Maio 2019.

TRONCO, Júlia Garcia. O Problema da Fonte da Inteligibilidade em Ser e Tempo. **PERI**, v. 9, n. 2, p. 58-68, 2017. Disponível em <<http://www.nexos.ufsc.br/index.php/peri/article/view/2868/2243>>. Acesso em 07 Jun. 2019.

TURATTO, Ana Carolina Turquino. **Arendt e Faoro: Do Público e do Privado e a Questão da Corrupção** In: **Anais [do] VII Ciclo Hannah Arendt – Corrupção: ausência de pensamento ou pensamento corrompido/Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina**; Maria Cristina Müller, Ana Carolina Turquino Turatto (organizadoras). – Londrina: UEL, 2017.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 11, 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/pontourbe/300> Acesso em 01 Nov. 2018.

VALENCIANO, Tiago. Comentários: “Na teia do Nepotismo. **REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**. Curitiba, v.1, n.1, p. 348-350, dezembro 2015. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/43280/26292>>. Acesso em 07 Mai. 2019.

VANNUCHI, Camilo. O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil. Galáxia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. ISSN 1982-2553, n. 38, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/gal/n38/1519-311X-gal-38-0167.pdf> Acesso em 21 Jan. 2019.

VAZ, Celso Antônio Coelho, WINCKLER, Silvana (Orgs.). **Uma Obra no Mundo: Diálogos com Hannah Arendt**. Chapecó: Argos, 2009.

VILLAVERDE, Adão **et al. É golpe, sim: terceiro turno sem urnas, o ataque aos direitos sociais e o entreguismo**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e seu eco. **Estud. av.**, São Paulo , v. 3, n. 6, p. 25-45, . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200003>. Acesso em 27 Maio 2019.

WAGNER, Helmut R. (Org.). **Fenomenologia e relações sociais**. Textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política** – 1904. In: _____ . Metodologias das Ciências Sociais. Parte 1. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1993. p. 107-154.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México, D. F.: FCE, 2002.

WILLIAM, James. **The Principles of Psychology**. Vol I. Brighthouse, 1950.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Last writings on the philosophy of psychology**. Chicago: University of Chicago press, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus** (trans. Pears and McGuinness). 1921.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Wittgenstein's lectures on the foundations of mathematics**, Cambridge, 1939. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

WOOD, Gordon S. **Revolutionary characters: what made the founders different**. Londres: Penguin Books, 2007.

WOOD, Gordon S. **The radicalism of the American Revolution**. Nova York: Vintage eBooks, 1991, Kindle Edition.

WOOD, Gordon S. **The creation of the American Republic, 1776-1787**. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1969.

ZILLES, Urbano. Teoria do conhecimento. Coleção: Filosofia-21. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

ZILES, Urbano. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. Revista da Abordagem Gestáltica, v. 13, n. 2, p. 216-221, 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-68672007000200005&script=sci_abstract&tlng=es> Acesso em 30 Maio 2019.

YOUNG-BRUEHL, E. **Hannah Arendt: uma biografia**. Paidós, 2006.

ZUBEN, Newton Aquiles von. A Fenomenologia como retorno à ontologia em Martin Heidegger. **Trans/formação**, v. 34, n. 2, p. 85-102, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/trans/v34n2/a06v34n2.pdf> Acesso em 16 Nov. 2018.

ANEXOS

ANEXO A – O QUE NÃO FOI METODOLOGIA, MAS É DESTA PESQUISA

[...]

9.2 A experiência de Malinowski

Começamos com a apresentação de um percurso metodológico que nos orientou tanto antes de adentrar no campo de pesquisa, quanto na etapa de coleta e análise dos dados empíricos, o que nos remete à historicidade da etnografia desde Malinowski, na Antropologia, até sua utilização na construção epistêmica da abordagem baseada em práticas. Assim pensando, ao que segue, desenvolvemos um debate teórico-histórico em torno da etnografia, desde a origem da teoria etnográfica até a sua utilização em outras ciências, tais como, dentre outras (como citado), Educação, Psicologia e, de especial interesse para o que tange a nossa trajetória de pesquisa, para a ciência da Administração, estudos organizacionais.

A etnografia é a “ideia-mãe da Antropologia, ou seja, não há antropologia sem ciência empírica” (PEIRANO, 2014, p. 380). Os materiais coletados – a empiria – são mais do que fatos sociais, são fatos etnográficos (EVANS - PRITCHARD, 1962). Desse modo, toda a sorte de material observado e coletado pelo etnógrafo, “eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que [...] afeta os sentidos” alavancam infindáveis questionamentos do etnógrafo em suas incursões ao campo e direcionam escolhas metodológicas e teóricas para o fazer etnográfico (PEIRANO, 2014, p. 380).

A experiência de Malinowski (século XX) é reconhecida na ciência da Antropologia como a origem da teoria etnográfica (PEIRANO, 2014). Antes disso, a Antropologia do século XIX se preocupava em reconstituir a história de diferentes povos, estabelecendo graduações dissemelhantes de desenvolvimento em sua narrativa: alguns ainda estão na “selvageria”, enquanto

outros chegaram a estágios mais avançados de desenvolvimento, na “civilização” (URIARTE, 2012).

No entanto, ainda havia um distanciamento físico entre a descrição e a experiência desta realidade, ou seja, o contato dos estudiosos não ocorria diretamente com os pesquisados, não havia uma inserção direta na cotidianidade destes povos. Os antropólogos do século XIX, de modo geral, estudavam os povos destas diferentes sociedades a partir dos relatos de terceiros, sem imersão nestas culturas (URIARTE, 2012).

Esta perspectiva passa a se transformar logo no final do século XIX, início do século XX, quando os próprios “antropólogos passam a integrar expedições científicas” (URIARTE, 2012, p. 03). Destarte, de modo bastante incipiente, embrionário, eles passaram a ver os índios, mesmo que o desconhecimento da língua (um dos códigos mais utilizados para a troca de informações) nativa ainda fosse um impeditivo para ampliar a proximidade do antropólogo com o campo e seus atores (nativos) (URIARTE, 2012).

Na esteira desta linha do tempo antropológica, a experiência de Bronislaw Malinowski estreia uma nova perspectiva de trabalho para os antropólogos, para além dos seus gabinetes de trabalho. Em 1992, Malinowski, ao publicar a primeira edição da obra “Argonautas no Pacífico” (MALINOVSKI, 2018), “procedeu a uma verdadeira revolução na literatura antropológica”. A popularidade deste trabalho – talvez antes alcançada apenas por Lévi-Strauss (1908-2009) e Morgan (1818-1881) – está alicerçada na “apresentação de uma nova visão do homem e na indicação de uma nova maneira de compreender o comportamento humano” (FRAZER, 1984, p. 07).

Malinowski, então estudante de doutorado da *London School of Economics*, permaneceu por três anos nas ilhas Trobriand: “aprendeu a língua nativa, colocou sua tenda no meio da aldeia deles e conviveu dia após dia entre os trobriandeses”. A sua longa permanência junto aos nativos não foi por acaso ou por escolha do antropólogo. Em meio à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foi por razões políticas que ele, “enquanto súdito austríaco, na primeira guerra mundial, ele não poderia integrar a tripulação de um navio inglês” (URIARTE, 2012, p. 03).

A compreensão da língua nativa e o prolongado tempo de experiência junto aos trobriandeses, proporcionaram que Malinowski descontruísse a ideia

de que “as sociedades tribais fossem” somente um “aglomerados de crenças e costumes irracionais e desconexos” (FRAZER, 1984, p. 07). Com a proposição do método etnográfico por Malinowski (MALINOWSKI, 2018; FRAZER, 1984), os antropólogos poderão “reconstruir e transmitir uma experiência de vida diferente da nossa, mas nem por isso menos rica ou menos humana” (FRAZER, 1984, p. 07). Disso decorre que a etnografia lança luzes para as experiências que são vividas nas sociedades estudadas, considerando, assim a pluralidade e a singularidade das trocas que ocorrem na cotidianidade nativa.

Mais pormenorizadamente, logo no início da obra supracitada (*Argonautas no Pacífico*), Malinowski (1978) apresenta o método etnográfico, com a proposição de “novas técnicas de investigação e novos métodos de interpretação” (FRAZER, 1984, p. 07). Assim, em resumo, as contribuições basilares do trabalho de Malinowski (1978) resultam de uma “singular mistura de objetividade científica e vivência pessoal” (FRAZER, 1984, p. 07), e estão assim dispostas na Introdução da obra: “tema, método e objetivo [...] de pesquisa” (MALINOWSKI, 1978, p. 17).

Ao apresentar as populações costeiras das ilhas do sul do Pacífico como “hábeis navegadores e comerciantes”, o etnógrafo Malinowski (1978, p. 17), propõe que o *kula*, sistema de comércio da região, será seu tema de pesquisa, sobre o qual realizará cuidadosa descrição, “uma vez que é um fenômeno econômico de considerável importância teórica”, dada a centralidade que o *kula* ocupa no modo de viver dos nativos (p. 18). Para tanto, o autor passa, no tomo II, a descrever “os métodos utilizados na coleta do material etnográfico”. Comparando, então, ciências naturais e sociais, ele pondera que, para o percurso etnográfico é imprescindível “um relato honesto de todos os dados” com a intenção de alcançar o que ele chamou de “sinceridade metodológica” (p. 18).

Durante sua imersão na realidade dos nativos, Malinowski (1978, p. 20) identifica três “segredos [...] para uma pesquisa de campo eficaz”, ao que ele chamou de “princípios metodológicos” (fundamentos de pesquisa de campo):

- 1) A primeira diz respeito aos objetivos do pesquisador, então etnógrafo, quando adentra em um campo de pesquisa: “o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna” (p. 20);

- 2) A segunda, e mais importante para o autor, está relacionada à autonomia e às condições de trabalho: o que significa que o pesquisador deve “viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos” (p. 20);
- 3) A terceira, por fim, está relacionada a métodos de coleta de dados empíricos: o pesquisador deve “aplicar métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência” (p. 20);

A busca por estabelecer um relacionamento natural com os nativos, aqui, assume especial importância para o etnógrafo, pois, conforme explica Malinowski (1978, p. 20), “através deste relacionamento natural, aprendemos a conhecê-los, familiarizamo-nos com seus costumes e crenças de modo muito melhor [...]”. Ele conclui, ainda, sinalizando que para o etnógrafo, estar “efetivamente em contato” com os pesquisados, significa estar naturalmente e harmoniosamente inserido no ambiente que os rodeia (p. 20).

No que tange ao movimento atento do etnógrafo para proceder a sua observação cuidadosa, Malinowski (1978) continua lança atenção para o fato de que uma posição de repouso do pesquisador, observador, em relação aos acontecimentos de determinada comunidade pesquisada não seria suficiente para a prática etnográfica. Com relação a isso, ele alerta: “não é suficiente que o etnógrafo [...] coloque suas redes no local certo e fique à espera de que a caça caia nelas” (p. 22).

Complementarmente, o autor instrui de que modo o etnógrafo deve agir em campo, independentemente da dificuldade a ser superada em busca de informações que sejam relevantes para o objeto de pesquisa: “ele precisa ser um caçador ativo e atento, atraindo a caça, seguindo-a cautelosamente até a toca de mais difícil acesso”. Para alcançar convenientemente este lugar de difícil acesso, o autor informa que o etnógrafo deve lançar mão de “métodos eficazes [...] na procura de fatos etnográficos” (Malinowski, 1978, p. 22).

A imersão do pesquisador no campo (e, conseqüentemente, na vida e modo de viver os nativos) não ocorre de forma aleatória e completamente intuitiva. E, aqui, destacamos – ainda com base na tese de Malinowski (1978) a face mais complexa e imprescindível do exercício etnográfico: o pesquisador entra no campo estimulado e impulsionado por “resultados mais recentes

estudos científicos”, bem como por “princípios e objetivos” nítidos que possam orientar a sua trajetória (p. 22).

No tocante à preparação anterior à imersão do etnógrafo no campo, no entanto, é válido ressaltar que esta formação não “representa [ao pesquisador] estar sobrecarregado de ideias preconcebidas” (p. 22). Mais do que isso, o pesquisador deve ingressar no campo preparado teoricamente e aberto para relativizar os problemas pensados *a priori*, levantando-se, na medida em que vivencia a etnografia, novas hipóteses que sejam necessárias, conforme orienta Malinowski (1978, p. 22):

Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil. Mas quanto maior for o número de problemas que leve consigo no trabalho de campo, quanto mais esteja habituado a moldar suas teorias aos fatos e a decidir o quão relevantes eles são as suas teorias, tanto mais estará bem equipado para o trabalho de pesquisa. As ideias preconcebidas são perniciosas a qualquer estudo científico; a capacidade de levantar problemas, no entanto, constitui uma das maiores virtudes do cientista – esses problemas são revelados ao observador através de seus estudos teóricos.

Disso decorre que o exercício etnográfico exige mais do que o exercício de observação e descrição minuciosa isolados podem oferecer. Nesta senda, para Malinowski (1978, p. 24), o objetivo fundamental da pesquisa etnográfica de campo é “estabelecer o contorno firme e claro da constituição tribal e delinear as leis e os padrões de todos os fenômenos culturais, isolando-os de fatos irrelevantes”. Para o levantamento de todos estes fenômenos, é importante que o pesquisador esteja com a atenção voltada tanto para os fatos rotineiros quanto para os que lhe parecerem mais relevantes e interessantes (MALINOWSKI, 1978, p. 24), ou seja, as informações que compõem o campo são importantes em sua totalidade para a prática etnográfica.

É, então, em razão disso que o pesquisador deve “perscrutar a cultura nativa na totalidade de seus aspectos”, pois essa dimensão da relevância isonômica da multiplicidade de elementos, atores e relações que integram o campo pesquisado é que legitimam a “lei, a ordem e a coerência que prevalecem em cada um destes aspectos são as mesmas que os unem e fazem deles um todo coerente” (MALINOWSKI, 1978, p. 24).

Essa coerência holística é, por conseguinte, vital para o estabelecimento de um campo de pesquisa não artificial. Isso não seria alcançado se fosse, por outro lado, estudada em contextos isolados e impermeáveis, categóricos, nos quais os etnógrafos se lançariam a estudar isoladamente os diferentes aspectos que compõem a pluralidade do campo (MALINOWSKI, 1978). Desse modo, a fim de evitar uma relação artificial com o campo de pesquisa, na perspectiva etnográfica malinowskiana, seria incipiente que o etnógrafo se propusesse a pesquisar “somente religião”, [...] somente tecnologia, [...] ou exclusivamente a organização social” (p. 24). Eis o princípio geral da etnografia de Malinowski (1922, 1978).

Para o exercício da etnografia autêntica é indispensável, dessa forma, que o pesquisador analise a cultura a ser estudada em sua totalidade. E o olhar e análise atentos para a cultura nativa se constituiu, paulatinamente, como o ponto nodal desta metodologia. Com relação a isso, Malinowski (1978, p. 24) é categórico: “o etnógrafo tem o dever e a responsabilidade de estabelecer todas as leis e regularidades que regem a vida tribal, tudo que é permanente e fixo; apresentar a anatomia da cultura e descrever a constituição social”.

Em continuidade, Malinowski (1978) explica que, muitas vezes, o pesquisador deve demonstrar sensibilidade para acessar determinadas informações do campo. Muitas vezes, por exemplo, este acesso pode ocorrer de forma indireta, a partir de um acontecimento que ilustre determinada hipótese a ser testada pelo etnógrafo. De posse dos dados, a comparação entre as diferentes informações obtidas, poderá levar o etnógrafo a realizar novas investigações. A etnografia, então, tal como foi proposta por Malinowski (1978, p. 25) “é o resultado de experiências vividas” e deve ser desenvolvida a partir de “uma dupla atividade de trabalho construtivo e observação”, com foco no exercício de revisitar constantemente os dados coletados, a fim de identificar lacunas para novas incursões ao campo.

Neste ponto, com o objetivo de compreender um fenômeno tão complexo como o *kula*, Malinowski (1978, p. 26) postula sobre a importância da fase de coleta de dados: “a coleta de dados referente a um grande número de fatos é, pois, uma das fases principais da pesquisa de campo”. Neste sentido, o etnógrafo deve ir além da busca por fatos isolados ou por alguns exemplos do fenômeno estudado. Para o autor, “nossa responsabilidade não se deve limitar

à enumeração de alguns exemplos apenas; mas sim, obrigatoriamente, ao levantamento, na medida do possível exaustivo, de todos os fatos ao nosso alcance” (p. 26).

Na apresentação dos dados, Malinowski (1978) chama a atenção para o fato de que o pesquisador deve cuidadosamente distinguir entre “os resultados de suas observações diretas e das informações que recebeu indiretamente – pois seu relato inclui ambas”. Em resumo, no que tange à principal questão metodológica da etnografia, o autor conclui “cada fenômeno deve ser estudado a partir do maior número possível de suas manifestações concretas; cada um deve ser estudado através de um levantamento exaustivo de exemplos detalhados” (MALINOWSKI, 1978, p. 27).

Há carne e sangue na etnografia, diz Malinowski (1978) – ou seja, há vida como ela é experienciada pelos nativos por ele estudados. Isso ocorre fundamentalmente porque, explica o autor, “há uma série de fenômenos [...] que [não] podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade”. A esses fenômenos Malinowski nomeou de “imponderáveis da vida real” – que vai desde os cuidados com o corpo, a rotina de trabalho dos nativos, até a forma como controlam as emoções em grupo (p. 29).

Somado aos imponderáveis da vida real, Malinowski (1978) destaca o comportamento como um fato relevante e “passível de análise e registro” (p. 31). Eis que um novo elemento da prática etnográfica passa a ser mais facilmente identificado (pois em momento algum se faz ausente) na relação do pesquisador com o campo: a subjetividade. No entanto, no que tange à observação e registros dos comportamentos “não resta dúvidas de que a subjetividade do observador interfere de modo mais marcante do que na coleta de dados etnográficos cristalizados”. A tarefa do etnógrafo, com relação a isso, é esforçar-se “no sentido de deixar que os fatos falem por si mesmos” (p. 31).

Desse modo, dada a mudança no olhar do etnógrafo, na medida em que este se familiariza com o campo, deixando de observar certos fenômenos para voltar sua atenção para outros, o diário de campo etnográfico é, assim, um recurso imprescindível para que o pesquisador possa registrar sistematicamente a totalidade dos fenômenos desde o início de sua imersão no campo, mesmo

quando a sua subjetividade lhe orientar para outros acontecimentos no curso do trabalho etnográfico (MALINOWSKI, 1978).

De modo complementar a estas práticas, Malinowski (1978) orienta também que o etnógrafo, em alguns momentos, deixe de lado seus instrumentos habituais de coleta de dados, caneta, máquina fotográfica, caderno de registro e participe ativamente de rituais inerentes ao campo com o objetivo de “mergulhar na vida nativa”. Para ele, esses mergulhos auxiliam na “compreensão mais fácil e transparente do comportamento do nativo e de sua maneira de ser em todos os tipos de transações sociais” (p. 32).

Por último, Malinowski (1978) indica mais um fenômeno a ser estudado para o entendimento da cultura nativa: “o comentário a respeito dela contido na mente dos nativos”; ou seja, “descobrir os modos de pensar e sentir típicos, correspondentes às instituições e à cultura de determinada sociedade, e formular resultados [...]” a partir disso. Para ele, as ideias e ações dos nativos, são guiadas e condicionadas pela cultura, de modo geral: “interessamo-nos por aquilo que eles [nativos] pensam e sentem enquanto membros de uma dada comunidade” (p. 32). A partir, então, de um *corpus*, contendo narrativas dos nativos, formulado pelo etnógrafo, outros pesquisadores poderiam acessar o material e proceder a interpretações que escapem do pesquisador que fora a campo.

Resumidamente, a partir do exposto acima, Malinowski (1978, p. 33), em sua tese acerca do *kula*, aponta três caminhos para a pesquisa de campo etnográfica:

- 1) Delineamento da organização e cultura da comunidade a ser estudada: “a organização da tribo e a anatomia de sua cultura devem ser delineadas de modo claro e preciso”. Para tanto, “o método de documentação concreta e estatística fornece os meios com que podemos obtê-las” (p. 33);
- 2) Observação complementar voltada para os fatos e comportamentos da vida cotidiana compartilhada na comunidade: “este quadro [percurso 1] precisa ser completado pelos fatos imponderáveis da vida real, bem como pelos tipos de comportamento” (p. 33). Este material deve ser coletado a partir de experiências de contato próximas dos nativos, com observação e registro em diários de campo sistemáticos;

- 3) Apresentação de um documento da “mentalidade nativa”: o que significa apresentar, nas palavras de Malinowski (1978, p. 33): “uma coleção de asserções, narrativas típicas, palavras características, elementos folclóricos e fórmulas mágicas”.

Em outras palavras, Malinowski, em 1922, propôs uma maneira de compreender o universo do nativo, a partir de três tipos de informações que se complementam: “a numérica e genealógica, o cotidiano e as interpretações nativas” (URIARTE, 2012, p. 04). Com isso, apresentamos, sinteticamente, o esboço delineado por Malinowski (1978) acerca do seu percurso etnográfico. O nosso interesse em buscar as orientações do trabalho seminal do antropólogo se assentam em nosso interesse em traçar uma breve trajetória da etnografia, no que concerne à emergência e utilização como metodologia de pesquisa, no sentido de ilustrar tanto o seu percurso na Antropologia, quanto o interesse das demais ciências (chegaremos, com isso, na sua aplicação na Administração – pelos estudos organizacionais e, mais especificamente, pela abordagem baseada em práticas) neste método de pesquisa.

A etnografia de Malinowski, desta forma, deu novos rumos para a Antropologia do século XX, na qual o objeto de estudo está centrado no outro, suas vivências e a noção que tem de si (URIARTE, 2012). Com o deslocamento da lente espacial do discurso sobre o Outro (de centrada na sociedade do pesquisador para a sociedade nativa pesquisada, com vivências locais compartilhadas entre antropólogo e nativos), o método etnográfico se torna imprescindível à própria Antropologia enquanto ciência.

9.3 A etnografia para os antropólogos

O exercício questionador do etnógrafo guia o processo da etnografia. Deste modo, para encetar a orientação do trabalho de campo, considerando o contexto social da pesquisa, é importante que se dimensione que a “utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos ou pré-determinados”, o que é essencialmente inerente ao percurso etnográfico é “o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do contexto social da pesquisa” (MATTOS, 2011, p. 50). É a realidade do campo, assim, quem vai conduzir o

etnógrafo a recriar e formular técnicas de coleta e de análise, conforme as informações que se engendram na realidade estudada.

Isso posto, de modo geral, as contribuições da etnografia, “como abordagem de investigação científica” para a o campo das pesquisas qualitativas, podem ser assim elencadas: “análise holística ou dialética da cultura”; agência dos atores sociais, ou seja, introdução dos “atores sociais com uma participação ativa e dinâmica do processo modificador das estruturas sociais”; desvelar, revelar interações que ocorrem no interior das ambiências institucionais, a partir da abertura para observação e registro de “processos por [elas] engendradas e de difícil visibilidade [e percepção] por parte dos sujeitos que delas fazem parte” – que estão institucionalizados (MATTOS, 2011, p. 50).

A adoção da etnografia como método de investigação sobre outras ambiências e comunidades de interesse dos antropólogos em sua busca pela compreensão do outro, amplia, a partir da proposta de Malinowski (1978), participação e protagonismo do outro: sua vida de relação, o local onde ele vive, seus costumes, sua língua, sua narrativa. Se a Antropologia, sinteticamente, pode ser compreendida como “o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal” (GOLDMAN, 2006, p. 167); ao antropólogo, diante da complexidade com que o outro experiencia suas relações, resta “mergulhar de cabeça” nestas realidades desconhecidas.

Para os antropólogos, desta forma, o método etnográfico pode ser compreendido como “um mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana destes ‘Outros’ [sobre os quais] queremos apreender e compreender” (URIARTE, 2012, p. 05). Seria, assim, sob esta lente analítica, ingênuo simplificar ou reduzir a etnografia a um conjunto de procedimentos ou de técnicas de coleta de dados (MAGNANI, 2002; URIARTE, 2012). Mais do que isso, no entendimento da Antropologia, a etnografia consiste em:

- 1) Estudar, mergulhar na teoria disponível: antes de adentrar no campo, a formação teórica do etnógrafo é indispensável para que ele consiga relativizar hipóteses e problemas de pesquisa na medida em que experiencia o campo (URIARTE, 2012). A preparação teórica do antropólogo se sensibiliza a partir da familiarização com trajetórias etnográficas anteriores (vivenciadas por outros antropólogos) (OLIVEIRA, 1998). Adicionalmente, a maturidade teórica pode auxiliar

o antropólogo a, conforme explica Geertz (2001, p. 66), compreender, para a orientação do percurso de trabalho de campo que vem a seguir, de que forma “vemos a vida dos outros [por meio] das lentes que nós próprios polimos e que os outros nos veem através deles”.

- 2) Trabalho de campo– para esta fase da etnografia recomenda-se: “co-residência extensa, observação sistemática, interlocução efetiva (língua nativa), mistura de aliança, cumplicidade, amizade, respeito, coerção e tolerância irônica” (CLIFFORD, 2018, p. 94), ou seja, o trabalho de campo antropológico visa ao estabelecimento de relações entre as pessoas (URIARTE, 2012). O antropólogo, aqui, necessita estar com o “Outro” (objeto de interesse antropológico) no ambiente deste outro, respeitando-o e se inserindo de acordo tanto com sua preparação teórica anterior quanto com a mobilização de capacidades frente às incógnitas deste campo. Veja, nesta senda, é necessário, também, dar voz às pessoas – e, neste momento da trajetória metodológica, o “ponto de vista do nativo” contempla “pessoas muito concretas, cada uma dotada de suas peculiaridades [...] agência e criatividade” (GOLDMAN, 2003, p. 456). Neste momento, o antropólogo está vivendo com este “Outro” e estabelecendo um diálogo (FRESHSE, 2011), a partir do qual se constituiu o “cerne do método etnográfico: trabalhar com pessoas, dialogando pacientemente com elas” (URIARTE, 2012, p. 05);
- 3) Escrita etnográfica: é por meio dela que o antropólogo publicizará sua vivência de pesquisa ao leitor (público), ou seja, mostrará para quem não esteve no campo, a sua experiência junto à determinada cultura (URIARTE, 2012). O processo de escrita requer, indubitavelmente, um hercúleo esforço por parte do etnógrafo, especialmente porque etnografar e escrever são práticas diferentes. Quanto a isso, Uriarte (2012, p. 7-8) explica: “a etnografia é uma experiência do Outro para captar e compreender, depois interpretar, a sua alteridade, a sua narrativa etnográfica é a transformação destas experiências totais em escrita”. Este processo, assim, exige mais do pesquisador do que a experiência em campo: a escrita etnográfica “necessariamente exige um mínimo de coerência e linearidade que não são próprios da

vivência” (p.08). Desse modo, o distanciamento entre texto e experiência é importante e necessário para a escrita etnográfica (um livro complementar da experiência etnográfica de Malinowski, chamado Diário estrito do termo (1997), nos mostra que ele vivenciou mais do que o que pudemos ler em sua obra Argonautas do Pacífico, publicada em 1922) (URIARTE, 2012), uma vez que, durante este processo, o etnógrafo estará em contato com uma colossal quantidade de dados – “depoimentos, transcrições, fitas, cadernos de campo, fotos, diário de campo, lembrança, sensações”, dentre outros (p. 07). Dada a subjetividade implicada no fazer etnográfico, é importante considerar que, ao escrever, o etnógrafo precisa se reconhecer como autor, ou seja, não apenas “registradores de falas, tradutores da palavra nativa, transcritores do Outro”. Trata-se de um “exercício criativo autoral” (p. 08).

O percurso de pesquisa qualitativa, assim, o qual será descrito na presente seção, flerta com o método etnográfico, especialmente se considerarmos o longo tempo em que permanecemos (eu e minha curiosidade, eu e meu argumento de pesquisa que se construía e desconstruía a cada novo sinônimo de praticar experienciado) no campo (cerca de um ano e meio), com a etnografia. Em uma fase embrionária da pesquisa, inclusive, esta era a nossa principal inspiração metodológica. Isso se explica, dentre outras, por três razões principais – que se complementam.

A primeira é que estamos falando de uma pesquisa qualitativa (GODOY, 1995; FLICK 2009). Isso porque, tal como explica Gherardi (2014) sobre o conhecimento das práticas estar situado nas atividades mundanas, na pesquisa de natureza qualitativa, “visa a abordar o mundo ‘lá fora’ [...] e entender, descrever e [...] às vezes explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ (FLICK, 2009, p. 08). Tal explicação dos fenômenos sociais, podem ocorrer, dentre outras, de algumas diferentes maneiras – nos cabe destacar (FLICK, 2009, p. 08):

- Análise de experiências: podem ser de indivíduos, grupos, e suas relações. Neste ponto, as variadas experiências “podem estar relacionadas a histórias biográficas ou práticas (cotidianas ou profissionais)”, e pela lenta da pesquisa qualitativa “podem ser

tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia”;

- Exame de interações e canais de comunicação que se desenvolvem e se atualizam continuamente no campo: “baseado na observação e no registro de práticas de interação e comunicação, bem como na análise deste material”;
- Investigação de documentos: “textos, imagens, filmes, música ou traços semelhantes de experiências e interações”.

Com isso, considerando que as práticas dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral em meio à crise de representatividade, são a base do conhecimento deste ‘mundo lá fora’ com suas práticas cotidianas e profissionais para o qual voltamos o nosso interesse para estes escritos; sim, esta é uma pesquisa qualitativa e vivenciar a cultura do Tribunal Regional Eleitoral nos direcionou, logo no início, para o caminho etnográfico.

A segunda é consequência da primeira. Veja, nos estudos baseados em práticas, metodologias de pesquisa como a etnometodologia, em um primeiro momento e, depois, a etnografia, são recorrentemente utilizadas (GHERARDI, 2014). Para explicar a busca por uma metodologia para “estudar empiricamente o conhecimento como uma atividade situada”, Gherardi (2014, p. 05) considera que, “tanto na vida cotidiana quanto nas organizações de trabalho, pessoas e grupos criam conhecimento negociando os significados de palavras, ações, situações e artefatos materiais”.

Disso decorre que o conhecimento não é apenas o que “reside na cabeça das pessoas” ou em livros, artigos, bancos de dados; mais do que isso, para Gherardi (2014, p. 05), conhecer é:

Conhecer é ser capaz de participar com a necessária competência na complexa teia de relações entre pessoas, artefatos materiais e atividades [...] desta definição segue que conhecer na prática é sempre uma realização prática. Conhecer é algo que as pessoas fazem em conjunto e que é feito em todas as atividades mundanas, nas empresas quando as pessoas trabalham juntas e nos campos acadêmicos, como estudos organizacionais, mesmo que façamos distinções entre conhecimento leigo, prático e teórico.

No seio do conhecer – em conjunto – estão situadas também, para a autora, as práticas da ciência. A autora explica, então, que as práticas da ciência,

“como qualquer outro processo social, estão situadas em contextos específicos de poder/conhecimento”. Desse modo, nossa orientação metodológica primeva (etnografia) foi, então, realinhada a partir de nossa inserção no campo e vivência das primeiras experiências, considerando, assim, as práticas da ciência (social), como práticas situadas que são tanto pré-reflexivas, “dependem de pressupostos não declarados e de conhecimento declarado para a realização mútua de sentido” quanto “reflexivamente constitutivas dos contextos dos membros situados, contextos dos quais elas afloram” (GHERARDI, 2014, p. 05).

Dessa forma, como a etnografia “é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo” (MATTOS, 2001, p. 50), não necessariamente “segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa”. Ademais, pela lente etnográfica, é possível que “os instrumentos de coleta e análise de dados” sejam continuamente repensados e reformulados para atender às necessidades do campo de pesquisa (MATTOS, 2001, p. 50).

ANEXO B – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA

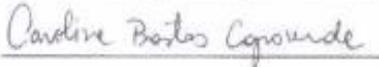
Através do presente instrumento, solicito ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, autorização para realização da presente pesquisa de tese de doutorado acadêmico, de minha autoria.

A pesquisa será orientada pela Profa., Dra. Cláudia Simone Antonello, e tem como título preliminar: **As práticas de trabalho em um Tribunal Regional Eleitoral em meio à crise de representatividade: por trás das urnas à luz da Teoria Política de Hannah Arendt.**

A coleta de dados será feita através de diários de campo, observação participante, entrevistas informais, semiestruturadas e em profundidade, com roteiro semiestruturado, os quais serão construídos a partir da imersão da pesquisadora no campo acima citado.

A presente pesquisa é requisito para a conclusão do curso de Doutorado Acadêmico em Administração, do Programa de Pós-graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização final da Instituição campo de pesquisa.

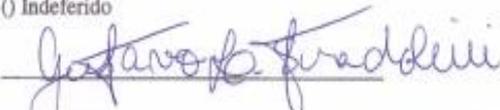

Caroline Bastos Capaverde

Caroline Bastos Capaverde

Doutoranda em Administração – PPGA/UFRGS

Deferido

Indeferido


GUSTAVO LOTUFFO STRADOLINI

GUSTAVO LOTUFFO STRADOLINI – Secretaria de Gestão de Pessoas TRE/RS

ANEXO C – CRONOGRAMA ELEIÇÕES 2016 (STI)

DATA	ATIVIDADE
ABRIL	
06	Mesas Receptoras de Votos dos Presos Provisórios (MRVPP): último dia para criação, no cadastro eleitoral, de seções eleitorais especiais em estabelecimentos prisionais e unidades de internação de adolescentes.
28	Mesas Receptoras de Votos dos Presos Provisórios (MRVPP): último dia para as entidades enviarem ao Juízo Eleitoral lista de servidores indicados para atuarem como mesários.
29	Mesas Receptoras de Votos dos Presos Provisórios (MRVPP): último dia para o Juízo Eleitoral nomear os membros para compor as mesas receptoras.
MAIO	
04	Cadastro Eleitoral: prazo final para requerer inscrição eleitoral, transferência de domicílio ou para seção eleitoral especial.
09	Contrato para Convocação de Mesários: início previsto para vigência do contrato com a ECT, visando à entrega das convocações de mesários.
09 a 31	Mesários (MRVs e MRJs): orientações às zonas para a convocação de mesários.
20	Votação Mista: último dia para o TRE oficial ao TSE informando a relação dos municípios que terão eleição com identificação biométrica híbrida.
30	Gerentes de Núcleo (Nucléolos): início do período para prestação do suporte remoto junto às zonas eleitorais.
JUNHO	
03	Eleições Comunitárias: fim do prazo para empréstimo de urnas eletrônicas e sistema parametrizado para utilização em eventos da comunidade.
13	Convocação de Mesários: início do período para nomeação dos membros das mesas receptoras.
13 a 17	Simulado Urnas: 2º Simulado Nacional de Urnas Eletrônicas com foco em <i>hardware</i> .
26	Mesas Receptoras de Justificativas (MRJs): STI enviará parâmetros para os cartórios avaliarem a necessidade de instalação, bem como orientações para o seu cadastramento no ELO.
27 a 30	Transporte das Urnas Eletrônicas: início previsto para a vigência do contrato com a empresa responsável pela distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas aos locais de votação. Transporte das Urnas Eletrônicas: orientações às zonas acerca da entrega e recolhimento das urnas eletrônicas e do contrato celebrado.
28	Cadastro Eleitoral: término do processamento do Cadastro Eleitoral.
JULHO	
04	Eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida: fim do prazo, para o eleitor que solicitou transferência para seção eleitoral especial, comunicar aos juízes, por escrito, suas restrições e necessidades para, se possível, providenciar meios e recursos para que o exercício do voto seja facilitado.
05	Auxílio-Alimentação: orientações aos cartórios sobre o fornecimento do auxílio-alimentação aos convocados (mesários MRV, MRJ, administradores de prédio, escrutinadores e auxiliares dos serviços eleitorais).
08 a 29	Mesas Receptoras de Votos dos Presos Provisórios (MRVPP): período para requerer a habilitação para voto nas seções eleitorais especiais em

	estabelecimentos prisionais e unidades de internação de adolescentes criadas até abril de 2016.
18	Cadernos de Folhas de Votação: início da produção dos Cadernos de Folhas de Votação. Agregação de seções: disponibilização das tabelas de agregações obrigatórias e sugeridas, bem como orientações gerais para o início do registro no ELO.
18 a 22	Capacitação em Sistemas Eleitorais e para Treinamento de Mesários: período para instruções dos servidores dos cartórios ingressantes do concurso 2015 e/ou servidores sem experiência em eleições.
22	Junta Eleitoral: último dia para a publicação dos nomes dos indicados para compor as juntas eleitorais (na Capital, publicar no DEJERS; nos demais municípios, afixar no local de costume no cartório).
25 a 29	Auxílio-Alimentação: período para os cartórios definirem a logística para o recebimento e a distribuição dos valores referentes ao auxílio-alimentação dos colaboradores convocados.
29	Cerimônia Nomeação Mesários: último dia para afixação do edital para anunciar a realização de audiência pública para a nomeação dos mesários das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação, caso ainda não tenha feito. * Este documento convoca para a data em que será divulgada a nomeação dos mesários, mediante edital. JE-Connect: último dia para definição dos locais cujos BUS serão transmitidos via JEC.
AGOSTO	
1º a 04	Simulado Nacional: 1º Simulado dos Sistemas Eleitorais nos TREs com a participação de todas as ZEs (ELO, Urnas, Preparação, Divulgação e Totalização), com Biometria.
03	Locais de Votação: último dia para a publicação da designação da localização das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação. * Afixar Edital de Designação dos Locais de Votação, expedido pelo Sistema ELIGIS. Mesários MRVs e MRJs: último dia para nomeação dos membros das mesas receptoras e pessoal de apoio logístico dos locais de votação (Administradores de Prédio) para o primeiro e eventual segundo turnos de votação. * Afixar Edital de Nomeação expedido pelo Sistema ELIGIS! Nada impede que sejam realizadas substituições, pois até o pleito muitas ainda irão ocorrer. Não esquecer de expedir e afixar editais de substituição. Junta Eleitoral: último dia para o TRE nomear os membros das juntas eleitorais indicados pelos juizes de cada cartório, em edital publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Segunda via do Título Eleitoral: último prazo para requerer a 2ª via do título eleitoral em qualquer ZE do país (eleitor que estiver fora de seu domicílio eleitoral). Agregação de seções e MRJs: último dia para a agregação de seções, para cadastramento de mesas receptoras de justificativas e identificação das seções com áudio.
15	Plantão: data a partir da qual permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados os cartórios eleitorais e as secretarias dos Tribunais Eleitorais. Registro de Candidaturas: último dia para os partidos políticos e coligações apresentarem o requerimento de registro de seus candidatos a

	Prefeito, Vice-prefeito e Vereador.
15 a 30.09	Auxílio-Alimentação: período para disponibilização do benefício para alimentação aos responsáveis financeiros pela sua distribuição aos colaboradores do pleito 2016 - 1º turno.
20	Registro de Candidaturas: último dia para os candidatos escolhidos em convenção requererem seus registros, caso os partidos políticos ou as coligações não o tenham requerido.
22	Transporte das Urnas Eletrônicas: prazo final para a designação de um preposto com função gerencial nas ZEs.
22 a 23.09	Treinamentos de Mesários e Administradores de Prédio: período sugerido para o treinamento dos mesários das MRVs, MRJs e dos administradores de prédio. *Sugere-se não marcar reuniões nos dias da geração de mídias e da carga de programas nas urnas, possibilitando ao chefe de cartório uma supervisão mais efetiva dessas tarefas.
25 e 26	Verificação e Validação de dados e fotografia nas Urnas Eletrônicas: período para realização da verificação e validação do nome e do número do candidato, do cargo, do partido, do sexo e da qualidade técnica da fotografia (art. 36, inciso II alínea d da Resolução 23.455/15).
30	Vistoria dos Locais de Votação: prazo final para inserir informações sobre as vistorias no Sistema ELIGIS. JE-Connect: último dia para verificação das condições técnicas dos pontos de transmissão remota.
SETEMBRO	
02	Escrutinadores e Componentes da Junta: último dia para o juiz eleitoral comunicar ao TRE e publicar em cartório, mediante edital, os nomes dos escrutinadores e dos componentes da junta nomeados. Transporte das Urnas Eletrônicas: último dia para a contratada retirar no cartório a sugestão de roteiro de entrega das UEs.
1º a 05	Auxiliares de Eleição (AEs): período previsto para apresentação e capacitação dos Auxiliares de Eleição em cartório.
08 e 09	Sistemas PREPARA e GEDAI: orientações gerais para instalação desses sistemas. Edital de Geração de Mídias e de Carga dos Programas nas Urnas: período para publicação dos editais que divulgam aos partidos políticos, coligações, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil as cerimônias de Geração de Mídias, de Carga dos Programas nas Urnas e dos procedimentos posteriores de inspeção e visualização dos dados (na Capital, publicar no DEJERS; nos demais municípios, afixar no local de costume no cartório).
09 a 13	Simulado interno: simulado de sistemas eleitorais envolvendo todas as ZEs, com a presença dos TUs devidamente capacitados.
12	Cadernos de Folhas de Votação: último dia para os TREs receberem os Cadernos de Folhas de Votação. Sistema de Candidaturas (CAND): Fechamento. Sistemas PREPARA e GEDAI: data a partir da qual poderão ser oficializados esses sistemas. Lista de Candidatos: último dia de publicação, pelo Juiz Eleitoral, para uso na votação, de lista organizada em ordem alfabética.
14 a 16	Cerimônia de Geração de Mídias: período para geração de mídias, realizada em cerimônia prevista no edital publicado, com a conferência e verificação permitidas aos representantes de partidos políticos, coligações, Ministério Público e OAB.
14 a 23	Cerimônia de Carga dos Programas nas UEs: período para carga das urnas, realizada em cerimônia prevista no edital publicado, com a conferência e verificação permitidas aos representantes de partidos políticos, coligações, Ministério Público e OAB.
15 a 03.10	Gerentes de Núcleos (Nucléolos): período de permanência dos gerentes

	nos respectivos núcleos no 1º turno, variável conforme o núcleo.
22	<p>Segunda Via do Título: último prazo para requerer a 2ª via do título eleitoral (eleitor que estiver no seu domicílio eleitoral).</p> <p>Locais de Votação: último dia para o juízo eleitoral comunicar, por intermédio de ofício, os responsáveis, proprietários ou administradores de que os respectivos prédios serão utilizados para a instalação das Mesas Receptoras (normalmente essa comunicação já foi feita com antecedência maior, logo após a vistoria) .</p> <p>Transporte das Urnas Eletrônicas - Últimos acertos: último dia para o preposto ou representante da contratada comparecer para reunião com o juiz ou o chefe de cartório visando aos acertos administrativos da tarefa.</p> <p>Transporte das Urnas Eletrônicas - Lista dos Veículos: apresentação ao cartório pelo preposto ou representante da contratada da lista contendo a marca e o ano dos veículos a serem utilizados no transporte das urnas; da declaração de realização da vistoria prévia e a conformidade dos carros, assim como do plano de distribuição com a estimativa de tempo máximo para execução de cada roteiro.</p> <p>*A declaração será fornecida pela ZE, caso essa tenha requisitado para si a tarefa da vistoria dos veículos.</p>
22.08 a 23	<p>Treinamentos de Mesários e Administradores de Prédio: período sugerido para o treinamento dos mesários das MRVs, MRJs e dos administradores de prédio.</p> <p>*Sugere-se não marcar reuniões nos dias da geração de mídias e da carga de programas nas urnas, possibilitando ao chefe de cartório uma supervisão mais efetiva dessas tarefas.</p>
23	<p>Tabela de Correspondência (1º turno): data limite para a transmissão ao TRE e recepção no PREPARA da tabela de correspondência. Se o processo de carga dos programas for encerrado antes do dia 23 de setembro, a tabela deve ser transmitida e recebida até o dia útil seguinte ao término do procedimento mencionado.</p>
26 a 29	<p>Cerimônia de Inspeção e Visualização dos dados das Urnas Eletrônicas: inspeção das urnas e visualização dos dados na tela.</p>
27	<p>Cadernos de Folhas de Votação: último dia para os TREs solicitarem a reimpressão dos Cadernos de Folhas de Votação (falhas na impressão ou falta de cadernos).</p> <p>Edital de Oficialização do Gerenciamento: publicação do edital que notifica os representantes do MP, da OAB e dos partidos políticos e coligações para participar da cerimônia de oficialização do sistema de Gerenciamento (na Capital, publicar no DEJERS; nos demais municípios, afixar no local de costume no cartório).</p> <p>Verificação das Assinaturas Digitais: último dia para que os representantes dos partidos políticos e coligações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica formalizem pedido ao Juízo Eleitoral para a verificação das assinaturas digitais do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica, do Subsistema de Instalação e Segurança e da Solução JEConnect instalados nos equipamentos da Justiça Eleitoral.</p> <p>JE-Connect: último dia para os Tribunais Regionais Eleitorais divulgarem na Internet os pontos de transmissão de dados que funcionarão em locais distintos do local de funcionamento da Junta Eleitoral.</p>
29	<p>Fiscalização dos Trabalhos de Votação e Apuração: último dia para partidos e coligações indicarem os nomes das pessoas autorizadas a expedirem credenciais aos fiscais e delegados habilitados a fiscalizar os trabalhos de votação durante o primeiro turno das eleições.</p>
29 a 1º.10	<p>Transporte de Urnas (1º turno): período para distribuição das urnas aos locais de votação do Estado.</p>
OUTUBRO – 1º TURNO	
	Votação Paralela: 9h – sorteio das seções cujas urnas serão recolhidas

1º	<p>para a auditoria de verificação do 1º turno.</p> <p>Oficialização do Gerenciamento: após as 12h - oficialização do Sistema de Gerenciamento no TRE e nas zonas eleitorais para o 1º turno.</p> <p>JE-Connect: último dia para a homologação dos pontos de transmissão remota.</p> <p>Carga de UEs: último dia para realizar cerimônia de carga de urnas (recarga da urna sorteada para a votação paralela, carga de contingência em urna que passou por manutenção, carga em urna de seção que teve avarias no transporte etc.), estando os partidos, OAB e MPE cientes desse evento.</p> <p>Tabela de Correspondência Complementar: transmissão, pelos cartórios, da tabela de correspondência complementar para o TRE, até as 20h.</p>
29.09 a 1º	Transporte de Urnas (1º turno): período para distribuição das urnas aos locais de votação do Estado.
30.09 e 1º	Montagem das seções (1º turno): montagem das seções pelos mesários ou servidores dos cartórios, com inspeção das urnas e visualização dos dados na tela (atividade a critério de cada cartório).
02	ELEIÇÕES MUNICIPAIS – 1º TURNO
03	<p>Gerentes de Núcleos (Nucléolos): retorno dos gerentes ao TRE.</p> <p>Eleitores votantes: data em que o Juízo Eleitoral é obrigado, até as 12 horas, sob pena de responsabilidade e multa, a transmitir ao Tribunal Regional Eleitoral e comunicar aos representantes dos partidos políticos e das coligações o número de eleitores que votaram em cada uma das seções sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da Zona Eleitoral.</p>
04	Transporte de Urnas: limite para ZEs informar sobre problemas na entrega e recolhimento das urnas no 1º turno.
05	Arquivos JUFA: último dia para os cartórios e TREs enviarem ao TSE os arquivos de justificativas e faltas (JUFA) do 1º turno.
06	Resultado Provisório: último dia para o Juízo Eleitoral divulgar o resultado provisório da eleição para prefeito e vice-prefeito, se obtida a maioria absoluta de votos, nos municípios com mais de 200 mil eleitores, ou os dois candidatos mais votados, sem prejuízo desta divulgação provisória ocorrer, nas referidas localidades, tão logo se verifique matematicamente a impossibilidade de qualquer candidato obter maioria absoluta de votos.
OUTUBRO – 2º TURNO	
10 e 11	<p>Editais: publicação dos editais que divulgam aos partidos políticos, coligações, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil as cerimônias de geração de mídias, carga de programas e procedimentos posteriores de inspeção e visualização dos dados (na Capital, publicar no DEJERS; nos demais municípios, afixar no local de costume no cartório).</p> <p>Orientações 2º turno: orientações para geração de mídias e carga de programas nas urnas para o 2º turno.</p>
14	MRJs: último dia para a criação/exclusão de mesas receptoras de justificativas para o 2º turno.
19 a 28	Auxílio-Alimentação: período para disponibilização do benefício para alimentação aos responsáveis financeiros pela sua distribuição aos colaboradores do pleito 2016 - 2º turno.
18	<p>Cerimônia de Geração de Mídias: período para (re)geração de mídias para o 2º turno, realizada dentro da cerimônia respectiva, com a conferência e verificação permitidas aos representantes de partidos políticos, coligações, Ministério Público e OAB.</p> <p>JE-Connect: confirmação dos pontos de transmissão remota para o 2º turno.</p>

18 a 20	Cerimônia de Carga dos Programas nas UEs: período para carga das urnas para o 2º turno, realizada dentro da cerimônia respectiva, com a conferência e verificação permitidas aos representantes de partidos políticos, coligações, Ministério Público e OAB.
21	Transporte das Urnas Eletrônicas - Últimos acertos: último dia para o preposto ou representante da contratada comparecer para reunião com o juiz e chefe de cartório visando aos acertos administrativos da tarefa. Tabela de Correspondência (2º turno): data limite para a transmissão ao TRE e recepção no Prepara da tabela de correspondência. Se o processo de carga for encerrado antes do dia 17 de outubro, a tabela deve ser transmitida e recebida até o dia útil seguinte ao término da carga.
24 a 26	Cerimônia de Inspeção e Visualização dos dados das urnas eletrônicas: inspeção das urnas e visualização dos dados na tela.
27 a 31	Edital de Oficialização do Gerenciamento: publicação do edital que notifica os representantes do MP, da OAB e dos partidos políticos e coligações para participar da cerimônia de oficialização do sistema de Gerenciamento para o 2º turno (na Capital, publicar no DEJERS; nos demais municípios, afixar no local de costume no cartório). Verificação das Assinaturas Digitais: último dia para que os representantes dos partidos políticos e coligações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica formalizem pedido ao Juízo Eleitoral para a verificação das assinaturas digitais do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica, do Subsistema de Instalação e Segurança e da Solução JECconnect instalados nos equipamentos da Justiça Eleitoral.
25	Fiscalização dos Trabalhos de Votação e Apuração: último dia para partidos e coligações indicarem os nomes das pessoas autorizadas a expedirem credenciais aos fiscais e delegados habilitados a fiscalizar os trabalhos de votação durante o segundo turno das eleições.
27	Transporte de Urnas (2º turno): distribuição das urnas aos locais de votação.
27 a 29	Montagem das seções (2º turno): montagem das seções pelos mesários ou servidores dos cartórios, com inspeção das urnas e visualização dos dados na tela (atividade a critério de cada cartório).
28 a 29	Votação Paralela: 9h - sorteio das seções cujas urnas serão recolhidas para a auditoria de verificação do 2º turno. Oficialização do Gerenciamento: após as 12h - oficialização do Sistema de Gerenciamento no TRE e nas zonas eleitorais para o 2º turno. Carga de UEs: último dia para realizar cerimônia de carga de urnas (recarga da urna sorteada para a votação paralela, carga de contingência em urna que passou por manutenção, carga em urna de seção que teve avarias no transporte etc.), estando os partidos, OAB e MPE cientes desse evento. Tabela de Correspondência Complementar: transmissão, pelos cartórios, da tabela de correspondência complementar para o TRE, até as 20h .
29	Edital de Oficialização do Gerenciamento: publicação do edital que notifica os representantes do MP, da OAB e dos partidos políticos e coligações para participar da cerimônia de oficialização do sistema de Gerenciamento para o 2º turno (na Capital, publicar no DEJERS; nos demais municípios, afixar no local de costume no cartório). Verificação das Assinaturas Digitais: último dia para que os representantes dos partidos políticos e coligações, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público e as pessoas autorizadas em resolução específica formalizem pedido ao Juízo Eleitoral para a

	verificação das assinaturas digitais do Sistema de Transporte de Arquivos da Urna Eletrônica, do Subsistema de Instalação e Segurança e da Solução JEConnect instalados nos equipamentos da Justiça Eleitoral.
30	ELEIÇÕES MUNICIPAIS – 2º TURNO
OUTUBRO – 2º TURNO	
31	Gerentes de Núcleos (Nucléolos): retorno dos gerentes ao TRE. Eleitores votantes: data em que o Juízo Eleitoral é obrigado, até as 12 horas, sob pena de responsabilidade e multa, a transmitir ao Tribunal Regional Eleitoral e comunicar aos representantes dos partidos políticos e das coligações o número de eleitores que votaram em cada uma das seções sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da Zona Eleitoral.
NOVEMBRO – 2º TURNO	
1º	Transporte de Urnas: limite para ZEs informar sobre problemas na entrega e recolhimento das urna no 1º turno.
03	Arquivos JUFA: data limite para envio ao TSE pelos cartórios e TREs dos arquivos de justificativas e faltas (JUFA) relativos ao 2º turno das eleições.
04	Resultado Provisório: último dia para o Juízo Eleitoral divulgar o resultado provisório da eleição para prefeito e vice-prefeito em segundo turno.
07	Diplomas: data a partir da qual poderão ser gerados no sistema ELIGIS os diplomas para os eleitos de 2016.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral Rio Grande do Sul (2016)

ANEXO D – ATA REUNIÃO PARTIDOS POLÍTICOS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

JUSTIÇA ELEITORAL
CIRCUNSCRIÇÃO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
<XXX>^a Zona Eleitoral – <Município>
<Endereço> - Fone <número>

ATA Nº <XXX>/2016

REUNIÃO DO/A JUIZ/A DA <XXX>^a ZONA ELEITORAL E COORDENADOR/A DA FISCALIZAÇÃO DA PROPAGANDA ELEITORAL EM <MUNICÍPIO(S)>, COM O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL E COM OS REPRESENTANTES DOS PARTIDOS POLÍTICOS, COLIGAÇÕES E BRIGADA MILITAR

Aos <XXX> dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às <XXX> horas, no <local>, sito na Rua <endereço>, n. <XXX>, em <município>, realizou-se a reunião para tratar da propaganda eleitoral referente ao pleito municipal de 2016, nos termos do disposto na **Resolução TSE n. 23.457/15**.

Presentes o/a Exmo/a. Sr/a. <nome>, Juiz/a da <XXX>^a Zona Eleitoral, o/a Ilmo/a. Sr/a. <nome>, Promotor/a de Justiça da <XXX>^a Zona Eleitoral, o/a Sr/a. <nome>, Chefe de Cartório da <XXX>^a Zona Eleitoral, o/a Ilmo/a Sr/a. <nome>, representante da Brigada Militar, o/a Ilmo/a Sr/a. <nome>, representante da Prefeitura Municipal de <nome município>, os representantes dos partidos políticos e coligações, bem como os representantes das demais entidades interessadas, conforme lista de presença que integra esta ata.

Na ocasião, foram tratados os seguintes assuntos:

ABERTURA DOS TRABALHOS: inicialmente foi esclarecido que a <XXX>^a Zona Eleitoral é a responsável pela Coordenação e Fiscalização da Propaganda em <município> e que o objetivo da reunião é consolidar as informações e estabelecer procedimentos uniformes para a campanha de 2016. Após a apresentação dos presentes, deu-se início aos trabalhos.

PROPAGANDA ELEITORAL: foram abordados os principais temas relativos à propaganda eleitoral nos termos do disposto na **Resolução TSE n. 23.457/15**, restando esclarecido o que adiante segue:

I) A propaganda eleitoral só será permitida a partir do dia **16 de agosto** de 2016.

II) O Juiz Eleitoral é a autoridade competente para tomar todas as providências relacionadas à propaganda eleitoral, assim como para julgar **representações e reclamações** a ela pertinentes.

III) O candidato cujo registro esteja *sub judice*, poderá efetuar todos os atos relativos a sua campanha eleitoral, inclusive utilizar o horário eleitoral gratuito, para sua propaganda, no rádio e na televisão.

IV) A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia, mas o candidato, o partido político ou a coligação que promover o ato fará a devida comunicação à autoridade policial com, no mínimo, 24 horas de antecedência, a fim de que esta lhe garanta o direito contra quem pretenda usar o local no mesmo dia e horário.

RESUMO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE PROPAGANDA PERMITIDOS E PROIBIDOS:

COMÍCIO. Permitido: A partir do dia 16 de agosto até 48h antes do dia das eleições (29 de setembro), das 8h às 24h, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais duas horas. Também pode ser utilizada aparelhagem de sonorização fixa e trio elétrico, desde que este permaneça parado durante o evento, servindo como mero suporte para sua sonorização. **Não permitido:** Com a realização de shows ou de evento assemelhado e apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animação. Não é necessária a licença da polícia para a realização deste tipo de propaganda. Entretanto, as autoridades policiais devem ser comunicadas em, no mínimo, 24h antes de sua realização. Os candidatos profissionais da classe artística poderão realizar as atividades normais de sua profissão durante o período eleitoral, exceto para promover sua candidatura, ainda que de forma dissimulada.

ALTO-FALANTES E AMPLIFICADORES DE SOM. Permitido: A partir do dia 16 de agosto até a véspera da eleição, entre 8h e 22h (exceto o comício de encerramento de campanha), desde que observadas as limitações descritas a seguir. **Não permitido:** A menos de 200 metros das sedes dos Poderes Executivos e Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios; das sedes dos Tribunais Judiciais; dos quartéis e de outros estabelecimentos militares; dos hospitais e casas de saúde; bem como das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

CAMINHADA, PASSEATA E CARREATA. Permitido: A partir do dia 16 de agosto até as 22h do dia que antecede as eleições. Também são permitidos a distribuição de material gráfico e o uso de carro de som que transite pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos. **No dia das eleições:** é permitida apenas a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por determinado partido ou candidato, revelada pelo uso exclusivamente de bandeiras, broches, dísticos e adesivos. **Não permitido:** A utilização dos microfones do evento para transformar o ato em comício. Além disso, as vedações sobre distância mínima de órgãos públicos são as mesmas para alto-falantes e amplificadores de som.

CAMISETAS, CHAVEIROS, BONÉS, CANETAS, BRINDES E CESTAS BÁSICAS. Não permitido: A confecção, utilização ou distribuição realizada por comitê de candidato ou com a sua autorização durante a campanha eleitoral. Esta vedação também vale para quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

BANDEIRAS E MESAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS. Permitido: Ao longo das vias públicas, desde que móveis e não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. Devem ser colocados e retirados diariamente, entre 6h e 22h. **Não permitido:** Ocorrer a afixação de tais propagandas em local público e ali permanecer durante todo o período da campanha.

BENS PÚBLICOS E BENS PARTICULARES DE USO COMUM. Não permitido: Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados. Nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórias, não é permitido a colocação de propaganda eleitoral. **Atenção:** Bens de uso comum, para fins eleitorais, são aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásio, estádios, ainda que de propriedade privada.

BENS PARTICULARES. Permitido: Não depende de licença municipal nem de autorização da Justiça Eleitoral. Mas a propaganda deve ser feita apenas em adesivo ou em papel e suas dimensões não podem ultrapassar o limite máximo de 0,5m² (meio metro quadrado), nem contrariar outras disposições da legislação eleitoral. **Não permitido:** Em troca de dinheiro ou qualquer tipo de pagamento pelo espaço utilizado. A propaganda deve ser feita espontânea e gratuitamente. Não é permitida a justaposição de adesivo ou cartazes se a dimensão total da propaganda extrapolar 0,5m². Também não é permitida a pintura de muros e paredes, ainda que em dimensões inferiores ao limite estabelecido.

FOLHETOS, VOLANTES, ADESIVOS E OUTROS IMPRESSOS (SANTINHOS). Permitido: Até as 22h do dia que antecede as eleições e não depende da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral. Os adesivos devem ter a dimensão máxima de 50 cm x 40 cm. **Não permitido:** Apenas com a estampa da propaganda do candidato. Todo material impresso de campanha deverá conter também o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou o número da inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou, e a respectiva tiragem. **No dia das eleições:** É vedada a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna (distribuição de santinhos) e a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos. É proibido também, espalhar material de campanha no local de votação ou nas vias próximas, ainda

que realizada na véspera da eleição, sujeitando-se os infratores a multa e apuração criminal.

OUTDOOR. Não permitido: Independentemente do local, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos às penalidades cabíveis (retirada imediata e pagamento de multa). Incluem-se na vedação os outdoors eletrônicos e demais engenhos, equipamentos publicitários ou conjunto de peças de propaganda que justapostas se assemelhem ou causem efeito visual de outdoor.

ADESIVOS EM VEÍCULOS. Permitido: É permitido colar adesivo microperfurado até a extensão total do para-brisa traseiro e, em outras posições, até a dimensão de 50cm x 40cm. **Não permitido:** Em troca de dinheiro ou de qualquer tipo de pagamento pelo espaço utilizado. Os adesivos também, deverão conter o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou, e a respectiva tiragem.

TELEMARKETING. Não permitido: É vedada a propaganda via telemarketing em qualquer horário.

PROPAGANDA NA IMPRENSA (JORNAIS E REVISTAS). Permitido: Até a antevéspera das eleições, para divulgação paga de propaganda eleitoral na imprensa escrita. É permitida também, a divulgação de opinião favorável a candidato, a partido político ou coligação pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga. **Não permitido:** Para publicação de propaganda eleitoral que exceda a 10 anúncios, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, num espaço máximo, por edição, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e 1/4 (um quarto) de página de revista ou tabloide. Também não pode deixar de constar no anúncio, de forma visível, o valor pago pela inserção.

RÁDIO E TELEVISÃO. Permitido: Apenas para a propaganda eleitoral gratuita, veiculada nos 35 dias anteriores à antevéspera das eleições (de 26 de agosto a 29 de setembro), e debates eleitorais. **Não permitido:** Com exceção da propaganda eleitoral gratuita, são vedadas as emissoras transmitir, a partir de 30 de junho, programa apresentado ou comentado por pré-candidato. É vedada a veiculação de propaganda paga no rádio e na televisão.

INTERNET. Permitido: A partir o dia 16 de agosto, em sites de partidos e candidatos, desde que comunicados à Justiça Eleitoral e hospedados em provedores estabelecidos no Brasil. Após essa data é permitida também a veiculação de propaganda eleitoral por meio de blogs, sites de relacionamento (Facebook, Twitter, etc.) e sites de mensagens instantâneas. As propagandas eleitorais veiculadas por e-mail são permitidas, mas deverão conter mecanismo que possibilite ao destinatário solicitar seu descadastramento. A propaganda eleitoral na internet pode ser veiculada inclusive no dia da eleição. **Não Permitido:** Qualquer tipo de propaganda eleitoral paga e também propaganda em sites de pessoa jurídicas, com ou sem fins lucrativos, e em sites oficiais ou hospedados por órgão ou entidades da administração pública.

PROCEDIMENTOS DA PROPAGANDA ELEITORAL:

Verificação da propaganda eleitoral ao longo das vias públicas: Ficou acertado que a Brigada Militar fará o monitoramento das propagandas ao longo das vias públicas e comunicará o Ministério Público Eleitoral e ao Cartório da <XXX>^a Zona antes de efetuar a retirada dos materiais irregulares. Os materiais irregulares serão depositados no Ministério Público Eleitoral.

Recolhimento da propaganda irregular: Ficou definido que o recolhimento de propaganda irregular em vias públicas será realizado pela Brigada Militar, sob a supervisão de um servidor da <XXX>^a Zona Eleitoral ou do Ministério Público Eleitoral. A Brigada Militar apreenderá e realizará Termo de Apreensão de Objeto, posteriormente encaminhado ao MPE. Para atendimento serão disponibilizados os telefones do MPE (XXXX-XXXX, com o/a Sr/a. <nome>) e da Brigada Militar (XXXX-XXXX). A propaganda porventura recolhida não será devolvida em nenhuma hipótese, sendo destinada à reciclagem.

Procedimentos para cumprimento de intimações: Ficou definido, com o acordo do comandante da Brigada Militar de <nome do município>, que, havendo necessidade de acompanhamento da força policial para o cumprimento de Mandados de Intimações, Busca e Apreensão, entre outros, será contatada a Brigada Militar através dos fones XXXX-XXXX e XXXX-XXXX, não sendo necessário o envio de ofício de requisição específico para cada mandado. Por fim, foram disponibilizados aos presentes os telefones da Justiça Eleitoral: XXXX-XXXX (<XXX>^a Zona Eleitoral de <Município>) e XXXX-XXXX (denúncias de propaganda irregular)

ESCLARECIMENTOS FINAIS:

I) **AAA:** texto texto texto

II) **BBB:** texto texto texto

III) **Demais regras da propaganda eleitoral:** restou esclarecido, também, que as demais regras referentes à propaganda eleitoral estão estabelecidas na **Resolução TSE n. 23.457/2015**, podendo ser acessada no site do TSE (www.tse.jus.br).

Nada mais havendo a tratar, às <XXhXX>min o/a Juiz/a Eleitoral <nome>, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião, do que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada por mim _____ (<nome>, <cargo>), pelo/a Senhor/a Juiz/a Eleitoral e pelo/a Senhor/a Promotor/a Eleitoral.

<NOME>

Juiz/a Eleitoral da XXX^a Zona

<NOME>

Promotor/a Eleitoral da XXX^a Zona